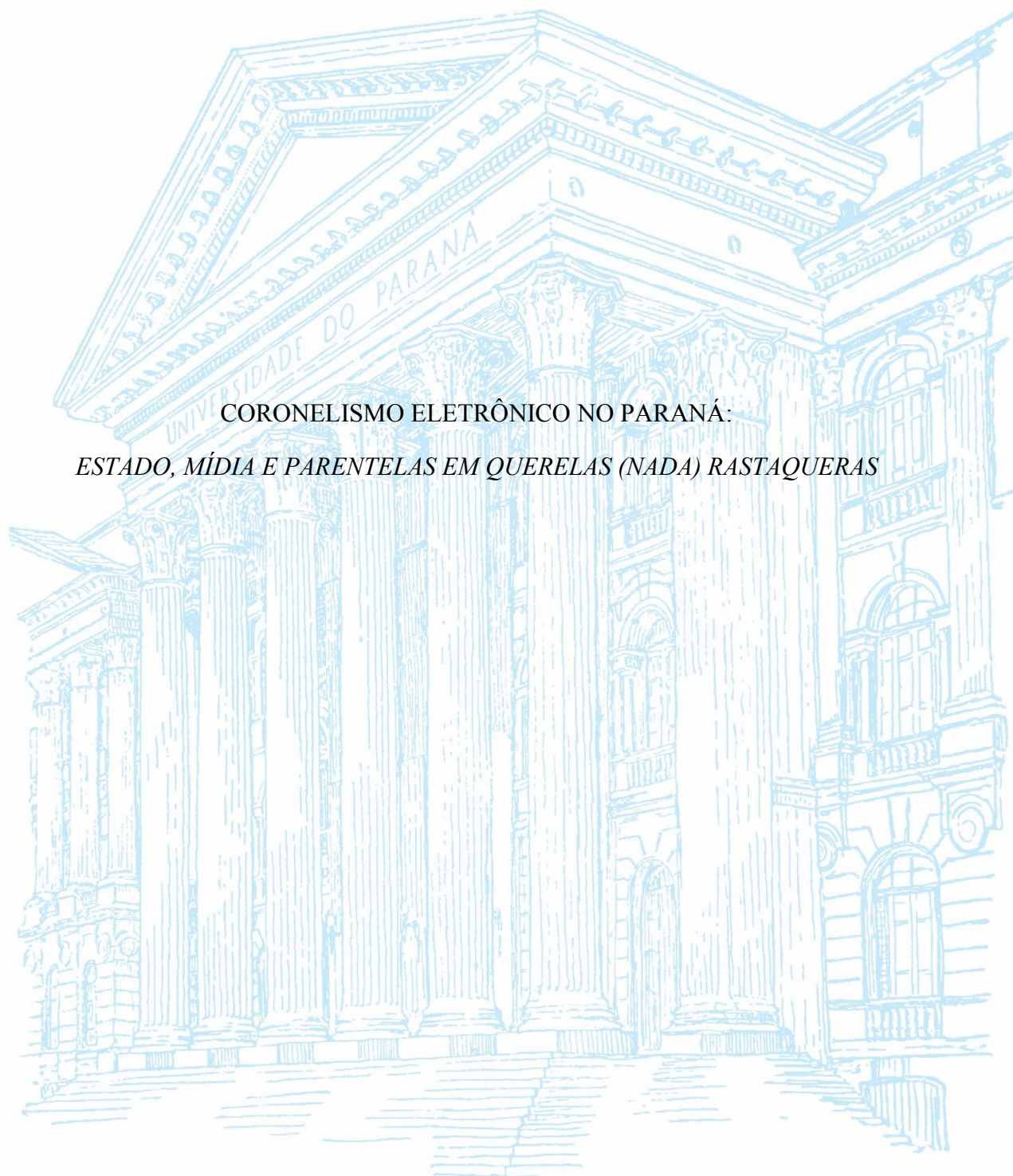


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ KRON MARQUES ZAPANI



CORONELISMO ELETRÔNICO NO PARANÁ:  
*ESTADO, MÍDIA E PARENTELAS EM QUERELAS (NADA) RASTAQUERAS*

CURITIBA  
2021

ANDRÉ KRON MARQUES ZAPANI

CORONELISMO ELETRÔNICO NO PARANÁ:

*ESTADO, MÍDIA E PARENTELAS EM QUERELAS (NADA) RASTAQUERAS*

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira/UFPR

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Suzy dos Santos/UFRJ

CURITIBA  
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Zapani, André Kron Marques

Coronelismo eletrônico no Paraná : estado, mídia e parentelas em querelas (nada) rastaqueras. / André Kron Marques Zapani. – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

Coorientadora : Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzy dos Santos

1. Coronelismo – Internet - Paraná. 2. Clientelismo. 3. Famílias de classe alta.  
4. Eleições – Paraná. I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Santos, Suzy dos, 1970-.  
III. Título.

CDD – 324.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ANDRE KRON MARQUES ZAPANI** intitulada: **CORONELISMO ELETRÔNICO NO PARANÁ: ESTADO, MÍDIA E PARENTELAS EM QUERELAS (NADA) RASTAQUERAS.**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 01 de Abril de 2021.

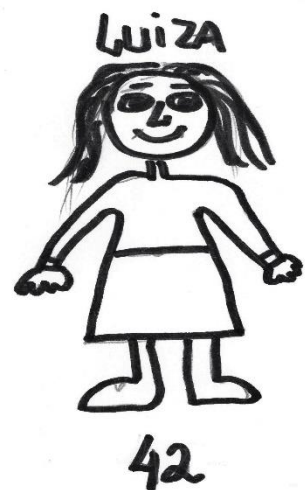
Assinatura Eletrônica  
01/04/2021 17:52:14.0  
RICARDO COSTA DE OLIVEIRA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
01/04/2021 18:29:37.0  
LUCIANA PANKE  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
01/04/2021 18:25:23.0  
TARCIS PRADO JUNIOR  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
06/04/2021 12:38:40.0  
JULIANO MENDONÇA DOMINGUES DA SILVA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO)

*Dedico essa pesquisa para todos,  
para ninguém  
e sobretudo...  
para os meus grandes amores.*



Autodesenho das pessoas mais importantes que tenho (5 mar.21)

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi muito mais que um estudo acadêmico, ela transcendeu às disciplinas e às rotinas de um pesquisador em iniciação, impressão essa que se tornou mais transparente à medida que fui chegando na sua fase final. Ela me deu a possibilidade não só de expandir meus conhecimentos, desenvolver o meu senso crítico, pensar de forma mais metódica e racional questões teóricas, lidar com a solidão da pesquisa madrugadas adentro, saber conviver com a diversidade opinativa e entender a importância da coisa pública. Essa pesquisa me proporcionou encontrar caminhos paralelos para a vida, deu-me a oportunidade de me reconhecer como pesquisador e, principalmente, me fez conhecer pessoas! Gente que já era conhecida que me fez olhar com outra perspectiva, gente desconhecida que continuou anônima, gente não conhecida que passou a ser familiar e muita gente da gente.

Sendo assim, que registrar meus sinceros e verdadeiros agradecimentos:

- aos meus ex-chefes, general Soares, general Ramires e coronel Eron, que me permitiram conciliar as rotinas de trabalho com essa pesquisa doutoral, sem esse apoio primordial “as querelas (nada) rastaqueras” não seriam possíveis de serem escritas;

- aos “companheiros” de outrora Fabio Witzki, Roberta Del-Vechio, Carlos Eduardo Marquioni e Caroline Cavalcanti pela parceria em diversos eventos acadêmicos e pelos diversos bate-papos de assuntos de coisas sobre o céu, a terra, a água e o ar;

- aos amigos que fiz no meu período de estudos sanduíche na *Tulane University*, em New Orleans. Em especial ao meu orientador Mauro Porto, pessoa dotada de uma generosidade e simplicidade ímpares, sem contar na sua capacidade acadêmica e agregar pessoas; ao meu amigo Juliano Domingues da Silva, vulgo “Bourdieu do agreste”, também chamado de “Profêssor”, meu parceiro de roteiros culturais, gastronômicos e musicais em New Orleans, pessoa que me iniciou nos estudos das Ciências Políticas, aquele com quem dividi a casa na Sycamore St; e à Elizabeth Glecker, a dona da casa, a querida “Betsy”, pessoa incrível que me recebeu como se eu fosse um parente dela, aprendi muito com ela (thanks Dr.G.);

- aos dezessete entrevistados que por questões diversas tiveram que ser mantidos no anonimato. Cada um foi muito importante para a construção desta pesquisa que, em alguns momentos, teve o cunho de jornalismo investigativo. Muita gente tive o prazer de conhecer. Muita gente tenho o prazer de rever. Quanta histórias ouvi...

- à Prof.<sup>a</sup> Mônica Helena Harrich Silva Goulart que me ajudou a entender o conceito do coronelismo no Paraná, assunto tão caro à Sociologia, mas carente em obras acadêmicas. Agradeço também pelas contribuições na banca de qualificação que foram de grande valia para o aprimoramento desta pesquisa;

- ao Prof. Tarcis Prado Jr pela participação na banca de qualificação, bem como pelas pertinentes e relevantes observações feitas;

- à minha coorientadora Prof.<sup>a</sup> Suzy dos Santos que, mesmo à distância, mesmo sem termos contatos frequentes, sempre me motivou, sempre esteve comigo nas vezes que precisei. Entender esse tal de coronelismo eletrônico foi difícil, foi tortuoso, mas foi muito gratificante... Prof.<sup>a</sup> Suzy, valeu! E viva Geddy Lee!

- ao meu orientador Prof. Ricardo Costa de Oliveira, pessoa que acreditou na minha pesquisa (quando nem eu imaginei que renderia algo), um ser humano de generosidade, simplicidade e humildade acadêmica invejáveis. Sempre solícito em todas as vezes que o procurei e ao final das conversas dizia a sua frase motivacional “vamos em frente!”, um grande docente, um grande cidadão. Obrigado por ter me ingressado nesse mundo tão abrangente das famílias, genealogias, biografias e prosopografias. Afinal, família importa!

- aos meu pais, os professores Ilma e Orácio, por ter me dado a coisa mais cara para mim – a dignidade. Apesar de todas as dificuldades encontradas em uma família de seis pessoas, sempre me incentivaram a buscar nos estudos um razão nas coisas da vida. Vó Nair, você faz parte disso tudo, esteja onde estiver!

- e finalmente àqueles da dedicatória, a rapaziada aqui de casa, meus amores, minha esposa Luiza e meus filhos Laura e Guilherme. Foi um longo tempo dedicado à pesquisa, muitas noites e madrugadas, muitos finais de semana empenhados, meses estudando fora do país. Quando iniciei Laurinha era bem pequena e Gui praticamente nasceu junto. Luiza sempre esteve comigo, sempre entendeu que essa tese era mais que uma pesquisa, sempre me ajudou, sempre esteve do meu lado. Luiza Regina, te amo!

*“Hoje me sinto mais forte  
Mais feliz, quem sabe  
Só levo a certeza  
De que muito pouco sei  
Ou nada sei”*

Almir Sater e  
Renato Teixeira



## RESUMO

A presente tese visa analisar o coronelismo eletrônico (Santos e Capparelli, 2002;2005), conceito que traz consigo alguns traços e predicados de seu análogo tradicional (Leal, 2012), e sua possível inserção no estado do Paraná. Clientelismo, patrimonialismo, temporalidade datada e o certame eleitoral são eixos que estruturam essa terminologia tão cara à política de comunicação de radiodifusão. Acrescentam-se pioneiramente como contribuição à discussão epistemológica do coronelismo eletrônico as noções de família (Oliveira, 2000;2007;2012) e de parentela (Matoso, 1988) e foram utilizadas como metodologia de pesquisa os estudos biográficos e a genealogia, sendo selecionados cinco sobrenomes em função da posse de capitais midiáticos no Paraná (Petrelli, Cunha Pereira, Massa, Chede e Meneghel). Após verificado o transcurso empresarial, social, político e comunicacional dessas famílias, notou-se que as redes familiares e de parentela se sobrepueram a diversos campos de poder, formando conexões e arranjos espúrios e sofisticados com instituições da sociedade civil e política, entre elas o mercado concentrado da radiodifusão paranaense. Por fim, conclui-se que o coronelismo eletrônico é um conceito pertencente à realidade e à contemporaneidade (desde meados de 1985) paranaense tendo a família, a parentela, as relações de clientelismo e patrimonialismo e a dependência política-eleitoral, bem como de verbas públicas, estruturas pertinentes a sua manutenção e sobrevivência.

Palavras-chave: Coronelismo eletrônico. Paraná. Clientelismo. Voto. Família. Parentela.

## ABSTRACT

This thesis analyzes electronic coronelism (Santos; Capparelli, 2002; 2005), a concept that brings with it specific features and is predicated on a traditional analog (Leal, 2012), that influences its insertion in the state of Paraná. Clientelism, patrimonialism, dated temporality and the electoral event are axes that structure this terminology integral to broadcasting communication policy. Contributing to the epistemological discussion of electronic coronelism, the notions of family (Oliveira, 2000; 2007; 2012) and of kinship (Matoso, 1988) were included. Biographical studies and genealogy were included in the research methodology. Five Surnames were selected based on their level of possession of media capital in Paraná (Petrelli, Cunha Pereira, Massa, Chede and Meneghel). After verifying the entrepreneurial, social, political and communicational course of these families, there is documentation that the family and kinship networks overlapped several fields of power, forming spurious and sophisticated connections and arrangements with civil and political societal institutions. One of them was the concentrated market of radio broadcasting in Paraná. In summary, electronic coronelism is a documented concept observable and contemporaneous (since mid-1985) in Paraná. Family, kindred, clientelism, patrimonial relations, political-electoral dependence, and funding structures are consistent to their maintenance and survival.

Keywords: Electronic coronelism. Paraná. Clientelism. Vote. Family. Kin.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	RELAÇÃO DE DONATÁRIOS E SUAS OCUPAÇÕES SOCIAIS.....	25
QUADRO 2-	NÚMERO DE CRIMES ELEITORAIS NO PARANÁ (1996-2004).....	58
QUADRO 3-	PREFEITOS DE ITAPEÇURU (1993-2002).....	60
QUADRO 4-	ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL, EM ITAPERUÇU (1994).....	61
QUADRO 5-	ELEIÇÃO PARA DEPUTADO ESTADUAL EM ITAPERUÇU (1994).....	61
QUADRO 6-	ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (1998).....	61
QUADRO 7-	ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (1998).....	61
QUADRO 8-	ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (2002).....	61
QUADRO 9-	ELEIÇÃO PARA DEPUTADO ESTADUAL ITAPERUÇU (2002).....	61
QUADRO 10-	DESPESAS COM PUBLICIDADE NO GOVERNO BETO RICHA (2011-2018)	79
QUADRO 11-	DISTRIBUIÇÃO DE VERBA DE PUBLICIDADE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARANAENSES (326º ANIVERSÁRIO DE CURITIBA)....	81
QUADRO 12-	PARLAMENTARES PARANAENSES PROPRIETÁRIOS DE EMISSORAS (2015-2018).....	87
QUADRO 13-	PARLAMENTARES PARANAENSES PARENTES DE PROPRIETÁRIOS DE EMISSORAS (2015-2018).....	87
QUADRO 14-	PARLAMENTARES TITULARES DA CCTCI (+ 1 ANO) E SEUS VÍNCULOS COM A RADIODIFUSÃO.....	89
QUADRO 15-	QUADRO ATUAL DAS CONCESSÕES DE GERADORAS (GER), EMISSORAS (EMI) E RETRANSMISSORAS (RTV) NO ESTADO DO PARANÁ.....	92
QUADRO 16-	PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADO A PARTIR DA RELAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO (CR).....	94
QUADRO 17-	PARÂMETRO DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADO A PARTIR DO RESULTADO DO ÍNDICE DE HERFINDAHL-HIRSCHMAN (HHI).....	96
QUADRO 18-	PARÂMETRO DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADO A PARTIR DO RESULTADO DO NOAM-INDEX (MOCDI).....	97
QUADRO 19-	RESUMO DOS NÍVEIS CLASSIFICATÓRIOS DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO TELEVISIVO PARANAENSE.....	97
QUADRO 20-	CNT – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA E GÊNERO (2016).....	101
QUADRO 21-	REDETV! – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA E GÊNERO (2016).....	101
QUADRO 22-	TV GAZETA – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA E GÊNERO (2016).....	102
QUADRO 23-	PANORAMA DOS PROPRIETÁRIOS DE RÁDIO E TV NO PARANÁ (1960- 1985).....	119
QUADRO 24-	EMISSORAS DE TV DO PARANÁ E SUAS AFILIAÇÕES A REDES NACIONAIS (1960-1985).....	120
QUADRO 25-	BANCADA PARANAENSE DE PARENTES CÂMARA E SENADO, A PARTIR 2019.....	149
QUADRO 26-	CAPITAL ECONÔMICO DO NÚCLEO FAMILIAR DE MÁRIO JOSÉ E DIRCÉA PETRELLI.....	183
QUADRO 27-	ELEIÇÃO MUNICIPAL JANDAIA DO SUL/ 1976.....	205
QUADRO 28-	ELEIÇÃO MUNICIPAL JANDAIA DO SUL/ 1982.....	206
QUADRO 29-	ELEIÇÃO MUNICIPAL CURITIBA/ 1982.....	207
QUADRO 30-	CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR DE CARLOS ROBERTO MASSA.....	215
QUADRO 31-	CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO.....	249
QUADRO 32-	CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR DE SERAFIM MENEGHEL.....	287
QUADRO 33-	RESUMO DOS CAPITAIS FAMILIARES E PARENTAIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	307

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	O CORONELISMO AINDA REINA.....	107
FIGURA 2 -	FECHAMENTO RÁDIO IGUAÇU DE CURITIBA .....	122
FIGURA 3 -	INFORMAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO POLÍTICA DE PAULO PIMENTEL .....	123
FIGURA 4 -	ESTRUTURAS DO CLIENTELISMO.....	135
FIGURA 5 -	ARQUITETURA DA COMPOSIÇÃO DAS REDES RIC E ND.....	165
FIGURA 6 -	DISTRIBUIÇÃO DAS EMISSORAS RÁDIO/TV/RTV GRUPOS RIC E ND.....	166
FIGURA 7 -	DERIVAÇÃO FAMILIAS DE MÁRIO PETRELLI.....	178
FIGURA 8 -	GENEALOGIA RAMO FAMILIAL LEONARDO PETRELLI (PAI).....	179
FIGURA 9 -	GENEALOGIA RAMO FAMILIAL ALICE PETRELLI (MÃE).....	180
FIGURA 10 -	GENEALOGIA RAMO FAMILIAL MÔNICA BUFFARA (2ª ESPOSA).....	181
FIGURA 11 -	GENEALOGIA RAMO FAMILIAL MÁRIO E DIRCÉA (CASAL).....	182
FIGURA 12 -	PORTIFÓLIO CLIENTES DTCOM.....	190
FIGURA 13 -	SUPOSIÇÃO PARTICIPAÇÃO TV INDEPENDÊNCIA OP. LAVA JATO – 1.	198
FIGURA 14 -	SUPOSIÇÃO PARTICIPAÇÃO TV INDEPENDÊNCIA OP. LAVA JATO – 2.	199
FIGURA 15 -	REQUERIMENTO VERBAS PÚBLICAS TVS ESTADO PARANÁ/ MCTIC..	201
FIGURA 16 -	ESTRATO DE REDE DE PARENTELA, INFLUÊNCIA E PODER DE MÁRIO PETRELLI.....	203
FIGURA 17 -	EMPRESAS FORMADORES DO GRUPO MASSA.....	213
FIGURA 18 -	DISTRIBUIÇÃO DAS RÁDIO/TV/RTV DA REDE MASSA NO PARANÁ....	213
FIGURA 19 -	DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS EMISSORAS RÁDIO DA REDE MASSA NACIONALMENTE.....	214
FIGURA 20 -	GENEALOGIA DESCENDENTES AVÓS CARLOS MASSA .....	219
FIGURA 21 -	GENEALOGIA DESCENDENTES PAIS CARLOS MASSA.....	220
FIGURA 22 -	GENEALOGIA DESCENDENTES PAIS SOLANGE MASSA .....	221
FIGURA 23 -	GENEALOGIA NUCLEO FAMILIAR CARLOS E SOLANGE MASSA.....	222
FIGURA 24-	ESTRATO DA REDE DE PARENTELA. INFLUÊNCIA E PODER DE CARLOS MASSA (RATINHO).....	236
FIGURA 25-	LISTA DE AFINIDADE ENTRE OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS E ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA REDE MASSA/MAIO 2013.....	238
FIGURA 26-	FORMAÇÃO ATUAL DO GRUPO PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO .....	244
FIGURA 27-	DERIVAÇÕES FAMÍLIAS DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO .....	252
FIGURA 28-	GENEALOGIA FRANCISCO CUNHA PEREIRA (PAI) .....	254
FIGURA 29-	GENEALOGIA JULIA DO AMARAL FERREIRA (MÃE) .....	256
FIGURA 30-	GENEALOGIA DESCENDENTES FRANCISCO CUNHA PEREIRA E JULIA DO AMARAL FERREIRA (PAIS) .....	258
FIGURA 31-	GENEALOGIA PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA (GENRO) .....	265
FIGURA 32-	ESTRATO DA REDE DE PARENTELA. INFLUÊNCIA E PODER DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO .....	277
FIGURA 33-	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES .....	279
FIGURA 34-	FILHOS DO CASAL LUIZ E MARIA LUIZA MENEGHEL .....	281
FIGURA 35-	NÚCLEO FAMILIAR DO CASAL SERAFIM E CARLOTA MENEGHEL .....	290

FIGURA 36-	DERIVAÇÕES FAMÍLIA DOS MENEGHEL .....	294
FIGURA 37-	GENEALOGIA DE CHEDE ABRAÃO (PAI DE NAGIBE CHEDE) .....	298
FIGURA 38-	ESTRATO DA REDE DE PARENTELA. INFLUÊNCIA E PODER DE NAGIBE CHEDE .....	306

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	NÚMERO DE CONDENAÇÕES BASEADAS EM DAR, OFERECER, RECEBER (ART 299/CÓDIGO ELEITORAL) NO PARANÁ (1996-2004).....	59
GRÁFICO 2-	PRESENÇA DOS <i>MEDIA</i> NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS (%).....	66
GRÁFICO 3-	CREDIBILIDADE <i>MEDIA</i> ENTRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA (%).....	67
GRÁFICO 4-	NATUREZA DOS PROPRIETÁRIOS DAS EMISSORAS DE TV NO BRASIL (%).....	70
GRÁFICO 5-	NATUREZA E QUANTIDADE EMISSORAS/ RETRANSMISSORAS DE TV NO PARANÁ (OUTUBRO 2018).....	72
GRÁFICO 6-	INVESTIMENTO FEDERAIS EM PUBLICIDADE (EM MILHÕES DE REAIS) E AUDIÊNCIA DA REDE GLOBO TV.....	77
GRÁFICO 7-	DISTRIBUIÇÃO DE VERBA PUBLICITÁRIA PELO EXECUTIVO PARANAENSE (1º SEMESTRE 2019).....	80
GRÁFICO 8-	PARLAMENTARES EM MANDATO QUE SÃO PROPRIETÁRIOS DE EMISSORAS DE RÁDIO.....	86
GRÁFICO 9-	PARLAMENTARES PARANAENSES E O TOTAL DE ANOS COMO TITULARES NA CCTCI (1994-2018).....	89
GRÁFICO 10-	CNT – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA (2012-2016).....	100
GRÁFICO 11-	TV GAZETA – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA (2012- 2016).....	102
GRÁFICO 12-	RESUMO DOS PRINCIPAIS EIXOS COMPONENTES SISTEMA MUDIÁTICO NACIONAL/PARANAENSE.....	106
GRÁFICO 13-	NÚMERO DE GERADORAS E AFILIADAS DE EMISSORAS TV NO BRASIL (2017).....	128
GRÁFICO 14-	NÚMERO DE GERADORAS E AFILIADAS DE EMISSORAS TV - PARANÁ (2018).....	128
GRÁFICO 15-	GENEALOGIA DA PARENTELA VIEIRA RICHIA.....	153
GRÁFICO 16-	DISTRIBUIÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO CAPITAL ECONÔMICO MÁRIO JOSÉ E DIRCÉA PETRELLI POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	186
GRÁFICO 17-	ATIVIDADES DE RELATORIA DEPUTADO RATINHO JUNIOR CCTCI ....	225

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>O EPÍLOGO SISTÊMICO DE UMA “NOVA” REALIDADE</b> .....	24
2.1	CORONEL E SUAS IDIOSSINCRASIAS .....	27
2.2	INSCRIÇÃO SISTÊMICA DO CORONEL .....	36
2.3	TEMPORALIDADE NA VALIDAÇÃO CONCEITUAL .....	42
2.4	CORONELISMO NA CLIVAGEM PARANAENSE .....	48
2.4.1	Arena de disputa e interesses .....	49
2.4.2	Espacialidade de discussões políticas .....	56
2.4.3	Decadência financeira .....	63
<b>3</b>	<b>IDIOSSINCRASIAS DO CAMPO MIDIÁTICO</b> .....	65
3.1	ESDRÚXULA SEGREGAÇÃO .....	67
3.2	MÍDIA E CIFRAS .....	73
3.3	CONCESSÕES DE EMISSORAS – UM PROCESSO OPACO .....	84
3.4	FAMÍLIAS E A CONCENTRAÇÃO DE PODER .....	90
<b>4</b>	<b>CORONELISMO ELETRÔNICO</b> .....	107
4.1	VELHOS PROTAGONISTAS, NOVOS CAPITAIS .....	107
4.2	AFINAL, QUE DIABO É ESSE TAL DE CORONELISMO ELETRÔNICO? .....	111
4.3	QUESTIONAMENTOS HIPOTÉTICOS ACERCA DO TEMPO E DO ESPAÇO.....	118
4.3.1	Validade temporal .....	118
4.3.2	<i>Locus</i> de atuação sistêmica .....	129
4.4	A PERTINÊNCIA RELACIONAL DO BENEFÍCIO MÚTUO .....	129
4.5	NINGUÉM É PÚBLICO PORQUE TODO MUNDO É CASA.....	138
4.6	ESTRUTURAS DE PARENTESCO.....	144
4.7	QUEM É QUEM NO SISTEMA? COMO IDENTIFICÁ-LO?.....	157
<b>5</b>	<b>PARENTELAS EM QUERELAS (NADA) RASTAQUERAS</b> .....	160
5.1	A AGENDA DE MÁRIO .....	161
5.1.1	“Seu Mário”, núcleo familiar e a relação de afeiçoados e compadrios .....	187

5.2	DE SIÃO AO BILHÃO - UMA ELITE SEM NOME E SOBRENOME .....	204
5.2.1	Ratinho e seus afins consanguíneos .....	217
5.2.2	Novos arranjos da ninhada .....	227
5.3	CHICO, QUE BELEZA DE FAMÍLIA E PARENTELA .....	241
5.3.1	“Doutor” Francisco e sua flacidez social .....	266
5.3.2	A sociedade e seus integrantes “anônimos” .....	275
5.4	OS DOCES BANDEIRANTES : A CASTA DA CANA .....	278
5.4.1	O filho da camisa nº 10 .....	285
5.4.2	“A Rádio apaixonada por você” .....	294
5.5	NAGIB CHEDE E A ORIGEM DOS RUDIMENTOS SISTÊMICO .....	296
5.5.1	A gênese de novos capitais .....	296
5.5.2	“Toma lá dá cá” e a TV no Paraná – o início dos arranjos da política de comunicações.	300
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>309</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>311</b>
	<b>ANEXO 1 - ESTRATO BIO E GENEALÓGICO VICTOR NUNES LEAL .....</b>	<b>342</b>
	<b>ANEXO 2 – CORONÉIS DO PARANÁ .....</b>	<b>347</b>
	<b>ANEXO 3 – FOTOS FAMÍLIA PETRELLI .....</b>	<b>352</b>
	<b>ANEXO 4 – FOTOS FAMÍLIA MASSA .....</b>	<b>354</b>
	<b>ANEXO 5 – FOTOS FAMÍLIA CUNHA PEREIRA.....</b>	<b>357</b>
	<b>ANEXO 6 – FOTOS FAMÍLIA MENEGHEL.....</b>	<b>359</b>
	<b>ANEXO 7 – FOTOS FAMÍLIA CHEDE .....</b>	<b>361</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de coronelismo, analisado academicamente de forma pioneira pelo jurista Vitor Nunes Leal<sup>1</sup> no clássico livro *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, datado de 1949, se caracteriza, entre outros aspectos, pela superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada do Brasil, a partir de meados do século dezenove.

No entanto, após quase duzentos anos, esse conceito ainda se faz atual e pertinente, *em alguns dos seus traços*, além de necessário para interpretarmos as presentes conjecturas sociais, políticas e econômicas do país. O clientelismo, a quase indistinção entre o público e o privado, o nepotismo, a restrição democrática, o emprego de coerção física e psicológica, a corrupção, a fraude eleitoral e a conduta arbitrária dos mandões locais são atributos gerais desse sistema tripartite que tem um caminho epistemológico entremeado por múltiplos campos do conhecimento.

Díspares foram as abordagens de sua validade temporal, de seu *locus* de atuação, do seu *ethos*, da inserção discreta das estruturas parentais nesse sistema e do perfil dos seus protagonistas. Brazilianistas, sociólogos brasileiros contemporâneos, cientistas políticos, historiadores, juristas e, mais recentemente, pesquisadores da área da comunicação se apropriaram de traços desse sistema a fim de compreender o Brasil, suas possibilidades e suas complexidades, em diversas áreas.

Esse conceito tem sua aporte teórico calcado na Sociologia Política que visa “[...] construir *pontes interdisciplinares*. [...] É um híbrido interdisciplinar que tenta combinar as variáveis sociais e políticas explanatórias, isto é, os insumos (*inputs*) sugeridos pelo sociólogo e os sugeridos pelo cientista político”. (SARTORI, 1972, p. 112, grifo meu).

No entanto, a importância analítica da obra de Victor Leal propiciou a interpretação do coronelismo para outros campos<sup>2</sup>, trazendo grande aderência, inclusive às Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação). É a partir dos ganhos da especialização das ciências que devemos pensar no diálogo entre elas e produzirmos conhecimentos relevantes. Sendo assim, o objeto de

---

<sup>1</sup> Estrato biográfico e genealógico desse autor tão caro a esta pesquisa encontra-se no Anexo 1.

<sup>2</sup> Utilizo o conceito de campo no transcurso dessa tese segundo a perspectiva teórica de campos de poder de Pierre Bourdieu, no qual o considera um espaço de posições estruturadas por uma distribuição desigual de capital (cf. definição em nota de rodapé nº5), cujo acúmulo permite um jogo de conflitos de poder e tensões entre seus agentes integrantes. Os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam (BOURDIEU, 2001). O que determina a existência de um campo e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas.

pesquisa desta tese se apropriou de restritos contornos idiossincráticos do coronelismo lealiano, a fim de ressignificá-lo para a contemporaneidade, bem como entendê-lo no sistema midiático nacional.

O coronelismo eletrônico não é a simples introjeção do coronelismo no campo comunicacional, de forma abrupta, descontextualizada. Ele é uma “adaptação” às novas maneiras de produzir consenso e hegemonia, tendo os meios de comunicação e seus adendos como um dos entes nesse jogo de tensões econômicas, sociais e políticas. Este conceito “moderno” foi inicialmente pesquisado por Santos e Capparelli (2002; 2005<sup>3</sup>) e teve prosseguimento com Santos, S. (2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009), Lima (2005, 2007, 2008), Lima e Lopes (2007), Santos, R. (2005, 2006) e Stevanin e Santos (2012, 2013). No entanto, praticamente dez anos depois, Aires e Santos (2017) voltam à discussão do conceito trazendo novos questionamentos. Acredito que essa terminologia ainda carece de mais aprofundamento teórico-metodológico, principalmente de pesquisas mais focadas em lócus estaduais e não mais apenas no entendimento global de suas práticas, a fim de entendermos como se desenvolve suas conexões, os arranjos e os agentes locais, o modo de interlocução com Estado e União e, principalmente, para descolar a ideia de que o coronelismo eletrônico (igual sua versão tradicional) é um fenômeno exclusivo de áreas pobres e isoladas ou restrito ao Nordeste brasileiro. Sendo assim, balizo esta pesquisa no primeiro problema de pesquisa – o coronelismo eletrônico é um fenômeno factível e vigente no estado paranaense?

O coronelismo eletrônico traz consigo alguns traços e predicados vitais do seu análogo arcaico que encontram aporte teórico e vasta literatura na Sociologia, tais como clientelismo, patrimonialismo, tempo histórico, o certame eleitoral e o município como espaço de atuação e poder. Acrescento de forma pioneira ao estudo do coronelismo eletrônico um aspecto de relevante importância para entendermos as dinâmicas das conexões entre as estruturas de poder, a participação da máquina estatal, o componente eleitoral e os interesses privados interligados – a família e a parentela. Pesquisas que visam ao estudo da política, família e suas conexões têm seu destaque no campo acadêmico, destacando-se as obras de Ricardo Oliveira (2000a, 2007, 2012), Grill (2003), Dória (2009), Goulart (2014) e Laibida (2016), bem como uma ampla publicação do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), do qual faço parte, que desenvolve investigações sobre a Sociedade, Instituições e Estado, em especial assuntos relacionados aos interesses conexos das estruturas de parentesco e o poder político.

---

<sup>3</sup> Tomo esse artigo como o pioneiro porque foi nele que se discutiu e se comparou o termo coronelismo eletrônico com o coronelismo tradicional de Vitor Nunes Leal pela primeira vez.

Entender relações parentais é compreender de forma genérica a sociedade, sua formação e seus valores, ou na visão de Katia Mattoso (1988), é crucial para entendermos a nossa realidade brasileira. Trago também a discussão o conceito de parentela, fenômeno que no meu entendimento ultrapassa e colabora com as questões consanguíneas familiares da vida privada, vai além do seu caráter pedagógico, protetivo e educacional. Ela determina comportamentos, fomenta desigualdades socioeconômicos, cria e delimita subcampos de interesse, transfere e expande capitais simbólicos e mantém relações de dominância e poder.

Oliveira (2012,2015,2016a,2106b,2017) faz análises imprescindíveis para entendermos as relações de parentesco e seus arranjos de interesses privados, tanto na sociedade política quanto em instituições da sociedade civil, entre elas o campo midiático. Sobrenomes como Mussi, Takayama, Sperafico, Carli, Anibelli e Pugliesi, entre outras dezenas, são algumas das parentelas dominantes e tradicionais do Paraná que povoam essa zona de interconexões. Dessa forma, estipulo o segundo e último problema de pesquisa - por que a família e a parentela, conceitos de grande articulação com o coronelismo eletrônico, estão excluídos da sua matriz analítica e de sua episteme?

Estipulei como objetivo geral de pesquisa discutir a pertinência do coronelismo eletrônico no Paraná, destacando como objetivos específicos - o estudo histórico do conceito do coronelismo lealiano e suas derivações conceituais por diversas regiões do país a fim de trazê-lo para atualidade sem anacronismos (período da República Nova) no intuito de interpretá-lo (alguns traços) em nova ressignificação; entender o campo midiático, demonstrando algumas características marcantes e inerentes do sistema brasileiro de comunicação com a finalidade de contextualizarmos discussões conceituais futuras; aprofundar as questões epistemológica do coronelismo eletrônico, seus agentes e seus entes estruturantes tradicionais (patrimonialismo, clientelismo e família/parentela) e, por fim, estudar empiricamente as relações de poder na estrutura familiar, a construção do habitus de classe de algumas famílias e o coronelismo eletrônico no Paraná.

O recorte temporal utilizado neste estudo é o mesmo período de vigência do objeto de pesquisa que, segundo Santos e Capparelli (2005), tem sua aparição formal a partir do início da República Nova (1985) e prossegue até os dias atuais (2021). O estado do Paraná foi o espaço escolhido pois se caracteriza pela continuidade da hegemonia de poder da classe dominante, presente sempre em sua história e ainda característico nos dias de hoje, além de não haver estudo sobre o coronelismo eletrônico e ampliar as pesquisas do NEP envolvendo instituições

midiáticas, Estado e sobrenomes de expressão na terra das araucárias. Segundo Oliveira (2012), este padrão pode ser visto claramente nas instituições políticas e sociais, e afirma ainda que, no Brasil, poucas regiões são tão expressivas por dominação de grupos familiares como o Paraná.

Dessa forma, busco nessa tese desenvolver as seguintes hipóteses:

- o coronelismo eletrônico é um conceito atual e passível de inserção no Paraná;
- a parentela e a família são um dos eixos estruturantes na construção epistemológica do conceito e têm sua pertinência analítica;
- as relações de parentela nos arranjos políticos, midiáticos e econômicos na sociedade paranaense agem em ações de lobby (interesses de grupos de pressão) e são claramente escamoteadas;
- ocorre uma concentração familiar no sistema midiático paranaense;
- o sistema familiar midiático é dependente do sistema político nas questões de financiamento.

A fim de alcançar os objetivos propostos e testar as hipóteses de pesquisa ora estipulados, faço uso da pesquisa documental nos capítulos 2,3 e 4, tomando como fontes jornais, revistas, dissertações, teses, artigos científicos, livros, vídeos documentais, site da Anatel, site do Ministério das Comunicações. Já no quinto capítulo, além da utilização de outras fontes - depoimentos, biografias, pronunciamentos na ALEP, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, notas taquigráficas, relatórios CCTCI, blogs políticos paranaenses, programas de auditório, planilhas de gastos institucionais, contratos, Lei de Acesso da Informação, redes sociais (*Facebook, LinkedIn e Twitter*) - utilizo-me também de entrevistas e dos métodos genealógico e prosopográfico.

O primeiro é fundamental para a sociologia dos ricos e poderosos (caso dos agentes do coronelismo eletrônico), revelando estruturas de parentesco e a relação entre diferentes indivíduos e famílias na longa duração. Segundo Ricardo Costa de Oliveira, ela consiste em “uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmos imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexa rede de parentesco e de interesse unidas entre si”. (2012, p.77). O estudo genealógico é fundamental para entendermos a sociologia dos ricos e poderosos.

Já o método prosopográfico visa à investigação, segundo Lawrence Stone,

das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo

a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (STONE, 2011,p.115).

Ou seja, a prosopografia justaposta à genealogia, possibilita a pesquisa histórica a montagem de perfis sociais, culturais e políticos de diferentes grupos, elites ou profissões. Ambos os métodos possibilitam interpretar as origens dos arranjos sociais, econômicos e políticos das classes dominantes e dos clãs divergentes a essa lógica elitista.

Uma questão metodológica no quinto capítulo que requer detalhamento e mais enfoque é a forma como foram conduzidas as entrevistas. A fim de trazer dados qualificados aos estudos genealógicos e às práticas de jornalismo seletivas aplicadas pelos telejornais das emissoras familiares, foram realizados/enviados questionamentos/entrevistas semiestruturadas nas seguintes condições:

<i>Entrevistado</i>	<i>Data entrevista</i>	<i>Forma entrevista</i>
Entrevistado 6	10 MAR 20	Telefone
Entrevistado 3	15 MAR 20	Pessoalmente
Joice Hasselmann	1º JUL 20	E-mail (não respondeu)
Entrevistado 2	2 JUL 20	Pessoalmente
Ogier Buchi	10 JUL 20	Pessoalmente
Entrevistado 1	17 JUL 20	Telefone
Fabio Campana	20 JUL 20	Email (não respondeu)
Reinaldo Bessa	20 JUL 20	Email
Entrevistado 4	22 JUL 20	Telefone
Entrevistado 5	22 JUL 20	Pessoalmente
Dirceu Pio	23 JUL 20	Email
Entrevistado 7	8 DEZ 20	Telefone
Entrevistado 8	16 DEZ 20	Telefone
Entrevistado 9	17 DEZ 20	Pessoalmente
Entrevistado 10	15 DEZ 20	Email
Celso Nascimento	15 DEZ 20	E-mail (não respondeu)
Entrevistado 11	18 DEZ 20	Pessoalmente
Entrevistado 12	18 DEZ 20	Telefone
Entrevistado 13	19 DEZ 20	Pessoalmente
Entrevistado 14	4 JAN 21	Telefone
Entrevistado 15	6 JAN 21	Telefone
Entrevistado 16	6 JAN 21	Pessoalmente
Luciano Paschoal	7 JAN 21	Telefone
Entrevistado 17	16 FEV 21	Pessoalmente

Nota-se que no rol de entrevistados há pessoas anônimas (apenas citadas por entrevistado e um algarismo numérico). Essa medida foi tomada por este pesquisador mediante

solicitação dos entrevistados por questões pessoais e profissionais. Estes anônimos são pessoas detentoras de informações que colaboraram sobremaneira para a descrição de casos empíricos que envolveram relações de clientelismo e patrimonialismo entre proprietários e diretores de emissoras de TV, verbas públicas, instituições públicas, jornalistas e personagens da política local, estadual e federal.

Face ao exposto, este pesquisador estabelece como tese a pertinência e a vigência do coronelismo eletrônico no estado do Paraná, bem como sustento os conceitos de família/parentela como eixos estruturantes desse fenômeno. Desta forma, a pesquisa está dividida em cinco capítulos (além das considerações finais). Nesta introdução realizei uma abordagem sumária do estado da arte do tema, dos principais conceitos que serão discutidos (coronelismo eletrônico, parentela e família), do objeto de pesquisa (coronelismo eletrônico) e do objetivo geral, bem como defini a tese de sustentação, o problema de pesquisa, seu espaço de atuação, a metodologia e os limites temporais, justificando as escolhas.

No segundo capítulo é apresentado o histórico do conceito do coronelismo, desde as tradições do Brasil quinhentista, perpassando pela monarquia, pelas constituições de 1824 e 1891, pelo início da República, pelo período do conceito quando analisado por Victor Leal, até o início do mandato getulino, migrando por diversas regiões do país a fim de trazê-lo em parte para atualidade no intuito de interpretá-lo, de *ressignificá-lo, incorporar alguns traços, sem obviamente torná-lo extemporâneo*.

Já no capítulo três, se uma das hipótese de pesquisa é testar a validade que o coronelismo eletrônico é um fenômeno multicampo (incluindo-se a mídia) pertencente ao estado paranaense e aos dias atuais, é importante entender antes o que é o campo midiático, demonstrar algumas características marcantes e inerentes do sistema brasileiro de comunicação com a finalidade de contextualizarmos discussões conceituais futuras sobre a mídia, coronelismo, parentela e família, tais como opacidade nas relações, concentração de poder em restritas famílias, presença política, dependência econômica com o Estado, entre outras. Agrego como contribuição acessória neste capítulo a utilização inovadora de técnicas metodológicas pioneiras do cientista político Juliano Domingues-da-Silva (2014) que utiliza recursos da microeconomia para analisar e mensurar o grau de concentração familiar no campo midiático e a limitada pluralidade de vozes.

Depois de analisado o coronelismo e entendido as vicissitudes do campo comunicacional, o quarto capítulo é voltado exclusivamente para o aprofundamento nas

questões epistemológicas do objeto de pesquisa, seus agentes e seus entes estruturantes tradicionais (patrimonialismo e clientelismo). Contribuo nessa trajetória de desenvolvimento do conceito com a inclusão essencial da parentela como um novo eixo basilar a se juntar aos demais, bem como propus uma tentativa inicial de metodologia de identificação do sistema e dos seus agentes.

Estendendo empiricamente a análise do coronelismo eletrônico no Paraná, selecionei o quinto capítulo para reiterar a tese desta pesquisa e a confirmação das hipóteses de que o objeto de pesquisa é um fenômeno corrente e tem sua inserção e suas manifestações no estado paranaense. Foram selecionados como *corpus* cinco famílias que integram o sistema de comunicação regional e detém certo poder simbólico local (Petrelli, Massa, Meneghel, Cunha Pereira e Chede) no estado e que têm no campo midiático um dos seus principais capitais simbólicos, além de serem personalidades bem articuladas na tessitura orgânica da esfera pública tripartite. A opção pelos Cunha Pereira e Petrelli se deveu por serem famílias da classe dominante tradicional, bem como pelo protagonismo na radiodifusão comercial, pelo histórico no campo midiático e pela articulação familiar com as estruturas do Estado. As agendas de bolso repleta de contatos de Estado de Mario Petrelli e as amizades políticas de “Chico Beleza” Cunha Pereira são tópicos interessantes de análise nesse subcapítulo.

Já os Massa se encaixam no aspecto antagônico, são uma família outsider e periférica, não se perfilam à prosopografia das clássicas famílias da elite paranaense, mas convivem com um crescimento exponencial para além do estado, com uma inserção célere e pujante na seara política, tanto que Carlos Massa já foi vereador, por três mandatos em cidades distintas, e deputado federal e seu filho, Carlos Massa Jr, já foi deputado estadual e deputado federal com maior número de votos, além de ser o atual (2019-2022) governador do Paraná. Suas fortes ligações com o chefe do executivo nacional e seu grande vínculo com personagens da mídia nacional lhes dão grande status no panorama político e comunicacional. O Ratinho de um bilhão de reais, as viagens de negócio como “Véio da Havan”, Luciano Hang, e o encontro com direito à rabadá no almoço com Lula na Granja do Torto marcam uma das diversas passagens na trajetória do pai do candidato sem nome e sobrenome.

A opção pelos Meneghel se deveu pela escassez em pesquisa biográficas e genealógicas dessa família dominante, pela influência destacada no Norte do Paraná e por possuírem diversos capitais em investimento, inclusive o midiático. O “coronel” Serafim Meneghel, sua prole, ascendentes e amigos dão o rumo à análise dos arranjos entre seus negócios, o Estado e as

conveniências público-privadas no município de Bandeirantes. Das poucas informações qualificadas que obtive, pude identificar um Serafim visceral que deu tiro na bola durante o jogo do time de futebol de sua propriedade, investiu de forma pioneira nos teleleilões do Canal do Boi, era querido na cidade, ajuda seu pares, conduzia por meio de sua esposa ações sociais, detinha vultosa quantidade monetária, usava o típico chapéu de palha do mandão local nordestino, indicava prefeitos e sobretudo, estava envolvido diretamente com seu município e a política local.

Por fim, detive-me em uma família imigrante da Síria, mesmo sendo fora do recorte temporal da tese. Os Chede Abraão, em específico o empresário e advogado Nagibe Chede, personagem datado entre o período de Getúlio Vargas e os presidentes militares. A escolha familiar se deveu baseado em seu pioneirismo na radiodifusão televisiva no Paraná, pelo seu protagonismo inovador em utilizar prepostos na direção de emissoras de radiodifusão a fim de burlar dispositivos jurídicos (prática comum e quase indissociada do campo comunicacional até hoje) e de forma precursora pelos acordos clientelares na concessão de emissoras feitos diretamente com o chefe do executivo nacional, sem intermediação, comuns até então, com assessores de gabinete da presidência da República ou membros da Comissão Técnica de Rádio do Ministério da Viação e Obras Públicas. Nagibe Chede também foi membro do Tribunal de Contas e seu irmão presidente da Assembleia Legislativa. O que tinham em comum – “amigos”, daqueles com “correição”, e Nagib uma esposa, que sabia pedir.

Foi seguido um roteiro de estudo para cada família mencionada que constou, em geral, de uma análise da trajetória empresarial, biográfica, midiática, política, seguida de uma esboço de montagem de linhas genealógicas dos ascendentes e descendentes, passando por um análise das relações parentelares com ações de patrimonialismo e de clientelismo, terminando com um estrato de representação gráfica de conexões.

Acrescento neste preâmbulo a grande dificuldade de se obter informações da radiodifusão (falta de transparência de dados, diversidade de locais para obtenção de dados, informações desconstruídas, práticas protelatórias de informação pelo Estado, utilização de prepostos, transações escamoteadas) e principalmente de se estudar a elite<sup>4</sup>, a classe dominante, aqueles de dons diferenciados, os juizes, políticos, donos de cartório, empresários, membros do Ministério Público, dos tribunais de justiça e dos donos de emissoras de TV e rádio, que têm

---

<sup>4</sup> Utiliza o termo elite baseado na definição de Pareto (1933) que considera o fenômeno como uma forma de classificar grupos sociais que se destacam dos demais pelos seus dons e pela suas qualidades superiores, compondo um segmento minoritário.



no Estado e na própria sociedade um dos seus grandes “tutores”, têm o poder de fala, de dissimulação, a lei e a sua omissão quase sempre ao seu lado, da capacidade de produzir apagamentos seletivos e de produzir defesa entre seus pares. Ou como diz Oliveira, “os ricos apresentam formas de riqueza social e de patrimônio ocultas aos olhares investigativos”. (2012, p.74).

Por fim, a escolha do título *Coronelismo Eletrônico no Paraná: Estado, mídia, parentelas em querelas (nada) rastaqueras* se justifica por trazer uma proposta ressignificada de alguns traços do coronelismo arcaico em uma discussão que envolve a estrutura familiar e parentelar e suas conexões com o campo político em negociações sofisticadas e de natureza circunspecta. Além disso a tese contribui com o campo acadêmico e com as pesquisas da Sociologia Política e da Comunicação no seguintes aspectos:

- Discussão da análise conceitual do coronelismo de Victor Nunes Leal, fenômeno tão caro à sociologia política e pouco estudada no Brasil e no Paraná;
- Início de forma pioneira do estudo do coronelismo eletrônico no estado paranaense;
- Discussão da inclusão pertinente do conceito de família e parentela na construção epistemológica do coronelismo eletrônico;
- Ampliação do estudo da família na sobreposição inédita com o campo midiático;
- Estudo do posicionamento, dos arranjos políticos e das elites paranaenses da radiodifusão.

## 2. O EPÍLOGO SISTÊMICO DE UMA “NOVA” REALIDADE

A origem da formação dos grandes grupos midiáticos é indissociável à formação histórica e política brasileira e nos remete a uma regressão temporal original à época colonial, se desenvolve por toda monarquia e se consolida na república nova em convergência com outros campos de poder. Sofreu influências de diversos ciclos econômicos que se estendeu pelo extrativismo, pela agropecuária, pela mineração, pela industrialização e pelas relações comerciais de bens e serviços, tanto em áreas rurais latifundiárias quanto em ambientes urbanos, empregando mão-de-obra escrava, livre e assalariada. Cada região do país desenvolveu suas idiossincrasias na consolidação dos grupos midiáticos, seus personagens com seus respectivos capitais simbólicos, seus grupos hegemônicos e contrahegemônicos, suas estratégias para a manutenção e subversão do *status quo* vigente, mas também desenvolveu predicados que tiveram abrangência nacional que se arraigaram até hoje.

Ressalta-se a interpolada relação de formação e de consolidação do campo midiático contemporâneo com o campo político e da relevante proximidade com o econômico, bem como as relações conexas e quase indissociáveis de clientelismo, de concentração de poder e de redes familiares nesta convergência de campos, que são conceitos sociológicos e de inserção histórica vital para a sobrevivência, para a interpretação e, sobretudo, para a ressignificação do campo político e midiático nacional da contemporaneidade.

Esta paulatina aglutinação de poderes em prol de personagens com vínculos diretos ou indiretos com a órbita política, que promoveu a consolidação difusa das relações pessoas-estatais atuais, necessita de um breve e introdutório regresso histórico, iniciando-se pelo pioneiro Brasil-Colônia<sup>5</sup>, mas sempre se fazendo analogia com o quadro presente. Este levantamento temporal se faz necessário a fim de se compreender como foram consolidadas as alianças, familiares em seu bojo, entre o poder central de outrora e os notórios precursores de concessões.

Os donatários das capitanias hereditárias eram súditos, quase que na íntegra, da Coroa real e pertenciam, em geral, à pequena nobreza, a nobreza da “terra”<sup>6</sup>, que junta ao povo português formaram a genealogia da classe dominante brasileira. Era composta por militares, homens de negócio, burocratas, nobres da terra, magistrados, escrivães, bacharéis, ordenanças

---

<sup>5</sup> Cf. Oliveira (2012), o termo “colônia” não era muito utilizado e parece ser um anacronismo emprestado da arquitetura política britânica. O mais comum era o “Estado do Brasil”, mais estruturado politicamente.

<sup>6</sup> Aprofundamento desta estratificação social em OLIVEIRA (op.cit, p.26-30)

e eram escolhidos como receptores desses lotes de terra pelo poder financeiro, pela representatividade social e/ou pela proximidade com a nobreza real, tendo algum capital<sup>7</sup> social, político ou econômico a compartilhar com a fausta corte lusitana.

Doze dos treze donatários agraciados, conforme consta em suas cartas de doação, “eram inequivocamente fidalgos da Casa Real” (COSENTINO,2015, p.537), o que atestavam suas importâncias sociais e as suas inserções no estrato da realeza.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DE DONATÁRIOS E SUAS OCUPAÇÕES SOCIAIS

DONATÁRIO	OCUPAÇÃO
Martim Afonso de Souza	Membro do Conselho do Rei; militar de destaque; proprietário de vilas; fidalgo da Casa Real; amigo pessoal e de infância do rei D. João III; primo-irmão do ministro das Finanças, D. Ataíde (principal assessor real)
Pero Lopes de Souza	Irmão de Martim Afonso de Souza; aristocrata
Pero de Góis Silveira	Lugar-tenente de Martim Afonso de Souza
Fernão Álvares de Andrade	Membro do Conselho do Rei; tesoureiro-mor do reino; funcionário da Fazenda de maior graduação; um dos homens mais ricos de Portugal
Jorge de Figueiredo Corrêa	Secretário do Tesouro real; um dos homens mais ricos de Portugal
João de Barros	Feitor da Casa da Índia; escritor; gramático; filólogo
Duarte Coelho Pereira	Fidalgo; militar; navegador; nobre agrário; concunhado do escrivão oficial real – Manuel de Moura; filho do navegador Gonçalo Coelho
Francisco Pereira Coutinho	Capitão de Goa; conselheiro de João III; filho do governador de Santarém – Afonso Pereira
Pero de Campo Tourinho	Proprietário de terras; comerciante marítimo de tecidos finos do norte europeu; aristocrata
Vasco Fernandes Coutinho	Militar de destaque; participante da consolidação da coroa lusitana no Oriente; Alcaide-mor da fortaleza de Ormuz, no Golfo Pérsico; amigo de D. Ataíde
Aires da Cunha	Navegador, militar que integrou a frota liderada por Pedro Álvares Cabral na viagem de 1500; Chefe da esquadra guarda costa de Açores
Antônio Cardoso de Barros	Provedor-geral da Fazenda

FONTE: ABREU (1998)

<sup>7</sup> Utilizarei por diversas vezes a terminologia capital, tomando por base o conceito bourdieusiana que o deriva da noção econômica, em que o capital é um tipo de estoque de elementos que podem ser possuídos por um indivíduo, se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e pode ser transmitido de geração em geração de maneira variável e dependente de contextos sociais. O valor relativo dos diferentes tipos de capitais propicia um fator de lutas simbólicas e é determinada pelo volume e pela qualidade do capital que o agente detém. (BOURDIEU, 1992). Segundo o conceito original, se desdobra em econômico, cultural e social, mas o estendo também às conjunturas midiáticas. Qualquer espécie de capital “tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que, talvez, fosse preferível falar, a rigor, de efeitos simbólicos do capital) quando obtém um reconhecimento explícito ou prático de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado”. (MARTIN, 2017, p.111).

Estes súditos possuíam o direito de usufruir das propriedades, do comando militar, o direito de exercer a justiça, de arrecadar taxas e administrar. Era-se esperado, o que não se consolidou, que estes nobres possuíssem habilidades de investimento, de administração, de bom relacionamento com os indígenas, além de prover uma boa defesa militar às novas terras. Quanto a estas, o donatário deveria distribuí-las gratuitamente, em sesmarias<sup>8</sup>, aos que tivessem condições de cultivá-las, e reservar determinada área (20%) para uso seu e dos futuros titulares da donataria (80%).

Esta subdivisão fundiária de cunho político e social teve sua distribuição feita de maneira direcionada e heterogênea, principalmente quanto à dimensão dos lotes (a próspera região nordeste, de maioria de concessões da nobreza lusitana, era maior que a sulina) e constituiu-se no principal e pioneiro meio de povoar a nova terra, bem como promover uma proteção da costa contra às investidas francesas no litoral nacional, além de ser a gênese dos latifúndios, tornando-se, em seguida, em vilas e em municípios, o espaço de atuação do mandonismo, do poderio local privado e das forças de sustentação dos políticos dominantes. Na realidade, as sesmarias eram doadas aos poderosos que alegassem possuir meios para explorá-las e que pudessem fundar engenhos. Como observa Oliveira Vianna, em seus pedidos, os requerentes de sesmarias faziam constar, em consonância com os pensamentos da Coroa, que eram homens de posses. Cada um dos pretendentes se justificava dizendo que “[sic] hé home de muita posse e família” ou que “hé home de posse assim de gente como de criasões q’ha um morador san pertensentes”, ou que “tem muita abriqua de guado de toda sorte e escravos como qualquer morador”. (1933, p.56-57).

Evidencia-se que estes nobres não as tinham como donos, mas como administradores ou “concessionários” e não podiam, entre outros aspectos:

partir a [capitania e a governança], nem escainhar, espedaçar, nem em outro modo alhear, nem em casamento a filho ou filha, nem a outra pessoa dar, nem para tirar pai ou filho ou outra alguma pessoa de cativo nem por outra cousa ainda que seja mais piedosa porque minha[a do rei] intenção e vontade é que a capitania e governança e cousas do dito capitão e governador nesta doação dadas hão de ser sempre juntas e se não partam nem alienem em tempo algum. (ABREU, 1998).

---

<sup>8</sup> Lotes de terra de dimensões diversas concedidos pela Coroa Real a terceiros. Ver em MERÊA (1924) e LIMA, R (1988). Com relação às sesmarias no atual estado do Paraná, a obra de Marina Ritter – As sesmarias no Paraná no século XVIII. Curitiba: IGHP, 1980, realizou uma ampla cartografia da genealogia familiar dos nobres concessionários latifundiários, suas distribuições geográficas e seus evidentes poderes locais atuais.

Esta forma de concessão latifundiária, oficialmente extinta em 1850<sup>9</sup>, proporcionou o surgimento de um novo protagonista – o coronel – arquétipo de uma ressignificada figura dominante, atuante originalmente e prioritariamente em vilas afastadas dos centros urbanos, configurando-se em uma nova “nobreza” pertencente integralmente à prosopografia brasileira. O coronel é personagem fundamental, direta ou indiretamente, para se analisar as relações de poder atual, que inicialmente fora econômica, mas, com o transcorrer temporal, tornou-se veementemente social e político. Além disso, retrocede-se a ele a fim de se entender as relações de clientelismo na administração da *res publica* bem como para se evidenciar a manutenção por parte de antigas e tradicionais estruturas oligárquicas de poder em diversas searas da sociedade civil e política brasileira. O coronel é figura fulcral no entendimento das rotinas tanto na grande quanto na pequena política nacional, mas têm suas idiossincrasias diversas em cada região do país.

Com o intuito de se aprofundar nesta categoria histórico-sociológico, mote desta pesquisa, este autor crê na necessidade de se traçar um *ethos* coronelístico, obviamente avesso à bricolagem de diversos perfis díspares existentes de acordo com a região de atuação, a fim de integrá-lo, seguidamente, ao campo midiático, bem como crê na necessidade de se entender como ocorreu o processo panorâmico de “surgimento” desta figura empírica e sua trajetória social na espacialidade e tempo.

## 2.1. CORONEL E SUAS IDIOSSINCRASIAS

Após abdicação e o regresso de D. Pedro I para Portugal, em 1831, o Brasil Colônia, segundo a Constituição de 1824, ingressou em um sistema regencial (1831-1845) e passou a ser administrado inicialmente por uma trina provisória, haja vista que o sucessor do então rei era apenas uma criança de cinco anos de idade. Em resposta às agitações militares e populares ocorridas neste tumultuado período histórico, criou-se, em 1831, a Guarda Nacional, semelhante ao modelo francês com raízes populares, mas de timbre aristocrático com traços plebeus e democráticos, subordinada ao Ministério da Justiça e que tinha como principais deveres legais:

---

<sup>9</sup> Segundo a Lei de Terras, a propriedade da terra deixou de integrar o patrimônio pessoal do Imperador, que a distribuía segundo o prestígio social do beneficiário, passava a ser considerada tão-somente uma mercadoria, a ser adquirida na proporção do poder econômico de seu comprador, favorecendo pequenos agricultores e posseiros. (JUNQUEIRA, 1942)

Art. 2º - Os serviços de Guardas Nacionais constituirão: 1º Em serviços ordinários dentro do município  
Art. 3º As Guardas Nacionais serão organizadas em todo o Império por Municípios [...]  
Art. 6º. As Guardas Nacionais estarão subordinadas aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminaes, aos Presidentes das Províncias, e ao Ministro da Justiça. (BRASIL, 1831).

Na sua estrutura, de acordo com Brasil (1831), a Guarda era composta, entre outros cargos, por capitães, majores e tenentes-coronéis que seriam designados de forma representativa por meio de escrutínio secreto e por maioria absoluta simples. No entanto, em 1850, a lei nº 602, de 19 de setembro, reformulou a Guarda Nacional<sup>10</sup>, extinguindo o processo eleitoral direto para ocupação dos postos de oficiais, proporcionando alterações consideráveis em sua organização. Entre elas, pode-se destacar o novo processo de ocupação de altos cargos que, segundo o novo dispositivo legal “Todos os oficiais da Guarda Nacional terão patentes, e por elas *pagarão* de novo direito além do Sello, a quantia equivalente a um mês do soldo que competir aos oficiais de linha de iguais postos”. (BRASIL, 1850, grifo meu).

A extinção deste sistema democrático priorizou o capital econômico em detrimento à representação social, propiciando e fomentando o distanciamento já existente entre os integrantes daquela instituição, mas, principalmente, evidenciando o conluio de interesses político e econômico entre o Estado, responsável pela concessão honorífica (BRASIL, 1850), e o “novo nobre” de direito e de fato, futuro mandão local, proprietário de terras, e ora detentor do poder de distribuição de cargos subalternos a quem lhe convir. Sendo assim, destaca-se a presença do clientelismo e do patrimonialismo nas distribuições e no “comércio” de postos funcionais em instituições reais, semelhante aos títulos nobiliárquicos de nobreza imperial que se enquadravam nesta relação monetária, mas tomando por base o quantitativo latifundiário, o montante de escravos pertencente e o volume agrícola produzido pelo postulante à nobreza.

Esta instituição teve sua extinção decretada apenas em 1918 já na República Nova. No entanto, foi no transcurso de sua existência que apareceu e, principalmente, se consolidou a figura do coronel<sup>11</sup> em quase todo município. Mesmo com o fim da Guarda, os coronéis continuaram coronéis, em uma forma tácita de poder e de respeito pelos seus seguidores, independente de amparo legal.

---

<sup>10</sup>Aprofundamento do tema na obra *Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, de Jeanne Castro (1977).

<sup>11</sup> A etimologia de coronel deriva do italiano, com o sentido de *colonello*: o comandante ou chefe de coluna. No Brasil Colônia, sob influência espanhola, correspondia ao mestre de campo de tradição romana (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2020)

No entanto, o título de coronel era ofuscado por outras categorias de nobreza (duque, marquês, visconde, conde e barão), além dos títulos acadêmicos de doutor (médico) e bacharel (advogado) e engenheiro. Segundo Pang (1979, p.26), como a média e a baixa nobreza nacional não tinham o capital econômico ou acadêmico suficiente para obtê-los, o posto militar era o título mais acessível, tornando-o em um título jocoso ou vulgar perante a sociedade real, semelhante a um novo-rico.

A procura pelo status de nobreza não se restringiu apenas à aristocracia inculta do sertão, as pessoas de boa família, as de formação acadêmica e os proprietários de engenho de açúcar também tinham o interesse. Podem-se exemplificar:

Felipe Ferreira de Araújo Pinho, um senhor de engenho baiano, formado pela Sorbonne, foi nomeado tenente-coronel dez anos depois de ser *bachelier ès sciences mathématiques*. Do mesmo modo, o pai e o filho do clã Costa Pinto (o conde de Sergimirim e o visconde de Oliveira) foram comandantes da unidade da Guarda Local. Em Pernambuco, o barão de Vila Bela de Pesqueira, o barão de Atalaia, Águas Belas, e o barão de Exu foram coronéis da Guarda Nacional. (PANG, 1979, p.27).

O importante que deve ser destacado nesta busca por títulos honoríficos é que os políticos que postulavam cargos nas esferas estadual ou nacional demandavam de apoio dos mandões locais a fim de aumentar seu curral eleitoral. Sendo assim, estes parlamentares ou postulantes ao cargo solicitavam apoio de representantes do executivo (entre eles o Ministro da Justiça – responsável direto pela Guarda Nacional) que se utilizavam legalmente da distribuição vendável de títulos de coronel em troca do direcionamento do voto ao seu candidato. Utilizavam-se diversas práticas persuasivas físicas ou psicológicas, caracterizando relações de clientelismo e o comércio de concessões públicas.

A patente de coronel deixou, paulatinamente, durante o século dezenove de se relacionar com o exercício estrito legal e com as atribuições militares ou policiais e passou a ter um componente de projeção de poder, de dominância, de deferência pública, de distinção aos chefes políticos locais e de arbitragem social com ululante liderança política, principalmente durante o período inicial da República nas diversas regiões do país. Incorrem-se em corriqueiros e contumazes interpretações inadequadas quando se tenta criar uma relação exclusiva do coronel com o latifúndio e com as relações fundiárias (CARONE, 1975). Esta suposição é errônea. Trazendo à tona diversas literaturas do tema, chega-se à conclusão de que este personagem pode se adaptar em diversos estratos sociais, tais como Chaul e Barbosa (1998) mostram que em Goiás o coronel estava “desvinculado da posse de terra e se destaca não por suas posses,

mas pela capacidade de articular o mando com a violência”. André Heráclio do Rego (2008) comenta que esta figura nem sempre se confunde com a grande propriedade ou o grande comerciante, mas quando estas duas condições se reuniam o coronel era muito mais poderoso. Eul-Soo Pang (op. cit., p.57-58) chegou até a categorizar os coronéis em quatro divisões ocupacionais: proprietário de terras, comerciante, industrial e padre. Victor Nunes Leal em sua obra pioneira e original de 1949 sobre o conceito, já destacara:

Os chefes políticos municipais *nem sempre são os autênticos coronéis*. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilitava à chefia [...] Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o coronel, que comanda discricionariamente um lote considerado de votos de cabresto”. (LEAL, 2012, p.44-45, grifo meu).

E complementou em seguida:

Muitas vezes, existindo isolados, o coronel dominando da sua fazenda e congregando outros fazendeiros, com influência na cidade porque deles dependiam o comércio com o fornecedor, advogados e médicos para a garantia da clientela, funcionários que eles podiam nomear e demitir arbitrariamente, outras atividades por idênticos motivos; o doutor, mais pelo poder da inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e na medicina às famílias ricas ou às massas pobres. Muitas outras vezes, em simbiose: o coronel entrava com a influência pessoal ou do clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbindo-se das campanhas jornalísticas, da oratória nas ocasiões solenes, do alistamento, das trucas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates da vereança quando havia oposição. (op. cit., p.243)

E mais à frente, em 1980, na obra *O coronelismo e o coronelismo de cada um*, reiterado no mesmo ano em discurso feito a Cândido Mendes, Victor Nunes é enfático ao criticar a interpretação enviesada de Pang, dizendo que “na sua pesquisa realmente monumental define o coronelismo, não é evidentemente ao meu coronelismo que se refere [...] Em nenhum momento – repito – chamei o coronel de senhor absoluto. Nem jamais passou pela cabeça.” (LEAL, 1980, p.12; 1980b, p.4).

Seguindo neste íterim, outro exemplo empírico, mas de abrangência pontual, de que os coronéis não eram exclusivamente os opulentos senhores de terra e homens brancos, Maria Janotti (1981), na sua obra *O coronelismo: uma política de compromissos*, discorreu sobre a rica matriarca maranhense de extensa família Ana Jânsen Pereira, chefe da facção liberal da Província de São Luís que, durante a Guerra da Balaiada (1837-1840), financiou a preparação militar do batalhão da Guarda Nacional local comandado pelo Tenente-Coronel Izidoro Jânsen Pereira, seu filho. “Donana” utilizou diversas táticas a fim de manter seu poder local, entre elas o recrutamento, em um ano, de 1944 homens, muitos deles familiares de seus adversários,



enviando 909 para a região Sul do país, o emprego de agressões a jornalistas locais, assassinatos, espancamentos e até sabotagem em poços de água de comerciantes adversários.

Na região norte da Chapada Diamantina, especificamente em Morro do Chapéu, destacou-se, segundo Sampaio (2009), um jovem comerciante que, posteriormente, especializou-se em pedras preciosas, principalmente de carbonato, e tornou-se representante da empresa francesa de comércio de diamantes *Levy de Paris*. Em consequência da sua riqueza comercial, inclusive tornando-se o homem mais rico da região, titulou-se coronel Francisco Dias Coelho (1864-1919), um negro oriundo de duas famílias pobres africanas, agregadas, pequenas e sem nenhuma evidência política ou social na sociedade local, inclusive a sua linha patriarcal descendeu de um ex-escravo africano da Fazenda Gurgalha. Destaca-se também que não pertenceu nem formou uma família patriarcal clássica dos coronéis de outrora. Casou-se com uma mulher viúva quinze anos mais velha já com uma filha, perfil díspar aos costumes do império. Aparentemente formalizou um pacto social de inclusão na sociedade branca local, chegando a expandir publicamente sua figura pública de coronel.

Este “pacto” não escrito que chancela muitas personalidades o direito de adquirir o posto e o poder simbólico<sup>12</sup> do coronel tem também que ser analisado no prisma do sagrado e da dominação carismática weberiana<sup>13</sup> com a sua correlata refutação bourdieusiana sobre a subjetividade do campo religioso, discussão esta que será realizada em etapa futura desta pesquisa.

“Mas o verdadeiro coronel era aquele que possuindo ou não o título, assim era considerado por suas gentes, por seus aliados e mesmo por seus adversários e inimigos” (RÊGO, 2008, p.68). Os padres, os párocos ou os “messias” têm grande destaque na ocupação destes espaços sociais de dominação. Eles se enquadram, também, nessa assertiva e nesse contexto de poder. A fim de exemplificar esses personagens de pouca inclusão em pesquisas coronelísticas, podem ser evidenciadas as figuras messiânicas de Antônio Conselheiro, líder da Guerra de Canudos (1896-1897), os “monges” da Guerra do Contestado (1912-1916), bem

---

<sup>12</sup> Para Bourdieu, é um poder que se transmite por meio da comunicação, dos discursos, e que também funciona como um instrumento político de manutenção das desigualdades sociais, do *status quo*.

<sup>13</sup> Segundo Max Weber, “é a qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto de profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefe de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar, e, portanto, como “líder”” (1982, p-158-159).

como a clássica e polêmica figura de Cícero Romão Batista, o Padre Cícero<sup>14</sup>, que são citados não apenas como representantes do panteão da devoção popular, mas, principalmente o último, com líder político e social dentro dos seus contextos locais e regionais.

O “Padim Ciço”, conforme denominação no vernáculo popular local, foi o primeiro prefeito de Juazeiro do Norte, o primeiro vice-governador do recém-criado estado do Ceará, além de deputado federal não diplomado pelo mesmo estado. Líder social e político de quase todo o Nordeste, foi figura decisiva em diversas campanhas eleitorais. O candidato que postulava a um cargo no legislativo e no executivo, inclusive nacional, necessitava de sua indicação e apadrinhamento. A fim de caracterizar a projeção do seu capital político, segundo Lourenço Filho (2002), o então governador do Ceará, coronel Marcos Francisco Rabelo, fora deposto em 1914 por fanáticos do padre Cícero, e substituído pelo seu aliado mais próximo Floro Bartolomeu, no episódio histórico conhecido por Sedição do Juazeiro<sup>15</sup>, a que fora atribuído não poucos crimes ao padre Cícero, retratando-o sistematicamente movido pelos piores sentimentos.

a “guerra santa” era o que menos interessava aos “chefes”. Todavia, alcançado o objetivo inicial da deposição do governador Franco Rabelo, foi esse o aspecto da luta que avultou. Os vencedores foram, de fato, os fanáticos do padre Cícero. Eles acabaram por incomodar o próprio interventor federal, e os mesmos exploradores do movimento, firmando, de uma vez para sempre, o *predomínio absurdo do patriarca do Juazeiro sobre toda a política cearense*.... Desde então, esse arraial se tornou um estado no estado, sem outra lei senão a do arbítrio de seus chefes, *com forças armadas próprias, justiça própria, moral e religião especialíssimas*. (LOURENÇO FILHO, 2002, p.89, grifos meus).

Outro aspecto bastante diverso e contraditório entre os autores<sup>16</sup> ao se pesquisar sobre o conceito do coronel e seu sistema integrante é seu perfil psicológico e sociológico. A tradição literária cristalizou no imaginário nacional uma figura relativamente positiva do coronel. Ele é

---

<sup>14</sup> Personalidade de perfil biográfico bastante contraditório e de demanda ampla de pesquisa. Evidenciam- lhe, na maioria das pesquisas, os seus predicados transcendentais. No entanto, a sua abordagem política, principalmente em convergência com o contexto sociológico do coronelismo, é pouco estudada. Cf. FACÓ (1963), QUEIROZ (1965) e LOURENÇO FILHO (2002).

<sup>15</sup> Cf. TEÓFILO (2014)

<sup>16</sup> Os pesquisadores da temática coronel e de seu sistema circunferente (coronelismo) que será analisado a seguir, mas com enfoque empírico no campo da Ciências Sociais e na História, foram classificados por este autor, a fim de facilitar a pesquisa, em abrangência integral: Carone (1971), Janotti (1981), Faoro (2001), Queiroz (2006) e Leal (2012) e regionalismos: Blondel (1957), Cammack (1979), Pang, (1979), Serejo (1979), Martins Filho (1984), Thiago (1988), Boppré (1989), Naldi (1992), Felix (1996), Chaul (1998), Villaça e Albuquerque (2006), Corrêa, V (2006), Rêgo (2008), Sampaio (2009) e Goulart (2016a,2018). A literatura regional foi bem aprofundada fruto da riqueza de dados e das vicissitudes ímpares e locais desse fenômeno, bem como proporciona uma bricolagem mais fidedigna do coronel em suas mais variadas paisagens sociais.

personagem frequente e humanizado dos cenários de dramaturgia que associam a vida política das pequenas cidades brasileiras. Ele é um senhor um tanto arcaico, mas valoriza a família, é sentimental, muitas vezes reproduz o imaginário patriarcal de reprodutor incansável. Estes predicados do imaginário vinculam-se às tecnologias da sedução, “por meio das estratégias cinematográficas e filmicas que estereótipos e arquétipos podem ser potencializados e muitas vezes questionar ou ditar modas e tendências na sociedade” (PRADO JUNIOR et al, 2019, p.72). Essas manifestações podem ser observadas no *corpus* de audiovisuais nacionais - as telenovelas da Rede Globo fizeram referência a esses protagonistas de diversos lócus regionais: *Verão Vermelho* (1969), *Irmãos Coragem* (1970), *O Bem-Amado* (1973), *Saramandaia* (1976), *Gabriela, cravo e canela* (1975), *Roque Santeiro* (1985), *Cabocla* (2004), *Meu pedacinho de chão* (2014) e *Velho Chico* (2016) - e em filmes de comédia produzidos pela PAM Filmes de Amácio Mazaroppi – *O Jeca Tatu* (1959) e *O Jeca e a égua milagrosa* (1980).

No entanto, a violência coercitiva também foi um artifício comumente reputado aos coronéis, caso empírico dos pertencentes ao estado de Goiás em que o mando imperativo era fundamental para a manutenção de seu domínio local e era calcado na coerção física e na fama de emprego de jagunços em ações de intimidação e restrição de manifestações adversárias e alheias. Um dos diversos episódios dessa demonstração de poder na história goiana e que tornou evidente o clima de tensão e violência que se desenvolveu em Goiás, nas primeiras décadas do século XX, foi a chacina de São José do Duro, comentada em Silva; Moura e Campos (2015), que ocorreu no norte do estado em 1919. O episódio envolvia duas relevantes famílias oligárquicas: os coronéis Caiados, grupo oligárquico do Sul, e os coronéis Wolneys, do norte goiano. As disputas políticas entre o norte e o sul do estado sempre estiveram presentes no jogo de poder naquele estado. No entanto, as relações entre os dois grupos se tornaram mais tensas quando Abílio Wolney e o senador Antônio Ramos Caiado se declaram inimigos até o desfecho com diversos assassinatos na família do segundo.

Corroborando com a necessidade do emprego da força para se manter a dominação local, a ponto do coronel João Duque, chefe de Caririnha (Vale do São Francisco/BA), responder à indagação alheia se ele mandava matar adversários, “Meu filho, em política não há assassinos: há remoção de obstáculos” (LINS, 1960,p.111). Chaul (1998) fez uma análise, no entanto, no campo cultural, de como era percebido o arquétipo do coronel no centro-oeste brasileiro nas obras literárias de temática coronelística, construindo a imagem deste personagem de uma pessoa “forte, rústica e a clientela encontra-se sob o seu jugo opressor” (1998, p. 91). No corpus de pesquisa de Nasr Fayad Chaul (op. cit., p.95), as obras literárias analisadas, em linhas gerais,

apresentaram o código cultural do coronel, a lei do coronel, em um contexto de “derramar de sangue, da “honra”, da violência, do dever cumprido, da obediência servil, da arrogância do potentado local”, reforçando o conceito de coronel de outros autores.

Outros casos clássicos no Nordeste do uso de jagunços contratados por famílias oligárquicas a fim de disputar território, fornecimento de água, curral eleitoral e até demandas passionais, podem ser citadas, segundo Pang (op. cit.), a linhagem dos Pinheiro e Ramalho (São Paulo), Filgueira e Arnauld (Ceará), França Antunes, Guerreiro e Mattos e Sá (Bahia), Pereira e Carvalho (Pernambuco), Pessoa e Pereira (Paraíba) e Murtinho e Correia da Costa (Mato Grosso).

Em Mato Grosso, durante a Primeira República, os “coronéis-bandidos” (CORRÊA, 2006) tiveram protagonismo explícito na vida política, social e econômica daquele estado. A violência costumeira e rotineira, já denunciada pelo Marechal Cândido Rondon, de que índios no Pantanal eram sistematicamente caçados e exterminados pelo coronel José Alves Ribeiro sob o pretexto de que os silvícolas matavam para comer o rebanho das suas fazendas passou a ganhar incrementos práticos de grupos aliados bandidos que não podem ser analisados dissociados dos mandões locais. Diversas foram as ações de luta armada e de ilegalidade material (assassinatos, saques a fazendas e comércios, sequestros) realizadas pelo banditismo inserido de fato nas forças paramilitares dos coronéis locais.

Os coronéis mais tradicionais, segundo Vilaça e Albuquerque (2006), na sua análise empírica de quatro oligarquias tradicionais em Pernambuco, como chefes sociais devem ser um homem macho e bastante valente, temido pelos seus semelhantes pelas suas façanhas que ganham vultos míticos. Ele era um “cabra-macho”

com as fêmeas, mulheres suas – muitas vezes, mais de uma ao mesmo tempo – que lhe deixam prole de filhos tanto legítima quanto ilegítima; macho também pela brabeza de matar, de mandar matar, dar surras; valentia para desafiar cangaceiros ou mesmo a polícia. Dessa fama de cabra-macho muitos deles se vangloriam, [...] preferindo os [filhos] mulherengos aos mais pudicos. Os arruaceiros aos caseiros. Os vaqueiros aos agricultores. (op.cit, p.59).

Victor Leal abordou de maneira *lato sensu* o perfil desse personagem que “resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência[...]” (op.cit. p.60), chegando inclusive a manifestar perseguições aos adversários, ausência de relações sociais (locais de lazer distintos para os grupos rivais e seus familiares), gestos de desconsiderações (festas comemorativas, alteração de nome de

logradouros), atos de provocação, preterições nos serviços públicos (demissões de funcionários, falta dos serviços de limpeza pública e de calçamento nas proximidades das casas de adversários), seletividade policial na apreensão de armas, parcialidade na apuração de inquéritos que envolviam seus opositores, sabotagens e, inclusive, manifestações físicas de violência e crimes mais violentos que eram envolvidos aliados mais modestos dos seus adversários. Ou seja, “para os amigos pão, para os inimigos, pau” (id. p.60), ou de forma mais sutil, para os amigos a justiça, para os inimigos a aplicação clara da lei. O normal foi a hostilidade vil, seletiva e explícita nas ações dos coronéis, quer fisicamente ou manipulada em atitudes sociais ou políticas amparadas pelo seu poder simbólico regional.

Diferentemente do uso da força, há aqueles que utilizaram de outros capitais simbólicos para exercer seu controle social e seu domínio político, corroborado pela questão carismática individual. Embora sejam amostras de exemplos de exceção, cabem ser destacados a fim de apresentar panoramas díspares ao arquétipo amplo deste fenômeno sociológico, proporcionando um maior aprofundamento conceitual, suas articulações com o presente e convergência com outras áreas do conhecimento científico.

O capital cognitivo e cultural teve grande influência na vida do coronel Veremundo Soares que foi leitor de obras de medicina e botânica aplicada, produtor de chás e emplastros, parteiro, além de ser um conhecedor de assuntos médicos, sem nunca ter frequentado cursos acadêmicos. No seu currículo consta que foi um exímio tocador de sax e trompete, além de ter uma grande amizade com Luiz Gonzaga, “o Rei do Baião”. Possuidor de um relativo império em Salgueiro, sertão pernambucano, além de possuir uma grande biblioteca particular, homem que usava trajes menos tradicionais, morava em um chalé “moderno” e apreciava música em um radiofone de alta-fidelidade tecnológica.

Em Joinville/SC, viveu o coronel-doutor ou o “coronel urbano” Abdon Baptista, indivíduo pacato, nada violento, paternal, médico que tratava gratuitamente seus empregados e que mandou construir uma vila operária e um grupo escolar, além de prestar diversos favores à comunidade catarinense. (THIAGO, 1988).

Já o coronel Joaquim Alves embora fosse latifundiário, escravagista e autoritário, também realizou diversas atividades no campo sociocultural: doou livros e instrumentos musicais à comunidade de Meia Ponte/GO, bem como foi considerado um grande mecenas da Província, depois estado, de Goiás. (COSTA,1978).

A figura coronel também se enquadra como o chefe patriarcal, o paternalista, aquele que domina e dirige a estrutura familiar e toda a sua parentela periférica, bem como é o protetor de seus agregados, proporcionando-lhes tranquilidade, segurança e vigilância. Muitas vezes não os deixavam que fossem presos quando se embriagavam, forneciam calçados, chapéus e roupas para o dia da votação, davam-lhes remédio e assistência médica em situações de enfermidade, cediam terras e dinheiro para iniciarem as suas roças, resolvia questões de pendências monetárias e latifundiárias, forneciam-lhes material de construção, conseguiam empregos públicos pequenos, emprestavam dinheiro, reformavam paróquias. Enfim, eram também seres “generosos” e este predicado consolidava esta simbologia de poder. O interessante é que o patrão não podia ser considerado ingrato, qualidade exclusiva aos seus servidores.

Chegou-se, inclusive, a criar seus próprios conceitos e interpretações morais sobre o mundo, “para ele [o coronel] a diferença entre criminoso e assassino é fundamental: criminoso mata numa briga, por questão de honra ou em legítima defesa, onde também podia ter morrido. Assassino mata por perversidade, ou para roubar. Esse não presta”. (RÊGO, op.cit. p.300).

## 2.2 INSCRIÇÃO SISTÊMICA DO CORONEL

Após esse sucinto mapeamento político, psicológico e histórico deste multifacetado personagem que orbita nos campos das ciências sociais e das humanas e nas suas sobreposições, é mister inseri-lo com pertinência em seu contexto sociológico mais *stricto*, em seus arranjos sistêmicos regionais e em suas interpretações empíricas a fim de interpretá-lo e situá-lo contemporaneamente, bem como tentar ressignificá-lo, reinterpretá-lo sem anacronismos no campo midiático, em capítulo posterior.

É inviável e até ilegítimo não se iniciar este percurso de pesquisa, de forma redundante, pelo início, pelo seminal clássico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, que promoveu no meio acadêmico diversas interpretações e releituras e que, segundo José Murilo de Carvalho, endossado pelo autor, fez surgir imprecisões e inconsistência no uso de conceitos da obra de Leal<sup>17</sup>.

Cabe ressaltar que o coronelismo é elemento essencial para compreendermos a estruturação política e social nacional, além de ser um *sistema* de que o coronel é integrante e

---

<sup>17</sup> Victor Nunes Leal, em aula magna de início do curso de doutorado da IUPERJ, em março de 1980, revelou que José Murilo de Carvalho apresentou “compreensão muito mais profunda e correta do meu trabalho do que as têm a parecido em algumas apreciações de outros estudiosos do tema”. (LEAL, 1980, p. 11).

personagem *sine qua non* socialmente, economicamente e politicamente, não podendo ser analisado de maneira estanque e sem levar em conta as divergências acadêmicas quanto à sua validade espacial e temporal. Já de início, destaco um trecho que rompe com o senso comum equivocado sobre o personagem, “o que me preocupava era o *sistema*, a estrutura e maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município”. (LEAL, 1980, p.13).

“O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma *troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais*, notadamente dos senhores de terra”.(LEAL, 2012, p.44, grifo meu). Com esta definição introdutória, cabe destacar, segundo o precursor desse conceito, que essa relação recíproca de favores e de barganhas é ambientada durante a Primeira República, em um hiato histórico temporal entre a transição da monarquia para o federalismo republicano (1889) até o mandato presidencial inicial de Getúlio Vargas (1930)<sup>18</sup>. Este período coincidiu com a fase de decadência econômica dos grandes latifundiários da agricultura que refletiu diretamente no enfraquecimento político dos coronéis em face dos seus rivais e dependentes. O coronelismo foi uma alteração de forças dos mandões locais que a fim de manter seu poder e influência local tiveram que ter a presença do Estado, que aumentava sua presença graças ao federalismo e que propiciou uma degradação crescente nos potentados locais. Segundo Carvalho (1984,1997), este sistema foi uma rede complexa fruto da interpolação de um fato político e de uma nova conjuntura econômica que permeou os níveis políticos do executivo e do legislativo nacional, estadual e regional em parceria com os coronéis e não exclusivamente o mandonismo local desse protagonista.

Agora qual seria a motivação deste compromisso entre as esferas pública e privada? Dentro do contexto do sistema coronelístico, o governo estadual garantiu para sua estrutura subordinada a manutenção do poder simbólico dos coronéis perante seus agregados, suas parentelas e seus adversários, cedendo-lhes o controle e o direito de indicação de diversos

---

<sup>18</sup> Com a Proclamação da República, o Federalismo imposto pela Constituição Federal de 1891 fez surgir os estados federativos e a figura do governador de estado em substituição ao antigo presidente de província. Na prática, esse era escolhido pelo imperador, não possuía condições de construir suas bases pois muitas vezes não era local e não tinha autonomia decisória - centralismo. Diferentemente, o governador republicano, além de ser escolhido pelo voto em eleição, era chefe da política local e tinha nos coronéis os oligarcas que o sustentava e o ajudava a manter o seu poder decisório e autônomo legal.

Complementando sobre o termo, Giovanni Corralo (2015) acredita que a rígida e dual separação de competências entre a União e os Estados no país por ocasião da implantação do Federalismo acabou por fortalecer as oligarquias regionais.

cargos públicos (delegados de polícia, escrivães, juízes, professores, secretários) e, em troca, recebia o compromisso de fidelidade eleitoral para seus candidatos ou aliados políticos.

À União, a máquina estatal prestou apoio e aliança partidária a fim de manter a hegemonia da política nacional que, por sua vez, chancelava o reconhecimento de poder regional, a dominação e a de direção política e social do governador no seu espaço de atuação. Evidencia-se que a política dos coronéis proporcionou um fortalecimento do poder estatal de modo mais efetivo do que a política dos governadores ao Estado. Neste diapasão, é mister ressaltar que a Federação possuía recursos e dispositivos legais (inclusive ingerência militar) para interferir diretamente nos governos, mas não caberia em função de uma negativa repercussão pública nacional. Diferentemente, nas relações estaduais-municipais, bastava convencer um coronel da política local ou, em caso extremo, o emprego da violência se faria necessário, tendo em vista que a projeção e a importância do município em relação ao estado ou a União tinha menor amplitude e relevância política.

Agora tomando por base o coronel, figura indissociável nessa relação sistêmica, ele é a base de sustentação das trocas de favorecimento entre as esferas públicas e privadas em todos os níveis de atuação. Ele é o chefe político municipal<sup>19</sup>, árbitro social, elemento primário que coordena a vida política e social do lócus de atuação do coronelismo e seu baluarte – o município<sup>20</sup>- espacialidade desse sistema, “geografia dos coronéis” (COSTA, 1978, p.116), de predominância rural, interiorana, isolada e com grande restrição de comunicação

---

<sup>19</sup> Na Primeira República, o chefe do executivo municipal era conhecido por intendente, superintendente ou prefeito (denominação oficial adotada a partir de 1930 no país, já era utilizada no Paraná) e tinha um mandato médio de dois e três anos, conforme constituições estaduais.

<sup>20</sup> A origem da centralização do poder, no município, pelo coronel no sistema do coronelismo incorre em um debate entre o poder local (latifundiários, comerciantes, industriais – ou seja – os coronéis) e o central (Coroa real e República), durante todo transcurso colonial e, posteriormente, republicano que, de início, Bursztyn (1989), corroborado por este pesquisador, relativiza opiniões dialéticas de Freyre (1975), que vê a sociedade patriarcal como a base absoluta do poder político neste período, e Faoro (2001), que analisa o poder político calcado fundamentalmente no poder central exercido pelo regime absolutista brasileiro, ainda que admitisse uma certa relevância dos donatários sob os pontos de vista militar e administrativo, sintetizando que ambos os autores exageraram em seus posicionamentos, sendo a hibridização destas opiniões uma melhor análise desta relação de compromissos e de interdependência entre ambos níveis de estrutura de poder. Diversas foram as tentativas da Coroa de restringir as demandas públicas autônomas e de centralizar a administração colonial na figura real: a criação do Governo Geral da colônia (1548), o surgimento de cargos de controle de indicação central (Provedor-Mor, Juiz de Fora e Ouvidor-Mor) em detrimento de pleito local e a criação de vilas com o intuito de agrupar a população espalhada no interior dos latifúndios afastados, facilitando a penetração do ente real em detrimento à força local. Todavia, paulatinamente, estas medidas de controle empregadas pelo poder moderador foram se tornando inócuas em virtude, paradoxalmente, da ocupação destes novos cargos por integrantes da parentela de grandes oligarcas regionais, qualificando em “uma relação Estado-poder local aparentemente contraditória: ambos ingressam no século XVIII reforçados, mantida sua interdependência. Os senhores de terra se veem dependentes do governo central por causa da perda da autonomia financeira municipal. O governo central continua dependente dos caciques locais, que exercem, efetivamente, o poder político ao nível local e que podem assim barganhar seu apoio, com as autoridades centrais”. (BURSZTYN, op.cit, p.22-23).



A participação desse protagonista na estrutura de barganha se fez necessária para a sua manutenção e para a sua sobrevivência fruto da sua decadência econômica em face de seus rivais e dependentes (Leal, *op.cit*), opinião refutada por Carvalho e Silva (*op.cit.*), mas que não invalida, na visão desses autores, pois

a solução de alguns problemas fundamentais que se colocam para a sociedade brasileira desde o final do século XIX – o da mão de obra, o da integração da agricultura aos mercados nacional e internacional – extrapolam o nível local e igualmente colocam, para o outrora todo-poderoso coronel, a necessidade de firmar compromissos nas instâncias superiores do poder político”. (1987, p.24).

Na extremidade inferior do jogo de poder coronelístico, o mandão no seu município hipotecava seu apoio aos governos por meio dos votos da “sua gente”. A aliança de um candidato da capital com um coronel era fundamental para o êxito na assunção de um mandato político. O domínio do restrito colegiado eleitoral pelo coronel era evidente e bem explícito até o fim do Império. No entanto, segundo Leal, com a Proclamação da República e a promulgação da Constituição Federal de 1891, o voto passou a ser direito de todo cidadão maior de vinte e um anos<sup>21</sup>, alterando seu predicado para “voto mercadoria”, em substituição ao antigo “voto de cabresto”. Quando as eleições eram conduzidas por meio dos desmandos e da coerção física ou psicológica (cabresto), a interferência externa era manifestada por diversas ações de poder ilegal, tais como registro de eleitores ilegais (analfabetos, estrangeiros, migrantes, mortos), além de

fraudes por coação ao eleitorado, amedrontamento por capangas, pelo uso da polícia que manipulava como força de coação e de coerção eleitoral. Mais tarde, quando viu formar-se oposição ao seu prestígio, armou piquetes nas estradas nos dias de eleição, dando passagem a seus eleitores; construiu currais eleitorais, de onde no dia da eleição, os votantes saíam suficientemente municiados com suas chapas, sendo escoltados para votar; anulava urnas [...] destruía documentos eleitorais. Utilizava-se, enfim, das mais tremendas formas de fraude, usando todos os meios que podia mobilizar em favor de seus objetivos e de sua paixão política. (VILAÇA e ALBUQUIERQUE, 2006, p.62).

---

- O município tinha debilidade administrativa e grande dependência do governo estadual, a ponto da oposição local, que tivera o poder, declarava seu posicionamento em favor do grupo adversário em função da impossibilidade de manter uma administração diante da hostilidade do governo estadual.

- A divisão quantitativa de municípios por estado variou entre as unidades da federação: no Piauí levaram-se em conta o tamanho geográfico e a população de cada município e na Bahia se basearam no número médio de alfabetizados (PANG, *op.cit*)

<sup>21</sup> O voto continuou amplo, mas deixou de ser censitário, contudo, continuou sendo excludente, desta vez socialmente. Para as eleições federais ou estaduais, segundo a CF1891, não tinham o direito à escolha eleitoral os mendigos, os analfabetos, as praças, os alunos das escolas militares de ensino superior e os religiosos sujeitas a voto de obediência, bem como mulheres, ficando fora da participação política a grande maioria da população

Paulatinamente, o voto passa a ser mais “valorizado” pelo eleitor que, inserido em um quadro econômico de maior debilidade, de expansão territorial urbana, de egressão rural e do recrudescimento das atividades comerciais, viu no seu direito representativo uma forma de obter uma vantagem pessoal. Foi a origem do voto mercadoria. Foi o início do enfraquecimento da exclusividade do poder político do coronel e, conseqüentemente, a gênese do coronelismo. O coronel já enfraquecido economicamente, agora torna-se débil também politicamente pelo voto. A fraude-coação é substituída pela fraude-compra. O voto deixou de ser uma troca de favores e se revestiu de uma relação econômica de barganha, de compromisso e de troca do sistema, “de que não se ausenta enorme especulação e determina-lhe preço”. (VILAÇA e ALBUQUERQUE, *ibid.*, p.63).

A lealdade política não mais se baseava no personalismo individual e na sensação de pertencimento de ser “gente” do coronel. O dinheiro ou bem material de troca tornaram-se instrumento de permuta desta fraude eleitoral. Estabeleceu-se um contrato tácito entre os integrantes do sistema dos coronéis. A compra dos votos tornou-se procedimento normal, tanto que Pang (*op.cit.*) fez alusão ao episódio ocorrido na primeira década do século XX, na Bahia, em que um oficial das Nações Unidas observou que muitos analfabetos jogavam na urna seus cupons de almoço, em vez da sua cédula de votação que lhes eram entregues juntas com o vale refeição pelo chefe local. Outro caso de subversão comportamental do sistema fora ambientado em Jaraguá do Sul/SC, representada em transcrição de uma conversa entre Josephine Stock, esposa de proprietário de um negócio de Secos e Molhados e Hotel, com dois colonos, que vinham da votação:

- Como é? Em quem vocês votaram? De certo não foi no Abdon [Baptista]!
- Sim, nós votamos no Abdon!
- Mas como, pois, o outro é muito melhor...
- Isso é possível, mas o outro nos pagou apenas um churrasco! E a senhora sabe que para um bom churrasco ter uma garrafa de cerveja. Por isso votamos no Abdon!. (THIAGO, 1988, p.43).

Contudo, a validade e a exagerada importância dada por Leal à incontestável dependência do voto do município do coronel é relevada por Paul Cammack, no seu ensaio *“Coronelismo” e o “Compromisso Coronelista”: uma crítica*<sup>22</sup>, na qual ele nega o poder dos

---

<sup>22</sup> O ensaio é caracterizado por uma crítica bastante contundente à obra de Nunes Leal em diversos aspectos, a ponto de haver citações bem incisivas tais como: “Nunes Leal desafia a lógica e a história” (*op.cit.*, p.14) e “o “compromisso coronelista” é inteiramente fictício, merecendo ser relegado ao terreno do mito” (*op.cit.*, p.15).

coronéis de controlar os votos e o valor efetivo da fraude-mercadoria no resultado final da eleição contextualizados em uma relação de compromisso baseada na barganha município-estado. Segundo Carvalho (1979), a primeira assertiva contraditória não é pertinente tendo em vista as diversas e vastas evidências históricas (THIAGO,1988; BOPPRÉ,1989; FÉLIX,1996; CHAUL,1998) de que o coronel detinha o controle e a dominação sobre seu rebanho eleitoral e sobre a representação democrática sobre “seu” representante político. No tocante à dependência do governo estadual pelo voto rural da “gente do coronel” por meio dessa barganha, Cammack reitera e articula seu argumento da irrelevância do voto na apuração final da eleição e da falta de análise de Leal nos arranjos institucionais regionais tácitos de apuração, de controle e validação eleitoral, pois:

cada coronel poderia apresentar um bloco de eleitores no momento da votação, mas não teria garantia de que os votos seriam recebidos ou computados, ou em caso afirmativo, de que influiriam de fato no resultado final. A fim de comprovar, pelo menos, aquele “certo grau de fraqueza” que leva o governo estadual a se acomodar os coronéis seria necessário demonstrar que a fraude, tal como ocorreria, era controlada por eles e não pelo próprio governo estadual, o que, segundo a própria descrição de Nunes Leal, não parece ter sido o caso”. (op.cit, p.7).

Quanto ao valor do voto mercadoria, Carvalho (1997) corrobora com a argumentação de Cammack. A votação tinha pouco valor final. Os mandões locais até manipulavam a eleição, mas a divulgação oficial dos vencedores estaduais e federais sempre advinha por meio decisório das estruturas burocráticas oficiais da União, chegando inclusive a reverter o resultado final das urnas, “os reconhecimentos de Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal só se farão quando os chefes chegarem acordo. Para o caso as eleições nada estão valendo. (VIEIRA, 1980 apud CARVALHO, 1997).

A crítica é pertinente, mas deve ser relativizada à medida que contextualizamos os coronéis, de forma ampla na sua seara individual, como um elemento separado do seu todo, desconexo da sua estrutura e do seu sistema circunscrito. Os governadores prescindiam da posição unívoca dos mandões locais, mas a estabilidade política do estado dependia da hegemonia adquirida pelo governador mediante essas alianças público-privadas. As oposições quase sempre eram débeis, mas em alguns estados (Goiás, Ceará, Mato Grosso) entraram inclusive em conflito armado, deixando a situação política quase que insustentável, com a necessidade de intervenção federal para manter seus indicados políticos. Em alguns casos, grupos dissidentes de políticos federais apoiavam oposições municipais. Era necessário um mínimo de estabilidade do sistema, um apoio tácito da maioria, daí a demanda de uma aliança

estatal entre os integrantes do sistema coronelístico que ficou escamoteado por meio de uma importância secundária da exclusividade dos votos. A dominação política era calcada na estabilidade política municipal em um jogo de orquestrações para a manutenção de posição da classe dominante. A tese sustentada por Leal quanto à imprescência do voto mercadoria é relativizada ao passo que analisamos o contexto amplo do sistema de compromissos e a necessidade vital da estabilidade política entre os dominantes e os dominados municipais neste campo de poder.

### **2.3 TEMPORALIDADE NA VALIDAÇÃO CONCEITUAL**

Após levantamento de alguns aspectos fulcrais desse sistema cooperativo e de autossustentação, se iniciarão novas etapas analíticas que nos tangenciarão em alguns pontos de interpolação com a política midiática nacional. Desta forma, é necessário dentro desse caminho epistemológico de interpretação do coronelismo analisarmos o quão pertinente e válido é a tentativa deste autor de atualizar sua significação para o contexto contemporâneo. Sendo assim, ingressando em uma discussão teórica de disparidade interpretativa, será analisado o prazo de validade deste conceito entre os autores ora citados em nota de rodapé, partindo da premissa temporal da obra seminal de Victor Nunes Leal e de seu maior defensor, José Murilo Carvalho, que o coronelismo é datado na história e teve sua vigência exclusivamente durante a Primeira República. O próprio autor corroborado por Carvalho (1997) foi categórico e enfático ao afirmar que o sistema não existiu antes de 1889 sequer depois de 1930 (ou 1937 de maneira mais emblemática em face da prisão do último caudilho – Flores da Cunha<sup>23</sup>).

Todavia, segundo Leal, um dos aspectos característicos do coronelismo era que esse sistema seria o pilar de sustentação da decadente estrutura social-econômica rural do país, o que ficaria comprovado quantitativamente pelo censo do IBGE de 1940 - 68,73% dos

---

<sup>23</sup> Deputado estadual, deputado federal (1912-1914; 1918-1920; 1924; 1927-1928; 1946-1959; 1959-1963, suplente), intendente de Uruguaiana/RS (1917 - suplente; 1919-1924 - eleito) e senador (1928-1930). Apoiou ativamente em 1930, já como senador, a candidatura presidencial do gaúcho Getúlio Vargas e destacou-se também nas conspirações que se seguiram à derrota eleitoral da Aliança Liberal e que culminaram na queda do presidente Washington Luís e na posse de Vargas na presidência. Com a vitória do movimento revolucionário, foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul (1930-1937). Em 1937, rompido com Vargas, foi forçado a deixar o governo gaúcho. Exilou-se, então, no Uruguai e só voltou ao Brasil cinco anos depois, quando cumpriu pena de nove meses na Ilha Grande (RJ). Em 1945, participou da fundação da UDN, legenda pela qual elegeu-se deputado constituinte em 1945. Morreu no Rio Grande do Sul, em 1959.

domicílios eram rurais (IBGE,1946). Seguindo em sua análise, considerou inclusive que a decomposição desse sistema só seria completa com uma alteração fundamental nesse quadro social e econômico, que possivelmente, ou nas suas palavras “processo lento e descompassado, por vezes contraditório, que não oferece solução satisfatória para o impasse” (op. cit., p.128), seria viável com a expansão industrial, com o crescente fluxos migratório urbano, urbanização, desenvolvimento dos transportes e das comunicações, além de um trânsito de mão-de-obra. Nota-se que a estrutura agrária à época da obra contribuía para a subsistência do coronelismo e que todo a contextualização histórica vivida por Leal fora escrita ainda em 1938, período em que a agricultura e seus desdobramentos no país ainda eram bem latentes, por exemplo, a importância simbólica do já comentado voto municipal rural.

No entanto, a partir de meados de 1960, a população urbana ultrapassou a rural, o que foi comprovado pelo censo nacional de 1970 (havia 52.904.744 de domicílios urbanos e 41.603.839 domicílios rurais) e ampliado em 2010, fruto de diversos motivos econômicos, políticos e sociais, entre esses os hipotéticos citados por Leal acima, chegando em 2010 a uma suprema maioria da população urbana (160.879.708 pessoas contra 29.852.986 em ambiente rural). Pode-se associar a esse crescimento urbano com a inversão do valor eleitoral do município rural que com seu decréscimo numérico carregou consigo a debilidade do sistema dos coronéis, haja vista ser um dos fomentares dessa relação de reciprocidade. Desta forma, na visão de Leal e do seu “melhor intérprete conceitual”, José Murilo de Carvalho, o coronelismo foi um sistema político e econômico de início e fim delimitados que teve seu término quando da alteração da estrutura agrária para a urbana e da diminuição do isolamento e do valor do município rural como palco de cooptação eleitoral no governo varguista.

Diversos foram os autores que tiveram interpretações díspares à tradicional que localizaram o coronelismo e seu protagonista como figura presente em um contexto social, inclusive em um *habitat* alheio ao município rural isolado nos rincões deste país. É o caso de Carone (1971,1975) que afirma que os coronéis dominaram as terras desde a colônia, e desde a República, a política. Sustenta de forma bem simplória, sem exemplificar nem aprofundar, que após 1930 o regime centralizador do governo de Getúlio Vargas fez com que as formas clássicas de domínio fossem se clivando, se adaptando em novas atitudes e se reinventando à medida que o poder do estado aumentava e entrava em conflito com prerrogativas particulares de famílias tradicionais, diferentemente da concepção original de extinção ou delimitação finita na história.

Maria Isaura Queiroz (2006) realiza uma conversa informal com o texto de Leal ora apresentando diferentes formulações ora concordando, mas realizando movimentos sucessivos em uma dialética da aproximação-afastamento<sup>24</sup>. Ela fez uma análise sociológica do sistema, pois considerar o coronelismo apenas na seara política seria uma mutilação desse conjunto complexo, impedindo uma compreensão mais expansiva. Sendo assim, preenche algumas lacunas ausentes e subverte algumas ideias seminais, entre elas a da temporalidade sistêmica. A pesquisadora viu na alteração da divisão social do trabalho (diferenciação das ocupações, especialização laboral, instrução), em função do crescimento demográfico e urbano, e nas retificações das práticas, na direção e na legislação eleitoral<sup>25</sup>, uma nova dinâmica que enfraquecera inicialmente o poder local rural e seus chefes políticos, fato que os obrigaram a se adaptar ao novo quadro social, político e econômico. Os coronéis e sua família, em função dessas alterações que visavam diminuir o poder discricionário e o mandonismo local, tiveram que se ajustar a fim de manter seu *status quo*.

A exclusividade do agrarismo deixou de ser uma prática unívoca e novas atividades de produção (comércio, industrialização, prestação de serviços privados) tiveram que ser agregadas a uma nova agenda econômica. A liderança coronelística deixou de ser da propriedade da terra e ingressou na posse econômica de bens, fortuna e na parentela.

Pode-se dizer, pois, que o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder colocando-o em situação de fazer favores; a existência de parentela era condição importante de apoio para a conservação de poder dentro do conjunto de parentes; mas entre os parentes [...]. (QUEIROZ, 1965, p.178).

Sendo assim, essa transformação proporcionou, a partir de meados do século passado, o recrudescimento de diversas cidades e municípios urbanos, novas divisões sociais (classe média e populações de periferia e favelas) e do ressurgimento de novas classes dominantes, de “novos” mandões locais e intermediadores políticos, mas que mantiveram a mesma ideologia

---

<sup>24</sup> Bianchi chama este diálogo de informal porque as citações de Pereira de Queiroz à obra de Nunes Leal são bastante escassas: apenas duas, sendo uma delas à nota de rodapé elaborada por Basílio de Magalhães a respeito do tema. Mas o seu artigo está organizado de forma a apresentar as várias facetas do coronelismo que teriam escapado a Nunes Leal ao definir o coronelismo como uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa. (QUEIROZ, 1965, p.157).

<sup>25</sup> Um dos exemplos destas restrições de poder coronelístico foram a aprovação da lei eleitoral de 1916 que tirou das Câmaras Municipais o alistamento eleitoral e a sua apuração, passando para o judiciário, bem como a criação da função de prefeito.

hegemônica de barganha dos coronéis de outrora, inclusive com a relevância do voto, mas, neste caso, sem o isolamento e o exclusivo lócus rural.

Desta forma para Queiroz, o sistema dos coronéis extinguiu-se em algumas regiões, já a partir de 1940, mas durante o transcurso temporal foi notório verificarmos a sua manifestação original em municípios nordestinos e, principalmente, como adaptações sistêmicas à contemporaneidade.

Dentro desse escopo do ideário tradicional aludido por Queiroz, podem-se correlacionar Villaça e Albuquerque (2006) que narram quatro perfis de coronéis em Pernambuco que tiveram seu auge como representantes do coronelismo original, a partir de 1950, bem como a análise de André do Rêgo (2008) da biografia do coronel Chico Heráclio, na Paraíba, enquanto um coronel na concepção de Leal. Ambos os autores são categóricos em concordar que o fenômeno ainda é presente na nossa sociedade atual, vide o primeiro que acredita que

o fenômeno ainda se encontra remanescente, embora sob novas roupagens, no interior do Nordeste. E que ele, surpreendentemente, revivesceu nas últimas décadas do século passado, de modo disfarçado e desviante, mas muito visível, nas periferias pobres do meio urbano, inclusive nas duas grandes metrópoles nacionais, São Paulo e, especialmente, Rio de Janeiro. (VILAÇA e ALBUQUERQUE, op.cit, p.29).

Na visão corroborada de André do Rêgo:

certos autores chegam mesmo a afirmar que coronéis teriam desaparecido após a revolução de 30. Tal atitude nega liminarmente a capacidade de adaptação desses chefes municipais, que na realidade souberam se adequar às modificações então ocorridas e continuaram a atuar com a mesma eficácia. Os coronéis adquiriram e começaram então a empregar novos métodos de dominação; o exercício de seu poder tornou-se, pois, mais complexo. (RÊGO, op.cit, p. 97).

Em contradição ao posicionamento tradicional do fim do sistema em 1930, os revoltosos pró-varguismo, na visão de Rêgo (op.cit), necessitavam de uma base de sustentação social para o desenvolvimento de sua plataforma política. Não era possível alijar uma força que detinha relevante poder como as dos coronéis, principalmente os do Rio Grande do Sul, terra natal de Vargas, que representavam os interesses agrários do Nordeste e do Sul e que fizeram a velha mediação dos chefes locais entre o Estado e a população rural, facilitando a consolidação de um novo arranjo político estadual e federal.

Com o novo mandato presidencial, introduziu-se um sistema de interventores estaduais que foi responsável por estruturar e organizar os partidos políticos regionais e retrazer à tona antigas práticas eleitorais do período histórico anterior. Neste íterim retrospectivo, diversos coronéis, antes privados do poder, foram nomeados interventores estatais a fim de revitalizar os partidos ora em organização, restabelecendo seu vínculo pretérito, “a situação voltou, portanto, à normalidade tradicional: o coronel era o chefe do partido – seja de governo, seja de oposição – em seu município, e elegia os deputados e os senadores, as eleições para os governadores estaduais sendo indireto” (op.cit, p. 99).

Na visão desse autor, resumidamente, inclusive se apropriando da opinião de Loiva Félix (1996), a revolução de 1930 não foi o início da extinção do coronelismo. Os coronéis ressurgiram em um contexto sócio-político diferente, após 1945, mantendo uma certa autonomia das oligarquias tradicionais locais, os predicados do mandonismo regional e a importante intermediação entre as esferas de poder.

Curiosamente, Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio da segunda edição de *Coronelismo, enxada e voto*, discordou do autor, a ponto de dizer que “o que não quer dizer que tenha acabado o ‘coronelismo’” (LEAL, 2012, p.41). Contextualizando essa citação, Sobrinho argumentou que o sistema de uma década era diferente de outra, ele é dinâmico e evolutivo fruto da urbanização, dos emigrantes rurais e da evolução dos meios de comunicação, diminuindo o isolamento do homem no campo e proporcionando informação. Ele corrobora com Maria Isaura Queiroz (op.cit.) no tocante à redução da influência do personagem coronel tradicional em detrimento do aparecimento de novas lideranças em torno de profissões liberais e de cunho comercial. Mas os “novos” coronéis continuam calcados nos seus fatores que os criaram. “Que importa que o “coronel” tenha passado a doutor? Ou que a fazenda tenha se transformado em fábrica? Ou que seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos?” A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada” (SOBRINHO, 2012, p.41).

É nesse ambiente de vigência e de adaptação que Bursztyn (1984) complementa o posicionamento do autor prévio, comentando que a partir do governo varguista os tentáculos do poder central se estenderam rumo às áreas rurais em função da mediatização exclusiva dos coronéis com os habitantes locais. No caso do Nordeste, esse processo se tornou mais claro no início da década de 1970.

Agora analisaremos a validade temporal desse sistema na visão de autores estrangeiros que realizaram pesquisas empíricas nessa temática no Nordeste brasileiro, a partir do início da



república. Foi o caso do brasilianista<sup>26</sup> americano-coreano Eul-Soo Pang que colaborou com uma extensa e minuciosa pesquisa sobre o coronelismo na Bahia. Ele questiona a sobrevivência negada por Leal depois de 1930, a ponto de considerar que os coronéis e seu sistema deveriam ser o tema da história política nacional e que, certamente, sofreram uma grande modificação, e não um declínio, em suas relações em função dos impactos causados pela urbanização e pelo pluripartidarismo de 1945. Os “novos” coronéis retornaram, entre as décadas de 1960 e 1970, sendo o elo dessas novas e plurais agremiações políticas com a população eleitoral, ressurgindo assim como “a nova elite partidária modificada” (PANG, id, p.62). O coronel é eximido da importância militar de antes, haja vista as modificações impostas aos órgãos de segurança pública e ao Exército, perdendo a força coercitiva que dispusera na disputa entre os interesses privados e os do Estado. No entanto, complementa seu raciocínio nessa temática, comentando de forma simples, sem embasar nem contextualizar, que os coronéis começaram a perder suas forças amplas quando se iniciaram a industrialização e o aparecimento das divisões de classe socioeconômicas em função da urbanização e da divisão social do trabalho.

Já na Paraíba, de 1957, quase trinta anos após o “fim” do coronelismo datado por Victor Nunes, o cientista político francês Jean Blondel fez uma análise política do ainda presente e influente coronelismo naquele estado nordestino. Ele observou a importância da intermediação e da influência dos coronéis e apresentou elementos demonstrativos do papel dos chefes rurais na mobilização e desmobilização da população. Além disso, os classificou em estruturas de poder: i) o coronel (chefe político tradicional) que exerceu seu mando pessoal agindo de forma direta no eleitor, somente por meio dos cabos eleitorais; ii) o coronel que graças a sua parentela extensa, possui influência local por meio de um parente que detém a dominância sobre uma zona, caracterizado por ser a dominação direta e aristocrática ou tipo colegiado; iii) por fim, teve aquele que dominava de forma indireta indivíduos (coronéis) de nível e poder inferiores ao seu, mas que tinham grande ingerência sobre o eleitorado (categoria mais presente nesse *loco* de atuação). Destaca-se que essa última classificação e a interpretação autoral que a engloba retornarão à discussão em outro capítulo, pois se encaixam com pertinência na tentativa

---

<sup>26</sup> Brasilianista é termo que se refere ao especialista estrangeiro em assuntos brasileiros, datado entre os anos 1960 e 1979, quando o interesse norte-americano pelo Brasil se traduzia em generosos financiamentos para pesquisa. O motivo fundamental desse interesse foi a revolução cubana e, em um momento posterior, a 1964. Grandes levadas de pesquisadores de antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e, sobretudo, historiadores - chegavam ao Brasil anualmente para explicar a história política, econômica e social do país, e conhecer o seu perfil como nação.

deste autor de ressignificar ou adaptar alguns aspectos do sistema do coronelismo e sua contextualização na interpolação com os campos comunicacional e político vigentes.

Seguindo nesta visão exógena sobre a validade conceitual do sistema de coronéis, é a vez de serem trazidos à discussão, o historiador norte-americano marxiano Paul Cammack, com seu estudo em Minas Gerais, bem como o sociólogo norte-americano Ronald Chilcote, e sua produção com foco na Bahia (Juazeiro) e em Pernambuco (Petrolina). Esse, após levantamento bibliográfico detalhado, comentou que o coronelismo ainda era presente

durante o Estado Novo [(1937-1945)] se manteve, mesmo diante das tentativas do governo de Vargas para centralizar o poder em nível nacional. Após 1945, o coronelismo permaneceu, um tanto residualmente, na maioria das regiões, e famílias [...] se adaptaram às novas condições de desenvolvimento urbano, industrialização e migração. [...] A emergência de um novo coronelismo caracterizou-se pelo investimento de capital comercial [...]. Após o golpe de 1964, os novos coronéis consolidaram sua posição e, em Petrolina, mantiveram incontestados até 1976. (CHILCOTE, 1990, p.338).

## 2.4 CORONELISMO NA CLIVAGEM PARANAENSE

Após essa revisão prévia e necessária sobre o sistema conceitual do coronelismo em uma abordagem mais panorâmica e abrangente no território nacional, perpassando pelas suas idiossincrasias regionais e nacionais, além da pluralidade de perfis dos protagonistas sistêmicos e sua dependência latente nas esferas legislativa e executiva, a seguir será analisada a hipotética existência do coronelismo no estado do Paraná, tomando por marco temporal a gênese da fase republicana nacional.

A temática sistêmica do coronelismo no espaço paranaense carece em demasia de fontes de pesquisa. Este autor, após longa pesquisa bibliográfica, encontrou poucos estudos, entre eles as imprescindíveis obras da pesquisadora Mônica Helena Harrich Silva Goulart, *O coronelismo e o poder local (1889-1930)*, fruto de sua dissertação, e *A Dança das Cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*, produto de sua tese de doutorado. Certamente há produções acadêmicas que serão futuramente citadas que tangenciam de forma bem discreta o conceito em questão, sem se aprofundar com o vigor necessário à demanda epistemológica do objeto de pesquisa dessa proposta de tese. Sendo assim, recorro em diversas passagens neste item de pesquisa às obras da autora, referência do estudo do coronelismo no estado do Paraná.

Baseio-me também nas produções acadêmicas acima citadas para reforçar a hipótese da ocorrência do coronelismo no estado paranaense. No entanto, de início, interessante comentar que o sistema se construiu no Paraná em um formato divergente de outros estados. Na terra das araucárias, após 1889, os municípios eram submissos ao governo estadual, os coronéis estavam em debilidade econômica, no entanto eles tinham poderes restritos aos seus municípios (prefeitos, chefes de diretórios dos partidos), pouquíssimos chegaram a controlar a política estadual (governador e ALEP)<sup>27</sup>, fator esse que deu pouca expressão nacional ao sistema. (GOULART, 2014).

Este pesquisador, a fim de confirmar a validação da existência desse sistema no estado paranaense, se apoiará em algumas premissas utilizadas por Victor Nunes Leal na sua obra pioneira:

- 1) a relevância do município como locus de atuação do coronel;
- 2) a importância do voto na manutenção sistêmica;
- 3) a relação de clientelismo entre os coronéis e o Estado;
- 4) os coronéis como protagonistas decadentes nesse sistema;
- 5) a validade temporal do coronelismo até o período varguista.

#### 2.4.1 – Arena de disputa e interesses

Parte-se da premissa nesta etapa a relevância vital do município como o local essencial do sistema coronelístico para sua sustentação em todos os níveis de atuação. Paradoxalmente, após o início vigente da nova ordem republicana no país, o sistema federalista passou a ser implantado e os Estados, antes Províncias, e os Municípios, teoricamente, ganhariam mais autonomia<sup>28</sup> e liberdade, inclusive com constituições próprias, em detrimento ao centralismo da monarquia ora findada.

No entanto, a Proclamação da República e a construção do Estado brasileiro não “alteraram significativamente a condição municipal, pois remeteram aos estados-membros a disciplina da organização municipal, atrelado aos interesses das oligarquias dominantes em cada região, também denominada de coronelismo”. (CORRALO, 2015, p.132). Os municípios

---

<sup>27</sup> Ver lista de alguns coronéis prefeitos e deputados no Anexo 2.

<sup>28</sup> A história do município brasileiro se remete ao período colonial com base nas Ordenações da Coroa Portuguesa. Até o século XVII, esta divisão administrativa detinha considerável autonomia da Coroa lusitana.

ficaram chancelados ao arbítrio da vontade estatal, amparados legalmente no dispositivo legal do artigo 68 da primeira carta magna republicana, “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto *respeite ao seu peculiar interesse*”. (BRASIL, 1891, grifo meu).

Segundo Mônica Goulart (2018), este ambíguo amparo constitucional foi introduzido mediante emenda constitucional por Lauro Sodré, então governador do Estado do Pará, e aprovado pelo parlamento a fim de restringir formalmente os poderes locais municipais e estabelecer uma nova administração política, no sentido de modificar a situação ao regime de autonomia monárquico, quase que absoluta do poder local frente ao poder público.

Sendo assim, o Estado se tornou o mediador do município, cerceador ou facilitador dependendo dos interesses seletivos, regulando sua autonomia, administrando suas demandas e gerindo seus interesses institucionais/privados, consolidando e legitimando o município como um campo fértil e promissor nas relações de interesse entre o privado do coronel paranaense e o público estatal.

A própria criação dos municípios no âmbito federal não tinha uma regulamentação isonômica, cada Estado criou os seus próprios critérios<sup>29</sup> e interesses. “[...] o Estado organiza-se por si, política e administrativamente; ao passo que o Município recebe do Estado a sua forma de organização, o seu tipo de governo, a definição da sua autonomia e a delimitação da sua esfera de ação.” (NUNES, 2003, p. 119). No caso do Paraná, a Constituição Estadual de 1891 deu ao Poder Legislativo o direito de criar ou findar os municípios, que deveriam conter no mínimo 10 mil habitantes, amparo semelhante tiveram os estados do Amazonas, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

---

<sup>29</sup> a) Constituições Estaduais que propuseram a responsabilidade do Legislativo Estadual para a criação de municípios, mas os quais deveriam apresentar uma população composta por, no mínimo, 5 mil habitantes: Maranhão, Piauí, Espírito Santo e Goiás;

b) Constituição que incluía ao Poder Legislativo Estadual a extinção ou criação de Municípios, com a necessidade de estes apresentarem uma população mínima de 20 mil habitantes: Rio de Janeiro;

c) Constituição Estadual que não enfatiza o critério de qual instituição fica a responsabilidade de criar ou não novos municípios, porém, impõe outras regras singulares como a necessidade de 10% da população municipal ser alfabetizada (isto é, ser eleitora), sendo exigido que o mínimo de habitantes deveria ser de 15 mil: Bahia;

d) Constituição que apenas enfatiza o dever do Poder Legislativo de cuidar da existência ou não de municípios, sem tocar no número mínimo de habitantes: Mato Grosso;

e) Constituições Estaduais que não se referem à regra para a criação ou extinção de municípios: Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. (GOULART, 2016a, p.65-66)

O bom relacionamento do poder local com os governantes regionais era preponderante para um mandato municipal eficiente. Das realizações de utilidade pública, algumas dependiam só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.” (LEAL, 1986, p. 37). Além da exclusividade regional em contratar, demitir e fiscalizar funcionários locais ou regionais, detinha ainda o poder de concessão de benefícios e verbas a fim de prover necessidades sociais coletivas e de infraestruturas, tais como pontes, estradas, iluminação e poços e até mesmo para o pagamento de funcionários do município.

No Paraná, segundo Mônica Goulart,

o município era declarado como componente de sua unidade administrativa e não de sua unidade política. Com a autonomia que lhe foi concedida pela Constituição Federal, a Constituição Paranaense, promulgada em 4 de julho de 1891, determinava as condições para a organização municipal sempre no sentido de *reforçar sua submissão frente ao governo estadual e, por consequência, ao poder federal*. (2018, p.79, grifo meu).

Esta assertiva referente à restrição de autonomia municipal imposta por demandas estaduais arbitrárias colimadas por decisões federais ganha ressonância em Paupério (1959), Montoro (1975) e na Constituição Estadual de 1927, “os municípios são entidades administrativas” (PARANÁ, 1927). Sendo assim, pode-se constatar que o município era uma unidade de poderes limitados, de autonomia relativa, de finalidade burocrática e vinculado à esfera superior. Cabe ao administrador local dependência política e administrativa aos ditames das instituições superiores, obviamente em consonância paradoxal com o artigo 83 - “o Município será autônomo na gestão de seus negócios, suas deliberações independem de qualquer poder do Estado, *salvas as restrições feitas por esta Constituição*.” (BRASIL, 1892, grifo meu).

Ressalta-se que esse quadro tutelado e vinculante do município à oligarquia regional projetou-se em quase todo período histórico monárquico e republicano, com alguns resquícios de autonomia, segundo Corralo (op.cit.), visíveis em breve hiato temporal nos mandatos constitucionais de 1934-1937 e de 1946-1967.

Na capital do Paraná, a elite política local era composta integralmente por políticos com patentes militares. No interior, nos municípios baseados no poder dos tradicionais setores da grande propriedade, a presença dos coronéis era ainda mais atuante”. (OLIVEIRA, 2000, p.

235). No entanto, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, o município passou a ter um novo *status* no contexto político e administrativo, adquirindo autonomia com mais plenitude:

A Constituição de 1988 modifica profundamente a posição dos Municípios na Federação, porque os consideram componentes da estrutura federativa. Realmente, assim o diz em dois momentos.

No art. 1º declara que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

No art. 18 estatui que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Nos termos, pois, da Constituição, o Município brasileiro é entidade estatal integrante da Federação, como entidade político-administrativa, dotada de autonomia política, administrativa e financeira. Essa é uma peculiaridade do Município brasileiro. A inclusão do Município na estrutura da Federação teria que vir acompanhada de consequências, tais como o reconhecimento constitucional de sua *capacidade de auto-organização* mediante cartas próprias e a *ampliação de sua competência*, com a liberação de controles que o sistema até agora vigente lhe impunha, especialmente por via de leis orgânicas estabelecidas pelos Estados. (DA SILVA, 2009, p.619, grifos meus).

O município passou a dispor de quatro plano regulatórios<sup>30</sup> (auto-organização, autogoverno, autolegislação e autoadministração) que se complementaram às demandas da União e Estados, ou melhor, que continuam imbricados, e um “novo tratamento há de ser dado ao poder local, projetando-lhe força proativa da mudança *do próprio Estado na relação com a sociedade*”. (MAGALHÃES, 1997, grifo meu).

Analisando a independência municipal por um viés ontológico jurídico, pode-se inferir que o município se tornou legalmente um ente independente. Todavia, a autonomia adquirida por essa estrutura, na prática cotidiana, não se desanexou por completo da dependência com o Estado e com a União. Pelo contrário, a tutela permaneceu presente em diversos campos do poder. Como por exemplo, podemos constatar esse quadro no estado do Espírito Santo, no *lead* da matéria da jornalista Beatriz Seixas para a Gazeta Online:

Dos 78 municípios capixabas, 69 são altamente dependentes dos repasses federais e estaduais, com mais de 70% das suas receitas compostas por transferências de recursos oriundos, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). (SEIXAS, 2016).

Alessandro Corrêa (2012) corrobora com Beatriz Seixas quanto ao quadro crítico de dependência pelos municípios das transferências de recursos por parte do governo federal e dos

---

<sup>30</sup> A fim de aprofundar sobre o tema município em uma visão jurídica, ver PIRES (1999)

Estados, com base em dados que vão até 2010, 94% dos mais de cinco mil municípios brasileiros têm nessas transferências pelo menos 70% de suas receitas correntes e 83% não conseguem gerar nem 20% de suas receitas.

Para Citadini (1998), o sistema de transferências constitucionais cria vínculos de dependência que afetam as finanças municipais. Qualquer problema econômico na esfera federal ou estadual que reduza as respectivas arrecadações repercute nas transferências municipais e faz que os municípios deixem de receber componentes essenciais dos seus orçamentos. Como a maioria das despesas municipais é inflexível, a consequência será o desequilíbrio das finanças locais, o déficit de execução orçamentária e o déficit financeiro.

Já no lócus paranaense, os municípios estão inseridos no mesmo panorama nacional - de tutela estadual e federal - principalmente no tocante às temáticas de viés econômico e administrativo. Segundo Moser e Wurmeister (2016) e Voitch (2016), 80% dos municípios paranaenses (322 de 399) dependem de repasses de receitas de um fundo federal (Fundo de Participação dos Municípios)<sup>31</sup>, que contabiliza quase metade da renda orçamentária das cidades. É o caso do município de Guamiranga que, segundo Antonelli (2016), quase 80% de seu orçamento é dependente desse Fundo.

O quadro econômico depauperado e subordinado à Federação da maioria dos municípios paranaenses sofreu grande impacto pelas restrições numerárias desses repasses federais. Em 2014, 108 municípios (27,3% do total) fecharam o ano em déficit orçamentário. Obviamente, não se pode imputar a esse cenário negativo a exclusividade do repasse estadual. O parlamento e o executivo devem ser postos em evidência em detrimento das arrecadações dos impostos municipais, embasados por lei, no Paraná, desde 1892:

Art. 64. A receita dos municípios constitui-se das seguintes verbas, cujas rendas serão exclusivamente municipais:

- 1º Imposto predial;
- 2º Imposto sobre produtos de sua própria produção, saídos dos municípios;
- 3º Licenças para inumações;
- 4º Vendas de terrenos para sepulturas, nos cemitérios municipais;
- 5º Direitos lançados sobre localização de negociantes ambulantes;

---

<sup>31</sup> Segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), a União repassou para os municípios paranaenses o FPM nos valores de R\$ 3,9 trilhões (2013) e R\$ 4,3 trilhões (2014). Esse fundo é repartido pelo seguinte critério: 10% são divididos entre as capitais dos estados com base na população e no inverso da renda per capita; 3,6% reservado para o fundo suplementar e 86,4% são divididos entre os municípios que não são capitais. Destes, 96% são divididos com base na população do município. A Constituição Federal determina que 23,5% da arrecadação, pela União, dos impostos de renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) sejam destinados ao FPM.

- 6º Direitos sobre veículos de quaisquer espécies, que fizerem serviço de transporte, dentro das povoações;
  - 7º Impostos sobre casas de leilão;
  - 8º Imposto sobre casa de modas;
  - 9º Tarifas para matadouros, alinhamentos, aferições e depósitos de inflamáveis;
  - 10º Multas impostas por infrações dos regulamentos municipais, assim como as resultantes de processos e que por lei devam ser aplicadas a favor dos cofres municipais;
  - 11º Bases nas concessões de licença para jogos e divertimentos públicos, de quaisquer naturezas, estabelecidos nas povoações;
  - 12º Licenças para construção de andaimes e armações de coretos, e depósito de materiais, nas ruas e praças;
  - 13º Do produto de alienação, aforamento, locação dos móveis e imóveis, do domínio privado das municipalidades;
  - 14º Impostos sobre seguros contrafogo;
  - 15º Da taxa escolar, percebida nos termos do artigo 61.
- Art. 65. Além das fontes de receitas não especificadas no artigo anterior, os municípios podem decretar imposições especialmente destinadas aos serviços de iluminação, água, esgoto; abertura, calçamento e repartição das ruas e praças; estradas vicinais, pontes, viadutos, higiene e embelezamento das povoações; polícia, assistência e instrução pública municipais.
- Art. 66. Além dos impostos discriminados nos artigos anteriores, os municípios poderão criar outros, que não afetem os que privativamente pertencem à União ou ao Estado. (PARANÁ, 1892, grifo meu).

Até os dias atuais:

- Art. 129. Compete ao Estado instituir:
- I - Impostos previstos na Constituição Federal;
  - II - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
  - III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
  - IV - Contribuição social, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. (PARANÁ, 1989).

Pode-se observar, desta forma, que o líder local (o “moderno” coronel), no seu lócus municipal paranaense, tem evidente vínculo com seu correlato regional e federal a fim de manter e sustentar relações mútuas de interesses econômicos e, futuramente, políticos. O repasse de recursos financeiros, respaldados por ordenamento jurídico legal, mas de destinação e prestação duvidosa<sup>32</sup>, é uma das moedas de barganha desse sistema de coronelismo e de favorecimentos que será retribuída ao coronel superior em forma de apoio político-partidário.

---

<sup>32</sup> Exemplificando a temática de prestação de conta municipal duvidosa, ainda do início do século XX, com o intuito de demonstrar a antiguidade desse tipo de fraude econômica, segue transcrição de um discurso de Vicente Machado, ex-presidente da Província do Paraná: “Poucas câmaras municipais enviaram à Secretaria do Interior os seus orçamentos; a maior parte delas deixou de o fazer. As que enviaram foram apenas Campo Largo, Deodoro, Guaraqueçaba, Guaratuba, Jacarezinho, Ipiranga, Rio Negro, Morretes, Palmas, Palmeira, Paranaguá, Porto de Cima, São José dos Pinhais, São João do Triunfo e Assungui de Cima. Todas as outras omitiram essa obrigação. Aí nesses orçamentos remetidos vê-se o seguinte: uma Câmara que tem 5.245\$000 de renda e que paga ao prefeito 1.200\$000 e destina à verba de obras públicas - 665\$000, despendendo com o pessoal - 2.370\$000, paga ao prefeito um subsídio de 3.600\$000 anuais e a verba de obras públicas tem



Outro tipo de transferência de repasse financeiro para os municípios paranaenses, inclusive, que complementa e reforça a situação de tutela município-estado e a troca de favores é a emenda parlamentar<sup>33</sup>:

*Estadão*: O senhor apresentou emendas para cidades onde foi o mais votado. Isso teve peso?

Gastão Vieira (PMDB): É evidente. Fui o deputado mais votado do Maranhão em função do meu trabalho. (...) Você trabalha, a população pede, fica satisfeita e o resultado vem. Essa é a vida de um parlamentar. Não há outra razão para alguém ser parlamentar a não ser beneficiar a população onde ele tem a sua base política, para que essa população o mantenha como seu bom representante [Gastão Vieira, em entrevista ao jornal *Estadão*, em 15 set 2011]. (GALLO e BRAMATI, 2011).

Sodré e Alves (2010) evidenciaram uma forte relação entre essas movimentações financeiras governamentais e a corrupção<sup>34</sup> no âmbito local. “Municípios que receberam recursos de emendas parlamentares apresentam, em média, 25% mais episódios de corrupção” (2010, p.430). A barganha entre esses protagonistas da política federal e municipal tem várias ramificações na seara econômica, ela excede a simples receita do Fundo Municipal. Ela é muito ampla. As relações de conluio e de dependência são paradoxalmente presentes no cotidiano político, mas desprovida de publicidade e notoriedade.

Corroborando nessa temática da dependência de emendas parlamentares pelo município, algumas considerações podem ser inferidas, mas sempre as vinculando ao executivo municipal (coronel) como intermediador desse arranjo de interesses: a porcentagem de votos adquiridos no município ainda exerce grande influência sobre a alocação de emendas; parlamentares tendem a recompensar seus eleitores pelos votos conquistados e a votação obtida na cidade apresenta forte impacto sobre a questão das emendas. (SILVA, 2009; PEREIRA e RENNO, 2003; SANFELICE, 2010).

Desta forma, a restrição na autonomia do executivo municipal durante quase todo o período imperial e republicano foi também um fator preponderante para a sustentação dessa parceria dual do coronelismo, conforme posicionamento de Vitor Nunes Leal, mas que ganhou

---

uma dotação de 1.240\$000; uma outra ainda, tem a renda de 17.649\$118, o prefeito tem subsídio de 3.000\$000 e a verba destinada à obras públicas é de Rs1:000\$000, e uma a que tem uma renda de 9.000\$000 e subsídio do prefeito é de 3.600\$000, dando à obras públicas menos de 300\$000!”. (GOULART, 2018, p.106).

<sup>33</sup> São transferências intragovernamentais de recursos federais acrescidas à Lei Orçamentária Anual por solicitação de parlamentar individual, bancada ou comissão. É um instrumento constitucional previsto no artigo 166 da CF88.

<sup>34</sup> Cf. ONU, “abuso da função pública em benefício privado”.

predicados mais “democráticos” e “independentes” a partir de 1988, todavia na prática continuou com um viés vinculante e dependente das oligarquias “modernas”.

#### 2.4.2 – Espacialidade de discussões políticas

Prosseguindo na construção epistemológica da importância do município para a sustentação do sistema coronelista, é mister inseri-lo em outro campo de forças a fim de evidenciar sua validação não só como um território limitado às barganhas econômico-administrativas, mas como um imbricado e complexo conjunto de tensões que se homologam nas relações dialéticas da política.

Como já fora comentado, o sistema dos coronéis é sustentado por uma parceria público-privada que tem no pleito eleitoral uma das grandes, ou senão a maior, das moedas de barganha para a autossustentação sistêmica. O mandão local e sua parentela eram os mediadores da sua gente com seu aliado político estatal ou federal. Utilizava seu perfil, sua grande influência na região e seus meios coercitivos, em detrimento de sua decadência econômica, a fim de angariar votos e, em troca, receber proventos para sua sustentação e de seus apaniguados.

No Paraná não foi diferente, a partir da República, a legislação eleitoral no âmbito regional e municipal se baseou em critérios estipulados pelo Estado, seguindo os princípios da Constituição Federal, mas sempre destacando o município “como a base dos processos eleitorais do Estado”. (PARANÁ, 1908). Os coronéis locais e seus tutores estatais se utilizavam de dispositivos legais, brechas e práticas fraudulentas para sustentar a estrutura em que estavam circunscritos.

Destacando algumas fraudes eleitorais nos municípios, a incumbência da organização estadual na organização dos locais em que seriam realizadas as eleições.

Com relação aos locais onde funcionariam as seções, a legislação preconizou sempre a preferência pelos edifícios públicos, e só na falta destes é que deveriam ser designados particulares. [...]Porém, foi muito frequente a instalação de seções em casas de residência, das quais se utilizava a sala da frente. (TELAROLLI, 1982, p. 37-38).

Foi o que aconteceu no município de Curitiba, segundo o jornal *A República*, citado por Mônica Goulart, havia diversos locais de votação (37,5%), em 1894, que eram de

propriedade de algum correligionário político, o que, no mínimo, poderia gerar alguma forma de constrangimento ou, então, a própria coação para com um possível eleitor opositorista.

6ª Secção - Funcionará no palacete do Sr. Francisco Brito à praça da Proclamação nº 7, onde votarão os eleitores alistados nos quarteirões 20º, 22º, 23º, 24º e 26º sob os n.º 1082, 1465 à 1490, compreendidos nas ruas Marechal Deodoro, Pedro Ivo, Sete de Setembro, Iguçu, Democracia, São José e Largo Eufrásio Correia.

[...]

11ª Secção - Funcionará *na casa do cidadão José Ferreira da Luz*, onde votarão os eleitores alistados no quarteirão do Campo Comprido.

12ª Secção - Funcionará *no Salão da frente do Engenho São Lourenço no Pilarzinho*, onde votarão os eleitores alistados no quarteirão 36º sob os n.º 2315 à 2480, compreendidos no quarteirão do Pilarzinho.

13ª Secção - Funcionará *na casa do cidadão Pedro Bianco*, na colônia Angelina, onde votarão os eleitores alistados nos quarteirões 37º, 38º e 39º sob os n.º 2461 à 2605, compreendidos nos quarteirões do Ahú, S. Cândida, Argelina, Juvevê e Atuba. (GOULART, 2018, p.116, grifos meus).

Demonstrando aspectos de contemporaneidade das relações espúrias de clientelismo e fraudes eleitorais que ocorrem na República Velha, em um movimento pendular histórico, explicita-se um episódio semelhante de ilegalidade ocorreu no município de Maringá, em 1996, entre diversos outros casos. Pesquisa revelou a existência, nessa cidade e na região, de um contingente de aproximadamente 7% de eleitores que trocaram votos por favores ou os negociaram por presentes, como cestas básicas, cadeiras de rodas e óculos:

existem de 6% a 8% de eleitores potencialmente corruptores [...] alguns afirmaram receber favores ou cestas, por exemplo, de três ou quatro candidatos, mas disseram que normalmente votam naquele que deu o objeto por último. A pesquisa classifica os eleitores 'mercenários' que negociaram seu voto para mais de um candidato, às vezes até 10. A amplitude de eleições pesquisadas foram duas, de 1992 e 1996. (SANTOS, 2006, p. 206).

O coronel nesses eventos fraudulentos, inclusive os paranaenses, se fazia presente pessoalmente ou era representado pela sua parentela ou por seus prepostos com o intuito de angariar votos municipais para si e/ou para seus correligionários de instâncias superiores. Contudo, essas ações coercitivas foram empregadas sempre com o intuito de utilizar e consolidar o sistema de arranjo público-privado que sustentava seus interesses econômicos-administrativos e mantinha o *status quo* político dos dominantes regionais e federais.

Essas práticas ilegais são rotineiras na história da política eleitoral brasileira e sempre se estruturam na espacialidade dos municípios. Segundo Abramo (2007), no ano de 2002, 3%

da população brasileira já foi alvo de ofertas de compras de voto. Índice que mais que duplicou no pleito de 2006 (8%). No entanto,

Em nenhum lugar as ofertas de compra de votos por dinheiro, alimentos, vestuário, material de construção etc. foram tão frequentes quanto no Paraná – espantosos 22% das pessoas pesquisadas relataram ter recebido convites para vender seu voto, o equivalente a 1,313 milhão de eleitores [...]. (ABRAMO, 2007, p.1).

O comércio de votos durante os pleitos esteve presente em toda história eleitoral brasileira. No entanto, a fim de situar esse item da pesquisa na atualidade, serão destacados outros casos recentes da interferência de alguma forma do coronel paranaense em atos fraudulentos tipificados em lei, tais como “dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita”. (BRASIL, 2002b).

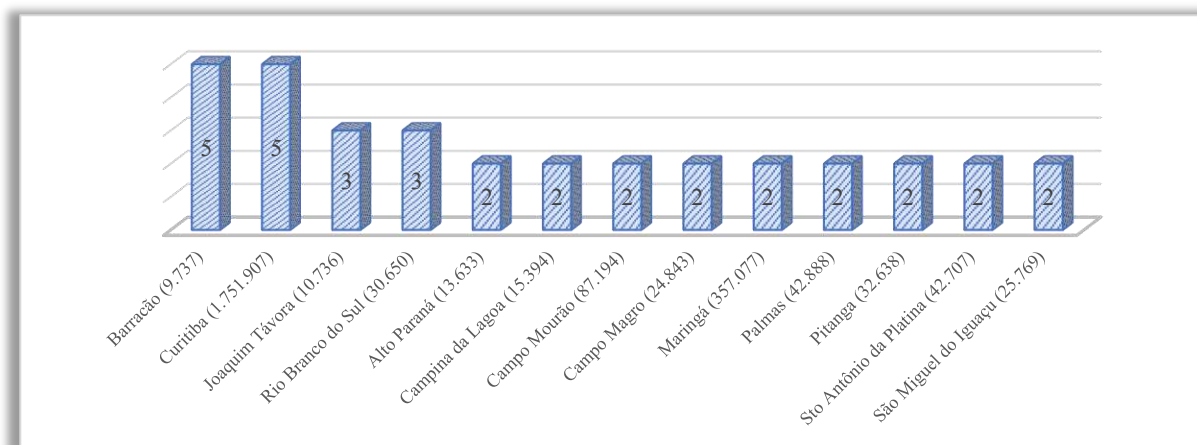
Da mesma maneira que ocorrera na República Velha, é possível notar a dimensão da vultosa quantidade oficial de crimes eleitorais (940) ocorridos no Paraná em restrito espaço de tempo (1996 – 2004), quadro 2 e gráfico 1, bem como verificar a geografia das condenações no estado. Diversas são as motivações e díspares são as tipificações. Essas comparações dão pertinência a existência de traços de contemporaneidade entre os dois períodos:

QUADRO 2 – NÚMERO DE CRIMES ELEITORAIS (1996-2004)

TIPIFICAÇÃO DO CRIME	QUANTIDADE
Irregularidade na apuração, na contagem ou na totalização dos votos	170
Divulgação de pesquisa eleitoral supostamente irregular	61
Impetração de fato ofensivo à honra	209
Veiculação de propaganda eleitoral irregular	212
Crime contra a honra	32
Divulgação de publicidade institucional irregular	14
Abuso de poder econômico e político	46
Propaganda de rádio, TV ou outro irregular	55
Condutas vedadas aos agentes públicos	13
Fraude	25
Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber	71
Crime de desobediência	4
Propaganda partidária gratuita irregular	1
Impedir exercício de propaganda	4
Transporte irregular de eleitores	11
Irregularidades praticadas por servidor da Justiça Eleitoral	9
Diversos	3
Total de crimes tipificados	940

FONTE: adaptado de SANTOS, F. (2006)

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE CONDENAÇÕES BASEADAS NO ARTIGO 299 (DAR, OFERECER, RECEBER; SORTEIO OU ALICIAMENTO) NO PARANÁ (1996-2004)



FONTE: Adaptado de SANTOS, F. (2006)

Prosseguindo na análise do artigo 299 (quadro 2), cabe ressaltar que houve a ocorrência oficial de 71 casos de compra/venda de votos (7,56% do total), sendo que deste montante, 34 foram aceitas pela magistratura e se tornaram condenações (gráfico 1). O que merece destaque nesse gráfico foi a espacialidade na distribuição do crime de venda ou compra de votos, na pesquisa feita por Fernando dos Santos. Dos 13 municípios que tiveram denúncias aceitas, 11 são classificados<sup>35</sup> com o perfil de cidade pequena e as outros 2 são cidades grandes (Curitiba e Maringá), inclusive uma é a capital do estado. Outro dado relevante na análise do gráfico é a distribuição bem ampla e fragmentada dos municípios envolvidos paranaenses (sudoeste, norte, norte pioneiro, centro, centro-sul, oeste, sudoeste, capital e região metropolitana da capital) envolvidos no comércio de votos, caracterizando o sistema coronelístico de outrora, a fim de se manter a estrutura de poder vigente à época da pesquisa.

Prosseguindo na relevante importância do município e sua atualidade na circunscrição da estrutura do coronelismo no Paraná, será verificada a importância do poder local na cidade paranaense de Itaperuçu<sup>36</sup>, entre 1992 e 2002, para a projeção de poder de seus participantes em uma esfera de poder estadual e federal, tomando por base a pesquisa feita por Alves (2006).

<sup>35</sup> Segundo o IBGE, a classificação dos municípios se dá pela população do local: até 100.000 (pequena), de 100.000 a 500.000 (média) e acima de 500.000 (grande).

<sup>36</sup> Segundo IBGE, foi criado pela Lei Estadual nº 9.437 de 9 de novembro de 1990, na qual foi desmembrado do município de Rio Branco do Sul. Localizada a 38 Km da capital do estado do Paraná, possui uma população estimada de 27.131 e um eleitorado apto, dados do TSE, de 18.252 pessoas.

Desde a emancipação de Itaperuçu da cidade de Rio Branco do Sul, em 1992, dois grupos locais se formaram e as disputas da família de Manoel Joekel<sup>37</sup> e Gentil Paske de Farias<sup>38</sup> passaram a dominar a política, bem como a ditar o rumo do recém-criado município, que foi “correlacionado com a emergência de um coronel, que age ao mesmo tempo como líder civil e empresário”. (GROSS apud ALVES, 2006, p.158). Cada qual detinha seus aliados, sua gente, bem como seus desafetos e adversários, definindo bem a existência de dois grupos em oposição, como pode ser observado na definição do executivo municipal, no quadro abaixo:

QUADRO 3 – PREFEITOS DE ITAPEÇURU (1993-2002)

PREFEITO	PARTIDO	GESTÃO
Manoel Joekel	PTB	1993-1996
Gentil Paske de Faria	PSDB	1997-2000
Rosa Chevônica Joekel (esposa de Manoel Joekel)	PSL-PMDB	2001-2004

FONTE: ALVES (2006)

A caracterização do coronelismo existente no município da pesquisa em questão se baseia na troca de favores entre o poder local, os prefeitos e sua gente (família, parentela, cabos eleitorais, prepostos e aliados) e os políticos estaduais e federais. O voto municipal, reiterando a ótica de Vitor Nunes Leal, é um dos itens vitais dessa relação de clientelismo, conceito esse que será analisado no item seguinte, entre o coronel local, carente das verbas orçamentárias do estado, e seu correlato superior, dependente do voto para sua sustentação e sua manutenção de posição de dominância no campo político (ou de seu aliado político).

Os quadros a seguir discriminam, no âmbito de Itaperuçu, os principais candidatos que concorreram nas eleições nível paranaense e federal e sua filiação partidária, o número de votos conquistados no município em destaque, o percentual de votos válidos obtidos, bem como qual o apoio local que este candidato angariou durante os pleitos de 1994, 1998 e 2002:

<sup>37</sup> Empresário madeireiro e proprietário de terras. Foi eleito vereador pelo município de Rio Branco do Sul, nas legislaturas de 1983-1987 e 1988-1992, além de fundador do município de Itaperuçu. Primeiro prefeito da cidade (1992). Nas eleições de 2000, elegeu sua esposa, Rosa Chevônica Joekel, e seu filho, José João Joekel, vereador, bem como seu sobrinho, Manoel Joekel, (1993-1996) e sua cunhada, Aracy Vaz (2000-2004).

<sup>38</sup> Empresário do ramo madeireiro. Um dos líderes do processo de emancipação de Itaperuçu. Prefeito eleito de Itaperuçu, em 1996, após ter concorrido como o vereador mais votado pelo seu partido (PT), sem ter sido eleito, em Rio Branco do Sul (1988), bem como foi o segundo colocado na campanha para o executivo, em 1992.

QUADRO 4 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (1994)

CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL	Nº VOTOS	% VOTOS	APOIO
Luciano Pizzato (PFL)	1.307	32,72%	Manoel Joekel
Afonso Camargo Neto (PPR)	432	10,84%	-
Aberlardo Lupion Mello (PFL)	430	10,79%	-
Paulo Roberto Carneiro (PTB)	357	8,95%	-
Basílio Vilani	11	0,28%	-
José Janene	1	0,03%	-

QUADRO 5 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADO ESTADUAL ITAPERUÇU (1994)

CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL	Nº VOTOS	% VOTOS	APOIO
Aníbal Khury (PTB)	1.451	28,10%	Manoel Joekel
Carlos X. Simões (PFL)	1.184	22,93%	-
Horácio Rodrigues Sobrinho (PL)	979	18,96 %	-
Cleiton Kielse (PMDB)	88	1,7%	-
Nelson Justus	12	0,2%	-

QUADRO 6 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (1998)

CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL	Nº VOTOS	% VOTOS	APOIO
Basílio Vilani (PSDB)	1.928	28,91%	Gentil Paske
Luciano Pizzato (PFL)	995	14,92%	Manoel Joekel
Íris Simões (PTB)	894	13,40%	-

QUADRO 7 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (1998)

CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL	Nº VOTOS	% VOTOS	APOIO
Aníbal Khury (PFL)	2.429	16,60%	Manoel Joekel
Cleiton Kielsen (PFL)	2.384	31,75%	Gentil Paske
Carlos X. Simões (PTB)	710	9,46 %	-

QUADRO 8 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL ITAPERUÇU (2002)

CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL	Nº VOTOS	% VOTOS	APOIO
José Janene (PPB)	1.631	16,60%	Manoel Joekel
Íris Simões (PDT)	1.376	12,32%	Gentil Paske

QUADRO 9 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADO ESTADUAL ITAPERUÇU (2002)

CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL	Nº VOTOS	% VOTOS	APOIO
José Liberato (PT)	2.609	16,60%	PT local
Nelson Justus (PFL)	1.957	12,32%	Manoel Joekel
Carlos Simões (PTB)	1.029	9,12%	Gentil Paske
Cleiton Kielse (PFL)	93	5,0%	-

FONTE: ALVES (2006)

Feita a leitura dos levantamentos quantitativos, algumas considerações podem ser extraídas da interpretação de Alves, principalmente com relação à importância do apoio local

ao postulante a uma vaga no parlamento e ao clientelismo entre o poder local e coronel. Basílio Vilani, candidato a deputado federal, na eleição de 1994 (quadro 4), não teve apoio oficial de nenhum poder local itaperuçuenses e não logrou êxito, obtendo irrisórios 11 votos naquele município. Todavia, no ano de 1998 (quadro 6), o mesmo candidato obteve 1.918 votos, e, coincidentemente, recebera o apoio político local de Gentil Paske. Cabe destacar que o auxílio desse último só ocorrera, pois Basílio o apoiara na vitória de Gentil nas eleições municipais de 1996.

Outro cenário interessante foi o crescimento expressivo do candidato a deputado federal José Janene que, nas eleições de 1994 (quadro 4), obteve apenas um voto e, no pleito de 2002 (quadro 8), ao mesmo cargo, mas com apoio de Manoel Joekel, foi o candidato mais votado na cidade. Uma variação expressiva de 0,03% para 16,60% dos votos válidos recebidos.

O candidato Nelson Justus, nas eleições de 1994 (quadro 5), obteve meros 12 votos no pleito a cargo de deputado estadual. Contudo, com o apoio local do coronel Manoel Joekel, obteve 1.957 votos, nas eleições de 2002 (quadro 9). A trajetória de Cleiton Kielse não é diferente dos demais casos descritos. Em 1994 (quadro 5), na disputa a uma vaga de deputado estadual, sem apoio, alcançou 88 votos. No pleito seguinte (quadro 7), com apoio local de Gentil Paske, elevou quantitativamente sua adesão ao eleitor de Itaperuçu na candidatura federal (2.384). Situação exitosa que não se manteve na campanha seguinte (quadro 9) a deputado estadual, dessa vez sem apoio, conquistou 93 votos.

Por fim, o político Aníbal Khury, “responsável pela inauguração de inúmeras obras de Itaperuçu, como pontes, escolas, posto de saúde, em uma rede de compromissos com o líder local Manoel Joekel dando-lhe ‘carta branca’”. (ALVES, 2006, p.165). teve sua trajetória política pautada na relação de clientelismo (cooptação de votos e benesses sociais e econômicas para seu correlato municipal) em Itaperuçu, tanto que sua aderência positiva no eleitorado local teve pouca oscilação entre 1994 (1451 votos) (quadro 5) e 1998 (2.429 votos) (quadro 7), sendo o líder local em ambos os escrutínios.

Nessa comparação entre os períodos históricos entre as duas repúblicas, podemos verificar quadros muito similares nas questões de subordinação do município ao Estado e nas tratativas político-eleitorais que dão ao conceito do coronelismo um aspecto de contemporaneidade, mantendo relações assimétricas de clientelismo e patrimonialismo e a importância do líder local.



### 2.4.3 Decadência financeira

Após verificarmos a importância da submissão municipal e as questões eleitorais, características marcantes do coronelismo, será verificada outra peça estruturante do coronelismo – como se deu a debilidade do coronel perante o governo estadual, haja vista que essa decadência é predicado determinante no sistema.

O Paraná foi um estado durante o século dezenove com pouca projeção nacional nas suas questões econômicas. Sua balança comercial se sustentou até o final da monarquia basicamente pelo tropeirismo<sup>39</sup> que propiciou o surgimento das cidades de Rio Negro, Ponta Grossa, Castro e Palmeira (municípios dos principais coronéis da época). Contudo, essa atividade sofreu forte degradação em função de concorrência de outros estados, substituição paulatina do transporte marítimo pelo uso de ferroviários, ocupação das pastagens para produção agrícola e queda no negócio animal.

A produção de erva-mate (congonha) e extração madeireira passaram a ser o eixo comercial em face da debilidade do tropeirismo no início da Primeira República. Mesmo assim, o Paraná continuou a ter pouca expressão nacional, pois as maiores cifras alcançadas nas sacas de café paulista e mineiro e no gado riograndense. A produção da erva teve grande dificuldade pois sofria com a forte concorrência da Argentina e do Uruguai. Nesse sentido, os políticos locais (coronéis), em razão da crise econômica<sup>40</sup> que passaram à submissão municipal republicana não tiveram outra opção, a não ser, se submeterem ao julgo estadual, fortalecendo o sistema coronelismo. Os coronéis recebiam com o comércio da erva, mas quantias muito aquém quando comparadas com negócios pretéritos. O mandão local se sustentava com menos, sua fraqueza econômica era latente, mas a sua submissão ao Estado ainda lhe proporcionava *status* de dominância local, mas com a promessa de fidelidade eleitoral. O coronel tinha o mando, mas não mais a autonomia. Seu poder era tutelado pelo estado paranaense e sua debilidade econômica foi o fio da balança nesse sistema.

Sendo assim, neste capítulo, pode-se verificar o trajeto epistemológico do coronelismo, desde as relações de proximidades dos donatários das capitâncias hereditárias com o poder real e suas relações de interesses mútuos, perpassando pelo surgimento do coronel com a criação da Guarda Nacional, a titulação tácita de coronel àqueles que detinham capitais simbólicos e *status*

---

<sup>39</sup> O tropeirismo pode ser relacionado ao comércio de muaras e de produtos de exportação, além de transporte de mercadorias de abastecimento interno (policultura e pecuária)

<sup>40</sup> O Paraná, durante a Primeira República, frequentemente esteve com sua balança comercial no déficit – 1897, 1901, 1903-1905, 1908-1909, 1910, 1913-1920, 1922, 1927-1929 (GOULART, 2018, p.128)

de dominância (independente de compor os quadros da instituição paramilitar) e do sistema em questão. Foi analisada também a vigência do conceito, seus elementos integradores, suas idiossincrasias no Brasil e, principalmente, no Paraná.

A seguir com o intuito de testar a hipótese da existência de uma possível ressignificação do coronelismo para o campo da comunicação, nos dias recentes, é necessário entendermos as dinâmicas e algumas características desse campo de poder.

### 3. IDIOSSINCRASIAS DO CAMPO MIDIÁTICO

Além de evidenciar a importância estratégica da comunicação na formação da opinião pública, na construção de narrativas e contranarrativas e na tomada de decisões políticas, cabe-nos apontar em seguida algumas características marcantes e inerentes ao sistema brasileiro de comunicação no intuito de contextualizarmos discussões conceituais futuras sobre o campo, entre elas o coronelismo. Fazer um estudo ampliado dos predicados e do jogo de tensões deste espaço de tensões traduz-se em uma tarefa extensa e aprofundada que não é o escopo central desta pesquisa acadêmica, todavia abordaremos alguns aspectos estruturantes que considero mais latentes no entendimento desse local, como por exemplo o papel central dos *mass media*<sup>41</sup> no sistema midiático brasileiro e a sua capilaridade social, principalmente a radiodifusão comercial, que tem o intuito de reforçar a reiterada busca por espaços de poder nessa interconexão de campos.

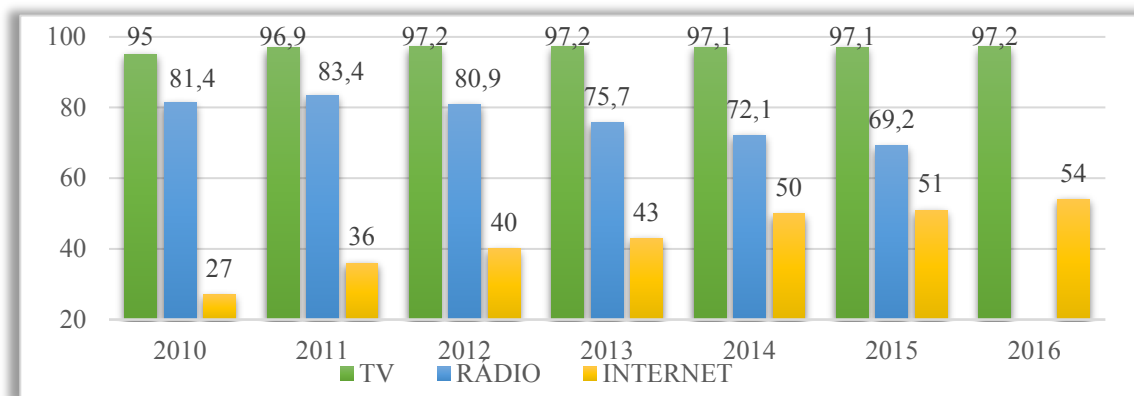
Essa centralidade se torna mais visível quando observamos a característica de ubiquidade, principalmente da televisão dentro de domicílios brasileiros. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 (PNAD 2016), em 67,37 milhões das casas (97,2% do total) há pelo menos um aparelho de televisão (1,52 por domicílio), sequência estatística que se mantém estável desde 2011. Embora atualmente o rádio não tenha a mesma aderência que a TV, 69,2% dos lares com sua presença é um número bem expressivo, se compararmos com o acesso residencial à internet<sup>42</sup> (54,1%) (gráfico 2). A presença dos aparatos de radiodifusão nos lares brasileiros prepondera-se ainda mais quando comparamos com outros bens e serviços nos domicílios nos anos 2016/2017, tais como geladeira (98,1%/98,1%), máquina de lavar (63%/63,8%), automóvel (47,4%/47,6%) ou até mesmo saneamento básico domiciliar (65,9%/66%), coleta de lixo diário (82,6%/82,9%) e abastecimento de água ligado à rede geral (85,8%/85,7%). (PNAD,2016).

---

<sup>41</sup> Durante essa pesquisa, utilizarei os conceitos de *mass media*, mídias eletrônicas e radiodifusão como sinônimos com o intuito de fazer referência ao sistema de radiodifusão: televisão aberta (comercial e educativa), retransmissora de TV e rádio AM e FM (comercial, comunitária e educativa). A fim de entender mais a fundo essas diferenças, ver site do Ministério das Comunicações.

<sup>42</sup> A definição de internet, segundo PNAD, é o acesso domiciliar por banda larga ou fixa ou discado por pessoas com mais de dez anos de idade à plataforma por meio de celular, microcomputador, *tablet*, televisão ou outro equipamento eletrônico.

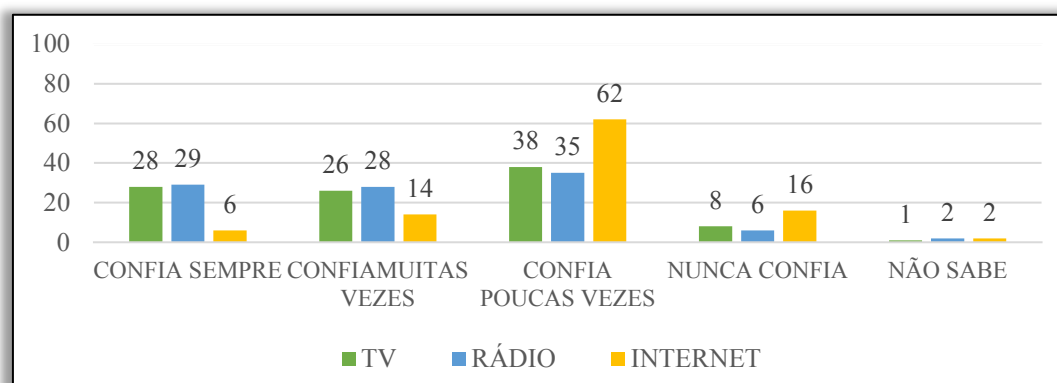
GRÁFICO 2 - PRESENÇA DOS *MEDIA* NOS DOMICILIOS BRASILEIROS (%)



FONTE: PNAD (2016); CGI.br (2018, p.5)

No entanto, a televisão e o rádio tornam-se centrais nesse espaço de disputa não somente pela questão de quase onipresença nas casas dos brasileiros, mas pela capacidade de produzir e divulgar aspectos culturais, educativos, entretenimento e informação, criando hegemonias, vendendo marcas, agendando temas e propondo veracidade e credibilidade a fatos, sistemas e pessoas ou, nas palavras de Venício Lima, a mídia visa à “construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana”. (2004,p.51). No gráfico 3, baseado na Pesquisa Brasileira de Mídia (PMB), realizada por SECOM (2016a), foram mapeados os hábitos mais recentes de consumo de mídia da população brasileira e nesse panorama a televisão é utilizada por 89% dos brasileiros para se informar, sendo que 54% da população confia sempre ou quase sempre no que é vinculado na programação e 38% confia poucas vezes. O rádio segue esse mesmo padrão de credibilidade (57% confia sempre ou quase sempre e 35% confia poucas vezes), mesmo estando atrás em presença domiciliar, diferentemente da Internet que vem tendo um crescimento de presença domiciliar, mas detém baixo índice de credibilidade quando comparado com os demais (6% confia sempre ou quase sempre, 14% confia poucas vezes, 64% confia poucas vezes e 16% nunca confia)

GRÁFICO 3 - CREDIBILIDADE DOS *MEDIA* ENTRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA (%)



FONTE: SECOM (2016a)

Cabe aqui fazer uma referência da importância da radiodifusão na esfera econômica, é importante demonstrar como sua ubiquidade se traduz em amplos espaços publicitários destinados à promoção de produtos, bens e serviços e à disseminação de propagandas atinentes a pensamentos e ideias públicas ou privadas. Neste escopo, segundo Brigatto (2018), podemos observar que a TV aberta e o rádio, em 2017, receberam em publicidade o equivalente a 58,1% de todo orçamento publicitário (R\$ 154 bilhões); a TV por assinatura, 13,2% e jornais e revistas, 15,2%. Com relação às verbas oriundas da administração pública federal destinada à publicidade estatal, o cenário não se alterou, entre os anos 2000 e 2015 foram alocados cumulativamente R\$ 1,86 bilhão para essa finalidade. A TV e o rádio foram contemplados com 70,9% do montante, ante os 4,2% e 18,4% distribuídos à internet e jornais e revistas, respectivamente. (SECOM, 2016b).

### 3.1 ESDRÚXULA SEGREGAÇÃO

No sistema brasileiro midiático existe a esdrúxula e pouco pesquisada separação (RAMOS, 2000; PIERANTI, 2008; BARROS, 2010) entre os serviços de telecomunicações que são a “transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos [...]” (BRASIL, 1962) e os serviços de radiodifusão, que por definição são a “transmissão de sons (rádio) e de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral [...]” (BRASIL, 1963) ou, em uma versão detalhada e mais didática são definidas e diferenciadas como:

Radiodifusão é a emissão e transmissão de notícias, de programas culturais ou recreativos por meio da radiofonia, para recepção geral. Radiofonia é a conversão em som dos raios térmicos e luminosos das ondas hertzianas. Para compreendermos completamente, é preciso que saibamos que Hertz (Hz) é a unidade de medida de frequência definida como a frequência de um fenômeno cujo período tem a duração de um segundo; um ciclo por segundo.

Neste cenário, descobrimos que a radiodifusão é a comunicação que deve se dar necessariamente por meio de Radiofrequência (frequência de onda eletromagnética, intermediária entre as audiofrequências e as frequências infravermelhas), considerando-se frequência, o número de oscilações de um movimento vibratório na unidade de tempo.

Telecomunicação é conceituada como sendo a denominação geral das comunicações à distância, compreendendo a telefonia e telegrafia (por fios ou por ondas hertzianas) e a televisão. Já por televisão, considera-se o sistema eletrônico para transmitir imagens fixas ou animadas, juntamente com o som, através de um fio ou do espaço, por aparelhos que os convertem em ondas elétricas e os transformam em raios de luz visíveis e sons audíveis.

Logo, concluímos que se a televisão utiliza radiofrequência, é uma modalidade de radiodifusão, que por sua vez é modalidade de telecomunicação, que é o gênero. (MILAGRE, 2007, p.1).

Esta distinção conceitual teve sua origem por ocasião da redação dada pela Emenda Constitucional nº 8/1995 que propiciou, desde então, uma ruptura entre ambas, criando uma agência reguladora (Anatel) exclusivamente para fiscalizar e regular ações e condutas do gênero das telecomunicações, bem como uma diferenciação entre radiodifusão sonora e imagens dos demais serviços de telecomunicações.

Art. 21. Compete à União:

[...]

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. (BRASIL, 1995).

Essa cisão, segundo Ramos (1997), criou uma regra legal sem par em todo mundo e curiosamente por meio de um dispositivo constitucional. Em seguida, em 1997, aprovou-se a Lei Geral de Telecomunicações (BRASIL, 1997) nos termos do ato jurídico anterior, privatizando o sistema Telebrás, reformulando a legislação de telecomunicações, abrindo o campo para a entrada do capital internacional e criando um sistema de pesos e contrapesos neste novo segmento.

Essa lei possibilitou também que os proprietários de emissoras de rádio e TV, por meio de sua força política, a mesma que interferiu diretamente na criação do ainda vigente Código Brasileiro de Telecomunicações, mantivessem um espaço restrito a eles com o intuito de utilizar

o impacto da comunicação social pública, gratuita e aberta para atingir uma amostragem grande da população. Estes mesmos agentes hegemônicos detentores de concessões radiofônicas defenderam a manutenção dessa segregação, criaram barreiras à entrada de capitais estrangeiros<sup>43</sup> e de novos concorrentes e “escaparam da jurisdição do novo órgão regulador que foi concebido para atuar sobre as telecomunicações”. (HERZ,1997). Além disso, mantiveram sua subordinação ao Ministério das Comunicações, o qual historicamente, e até hoje, tem fortes vínculos de conluio e forte poder político carregado por empresários de radiodifusão que coexistem em ambas as estruturas.

No escopo das telecomunicações, uma das hipóteses dessa dissociação foi motivada pelo interesse urgente da privatização das empresas telefônicas estatais (Telebrás). Sem essa separação seria impossível a quebra do monopólio e a venda para grupos de capital estrangeiro, pois os interesses e o poder do empresariado político detentor de grande parte de concessões radiofônicas tinham mais peso. (BRANT,2002).

É o que Murilo Cesar Ramos denominaria adiante do paradoxo da radiodifusão,

para assegurar a continuidade de sua maior autonomia possível diante dos poderes estatais e dos controles da sociedade, a indústria de radiodifusão optou pela inovação técnico-jurídica de situar-se como serviço singular, constitucionalmente estabelecido e não como serviço de telecomunicações, como acontece nos demais países do mundo. [...] o paradoxo ocorreu pela razão simples de o principal lobby da radiodifusão no Congresso Nacional, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), ter procurado manter sua indústria fora do alcance do novo órgão regulador, a Agência Brasileira de Telecomunicações [...]. (RAMOS, 2000, p.176-178).

Essa divergência regulatória passou a ser um dos grandes problemas do campo da comunicação, pois proporcionou uma dispersão normativa sem tamanho e ajudou no surgimento de um ambiente político-regulatório difuso e propício às ações de clientelismo, a ponto de haver mais de setenta dispositivos legais vigentes, entre leis, decretos, portarias e normatizações (GODOI, 2004). Além disso, o latente anacronismo do escopo basilar do segmento da radiodifusão ainda está vigente<sup>44</sup> e data ainda da década de sessenta do século passado. A indústria do rádio e da TV ficou à parte, até hoje, de uma atualização legal, diferentemente da telecomunicação, mesmo passando por governos militares, uma constituinte,

---

<sup>43</sup> A Emenda Constitucional 36 (BRASIL, 2002a) alterou o Art. 222/CF 88 e passa a permitir que até trinta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens poderá pertencer, direta ou indiretamente, a não-brasileiros natos ou naturalizados.

<sup>44</sup> Na vertente da radiodifusão comercial, o arcabouço legal ora em vigência é o Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL,1962), o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (BRASIL, 1963) e o Decreto nº236 que complementa e modifica o primeiro. (BRASIL, 1967).

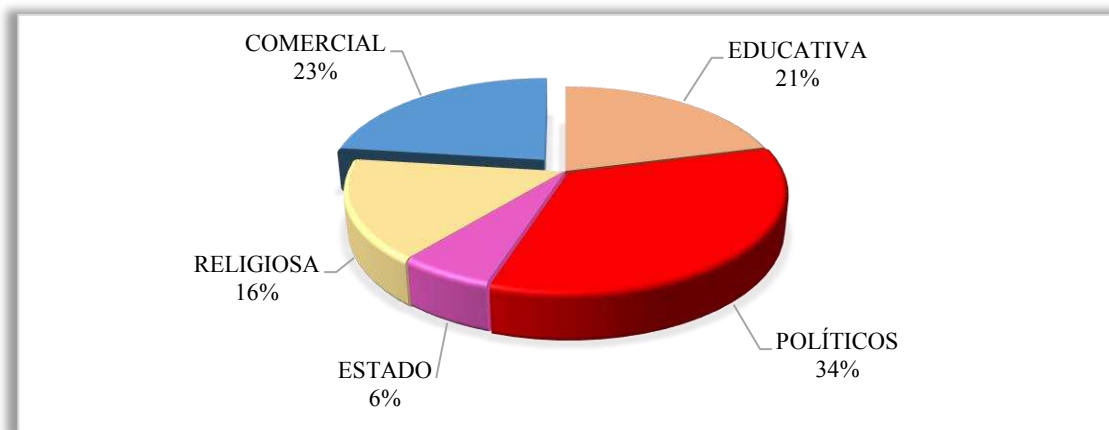
dois *impeachments* presidenciais, vice-presidente efetivado por todo um mandato e reeleições de presidente de partidos com agendas programáticas diferentes. Esse arcaísmo não leva em conta a contemporânea relação com a convergência de plataformas midiáticas, do surgimento de novas agentes no campo, da evolução tecnológica dos meios de comunicação, das práticas de transparência e *accountability* nas concessões de bens públicos e de práticas ilícitas e inovadoras nos processos de concessões e de usufruto de outorgas.

O mercado radiodifusão brasileiro, um dos principais lócus de intermediação e de sustentação do coronelismo eletrônico que, curiosamente, mesmo inserido em um modelo econômico liberal, não visa exclusivamente ao interesse comercial nem possibilita a concorrência de mercado entre seus participantes, pois

o capitalismo é muitas vezes definido como um sistema econômico onde os atores privados têm permissão para possuir e controlar o uso da propriedade de acordo com seus próprios interesses, e onde a mão invisível do mecanismo de preços coordena a oferta e a demanda nos mercados de uma forma que está automaticamente os melhores interesses da sociedade. O governo, nesta perspectiva, é frequentemente descrito como responsável pela paz, justiça e impostos toleráveis [...] como um sistema de governança indireta para as relações econômicas, onde todos os mercados existem dentro de estruturas institucionais fornecidas por autoridades políticas, ou seja, governos. Nesta segunda perspectiva, o capitalismo é um sistema de três níveis muito parecido com qualquer esporte organizado. Os mercados ocupam o primeiro nível, onde ocorre a competição; os fundamentos institucionais que sustentam esses mercados são o segundo; e a autoridade política que administra o sistema é a terceira [tradução minha]. (SCOTT, 2006, p.2).

Referida afirmação pode ser comprovada após observarmos como estão distribuídas as concessões de televisão de maneira geral no país, principalmente a partir da redemocratização (gráfico 4):

GRÁFICO 4 - NATUREZA DOS PROPRIETÁRIOS DAS EMISSORAS DE TV NO BRASIL (%)



FONTE: SANTOS (2014)



Nota-se que apenas 23% de todas as concessões de televisão no país estão destinadas à radiodifusão comercial e acompanham as questões do mercado, diferentemente da maior parte (43%) que está voltada para a radiodifusão educativa, ou seja, para questões periféricas ao lucro e à concorrência comercial, e somente podem ser executadas por pessoas jurídicas de público interno<sup>45</sup>, instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada<sup>46</sup> e fundações de direito privado<sup>47</sup> que tem em seu escopo a transmissão de

programas educativo-culturais, que atuam em conjunto com os sistemas de ensino, visando à promoção e ao fortalecimento da educação básica e superior, da educação permanente e da divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Para atendimento da finalidade exclusivamente educativa do serviço, *as outorgas desta modalidade não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos.* (MCTCI, 2018b, grifo meu).

Em complemento à radiodifusão educativa (43%), temos uma outra importante parcela de concessões de televisão no país (34%), totalizando 77%, que está da posse de políticos ou de seus parentes diretos. Cabe fazer um adendo importante a esse grupo pois, tendo em vista o artigo 54 da Constituição Federal de 1998, deputados e senadores não podem:

I - Desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior.

II – Desde a posse

ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato de pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada [...]. (BRASIL, 1988).

Indiferentes ao cumprimento do dispositivo legal acima, diversos parlamentares são oficialmente proprietários de uma concessão. Durante a 55ª legislatura federal (2015-2018), foi verificado que 8 senadores da República e 32 deputados federais eram proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e TV (MOURA, 2015) e são alvo de uma ação no Supremo Tribunal Federal que questiona a constitucionalidade da participação de políticos titulares de mandato eletivo como sócios de empresas de radiodifusão<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> União; os Estados e o Distrito Federal; os Municípios; as Universidades Federais; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; as autarquias (BRASIL, 2002a)

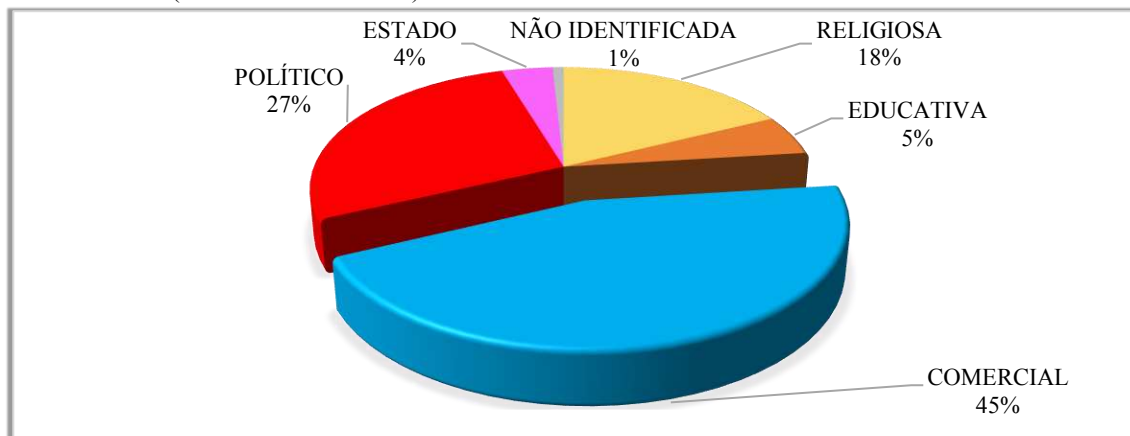
<sup>46</sup> As Universidades; os Centros Universitários; e as Faculdades. (BRASIL, 2006)

<sup>47</sup> As associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas e os partidos políticos (BRASIL, 2002a)

<sup>48</sup> Medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental 379/DF foi protocolada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que tem como relator no STF o ministro Gilmar Mendes, e visa definir

Estratificando esta análise, observa-se que o mercado da radiodifusão brasileira segue a mesma tendência geral não comercial quando analisamos a natureza dos agentes receptores de concessões de outorgas de televisão em um *locus* regional – no caso, o estado do Paraná (gráfico 5).

GRÁFICO 5 – NATUREZA<sup>49</sup> E QUANTIDADE EMISSORAS/ RETRANSMISSORAS DE TV NO PARANÁ (OUTUBRO DE 2018)



FONTE: cruzamento de dados feito entre os sites das emissoras, MCTCI (2018) e ANATEL

Embora os números sejam um pouco diferentes do levantamento nacional, é interessante ressaltar que o mercado de radiodifusão também é predominantemente não comercial em seu escopo, pois apenas 45%, menos da metade das emissoras de TV, estão destinadas às lógicas da industrial cultural. As TV religiosas são 18% do total, a participação estatal é quase nula (2%), 3% das emissoras não foi possível classificar sua natureza, a radiodifusão educativa tem número irrisórios (5%) e a participação “ilegal” de políticos e “laranjas” na propriedade midiática ainda é prática corrente no estado (27%).

Os dados referentes aos proprietários de retransmissoras de TV na Amazônia Legal que Lobato (2017, p.25) coletou em juntas comerciais e bancos de dados da Anatel, da Receita Federal e do Congresso Nacional corroboram com os números dos gráficos anteriores e

---

interpretação de comportamento estatal violador de preceitos fundamentais. Titulares de mandato eletivo como sócios ou associados de pessoas jurídicas prestadoras de serviço de radiodifusão. Interferência na liberdade de expressão e no direito à informação. (BRASIL,2015).

<sup>49</sup> A categorização dos proprietários foi baseada nos seguintes aspectos: Religiosa – emissoras que possui nomenclatura cristã (Fundação São Vicente de Paula) e/ou que tenha no seu capital societário representantes religiosos (Fundação Champagnat – Padre Reginaldo Manzotte); Educativo – emissoras assim classificadas no sistema de consulta da Anatel (Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>); Político – a emissora é de propriedade de político (ou suplente – Malucelli) ou de seus parentes diretos (governador Ratinho Jr); Comercial – radiodifusão comercial e visa à audiência e ao lucro; Estado – vínculo direto com a Unidade da Federação (caso COPEL e TV Paraná – atual TV Paraná Turismo); Não identificado – não foi reconhecida a sua natureza nem seus integrantes societários (exemplo, Televisão Cachoeira do Sul Ltda.).

demonstram também que o sistema de radiodifusão nacional não visa às ações comerciais: dos 1737 titulares dos canais de retransmissoras nessa região, os empresários representam 41% da amostra, políticos e seus parentes próximos são 21%, poder executivo, 20%, as igrejas representam um quarto bloco (16%) e o restante são acionistas não identificados. Ou seja, a maior parte desses veículos não tem vínculos comerciais/empresariais (59%).

### 3.2 MÍDIA E CIFRAS

Nesta pesquisa parto da premissa que os veículos de comunicação destes personagens não geram *formalmente* lucro: produzem pouco conteúdo local, pois se apropriam da programação oriunda da rede afiliada, tem pouca estrutura material e reduzido pessoal especializado empregado, assim, “os serviços de comunicação oferecidos pelas empresas dos políticos são pobres, não tem condições de competitividade em termos de qualidade de conteúdo ou distribuição eficaz”. (AIRES e SANTOS, 2017, p. 62). As vantagens econômicas advindas da posse de veículos de comunicação vão além das lógicas formais do mercado e se caracterizam por relações presentes em práticas informais, entre elas o clientelismo, aspecto esse que será discutido mais à frente.

Sustentando essa lógica informal, as mesmas pesquisadoras anteriores, corroboradas por Santos e Capparelli (2005), certificam que o mercado midiático (radiodifusão, cinema, TV por assinatura), com exceção do musical, é dependente de fomento estatal para sua sustentação, sendo que os recursos financeiros advêm, prioritariamente, de cifras destinadas à publicidade e à propaganda federal. Essa assertiva encontra sustentação em passagens históricas, ainda da República Velha, quando os então presidentes do país, Washington Luis, e da província do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, reputavam natural subsidiar com dinheiro oriundo dos cofres públicos os jornais que apoiavam o governo vigente, de forma rotineira e natural. Essa ilicitude pode ser comprovada na carta enviada por Alves de Sousa, diretor do jornal *O País*, a Washington Luis:

Rio, 30 de dezembro de 1927 – Exmo. Sr. Presidente

Em carta de 12 do corrente, o Sr. Nabor de Azevedo, gerente de A Federação do Pôrto Alegre, avisando-me da remessa de 10:000\$, diz que essa importância ‘constitui a última prestação da quantia de 120:000\$ a que, por determinação do nosso eminente chefe, Dr. Borges de Medeiros, nós havíamos comprometido a enviar’. Não tendo sido propriamente estes os termos da combinação perfeita, como V Exa. Não ignora, e na expectativa de ficarmos privados no mês entrante dêsse subsídio, o que nos causaria não pequenos embaraços, venho solicitar a V Exa. a bondade de uma palavra ao nosso

eminente amigo, Dr. Getúlio Vargas, no sentido de *não ser interrompida a remessa mensal daquele auxílio*.

Respeitosamene, amigo e criado de V Exa.

(a) Alves de Souza. (SODRÉ, 1966, p.421, grifo meu).

Em outra missiva no dia seguinte, o presidente da República relata a seu presidente de Província:

O fim principal deste é transmitir-lhe a carta junto, do Dr. Alves de Souza, d'O País, e para lhe pedir a sua boa atenção, com todo o empenho. Julgo indispensável mantermos a nossa atitude, sem que as dificuldades serão quase insuperáveis. Não é necessário reproduzir aqui *argumentos que recorreremos tantas vezes* por isso aqui fico aguardando a sua resposta. (SODRÉ, 1966, p.421-422, grifo meu).

E Getúlio, se contradisse quando, em carta enviada a Samuel Weiner, o saúda por ocasião do lançamento do seu jornal, intitulado *Última Hora*<sup>50</sup>, alegando que

Criadora, estimuladora, esclarecedora deve ser sempre a função primacial da imprensa livre. E dessa imprensa necessita o Govêrno, hoje mais que nunca. [...] Como homem público sempre busquei o contato com essa imprensa imparcial e construtiva e encontrei na crítica serena e honesta a colaboração desinteressada e amiga, que esclarece, revela, corrige, completa e sugere soluções e diretivas. (WAINER, 2005, p.186-187).

Mas posteriormente, resume a relação entre imprensa e poder público da seguinte forma:

Como os recursos obtidos com as vendas em bancas e assinaturas eram insuficientes, os meios de comunicação precisavam valer-se de outras fontes de renda, *utilizando como moeda de troca seu peso junto à opinião pública*. Graças a esse trunfo, os barões da imprensa sempre mantiveram relações especiais com o governo, que tanto lhes prestava favores diretos como beneficiava seus amigos – amigos que sabiam retribuir a ajuda recebida. Para assegurar o apoio dos meios de comunicação, ou ao menos evitar que lhe fizessem oposição frontal, *o governo contemplava jornais e revistas com isenções fiscais, dólar subsidiado, facilidades para a importação de papel, eventualmente anúncios*. (WAINER, 2005, p.288, grifos meus).

---

<sup>50</sup> Fundado em 12 de junho de 1951, o *Última Hora*, segundo Wainer (2005), “nasceu estritamente de uma posição política”: “era um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo”. O objetivo era romper com “a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente”. O impresso vespertino tinha edições em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No Paraná, além de Curitiba, o jornal possuía sucursais em Londrina, Paranaguá e Ponta Grossa. A edição curitibana do *Última Hora* circulou entre 1959 e 1964 e foi dirigida primeiro por Carlos Coelho e depois Ary de Carvalho.

Trazendo essa prática corriqueira de emprego de verbas públicas com a finalidade de sustentar financeiramente veículos midiáticos para períodos mais recentes, observa-se no gráfico 6, que Rodrigues (2015a) demonstra numericamente que, entre o primeiro mandato presidencial de Lula e fim do primeiro governo de Dilma (2004-2014), a Rede Globo de Televisão (somente as cabeças de rede em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília e Minas Gerais) recebeu um total de R\$ 6,2 bilhões em rubrica federal destinada à publicidade, quase metade (R\$ 13,9 bilhões) de toda verba destinada no período para todas as emissoras de televisão do país<sup>51</sup>. Quando inserimos as afiliadas nessa conta, no mesmo período, os números crescem: a RBS (afiliada à época nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>52</sup>) foi aquinhoadada com R\$ 63,7 milhões; a Rede Bahia (Salvador), de propriedade da família do político Antônio Carlos Magalhães, angariou R\$ 50,9 milhões; a TV Tem (São José do Rio Preto, Bauru, Sorocaba e Itapetininga), de propriedade de J.Hawilla (jornalista, apresentador da TV Globo, empresário do ramo imobiliário, dono da maior agência de marketing esportivo (Traffic), e que detém os direitos de transmissão de jogos de campeonato de futebol no Brasil e no mundo), recebeu R\$ 8,5 milhões.

No entanto, em nota emitida pela TV Globo veiculada no *Jornal Nacional*, em 29 de outubro de 2018, referente à acusação feita por Jair Bolsonaro, então candidato à presidência da República em entrevista no mesmo programa na véspera, de que a TV Globo recebia bilhões de fomento federal, a emissora foi enfática em contradizer esses números,

é uma afirmação absolutamente falsa. A propaganda oficial do governo e de suas empresas estatais corresponde a menos de 4% das receitas publicitárias e nem remotamente chega à casa do bilhão. Os anunciantes, privados ou públicos reconhecem na TV Globo uma programação de qualidade, prestigiada por enorme audiência e, por isso, se valem dela para levar ao público mensagens sobre seus produtos e serviços. Fazemos esse esclarecimento por apreço à verdade, ao nosso público e a nossos anunciantes. (BONNER, 2018).

---

<sup>51</sup> *Aliados têm 80% das verbas de anúncios da Casa Rosada* – Jornal O Globo. A prática de seletividade em concessões de verbas pública federais à Rede Globo é corroborada na Argentina. Em 2012, o governo Kirchner travou um embate judicial com o Clarín, maior grupo de meios de comunicação na Argentina, e destinou 80% dos recursos da publicidade oficial a nove empresas do setor claramente alinhadas com suas políticas, 43% a mais que em 2011. (FIGUEIREDO, 2013).

<sup>52</sup> O grupo de comunicação gaúcho RBS, então afiliado da Rede Globo em Santa Catarina, vendeu seu segmento midiático catarinense para a NC Investimentos, do empresário Carlos Sanchez, controlador da farmacêutica EMS, e Lírio Parisotto, um dos maiores investidores da Bovespa, em agosto de 2017, e passou a ser chamado NSC Comunicação (Nossa Santa Catarina). Atualmente é composto pela TV NSC, pelos jornais Diário Catarinense, A Notícia, Jornal de Santa Catarina e Hora de Santa Catarina e pelas emissoras de rádio CBN Diário, Atlântida e Itapema.

Paradoxalmente e independentemente dos valores recebidos, o que pode ser visto no gráfico seguinte, o crescimento das cifras oriundas do fomento federal não seguiu a proporção de crescimento de audiência, como por exemplo entre 2007 e 2008 os índices caíram de 16 para 15 pontos e as verbas aumentaram de 458 para 467 milhões, comportamento semelhante ocorreu nos anos 2011,2012 e 2013. No entanto, segundo Helena Chagas (2011), Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República entre 2010 e 2014, o planejamento de mídia para distribuição de verba publicitária segue critérios técnicos nos quais “[para a TV] os investimentos são proporcionais aos índices de participação de audiência (*share*) apresentados por pesquisas IBOPE”. Discurso esse amparado pela Instrução Normativa nº7 – Secom/PR, de 19 de dezembro de 2014:

Art. 7º No planejamento das ações de mídia, os órgãos e entidades deverão observar as seguintes diretrizes, respeitadas as características de cada ação:

I - Usar critérios técnicos na seleção de meios e veículos de comunicação e divulgação;

Art. 8º São critérios técnicos de planejamento, seleção e negociação dos meios e veículos:

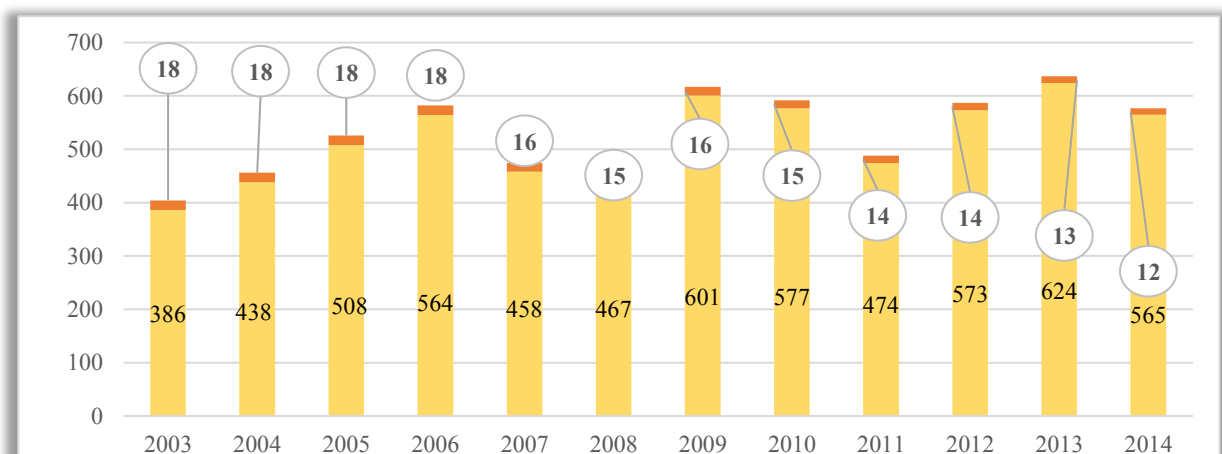
I - Utilizar pesquisas e dados técnicos de mercado para identificar e selecionar a programação mais adequada, conforme as características de cada ação publicitária.

II - Investimentos destinados a cada veículo devem considerar as respectivas audiências, embasados, sempre que possível, em dados técnicos de mercado, pesquisas e/ou estudos de mídia. (BRASIL,2014).

E reiterado adiante pela própria Secretaria de Comunicações quando indagada sobre possível concentração de verbas em restritos portais de internet

A audiência é, sim, o principal critério norteador da programação publicitária para qualquer veículo de comunicação, incluindo sites e blogs, por parte do governo federal, administração direta, indireta e estatais. (GOVERNO,2013).

GRÁFICO 6 - INVESTIMENTO FEDERAIS EM PUBLICIDADE (EM MILHÕES DE REAIS) E AUDIÊNCIA DA REDE GLOBO TV



FONTE: Adaptado de RODRIGUES (2015a)

No Paraná, segundo dados do Portal Livre.jor<sup>53</sup>, a destinação de verba publicitária estadual segue a mesma lógica seletiva, R\$ 18,4 milhões foram destinados para essa finalidade (83% do total), entre os meses de janeiro e julho de 2015, e foram distribuídos para apenas cinco grupos comunicacionais: GRPCOM, da família Cunha Pereira/Lemanski, afiliado da Rede Globo, recebeu R\$ 5,5 milhões (29,9% do total); Rede Massa, propriedade da família do apresentador Ratinho e afiliada SBT, captou R\$ 4,9 milhões (26,6%); Grupo Tarobá, da tradicional família empresarial Muffato, recebeu R\$ 1,8 milhão (9,7%); Grupo J.Malluceli, de propriedade de Joel Mallucelli, megaempresário paranaense, ganhou R\$ 1,5 milhão (8,2%) e o Grupo RIC, propriedade de Mário Petrelli e afiliado da Rede Record, foi aquinhado em R\$ 1,4 milhão (7,6%).

O repasses do governo do Paraná aos veículos de comunicação são feitos por intermédio de seis agências de publicidade do Estado: C.C.Z; G/PAC; BY Vivas; TIF; Opus; e Master. Elas venceram uma licitação de 2012, de responsabilidade da Secretaria Estadual da Comunicação Social, que tinha como objeto a contratação de agências de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, para atender a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, incluídas as Empresas Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista. (FREY,2015).

Um caso emblemático dessa potente dependência midiática pelas cifras publicitárias públicas, bem como a relevância e a pujança do capital econômico nas relações de barganha política ocorreu na cidade de Maringá/PR, no final de 2018, fazendo com que associações e sindicatos patronais de rádio e TV se reunissem em defesa da rádio CBN Maringá, uma das três emissoras de rádio do Grupo Maringá de Comunicação, após a sua exclusão da campanha institucional da Semana da Pátria promovida pelo Legislativo maringaense.

Essa restrição participativa da rádio teria começado após comentários negativos do colunista político da rádio CBN Maringá, Diniz Neto, durante o programa *O Assunto é Política*, que questionou a reforma do prédio da Câmara Municipal de Maringá (CMM). O então presidente da Câmara, Mário Hossokawa (PP), se sentiu ofendido e pediu uma retratação. Segundo a jornalista Luciana Peña (2018), a emissora atendeu ao pedido e abriu espaço para que o presidente falasse sobre o assunto, mas não se retratou porque não considerou que houvesse erro. Com isso, a CMM resolveu mover uma ação contra a emissora.

---

<sup>53</sup> *Cinco grupos concentram 83% da verba de publicidade do governo do Paraná em 2015*. Portal Livre.jor. Dados abertos. Disponível em: <http://livre.jor.br/cinco-grupos-concentram-83-da-verba-de-publicidade-do-governo-do-parana-em-2015/>

Todavia, em setembro do mesmo ano, a Câmara promoveu a Semana da Pátria e investiu verbas publicitárias para a divulgação das festividades, excluindo, pela primeira vez, em anos, as rádios Maringá FM, líder de audiência na cidade, a Mix FM, líder do público jovem, e a CBN Maringá, líder de audiência no público A e B, fazendo com que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV se manifestasse por meio de nota de repúdio a respeito desses cortes arbitrários de verbas publicitárias oficiais fruto de retaliações à liberdade de imprensa que deveriam seguir apenas critérios técnicos (COELHO,2018).

Ampliando o recorte temporal dessa análise de aplicação das verbas públicas em divulgação institucional, observamos (quadro 10) que, entre 2011 e 2018, o governador paranaense Beto Richa gastou R\$ 804 milhões em propaganda durante seus dois mandatos sucessivos. Esses números divulgados por Lázaro Júnior (2019), no portal Livre.jor, trazem consigo algumas inquietações reiteradas que, embora parte dessa verba tenha sido utilizada em campanhas de vacinação, de segurança no trânsito ou de combate à exploração sexual, “a forma como o dinheiro é gasto segue sendo uma caixa-preta na administração pública”.

QUADRO 10 – DESPESAS COM PUBLICIDADE<sup>54</sup> NO GOVERNO BETO RICHA (2011-2018)

	<b>PUBLICIDADE LEGAL</b>	<b>PROPAGANDA INSTITUCIONAL</b>	<b>TOTAL</b>
2018	R\$ 15.991.664,03	R\$ 105.229.215,85	R\$ 121.220.879,88
2017	R\$ 14.502.016,41	R\$ 164.318.251,47	R\$ 178.820.267,88
2016	R\$ 13.168.927,01	R\$ 131.674.262,18	R\$ 144.843.189,19
2015	R\$ 10.670.134,47	R\$ 101.528.144,42	R\$ 112.198.278,89
2014	R\$ 12.897.427,29	R\$ 79.113.798,82	R\$ 92.011.226,11
2013	R\$ 15,4 milhões	R\$ 110,2 milhões	R\$ 125,6 milhões
2012	R\$ 10,1 milhões	R\$ 106,8 milhões	R\$ 116,9 milhões
2011	R\$ 9,6 milhões	R\$ 5,7 milhões	R\$ 15,13 milhões
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 102.330.169,21</b>	<b>R\$ 804.563.672,74</b>	<b>R\$ 906.723.841,95</b>

FONTE: LÁZARO JÚNIOR (2018)

Em 2018, mesmo sendo um ano em que foi restringido por força legal a divulgação oficial, por haver eleição, conforme consta no quadro acima, foram gastos R\$ 105 milhões com propaganda. As campanhas publicitárias na televisão custaram R\$ 35,4 milhões ao erário, no

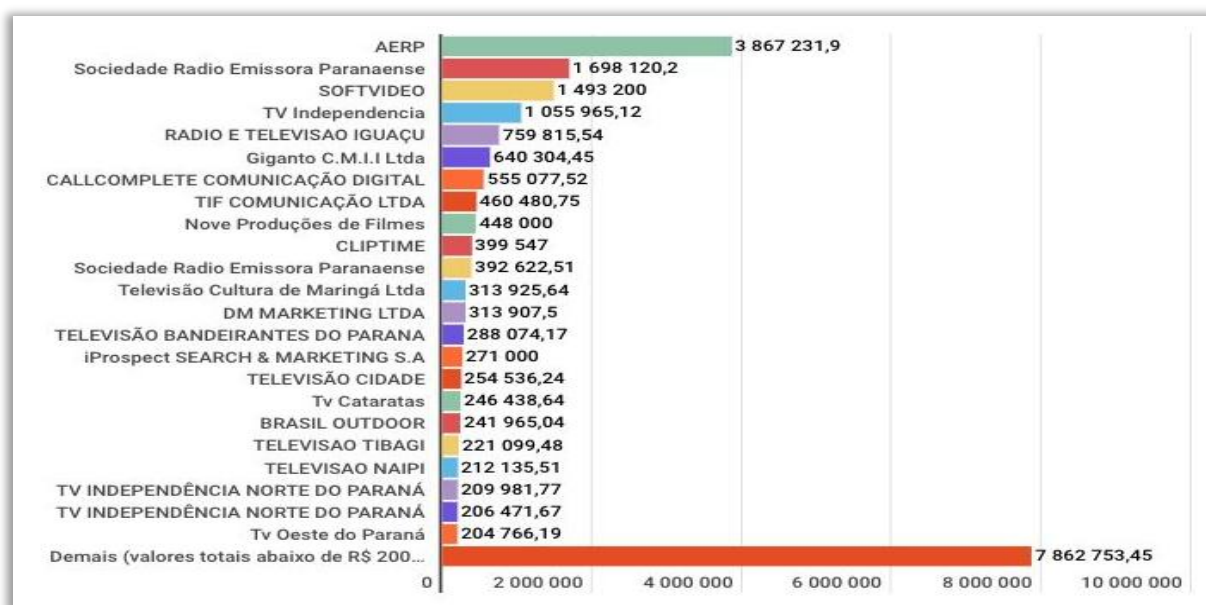
<sup>54</sup> Segundo Brasil (2014), a publicidade legal destina-se a divulgar de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais. Já a publicidade institucional destina-se a posicionar e fortalecer as instituições, prestar contas de atos, obras, programas, serviços, metas e resultados das ações do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade e de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior.



rádio, R\$ 18,6 milhões, os jornais ficaram com R\$ 10,5 milhões, as redes sociais, R\$ 2,6 milhões, a internet, R\$ 7,5 milhões e as pesquisas, consumiram R\$ 500 mil dos recursos públicos direcionados à propaganda no último ano da gestão Beto Richa.

Já no primeiro semestre de 2019, os gastos do poder executivo estadual com publicidade institucional e legal (gráfico 7) sofreram uma redução significativa, quando comparado ao mandatário anterior, entretanto foram gastos R\$ 28 milhões para divulgar propaganda e atos do governo. Segundo o jornalista Alexsandro Ribeiro, do Portal Livre.jor, os dados oficiais do Governo do Paraná demonstram que R\$ 22 milhões foram empregados em propaganda institucional, para divulgar projetos e medidas do governo, e pouco mais de R\$ 5 milhões para publicação de editais e foram destinadas para as instituições abaixo:

GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DE VERBA PUBLICITÁRIA PELO EXECUTIVO PARANAENSE (1º SEMESTRE 2019)



FONTE: RIBEIRO (2019a)

Analisando o gráfico anterior, podemos verificar que, dentre os principais receptores de verbas publicitárias oriundas do Estado, estão entre as líderes em cifras: a Associação das Emissoras de Rádio e TV (AERP), Sociedade Rádio Emissora Paranaense (RPC TV/ Curitiba), TV Independência (RIC TV/Curitiba), Rádio e Televisão Iguazu (Rede Massa/Curitiba), Televisão Cultura de Maringá Ltda. (TV ALEP), entre outros. Nota-se inclusive grupo de comunicação recebendo cotas duas, três, quatro vezes (RPC - Sociedade Rádio Emissora

Paranaense, TV Cataratas, TV Oeste do Paraná e TV Cidade; RIC -TV Independência Norte do Paraná e TV Independência; Massa (TV Naipi, TV Tibagi).

Na espacialidade local, o município não se descola dos níveis estadual e federal quanto à recepção de verbas publicitárias por parte do poder executivo. Durante as comemorações de aniversário de 326 anos do município de Curitiba, foram gastos, segundo RIBEIRO (2019b), R\$1.545.126,31 com publicidade referente à celebração natalícia da cidade. “A campanha segue o período de comemoração do aniversário da cidade. A frequência e horários são escolhidos de acordo com a audiência da programação e que juntos somados atinja a maior parte da população”. (RIBEIRO, op. cit.).

De acordo com o quadro abaixo, as rubricas publicitárias seguem para os mesmos grupos midiáticos hegemônicos estaduais (RPC, RIC, Massa e Band), demonstrando que o vínculo publicidade, público e privado se sobrepõem, inclusive quando observamos as dinâmicas municipais (pelo menos neste estudo de caso).

QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO DE VERBA DE PUBLICIDADE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARANAENSES (326º ANIVERSÁRIO DE CURITIBA)

<b>PRESTADOR SERVIÇO</b>	<b>ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO</b>
13M Editora Ltda.	Televisão Bandeirantes
Cezarini Publicidade - EIRELI	Tred Mobi Business Ltda.
Editora Gazeta do Povo Ltda.	TV Independência Ltda.
Editora Jornal do Estado Ltda.	View Editores Ltda.
Editora Jornal do Ônibus	Max Solutions Comunicação Ltda.
Editora Novo Continente S/A	Meiryane Paola Andrade de Bastos
FM Stúdio 96 Ltda.	Publya Ltda.
Globo Comunicação e Participação S/A	Rádio 90.1 FM Ltda.
Globosat Programadora Ltda.	Rádio e Televisão Iguazu Ltda.
JM Portal Paraná Ltda.	Sociedade Radio Emissora Paranaense
Logan Media Locação e Software Ltda.	Teads Brasil Soluções Propaganda e Vídeo

FONTE: RIBEIRO (2019b)

Estendendo essa dependência de verbas públicas entre veículos midiáticos paranaenses e o estado, podemos trazer à tona casos empíricos dessa prática velada em outras unidades federativas. Nesse ínterim ganha relevância a pesquisa de campo feito pela jornalista Elvira Lobato que percorreu diversas cidades da Amazônia Legal e cuja preocupação inicial era descobrir como e quem controlava as retransmissoras de TV e quantas estavam nas mãos de políticos e igrejas. Nesse escopo de pesquisa, podemos observar o caso do então prefeito do município de Barra do Bugre/MT, Wilson Pescadô, que foi perseguido por ter cortado o contrato de publicidade da prefeitura com a televisão; mesma dependência ocorreu na TV Rosário, filiada da TV Record em Rosário do Oeste/MT, que faturava cerca de trinta mil reais

mensais oriundos majoritariamente dos contratos com a Prefeitura e com a Câmara para a divulgação de material institucional; bem como o caso da TV Xinguara, afiliada do SBT no Pará, onde o seu proprietário, Júlio César Pitombo, declarou que, em 2016, “fez uma reportagem sobre uma obra inacabada da prefeitura. O secretário municipal ameaçou cancelar o contrato de publicidade de 5 mil reais por mês. Fizemos a matéria e ficamos sem a verba da prefeitura”. (LOBATO, op. cit., p.338).

Outro exemplo dessa indissociação entre mídia e verbas publicitárias municipais ocorreu na cidade de Diamantino/MT, onde Márcio Mendes, apresentador e diretor da TV Diamante, filiado do SBT, fez cobertura parcial contra o ex-prefeito Erival Capistrano. “Minha afinidade era com o Lincoln [outro ex-prefeito]. A prefeitura tinha contrato de publicidade com a TV, éramos parceiros. Na gestão do Erival, o contrato de publicidade foi cancelado. Ele achava que a TV tinha de trabalhar de graça” (LOBATO, 2017, p.206). E Márcio Mendes corroborou a importância desse vínculo econômico entre a prefeitura e a retransmissora “Não existe jornalismo imparcial. Você tem um lado ou outro. Aliás, em quase todo o interior é assim. *Você precisa ser sustentado. Quem banca? Quem paga?* (LOBATO, op. cit., p.207, grifo do autor).

Esses dados apresentados demonstram que as verbas publicitárias são peças importantes para tentar compreendermos os vínculos informais entre Estado e o campo comunicacional em um viés financeiro. Todavia, precisar o grau de dependência econômica, principalmente destas grandes corporações, é um exercício que requer uma apuração mais demorada e complexa, com mais pluralidade de fontes e cruzamentos de dados pessoais com CNPJ, até porque se trata também de dados de instituições de capital privado. No entanto, diante de casos<sup>55</sup> recentes de escândalos políticos envolvendo publicitários, agências publicitárias e verbas públicas<sup>56</sup> para esse fim é pertinente e crível, independentemente de acesso a informações reservadas de emissoras, projetarmos casos hipotéticos, por exemplo, uma emissora de rádio localizada em uma cidade de porte médio no interior reserva espaços de sua programação e os destinam para

---

<sup>55</sup> Podemos destacar a Operação Lava Jato em que estão envolvidos os publicitários João Santana e Mônica Moura e o Mensalão Tucano, com participação de Marcos Valério Fernandes de Souza.

<sup>56</sup> As matérias *Por que (e como) agências de publicidade se envolvem em escândalos de corrupção no Brasil?*, de Camila Costa/ BBC São Paulo, 2016. (COSTA,2016) e *Agências na Lava Jato tiveram R\$ 969 mi de publicidade nos anos Dilma...*, de Fernando Rodrigues, UOL, 2015 (RODRIGUES,2015b), interpretam o envolvimento de agências de publicidades e desvio de verbas públicas e dão números às negociações.

desenvolver estratégias eleitorais a favor de um político (concessor do fomento) ou de seu aliado.

Contudo, essa distribuição de verbas públicas oriundas da União e de governos estaduais e municipais para as empresas midiáticas não é a única estratégia utilizada para o sustento do mercado comunicacional, pois há outras práticas mais sofisticadas do que a simples transferência de rubrica entre as instituições vinculadas. Entre essas ações refinadas e ilegais, podemos citar uma denúncia, em investigação pelo Ministério Público do Mato Grosso, que a TV Independente, afiliada da Record, estaria usando estrutura, como veículos e combustíveis, e funcionários da prefeitura de Barra do Bugres para realizar reportagens. (BARRA DO BUGRES, TV E CONTRATO, 2011). Aires; Santos (2017) apud Ribeiro (2007) descrevem em sua obra que a negligência estatal no controle oficial dos insumos, nas isenções fiscais, nas concessões de subsídios e na fiscalização frouxa nos veículos de comunicação também são práticas de conluio que reduzem custos administrativos para o funcionamento das emissoras, caracterizando uma outra rotina de sustentação midiática.

Da mesma forma, podemos observar nessas táticas mais rebuscadas exemplos de prefeituras municipais que pagam mensalmente emissoras cabeças de rede para que emissoras locais retransmitam programação das redes regionais e há casos em que não existe vínculos comerciais formais entre prefeituras municipais e emissoras de rádio e TV, no entanto o proprietário da rádio local é signatário de contrato com a administração pública na qual este é provedor exclusivo de serviços para o município, tipo locação de frota de automóveis, consultoria no ramo de construção civil.

Outro traço marcante do sistema midiático brasileiro é a pouca transparência nos processos de concessão e renovação de outorgas de radiodifusão, bem como no acesso a dados públicos das emissoras, como por exemplo quem integra o seu corpo societário. No país não há dispositivo legal que obrigue as empresas de capital fechado de tornar público o nome de seus proprietários, mesmo usufruindo de um bem público federal. A fim de obter dados desse tipo natureza, o interessado deve recorrer à burocracia e protocolar essa demanda em juntas comerciais e cartórios que cobram valores distintos por estado por cada CNPJ<sup>57</sup> a ser investigado (exceção às Igrejas, fundações e instituições sem fins lucrativos que não necessitam se registrar nesses locais). No entanto, os resultados não são conclusivos. Há empresas que simplesmente não declaram a participação de cada um dos acionistas, outras registram parte de

---

<sup>57</sup> No Paraná é cobrado pela Junta Comercial R\$ 27,80 (jan. 2020) por emissão de Certidão Simplificada (Internet).

seu capital na categoria genérica “outros”, ou ainda aquelas que tem outras pessoas jurídicas como donas. Um exemplo dessa opacidade de informação foi constatada pelos ONG Repórteres Sem Fronteira quando pesquisou sobre a composição societária da Organizações Globo Participações, uma *holding* da família Marinho com capital social de R\$ 7,91 bilhões que “não enumera quem são os sócios da empresa nem sua participação no capital social. Traz apenas uma lista de diretores, procuradores e alguns conselheiros” (MOM, 2019)

Outro aspecto que agravou ainda mais a falta de transparência de dados de propriedades midiáticas foi a aprovação, em 2017, de lei<sup>58</sup> que eliminou a determinação que proibia as emissoras de realizar alterações societárias antes da aprovação do governo e restringiu-as à necessidade de informar as mudanças, depois de feitas, ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação. (CORNILS,2017; NOGUEIRA,2017).

No entanto, o exercício investigativo de garimpagem dos nomes dos proprietários dos veículos de comunicação, além de esbarrar em demandas financeiras e burocráticas, torna-se ainda mais dificultoso porque depois de adquiridos os dados em diversas fontes, seja via Lei de Acesso à Informação, juntas comerciais, pelos diversos sistemas de acesso do Ministério das Comunicações ou da Anatel, estes muitas vezes, após longo tempo de espera, estão desatualizados, imprecisos, incorretos, incompletos, são de difícil manipulação ou em estão em desacordo com as demandas enviadas.

Com o intuito de demonstrar essa dificuldade de coleta e apuração de dados da radiodifusão, este pesquisador recebeu a listagem dos nomes dos sócios e proprietários das emissoras de rádio e televisão no Paraná, por meio da Lei de Acesso à Informação, em fevereiro de 2019, que curiosamente é a mesma que já possuía em 2017. Nesse documento, constam nomes de proprietários com grafia errada, emissoras de rádio que já migraram de AM para FM que ainda não foram corrigidas, emissoras de rádio que constam no *dial* do equipamento e que não estão relacionadas no documento, pessoas que já transferiram sua parte para outra e que ainda contam como dirigentes, nomes fantasias das emissoras omitidos, veículos que mudaram de nome e de proprietário que não foram retificados, nomes de proprietários que constam nos sites das emissoras e que não estão na lista oficial.

Corroborando com essa dificuldade em obter informações oficiais das emissoras de radiodifusão, “Até agora, o Brasil foi o primeiro país pesquisado em que nenhuma das empresas respondeu a nossas perguntas sobre quem são os seus proprietários. [...] Isso nunca tínhamos

---

<sup>58</sup> Lei 13.423/2017 - dispõe sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências (BRASIL,2017a)

visto antes”, relatou Olaf Steenfadt, diretor do projeto MOM (Monitoramento da Propriedade da Mídia) no Brasil e integrante da associação Repórteres Sem Fronteiras Alemanha. (MOM,2019)

### 3.3 CONCESSÕES DE EMISSORAS – UM PROCESSO OPACO

Com relação ao processo de concessão e de renovação de outorgas, o quadro segue o mesmo, transparência limitada e processos pouco confiáveis. A fim de exemplificar esses aspectos, tomarei como objeto de análise a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), uma das 20 comissões permanentes da Câmara dos Deputados, que é constituída por 42 (quarenta e dois) deputados titulares e igual número de suplentes. Atua como órgão técnico da Casa, apoiada por consultores legislativos e servidores administrativos e tem por finalidade como Comissão Permanente de

apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer acompanhamento dos planos governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos das áreas de atuação [midiático]. (BRASIL, 1989).

Especificamente dentro de seu escopo temático de atuação, várias atribuições lhe são conferidas conforme previsto no inciso III, do Art. 32 do Regulamento Interno da Câmara, mas, especificamente, gostaria de ressaltar dois aspectos: a regulação sobre os meios de comunicação social e a liberdade de imprensa e, principalmente, “*a outorga e renovação da exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens [TV]*”.(BRASIL, 1989, grifo meu). A composição dessa Comissão é um caso excêntrico que merece menção.

Curiosamente, diversos parlamentares federais são/foram sócios ou associados de concessões de radiodifusão e compuseram/compõem a CCTCI, bem como outorgam e renovam suas próprias concessões ou facilitam as de seus familiares, apadrinhados ou prepostos, contrariando legislação já supramencionada. Restrição essa que já fora prevista em lei ainda no Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, “não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial” (BRASIL, 1962). No entanto, no mandato atual (2019-2022), donos de rádio e TV formam bancada de pelo menos 26 parlamentares no Congresso Federal (gráfico 8),

GRÁFICO 8 – PARLAMENTARES EM MANDATO QUE SÃO PROPRIETÁRIOS DE RÁDIO



FONTE: MIELKE (2019)

Segundo levantamento do Coletivo Intervenozes<sup>59</sup>,

os deputados federais reeleitos Félix Mendonça (PDT) e José Rocha (PR) são sócios proprietários, dentre outras, da Rádio FM Macaubense e da Rio Alegre Radiodifusão, respectivamente. Além de manterem concessões em seus nomes, ambos mantêm parentes como sócios em empresas de radiodifusão: a Rádio Litoral Norte FM (Rádio Sociedade da Bahia) está em nome de Maria Helena Almeida Mendonça, mãe de Felix Mendonça; e a Rádio Rio São Francisco Radiodifusão, no município de Bom Jesus da Lapa, está em nome de Noelma Cleia Bastos Azevedo Rocha, esposa de José Rocha. Já Leur Lomanto Jr. (DEM-BA), que antes era deputado estadual e agora representará a Bahia no Congresso, é proprietário da Rádio Jequié FM.[...] Em Goiás, a deputada reeleita Magda Mofatto (PR-GO) aparece como sócia da Rádio e Televisão Di Roma. Na região Sul os deputados Ricardo Barros (PP-PR) e Rubens Bueno (PPS-PR) também aparecem como sócios de empresas de radiodifusão, juntamente com o senador eleito Jorginho Mello (PR-SC). (MIELKE,2019).

<sup>59</sup> É um Coletivo que visa à transformação da comunicação em um bem público, ao fortalecimento da esfera pública e à ampliação radical da participação da sociedade civil nos debates e decisões coletivas. Para mais detalhes de suas atribuições, ver o site institucional em <https://intervenozes.org.br/quem-somos/carta-de-principios/>

Restringindo a análise ao Paraná, a propriedade ilegal de emissoras de radiodifusão por parte de parlamentares e a prática alternativa de terceirização da posse para prepostos/parentes, também estão bem presentes (quadros abaixo):

QUADRO 12: PARLAMENTARES PARANAENSES PROPRIET. EMISSORAS (2015-2018)

NOME	MANDATO	PARTIDO	EMISSORA	MUNICÍPIO
Ricardo Barros	Dep. Federal	PP	Rádio Ingá AM	Maringá
Artagão Junior	Dep. Estadual	PSB	Rádio Difusora	Guarapuava
Cantora Mara Lima	Dep. Estadual	PSDB	Rádio Louvor Eterno	Mandaguari
Cida Borgheti	Vice-governadora	PP	Rádio Difusora AM	Maringá

QUADRO 13: PARLAMENTARES PARANAENSES PARENTES PROPRIET. EMISSORAS (2015-2018)

NOME	MANDATO	PARTIDO	EMISSORA	MUNICÍPIO
Sandro Alex <sup>60</sup>	Dep. Federal	PSD	Rádio Central	Ponta Grossa
Bernardo Carli <sup>61</sup>	Dep. Estadual	PSDB	Rádio Guaicará	Guarapuava
Luiz Carlos Martins <sup>62</sup>	Dep. Estadual	PSD	Rádio Banda B	Curitiba
Ratinho Júnior <sup>63</sup>	Dep. Estadual	PSC	Grupo Massa	diversos
Maria Victória <sup>64</sup>	Dep. Estadual	PP	Rádio Jornal AM	Maringá
Artagão Junior <sup>65</sup>	Dep. Estadual	PSB	Rádio Emissora Atalaia	Guarapuava
Alexandre Curi <sup>66</sup>	Dep. Estadual	PSB	Rádio Poema	Pitanga
Anibelli Neto <sup>67</sup>	Dep. Estadual	PMDB	Cleveland FM	Clevelândia
Plauto Miró <sup>68</sup>	Dep. Estadual	DEM	Rádio Central	Ponta Grossa
João Arruda <sup>69</sup>	Dep. Federal	PMDB	Grupo J. Malucelli	diversos
Dilceu Sperafico <sup>70</sup>	Dep. Federal	PP	Rádio Difusora AM/FM	Mal Cândido Rondon
			Rede Integração AM	Toledo

FONTE: Atualizado de Zapani e Pieroni (2016)

<sup>60</sup> Irmão do prefeito de Ponta Grossa, Marcelo Rangel, e filho de Nilson de Oliveira, proprietário também da Rádio Mundi FM, na mesma cidade.

<sup>61</sup> Irmão do ex-deputado Luiz Fernando Carli Filho, proprietário da Rádio Guaicará.

<sup>62</sup> Marido da proprietária da Rádio, Maria Aparecida da Silva Martins.

<sup>63</sup> Filho do proprietário da Rede Massa, Carlos Roberto Massa – Ratinho.

<sup>64</sup> Filha do Dep. Federal Ricardo Barros e da Vice-governadora do Paraná, Cida Borgheti.

<sup>65</sup> Marido de Cleri Becher de Mattos Leão, proprietária da Rádio Emissora Atalaia

<sup>66</sup> Filho do ex-deputado Aníbal Khury Jr, proprietário da Rádio Poema, e genro de Luis Mussi, sócio da Rede Mercosul

<sup>67</sup> Filho do ex-deputado estadual Antônio Anibelli, sócio da Rádio Cleveland.

<sup>68</sup> Tio do ex-deputado Luiz Fernando Carli Filho, proprietário da Rádio Guaicará

<sup>69</sup> Genro de Joel Malucelli, sócio emissoras do grupo Band

<sup>70</sup> Irmão e marido dos proprietários das emissoras



Mesmo com esses dispositivos legais que proíbem parlamentares de serem concessionários de radiodifusão, o quadro de ilegalidade se acentua ainda mais quando nos deparamos com políticos que foram ou são integrantes também da CCTCI. Levantamento pioneiro feito por Venício Lima (2006) demonstrou que, em 2003, 16 deputados integrantes dessa comissão foram sócios/diretores de 37 concessionárias (31 de rádio e 6 de televisão), inclusive o próprio presidente, deputado federal Corauci Sobrinho (PFL/SP) que ainda votou a favor da renovação da sua própria concessão ilegal – Radio Renascença Ltda., de Ribeirão Preto-SP.

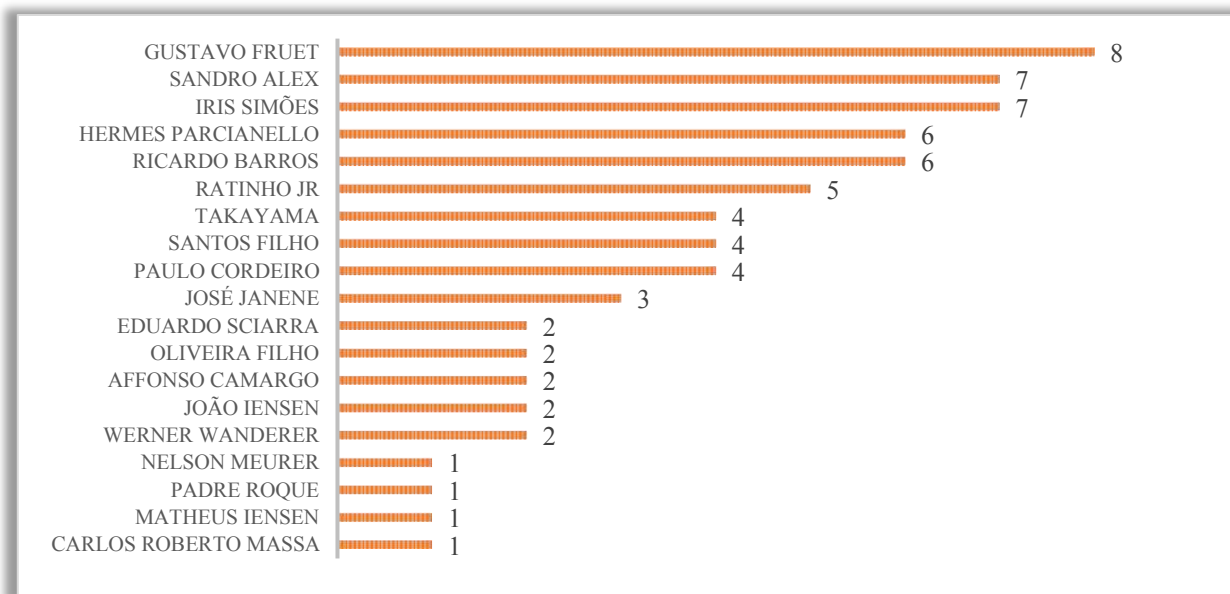
Podemos incluir nesta ilegal convergência de interesses, os paranaenses João Batista (Rádio Atalaia – Londrina), José Carlos Martinez (Rádio e TV OM Ltda. – Curitiba), Oliveira Filho (Safira Radiodifusão Ltda. – Mamborê), Ricardo Barros (Frequência Empreendimentos de Comunicação – Maringá) e os mais recentes Sandro Alex, vice-presidente desta comissão, até abril de 2018; Ratinho Júnior, ex-presidente da subcomissão permanente de radiodifusão e integrante titular até 2009. Segundo Kolbach (2011), à época, 15% das rádios no Paraná estavam de posse de políticos do estado. Este levantamento foi baseado em 54 emissoras de rádio das 355 com registro no governo federal e foram identificados pelo menos 45 donos de rádio que exercem ou exerceram cargos eletivos, entre eles ex-governadores, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, secretários de estado, deputados federais e estaduais, prefeitos, ex-prefeitos e vereadores.

Da mesma forma, nenhum deputado federal ou senador, conforme publicado no Regimento Interno da Câmara e do Senado, pode legislar em causa própria ou em assuntos em que tenha interesse particular, “deverá o deputado dar-se por impedido e fazer comunicação nesse sentido à Mesa, sendo seu voto considerado em branco [...]”. (BRASIL, 1989).

Neste íterim, segue um levantamento quantitativo dos deputados federais eleitos pelo Paraná, entre a 49ª e 55ª legislatura (1994-2018) que foram titulares da CCTCI por um período maior que um ano e os anos em que estiveram em atividade, não contando, desta forma, os deputados suplentes e os parlamentares que tiveram um mandato nessa Comissão menor que doze meses.

Nesse lapso temporal entre a 49ª e a 55ª legislaturas, 24 anos, passaram pela CCTCI centenas de parlamentares paranaenses entre suplentes e titulares, com mandatos longevos, como é o caso do deputado Sandro Alex (PSD), que ingressou em 2018 em seu oitavo ano consecutivo, até aqueles com pouco tempo de atividade política, exemplo do Professor Sérgio Oliveira (PDT), que ficou pouco menos de dois meses em 2015. Todavia, segundo o gráfico 9 e quadro 14, restritos 19 políticos foram titulares, no mínimo, por um ano nessa comissão, sendo que 15 se reelegeram pelo menos por mais um ano.

GRÁFICO 9 – PARLAMENTARES PARANAENSES - TOTAL DE ANOS TITULAR NA CCTCI (1994-2018)



FONTE: Câmara dos Deputados (2019)

QUADRO 14 – PARLAMENTARES TITULARES DA CCTCI (+ 1 ANO) E VÍNCULOS COM A RÁDIO DIFUSÃO

PARLAMENTAR	VÍNCULOS COM EMISSORAS RÁDIO DIFUSÃO
Gustavo Fruet	-
Sandro Alex	Filho do proprietário das Rádios Mundi e da ex-Central (Ponta Grossa)
Iris Simões	Ex-sócio Rádio T
Hermes Parcianelo	-
Ricardo Barros	Ele é um dos donos da Rádio Nova Ingá (Maringá), ao lado do ex-deputado federal Pinga Fogo. A rádio Difusora de Maringá tem entre os proprietários a ex-governadora do Paraná Cida Borghetti, esposa de Barros, e Gilberto Braz Palma, filho do ex-deputado estadual Divanir Braz Palma.
Ratinho Jr	Filho do proprietário da Rede Massa
Takayama	Proprietário da Rádio Difusora Elite (Pato Branco) Parente das proprietárias da Rádio Dimensão FM (Lapa) Rádio Gospel FM (Curitiba)
Santos Filho	-Proprietário Rádio Aline FM (Umuarama) -Fundador da Rádio Ingamar (Marialva)
Paulo Cordeiro	Sócio Rádio Clube FM (Curitiba)

José Janene	Viúva proprietária Rádio Princesa AM (Roncador)
Eduardo Sciarra	-
Oliveira Filho	Safira Radiodifusão Ltda. (Mamborê, Araucária e Catanduvas)
Affonso Camargo	-
Werner Wanderer	Sócio Rádio AM Educadora e Rádio Atlântida FM (Mal Cândido Rondon) Sócio Rádio Grande Lago Ltda. (Santa Helena)
Nelson Meurer	-
Padre Roque	-
João Jensen	Rádio Marumby e Rádio Novas de Paz (Curitiba)
Matheus Jensen	Rádio Marumby Rádio Novas de Paz (Curitiba) Rádio Diário da Manhã (Florianópolis)
Ratinho	Proprietário Rede Massa

FONTES: MCTIC (SIACCO/SET.17); Câmara dos Deputados; site das emissoras

Sendo assim, observamos a falta de transparência e a ilegalidade no processo de outorgas e de renovação de radiodifusão comercial, bem como a difícil coleta, manipulação e apuração de dados referentes às concessões de emissoras de rádio e tv no Brasil e no Paraná. E de forma tangencial, que requerem um aprofundamento posterior, notamos à semelhança nas casas legislativas e no executivo, também, a falta de representação e assimetria participativa feminina na política (PANKE, 2016; PANKE e IASULAITIS, 2016) e nesses espaços de poder, discussão e decisão de assuntos ligados às políticas de radiodifusão. Todavia, observa-se que a mulher consta como um dos principais prepostos nas funções de proprietário e direção de emissoras de rádio e tv como forma de escamotear dispositivos legais.

### 3.4 FAMÍLIAS E A CONCENTRAÇÃO DE PODER

A concentração midiática regional e nacional é outro item que consta da agenda de discussão a respeito da democratização do campo midiático, bem como é um predicado já consolidado historicamente que segue a tendência internacional, contrariando dispositivo legal previsto na Constituição Federal em que “§5 - os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. (BRASIL,1988). A vasta literatura acadêmica acerca dessa característica é contumaz em defender que a pluralidade de vozes, a diversidade de fontes de informação, a concorrência jornalística e a independência opinativa da mídia são condições primordiais e correlacionais para o fortalecimento da democracia em suas diversas instâncias (BADIGIKIAN,2004; SANCHEZ-TABERNERO,

2005; LIMA,2006,2011,2012; NOAM,2007;2008; DELARBE, 2010; DOMINGUES DA SILVA, 2014, 2017; CABRAL,2017; PINTO,2017).

Entende-se por concentração, segundo Mosco (1996), uma característica estruturante do mercado que ocorre pela presença e a atuação limitadas de poucas corporações e pela baixa competição em um campo. Nos estudos de mídia, parte-se do pressuposto que este mercado é concentrado e oligopolizado, conceito esse definido como

classe de estruturas de mercado marcada por importantes barreiras à entrada, pois condensa as determinações estruturais sobre as quais devem inscrever-se as estratégias corporativas, pelo menos das empresas maiores. Então, conceituam-se barreiras à entrada como um conjunto de injunções dominadas pelas empresas líderes, que servem como impedimentos para o ingresso de novas corporações num mercado ou para que as já participantes não galguem as posições de liderança. (BRITTOS,2003, p.3).

No entanto, como classificá-lo desta maneira, se faltam padrões tangíveis para definir o que é concentração de mídia. Mastrini e Becerra (2006) discorrem que tentar atribuir uma taxonomia desse tipo ao mercado pode gerar imprecisões, pela generalidade e mutilações da realidade por recortes realizados no intuito de conferir “precisão operativa” ao conceito, dificultado pelas transformações mais atuais que tornam cada vez mais complexas as relações de comunicação.

Segundo Sousa (2013), os resultados podem ser bastantes variados, tendo em vista que oscilam de acordo com o que deva ou não ser conhecido como mercado e como os índices de mensuração são utilizados, resultando em discordâncias entre autores quanto ao crescimento ou declínio de concentração em determinado hiato temporal. Questionamentos sobre critérios de classificação da mídia não podem ser analisados de forma dissociada, empregando apenas um campo do conhecimento. Um estudo mais detalhado requer aprofundamento mais interdisciplinar empregando a sociologia, a economia, a política, além disso,

a pesquisa sobre a estrutura e a concentração infocomunicacional na América Latina não só carece de estatísticas oficiais integrais, como também, encontra um obstáculo sério na opacidade e na falta de colaboração para oferecer informação de acesso público por parte dos atores concentrados das indústrias da informação e da comunicação”. (MASTRINI; BECERRA, 2009b).

As metodologias empregadas com a finalidade de mensurar a concentração e a oligopolização dos meios variam entre levantamentos sobre número de propriedades das emissoras e seu grupo familiar, o impacto de audiência alcançado por determinada programação, os valores publicitários recebidos por este ou aquele canal de TV no mercado

mediático e análise do veículo dentro da estrutura de mercado de radiodifusão (NOAM, 2007,2008; MASTRINI e BECERRA,2006). Entre esses modelos, este autor buscará agregar à pesquisa uma abordagem de mensuração quantitativa sobre número de propriedades para demonstrar empiricamente essa hipótese, tendo em vista que essa assertiva ainda é pouco abordada em pesquisas no campo, mesmo reconhecendo as limitações metodológicas e os riscos ora apontados.

Para tanto, serão utilizadas algumas técnicas estatísticas para analisar o mercado da radiodifusão de som e imagens (TV) no estado do Paraná, seguindo estudos desenvolvidos por DOMINGUES-DA-SILVA (2014, 2016, 2017, 2018), empregando métodos de mensuração de mercado para classificar o nível e o grau de concentração do campo. Para tanto, faz-se necessário inicialmente termos uma visão geral de como as concessões de geradoras, emissoras e retransmissoras<sup>71</sup> estão distribuídas no estado (quadro 15):

QUADRO 15 – QUADRO ATUAL DAS CONCESSÕES DE GERADORAS (GER), EMISSORAS (EMI) E RETRANSMISSORAS (RTV) NO ESTADO DO PARANÁ

CONCESSOR / FAMÍLIA PROPRIETÁRIA	EMISSIONA	GER	EMI	RTV	TOTAL	PARTICIPAÇÃO MERCADO
LEMANSKI /CUNHA PEREIRA	RPC TV	7	7	40	54	14,6%
MASSA	REDE MASSA	4	4	44	52	14,1%
PETRELLI	RIC TV	4	4	43	51	13,8%
MONTEIRO BARROS (a)	REDE VIDA TV	0	0	26	26	7%
MUFFATO	BAND TV	2	2	19	23	6,2%
MARTINEZ	CNT TV	2	2	16	20	5,4%
PEREIRA CARVALHO	TV CARAJÁS	0	1	19	20	5,4%
MUSSI	REDE MERCOSUL	1	1	13	15	4,1%
MALUCELLI	BAND TV	1	2	8	11	3%
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II (a)	TV CANÇAO NOVA	0	0	11	11	3%
RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ	TVE TV	1	1	6	8	2,2%
FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO	TV GAZETA	0	0	7	7	1,9%
COPEL	NÃO IDENTIFICADO	0	0	6	6	1,6%
R.R. SOARES (a)	NOSSA TV	0	0	5	5	1,4%
CIVITA	MTV	0	0	5	5	1,4%
FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA(a)	TV SUDOESTE	1	1	3	5	1,4%
FERNANDES GUIRADO	CATVE	1	1	2	4	1,1%
PETERS (a)	TV PAI ETERNO	1	1	2	4	1,1%

<sup>71</sup> Entende-se por Retransmissão de Televisão (RTV) o serviço que se destina a retransmitir, de forma simultânea ou não simultânea, os sinais de estação geradora de televisão para a recepção livre e gratuita pelo público em geral; *emissora* é um local de onde, instalando-se um transmissor e antena, pode-se gerar sons e imagens por emissão de radiofrequência; *Geradora* é a emissora que gera conteúdo para todo o país. Cabe destacar que há casos de retransmissoras que geram conteúdos próprios, caso das RTV na região amazônica que cumprem essa finalidade por meio de dispositivo legal, mas há também aquelas que descumprem amparo legal, e geradoras que só retransmitem conteúdo de terceiros, mas essa situação é um problema de fiscalização e de regulação do mercado.

FUNDAÇÃO PAIVA NETTO (a)	BOA VONTADE TV	0	0	3	3	0,8%
FUNDAÇÃO CULTURAL Nº SRA DE LOURDES DE MARINGÁ(a)	TV EVANGELIZAR	1	1	1	3	0,8%
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA.	REDE BRASIL TV	0	0	2	2	0,5%
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE COLORADO (b)	TV ALVORADA	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO CÂNDIDO GARCIA (b)	TV UNIPAR	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE-PARANAENSE (b)	TV ANTARES	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO TV BELTRÃO (b)	TV BELTRÃO	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT (a)	TV EVANGELIZAR	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO CESUMAR (b)	TV UNICESUMAR	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO ANTÔNIO BARBARA (b)	NÃO IDENTIFICADO	1	1	0	2	0,5%
FUNDAÇÃO PIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO PARANÁ (b)	UNICENTRO TV	0	1	1	2	0,5%
FUNDAÇÃO CULTURAL E FIL. Mª EFIGÊNIA FERRACINI CAMPOS (b)	NÃO IDENTIFICADO	0	1	0	1	0,3%
RÁDIO E TV ARAUCÁRIA LTDA. (a)	IGREJA RENASCER TV	0	1	0	1	0,3%
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA (b)	TVE PG	0	1	0	1	0,3%
FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON (b)	TV CARAJÁS	0	1	0	1	0,3%
FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ERMINDO FRANCISCO ROVEDA (b)	TV MILL	0	1	0	1	0,3%
FUNDAÇÃO EDUCAR-SUL BRASIL (a)	TV CANÇÃO SUL	0	1	0	1	0,3%
TV NOVA CONEXÃO LTDA. (a)	NOSSA TV	0	1	0	1	0,3%
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (b)	UEL TV	0	0	1	1	0,3%
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE TOLEDO (b)	FUNTEC TV	0	0	1	1	0,3%
CARVALHO E ALMICARE	TV ÔMEGA LTDA.	0	0	1	1	0,3%
SOCIEDADE EDUCATIVA DE APUCARANA S/C	NÃO IDENTIFICADO	0	0	1	1	0,3%
FUNDAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO (a)	TV ARAUCÁRIA	0	0	1	1	0,3%
REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA. (a)	RECORD NEWS TV	0	0	1	1	0,3%
CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA.	MEGA TV	0	0	1	1	0,3%
TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA.	NÃO IDENTIFICADO	0	0	1	1	0,3%
GRUPO SISTEMA CATARINENSE COMUNICAÇÕES	TV LAJES	0	0	1	1	0,3%
FUNDAÇÃO SÃO BENEDITO DA LAPA (a)	TV LEGENDÁRIA	0	0	1	1	0,3%
TV CABRALIA LTDA.	AFILIADA RECORD	0	0	1	1	0,3%
<b>TOTAL CONCESSOES</b>	-	<b>33</b>	<b>43</b>	<b>293</b>	<b>369</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaboração própria a partir de MCTCI (2018)

NOTA: (a) religiosas/ (b) educativas

Do acima exposto, partiremos para uma tentativa de mensuração e de uma análise, ainda que superficial, de quão concentrado se encontra atualmente o mercado midiático no estado do Paraná. Serão postos em discussão algumas técnicas de mensuração que se encontram no escopo de estudo da economia de empresas e da economia da indústria, contudo este pesquisador ressalta que a escolha pelo número de concessões como forma de tentar classificar a concentração deu-se principalmente pela acessibilidade a esses dados, diferentemente de outras variáveis como audiência e verbas publicitárias que requerem um longo, tortuoso e

indefinido caminho de coleta. Além disso, a escolha dos indicadores é um empecilho que merece menção. (KON,1999).

Segundo o relatório elaborado pelo instituto *Copenhagen Economics*, não há um indicador que reflita fidedignamente a intensidade da concorrência, “pois esta é um fenômeno complexo, multidimensional e especialmente, dinâmico, que tende a ter equilíbrio instável no médio prazo. Por outro lado, cada indicador pode capturar algumas partes dessa complexidade”. (OLIVEIRA, 2014, p.11-12).

As principais estratégias utilizadas para tentar mensurar a pluralidade de proprietários em determinado mercado são diversas, mas esta análise se restringirá apenas as técnicas de Relação de Concentração (CR) e o índice Herfindahl-Hirschman (HHI), que foram empregadas e apropriadas pelo campo midiático por Sánchez-Taberner (2005), Mastrini e Becerra (2009a,2011), Delarbe (2010), Noam (2007,2009) e Domingues-da-Silva (2014,2016,2017,2018), bem como a estratégia Noam-Index (MOCDI), criada exclusivamente para o mercado comunicacional. Com relação às duas primeiras, o CR e o HHI estão presentes na metodologia de análise do *Merger Guidelines*<sup>72</sup>. A Divisão Antitrust da *Department of Justice (DOJ)* e o *Federal Trade Comissions (FTC)* dos Estados Unidos utilizam em suas análises dados de parcela de mercado e concentração – calculados pelo *US Census Bureau*. Esses indicadores são usados para análise de setores e/ou operações específicas.

A técnica CR foi utilizada para aferir a concentração do campo midiático brasileiro, latino-americano e europeu. No entanto, esta técnica tem suas limitações, pois não leva em conta os dados da totalidade das empresas em operação num dado setor, sendo consideradas medidas de concentração parciais. Essa omissão dificulta o uso do  $CR_k$  como medida de poder de mercados. Contudo, essa deficiência pode ser superada com a utilização complementar de outras medidas, tais como índice de Hirschman-Herfindahl (HHI) (RESENDE,1994).

O indicador é construído de maneira simples, sendo comumente utilizado as três (CR3) ou quatro (CR4) maiores empresas ou as oito (CR8) do mesmo mercado, somando a participação das 3, 4 ou 8 variáveis em análise. A classificação do dado alcançado se dá conforme quadro a seguir:

---

<sup>72</sup> <http://www.justice.gov/atr/public/guidelines/hmg-2010.html#5c..>

QUADRO 16 – PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADO A PARTIR DA RELAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO (CR)

Níveis de mercado	Razões de concentração		
	CR3	CR4	CR8
Altamente concentrado	>56%	>75%	>90%
Alta concentração	-	Entre 65% e 75%	Entre 85% e 90%
Concentração moderada	Entre 36% e 55%	Entre 50% e 65%	Entre 70% e 85%
Baixa concentração	Entre 0% e 35%	Entre 35% e 50%	Entre 45% e 70%
Ausência de concentração	-	<35%	<70%
Claramente atomístico	-	=2%	<45%

FONTE: Adaptado de DOMINGUES-DA-SILVA (2017)

Desta forma, analisando o mercado midiático paranaense por meio da relação de concentração das oito maiores empresas de radiodifusão comercial (CR<sub>8</sub>), quadro 15, temos o somatório do número das participações das oito maiores propriedades familiares:

$$14,6\%+14,1\%+13,8\%+7\%+6,2\%+5,4\%+5,4\%+4,1\% = 71\%.$$

Este resultado, seguindo o quadro 16, classifica o mercado midiático paranaense como concentração moderada. Semelhante ação matemática deve ser feita à relação de concentração das quatro maiores (CR<sub>4</sub>) empresas, somando-se as quatro principais cotas de participação de emissoras no mercado de televisão

$$14,6\%+14,1\%+13,8\%+7\% = 50\%.$$

Ou seja, é um mercado de concentração moderada, segundo o quadro anterior. Analogamente, com as três maiores participações (CR<sub>3</sub>) se faz a mesma operação:

$$14,6\%+14,1\%+13,8\%= 43\%$$

No mesmo quadro chega-se à conclusão de que o mercado midiático tem também concentração moderada.

Aplicando o índice HHI a fim de buscar uma outra abordagem para reforçar, complementar ou retificar a classificação advinda dos CR, devemos somar o quadrado das cotas de participação de todas as empresas de um específico mercado (midiático de TV no Paraná):





Noam sugere que o novo índice (MOCDI) seja calculado pelo HHI dividido pela raiz quadrada do número de empresas detentoras de pelo menos 1% da fatia do mercado midiático. Ele sustenta seus parâmetros pois acredita que assim se dá valor à pluralidade de vozes e à parcela de poder relativo das empresas no mercado em questão. Sendo assim, apropriasse do HHI (807,4) anterior e o divide pela raiz quadrada do número de empresas com +1% de participação no mercado paranaense (no caso do quadro 15, até TV Pai Eterno, de propriedade da família Peters), 18. Então o MOCDI = 807,4 dividido por  $\sqrt{18} = 190,3$ .

Analisando o resultado do MOCDI com o quadro 18, verifica-se que o mercado televisivo comercial paranaense não é concentrado (está abaixo de 300).

QUADRO 18 – PARÂMETRO DE CLASSIFICAÇÃO DE MERCADO A PARTIR DO RESULTADO DO NOAM-INDEX (MOCDI)

ÍNDICE	CLASSIFICAÇÃO DO MERCADO
Não concentrado	MOCDI < 300
Moderadamente concentrado	300 > MOCDI ≥ 500
Altamente concentração	MOCDI > 500

FONTE: DOMINGUES-DA-SILVA (2014)

Após este breve estudo baseado em técnicas de mensuração de concentração de mercados apropriadas da microeconomia, podemos chegar a dados empíricos que nos ajudam a entender e classificar o quão concentrado está o mercado paranaense televisivo (quadro 19), concentração entre alta e moderada, trazendo à discussão informações quantitativas que dão luz a novas abordagens a essa temática que é um dos eixos estruturantes do campo midiático nacional.

QUADRO 19 – RESUMO DOS NÍVEIS CLASSIFICATÓRIOS DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO TELEVISIVO PARANAENSE

TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO PARANAENSE
CR3	Concentração alta
CR4	Concentração moderada
CR8	Concentração moderada
HHI	Concentração alta
MOCDI	Não concentrado

FONTE: autor (2020)

No entanto, é importante destacar a limitação desse estudo pois foi utilizada como variável o número de propriedade de emissoras televisivas no mercado estadual. A fim de

complementar esse estudo, reitera-se ser de grande valia trazer à luz variáveis como audiência e recepção de verbas publicitárias por parte desses veículos para termos um quadro mais detalhado do nível de concentração.

O estado do Paraná possui uma população de 11,35 milhões de habitantes, 48 emissoras distintas espaçadas entre os 399 municípios e nos quase 200.000 quilômetros quadrados de área estadual. Podemos destacar alguns dados importantes que carecem de aprofundamento em pesquisas futuras e corroboram com a debilidade de comprovação e de classificação de oligopólios baseado apenas em números de emissoras:

- O somatório de concessões de geradoras, emissoras e retransmissoras equivale a 369 unidades, sendo a média desta soma com o número de concessores de 8 (aproximado de 7,85) outorgas por instituição;

- Tomando por base a média 8, apenas 11 entidades (das 47 no total) superam esse indicador;

- Dessas 11 instituições midiáticas, 2 são concessionárias de apenas retransmissoras (TV Vida e TV Canção Nova), têm abrangência geográfica restrita a alguns poucos municípios das regiões Oeste, Centro-Oeste, Sudoeste, Norte e Litoral e possuem índices de audiência próximos a zero;

- A TV Carajás (de propriedade da família Carvalho), Rede Vida TV (Monteiro Barros), TV Tarobá (Muffato), TV CNT (Martinez), Band TV (Malucelli) e Rede Mercosul (Mussi) não possuem cobertura estadual, sendo empresas de abrangência regional ou subestaduais (Pinto, 2017). Dessa forma, suas audiências devem ser verificadas apenas nesse contexto espacial delimitado;

- Existem barreiras absolutas nesse campo, pois há uma dominação de poucas corporações interessada em associar-se à outras nem se vislumbra a curto prazo a abertura de licitação para a concessão de outorgas para instituições de capital sólido e distintas às existentes, segundo BRITTOS (2003);

- Após essas prévias considerações, restam apenas 3 emissoras (RPC TV, RIC TV e Rede Massa) que são detentoras em média de 50 concessões cada (quase o dobro em comparação à situada em quarto lugar), estão espalhadas por todo o Paraná e são as líderes em audiência estadual, cenário de grande semelhança ao escopo nacional (Globo, Record, SBT e Band detêm mais de 70% da audiência televisiva).

Como desdobramento desse ambiente oligopolizado que é o mercado de radiodifusão paranaense, podemos evidenciar poucas famílias detentoras de concessões de televisão (também de rádio) no estado, reproduzindo uma prática rotineira e com bastante musculatura

da esfera federal. Mais de 70% de audiência da televisão comercial do público nacional é compartilhado entre quatro grandes redes familiares (Globo – Marinho; SBT – Abravanel; Record – Macedo; Band - Saad). Neste grupo, a Rede Globo representa mais de metade da audiência (equivalente a 36,9% do total). O segundo colocado, o SBT, tem 14,9% da audiência total e o terceiro, Record, 14,7%. As emissoras de rádio, no entanto, também são organizadas em redes nacionais, que transportam grande parte do conteúdo das emissoras-mães. Das doze grandes redes de rádio, três pertencem às famílias Saad e Marinho (MOM,2019).

No Paraná, quadro semelhante, as famílias Petrelli (Grupo RIC), Lemanski e Cunha Pereira (Grupo RPCOM), Maluceli (Band) e Massa (Grupo Massa) são responsáveis por mais da metade de todas as emissoras de TV e são os primeiros em audiência no estado. No enquadramento regional, as famílias Muffato, Pereira de Carvalho, Mussi, Martinez e Guirardo são possuidores de grande capital midiático, consolidando audiência e estruturas físicas de comunicação em um restrito grupo oligopolizado que atua com ênfase em mesorregiões do Paraná.

Outra característica bastante relevante, considero inclusive uma das mais marcantes que merece estar incluída nas discussões sobre os eixos estruturantes do mercado midiático atual, é a hipertrofia do interesse privado ante ao público no quesito radiodifusão. Antes de se iniciar a discussão, é importante ressaltar que há dispositivo legal que garante o equilíbrio apropriado entre os campos de comunicação social com funções diferenciadas e complementares, haja vista as diferenças de fundamentos, evitando-se, assim, distorções seletivas e predileções pessoais-comerciais no processo de comunicação social – “Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado *o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal*. (BRASIL,1988). No entanto, é importante também ressaltar que o fato de haver uma lei que regulamenta algum serviço, direito ou dever não dá garantia do cumprimento e da eficiência das ordens legais. Como exemplo podemos citar a Lei de Meios<sup>73</sup> argentinos que deu início a um processo de barateamento e desconcentração na radiodifusão do país vizinho, onde protagoniza o grupo Clarín, a fim de garantir pluralidade, diversidade, mais investimentos e mais concorrência. Todavia o interesse regulador e fiscalizador, a partir deste marco legal, deixou de ser latente, e novos grupos de poder e de pressão passaram a surgir, segundo Martín

---

<sup>73</sup> Lei 26.522, de 10 de outubro 2009 - Regúlanse los Servicios de Comunicación Audiovisual en todo el ámbito territorial de la República Argentina. Disponível em:  
<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>

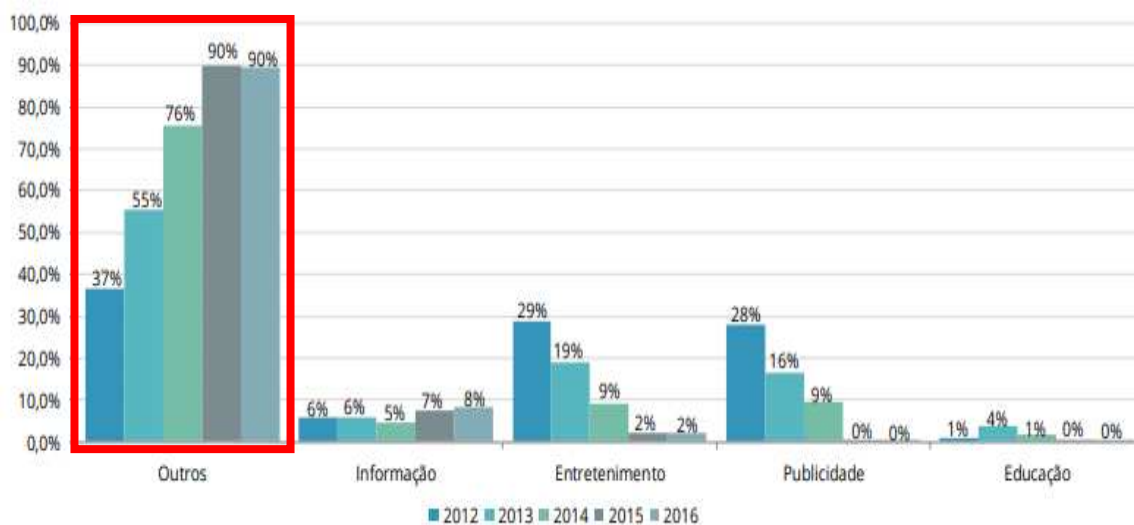
Becerra falta “interesse político”, do governo que, contraditoriamente, promoveu a legislação, mas não a põe plenamente em prática. (BRITO,2014).

Casos semelhantes acompanhamos aqui na nossa realidade, ações seletivas de fiscalização e de descumprimento de decisões judiciais e dispositivos legais são atos corriqueiros nessa conjuntura político-midiática nacional que oscila entre clientelismo, fisiologismo, patrimonialismo e subversão do bem público ao interesse pessoal. A propriedade de concessões radiofônicas por parte de integrantes políticos do parlamento; a “venda” de emissoras e de outorgas para terceiros sem autorização e sem o devido processo formal legal; a legislação de assuntos em causa própria; o aluguel de parte ou na íntegra de programação televisiva para outros e o descumprimento constitucional da complementariedade do sistema comunicacional são práticas corriqueiras de frouxidão, negligência e omissão no cumprimento e na fiscalização da coisa pública, bem como da apropriação estatal pelo senso individual.

Comentando sobre algumas dessas práticas deturpadas sobre a *res publica*, o histórico descumprimento das subconcessões radiofônicas são práticas negligenciadas pelo poder público, a despeito da existência de enquadramentos normativos. É o caso da sublocação de concessões de radiodifusão para finalidades estranhas ao objeto de publicização da emissora, como por exemplo destacada veiculação de conteúdo religioso em um país laico e a distribuição da maioria da grade de programação para a comercialização e para propagandas de bens e serviços, sendo que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender, preferencialmente, finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e devem ter um limite legal de até 25% do tempo destinado na programação das estações de radiodifusão, à publicidade comercial.

Casos clássicos de apropriação de um bem público por um interesse singular e comercial podem ser evidenciados no caso de destinação de boa parte da grade de programação da TV CNT (gráfico 10) para o gênero religioso (89,57% do total), sendo que esta prática vem em um viés de crescimento anual entre 2012 e 2016, de 37% para quase 90% (quadro 20). Semelhante abordagem a Rede TV! utilizou, no mesmo hiato temporal, em sua grade, sendo que além dos 43,72% destinados ao proselitismo religioso, 4,29% foram alocados para a telecompras, totalizando quase 50% de sua programação para fins distintos aos interesses públicos (quadro 21)

GRÁFICO 10: CNT – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA (2012-2016)



Fonte: ANCINE (2017)

QUADRO 20 - CNT – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA E GÊNERO (2016)

Categoria	Gênero	Número de Horas	%
Educação	Instrutivo	2:45:00	0,03%
Educação		2:45:00	0,03%
Entretenimento	Esportivo	101:25:00	1,15%
	Revista	38:00:00	0,43%
	Talk Show	21:10:00	0,24%
	Série	18:05:00	0,21%
Entretenimento		178:40:00	2,03%
Informação	Telejornal	440:17:00	5,01%
	Entrevista	279:10:00	3,18%
Informação		719:27:00	8,19%
Outros	Religioso	7867:53:00	89,57%
Outros		7867:53:00	89,57%
Publicidade	Político	15:15:00	0,17%
Publicidade		15:15:00	0,17%
Total		8784:00:00	100,00%

FONTE: ANCINE (2017)

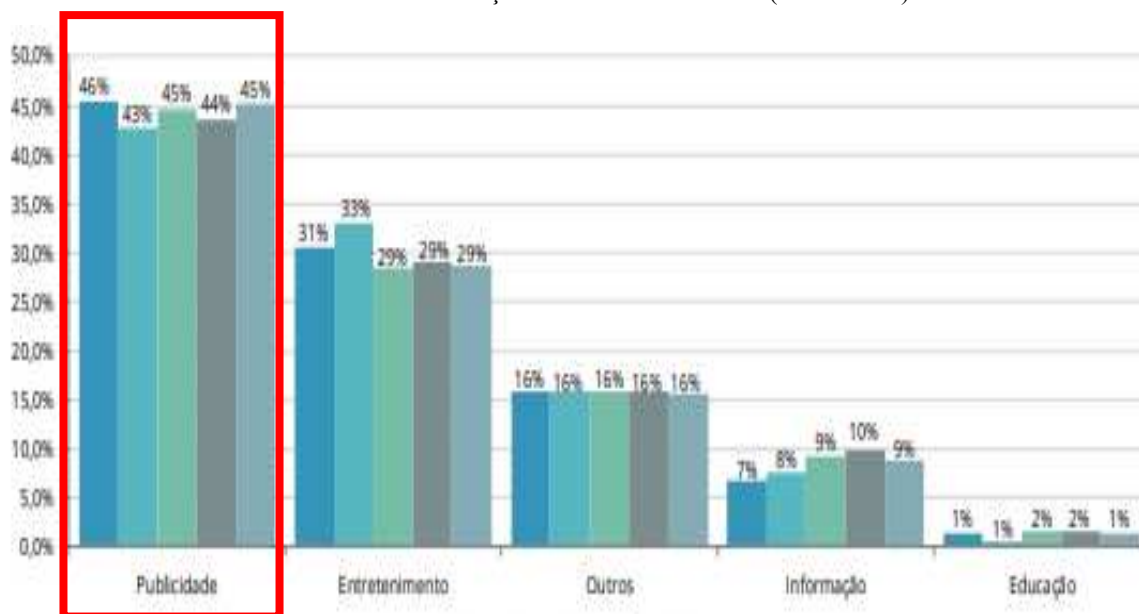
QUADRO 21: REDETV! – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA E GÊNERO (2016)

<b>Categoria</b>	<b>Gênero</b>	<b>Número de Horas</b>	<b>%</b>
<b>Educação</b>	Instrutivo	15:00:00	0,17%
<b>Educação</b>		<b>15:00:00</b>	<b>0,17%</b>
<b>Entretenimento</b>	Revista	836:53:00	9,53%
	Colunismo Social	663:48:00	7,56%
	Auditório	594:25:00	6,77%
	Variedades	594:20:00	6,77%
	Humorístico	301:35:00	3,43%
	Esportivo	286:40:00	3,26%
	Quiz Show	113:15:00	1,29%
	Reality Show	73:50:00	0,84%
	Talk Show	66:25:00	0,76%
Musical	48:40:00	0,55%	
<b>Entretenimento</b>		<b>3579:51:00</b>	<b>40,75%</b>
<b>Informação</b>	Telejornal	640:45:00	7,29%
	Entrevista	89:21:00	1,02%
	Documentário	81:26:00	0,93%
	Debate	27:30:00	0,31%
<b>Informação</b>		<b>839:02:00</b>	<b>9,55%</b>
<b>Outros</b>	Religioso	3840:15:00	43,72%
	Eventos	13:00:00	0,15%
	Especial	10:45:00	0,12%
<b>Outros</b>		<b>3864:00:00</b>	<b>43,99%</b>
<b>Publicidade</b>	Telecompra	376:59:00	4,29%
	Sorteio	82:50:00	0,94%
	Político	26:18:00	0,30%
<b>Publicidade</b>		<b>486:07:00</b>	<b>5,53%</b>
<b>Total</b>		<b>8784:00:00</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: ANCINE (2017)

A mesma prática ocorreu com a TV Gazeta que distribuiu, no mesmo hiato temporal, cerca de 45% de sua programação com publicidade (gráfico 11), sendo que, em 2016, aproximadamente 45% da grade foi destinada a telecompras e sorteio e 15,65% à seara religiosa, computando mais de 60% da sua programação para interesses privados (quadro 22).

GRÁFICO 11: TV GAZETA – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA (2012- 2016)



FONTE: ANCINE (2017)

QUADRO 22 - TV GAZETA – PROGRAMAÇÃO POR CATEGORIA E GÊNERO (2016)

Categoria	Gênero	Número de Horas	%
Educação	Instrutivo	130:30:00	1,49%
<b>Educação</b>		<b>130:30:00</b>	<b>1,49%</b>
Entretenimento	Variedades	2177:00:00	24,78%
	Esportivo	274:30:00	3,13%
	Revista	47:59:00	0,55%
	Série	20:24:00	0,23%
	Reality Show	8:00:00	0,09%
<b>Entretenimento</b>		<b>2527:53:00</b>	<b>28,78%</b>
Informação	Telejornal	445:43:00	5,07%
	Entrevista	139:00:00	1,58%
	Debate	102:20:00	1,16%
	Documentário	87:19:00	0,99%
<b>Informação</b>		<b>774:22:00</b>	<b>8,82%</b>
Outros	Religioso	1374:45:00	15,65%
<b>Outros</b>		<b>1374:45:00</b>	<b>15,65%</b>
Publicidade	Telecompra	3934:25:00	44,79%
	Sorteio	26:50:00	0,31%
	Político	15:15:00	0,17%
<b>Publicidade</b>		<b>3976:30:00</b>	<b>45,27%</b>
<b>Total</b>		<b>8784:00:00</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: ANCINE (2017)

Outro exemplo de apropriação da coisa pública pode ser notado no histórico de existência da Rede Brasileira de Informação (RBI TV). Essa emissora de TV, pertencente ao Grupo Objetivo, desde a sua criação (2014) tem a característica de alugar longos tempos de sua



grade (mais de 25%) para proselitismo religioso (Igreja Plenitude e Igreja Mundial do Poder de Deus) e televidas. Em razão dessa prática não normatizada, o Intervez Coletivo Brasil de Comunicação Social ingressou, ainda em 2007, com uma ação<sup>74</sup> referente à adequação da programação no limite legal da publicidade.

Outras ações advindas da sociedade civil contrárias a essas práticas de sublocação dos concessionários de radiodifusão estão em tramitação em diversas instâncias e em diversos órgãos jurisdicionais, como por exemplo a ação civil pública com pedido de liminar cujos réus<sup>75</sup> são CTV Comunicações e Produções Ltda., CNT Rio Ltda., CNT Bahia Produções Ltda., Rádio e Televisão OM Ltda., TV Carioba Comunicações Ltda., TV Corcovado S/A e Televisão Carimã Ltda., todas emissoras da família Martinez, proprietária da Rede CNT, e a Igreja Universal do Reino de Deus. Essa ação tem como fundamento fático que

o aludido instrumento contratual demonstra, ainda, que a Igreja Universal do Reino de Deus e o Grupo CNT celebraram contrato de comercialização de tempo de programação (contrato de arrendamento) com vistas a conjugar esforços “para a produção de programas de cunho religioso e cultural de autoria da IURD (...), visando à sua exibição e transmissão pelo Grupo CNT” (Cláusula 2.1), de segunda-feira a segunda-feira, entre 0h e 22h (Cláusula 2.3), de forma ininterrupta (Cláusula 2.5), pelo prazo de 8 (oito) anos, a contar de 10/06/2014 (Cláusula 8.1) [...] O referido contrato viola, frontalmente, diversas normas de ordem pública que disciplinam a prestação do serviço de radiodifusão. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014).

Atitudes como essas visam impedir, ou no mínimo restringir, a realização desses contratos de gaveta motivados pela falta de interesse político no controle e na fiscalização dos princípios sociais da comunicação, o que pode ser corroborado pelo comentário de Bia Barbosa, Coordenadora-Executiva do Coletivo Brasil de Comunicação Social, em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática,

---

<sup>74</sup> Cf. Processo 0028088-18.2007.4.03.6100, Tribunal Regional Federal da 3ª Região Militar, as emissoras Shop Tour, Mix TV E Cable-Link vêm, há anos, prestando o serviço público que lhe foi temporariamente concedido, para veicular uma programação cujo conteúdo é composto quase 100% por publicidade. Sustenta que a União, que tem o dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações dos concessionários de serviços de telecomunicações por ela concedidos, está totalmente inerte em sua função fiscalizadora, ferindo frontalmente a legislação. Aduz que as emissoras rês descumprem, dentre outras leis, o artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto Presidencial nº 52.795/63), que obriga as concessionárias a subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão. Afirma que há violação aos princípios constitucionais da legalidade, da supremacia do interesse público e da moralidade, alegando ainda haver o dever de indenizar, eis que a conduta ilícita continuada, praticada pelas emissoras rês, ofendeu valores fundamentais compartilhados por todos os brasileiros.

<sup>75</sup> Segundo Keila Jimenez, jornalista da Folha de S.Paulo, A Universal, que ocupava cerca de 11 horas diárias na CNT, passaria a ter 22 horas diárias no canal, pagando cerca de R\$ 5 milhões mensais pela locação Universal aluga duas redes de TV por R\$ 12 milhões” *Folha de S. Paulo*, 22 mai. 2014

[...] nós [Intervozes]acompanhamos bastante o trabalho da Comissão [CCTCI] e nos lembramos de que em 2008, na época da renovação das concessões de três cabeças de rede - Bandeirantes, Record e Globo - foi realizada aqui uma audiência pública. Na época, o Intervozes chegou a compilar um dossiê com uma série de irregularidades que vinham sendo praticadas por essas organizações e o apresentou à Comissão de Ciência e Tecnologia como subsídio para o seu parecer de renovação ou não dessas cabeças de rede. Infelizmente, não tivemos nenhum retorno sobre esse dossiê de mais de 120 páginas, que está disponível, inclusive, para ser acessado no site do Intervozes. Mas nós reforçamos essa leitura de que é fundamental, nos processos de renovação ou mesmo de concessão de novas outorgas, que a Casa seja ouvida não no escuro, como aqui dito, mas com subsídios para poder fazer o seu melhor julgamento. (CÂMARA DOS DEPUTADOS,2014).

Mesmo que admitíssemos que a subconcessão pudesse acontecer<sup>76</sup>, como ocorrem em alguns serviços públicos, ela não poderia ser feita sem a anuência do poder concedente, não poderia ser feita sem a autorização do Ministério das Comunicações e sem autorização do Congresso Nacional. Trata-se da transferência para terceiros de uma parte desse serviço, cuja finalidade tem um enquadramento público.

Outro aspecto que é evidente no campo midiático e que se adequa à subtração do coletivo em prol do singular é a transferência de concessões radiofônicas para outra pessoa física ou jurídica. Quando uma empresa faz essa sublocação ela está não só ignorando uma norma legal<sup>77</sup> vigente, mas está também desrespeitando a legislação, que prevê que qualquer subconcessão ou transferência precisa acontecer com a anuência do Poder Executivo<sup>78</sup>.

Segundo Araújo (2015), os titulares de outorgas obtêm lucro considerável com essas operações de transferência direta/indireta<sup>79</sup>, haja vista a grande diferença entre os valores pagos na por ocasião da licitação e os valores obtidos durante a comercialização de outorgas. Exemplificando este caso, no município de Leme, interior do estado de São Paulo, foi licitada uma concessão de emissão de sons por R\$ 520 mil, ao passo que outra emissora de FM do mesmo município estava à venda por cerca de R\$ 2 milhões. (CREDENCIO, 2012). Essa prática é tão comum que existem sites vocacionados para a negociação de compra e venda de

---

<sup>76</sup> Bráulio Araújo, em seu artigo “*A transferência de outorgas de radiodifusão e a comercialização de tempo de programação*”, Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 268, p. 249-292, jan./abr. 2015, faz uma importante discussão quanto à legalidade da venda de programação e de outorgas de radiodifusão para terceiros.

<sup>77</sup> Conforme o parágrafo 5º do artigo 31 da lei 8666, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o vencedor do processo licitatório deve comprovar qualificação econômico-financeira para a atividade à qual se propõe a prestar (BRASIL,1993)

<sup>78</sup> A transferência da concessão ou da permissão será autorizada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (sonora) ou pelo Presidente da República (som e imagem), conforme Decreto nº 9.138/2017. (BRASIL,2017b).

<sup>79</sup> Art. 17: a transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. (BRASIL, 2017a).

outorgas de emissoras de rádio e TV recém-aprovadas<sup>80</sup>, por meio de contratos de gaveta, mediante transferência de participação societária sem repressão dos órgãos de fiscalização responsáveis.

Outro caso recente dessa negociação espúria, investigado pelo jornalista Júlio Wiziack, da Folha S.Paulo, envolveu o prefeito licenciado de Aracati e ex-deputado federal Bismarck Maia (PDT-CE) que faz parte de uma rede de empresários, igrejas e políticos que compram, vendem e alugam clandestinamente canais de TV. A sua rede, Fundação Vale do Jaguaribe, que é composta por uma geradora e dezesseis retransmissoras, estava à venda por cinco milhões. Em outras cidades do interior, “um canal analógico não sai por menos de R\$ 100 mil, [...]”. Se a autorização possibilitar a migração para a tecnologia digital, passa a valer R\$ 1 milhão, dizem os operadores [desse mercado clandestino]”. (WIZIACK, 2018).

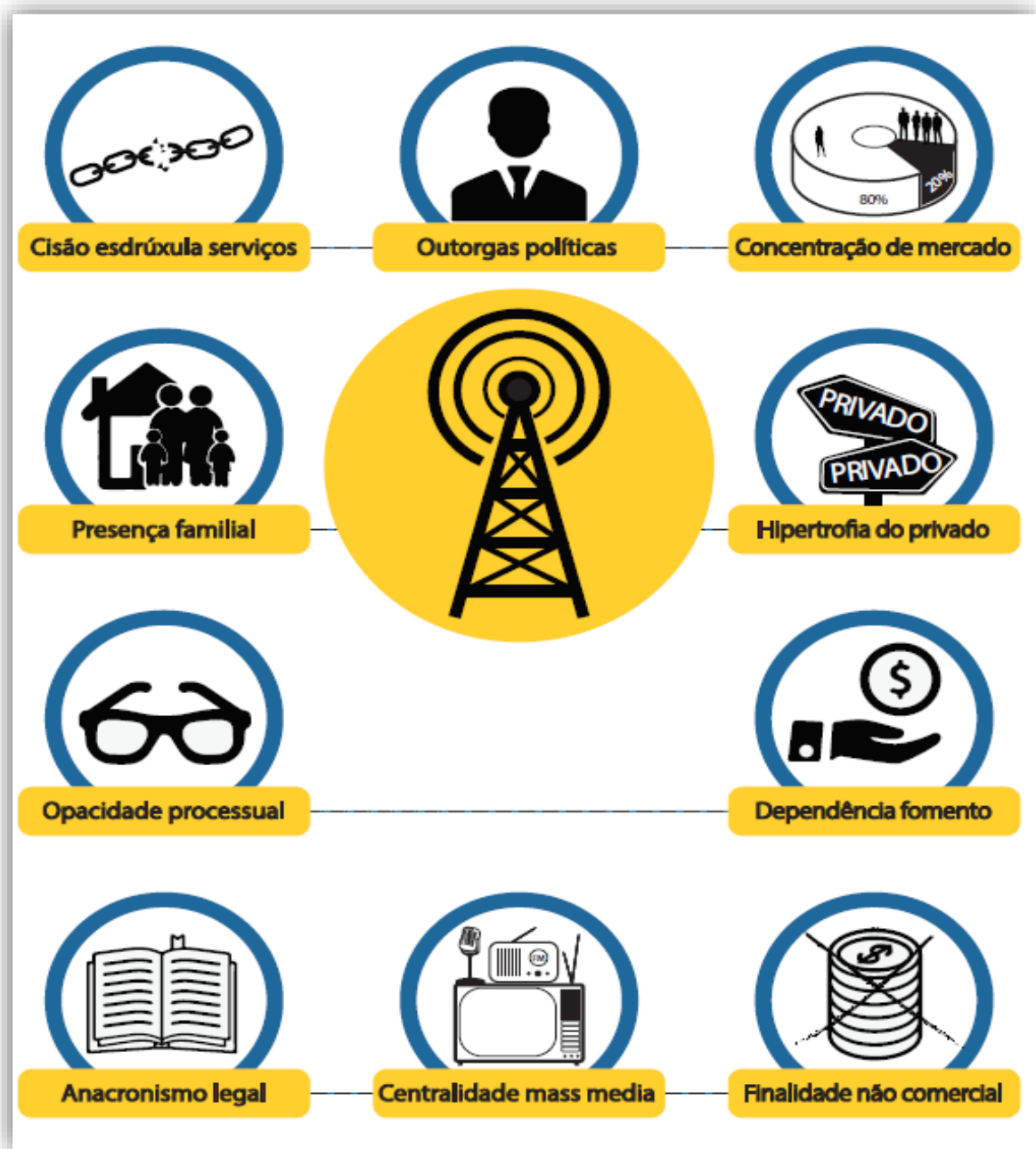
Tentar entender o lugar, o grau de exposição e a relação de associação entre os usuários e os meios de comunicação (principalmente os radiofônicos) nos campos social e econômico, facilita-nos interpretar o quão as mídias eletrônicas são importantes e responsáveis pela visibilidade aos agentes do campo político, o quanto eles são empregados em estratégias políticas e como são intermediadores para a aquisição e manutenção de capitais políticos e instrumentos de reprodução simbólica.

Feito esse investimento panorâmico a respeito dos principais eixos estruturantes e predicativos do campo midiático brasileiro e paranaense (que se encontram resumido no gráfico seguinte), sem esgotar esse extenso e plural assunto (temáticas como propriedade cruzada, presença de líderes religiosos como gestores de emissoras, crescimento exponencial de proselitismo na programação de radiodifusão, desregulação, entre outras ficaram de fora da discussão), próximo passo será entendermos como atuam os agentes integrantes do coronelismo eletrônico e como se dão as relações de afinidade e sobrevivência para a manutenção desse sistema.

---

<sup>80</sup> Site Radiodifusão & Negócios, disponível em <<https://radiodifusaoenegocios.com.br/>>

GRÁFICO 12 – RESUMO DOS PRINCIPAIS EIXOS COMPONENTES DO SISTEMA MIDIÁTICO NACIONAL/PARANAENSE



FONTE: autor (2019)

## 4 CORONELISMO ELETRÔNICO

O coronelismo eletrônico não é a simples introjeção do coronelismo no campo comunicacional, de forma abrupta, descontextualizada. Ele é uma “adaptação” às novas maneiras de produzir consenso e hegemonia, tendo os meios de comunicação e seus adendos como um dos entes nesse jogo de tensões econômicas, sociais e políticas.

### 4.1 VELHOS PROTAGONISTAS, NOVOS CAPITAIS

FIGURA 1 - O CORONELISMO AINDA REINA...



FONTE: CANAPI AGORA (2017)

Essa figura é emblemática e serve de preâmbulo para entendermos a atualidade do coronelismo eletrônico, seu sistema e personagens. Marca o lugar de fala de um personagem “ecumênico” que tem influência também no sul do país - Mário José Gonzaga Petrelli. Dono da agenda mais preciosa do Brasil (HAYGERT, 2018), é um empresário do ramo da mídia de massa e ex-integrante seleta da política nacional, mesmo sem nunca ter disputado um único mandato. O fundador do Grupo Rede Independência de Comunicação (RIC), maior conglomerado midiático do sul do país, é um arquétipo atual da conjuntura sistêmica do coronelismo eletrônico, um personagem inserido em relações de clientelismo locais, regionais e nacionais e decano de uma rede familiar e de parentela sustentada por diversos capitais simbólicos. Esse personagem foi tomado como referência apenas para iniciarmos a discussão sobre o objeto de pesquisa, já que mais a frente abordaremos com mais profundidade essa relação sistêmica em outras famílias para entendermos esse conceito no país e, principalmente, no Paraná.

Nos capítulos anteriores foi realizada uma longa discussão epistemológica e teórica a respeito da estrutura, da pertinência e da validade conceitual do coronelismo, de seus predicados e de sua espacialidade paranaense, bem como foram analisadas estruturas e características do campo midiático. Partindo da premissa que esse sistema teve seu locus de atuação em todas as regiões do país, inclusive a Sul, e que pode ser interpretado para além da Primeira República, buscaremos criar uma base de sustentação teórica a fim de validar o coronelismo eletrônico ao *locus* do estado do Paraná. Para alcançarmos esta proposição, buscaremos balizar o caminho analítico nos seguintes eixos: 1) conceituar o sistema; 2) analisar sua validade temporal; 3) entender seu espaço de atuação e 4) estudar seu processo de sustentação e propor um esquema identificatórios de seus agentes.

O conceito de coronelismo eletrônico fez sua estreia no meio acadêmico no trabalho de conclusão de curso de jornalismo de Célia Stadnik, *A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil*<sup>81</sup>, em 1991. Essa pesquisa pioneira de “objetivo modesto”, segundo a autora nas suas palavras introdutórias, teve o propósito de mostrar a relação de propriedade entre os veículos radiofônicos e políticos ou familiares sócios, cotistas ou proprietários e outra relação entre mídias e profissionais que adquiriram notoriedade pública a partir da atuação profissional nos veículos de comunicação. Nesta pesquisa ficou comprovada sua hipótese na qual mais de 20% dos parlamentares possuíam ligação direta ou indireta com veículos de comunicação de massa (21.6%).

Em 1994, com a dissertação intitulada *A batalha invisível na constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão*<sup>82</sup>, Paulino Motter, orientado por Venício Lima, trouxe significativos avanços à pesquisa das relações de clientelismo presentes no jogo político onde concessões de radiodifusão foram entregues a políticos como forma de barganha para conseguir votos favoráveis à agenda da Constituinte, mantendo o mesmo quadro de autoritarismo e fisiologismo de outrora ante ao discurso falacioso do ingresso em um novo período em que as liberdades democráticas seriam colocadas em vigor. O conceito coronelismo eletrônico nessa pesquisa não é trabalhado, mas foi usado em vários trechos, não diminuindo

---

<sup>81</sup>STADINIK, Célia. *A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo – FAMECOS, PUC/RS, 1991.

<sup>82</sup> MOTTER, Paulino. *A batalha invisível na constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão*. 301f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Ciência Política, Universidade de Brasília/ Brasília, 1994b

em nada a grande contribuição de como o clientelismo (característica essencial do conceito em pesquisa) se desenvolvia e quem participava do conluio público-privado nessa arena de disputa política.

No ano seguinte, Graça Caldas estende a análise da obra anterior e utiliza os conceitos clientelismo eletrônico/coronelismo eletrônico como termos semelhantes na sua tese *O latifúndio do ar – mídia e poder na nova república*<sup>83</sup>, na qual descreve como os mecanismos do processo de concessões de radiodifusão para oligarquias e grupos fisiológicos foram empregados por políticos antes e após a Constituinte como forma de continuidade das elites tradicionais, em oposição à ideologia vigente à época de uma renovação e de uma democratização do campo midiático e político. O emprego da radiodifusão no coronelismo eletrônico, aos moldes do latifúndio no conceito arcaico, era moeda vital no processo de redemocratização que se “instaurou na país a partir do governo de transição de José Sarney [e] não chegou a modificar a estrutura autoritária do poder central e de seus aliados” (CALDAS, 2001). As práticas de clientelismo de antes se reproduziram de forma mais atenuadas, mas providas do mesmo conteúdo de interesses espúrios.

Exemplos desse clientelismo eletrônico de Graça Caldas podem-se ser observados no *corpus* de manchetes de periódicos que trouxeram à tona a nociva relação entre políticos e família:

- Silvio Santos ganha canal de TV em tempo recorde (O Globo, 2 fev. 1985)
- TV do filho de Sarney fica com imagem da Globo em Imperatriz” (Jornal do Brasil, 10 mar. 1987);
- Emissoras dos irmãos Sarney no Maranhão (Estado de S.Paulo, 10 mar. 1988)
- Fruet denuncia troca de emissoras por adesões (Folha S.Paulo, 2 jun. 1988)
- ACM dá concessões de rádio a seus ‘amigos’ na Bahia (Folha S.Paulo, 15 nov. 1988)
- Sarney libera uma concessão de rádio e TV por dia (Folha S.Paulo, 11 fev. 1990)
- Governo Sarney premia amigo nos últimos dias (Folha S.Paulo, 11 fev. 1990)
- O Império Furtado (IstoÉ Senhor, 21 fev.1990)
- Cartórios eletrônicos (Veja, 25 jul. 1990)
- TV belo negócio (IstoÉ Senhor, 31 jul. 1991)
- O quarto poder nas mãos da política (Imprensa, dez. 1991)

---

<sup>83</sup> CALDAS, Graça. *O latifúndio do ar – mídia e poder na nova República (1985-1989)*. E-book: Cátedra Unesco – Metodista, 2011 [1995]. Disponível em <https://issuu.com/encipecom2/docs/latifundiudoar>. Acessado em: 10 abr. 2019

Sarney constrói império da mídia (Folha S.Paulo, 28 nov. 1993). (CALDAS, 1995, p. 117).

No entanto, em 2002, Suzy dos Santos e Sérgio Capparelli se inserem no debate conceitual com artigo *Coronéis Eletrônicos, Voto e Censura Prospectiva*<sup>84</sup> e discutem as questões do clientelismo “político” e a ruptura que ele provoca na autonomia das instituições sociais, bem como proporciona o alinhamento da mídia com interesses político partidários. Menciona-se o “coronelismo eletrônico” ainda de maneira genérica como uma forma de clientelismo entre o poder público e o campo comunicacional sem se aterem ao conceito lealiano.

Já em 2005, a dupla de pesquisadores retoma a discussão no texto *Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um conceito*<sup>85</sup> e se estende sobre a revisitação do conceito do coronelismo para o campo midiático, fazendo comparações com o análogo original em Victor Nunes Leal baseadas em aspectos da Economia Política da Comunicação, trazendo algumas heranças características do original para campo midiático, solidificando-o como eixo estruturante das políticas e sistema de comunicação nacional, chegando inclusive a perder suas aspas. Atribuo a esse texto uma leitura fundamental para interpretarmos, de forma mais qualificada, o coronelismo eletrônico tendo em vista que traz uma análise comparativa embasada e mais detalhada com a obra de Leal, principalmente do clientelismo, além de avançar na interpretação do conceito, trazendo outras referências para aprofundar a discussão do termo.

Em pouco mais de uma década, o fenômeno foi se ajustando, criando musculatura, proporcionando interpretações paralelas e ganhando seguidores nas produções acadêmicas (SANTOS, S., 2004, 2006, 2007, 2008a, 2008b; LIMA, 2006, 2007, 2008; LIMA e LOPES, 2007; SANTOS, R., 2006; STEVANIN e SANTOS, 2012,2013; ZAPANI e PIERONE,2016; ZAPANI, 2019). Além disso, nessas obras surgiram novas tipologias conceituais (coronelismo eletrônico de novo tipo, coronelismo 2.0, neocoronelismo), novas espacialidades foram utilizadas em seu sistema de sustentação e tentativas de associação com outros conceitos (*media opening*) foram estudados. Chega-se aos dias presentes com a obra *Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil*, de autoria de Janaine Aires e Suzy dos Santos, pesquisa oriunda do projeto *Coronelismo Eletrônico: dinâmicas assimétricas de poder e negociação* que traz um

---

<sup>84</sup> SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronéis eletrônicos, voto e censura prospectiva. Revista Cultura Vozes, v.96, 2002, p.14-24.

<sup>85</sup> SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um conceito. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 77-101.



estudo mais amadurecido, mais didático e mais aprofundado sobre as políticas de comunicação brasileira, baseada no conceito do coronelismo eletrônico. No decorrer desse obra nota-se uma definição conceitual menos nebulosa, mais delimitada academicamente, com novas práticas de manutenção sistêmica, trazendo consigo suas limitações metodológicas e apontando imprecisões e inconsistências corriqueiras quando da abordagem do objeto de análise.

Além da produção de teses, dissertações, artigos, livro e capítulos, a discussão temática ingressou também em debates televisivos<sup>86</sup> (BARBOSA, 2015; DINES, 2015; LOBATO, 2016; AIRES, 2016; SANTOS, 2016b), em campanhas ativistas contrárias ao fenômeno em fóruns da sociedade civil<sup>87</sup>, bem como em seminários, podcasts (SANTOS, 2018) e exposições itinerantes dessa assunto em ambientes universitários<sup>88</sup>.

#### 4.2 AFINAL, QUE DIABO É ESSE TAL DE CORONELISMO ELETRÔNICO?

O arcaico coronelismo do passado reproduz *traços, estratos, características pontuais* na contemporaneidade e se insere nos debates políticos do país, fazendo com que a mídia e sua relevante capilaridade se tornem mecanismos de ruptura e de manutenção no sistema político vigente. É nesse contexto que surge o coronelismo eletrônico, uma abordagem apropriada de *algumas* heranças e *alguns* traços da historicidade conceitual de Victor Nunes Leal que se refere ao cenário político no qual membros dos poderes Executivo e Legislativo se tornaram ilegalmente proprietários de concessões de rádio e televisão, bem como ocupavam espaços decisórios em comissões que deliberavam outorgas para si, parentes, aliados ou terceiros. Entretanto, devido à complexificação das políticas comunicacionais, à pouca transparência nos processos de concessão radiofônica, à crescente prática de barganha entre meios de comunicação e voto e à polarização entre radiodifusão e telecomunicação, em pouco mais de

---

<sup>86</sup> Embora o assunto tenha sido abordado para além dos ambientes acadêmicos, as inserções televisivas se restringiram à esfera da “televisão pública” – TV Brasil/ Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – não sendo discutido nem veiculado para grandes públicos da radiodifusão comercial.

<sup>87</sup> O Intervozes em parceria com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (Enecos) lançaram, em 2014, a campanha “Fora Coronéis da Mídia” a fim de combater o Coronelismo Eletrônico no país. Disponível em <http://intervozes.org.br/mobilize/fora-coroneis-da-midia/> e em [www.foracoroneisdamidia.com.br](http://www.foracoroneisdamidia.com.br)

<sup>88</sup> A exposição *Coronelismo Eletrônico: as concessões de radiodifusão na história política do Brasil*, produzido pelo Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (PEIC-UFRJ), sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Suzy dos Santos (UFRJ) e vice-coordenação da pesquisadora Janaine Aires (UFRN), reúne, desde 2014, painéis com dados e documentos sobre o coronelismo eletrônico no Brasil, retratando a relação entre a concessão de licenças de rádio e televisão no país e o cenário político brasileiro, desde Getúlio Vargas até os governos mais recentes, e foi tutoriada nas Universidades do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Piauí. (SANTOS, 2016a)

trinta anos, essa concepção conceitual, a despeito da maioria das políticas comunicacionais mundiais, passou a ser definida como um

*sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado [rede de clientelismo] dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação. (AIRES e SANTOS, 2017)*

Confirmar a hipótese de que o coronelismo eletrônico advém na íntegra ou é extensão ou resquício do conceito do coronelismo tradicional nos faz incorrer em falhas de contextualização, em erros metodológicos e em anacronismo histórico em virtude “da utilização estranha ou inadequada de algo, em nosso caso de uma palavra, quando importada de um para o outro tempo”. (SYRJAMAKI, 2011, p.20).

Essa inadequação pode ocorrer de duas maneiras inversas:

em um caso, pode ocorrer o anacronismo ‘de ontem para hoje’. É o que ocorre quando lemos um texto de outra época e, de modo inaceitável, atribuímos a certa palavra um sentido que ela não tem hoje, comprometendo toda a interpretação do texto. Em outro caso, pode ocorrer o anacronismo “de hoje para ontem”. É o que se verifica quando, ao tentar analisar um texto ou processo histórico do passado, ou ao tentar descrever cenas e acontecimentos históricos, utilizo uma palavra de hoje (que não existia naquela época) e o resultado é catastrófico, produzindo incontornáveis estranhamentos e drásticas deformações. (BARROS,2017, p.164).

Segundo Barros (2017), a adequação de uma proposta conceitual, em muitos destes casos, permite que o conceito se expanda em suas possibilidades de uso, se popularize ou se generalize mais na comunidade historiadora, tornando-se parte efetiva do seu repertório. É nesse ínterim que o coronelismo eletrônico refina o tradicional, ou melhor, o revisita e o ressignifica, trazendo consigo *algumas* idiossincrasias clássicas que encontram validade atualmente.

Após a discussão do conceito tradicional em capítulo anterior, prossigo com a premissa que o coronelismo é datado em seu tempo original, não o extrapola, mas se dilata em ressignificação, em novas gramáticas e novos contextos, tornando-se um “novo” conceito, tendo em vista que se insere em um novo campo, em um novo modelo, em outra época e com agentes díspares ao seminal.

A fim de embasar algumas diferenças no contexto do coronelismo e do seu correlato ressignificado e de demonstrar a impertinência de querer colocar a integralidade do segundo como um resquício ou prolongamento do original, vou me ater em algumas questões

sociológicas, políticas e econômicos de seus tempos, reforçando os casos empíricos citados no capítulo prévio.

Empregarei o conceito de direito político, terminologia utilizada por José Murilo de Carvalho que, em sua obra *Cidadania no Brasil*<sup>89</sup>, faz um percurso analítico sobre a cidadania a partir do início da monarquia até a redemocratização. Esses direitos segundo o autor são questões referentes à participação do cidadão no governo, à organização de partido, votar e de ser votado. Durante a República dos coronéis, 90% da população vivia em áreas rurais sob a influência de um latifundiário mandão local, sendo 85% inaptos à leitura de qualquer manifesto redigido em razão do analfabetismo. A ausência também do ensino formal e do desenvolvimento de políticas culturais proporcionou aos “cidadãos” desse período a falta da noção de representatividade, conceito tão caro ao regime recém implantado. Segundo Carvalho (2020), em 1894, apenas 2,2% da população votou, quadro semelhante de esvaziamento em 1930, 5,6%.

Como já vimos previamente, o voto não era visto como um exercício de direito, mas uma disputa, um relação de dominação local e até mesmo uma manifestação de obediência, a despeito das quase inexistentes medidas de fiscalização eleitorais. Como descreve José Murilo, o coronelismo impedia o livre exercício político, “não havia eleição limpa” (2020, p.47), além disso quase inexisteram movimentos populares acerca da participação eleitoral popular, restrita a poucos partidos políticos.

Complementando sobre a Primeira República, Ricardo Costa de Oliveira, corrobora na apresentação da obra de GOULART (2014, p.15), comentando que essa período republicano foi caracterizado também por ser “sem cidadania, uma democracia sem pluralismo, um eleitorado sem representatividade, um voto sem transparência e um ambiente institucional com manipulação política generalizada” .

Em comparação com a República Nova, os direitos políticos sofreram algumas alterações na sua aplicação. Já de mediato é interessante destacar que a população urbana nacionalmente a partir de 1985 já era bem superior à rural (84,72% contra 15,28%, de acordo com o PNAD -2015), os índices de analfabetismo bem menores (6,6% das pessoas com mais de quinze anos, em 2019), a economia latifundiária da monocultura de subsistência (café) deixou de ser exclusividade e passou a concorrer com o recrudescimento da especialização da

---

<sup>89</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

mão de obra, o processo de industrialização mais desenvolvido que a fase rudimentar do início do século vinte (a Indústria 4.0 com suas ações de automação e tecnologia da informação) e com a abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro em meados da década de 1990.

Outro aspecto inexistente à época da República dos Coronéis foi a de um Código Eleitoral, criado em 1932, perpassou pelo governo getulino e se consolidou (5ª e última versão) em 1965, sendo até a atualidade o principal dispositivo legal que em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral (criado em 1945) e pelas juntas formam a Justiça Eleitoral. Essa instituição tem, entre outras atribuições, regular o processo eleitoral, conferindo-lhe eficácia e legitimidade dos certames eleitorais que a partir da redemocratização contou com o pluripartidarismo (em 2021, existem trinta e três registros no TSE).

Manifestações populares na redemocratização puderam ser vistas por ocasião do movimento em favor das eleições diretas para o cargo de presidente (Movimento Diretas Já!) que ocorreu em diversas cidades ao longo de 1984 e 1985, além da campanha eficaz dos “cara pintadas”, em 1992, em favor do impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Mello, em claras demonstrações de força coletiva da população em busca de seus direitos políticos.

Nota-se bem resumidamente que há entre os dois períodos em comparação momentos de rupturas e traços de continuidade, por exemplo os frequentes crimes eleitorais em busca do valioso voto, a apropriação do público pelo privado e a presença de diversas famílias dominantes que atravessaram (algumas até antes) a velha política da República Velha e que se consolidam na contemporaneidade da pós-redemocratização em um jogo de perpetuação e manutenção de poder nos espaços locais, regionais e federais.

Feito essa contextualização sobre as diferenças dos contextos históricos entre a Velha e a Nova República no intuito de pontuar os momentos de mudanças e de transição histórica, descartar anacronismos e principalmente reiterar a contemporaneidade de *traços e do novos olhares* do coronelismo (clientelismo, patrimonialismo, a importância do voto e períodos de ruptura), Suzy dos Santos propõe pressupostos, que serão abordados de forma diluída nesta pesquisa, herdados do coronelismo tradicional que foram resgatados com pertinência pela sua *releitura*, sua *resemantização* às novas relações de poder e à atual realidade social e que tem grande importância para ratificarmos e entendermos o novo conceito:

- 1) circunscrição a um momento de transição;
- 2) relações de clientelistas com alto grau de reciprocidade;

- 3) debilidade da distinção entre interesses públicos e privados;
- 4) o controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico;
- 5) o isolamento da municipalidade. (SANTOS, 2006, p.4).

Destaco que foram selecionados apenas os três primeiros dos cinco predicados históricos por opção do pesquisador<sup>90</sup> e incluo um novo aspecto aos anteriores, no qual considero indissociável ao coronelismo eletrônico - 6) relações de família e parentela para a sustentação do *status quo*.

É fundamental ressaltar que o coronelismo eletrônico não é o sistema coronelismo adaptado ao campo midiático e, como no tradicional de Victor Leal, não é um sistema centrado na figura do coronel. Esse é um personagem importante, mas o que mais importava era o sistema, a relação de poder entre as esferas municipais, estaduais e federais em um jogo de sustentação. O coronel entrou na análise “por ser parte do sistema, mas *o que mais me preocupava era o sistema*, a estrutura e a maneira pelas quais as relações se desenvolviam na Primeira República, a partir do município”. (LEAL, 1980b, p.4; 2012, p.13, grifos meus).

Sendo assim, o coronelismo eletrônico não visa orbitar em torno do “coronel eletrônico”, o sufixo “-ismo” do conceito não tem o interesse de generalizar essa relação calcada no significado do substantivo primitivo, o coronel não necessariamente exerce mandato político nem é coronel, mas é o personagem de maior influência e status político/social na duração do sistema. Então achar que o coronelismo eletrônico é uma rede de interesses em que o coronel é o cerne do contexto e é maior que o seu sistema circundante é um erro de análise conceitual, “o aspecto que salta aos olhos é o da *liderança*, com o coronel ocupando o lugar de maior destaque. *Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis*”. (LEAL, 2012, p.41, grifo meu).

Santos e Capparelli (2005) estabelecem como marco inicial do coronelismo eletrônico no país o ano de 1985, momento em que político radiodifusor Antônio Carlos Magalhães, pessoa de relacionamento privilegiado com Tancredo Neves, recém-eleito presidente da República, e de grande proximidade com o empresário midiático Roberto Marinho, dono da Rede Globo, é indicado para ser o ministro das Comunicações. Tamanha era a intimidade entre os três que o deputado federal Ulysses Guimarães teria anunciado seu rompimento com

---

<sup>90</sup> Em síntese, todos os predicados são abordados durante a pesquisa de maneira fragmentada, sendo que três foram elencadas para serem discutidas com mais ênfase e destaque no capítulo. O motivo da restrição se deveu pela restrição de tempo para aprofundamento dos cinco itens, além do volume de informações e dados que já possuía dos itens selecionados.

Tancredo, do qual ouviu a seguinte afirmação: “Olha Ulysses, eu brigo com o Papa, eu brigo com a Igreja Católica, eu brigo com o PMDB, com todo mundo, eu só não brigo com o Doutor Roberto”. (BIAL,2005,p.315).

A intervenção empresarial midiática da Rede Globo nas ações do governo federal, a partir do início da Nova República, foi um ponto de inflexão entre o tradicional clientelismo (cenário no qual o patrão é o Estado e o cliente é o mercado; e que a relação de poder é verticalizada e assimétrica, tendendo bem mais para o primeiro) e um “novo” clientelismo no qual as relações de poder nas tratativas tendem a ser “mais horizontais” e mais equilibradas. Contudo a instrumentalização dos meios de comunicação por setores poderosos, com base na qual a divulgação de informações passa a atender a interesses privados antes que públicos, continuou a ser bastante frequente. Fato esse pode ser observado em um diálogo entre o jornalista Paulo Henrique Amorim (PHA) e uma fonte bem próxima a Roberto Marinho - Senhor Y (que o solicitou anonimato na entrevista)

PHA — Pode-se dizer que o Roberto Marinho cogovernou o Brasil no governo Sarney?

Senhor Y — Cogovernou, não! Ele governou o Brasil! E ele tinha consciência absoluta desse poder!

PHA — Ele não procurava dissimular, não se sentia encabulado?

Senhor Y — Ele reagia a isso com a maior naturalidade. Era o que tinha que ser. Era assim porque era. Ele tinha a TV Globo, O Globo e eles mandavam no Brasil! E o Sarney sabia disso. (AMORIM, 2015, p.309).

ACM passou a exercer importante papel mediador no governo do Sarney a ponto de, no período entre março de 1985 e setembro de 1988, ter utilizado com frequência essas “novas” práticas de clientelismo: foram canceladas 144 outorgas de radiodifusão concedidas pelo governo Figueiredo (desde 1984), alegando irregularidade no processo de concessão. No entanto,

em pouco foi possível perceber que se trata, não apenas de uma manobra demagógica, mas um instrumento para Antônio Carlos Magalhães fazer retaliação contra seus adversários políticos. O próprio período de abrangência das concessões embargadas atendia os interesses pessoais de Antônio Carlos Magalhães: as revisões ocorreram sobre as concessões e permissões autorizadas pelo governo Figueiredo a partir de outubro, entre outros motivos, porque no dia 7 de maio de 1984, foi outorgada a TV Bahia, a um seleto grupo de acionistas muito caros a ACM, entre os quais se encontravam: César Mota Pires, seu genro, Luís Eduardo Magalhães, seu filho, e Oscar Maron, seu cunhado. (HERZ,1988,p.1).

Outro caso empírico em que podemos verificar os interesses privados acima dos públicos de ACM ocorrera em

em setembro de 1988, um mês antes da promulgação da nova Constituição, embora um só canal de TV tivesse sido anunciado para concessão em determinada área geográfica, o Presidente [Sarney] concedeu 4 canais. A razão foi que, ao invés de apenas um, 4 amigos do Presidente estavam concorrendo pela concessão. O Assessor de Imprensa do Ministério das Comunicações disse publicamente que na opinião do governo aqueles que mereciam a confiança do Ministro [das Comunicações] e do Presidente deveriam ganhar a concorrência. O próprio presidente, quando interpelado por repórteres para explicar porque tinha autorizado 4 concessões, ao invés de uma, como previsto, disse que tinha sido difícil para ele deixar de atender às solicitações dos amigos. (JAMBEIRO, 2002, p.139).

Além disso, distribuiu 1.028 outorgas de rádio e TV (30,9% de todas as 3.330 concessões outorgadas no Brasil até o governo Collor), a maioria para políticos aliados que votaram a favor da dilação temporal de mais um ano no mandato presidencial de Sarney (90,1%)<sup>91</sup> e da manutenção do sistema presidencialista (92,3%); os favorecidos foram políticos, amigos e correligionários baianos que concorreram às eleições para cargos no executivo e legislativo ou já eram titulares em cidades do interior da Bahia, seu estado natal<sup>92</sup> e para ele próprio e Sarney.

Uma novidade foi introduzida recentemente neste jogo das concessões. Para “economizar” papel, como explicou o ministro Antônio Carlos Magalhães, o Diário Oficial foi autorizado, por decreto presidencial, a só publicar a razão social dos beneficiados com concessões de rádio e TV. Ou seja, deixou-se de publicar o nome das pessoas físicas contempladas. (JORNAL DO BRASIL, 1988)

Importante destacar que nessas relações de conluio político-midiático surgiram no campo comunicacional grandes redes que viriam a aumentar o número de emissoras afiliadas e o grau de cobertura de sua programação. (MOTTER, 1994a; LIMA, 2006)

Paralelo à distribuição de outorgas radiofônicas como moeda de barganha política, Roberto Marinho fez acordos econômicos no âmbito da Comunicação com Sarney e ACM,

---

<sup>91</sup> *Política marca história das telecomunicações* - Folha de S. Paulo, 3 set. 1995 - Reforçando as práticas de concessão de outorgas como forma de clientelismo no coronelismo eletrônico, podemos exemplificar o caso do ex-deputado federal Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) que denunciou em público que ‘estava com uma concessão de rádio FM na cidade de Petrolina “praticamente na mão”, e a perdeu porque votou por quatro anos de mandato para José Sarney. A rádio, segundo o ex-deputado, foi dada a Osvaldo Coêlho (PFL-PE), que votou pelos cinco anos de mandato. O então ministro Antônio Carlos Magalhães respondeu com ironia à denúncia. ‘Ele queria uma rádio para Petrolina, foi dada uma rádio para Petrolina. Coincidentemente, a rádio foi para Osvaldo Coêlho, mas evidentemente Petrolina ganhou a rádio’” (LOBATO, 1995)

<sup>92</sup> *ACM dá concessões de rádio a seus “amigos” na Bahia*. Folha de S.Paulo. A.6 Política. 15 nov. 1988. (FERNANDES,1988).

passando as afiliadas da TV Globo da Bahia (1987) e do Maranhão (1991) para as empresas dos respectivos políticos e virou parceiro econômico do deputado Inocêncio Oliveira, dono da TV Asa Branca, em Caruaru (PE), (ALBUQUERQUE e PINTO,2014).

### 4.3. QUESTIONAMENTOS HIPOTÉTICOS ACERCA DO TEMPO E DO ESPAÇO

#### 4.3.1 Validade temporal

“1) circunscrição a um momento de transição”. (SANTOS, 2008). Uma das características de retomada semântica que o coronelismo eletrônico se apropria do modelo arcaico que merece destaque é que o atual teve sua gênese, desenvolvimento e sustentação em um momento de transição política de um governo mais restritivo para um regime redemocratizado e menos conservador (marco histórico de 1985), semelhante processo ocorrera com o modelo tradicional que surgiu na passagem do período centralizador-monárquico para o liberal-republicano (1889).

Da mesma forma que o coronelismo tradicional foi uma forma sistematizada, oportuna e alternativa de sustentação dos coronéis da fase imperial ora decadentes politicamente, economicamente e situados em posições sociais relativas de menor destaque no campo municipal e regional, no cenário pós-governos militares a fotografia dos coronéis contemporâneos tinha predicados semelhantes.

A centralização do controle das mídias de massa na esfera federal “constituiu a moeda do governo na barganha pelos favores desejados. Proporcionalmente, o momento mais feliz para os chefes locais proprietários de radiodifusão foi o período [...] militar [1964-1985]” (AIRES e SANTOS, 2017). Nesse hiato temporal havia poucas emissoras de rádio e de TV (quadro 23), inexistia televisão a cabo e empresas operadoras de telecomunicações de capital estrangeiro com vultosos orçamentos e altos valores de investimento eram em poucos números. Ou seja, o mercado de radiodifusão era limitado ao campo comercial com altíssima concentração de proprietários:



QUADRO 23 – PANORAMA DOS PROPRIETÁRIOS DE RÁDIO E TV NO PARANÁ (1960-1985)

CONCESSIONÁRIO/ PROPRIETÁRIO ORIGINAL	EMISSORA TV - SEDE (INAUGURAÇÃO)	EMISSORA RÁDIO (SEDE)
Nagib Chede	Paranaense – Curitiba (1960)	Paranaense (São Jose dos Pinhais) Curitibana (Curitiba)
Assis Chateaubriand	Paraná – Curitiba (1960) Coroados – Londrina (1963)	26 emissoras pelo país, nenhuma no Paraná
Paulo Pimentel <sup>93</sup>	Iguaçu – Curitiba (1967) Tibagi - Apucarana (1969) Naipi – Foz do Iguaçu (1985)	Guairacá/Iguaçu (Curitiba)
Constâncio Mendes	Esplanada – Ponta Grossa (1972)	-
Samuel Vieira	Cultura – Maringá (1975)	Cultura AM (Maringá) Paiquerê AM (Londrina) Cruzeiro AM (Londrina) +12 emissoras no estado
João Milanez	Tarobá – Cascavel (1979) Curitiba – Curitiba (1982)	Folha FM (Londrina) Cruzeiro FM (Londrina)
Oscar Martinez <sup>94</sup>	Tropical – Londrina (1979)	-
João Closs Jr/Grupo Positivo <sup>95</sup>	Vanguarda – Cornélio Procópio(1980)	Independência AM e FM (Curitiba)

FONTE: Adaptado de COSTA (2015a)

No quadro acima podemos constatar que, até 1985, foram distribuídas doze outorgas de TV e vinte e duas de rádio para somente oito grupos familiares, distribuídas pontualmente em oito municípios situados nas regiões oeste (2), norte (5), Campos Gerais (1) e capital (4). Dessas doze emissoras, três (25% do mercado) pertenciam ao Grupo Paulo Pimentel (GPP), três (25%) eram da Rede Paranaense de Televisão (RPTV), duas (16%) eram de propriedade das Organizações Martinez (Rede OM) e duas (16%) pertenciam a João Milanez.

Além disso, havia restritos números de redes de televisão (7) desde a criação da pioneira TV Paranaense (1960) até 1985 no Paraná (quadro 24). Sendo assim, os proprietários televisivos locais eram dependentes da programação advinda do cenário nacional, principalmente das capitais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

<sup>93</sup> Paulo Pimentel comprou e depois vendeu a TV Coroados, em Londrina. Ele também comprou a Rádio Guairacá e mudou seu nome para Rádio Iguaçu.

<sup>94</sup> Durante o período, Oscar Martinez adquiriu a TV Paraná; comprou e depois vendeu a TV Coroados.

<sup>95</sup> O advogado João Closs Júnior transferiu a concessão ao grupo de ensino Positivo de Curitiba antes de montar a televisão (que foi comprada em parceria com Mário Petrelli); as emissoras de rádio foram compradas pelo Positivo de outros concessionários.

QUADRO 24 – EMISSORAS TV DO PARANÁ E SUAS AFILIAÇÕES A REDES NACIONAIS (1960-1985)

REDE EMISSIONA	EXCELSIOR	TUPI	RECORD	GLOBO	BAND	SBT	MANCHETE
PARANAENSE	1965/1967	-	1960/67 1972/1976	1968/1971 1976/1985	-	-	-
PARANÁ	-	1960/78	-	-	1978/85	-	-
COROADOS	-	1963/73 1975/76	-	1973/78 1976/79 1980/85	-	-	-
IGUAÇU	-	1978/80	1967/72	1972/76	-	1981/85	-
TIBAGI	-	1978/80	1967/72	1972/75	-	1981/85	-
ESPLANADA	-	1972/80	-	-	1980/85	-	-
CULTURA	-	-	1975	1976/85	1975/76	-	-
TAROBÁ	-	-	-	-	1979/85	-	-
TROPICAL	-	-	-	1979	1980/85	-	-
VANGUARDA	-	-	-	-	-	-	1983/85
CURITIBA	-	-	-	-	-	-	1985
NAIPI	-	-	-	-	-	1989	-

FONTE: COSTA (2015a, p.263)


Para tornar ser mais didático e a fim de testar a hipótese de que o coronelismo eletrônico se circunscreve em um momento de transição no Paraná, além de mostrar essa relação de dependência, sustentação e debilidade sistêmica entre os personagens de nível federal e os “coronéis” locais, me aterei a algumas passagens históricas ocorridas também nesse estado. Começo pela figura paranaense de Paulo Pimentel<sup>96</sup>, político e empresário que ingressou no campo midiático a fim de obter vantagens políticas, conforme podemos analisar em uma de suas clássicas citações: “O Jornal Nacional [que seria veiculado em sua emissora de TV] vai projetar o Paraná no país inteiro e isso é bom para o Estado e para mim, que sou político[...]”. (TROCA DE CANAL, 1972, grifo meu). Até por ocasião da venda de suas emissoras, ele deixou clarividente o emprego da radiodifusão como objetivo estratégico para o embate no campo político, “como não me candidato a mais nada [2007], o que eu vou fazer com a televisão? Nada!”. (COSTA,2015a, p.302).

Até 1975, o Grupo Paulo Pimentel (GPP) tinha dominância no cenário midiático paranaense, chegando a se autodeclarar em diversos anúncios de seus impressos (O Estado do Paraná e a Tribuna do Paraná) como o maior grupo de comunicação do sul do país. Mas em razão da oposição interna feita por Paulo Pimentel dentro do seu partido ARENA, o que pode

<sup>96</sup> Secretário da Agricultura do Paraná (1961-1965); Governador do estado do PR (1966-1971); Deputado Federal paranaense nas legislaturas 1979-1983; 1987-1991; Ex-presidente COPEL (2003-2005) Casado com Yvone Lunardelli, cuja família era proprietária de extensas áreas de terra e de usinas no norte do Paraná. É avô de Eduardo Pimentel Slavieiro, vice-prefeito de Curitiba (2016-2020) e de Daniel Pimentel Slavieiro, ex-diretor geral SBT, ex-presidente ABERT e ex-presidente da COPEL. No ramo da comunicação foi presidente do Grupo Paulo Pimentel (jornais A Tribuna do Paraná, O Estado do Paraná e O Panorama; rádio Guaicará, TV Iguaçu, TV Coroados e TV Naipi).

ser corroborado na Figura 3 (número 2 - linha de atuação atual), ante à indicação de Jaime Canet Junior, escolha do presidente Ernesto Geisel e do ministro da Educação e Cultura, General Ney Braga, para a vaga (indireta) de governador do Paraná, o panorama se alterou (figura 2). Outro ocorrido prévio à oposição eleitoral ora comentada que ajudou a fomentar a mudança de rumo do GPP, ocorrera, em 1974, na disputa pela vaga de candidato ao Senado. Pimentel postulou ser candidato pelo ARENA, mas foi preterido pela dupla Canet-Braga que indicou João Mansur e contribuiu, segundo Informação a seguir, para o fechamento de sua Rádio Iguaçu

FIGURA 2 – FECHAMENTO RÁDIO IGUAÇU DE CURITIBA

<b>CONFIDENCIAL</b>		
<b>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</b>		
Agência Curitiba		
<b>INFORMAÇÃO N.º 0863 /118/ACT/77</b>		
<b>DATA</b>	: 06 de Junho de 1.977	
<b>ASSUNTO</b>	: RÁDIO IGUAÇU DE CURITIBA LTDA - PEREMPÇÃO DE CONCESSÃO	
<b>ORIGEM</b>	:	
<b>REFERENCIA</b>	:	
<b>DIF. ANTERIOR:</b>		
<b>DIFUSÃO</b>	: AC/SNI	
<b>A N E X O</b>	:	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. O Decreto Presidencial nº 79.725, de 24 de maio de 1977, publicado no Diário Oficial da União nº 98, de 25 MAI 77 (xerocópia anexa), declarou perempta a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE / GUAIRACÁ LTDA, atualmente RÁDIO IGUAÇU DE CURITIBA LTDA, pertencente ao ex-Governador do Estado do PARANÁ PAULO CRUZ PIMENTEL. A emissora saiu do ar dia 27 MAI 77, quando os seus transmissores foram lacrados por funcionários da Delegacia Regional do DENTEL/PR.</li><li>2. O Decreto em apreço não especifica as razões da perempção fazendo apenas referência ao Processo MC nº 2.742, de 1974. Por outro lado, a Delegacia Regional do DENTEL, em CURITIBA/PR, não soube informar precisamente à ACT/SNI os motivos do decreto, ressalvando que se tratava de processo antigo, que tramitou pela Delegacia de DENTEL em SÃO PAULO, antes da criação da Delegacia de CURITIBA.</li><li>3. Elementos ligados a PAULO PIMENTEL vem procurando dar repercussão política ao fato. O jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, de 29 MAI 77, publicou editorial sob o título "Retrato de Corpe inteiro", em que comenta o fechamento da RÁDIO IGUAÇU (xerocópia anexo 2).</li><li>4. Aliado a isso, o ex-Governador PAULO PIMENTEL desenvolve campanha, notadamente através o jornal "O ESTADO DO PARANÁ" de sua propriedade, onde existe espaço reservado para publicação de cartas de solidariedade à RÁDIO IGUAÇU, responsabilizando o Ministro da Educação NEY BRAGA e o Gov. JAYME CANET JUNIOR, pelo fechamento da emissora.</li></ol>		
<b>CONFIDENCIAL</b>		

FONTE: SNI (1977)

FIGURA 3 – INFORMAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO POLÍTICA PAULO PIMENTEL

<b>CONFIDENCIAL</b>		021444 258 76 <b>PROTOCOLO</b>
<b>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</b>		
Agência Curitiba		
<b>INFORMAÇÃO N.º 1228 /115/ACT/76</b>		
<b>96694</b>		
<b>DATA</b>	: 23 de agosto de 1.976	
<b>ASSUNTO</b>	: GRUPO JORNALISTICO PAULO CRUZ PIMENTEL ( RÁDIO, TV e JORNAIS)	
<b>ORIGEM</b>	:	
<b>REFERENCIA</b>	: TELEX Nº 287/19/AC/76 de 19/AGO	
<b>DIF. ANTERIOR:</b>		
<b>DIFUSÃO</b>	: AC/SNI	
<b>ANEXO</b>	:	
<p>Em atendimento ao Telex da referência, esta Agência informa:</p> <p>1)- <u>CONSTITUIÇÃO ATUAL DO GRUPO JORNALISTICO PAULO CRUZ PIMENTEL</u></p> <p>a)- O Grupo jornalístico, PAULO PIMENTEL, ex-Governador do Estado do PARANÁ, é constituído dos seguintes órgãos:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1)- EM CURITIBA, TV IGUAÇU CANAL 4, RÁDIO IGUAÇU e JORNAIS " O ESTADO DO PARANÁ " e " TRIBUNA DO PARANÁ " .</li><li>2)- EM APUCARANA, TV TIBAGI CANAL 11.</li><li>3)- EM LONDRINA, " JORNAL PANORAMA " .</li><li>4)- Era também de propriedade do Grupo, a TV COROADOS CANAL 3, de LONDRINA e que foi vendida, recentemente, ao grupo MARTINEZ - INFÃO Nº 1.029/118/ACT/76 de 15/07/76.</li></ol> <p>2)- <u>LINHA DE ATUAÇÃO ATUAL</u></p> <p>a)- Os órgãos de comunicação do grupo PAULO PIMENTEL, de algum tempo para cá, vem adotando uma linha de atuação, contrária aos interesses políticos da ARENA, de oposição e contestação ao governo estadual e de críticas à órgãos do Governo Federal. Desde as eleições de novembro de 1.974, vem dando ampla cobertura e apoio a fatos políticos de interesse da oposição. Durante a campanha eleitoral, ofereceu todas as facilidades de divulgação dos programas políticos dos candidatos ao MDB, em detrimento dos candidatos da ARENA.</p> <p>b)- Dentre os programas e noticiários das Tvs pertencentes a PAULO CRUZ PIMENTEL, destacavam-se por seus comentários e críticas a órgãos do Governo Federal, Governo Estadual e de alguns</p>		
<b>CONFIDENCIAL</b>		

FONTE: SNI (1976)

Dessa forma, segundo COSTA (2015), Pimentel empregou como represália seu poder midiático em prol de candidatos de partidos adversários (MDB), chegando ao ponto do indicado arenista Mansur ser derrotado, iniciando-se uma fratura marcante na trajetória empresarial de Pimentel em razão do descontentamento sofrido pela dupla política anterior. Assim que Canet assumiu a cadeira no Palácio Iguazu, ele buscou apoio de Ney Braga e do presidente Geisel a fim de estrangular a saúde financeira do conglomerado de Pimentel, que seria executada em dois momentos:

esse ataque seria desferido, simultaneamente, em duas frentes principais. Na primeira o corte total das verbas publicitárias públicas – advindas de órgãos, empresas e bancos estaduais e federais – nos jornais, televisões e rádio do conglomerado de Paulo Pimentel. Na segunda, *com uma forte pressão sobre Roberto Marinho* para que desfiliasse da Rede Globo as emissoras de TV de Pimentel. [grifo meu] (COSTA, 2015, p.276).

Segundo Costa (2005), Roberto Marinho solicitou, durante esse período de crise, orientação a Walter Clark<sup>97</sup> sobre a pressão que estava sofrendo do ministro da Justiça, Armando Falcão, para desfiliar as emissoras de TV do GPP que comentara:

Doutor Roberto afirma que não tínhamos ideia da pressão que estava sofrendo, que só estava podendo resistir graças ao ‘amigo’ Falcão. Joe Wallach<sup>98</sup>, o único do nosso lado acompanhando o drama no Rio, junto ao Doutor Roberto, dá a entender, pelo telefone, que não há nada a fazer [...]. Não, não é possível salvar o Paulo [Pimentel]. (BORGERTH, 2003 apud COSTA (2005, p.277-278)

Outro acontecimento no qual se pode sustentar como sendo de um período de transição política-midiática foi o surgimento de novas emissoras de TV e, principalmente, de novos protagonistas que viriam a criar, mais à frente, movimentos de tensão e disputas no campo comunicacional, favorecendo para a criação de um jogo sistêmico mais fragmentado.

No início da década de 1980, o presidente da República João Figueiredo fez concessões numerosas de outorgas de radiodifusão em todo o país, fazendo com que surgissem dois problemas para os empresários da área: “a proliferação desmedida de emissoras por todo o país e a entrada de ‘gente estranha’ ao meio”. (OLIVEIRA, 1991, p.129).

---

<sup>97</sup> Nesse período, foi primeiro diretor-executivo – responsável por reestruturar o setor comercial e, sobretudo, reformular a programação, depois tornou-se diretor-geral da Globo.

<sup>98</sup> À época foi diretor executivo da Globo, integrou o Conselho Executivo da emissora, sendo, posteriormente, superintendente executivo.

Em 1981, a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP) enviou ao Ministro das Comunicações à época, Haroldo Corrêa de Mattos, um texto na qual defendia que fossem definidos “parâmetros rígidos para abertura de novos editais a fim de evitar proliferação indiscriminada de emissoras com o enfraquecimento das já existentes”<sup>99</sup>.

No ano seguinte, durante o Congresso de Radiodifusão, realizado no Distrito Federal, os empresários reiteraram sobre o assunto:

O Ministério das Comunicações deve fazer um estudo de viabilidade econômica para a instalação de novas emissoras, e não apenas um estudo de viabilidade técnica. Solicitação neste sentido foi feita pelo presidente da ABERT, Joaquim Mendonça, ao Ministro das Comunicações [...]. Segundo a ABERT, das 1400 emissoras de rádio que estarão instaladas no país até o final do ano (atualmente são 1100), 80% estarão em cidades com menos de 100.000 habitantes. Com os anúncios de austeridade econômica é pouco provável que estas emissoras consigam recursos em suas regiões para continuarem operando. Isto pode levar ao desaparecimento da radiodifusão em regiões distantes[...]. (OLIVEIRA, 1991)<sup>100</sup>.

Foi a partir deste ano que as discussões se tornaram mais frequentes e abertas, o mote do problema foi sobre a discutível exclusividade do presidente da República no processo de distribuição de outorgas.

As concessões deveriam ser dadas não segundo os interesses e conveniências do governo, porque todo governo é transitório, mas segundo os interesses da nação, estes sim, permanentes e definitivos. Restaria discutir a mecânica das concessões que hoje obedece às regras estabelecidas no código e, que terminam sendo absolutamente fictícias na realidade porque o governo tem livre arbítrio e total liberdade de escolha dos concessionários<sup>101</sup>.

Essa discussão fez-se reverberar em outros estados da Federação, a vizinha Santa Catarina, por intermédio de sua associação de radiodifusão (ACAERT) manifestou seu desejo de que “o ano eleitoral não sirva de pretexto para uma desordenada e irresponsável distribuição de novas concessões em flagrante prejuízo do *autêntico* radiodifusor” (OLIVEIRA, 1991, grifo do autor)<sup>102</sup>. Em seguida, a AERP, em 1984, corroborou com sua análoga catarinense condenado “a nociva ingerência política na concessão de canais que relega a segundo plano a capacitação profissional dos radiodifusores. (OLIVEIRA, 1991)”<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> AERP Informa nº37 de janeiro/fevereiro, 1981, p.19 apud OLIVEIRA (1991)

<sup>100</sup> AERP Informa nº45 de outubro/novembro, 1982, p.10 apud OLIVEIRA (1991)

<sup>101</sup> AERP Informa nº45 de outubro/novembro, 1982, p.5 apud OLIVEIRA (1991)

<sup>102</sup> Jornal da AESP nº9 de agosto de 1982, p.17 apud OLIVEIRA (1991)

<sup>103</sup> AERP Informa nº52 de dezembro, p.8 apud OLIVEIRA (1991)

Complementando o crescente número de concessões radiofônicas nesse período, é interessante grifar que a força que sustenta, restringe ou extingue a influência de famílias empresariais no mercado da radiodifusão tem um enfoque muito mais político que econômico, “os serviços de comunicação oferecidos pelas empresas dos ‘coronéis’ são pobres, não tem competitividade em termos de qualidade e conteúdo ou de distribuição eficaz” (SANTOS, 2008b, p.235). Sendo assim, a partir do início dos anos 90, articulações políticas em prol das novas e velhas empresas de rádio e TV não puderam evitar a vulnerabilidade de seus investimentos por conta das oscilações de mercado e da crise financeira nesse setor no período em questão. Segundo Capparelli; Lima (2004) apud Barros (2010), um dos exemplos marcantes desse quadro de depauperação financeira do mercado midiático pós-governo militar foi a dívida acumulada pela Globopar (em 2002, chegou a R\$ 6,1 bilhões), mesmo com empréstimos via BNDES. Esse endividamento foi seguido por outras emissoras de radiodifusão comercial em razão de investimentos em moeda estrangeira.

A transição histórica, uma das características marcantes do coronelismo eletrônico, vem sobreposta ao processo de cisão entre radiodifusão e telecomunicações, assunto que já foi estudado em capítulo anterior. O setor de telecomunicação se inseriu de forma independente no mercado midiático com expressivo investimento de capital internacional, na década de 1990, época que

marca a passagem da economia brasileira a uma nova fase. Nessa fase, reiteram-se, por um lado, as suas características de economia capitalista, monopolista e dependente. Por outro lado, nela se processa uma redefinição do peso econômico dos diferentes setores capitalísticos: o capital monopolista estatal e o capital monopolista privado nacional tendem a perder poder econômico (o primeiro, por meio da privatização; o segundo, por meio da desnacionalização) *em benefício do capital monopolista estrangeiro* (meramente industrial ou financeiro). (SAES, 2001, p.129, grifos meus).

Essa alteração no sistema econômico fez com que os empresários da radiodifusão procurassem maneiras alternativas para se sustentar com protagonismo em seu campo. O principal responsável por este cenário foram as Organizações Globo que, face às suas dificuldades financeiras, promoveram a desnacionalização deste mercado que teve investimentos dos grandes grupos de capital internacional<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> A espanhola Telefónica e a Portugal Telecom adquiriram o faturamento do Sistema Telebrás, comprando a Telesp; A empresa latino-americana Telmex comprou, em 2004, a Embratel por US\$ 360 milhões



A mudança de comportamento dos empresários da radiodifusão em todo o país (Globo, SBT, Record e Bandeirantes), antes contrários à presença de capital estrangeiro no setor<sup>105</sup>, se deu em razão das dívidas contraídas ao longo da década de 1990. A aprovação da Emenda<sup>106</sup> Constitucional 36 foi feita para “atender os interesses dos empresários, que estavam em um momento delicado [início dos anos 2000] do ponto de vista financeiro, pois haviam fracassado na sua tentativa de participar do processo de privatização das teles”. (VALENTE,2008).

Outro caso no Paraná, onde ficou evidente a relação de debilidade econômica do setor da radiodifusão com a dependência governamental das narrativas oficiais da mídia, ocorreu com a família Martinez que adquiriu dos Diários Associados, em 1975, a TV Paraná, Canal 6 e, posteriormente, comprou, do empresário Silvio Santos, a TV Corcovado do Rio de Janeiro, em 1991.

Para montar a primeira rede de televisão paranaense, José Carlos Martinez recebera apoio oficial do Estado,

cuja viabilidade financeira seria garantida por *vultosas verbas publicitárias do governo federal e de empresas estatais*. De fato, a importância da Rede OM [Rede Oscar Martinez, que mais tarde seria renomeada Rede CNT] para a *estratégia política do governo Collor* e do grupo ligado a José Carlos Martinez era reconhecida, na época de seu lançamento, pelo próprio diretor de produção e programação da emissora, Carlos Augusto de Oliveira. Segundo Oliveira, o telejornalismo da OM não poderia fazer oposição sistemática ao governo, já que um possível cancelamento da publicidade das empresas estatais comprometeria a sua viabilidade econômica”. (CPDOC, 2019, grifos meus).

A ocorrência do emprego de verbas públicas governamentais no abatimento das dívidas da Rede Oscar Martinez oriundas de seu processo de criação foi confirmada pelo jornal *Estado de São Paulo*, em matéria bastante elucidativa:

[...] De qualquer modo, o que chama mais atenção no contrato celebrado com a Caixa [Econômica Federal] para a tomada de 19 milhões em 1975 é uma das ‘cláusulas especiais’ do documento, que confere à emprestadora o direito de receber os valores mensais provenientes dos contratos de publicidade que viriam ser *firmados entre as empresas de comunicação de Martinez e o governo do Estado, como uma das formas de pagamento da dívida*.(1979, p.30, grifo meu).

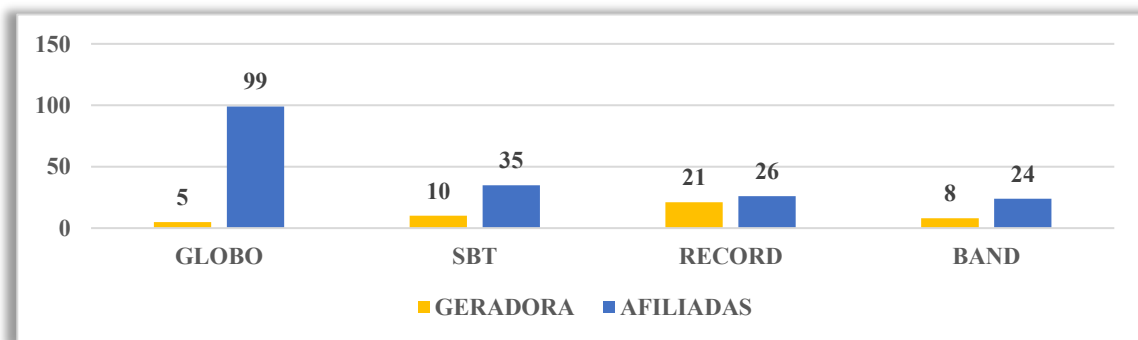
---

<sup>105</sup> Em 2006, havia grande disparidade de faturamento entre os principais conglomerados nacionais - Rede Globo (US\$ 2,99 milhões) e Abril (US\$ 338 mil) e outras empresas de telecomunicações e mídia de capital estrangeiro: Telefônica (US\$ 9,1 milhões), Claro (US\$ 8,8 milhões) e TIM (US\$ 4,4 milhões) (AIRES e SANTOS, 2017, p.60).

<sup>106</sup> Segundo Jonas Valente, em seu artigo “*Capital estrangeiro na comunicação*”, publicado, em 14 nov.2008, no Observatório da Imprensa, jornalistas que trabalhavam em Brasília na época da tramitação da emenda contam que a votação foi comandada em plenário pelo vice-presidente de relações institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, articulador do acordo para viabilizar a concordância dos parlamentares com todos os partidos, à exceção do PDT.

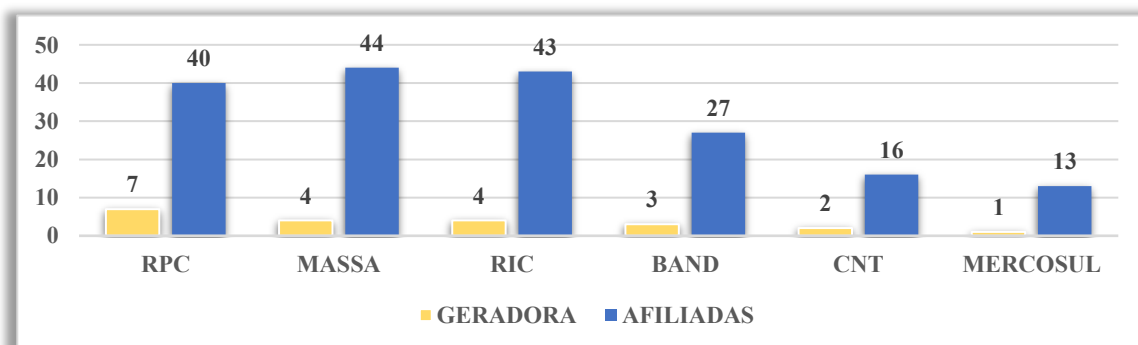
De acordo com Mastrini e Becerra (2006), a fragilidade econômica dos empresários nacionais do campo midiático latino-americanos é uma realidade atual que pode também ser observada no modelo de distribuição de programação, no qual grande emissoras não são grandes proprietárias de veículos de comunicação e dependem de capitais externos para sua sustentação financeira e sistêmica em âmbito nacional/regional. A presença do elevado número de afiliadas no país (gráfico 13) e no Paraná (gráfico 14) é uma constante, desde o final da década de 1980, na composição dos conglomerados midiáticos que têm vínculos formais/informais com empresários regionais e lideranças políticas, tais como a Rede Globo tem vínculo com a família Sirotsky (Grupo RBS/RS) e Cunha Pereira/Lemanski (GRPCOM/PR); a família Saad (Grupo Band) com os Muffato/Malucelli (Band/PR); Silvio Santos (SBT) com a família política Massa Ratinho (Rede Massa/PR) e a vertente religiosa dos Macedo (IURD/Record) com o núcleo familiar dos Petrelli (RIC/PR).

GRÁFICO 13 – Nº GERADORAS E AFILIADAS DE EMISSORAS TV /BRASIL (2017)



FONTE: Adaptado de AIRES e SANTOS (2017)

GRÁFICO 14 – Nº GERADORAS E AFILIADAS DE EMISSORAS TV / PARANÁ (2018)



FONTE: Elaboração do autor a partir de MCTCI (2018b)

Sendo assim, após a análise sumária dessas passagens históricas, é possível confirmar a hipótese de que o coronelismo eletrônico é um conceito que tem seu marco formal no Brasil em 1985, mas que tem balizado seu processo de surgimento ainda em meados da década de

setenta (transição histórica semelhante do coronelismo arcaico) e se sustenta até os dias presentes. Além disso, é possível verificar que os agentes integrantes desse sistema estão presentes nos níveis de atuação local, estadual e federal, bem como se sustentam em parceria face à debilidade econômica das emissoras de radiodifusão.

#### 4.3.2 *Locus* de atuação sistêmica

No item anterior foi confirmada a validade temporal do conceito por meio da análise de alguns episódio históricos ocorridos no contexto nacional e, sobretudo, no estado do Paraná. Analogamente, baseado nos mesmo casos empíricos, podemos confirmar que o coronelismo eletrônico tem na terra das araucárias sua existência, vide os atores sistêmicos atuantes na espacialidade municipal/estadual, tais como AERP, radiodifusão, parentela Martinez, parentela Pimentel, Palácio das Araucárias (sede do governo estadual), Jaime Canet Junior, ex-governador e senador Ney Braga, sem contar a relação de sustentação com entes federais (ministro da Justiça, presidentes da República, Roberto Marinho, BNDES e ABERT). Casos empíricos corroborando esse assertiva serão estudas mais à frente, da mesma maneira a identificação dos atores sistêmicos.

#### 4.4 A PERTINÊNCIA RELACIONAL DO BENEFÍCIO MÚTUO

“2) relações de clientelistas com alto grau de reciprocidade”. (SANTOS,2008). A importância do clientelismo como peça estruturante neste sistema teve suas origens nas pesquisas antropológicas que visavam analisar as relações de poder entre agentes de pequenas comunidades, especialmente indígenas e camponeses, além de interpretar a reciprocidade nas prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas, no intuito de dar e receber certas garantias com certas estabilidades, por meio de um comportamento calcado em regras não formalizadas, (MALINOWSKY,1922). Ou na visão de Marcel Mauss, em sua obra *Ensaio sobre a dádiva* (1925), na qual foram analisadas organizações sociais na China, Índia, Oceania e em indígenas norte-americanas, onde o mesmo conceito se escorava em uma tríplice relação: dar, receber e retribuir, que basicamente seriam os enunciados fundantes da estrutura da vida social.

Segundo Luzon (1999), é com o antropólogo Augustus Pitt-Rivers, na década de 1950, que realmente se deu mais ênfase ao clientelismo sob o olhar antropológico. No clássico *The*

*people in the Sierra*, de 1984, é desenvolvido a “*amistad desquilibrada*” como uma forma fundamental de vida e de relacionamento entre o campesinato da região espanhola da Andaluzia. Ela passou a ser um fator decisivo nas relações profissionais e institucionais estabelecidas entre os homens do campo e os de posição social privilegiada. Donos de terras concediam aos camponeses “ajudas” e intermediação com o “mundo exterior”, em contrapartida obtinham sua fidelidade, estabilidade no cultivo de sua produção e controle sobre o comportamento político dos subordinados (Surgia aí o núcleo do Caciquismo, sistema político que o clientelismo é predicado marcante e que tem traços bastantes semelhantes ao coronelismo brasileiro).

No entanto, segundo Müller (2018), estes marcos históricos e metodológicos previamente observados não possibilitam o seu emprego do conceito clientelismo em uma forma mais ampla, mais abrangente tendo em vista que sua presença ocorreu em poucas e pequenas comunidades rurais, bem como não foi comparado com outras organizações sociais, com outras etnias, em outros contextos sociais e em outra época.

É nesse mesmo espaço temporal que o clientelismo passa a ser estudado em um viés das Ciências Políticas. Todavia, essa transição entre os campos das Ciências Sociais deslocou a interpretação de aspectos como a reciprocidade da relação interpessoal, contextos afetivos entre os envolvidos e o poder pessoal do patrão para uma análise conceitual imersa em paradigmas políticos.

Tentar restringir a interpretação conceitual de clientelismo em um campo de saber é um desafio para qualquer pesquisador, ousado até especular que é quase inexecutável, pois há grandes imprecisões e inconsistências teóricas e metodológicas nos seu lócus de atuação, na sua regionalização, na sua trajetória epistemológica, na sua temporalidade e na sua mensuração<sup>107</sup>. Deste modo, cabe pelo menos nessa pesquisa, tentarmos de forma interdisciplinar adequá-lo predominantemente às demandas do campo sociológico e comunicacional.

Obras pioneiras sobre o clientelismo na Primeira República (QUEIROZ,1969; NUNES,1997; GRAHAM,1997) analisaram a ocorrência desse sistema bilateral em profundidade no país<sup>108</sup> e, da mesma forma, outros autores buscaram entender como ele se caracterizou e se adaptou aos regimes políticos seguintes, inclusive na recente democracia,

---

<sup>107</sup> Para obter um resumo dos desafios teóricos e metodológicos do conceito, ver KISCHELT e WILKINSON (2007, p.323-329).

<sup>108</sup> Análogo ao Brasil, o clientelismo é prática comum na tentativa de interpretar, mediante fatores históricos, o subdesenvolvimento político do país e área fértil de estudos em países latino-americanos (TAYLOR-ROBINSON, 2006), africanos (OMOBOWALE,2008), asiáticos (SCOTT,1972) e europeus (GRAZIANO,1973).

mas ainda em uma perspectiva tradicional (KERBAUY, 2000; ANDRADE, 2005; SEIBEL e OLIVEIRA, 2006; DIAS, 2010; ALMEIDA e LOPEZ,2012). Trazendo para o presente e para nosso local de fala, podemos observar que o conceito de clientelismo, resquício<sup>109</sup> latente das práticas coronelísticas da Primeira República, ainda é bastante eficaz e endógeno a nossa organização social urbana, persistente à atualidade, mas em uma forma mais “sofisticada”, tornando-se quase um padrão cultural de práticas entre as sociedades políticas e civis, intermediadas por anseios públicos e demandas pessoais, e que pode ser visto como um pressuposto permanente para a análise das nossas políticas públicas.

Definições tradicionais sobre o conceito divergem, mas que em sua semântica definem como relações de troca baseadas em benefícios ou combinação de obtenção de metas particularistas e permutas baseadas em contigência envolvendo agentes em desigualdade de posições no campo, bem como, segundo Kaufman (1977), relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos (na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções) em troca de apoio político<sup>110</sup>, ou na visão de Luiz Henrique Bahia, em sua obra *O Poder do Clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*,

é um fenômeno basicamente relacionado ao acesso e à exclusão de bens e serviços quase sempre não-regulamentado diretamente pela ordem jurídica e pelos valores de mercado. Significa dizer acesso e exclusão à propriedade, do ponto de vista econômico, e ao poder e suas influências, sob o ângulo da política. (2003, p.335-336).

José Murilo de Carvalho em seu artigo *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão*<sup>111</sup>, faz uma revisão do clientelismo, conceito que acompanha toda a história política nacional, em virtude de imprecisões e inconsistências na utilização dessa terminologia de maneira conflituosa com mandonismo e coronelismo. Para José Murilo, na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros,

ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do País, estão falando simplesmente

---

<sup>109</sup> Esta visão residual e tradicional do conceito na contemporaneidade encontra resistência em algumas pesquisas recentes que serão analisadas a seguir.

<sup>110</sup> Cabe destacar que os conceitos de patronagem e clientelismo são empregados muitas vezes de forma imprópria, com pouca evidência nas suas diferenças e, inclusive, sendo utilizados como sinônimos, o que KITSCHOLT e WILKINSON (2007) e PIATTONI (2001) concordam. No entanto, em uma visão acadêmica hegemônica, são conceitos distintos. Uma abordagem que os diferenciam é, segundo (HICKEN,2011), que na patronagem o patrão *deve* ser o titular do cargo que oferece os recursos, diferentemente do clientelismo, que o titular *pode ou não*. Para mais abordagens sobre o fenômeno, ver BAHIA (2003).

<sup>111</sup> CARVALHO, José. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

de clientelismo “os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo” (1997)

Durante esse obra, o autor propõe uma análise entre interpretações díspares sobre o conceito que em sua visão é empregado de maneira frouxa, com turvas delimitações e de modo genérico, o que causa a dificuldade de entendimento e uso do conceito mais recentemente.

Podemos também corroborar com essas abordagens prévias e genéricas um enfoque assistencial<sup>112</sup>, no qual o clientelismo “se fortalece justamente diante de necessidades sociais, normalmente excepcionais e urgentes [produtos da pobreza e da miséria]<sup>113</sup>, o que para Gay (1998) faz dessas ofertas patronais e do seu pagamento (voto) os grandes produtores da vulnerabilidade social contemporânea. É o momento da necessidade, portanto, afirma e confirma o acordo da dádiva e do favor”. (SEIBEL, 1997, p.11). O clientelismo se fortalece como um sistema de controle, de distribuição e de alocação de recursos, e se evidencia como uma relação de trocas de capitais simbólicos entre campos de poder distintos que tem suas estratégias regidas em narrativas predominantemente empregadas na esfera política, que pode ser ratificada também como

uma ação de troca entre sujeitos, que por um lado demanda um serviço de caráter público, que, normalmente, não pode ser poderia ser obtido por meio do mercado e, de outro, por aqueles que administram ou tem acesso aos decisores sobre a concessão desse serviço. Essa intermediação dá-se via moeda política, cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral. (SEIBEL e OLIVEIRA, 2006, p.138).

Em uma abordagem clientelística mais focada nas questões políticas, principalmente na cultura política<sup>114</sup>, que segundo Almond e Verba são “orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (1989, p. 12)”, variável bastante representativa para interpretar esse sistema. PASE; MÜLLER; MORAIS (2012) analisaram empiricamente a forte influência dessa relação entre o poder legislativo e alguns moradores de pequenas cidades do interior do Rio Grande do Sul,

---

<sup>112</sup> O termo foi empregado para dar ênfase às necessidades básicas do cidadão, independentemente se o destino das benesses é individual ou coletivo.

<sup>113</sup> Portanto, quanto menor o nível de desenvolvimento econômico, maior a intensidade do clientelismo (ALMEIDA e LOPEZ,2012)

<sup>114</sup> Entende-se por cultura política também a interpretação de Baquero (2003) que entende esse conceito dinâmico, de grande importância para a construção da democracia e para os valores democráticos, influenciado de sobremaneira tanto por aspectos positivos (crenças, valores, normas) quanto por opções incongruentes, neste caso estão incluídos o atraso, o personalismo, o patrimonialismo e o clientelismo. “É um tecido valorativo da sociedade, ou seja, a teia de princípios que orienta as ações, posições e disposições dos cidadãos em relação à política[...] a ação é sempre impulsionada por valores [...] que podem ser caracterizados como bons ou ruins”. (PASE; MÜLLER;MORAIS,2012,p.186).

onde os representantes primam pela dissonância entre os interesses privados em detrimento de suas permanências na esfera política reconhecendo as práticas do clientelismo como ilegais. Contudo, quando essas ações se naturalizam no cotidiano, gerando um habitus político, essas relações espúrias tornam-se mais “invisíveis” ou “instintivas”, mesmo quando os cidadãos e o legislador são apoiadores ferozes da democracia. Fica evidente nessa abordagem clientelar o paradoxo entre os valores democráticos e a busca pelos privilégios individuais, de forma resumida, “quanto mais o indivíduo valoriza a impessoalidade e o universalismo, menor a sua inclinação a adotar estratégias clientelistas”. (ALMEIDA e LOPEZ,2012).

Já em uma visão mais recente de viés liberal do conceito, FARIAS (2000) aponta a venda do voto como uma prática normal e nada amoral para o modelo de democracia que vivenciamos. Segundo o autor, o clientelismo seria intrínseco a esse regime político pois, no contexto do capitalismo atual, o voto também seria uma mercadoria.

Aproveitando essa abordagem prévia referente à “legalidade”, à “moralidade” e à chancela de atraso das práticas clientelísticas, podemos assim distribuir os pesquisadores nesta temática em dois polos de abordagens epistemológicas divergentes: os que consideram essa prática de barganha e de trocas nocivas aos costumes cívicos e à legitimidade democrática, além de incentivar o crescimento da corrupção que neste caso inclui-se a expressiva maioria<sup>115</sup> dos pesquisadores que discutem o clientelismo em diversos campos científicos e abordagens metodológicas e, em oposição, um restrito grupo de acadêmicos que encontram nessa discussão teórica um papel positivo na consolidação democrática (GAY,1998; D’ÁVILA FILHO, 2000) e na produção de benefícios paliativos aos interagentes desse processo. (FARIAS,2000; MIGNOZETTI e CEPALUNI,2018).

Tendo em vista a limitação quantitativa e as abordagens mais excêntricas, serão destacadas apenas duas dessas últimas pesquisas com o intuito de ilustrar novos ângulos de análise, tal como a pesquisa de Francisco Farias que se ampara no descrédito em que vive a classe política. O eleitor desiludido com os sucessivos escândalos poderia muito bem optar por efetuar um cálculo utilitário e vender o seu voto àquele que melhor defender seus interesses. Sendo assim, no âmbito de um modelo de democracia do tipo liberal, o voto também poderia ser negociado com os políticos sem gerar nenhuma consequência anormal ou imoral para ambos os atores.

---

<sup>115</sup> Cf. Queiroz (1969), Leal (1978), Carvalho (1997), Nunes (1997), Graham (1997), Faoro (1995), Santos; Capparelli (2004), Pase; Muller; Morais (2012), Seibel e Oliveira (2006)

Mignozetti e Cepaluni (2018), baseados na pergunta “mas se o clientelismo é tão ruim para a sociedade, como sugere boa parte dos estudos para o assunto, por que dura tanto, de forma consistente?”, de forma resumida, tentam responder, baseados no bem-estar social, que ocorre uma melhora nos índices de mortalidade infantil e de matrícula de crianças no ensino fundamental, em cidades com mais representantes no Legislativo. Tudo que o político pode usar para sua máquina clientelista melhorou, contudo o problema é que esse aumento não é homogêneo nem acessível a todos os serviços públicos, as soluções são individuais e não são programáticas, por exemplo, não ocorre melhoria no serviço de saúde preventiva nem na qualidade da educação local. As soluções são pontuais e atendem às demandas pessoais, ou seja, geram benefícios e “bem-estar” momentâneos. No entanto, essa abordagem metodológica é criticada pelo cientista social Jorge Avelino Filho (2018) que, mesmo concordando com o fato de um eleitor procurar um vereador para obter um serviço público ser positivo (sobretudo no Brasil, onde quase 70% dos municípios têm até 20 mil habitantes), acredita que “é preciso definir melhor o que é clientelismo. A definição tradicional é a velha troca hierárquica, e precisa da comprovação de voto, algo que ficou muito difícil desde o surgimento do voto oficial, da urna eletrônica.” (GUIMARÃES,2017)

Abordados alguns tipos de enfoques conceituais e a fim de entender mais sobre a controvérsias e a pluralidade interpretativa das relações clientelares, penso ser importante entendermos quais são as valências estruturantes e como os seus predicados se desdobram em um estudo mais generalista, haja vista que esse conceito adquire características peculiares e regionais em cada sociedade, época histórica e tipo de democracia. Partindo do estudo de Müller (2018), que me serviu de ponto de partida para o aprofundamento analítico das características do fenômeno, consolidei na figura 4 já como forma introdutória, os principais elementos na literatura que buscam direcionar a interpretação do clientelismo.



FIGURA 4 - ESTRUTURAS DO CLIENTELISMO



FONTE: autor (2019)

Iniciando pela relação de dualismo (diádica) que se caracteriza por ser uma interação entre dois indivíduos com motivações baseadas na troca de favores e na conquista de objetivos privados. Os laços que os unem podem ter vínculos de ajuda voluntária ou impositivos<sup>116 117</sup> para um integrante ou ambos, independentemente de suas posições relativas sociais, políticas e econômicas e da temporalidade dessa união. Visa ao fortalecimento de cada indivíduo e tem como principal diferença entre outras relações a busca por objetivos distintos. A diferença de capitais adquiridos e acumulados pelos agentes nos diversos campos de disputa refletirá na forma de poder e, assim, cria-se um hierarquização vertical/horizontal nesses vínculos. Relação de clientelista entre políticos e eleitores é característica de alianças diádicas verticais. De outro modo, a igualdade de poder entre quem troca favores é típica de relações diádicas horizontais, como exemplo, a relação entre vizinhos que trocam serviço na zona rural. Partindo da

<sup>116</sup> Para Gay (2001) apud Santos e Capparelli (2005), o clientelismo pode ser autoritário (quando se baseia na ameaça e na possibilidade de punição) e semiclientelar (quando as relações se baseiam em vínculos de sedução e de promessas de vantagens)

<sup>117</sup> Quando uma abordagem patrão-cliente é vista como uma troca benéfica e mútua, as questões volitivas têm nexos. O sucesso do clientelismo passa por um equilíbrio no qual as partes só mantêm seus vínculos quando atingem seus objetivos. Ambos ficam livres para romper o vínculo caso sintam-se insatisfeitos. (HICKEN, 2011). Obviamente que nem todas as trocas clientelares são indissociáveis a esta abordagem.

hierarquização, Landé (1977) apud Hicken (2011) definiu o clientelismo como uma relação consensual que implica na troca entre atores de poder desigual, é um vínculo

em que um indivíduo de maior status socioeconômico (patrono) usa sua própria influência e recursos para fornecer proteção ou benefícios, ou ambos, para uma pessoa de menor status (cliente) que, por sua vez, retribui oferecendo apoio e assistência generosos, incluindo serviço pessoal, ao patrono. (2011, p.292, tradução nossa).

As relações pessoais face a face do patrão com o seu cliente são importantes para as interações diádicas (MAINWARING,1999; SCOTT,1972) contudo, novas abordagens enfatizam a alteração nesse padrão comportamental a partir do momento da discussão do surgimento de intermediadores e novas redes de poder. Nesse novo escopo, clientes passaram a ter pouco ou nenhuma interação com seu patrão, mas ambos mantêm seus vínculos de interesse por meio de uma forte relação intermediada. (WILKINSON, 2007; STOKES,2007; MUNO, 2010).

A assimetria possui também fortes vínculos de complementariedade com a relação diádica, na qual pode-se observar a distinção de poderes e hierarquização (vertical/horizontal) entre os agentes relacionais. No caso do clientelismo político, o Estado situa-se na parte mais poderosa (MAINWARING, 2001; ANDRADE, 2005; DIAS, 2010; ALMEIDA e LOPEZ, 2012; MULLER, 2018). A assimetria é um fator endógeno ao clientelismo e à troca política, ela é um ente constituinte dessa relação. A troca política se caracteriza sempre por ser assimétrica porque o patrão é visto como detentor do monopólio da distribuição dos benefícios e apesar dos recursos que participam desse sistema de trocas não serem comparáveis, “neste jogo de ganhos mútuos o ganho maior tende a ser sempre o do *patronus* [Estado]”. (BAHIA, 2003 p.275).

A personalização nas relações clientelares tendem a agregar aspectos positivos a esse sistema de troca, pois atributos tais como como confiança e credibilidade possibilitam dar durabilidade ao processo de troca entre os agentes participantes, obviamente se os envolvidos detêm trajetórias pessoais ou profissionais que possibilitam vínculos de união, bem como fideliza e chancela as tratativas de barganha (ELSTER,1989). Desta forma, a habilidade dos agentes em criar promessas e sustentar o contrato informal de interesses por prazos mais extensos terá mais chance de ser eficaz caso o patrão transpareça ter uma reputação que externe confiança em seus clientes. Assim, políticos com antepassados de credibilidade e de confiabilidade dão legitimidade ao processo clientelar de trocas, independentemente de contratos informais e de legalidade nas ações de conluio. Surge assim, o poder do vínculo da

reciprocidade no qual o cliente assegura, não apenas dizendo, mas demonstrando seu apoio político e sua fidelidade ao patrão que retribui de forma tangível seu compromisso.

Outro fator que caracteriza o clientelismo de outra relação informal, como por exemplo, a corrupção<sup>118</sup>, é a interação, um vínculo de caráter provisório de inter-relação das partes onde um ou ambas não têm a expectativa de reestabelecer interesses futuros. Diferentemente, o clientelismo tem em seu core a intenção de reestabelecer novos contratos não escritos em virtude do êxito e da confiança em tratativas prévias. Interações reiteradas reforçam normas sociais de reciprocidade, podendo as partes, depois de estabelecer laços de confiança, inclusive, criar mecanismos de punição por descumprimento informal da norma tácita. A reciprocidade possui dois princípios básicos que são seguidos pelas partes, mesmo que inconscientemente: as pessoas devem ajudar aquelas que anteriormente a ajudaram; as pessoas não devem injuriar aqueles que a ajudaram. A norma é internalizada não somente por aqueles que estão em posição de fraqueza (eleitores), mas também pelo dominante das trocas políticas (candidatos) (SPECK, 2003; ANDRADE, 2005; MULLER, 2018).

Por fim, no escopo descritivo do conceito, observamos as relações ímpares de valoração entre os bens utilizados como objeto de barganha entre candidato e cliente, nas quais o primeiro visa ao apoio político, seja para a sua eleição, ou de seus aliados, para cargo eletivo, seja para produzir campanha contrária aos seus adversários ou até mesmo para obter apoio entre outros políticos para a sua governabilidade, distribuindo benefícios (bens materiais e acesso facilitado a serviços disponibilizados pela administração pública). O cliente espera o atendimento de suas demandas particulares, que podem ser as mais diversas possíveis, e por isso entrega seu direito e liberdade de escolha política, ou mesmo presta serviços diversos em apoio ao político patrão.

É interessante destacar que a estrutura do clientelismo e suas relações idiossincráticas passaram por transformações nos vieses histórico, social, cultural e econômico, inclusive na interação entre seus agentes nos seus espaços de atuação, nos quais passaram a ter opções de atuar na mesma esfera de governo; em poderes constitucionais diferentes e, obviamente, na histórica e tradicional entre candidatos a cargos políticos e eleitores. (LENARDÃO, 2016; MULLER, 2018).

---

<sup>118</sup> O clientelismo é reconhecido como fenômeno de corrupção em alguns trabalhos: THOMPSON e THOMPSON (1993) e GOLDSTOCK (1992). Contudo esta pesquisa segue a interpretação contrária de BAHIA (2003, p.189-191). No entanto, esse último conceito tem sua definição variável para cada país, cada época e cada sociedade. Por exemplo, na Inglaterra, segundo ATKINSON e MANCUSO (1992) apud BAHIA (2003), o nepotismo (possível abordagem de corrupção/clientelismo) entre os parlamentares não é visto como proibição formal ao favoritismo familiar e a população não achava essa relação um conflito de interesse.

Ressalta-se a importância desta discussão inicial sobre o clientelismo, sobretudo pela importância desse fenômeno, que foi subjugado durante longa data pelas Ciências Sociais, na tentativa de interpretarmos as conjunturas das políticas atuais e o processo de democratização recente, sob um enfoque menos tradicional, menos residual, menos pré-moderno.

#### 4.5 NINGUÉM É PÚBLICO PORQUE TODO MUNDO É CASA

“3) debilidade da distinção entre interesses públicos e privados” (SANTOS,2008). A debilidade na distinção da relação entre a *res privata* e a *res publica* promoveu no meio acadêmico diversas leituras e interpretações, principalmente nas Ciências Sociais e Humanas. “No Brasil, ninguém é público porque todo mundo é casa” (FREI VICENTE, 1672 apud SCHWARCZ, 2016)

O patrimonialismo é um dos eixos de sustentação e de manutenção do coronelismo eletrônico, juntamente com o clientelismo (inclusive possuem fortíssimos laços associativos) e com a família e a parentela (a seguir analisadas), bem como explica a fundamentação do poder político, como se organiza e se legitima. Define-se, em linhas gerais, o patrimonialismo como um estilo político em que o poder é arbitrário, legitimado por uma tradição que trata questões da ordem pública por meio de lógicas individuais, que sustenta e é sustentada pela cooptação política, pelo personalismo e pelas relações assimétricas de clientelismo. Na definição seminal do conceito por Max Weber<sup>119</sup> (1999), o patrimonialismo se refere às formas tradicionais de dominação que contrastavam com o Estado moderno, racional e legal. Está marcado por uma relativa sobreposição do privado sobre o público na organização da vida política, do Estado e da sociedade. Além disso o conceito pode ser qualificado como uma forma de dominação ou de poder, legitimada de forma espontânea e tradicional<sup>120</sup> em uma relação de conflitos assimétricos entre dominados e dominantes, onde os primeiros acreditam ter autoridade para o mando e os demais creem nessa autoridade, interiorizando uma obediência “normativa” que visa à busca de poder.

A dominação tradicional subdivide-se em feudal e patrimonial, sendo que essa

---

<sup>119</sup> Segundo o professor Carlos Eduardo Sell, “Weber adotou o conceito de patrimonialismo de Carl Ludwig Haller (1816) que em sua obra *Restauration der Staatswissenschaft* discriminou três formas de Estado: patriarcal, militar e espiritual. Por essa grade, o patrimonialismo seria uma evolução histórica do patriarcalismo e, como tal, não se distinguiria dele qualitativamente” (SELL,2016,p.9)

<sup>120</sup> Weber, no livro *Ensaio de Sociologia* (1982), classificou os princípios básicos da legitimidade em três categorias: o burocrático-legal, o tradicional e o carismático. Conforme a dominação se legitima, os princípios de legitimidade, que nunca atuam sozinhos, se adjetivam: dominação burocrático-legal, tradicional ou carismática.

tem sua legitimidade baseada em uma autoridade sacralizada por existir desde tempos antigos, longínquos. Seu arquétipo é a autoridade patriarcal. Por se espelhar no poder atávico, e, ao mesmo tempo, arbitrário e compassivo do patriarca, manifesta-se de modo *peçoal* e instável, sujeita aos caprichos e à subjetividade do dominador. A comunidade política, expandindo-se a partir da comunidade doméstica, toma desta, por analogia, as formas e, sobretudo, o espírito de “piedade”<sup>121</sup> a unir dominantes e dominados. (CAMPANTE, 2003, p.156, grifo do autor)

É interessante também observarmos que o patrimonialismo tradicional, na visão do cientista político Rubens Campante, pode se desenvolver de forma dissociado<sup>122</sup>, ele “não é, necessariamente, sinônimo de poder centralizado”, além disso “em termos weberianos, [...] a incapacidade ou fraqueza do poder central não desqualifica, em absoluto, uma caracterização patrimonialista do poder no Brasil” (op.cit, p.159-160). Esses argumentos corroboram tanto com o sistema político da transição da Monarquia para a República (com o surgimento do Federalismo) quanto dos governos militares para a Nova República, com mais liberdades e com um governo menos concentrador.

Deputado Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados em 2015, em um encontro com Lázaro Brandão, dono do Banco Bradesco, chegou a comentar que ele, um “coronel”, ocupava a presidência de uma das Casas do Legislativo, mas quem de fato “controlava” o Estado, submetendo o conjunto das macropolíticas estatais aos seus interesses gerais, era, principalmente, a classe financeira e bancária. Esse comentário pode ser verificado em matéria da jornalista Mônica Bergamo<sup>123</sup>:

“Aahh! Esse aqui é o dono do Brasil. Ele manda no Brasil”, disse Severino ao ser apresentado a Lázaro Brandão, presidente do Bradesco, nos jardins da casa de Flávio Rocha, da [rede de lojas] Riachuelo, no Jardim América. Severino segurou por longos segundos as mãos de Brandão. “Preciso de seus conselhos.” Brandão retribuiu. “É uma grande honra para nós. Você precisa ir lá no banco almoçar.”. (BERGAMO, 2005, p.E2).

Analisando o caso anterior, podemos associar essa conversa a uma relação do Estado, segundo Lenardão (2016), que se põe ora como possuído por agentes públicos ou grupos

---

<sup>121</sup> A piedade manifesta-se, segundo Weber, “pelo sentimento de devoção puramente pessoal ao soberano que caracteriza o patrimonialismo” (CAMPANTE, 2003, p.189)

<sup>122</sup> Rubens Campante, no seu texto *O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira*, faz crítica à interpretação de Raymundo Faoro, na obra *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro*, quanto à necessidade de haver um governo centralizador para ocorrer relações de patrimonialismo. Na visão do primeiro, Faoro, provavelmente, temeu que a descentralização comprometesse a noção de patrimonialismo e fosse caracterizado como feudalismo. Essa recusa diminuiria a influência histórica do senhorio rural (inclusive o coronelismo), bem como incorreria em erros históricos no qual houve flagrantes momentos de incapacidade e fraqueza do governo central ante a grupos privados.

<sup>123</sup> Cf. BERGAMO, Mônica. Os donos do Brasil. Folha de S. Paulo. Caderno Ilustrada. 16 mar. 2005, p. E2

políticos que ocupam cargos no aparelho de Estado, ora como patrimônio possuído por segmentos do funcionalismo público em prol de benesses pessoais por meio de relações opacas, caracterizando o patrimonialismo como uma antítese do republicanismo e da justiça social.

As relações patrimoniais têm ainda grande força e projeção nos dias recentes, suas mazelas encontram repercussão na vida cotidiana, no jogo de tensões do campo político, nas relações de barganha clientelares entre o Estado e grupos de interesses e de pressão. Contudo, corroboro com a visão de Elsie Lenardão (op.cit) que acredita que o quadro de apatia e estagnação do Estado frente à apropriação do público pelas lógicas pessoais e os poderes oligárquicos sofreram modificações nas últimas décadas. Dentre essas ações que foram introduzidas pelo Estado para melhor gerir o bem público, inclusive no campo comunicacional, podemos elencar a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>124</sup>, Lei Anticorrupção<sup>125</sup>, Lei da Transparência<sup>126</sup>, Lei de Acesso à Informação<sup>127</sup>, a concessão de rádio e TV por meio de licitação pública ante a exclusividade presidencial pré-Nova República, o surgimento e valorização da Controladoria Geral da União (CGU) na fiscalização da aplicação de recursos públicos e na defesa do patrimônio público, o aparecimento de grupos/coletivos sociais que auxiliam na fiscalização do emprego da coisa pública (Transparência Brasil, Fórum de Direito de Acesso às Informações Públicas; no campo midiático - Intervozes, Centro de Estudos das Mídias Alternativas Barão de Itararé e Livre.Jor) e as práticas de *accountability* nas políticas públicas.

Alheio ao nível de inércia e às ações que o Estado vem tomando ante aos interesses pessoais de apropriá-lo, é fato que o patrimonialismo é um conceito e uma prática ainda recorrente e latente na política brasileira, tanto que em pesquisa<sup>128</sup> realizada pela Presidência da República, em 2008, foi constatada que 50,3% dos 1.767 pessoas admitiram que, se pudessem, contratariam parentes para cargos públicos para trabalharem juntos (caracterizando

---

<sup>124</sup> A Lei Complementar nº 101/2000 foi criada com o intuito de definir o limite de gastos dos estados e municípios conforme a quantidade de tributos arrecadados por esses entes da Federação Brasileira visando criar uma condição de equilíbrio orçamentário, financeiro e fiscal.

<sup>125</sup> A Lei nº 12.846/2013 prevê a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

<sup>126</sup> A Lei Complementar nº 131/2009 determina que sejam disponíveis, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

<sup>127</sup> A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

<sup>128</sup> “50% dos brasileiros toleram nepotismo, aponta pesquisa”. Folha de S.Paulo, 2008. (SANDER, 2008). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200808.htm>

o nepotismo<sup>129</sup>). Na mesma pesquisa, ouvindo outra amostra populacional - servidores públicos (1.027), 32,1% disseram o mesmo e 36,7% não se consideravam éticos.

O patrimonialismo é uma lógica de entendimento que instrumentaliza o Estado para o usufruto pessoal e tem fortes vínculos com a corrupção<sup>130</sup> e nepotismo, mas com separação fluida e indefinida, segundo José Murilo de Carvalho (2016), e que vai ter na corrupção, para Fernando Haddad<sup>131</sup>, seu corolário, que acrescenta “o poder político e o poder econômico – “os donos do poder”, na definição de [Raymundo] Faoro – sentam-se a uma mesa redonda. Não se distinguem os lados. Em um contexto como esse, não há vítimas, a não ser os que não estão à mesa; há negócios” (2017).

Nesse ínterim, destaca-se também uma abordagem mais contemporânea desse fenômeno (neopatrimonialismo) que, segundo Domingues (2008), o Estado seria explorado pelos seus funcionários e governantes, no entanto em um formato mais modernizador, descolado das práticas reiteradas do pretérito, mas que tem na corrupção<sup>132</sup> um elemento de forte associação. Nessa ótica mais recente, as lógicas patrimoniais seguem operando de forma oculta e tem “cada vez mais dificuldade para se legitimar no plano macro, conquanto no plano micro (aqueles das pequenas propinas e apropriações que grande parte da população prática) não haja mais questionamento de sua legitimidade formal” (DOMINGUES, 2008, p.190). O caráter neopatrimonial se expressa de plurais maneiras, desde o crime direto de corrupção até a circulação de funcionários entre as estruturas estatais e o campo financeiro, em um viés quase normativo, perfazendo uma relação assimétrica entre o Estado e a sociedade.

É interessante entendemos também como essa lógica patrimonialista se desenvolve, de que forma ela toma corpo na administração pública. Derick Brinkerhoff e Arthur Goldsmith realizaram um estudo para o Escritório de Democracia e Governança Norte-americano a respeito das relações de clientelismo e patrimonialismo (instituições de poder e de influência de difícil detecção e combate), seus contrapontos com a governança racional-legal e de como combatê-las no âmbito democrático. Nesse ínterim, destaco na pesquisa o levantamento feito

---

<sup>129</sup> Segundo a CGU, “o nepotismo [um tipo de patrimonialismo] ocorre quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes, [ou seja, visa direta/indiretamente ao interesse próprio],[...] contrariando os princípios da impessoalidade, moralidade e igualdade. Disponível em: <https://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/nepotismo>

<sup>130</sup> De acordo com Brinkerhoff e Goldsmith, atividades de corrupção “involve taking advantage of the power inherent in a government office to advance personal interests. Abuses include bribery and extortion [...], nepotism and favoritism [...], and embezzlement [...]” (2002, p. 15)

<sup>131</sup> *A falsa república*, entrevista cedida à Revista Piauí, jun.2017.(HADDAD, 2017)

<sup>132</sup> Segundo José Murilo de Carvalho (2016), a corrupção é um conceito recente, de precisão fluida, mas pertencente ao século XX. Situar esse fenômeno ainda no período monárquico incorre-se em anacronismo, tendo em vista que o Brasil Monárquico tinha um regime patrimonialista, ou seja, público e privado eram sobrepostos.

sobre as possíveis características e evidências das relações de patrimonialismo envolvendo a administração pública:

- Promoção como recompensa por conexões com líderes políticos
  - Demissões sem razão definida
  - Hierarquia tácita
  - Oralidade nos pedidos importantes
  - Indefinição entre os limites das esferas público-privada
  - Complementação salarial com subornos e propinas
  - Descentralização sistêmica, permitindo ampla discricão no trabalho
  - Arbitrárias e subjetividade nas decisões
  - Parcialidade e diferenciação no tratamento pessoal
  - Verbalidade nos acordos nas compras e vendas governamentais
  - Frouxidão nos controles internos
  - Documentação não é controlada nem registrada.
- (BRINKERHOFF e GOLDSMITH, 2002, p.2, minha tradução).

A fim caracterizar o patrimonialismo (que está constantemente justaposto às relações de clientelismo), aproprio-me de um caso prosaico ocorrido no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, que pode auxiliar na identificação de alguns dos predicados marcantes, conforme acima tipificados:

Em comunidades com apadrinhamento político distinto – uma de influência “piranha” e outra de domínio “jacaré”. Em uma das visitas ao bairro “piranha”, localizado numa serra bastante íngreme, um casal afirmou que há quatro anos a estrada de acesso à sua residência não recebia qualquer manutenção. Isso ocorria, pois a maior parte dos moradores era de oposição.

Numa noite chuvosa, seu filho, de pouco mais de um ano, apresentou um quadro de febre muito alta e o medicamento não produzia efeito. A estrada não tinha condições de tráfego. Nada podia ser feito, sob pena de agravar a situação da criança, expondo-a a novos riscos.

Quando a pesquisa estava sendo conduzida em outro bairro, de influência “jacaré”, as estradas estavam em ótimas condições, recebendo manutenção periódica e cascalho abundante. Na visita a uma das casas, a moradora elogiou o prefeito, enfatizando a qualidade dos acessos: “Olha que beleza as estradas, é como asfalto!”.

Para contrapor seu ponto de vista, foi mencionada a situação da outra família e indagado à senhora se ela concordava com o fato. Ela prontamente respondeu que sim, pois, quando “quem mandava” eram os “piranhas”, eles também tinham ficado quatro anos sem manutenção nas vias. Lembrou, em seguida, do caso uma idosa que ficara muito doente durante o período de chuvas, tendo de ser transportada de trator até um local onde circulavam ambulâncias. (OLIVEIRA;OLIVEIRA; SANTOS, 2011).

Nota-se nessa passagem, além de claras relações de clientelismo demarcadas por ações de assimetria, personalismo, reciprocidade e dualismo entre o Estado e agentes da comunidade local, o também notório vínculo de patrimonialismo a partir de predicados relacionais de decisões arbitrárias, parciais, fisiológicas e subjetivas, além da tomada de atitudes com fortes



vínculos de personalismos, baseados na distribuição de serviços públicos em prol de interesses individuais em certames políticos futuros.

Outro caso de patrimonialismo, desta vez ocorrido no Paraná, em 2019, teve como protagonistas o prefeito e o secretário de Obras do município de Virmond, região Centro-Sul paranaense, que tiveram os bens bloqueados (cerca de R\$ 53.000), motivado

por ato de improbidade administrativa pelo uso de máquinas e equipamentos do município em benefício de uma organização religiosa. Conforme a ação, o prefeito – que autorizou os trabalhos, acompanhados e fiscalizados pelo secretário – *‘dispôs da coisa pública como se dela fosse dono, desprezando por completo o princípio constitucional da impessoalidade’*, uma vez que “ocorreu o uso de maquinário e servidores públicos para *benefício de particular*, comandados pelos demandados.”. (PORTAL CANTU, 2019, grifo meu)

E se estende à atualidade, como podemos observar na denúncia recente, ocorrido em janeiro de 2020, publicada pelos jornalistas Fábio Fabrini e Julio Wiziack, da Folha de S. Paulo, envolvendo o chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Fábio Wajngarten, que escolheu para ser o seu vice, Samy Liberman, irmão do empresário que administra sua empresa privada (FW Comunicação e Marketing), Fábio Liberman. O secretário tem 95% das cotas da empresa, os outros 5%, são da sua mãe que presta serviços de cessão de uso de estúdios para TV e agências, além de averiguar se peças de publicitárias contratadas foram veiculadas. A FW tem como clientes confirmados pelo seu proprietário majoritário as emissoras de TV Band e Record, além de três agências que prestam serviços publicitários para a Caixa Econômica Federal.

Todavia de acordo com a lei 12.813/13, que dispõe sobre conflitos de interesse no exercício de cargo do Poder Executivo, considera-se irregular a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. Sendo assim, integrantes do setor público governamental estão impossibilitados de “exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe”. (BRASIL, 2013).

Essa possível relação de patrimonialismo é mais uma dos inúmeros casos que ocorreram na esfera midiática. O histórico de irregularidades deixa claro essa prática de reiteração, exemplos como a distribuição de concessão pública de emissoras de rádio e tv, no final de década de oitenta, para parlamentares que foram os decisores e receptores dessas outorgas; a

cessão contínua das mesmas outorgas para usufruto pessoal de deputados federais e senadores ante ao impedimento normativo-jurídico; a utilização de espaços da programação radiofônica para veiculação de agendas programáticas de cunho personalísticos para futuros pleitos eleitorais; o emprego da esfera pública midiática para o desenvolvimento fisiológico e arbitrário de demandas que não visam ao bem público.

No patrimonialismo, seu viés arbitrário, tácito e de debilidade fiscalizatória são práticas costumeiras e silentes (semelhantes ao clientelismo) que necessitam de uma pesquisa mais aprofundada com cruzamentos de dados pessoais, institucionais e familiares - “Fabio Liberman afirmou que ele e Samy conhecem Wajngarten desde crianças, [...]. O Samy é meu irmão. A gente é junto” (FABRINI e WIZIACK, 2020a), conhecimento das lógicas de sustentação, dos arranjos informais e os personagens do campo de poder em estudo.

Sendo assim, com base nos casos empíricos materializados nos campos político e midiático no Brasil e no Paraná foi possível identificar características marcantes dessas relações sobrepostas entre público-privado, onde o Estado é instrumentalizado pelas demandas pessoais, parciais e exploratórias de ações coniventes legitimadas pela tradição, evidenciando o patrimonialismo como um fenômeno poroso ao clientelismo, evidente na estrutura do Estado e um dos eixos estruturantes e mantenedores do coronelismo eletrônico.

#### 4.6 ESTRUTURAS DE PARENTESCO

“6) relações de parentela para a sustentação do *status quo*”. (SANTOS,2008). Começo a discussão do quarto e último componente estruturante do coronelismo eletrônico selecionado por esse autor nesse pesquisa com a tese do sociólogo Ricardo Costa de Oliveira:

*Família ainda importa.* As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. (2012,p. 13, grifo meu).

Com essa assertiva buscaremos desenvolver esse traço hereditário oriundo do fenômeno arcaico do coronelismo que este autor considera como um dos eixos de sustentação do conceito moderno em questão.

Ainda nos idos da Monarquia e da Primeira República, os coronéis dilatavam seu poder simbólico por meio das ramificações parentais, inicialmente por casamento endogâmicos e

posteriormente entre familiares de origens díspares, mas sempre em um viés expansionista. A família apresentava uma forma de solidariedade, tanto em nível horizontal quanto vertical, compondo uma estrutura socioeconômica em que o município era o seu local de atuação.

Segundo Fernando Henrique Cardoso et al (2006), ainda na vigência da Guarda Nacional, famílias compunham a estrutura hierárquica dessa corporação em seus municípios ou vilas, de forma que o irmão mais velho era detentor de posto mais elevado e maior capital financeiro que os irmãos mais novos, formando uma relação de solidariedade interna e de “propriedade familiar” daquele batalhão.

Complementando a ideia acima, a família possui uma importante característica de solidariedade<sup>133</sup> tanto para os chefes quanto para os seus componentes, tendo em vista que as famílias conjugais e as extensas em números, a despeito da independência econômica e da autossuficiência, tinham uma proteção econômica amparando possíveis negócios inviáveis feitos pelos seus integrantes. Da mesma forma, no viés político, essa solidariedade se fez presente internamente e foi deveras importante, garantindo um laço de lealdade do chefe com seus integrantes. A troca de experiência realizada entre o coronel Azeredo, chefe político de Mato Grosso, e o coronel Euclides Mata, chefe de outro estado, reflete bem essa importância: “Fizeste muito bem Euclides, só elegendo os teus. Eu, como não tenho parentes, cada um que mando para o Governo de Mato Grosso é um traidor”. (QUEIROZ, 1969, p.89).

Ainda na discussão sobre estrutura familiar, insiro lampejos de Daniel Bertaux que considera a família o principal canal de transmissão de aspectos culturais e de identidades. O sociólogo, em seu clássico livro *Destinos pessoais e estrutura de classe: pra uma crítica da antroponomia política*, desenvolve o conceito de antroponomia que significa a formação do ser humano de acordo com a sua classe social em que nasceu e a família é o lugar principal da produção desse fenômeno. Sendo assim, as “relações de solidariedade entre membros do mesmo grupo de linhagem [famílias], de uma mesma linhagem, podem ser utilizadas para a conquista de vantagens sociais”. (BERTEAUX, 1979, p.145).

Ampliando a discussão, entender relações parentais é também compreender de forma genérica a sociedade, sua formação e seus valores, ou na visão de Katia Mattoso (1988), é crucial para entendermos a nossa realidade brasileira. A família ultrapassa a esfera da vida privada, vai além do seu caráter pedagógico, protetivo e educacional. Ela determina

---

<sup>133</sup> União consciente ou não entre indivíduos e grupos em contato uns com os outros, que os faz aderir fortemente uns aos outros (WILLIAMS, 1961 apud CARDOSO et al, 2006)

comportamentos, fomenta desigualdades socioeconômicos, cria e delimita subcampos de interesse, transfere e expande capitais simbólicos e mantém relações de dominância e poder.

É importante destacar que para se referir às questões familiares utilizarei a partir de agora a terminologia parentela que na visão de Cardoso et al

não tem sido muito empregado na linguagem socioantropológica; porém não se trata, no caso brasileiro, da “família grande”, constituída de várias gerações de casais vivendo juntas sob o mesmo teto; por outro lado, o grupo familiar ultrapassa a família nuclear, pois reúne, numa rede de reciprocidades, deveres e direitos, tios sobrinhos, primos, além de avós e netos [...]. É um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes [...] vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independente; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias uma das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas. (2006, p.183-184).

No entanto, ousou estender a interpretação do conceito familiar, trazendo a tese de Katia Mattoso (1988) à discussão, na qual considera esse conceito um arranjo social de solidariedade familiar muito mais flexível, multifuncional e pertinente para o jogo político atual. Nessas relações internas encontram-se não só os vínculos genealógicos formais e sanguíneos de pais, avós, filhos e sobrinhos, mas também os vínculos ilegítimos como os filhos “fora do matrimônio”, os por afinidade, irmãos de consideração, afilhados, filhos de afilhados, vínculos espirituais, agregados e até os casos da relação de uma determinada pessoa se considerar parente mesmo sem o reconhecimento de parentesco de outrem. Nesse conceito, as relações consanguíneas não constituem razões exclusivas de parentesco, laços de apadrinhamento, proximidade e lealdade são fatores importantes para a formação solidária de um grupo familiar. É a partir da parentela e toda sua flacidez organizacional que se consegue entender a cultura dos favores, do clientelismo e do patrimonialismo em diversas instâncias do Estado, formando uma rede social e política de interesses.

A inserção da parentela como um dos fatores hereditários do coronelismo de Victor Nunes Leal acrescenta uma contribuição relevante na construção do caminho epistemológico do coronelismo eletrônico, um avanço bem discreto, porém acredito que as relações parentais são recursos preciosos para compreendermos a eficiência, o escamoteamento e a dinâmica das relações sobrepostas de clientelismo e patrimonialismo ora analisadas. Parentela é peça essencial na reprodução sistêmica do coronelismo eletrônico, é um dos eixos basilares de sua sustentação.

Um caso bastante elucidativo do emprego da parentela em uma demonstração de poder, fisiologismo e relações de clientelismo foi reproduzido por Ricardo Costa de Oliveira transcrito pelo jornalista Décio Sá<sup>134</sup>, ocorrida no município de Barra do Corda/MA, em 1997:

A defesa dos pistoleiros Moises Alexandre Pereira e Raimundo Pereira, acusados de matar no ano de 1997, em Barra do Corda, o líder comunitário e sem-teto Miguel Pereira Araújo, o Miguelzinho, a mando do empresário Pedro Teles, ajuizaram nesta segunda-feira pedido no Tribunal de Justiça do Maranhão solicitando a transferência do julgamento para São Luís.

A alegação é de que das 25 pessoas selecionadas para participar do júri popular, pelo menos 20 têm ligação com o empresário, seu pai, o prefeito Manoel Mariano de Sousa, o Nezim, e o deputado Rigo Teles (PV), irmão de Pedro

‘Verifica-se que a lista de jurados sorteados é totalmente viciada, não havendo qualquer imparcialidade dos mesmos, nem tampouco haveria possibilidade de excluir aqueles que poderiam ser imparciais, já que dos listados com alguma ligação com a família do pronunciado Pedro Teles, só sobrariam cinco jurados, número insuficiente para compor o corpo de jurados, pois todos são amigos ou tem alguma ligação com a família do pronunciado’, diz o pedido.

A petição é assinada por Leandro Morais Sampaio Peixoto, filho do ex-prefeito Avelar Sampaio (PTB). Na época, foi Avelar quem cedeu Moisés e Raimundo para atuarem como segurança de Nezim. O ex-prefeito deve prestar depoimento durante o julgamento.

Leandro diz ainda na petição que cidades vizinhas como Grajaú e Presidente Dutra também não podem servir para a realização do júri, marcado para esta quarta-feira (25), porque Pedro Teles tem grande influência na região. Dos 25 jurados, apenas sete serão escolhidos para formar o júri. O advogado também ajuizou a petição na Corregedoria do Tribunal de Justiça no mesmo sentido.

Miguelzinho foi assassinado porque teria ocupado terras da família Teles em Barra do Corda.

1– Roservelt Guerra Gonçalves – irmão de Paulo Guerra, Assessor do deputado Rigo Teles, irmão do pronunciado Pedro;

2– Isamário Farias Lima – amigo íntimo da família e fornecedor da Prefeitura de Barra do Corda (gerente da Livraria do Estudante), a esposa, Joanice, é enfermeira contratada pela Prefeitura de Barra do Corda;

3– Elker Sousa Ferreira – contratado da prefeitura como motorista, onde apenas recebe o salário, elencado na lista do mensalinho, pessoas que recebem salário do município sem trabalhar, e ainda amigo íntimo da família, um dos presidentes do bloco de carnaval Lisos dando shock, patrocinado exclusivamente por Rigo Teles.

4– Régis Moraes de Miranda – amigo particular do pronunciado Pedro Teles, tem um prédio alugado para a prefeitura de depósito de merenda escolar;

5– Elinalda Rodrigues da Silva – está diretamente envolvida com o fato que culminou com a morte da vítima, Miguel Pereira Araújo. Era dona da terra invadida pela vítima. O marido dela é gerente do Posto Alvorada, de propriedade da família Teles e foi preso pela Polícia Federal junto com Pedro Teles.

6– Antônio Portilho Fonseca Filho – bioquímico contratado da prefeitura há mais de oito anos;

7– Idelbrando Alexandre Costa – motorista particular do Pedro Teles;

8– Bento Carreiro Carvalho – tem carro alugado para prefeitura, uma F-250;

9– Wilson da Silva Guimarães – fiscal da prefeitura;

10– Jean Amorim Pereira – filho do secretário de Administração da prefeitura, Gael Lobão;

11– Joana de Sousa Lima – esposa de Aldo Ribeiro, gerente do Banco de Empréstimo do pronunciado, Pedro Teles;

---

<sup>134</sup>*Pistoleiros pedem transferência do júri de Pedro Teles para capital alegando “jogo de cartas marcadas”*. Disponível em: <https://www.facebook.com/BarradoCorda/posts/342412959146729/>. O jornalista foi assassinado em 2012.

- 12– Manoel Moreira Lima – amigo de Pedro Teles, esposa é contratada pela Prefeitura Municipal de Barra do Corda;
- 13 – Rodrigo Silva Santos – motorista da Secretaria de Assistência Social de Barra do Corda e amigo íntimo da família Teles;
- 14 – José Arimateia Vilanova – “Vilar” amigo de Pedro Teles e ex-secretário da Secretaria de Indústria Comércio e Turismo da Prefeitura de Barra do Corda;
- 15 – Maria Edivania Pereira da Silva – Secretária da Abigail, mulher de Rigo Teles, está em cargo do Estado indicada pelo deputado;
- 16– Antônio Brás da Silva Filho – Amigo íntimo do pronunciado Pedro Teles;
- 17– Oliveira Florentino Filho – pré-candidato a Prefeito de Barra do Corda indicado pelo pronunciado Pedro, como noticiado por vários blogs (notícia anexa) trabalhou na Prefeitura como Secretário e é irmão do atual Secretário de Finanças;
- 18- Kelson Sousa Rabelo – Diretor do Hospital Municipal Acrísio Figueira, indicado por Pedro Teles;
- 19– George Alves Palma – vulgo “Bimbas”, proprietário de um lanche na cidade de Barra do Corda beneficiado pela prefeitura com a entrega do estabelecimento comercial, um dos presidentes do bloco de carnaval “Lisos ando Shock”, amigo íntimo da família Teles, ainda recebe salário pela prefeitura sem trabalhar;
- 20 – Roberto Gleison Gomes Jorge – motorista da vereadora Nilda Barbalho, esposa de Pedro Teles. (OLIVEIRA, 2012,p.82-83).

A estrutura de parentesco e o poder político formatam campos que se convergem em grande medida em todas as regiões do país. A parentela como forma de manutenção do *status quo* pode ser observada, como por exemplo, no estado da Paraíba – no mandato 2020-2024, dez dos doze eleitos para a Câmara Federal têm laços familiares com políticos tradicionais – deputado Pedro Cunha Lima (PSDB) (2015-2019; 2020 – 2024) é filho do ex-senador; ex-deputado e ex-governador Cássio Cunha Lima, e neto do ex-senador e ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima. Pelo lado materno é bisneto do ex-prefeito de Campina Grande, Elpidio Josué de Almeida.

Em Santa Catarina, temos Esperidião Amin, ex- deputado federal, ex- prefeito de Florianópolis, ex-governador e atualmente senador (PP), casado com Ângela Amin, deputada federal (PP) e ex-prefeita de Florianópolis e seu filho João Amin, reeleito pela segunda vez consecutiva deputado estadual pelo mesmo partido dos pais. Outra parentela bem influente na política catarinense teve Irineu Bornhausen, que foi vereador e prefeito de Itajaí, além de senador e governador do estado. Seu filho, Jorge Konder Bornhausen, também foi governador de Santa Catarina, senador e ministro da Educação no governo Sarney. Seu neto, Paulo Bornhausen, foi deputado estadual e três vezes deputado federal.

Em São Paulo, o legado da parentela dos Tatto não é diferente. Os irmãos, todos filiados ao PT, Jilmar Tatto foi deputado estadual e federal, Enio Tatto, deputado estadual que está no seu quinto mandato seguido, Nitto Tatto, deputado federal em sua segunda reeleição, Arselino Tatto, oitavo mandato consecutivo como vereador, e Jair Tatto, reelegeu-se pela segunda vez no executivo municipal paulista.

E no estado do Paraná, um terço dos trinta deputados federais e dos três senadores diplomados nas eleições de 2019 são de parentela política influente, como pode ser comprovado no quadro a seguir::

QUADRO 25 – BANCADA PARANAENSE DE PARENTES CÂMARA/ SENADO A PARTIR 2019

PARLAMENTAR	PARENTESCO
Enio Verri (PT)	Irmão do vereador de Maringá Mário Verri
Felipe Francischini (PSL)	Filho do atual deputado federal Delegado Fernando Francischini (PSL), eleito deputado estadual em 2018
Gleisi Hoffmann (PT)	Á época, ainda estava casada com o ex-deputado federal e ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo
Luisa Canziani (PTB)	Filha do atual deputado federal Alex Canziani, candidato derrotado ao Senado em 2018
Pedro Lupion (DEM)	Filho do ex-deputado federal Abelardo Lupion
Ricardo Barros (PP)	Filho do ex-prefeito de Maringá Silvio Magalhães Barros. Irmão do também ex-prefeito do Município Silvio Barros. É casado com a ex-deputada federal Cida Borghetti, candidata derrotada ao governo em 2018. É pai de Maria Victoria (PP), reeleita deputada estadual em 2018.
Sandro Alex (PSD)	Irmão do ex-deputado estadual e atual prefeito de Ponta Grossa Marcelo Rangel(PPS)
Sergio Souza (MDB)	Irmão da vice-prefeita de Arapuã Soeli de Souza
Toninho Wandscheer (PROS)	Pai do ex-vereador Alisson Wandscheer (PMB), que alcançou a suplência de deputado estadual em 2018.
Zeca Dirceu (PT)	Filho do ex-deputado federal e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu
Álvaro Dias (PODE)	Irmão do ex-senador Osmar Dias

FONTE: Adaptado DIAP (2018, p.130-131,134)

Ricardo Costa de Oliveira (2000,2004,2007,2012,2015,2016a,2017,2019a,2019b) faz análises imprescindíveis para entendermos as relações de parentesco e seus arranjos de interesses privados utilizando as estruturas do Estado (executivo, legislativo<sup>135</sup>, judiciário<sup>136</sup>, Ministério Público, tribunais de conta, conselhos de estatais e cartórios) e da sociedade civil (mídia, reitorias e clubes de futebol<sup>137</sup>) para a reprodução dos seus capitais e a manutenção de seu *status quo*. Inclusive considera que as famílias das elites somente conseguem construir seus patrimônios material e intangível com a convivências dessa mesmas estruturas estatais. Utilizando-se da metodologia genealógica, biográfica individual e prosopográfica<sup>138</sup> e da

<sup>135</sup> Cf. também tese de Mônica Helena Harrich Silva Goulart. *Classe Dominante e Jogo Político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)* .

<sup>136</sup> *Prosopografia familiar da Operação "Lava Jato" e do ministério Temer* (OLIVEIRA et al, 2017)

<sup>137</sup> Cf. também tese de Luiz Demétrio Janz Laibida, *Raposas e Outsiders no Futebol Paranaense: Um estudo sobre as relações de poder e genealogia*

<sup>138</sup> Cf. Stone “[...] é a investigação das características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas (2011, p.115)

observação de casos empíricos interpreta os longos períodos de dominância dos parentescos tradicionais e periféricos no escopo político regional, tendo como delimitação espacial o estado paranaense<sup>139</sup>.

Essa rede de poder e de interesses oriundos da parentela, muitas das vezes, se articulam na prática por meio de ações, experiências acumuladas, posições relativas no local de pertencimento e comportamentos autônomos e intuitivos pelos seus agentes no campo, criando um tipo de habitus de estamento de classe dominante, envolvendo o interesse privado do parentesco e as estruturas públicas. Podemos observar essas articulações de parentela de forma mais clara, nesta análise:

O desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Claudio de Mello Tavares, tornou-se conhecido por suas polêmicas conservadoras, a interpretação de censura nos quadrinhos HQ- Vingadores, um ‘beijo gay’ [...]. O desembargador Claudio de Mello Tavares é parente do Ministro do STF, Marco Aurélio de Mello, da sua filha a desembargadora do TRF-2, Leticia de Santis Mello, também filha da desembargadora Sandra de Santis Mello; do ex-presidente da República, Fernando Collor de Mello, do ex-governador de Alagoas e ex-senador, Arnon Afonso de Farias Mello, do ex-desembargador do TJ-RJ, Ederson de Mello Serra, do desembargador do TRT-1, José Maria de Mello Porto, do ex-deputado federal (AL), Manuel Afonso de Melo Neto, todos descendentes de algumas das mais poderosas e antigas famílias de senhores de engenho do Nordeste, mais uma família do período Colonial, todos Herdeiros do Poder! No currículo do desembargador Cláudio de Mello Tavares constam colégios em Copacabana, a Faculdade de Direito Candido Mendes – Ipanema, todas na Zona Sul, o primeiro estágio no Escritório de Advocacia Dr. José Maria de Mello Porto, seu parente, estágio no Escritório de Advocacia do Senador Nelson Carneiro, empossado no cargo de juiz em 1996. Um típico retrato da elite político-jurídica brasileira, forte hereditariedade, escritórios de advocacia familiares, valores conservadores, religião, forte rede social e política, sempre com expressivos capitais sociais e políticos familiares de longa duração, bolha de direita, formas de autoritarismo. Classe dominante tradicional. Mais do mesmo. (OLIVEIRA, 2019b).

Outro caso bem interessante onde fica marcante o poder simbólico da parentela dominante e toda sua amplitude genealógica ocorreu, em agosto de 2019, por ocasião da divulgação da lista nominal tríplice dos integrantes da advocacia paranaense que concorriam à vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná destinada ao quinto constitucional<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> O Núcleo de Estudos Paranaenses do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (NEP/UFPR), coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, desenvolve pesquisas referentes às temáticas Sociedade, Instituições e Estado, em especial assuntos relacionados a estruturas de parentesco, Estado e interesses privados.

<sup>140</sup> Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação. (Art. 94, §1º, da Constituição Federal)



Os nomes indicados pertenciam à estrutura de parentesco extensa e dominante no campo jurídico estadual:

1 - Alexandre Hellender de Quadros, filho de Mario Cezar Lupion de Quadros, neto de Murillo Lupion de Quadros, parente do ex-presidente Jânio Quadros e do ex-governador Moysés Lupion, famílias políticas das mais poderosas na região e de Araci Odete Palhares, filha de Angelo de Mello Palhares (reformado da Polícia Militar, um dos chefes de segurança da madeireira transnacional Brazil Railway Company e Southern Brazil Lumber & Colonization Company, empresa envolvida nas questões do Contestado) casado com Josefina Rodrigues Palhares. O avô materno de Alexandre, Guilherme da Silva Hellender, era cunhado do falecido desembargador e ex-presidente do TJ-PR, Alceste Ribas de Macedo, da poderosa Macedônia.

2 - Sandro Marcelo Kosikoski foi advogado da família da ex-governadora Cida Borghetti e Procurador-Geral do Estado no governo dela. Novas famílias, novos nepotismos e familismos dos Borghetti Barros do interior se estruturando.

3 - Priscilla Placha Sá, mulher do advogado Jonathan Serpa Sá, irmão do desembargador D'Artagnan Serpa Sá. Pelo Serpa são descendentes dos fundadores do município de Honório Serpa e pelo pai, D'Artagnan de Melo Sá, dos Melo Sá, via os avós, Catanduva de Sá, coletor e Heloína Melo, por esta bisnetos do Coronel Hortêncio Martins de Melo e Maria José de Camargo, da Genealogia Paranaense [...] do poderoso tronco Camargo [vencedora da eleição tripla.] (OLIVEIRA, 2019a).

Prosseguindo no estudo de parentela, outro aspecto relevante é entendermos a posição da mulher e o matrimônio nessa rede de poder. “Cherchez la femme” é um chave investigatória que deve sempre utilizada ao estudarmos genealogia de parentelas - quem é a mulher, qual sua origem, quais seus antecessores, qual seus capitais hereditários? Os casamentos são estratégias para garantia de prestígio, de acumulação de capital e consolidação de uma lógica na ordem política. As mulheres podem ter papel decisivo na trajetória de vida de personagens outsiders ou em ascensão social e política (CANÊDO, 2011; OLIVEIRA, 2016), mesmo tendo elas uma participação ainda diminuta na política latino-americana (PANKE, 2016). Bertaux replica uma passagem prosaica escrita pelo historiador Roland Mousnier sobre a estratégia do casamento, extemporânea nos agentes envolvidos, mas demonstra a validade da mulher e do casamento no processo de reprodução de capitais

Quem se casava esposava de fato não uma mulher, mas a situação social de seu pai, ou melhor, a situação social da linhagem. É isso que explica a resposta desse cavalheiro que devia esposar uma parenta de Richelieu. Algum tempo depois do acordo, o cardeal foi lhe dizer que lhe propunha a mais nova. Eu aceito, respondeu em resumo o cavalheiro, a moça não me importa muito: É a Vossa Eminência que esposo. (MOUSNIER apud BERTAUX, 1979, p.146-147).

No Paraná, a família Richa teve origem com o casal de libaneses Assad e Hane que tiveram dificuldade financeiras para se sustentar durante grande parte da vida. Um dos seus

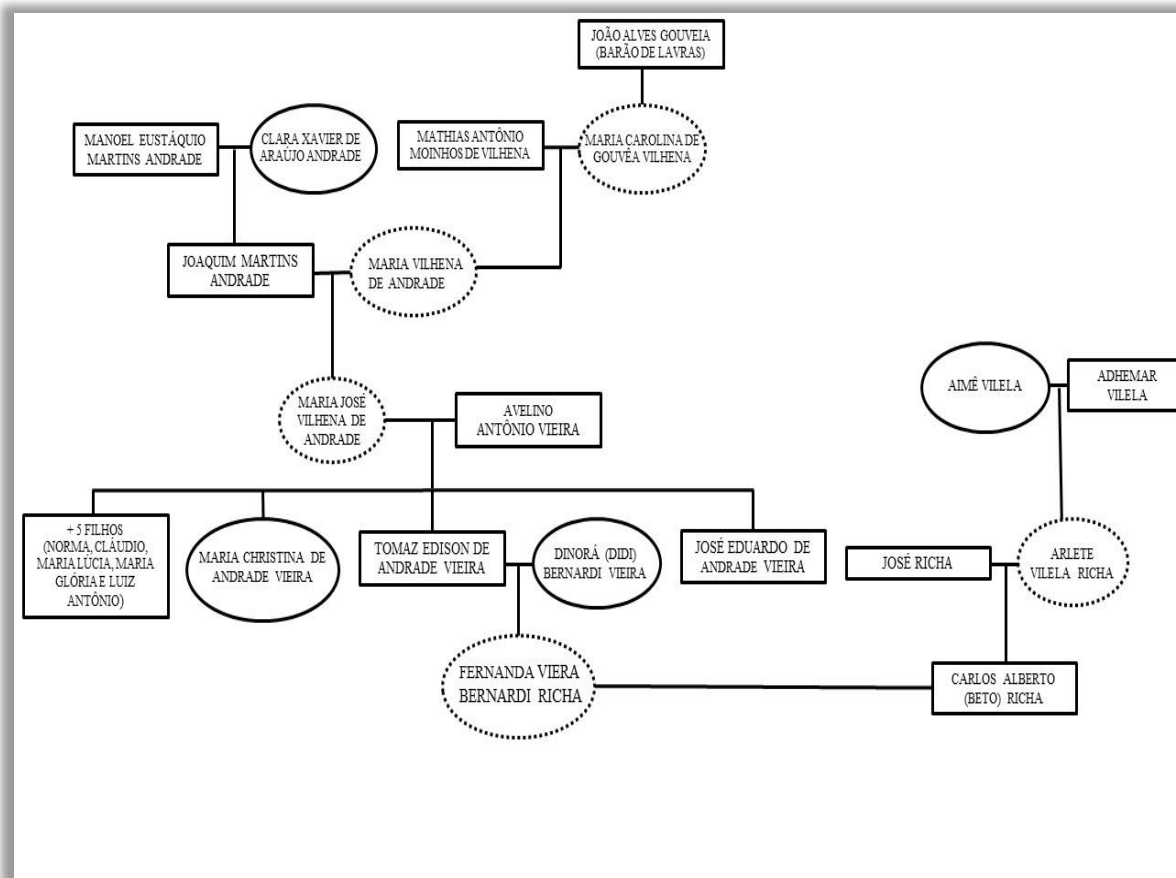
filhos, o desconhecido e desprovido economicamente José Richa<sup>141</sup> tornou-se deputado federal, prefeito de Londrina, senador e governador do Paraná. Seu filho, Beto Richa, foi deputado estadual, vice-prefeito e prefeito de Curitiba e governador estadual por dois mandatos. Casou-se, em 1986, com Fernanda Bernardi Vieira, sobrepondo capitais políticos e econômicos, além de convergir a família de classe dominante e tradicional com outra outsider (gráfico 15), ou seja, é o ancestral se associando e se misturando ao novo, dando continuidade a riqueza no país. Neste caso, para Bertaux (1979), a ascensão social do neto de libanês de família periférica que se tornou um novo rico não se deu apenas com o embolso de cifras bancárias vultosas, mas na construção de laços familiares dominantes.

Fernanda é filha de Tomaz Edison de Andrade Vieira, diretor do Banco Bamerindus, neta de Avelino Antônio Viera (cujos pais foram o comerciante libanês Miguel Antun e Cecília Bernardina), fundador do mesmo banco, estudou na Escola de Comércio Dr. Raul Gomes (Curitiba), onde foi companheiro escolar de Moysés Lupion, foi ex-prefeito de Tomazina/PR e ex-deputado estadual (1947-1950), e de Maria José Vilhena de Andrade. Esta é filha de Joaquim Martins de Andrade, filho de Manoel Eustáquio Martins de Andrade, senador, deputado federal duas vezes por Minas Gerais e parlamentar constituinte de 1891. Segundo Pereira (2006), a família de Joaquim tinha laços estreitos com os presidentes da República Wenceslau Brás e Afonso Pena. Joaquim foi administrador da fazenda da família Brás, localizada à época em Brazópolis (atual município de Wenceslau Brás), casou-se com Maria Vilhena Andrade, neta do Barão de Lavras, rico fazendeiro e chefe do partido conservador local durante a monarquia.

---

<sup>141</sup> Cf. biografia de José Richa, em ARRUDA e TEIXEIRA (2010)

GRÁFICO 15 – GENEALOGIA DA PARENTELA VIEIRA RICHA



FONTE: PEREIRA (2006); OLIVEIRA (2007,2012)

Estratos importantes da parentela que merecem observação são os afilhados, filhos de afilhados, agregados, amigos próximos e os de relação sanguínea de níveis mais distantes. Ações degeneradas de clientelismo, patrimonialismo, nepotismo e corrupção proporcionaram no transcurso da historiografia nacional grande destaque nas relações políticas e sociais envolvendo esses grupos. Esse estamento em prol da continuidade de poder e dominância é visível quando relacionamos os afilhados e “amigos de longa data”, como podemos identificar nos casos empíricos ocorridos na orbita parental de Beto Richa:

- 1.[...] foram presos nesta terça-feira (19) o ex-secretário Ezequias Moreira [secretário especial de Cerimonial e Relações Internacionais do governo Beto Richa ] e o empresário [e amigo] Jorge Atherino na Operação Quadro Negro, que apura desvios em obras em escolas. Ambos são muito próximos ao tucano e já foram citados em outras investigações que envolvem o ex-governador. (FONTES, 2019).
- 2.O ex-diretor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Maurício Fanini, amigo de viagens do governador Beto Richa (PSDB), foi preso na manhã deste sábado pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado.(MORAIS,2017).

3. Dirceu Pupo Ferreira, amigo de confiança da família Richa e funcionário da Ocaporã Administradora de Bens Ltda. (pertencente à Fernanda Richa), foi preso por intermediar esquema de corrupção envolvendo R\$ 2,5 milhões das concessionárias de pedágio recebido por André Richa (filho de Beto) e compra de imóveis no nome da empresa da família. (GARCEL, 2019).

4. No início do governo Beto criou 295 novos cargos comissionados [...]. Cláudia Queiroz Guedes, a então esposa do presidente da Câmara Municipal de Curitiba, o ex-vereador João Cláudio Derosso (ex-PSDB), foi para a TV Paraná Educativa [atual TV Paraná Turismo]. José Lupion Neto, irmão do deputado federal Abelardo Lupion (DEMO), na coordenação do Procon. Nelson Cordeiro Justus, filho do ex-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Nelson Justus, como diretor na Companhia de Habitação do Paraná. Colocou a nora de Justus como coordenadora de Assuntos Internacionais na Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul. Antônio Carlos Salles Belinati, filho do deputado Antônio Belinati (PP), foi alojado na diretoria da Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar). (PEREIRA, 2018).

5. Luiz Abi Antoun, primo de Beto Richa, trabalhou com Beto desde quando este foi deputado estadual e depois, continuou trabalhando na Assembleia, cedido, na época ao deputado estadual Hermas Brandão [...] casado com a jornalista Eloísa Fernandes Pinheiro Antoun, ex-vice-presidente da Sercomtel (empresa de telecomunicações de Londrina). (PEREIRA, 2018).

6. Marcos Elias Traad, primo de Beto, foi diretor-geral do Detran-PR (2011-2018) e candidato a deputado estadual não eleito. (PEREIRA, 2018).

7. Faisal Saleh, primo de Beto, secretário de Turismo do Paraná (2011-2012)

8. Euclides Scalco, deputado federal (1979-1991), ministro-chefe da secretaria geral da presidência da República (2002), coordenador geral da campanha de Beto que é seu afilhado de casamento e amigo próximo de José Richa (pai de Beto)

9. O ex-chefe de gabinete do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), Deonilson Roldo, foi preso hoje (11), em caráter preventivo, na Operação Piloto - 53ª fase da Lava Jato, que investiga o envolvimento de funcionários públicos e empresários com a empreiteira Odebrecht no favorecimento de licitação para obras na rodovia estadual PR-323, em 2014. A obra foi contratada por R\$ 7,2 bilhões. (RODRIGUES, 2018).

10. Na mira do Ministério Público após a descoberta de um esquema de corrupção e pagamento de propina na Receita Estadual [PR], auditores doaram à campanha do governador Beto Richa e outros aliados quase R\$ 1 milhão no ano passado [2014] [...]. As doações dos auditores estão espalhadas pelo Estado, segundo as delegacias regionais em que atuam. Richa e aliados receberam 95% das contribuições da categoria. Dos 36 políticos beneficiados, 26 são da base do tucano. [...]. Luiz Carlos Haully, ex-secretário da Fazenda e ex-chefe dos auditores do governo Beto recebeu R\$ 80 mil de 39 servidores”. (CARAZZAI, 2015). Esse teve como seu chefe de gabinete, Amauri Escudero Martins, diretor-geral da secretaria da Fazenda, foi indicado por Beto para ser secretário do Escritório de Representação do Paraná em Brasília, casado com Maria Goretti David Lopes, chefe de gabinete da Secretaria de Saúde do Paraná (2011-2012) e vereadora em Curitiba (2012). Michele Caputo Neto tem vínculos de confiança de longa data com Beto<sup>142</sup>.

---

<sup>142</sup> Comentário de Beto Richa em seu perfil do Facebook: “O ex-secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto, reuniu amigos nesta noite, no bairro curitibano de Santa Felicidade, para marcar a arrancada de sua campanha a deputado estadual. Convivemos por anos e juntos conseguimos melhorar a área de saúde no Paraná, com investimentos vigorosos e a implementação de programas de atendimento à população. Desejo uma exitosa caminhada ao amigo Michele! Parabéns pelo belo e concorrido encontro!” (RICHA, 2018)

As conexões de parentela mais importantes são aquelas que interseccionam campos de poder díspares, formando uma rede dotada de capitais múltiplos, ampla área de atuação sincronizada e complementar e de expressiva troca de favores e interesses. Fazem-se verdadeiras essas relações quando analisamos a parentela e a sobreposição de capitais dos Vieira Richa: Avelino Vieira e Tomaz Edison Vieira de Andrade (pai e filho) foram os protagonistas do capital bancário oriundo do Bamerindus; José Eduardo Vieira de Andrade (filho de Avelino) foi senador e ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo; Maria Christina de Andrade Vieira (filha de Avelino), presidente da Associação Comercial do Paraná, do Conselho da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná e da Fundação Cultural de Curitiba; Juliana de Andrade Vieira (filha de José) e o casal Alessandra Andrade Vieira e José Nicolas Mejia (filha e genro de José) são os acionistas do Grupo Folha de Comunicação (jornal Folha de Londrina, Folha Classificados, Multi TV, Grafipress).

Pelo lado dos Richa, José Richa (patriarca) foi governador do Paraná, José (Pepe) Richa (filho de José) foi secretário de Infraestrutura e Logística e diretor-financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Paraná; Adriano Richa (filho de José) é proprietário do Cartório de Registro de Imóveis, em Campina Grande do Sul/PR; Morgana de Almeida Richa (esposa de Adriano), juíza do Tribunal Regional do Trabalho/9; Fernanda Vieira Richa (esposa de Beto) foi secretária da Família e Desenvolvimento Social do Paraná e presidente da Fundação de Ação Social; Marcelo Vieira Richa (filho de Beto e Fernanda), ex-secretário de Esportes e Lazer de Curitiba; Adhemar Vilela (avô materno de Beto) foi presidente da Câmara de Vereadores de Jandaia do Sul (1959-1960).

É interessante também agregar a essa convergência de campos dos Vieira Richa, uma breve reflexão sobre toponímia “estruturação dos motivos ou das fontes geradoras dos nomes de lugares”. (DICK,1997,p.22) que extrapola uma análise linguística e vai tomar corpo em dimensões políticas e sociais.

A análise dos capitais da parentela em questão que foram homenageados pelo Estado por nomes de escolas, ruas, avenidas, pontes e aeroporto é uma forma de mapear as lutas e disputas na sociedade paranaense. As denominações dos bens públicos/privados passam por um processo de dominação simbólica (BOURDIEU,1996), na qual as escolhas têm um viés elitista e de classe dominante, projetando ainda mais a flacidez de atuação dessa parentela:

- Rod. Avelino Vieira (PR-422; BR-272)Paraná
- Contorno Gov. José Richa, em Curitiba;

- Rua Avelino Vieira, em Engenheiro Beltrão;
- Rua Avelino Vieira, em Curitiba;
- Bairro Avelino Vieira, em Londrina;
- Rua Cons. Avelino Vieira, em Tomazina;
- Av. Avelino Vieira, em Wenceslau Brás;
- Av. Avelino Vieira, em Arapoti;
- Av. Avelino Vieira, em Pinhais;
- Av. Tomaz Edison de Andrade Vieira, em Pinhais;
- Rua Luiz Antônio de Andrade Vieira, em Curitiba;
- Trincheira José Richa, em Foz do Iguaçu;
- Praça Avelino Vieira, em Londrina;
- Escola Estadual José Richa, em Curitiba;
- Colégio Estadual Avelino Vieira, em Curitiba;
- Colégio Estadual Tomaz Edison A. Vieira, em Maringá;
- Escola Municipal Educação Especial Tomaz Edison, em Curitiba;
- Centro Educação Infantil José Richa, em Londrina;
- Sala Avelino Vieira, no Centro de Cultura de Ponta Grossa;
- Centro Cultural Avelino Vieira, em São Miguel do Iguaçu;
- Sala Avelino Vieira, no Hospital Evangélico, em Curitiba;
- Centro de Esporte e Lazer Avelino Vieira, em Curitiba;
- Ginásio de Esporte José Richa, em Guaratuba;
- Ginásio de Esporte Senador José Richa, em Corbélia;
- Hospital Regional Gov. José Richa, em Guarapuava;
- Hospital Reg. do Vale do Ivaí Gov. José Richa, em Ivaiporã;
- Unidade Básica de Saúde José Richa, em Munhoz de Mello;
- Unidade Básica de Saúde José Richa, em Balsa Nova;
- Centro de Juventude José Richa, em Almirante Tamandaré;
- Sala de leilões Avelino Vieira, em Londrina;
- Sala Luiz A. Andrade Vieira, Clube Curitibano, Curitiba;
- Usina Hidrelétrica Governador José Richa, em Capitão Leônidas Marques;
- Aeroporto Governador José Richa, em Londrina;
- Ponte José Richa, em União da Vitória.

Nota-se assim que o poder simbólico da parentela Viera Richa (os integrantes de laços sanguíneos, agregados, amigos e afilhados) está esgarçada em diversos campos do poder (midiático, cartórios, executivo, judiciário, legislativo, autarquias, estatais, escritórios de representação, instituições financeiras e empresariais), formando uma grande teia de relacionamento e de sustentação, caracterizando-se por clientelismo, patrimonialismo, nepotismo e corrupção.

Por fim, é importante destacar que a sociologia feita por meio dos estudos pormenorizados de biografias e genealogias de agentes protagonistas da elite revelam conexões privilegiadas e importantes entre as estruturas do Estado e as parentelas dominantes no escopo político vigente, estruturas essas de poder praticamente indissociáveis. Convém também grifar que estudar classes dominantes e tradicionais é muito mais difícil do que abordamos aspectos da classe baixa, pois essas têm a necessidade de projetar sua voz, suas demandas socioeconômicas e mazelas cotidianas. Além disso a elite tem o poder de fala, de dissimulação, estão inseridas nas estruturas do Estado, a lei quase sempre ao seu lado, tem a capacidade de produzir apagamentos seletivos e exercer corporativismo entre seus pares. Acrescento ainda, a despeito da dificuldade, que pesquisar as classes ricas faz-nos compreender melhor as causas históricas da pouca mobilidade social entre as classes, onde pobres continuaram pobres e ricos, da mesma forma. Os capitais (e a falta deles) continuam circunscritos aos mesmos grupo e o deslocamento vertical somente ocorre em casos excêntricos, além disso encerro essa seção com indícios de que a família/parentela são estruturas que favorecem a cisão da hegemonia e perpetuação dos antagonismos da ordem social.

#### 4.7. QUEM É QUEM NO SISTEMA? COM IDENTIFICÁ-LO?

“O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas *o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam [...].*” (LEAL, 1980, p.13, grifo meu).

Partindo dessa citação de Vitor Nunes Leal, já utilizada previamente, é possível verificarmos que o coronel (tanto o tradicional quanto o inserido no coronelismo eletrônico) não exclusivamente é protagonista das ações, como já fora estudado em capítulo anterior, haja vista que o detentor do *status* de dominância local pode ter outra posição e função social díspar a de coronel mandão local. Sobretudo, o que importa agora é entendermos quem são os agentes

componentes deste sistema complexo, quem é o “coronel” e como eles interagem entre si e no campo de disputa midiática de forma mais detalhada.

A identificação dos atores, ora comentada sucintamente no item 3.3.2 *Locus* de atuação sistêmica, requer uma análise mais detalhada e pormenorizada de uma rede de poderes e de capitais múltiplos e transitórios. Entender quem são os personagens protagonistas, periféricos e antagonistas do sistema coronelismo eletrônico requer uma análise de critérios sociais (parentelas), econômicos e políticos de forma global, incluindo sempre uma visão articulada de relações locais, regionais e nacionais.

Formular uma metodologia de diagnóstico do sistema coronelismo eletrônico e de seus atores carece em demasia de estudos a fim de solidificar o percurso epistemológico do conceito no escopo das ciências sociais. Suzy dos Santos (2019, não publicado) baseada em leitura da administração pública de BRIKENKERHOFF e GOLDSMITH (2002) que propuseram, de forma pioneira e ainda embrionária, um quadro esquemático de identificação, tanto dos agentes quanto do sistema. Baseado neste texto preliminar, este autor propõe critérios adicionais para facilitar a identificação do sistema e dos personagens envolvidos diretamente ou não nesse caleidoscópico coronelismo eletrônico.

#### Critérios de identificação do sistema e dos agentes do coronelismo eletrônico

▪ Existem políticos que foram eleitos em razão da conversão do capital midiático (apresentador, cantor, dono de emissora, comentarista) para o campo político? Eles têm expressão política? Qual o vínculo deles com o proprietário (preposto ou oficial) da rádio/TV?

▪ No rol de funcionários de uma emissora de rádio/TV, existem funcionários que ocuparam ou ocupam cargos políticos (prefeitos, secretários, deputados)? Qual seu posicionamento político e ideológico?

▪ Os políticos são proprietários/diretores de emissoras de radiodifusão locais, têm parentes ou prepostos nessa função? Quais parentes? Quem são os prepostos? Eles têm vínculos com a rádio/TV?

▪ Quem são os proprietários das emissoras de rádio e TV locais? Eles têm vínculos formais/informais com políticos (ou seus parentes) locais, regionais ou nacionais?

▪ Os proprietários de rádio/TV têm vínculos com partidos políticos ou associações de classe, conselhos, lideranças comunitárias ou sindicatos? Quem são os integrantes desses grupos de poder?



▪ Existe algum conselho de comunicação municipal ou estadual no local? Qual a sua composição e seu vínculo com a população e o Estado?

▪ Quem são os candidatos dos proprietários de emissoras de rádio e TV nas eleições? Essa opção é velada? O editorial e os enquadramentos noticiosos são evidentes?

▪ Durante campanhas eleitorais, as emissoras de rádio/TV respeitam a legislação?

▪ Houve financiamento eleitoral de candidatos pelas emissoras de rádio/TV ou por outra empresa com vínculos ao capital social da rádio/TV?

▪ Existem casos de denúncia de vendas de matérias, manipulação de notícia ou desrespeito ao direito de resposta em período de campanha eleitoral? Para quem se destinou as notícias? Quem são os jornalistas envolvidos e quais os seus destinos após o pleito?

▪ Existe perseguição a jornalistas, radialistas, comentaristas e apresentadores de TV no local antes, durante e após as eleições?

▪ Houve alteração no capital social, no número de empregados ou no patrimônio da emissora? O proprietário (ou parente) da rádio/TV passou a ocupar função pública (assessoria, secretaria, conselho curador/administrativo etc.) após a eleição?

▪ Os proprietários de rádio/TV têm negócios/propriedades rurais?

▪ As emissoras recebem verbas do governo municipal, estadual ou federal com rubrica destinadas à publicidade? Os serviços prestados com essa verba são de agências de publicidade? Quem são os donos? Há vínculo pessoais entre os governo, agências e emissoras?

▪ A emissora de rádio/TV veicula publicidade do governo municipal/estadual?

▪ Os proprietários de rádio/TV têm outras fontes de renda? Há vínculos pessoais ou econômicos entre essas fontes de renda e o governo?

▪ Qual o perfil do meios de comunicação de radiodifusão no local? É monopolizado? Quais famílias dominam o status quo local? Qual foi o percurso para adquirir o patrimônio midiático vigente?

▪ Existe vínculos diretos da parentela/família do candidato com emissoras?

▪ As rádios e TV se autossustentam? Quais são suas fontes de renda?

▪ Existe na região sublocação de programação de rádio? Quem são os envolvidos?

Cabe destacar que esses tópicos são propostas ainda embrionárias de uma tentativa de criar uma metodologia de identificação do sistema coronelismo eletrônico advindas de leituras, experiências e observações (incluindo a parentela de forma inicial) deste pesquisador ante à ocorrência de alguns casos empíricos regionais e nacionais que carecem de mais evidências e fatos concretos.

## 5. PARENTELAS EM QUERELAS (NADA) RASTAQUERAS

Nesta etapa da pesquisa será aprofundado o caminho de confirmação das hipóteses de que o coronelismo eletrônico é um fenômeno corrente e característico do sistema midiático comercial brasileiro; as empresas midiáticas são dependentes do sistema político nas questões de fomento; a família, a parentela, patrimonialismo e o clientelismo são estruturas indissociáveis para a sustentação do sistema coronelismo eletrônico e, sobretudo, que esse conceito tem sua inserção e suas manifestações no estado paranaense.

Sendo assim, serão estudadas de forma empírica cinco famílias que integram o oligopólio das redes de comunicação (Petrelli, Massa, Meneghel, Cunha Pereira e Chede) no estado e que têm no campo midiático um dos seus principais capitais simbólicos, além de serem personalidades bem articuladas em diversos espaços da esfera pública tripartite. O recorte temporal desse estudo se deu a partir de meados da década de 1980, coincidindo com a transição gradual para a Nova República, época do surgimento do coronelismo eletrônico, exceção feita à família Chede em função de ter sido a pioneira da instalação da televisão no estado paranaense. A opção pelos Cunha Pereira e Petrelli se deveu por serem famílias dominantes tradicionais, bem como pelo protagonismo na radiodifusão comercial, pelo histórico no campo midiático e pela articulação das famílias com as estruturas do Estado. Os Massa se encaixam no aspecto antagônico, é uma família outsiders e periférica, tendo um crescimento exponencial para além do Paraná e pela inserção célere na seara política. Já os Meneghel, a opção se deveu pela escassez em pesquisa genealógica dessa família dominante, por terem influência destacada no norte do Paraná e por terem diversos capitais em investimento, inclusive o midiático.

Sigo um roteiro de estudo para cada família ora mencionada que consta, em geral, de uma análise biográfica individual e da trajetória empresarial, midiática e política, seguida de uma esboço de montagem de linhas genealógicas dos ascendentes e descendentes de Mário Petrelli, Carlos Roberto Massa, Serafim Meneghel, Francisco Cunha Pereira e Nagib Chede, passando por um análise das relações de patrimonialismo e de clientelismo e terminando com um estrato de representação gráfica das relações interpessoais, institucionais e de influência dos protagonistas familiares. Convém ressaltar que o estudo biográfico extrapola a simples contação da história pessoal de vida do personagem, ela visa percorrer os espaços sociais que os sujeitos ocuparam, os grupos aos quais pertencem ou pertenceram, os capitais acumulados na duração do tempo, o ingresso no campo, a dinâmica de ocupação de espaços, as estratégias utilizadas, a trajetória de construção imanente do habitus e a moldagem do seu *ethos* de classe.

Serão utilizadas como chaves investigativas, por ocasião da análise de clientelismo, patrimonialismo, família e parentela, alguns critérios de identificação do sistema coronelismo eletrônico - verbas públicas de rubrica publicitária, contratos e licitações públicas, patrocinadores e patrocínios, sociedades, empresas familiares dos concessionários de radiodifusão, partidos políticos, campanhas eleitorais, enquadramento noticioso prévio e durante pleitos eleitorais e os comunicadores de emissoras radiodifusão.

## 5.1 A AGENDA DE MÁRIO

Um preâmbulo sobre a relevância de Mario Petrelli no contexto midiático e político no estado paranaense já fora feito, cabe agora aprofundar a influência do fundador e presidente emérito dos grupos RIC (Rede Independência de Comunicação) e ND (Noite e Dia), maior conglomerado regional de comunicação da região sul do país.

Invertendo a ordem sucessória e natural do tempo cronológico, dou início a exploração de sua relevante biografia de amplitude nacional que sobrepõe os campos midiático, político e empresarial partindo do seu recente falecimento<sup>143</sup> e do consequente e extenso necrológio que lhe foi direcionado. Durante o programa vespertino Balanço Geral Santa Catarina, da ND TV (POLITO, 2020), a cobertura da morte do fundador do grupo foi mote de exclusividade durante mais de três horas de duração. Prestaram testemunhos exitosos e de homenagens personalidades de destaque nacional, regional e local de searas da política executiva e legislativa, judiciária, empresarial, eclesiástica, midiática e de entidades de representação de classe, como por exemplo: os ex-presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, senadores Álvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns (PR) e Paulo Bauer e Esperidião Amin (SC), ex-ministro Reinhold Stephanes e Sergio Moro, governadores Ratinho Júnior e Paulo Pimentel (PR), deputados federais Pimenta da Veiga (MG) e Coronel Armando (SC), prefeitos Rafael Greca (Curitiba), Mário Hildbrandt (Blumenau), Gean Loureiro (Florianópolis), Clésio Salvaro (Criciúma) e Volnei Morastoni (Itajaí), vereador Thiago Morastoni (Itajaí), procurador da justiça federal Georgiano Melo e Silva, Cesar Gomes Junior (presidente da empresa de cerâmica Portobello), empresário Luciano Hang (dono rede Havan), Neivor Canton (vice-presidente Aurora Alimentos), Silvano Silva (presidente ACAERT), Michel Micheleto (presidente AERP), empresário e apresentador Ratinho, Rafael Horn (presidente OAB/SC),

---

<sup>143</sup> No dia 22 de abril de 2020, aos 84 anos, em razão de uma parada cardíaca decorrente de uma hemorragia durante procedimento de endoscopia.

Avelino Lombardi (presidente Associação Comercial de Blumenau), Carlos Valter (presidente FIEP), Ulrich Kuhn (vice-presidente FIESC), Lodi Sodré (Sindicato de Seguros de Santa Catarina), Luiz Trabuco (presidente do Conselho do Banco Bradesco), Joel Malucelli (presidente-fundador do Grupo JMalucelli), entre outros, totalizando mais sessenta testemunhos.

Mário José Gonzaga Petrelli, “doutor Mário”, era tido como um hábil articulador empresarial e político, ou nas palavras de seu primogênito, Leonardo Petrelli, “Mário era um animal político”. (PILATO, 2020). Essa assertiva pode ser corroborada em diversas passagens:

[...] a minha grande frustração é não ser político [risos], mas faço política dia e noite [risos], vivo politicamente. [...] Eu tinha um relacionamento político, um relacionamento pessoal muito grande. [...] Minha incursão na vida pública foi decorrência do entusiasmo que eu sempre tive por política. Eu sempre convivi com a classe política. Eu sou um admirador da classe política. (PETRELLI, 2007, p. 2; 32; 53).

[Jornal Diarinho] - Falando em eleições, o senhor apoia algum grupo político para as eleições deste ano [2010]?  
[Petrelli] – Eu me dou com todos, respeito todos, sou amigo de todos, converso com todos. (PETRELLI, 2010).

[...] Porque eu não quero deixar de fazer uma incursão pela parte política, que eu vivia sendo convidado. O Ney Braga me convidou, o Jorge Bornhausen me convidou, e eu sempre participei. E ativamente. Só não tinha voto porque não corria, podia ser que tivesse. (PETRELLI, 2007, p.53-54).

Petrelli tinha uma agenda empresarial e política bastante extensa, com voos quase que semanais de Florianópolis a Brasília. Mesmo sem nunca ter disputado cargo no executivo ou legislativo, *sempre foi um articulador político*”. (RIBEIRO, 2020<sup>a</sup>, grifo meu).

[...]politicamente um coordenador com uma habilidade perfeita” (MALUCELLI,2020)

Sempre envolvido com a vida política do país, a casa do fundador do Grupo RIC, na capital paranaense, costumava ser palco de discussões que decidiam a vida política estadual. (BERTICELI, 2020).

O empresário de comunicações Mário Petrelli, 82, é um integrante seleta da política nacional, mesmo nunca tendo disputado um mandato. (HAYGERT, 2018, p. 313).

Mario Petrelli teve sua trajetória pessoal e profissional balizadas pelos ditames da economia de mercado que teve como predicados negócios no mercado securitário, na radiodifusão comercial, no regionalismo informativo e na articulação política-empresarial em todas as esferas, caracterizando-se pelo empreendedorismo, trânsito fluido, vasta relação de amizades e pioneirismo.

Seu vínculo com a comunicação se inicia ainda como estudante de Direito na Universidade do Paraná<sup>144</sup>, em meados de 1950. Nesse período, exercia funções de “foca”, fazia a cobertura jornalística e a elaboração de relatório das atividades parlamentares das sessões da Câmara de Vereadores de Curitiba, pelo jornal vespertino *A Tarde*, e da Assembleia Legislativa do Paraná. pelo jornal matutino *O Dia*. Todavia não se considerava jornalista (PETRELLI, 2019), profissão essa que seu tio Giuseppe Petrelli exercia no segundo maior jornal da região italiana de Nápoles - o *Corrieri di Napoli* - e que seu irmão Armando Petrelli se destacava – foi coproprietário, no final da década de 1920, em Curitiba, no impresso diário *A Tarde* (homônimo daquele que seu irmão trabalhara).

Já como empresário midiático, sua trajetória teve origem, em 1975, quando já era um destacado empresário do ramo securitário, com a aquisição da rádio Floresta Negra, em Joinville, e das rádios Curitibanos e Guairacá, em Curitiba. No ano seguinte, se volta para o nicho televisivo e compra a TV Cultura (Tupi), em Florianópolis, cassada logo em seguida, e a TV Coligadas (Globo), em Blumenau (atual NSC TV Blumenau), primeira estação de televisão catarinense, fundada em 1969. Essa em sociedade com o amigo João Saad (proprietário do Grupo Bandeirantes), após desentendimento entre os ex-sócios Flávio Rosa, Caetano Deeke de Figueiredo e Wilson Luiz de Freitas Melro<sup>145</sup>. Para a sociedade anônima se concluir, a negociação incluiu também o Jornal de Santa Catarina (Blumenau), atualmente extinta versão impressa, e a loja de venda de aparelhos de televisões – Tevelândia. Adquire também nesse período, o Diário do Amanhã que foi vendido em 1982. (PETRELLI, 2010,2012).

Em fevereiro de 1979, compra o periódico *Diário do Paraná*<sup>146</sup> da família Martinez em razão das dificuldades financeiras do jornal e recebe a concessão da TV Barriga Verde (Bandeirantes), hoje TVBV, em Florianópolis, que logo em seguida foi transferida a Ivan Bonatto, parente da renomada família Bonato - Brandalise (Grupo Perdigão), sem custos e de forma simbólica (MARTINS, 2018a).

Cinco anos depois inaugura a TV Cultura – Canal 12, primeira emissora de TV em Chapecó, afiliada do recém-inaugurado SBT, por meio de prepostos (seus funcionários), emprestando dinheiro a Ernani Prazeres, Fernando Faria e Hélio Guerreiro (PETRELLI, 2010).

---

<sup>144</sup> A Universidade Federal do Paraná era nominada Universidade do Paraná, até 1950, ano em que foi federalizada e passou a se chamar UFPR.

<sup>145</sup> O jornalista Moacir Pereira afirmou à pesquisadora Dulce Cruz, em entrevista, em 7 de dezembro de 1992, que a TV Coligadas pertencia a Mario Petrelli, que nunca a visitou, deixou nas mãos do primogênito (HAYGERT, 2018), e ao então governador do Estado e seu amigo, Jorge Bornhausen (CRUZ, 1996, p. 75).

<sup>146</sup> Em 23 de janeiro de 1983, foi fechado o periódico após requerimento de falência assinado pelo Dr. Mário

Em 1985, adquire junto com seu filho Leonardo Petrelli e Silvio Name, empresário, suplente de senador e então diretor do Banco de Desenvolvimento do Paraná, a Rádio Independência AM, a FM 104 (atual Jovem Pan Curitiba) e a TV Vanguarda (Manchete), Canal 12, em Cornélio Procópio, hoje RIC Londrina<sup>147</sup>, avaliadas em 5 bilhões de cruzeiros. Oriovisto Guimarães, atual senador e principal proprietário do Grupo Positivo vendeu as emissoras, mas manteve sua posição acionária. (FORTES JUNIOR, 1985).

A unificação das empresas sob a bandeira RIC - Rede Independência de Comunicação e a inauguração da TV Independência – Canal 7, em Curitiba, e a da TV O Estado, Canal 4, em Florianópolis (atual NDTV Florianópolis), bem como a criação de uma parceria com a TV Planalto de Lages, da família Brandalise, ocorreram em 1987. Ano seguinte, em dezembro, Petrelli inaugura a terceira emissora no Paraná, a atual RIC Maringá.

Os empreendimentos na radiodifusão continuaram, em 1989, compra a segunda emissora em Chapecó – TV O Estado, Canal 12 (hoje NDTV Chapecó). Ano seguinte inaugura a geradora da Rede Manchete de Televisão em Toledo (atual RIC Cascavel)<sup>148</sup>, fechando o quadrilátero das atuais emissoras, junto com o empresário e advogado tributarista Augusto Prolik e o ex-deputado federal Joaquim dos Santos Filho<sup>149</sup>. A transação envolveu a quantia de três milhões de dólares. (OLIVEIRA, 1989).

Nos anos subsequentes, dissolve a parceria com a TV Planalto; adquire a TV Cidade dos Príncipes – Canal 8, em Joinville (atual NDTV Joinville); inaugura a TV Vale do Itajaí. Em 2000, um marco importante - todas as emissoras de TV da família Petrelli migram e passam a transmitir exclusivamente a programação da Record. Quatro anos depois, em dezembro, foi a vez de Blumenau ter uma concessão de Mário Petrelli – hoje NDTV Blumenau.

No ano de 2008, inaugura a TV TOP, em Blumenau e, no dia 1º de fevereiro, ocorre a unificação das TV do Paraná e Santa Catarina sob a bandeira Record. Ocorre a entrada das recém-adquiridas TV Itajaí e Xanxerê, além da Record News, ao grupo midiático dos Petrelli.

E como último marcador temporal nesse estrato histórico, em 2019, o grupo RIC, antes integrado nos estados paranaense e catarinense, cindiu seus ativos, dando origem ao Grupo ND,

---

<sup>147</sup> Os estúdios ficam em Londrina, mas o sinal é gerado pela antena localizada em Cornélio Procópio (geradora), endereço oficial da concessão, cerca de 60km de distância.

<sup>148</sup> Mesma analogia entre as cidades vizinhas sede do estúdio (Cascavel) e da geradora (Toledo).

<sup>149</sup> Deputado federal (PDS/PR), por três mandatos (74-79,83-87 e 99-02), integrante da CCTCI e de parecer manifesto contrário à Emenda Constitucional Dante de Oliveira. Presidente da Caixa Econômica Federal e diretor-presidente do Grupo Independência de Comunicação (99-02) (CPDOC,2020c)

sede Florianópolis, cuja presidência executiva passou a ser de Marcello Petrelli, irmão de Leonardo Petrelli que se manteve à frente do Grupo RIC, no Paraná<sup>150</sup>.

Desta forma, os dois conglomerados midiáticos alcançam a cobertura de 92% dos domicílios no Paraná e 100% em Santa Catarina (RECORD TV, 2020)<sup>151</sup> e se estruturam nos dois estados na seguinte configuração (figura 5):

FIGURA 5 - ARQUITETURA DA COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RIC E ND



FONTE: Site grupos RIC e ND (set. 2020)

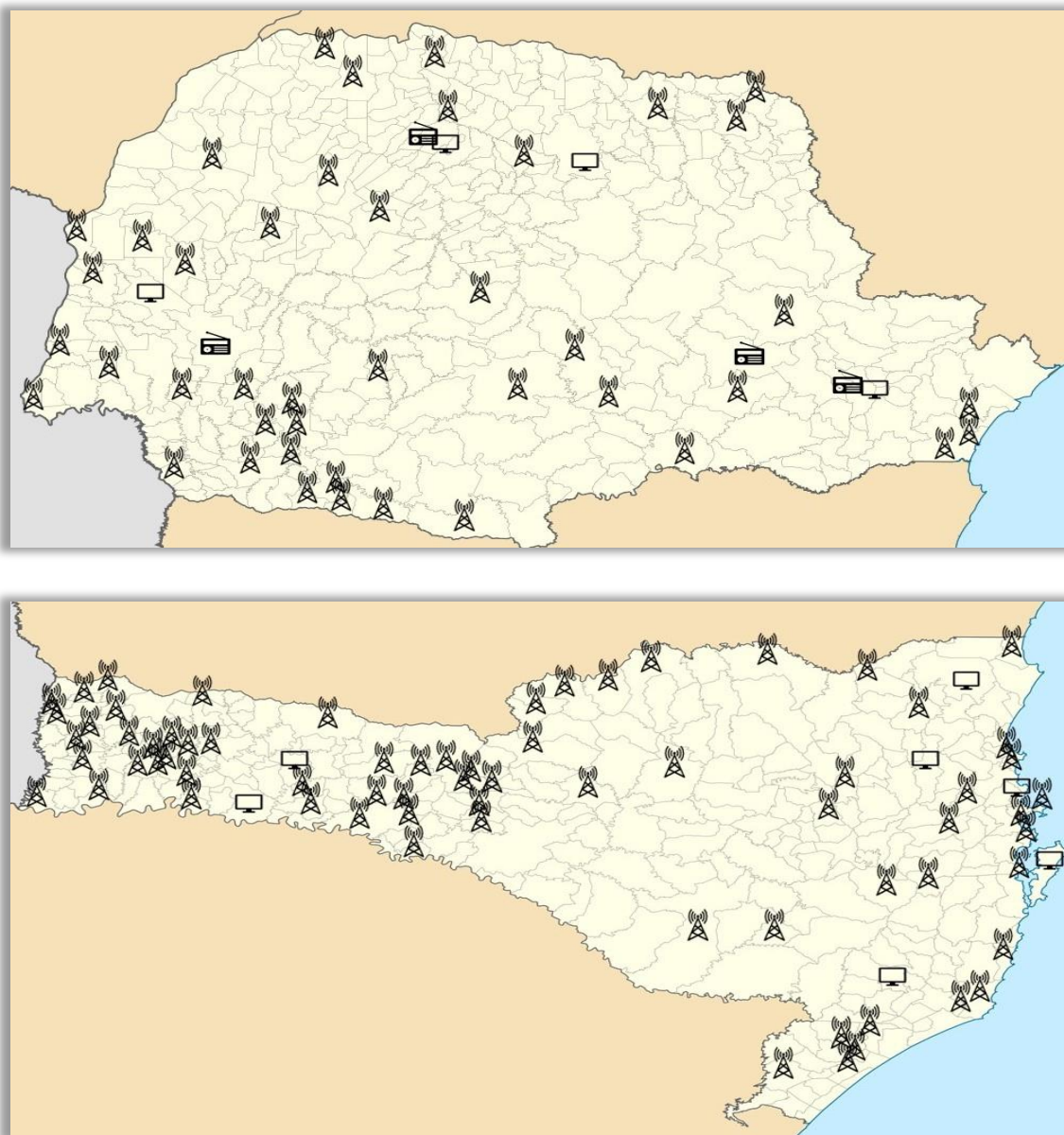
É relevante destacar que, na formação da rede televisiva comercial em ambos os grupos midiáticos, existem também retransmissoras de televisão (RTV) em diversos pontos dos estados, facilitando a distribuição de capitais políticos e econômicos, aumentando o nível de audiência e ampliando a malha de cobertura da rede (figura 6) ou nas palavras de AIRES e SANTOS (2017, p.69), essa amplitude de demarcação espacial da comunicação promove a

<sup>150</sup> Informações não oficiais sustentam que a cisão do Grupo ocorreu por questões de desavenças familiares internas entre os irmãos Marcelo e Leonardo.




<sup>151</sup> Essa métrica institucional, baseada em dados da Kantar Ibope Mídia| IPC 2020, não levou em consideração a cisão dos Grupo RIC em RIC PR e ND.

garantia de incentivos fiscais, financeiros e de publicidade oficial; a proteção dos mercados locais contra os predadores comerciais; cria importante ferramenta de construção simbólica; controla fluxos de informação (podendo inclusive colocar a desinformação como estratégia política) e gera arma contra inimigos concorrenciais.

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMISSORAS RÁDIO/TV/RTV DOS GRUPO RIC E ND<sup>152</sup>



FONTE: Lista de diretores/proprietários rádio/TV comerciais (MCTCI,2018c) e Sites RIC/ND

NOTA:  RÁDIO  RETRANSMISSORA  EMISSORA TV

<sup>152</sup> Os dados do gráfico referentes aos estados paranaense e catarinense foram extraídos de planilha divulgada pelo MCTIC (2017) que não se encontra mais disponível no sítio institucional. Em consulta feita, via Lei de Acesso à Informação, ao Ministério, em 2020, foi requerida relação nominal dos proprietários de emissoras/retransmissoras a fim de atualizar a anterior. Com relação à retransmissoras não foi possível, pois “as retransmissoras de televisão não precisam aprovar o seu quadro societário perante o Poder Concedente” (MCTIC, 2020). Por fim, cabe destacar que há integrantes da família Petrelli que são sócios de outras rádios, todavia não integram o Grupo ND (ver quadro 26 - capital econômico do núcleo familiar de Mário José e Dircéa Petrelli)



Entretanto, foi em função do seu pioneirismo em investir no mercado securitário (seguro, previdência e capitalização), em 1963, sobrepostos aos laços familiares, amizades influentes e seu conhecimento da vida política que Mario Petrelli adquiriu lastro financeiro suficiente na área para formar e desenvolver o Grupo RIC, chegando inclusive a obter projeção nacional, fácil acesso e trânsito a diretores de instituições de Estado, agentes políticos e interesses empresariais. Entre suas diversas funções, ressaltam-se:

- Secretário, Vice-presidente e Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Paraná, por cerca de cerca de 20 anos;

- Diretor Executivo Nacional e, antes, Vice-diretor Sul do Grupo Boavista de Seguros. Foi chancelado na instituição como “Vice-Rei do Sul do Brasil” (PETRELLI, 2019) pelo proprietário, de quem se tornou grande amigo, Antônio Carlos de Almeida Braga<sup>153</sup>, da Companhia Atlântica que comprou a Boavista Seguros. No início dos anos 80, a empresa fundiu-se ao Bradesco Seguros e “Braguinha” tornou-se então, além de um dos maiores acionistas e presidente do Bradesco, dono do maior banco privado à época;

- Diretor Executivo e Vice-presidente Executivo de Produção e Comercialização do Grupo Atlântica-Boavista de Seguros - maior grupo segurador da América Latina. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1971);

- Idealizador e responsável pelo projeto de implantação do Seguro Saúde Bradesco;

- Vice-presidente do Bradesco Seguros;

- Diretor de Crédito Comercial e Indústria do Banco do Brasil, nos governos presidenciais de Tancredo Neves e José Sarney, indicação do Partido da Frente Liberal, a despeito das críticas, tais como - “ele [Mario Petrelli] representa um ‘perigo’ para o Banco do Brasil, já que, até recentemente, era diretor do Bradesco, ‘um concorrente terrível’” (JORNAL DO BRASIL, 1985) e “é a nomeação de um concorrente terrível, que virá não para servir ao

---

<sup>153</sup> “Braguinha” tem nos ascendentes e descendentes familiares um fator determinante na amplitude e na diversidade de conexões e de capitais simbólicos, favorecendo o grande poder político e econômico que detém nacionalmente até hoje. Casou-se pela primeira vez com Silvia Mello Franco Nabuco (cujo tio materno, Afonso Arinos, foi senador (RJ) e ministro das Relações Exteriores). É neta paterna de Virgílio Martins de Mello Franco, senador (MG) e neta materna de José Cesário Faria Alvim, primeiro presidente de Minas Gerais na República. Casou-se novamente com Luiza Eugênio Konder, cujos ascendentes sanguíneos ocuparam funções públicas, tais como chefe do executivo municipal (Itajaí), deputado federal (SC), ministro de estado de Viação e Obras Públicas (governo Washington Luís), senador (SC), governador (SC), ministro STF (Evandro Lins e Silva), na diplomacia, na Academia e na imprensa. A filha mais velha deste matrimônio, Joana Almeida Braga, casou-se, em 2006, (e já se separou, em 2014) com Arnon de Mello, filho do ex-presidente Fernando Collor de Mello, “em Nassau, na Igreja St. Paul the Apostle, que fica dentro do condomínio Lyford Cay – onde também está a casa [dos pais da noiva] [...] foi quando a cantora Simone mostrou o poder de sua voz com ‘Eu sei que vou te amar’. Há quem diga nunca ter visto Simone tão emocionada!” (GENEALL, 2007). Ao sair do Bradesco, Braguinha montou seu próprio banco, inicialmente uma distribuidora criada apenas para cuidar da fortuna pessoal da família Almeida Braga, o Banco Icatu, que se tornou 41º do país por tamanho de ativos e o terceiro em rentabilidade entre os 50 maiores, com um lucro de US\$ 30 milhões, em 1994 (PAULINO NETO, 1994).

Banco do Brasil, mas para levar ao Bradesco cadastros, métodos de trabalho e clientes do BB [...], é um cavalo de Tróia [...]”. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1985);

▪ Idealizador e presidente-fundador (1990) do Grupo Roma Seguradora, em sociedade com as Organizações Roberto Marinho<sup>154</sup>, Golden Cross e o grupo Moinho Santista (por meio da Vera Cruz S/A). Em 2000 as Organizações Globo entraram no processo de vender todos os ativos que não eram de comunicações e a seguradora foi vendida para a Mapfre, em 2006;

▪ Fundador da Seguradora Golden Cross;

▪ Cofundador da Brasilcap do BB e membro do conselho fiscal por sete anos;

▪ Presidente da Pátria Companhia de Seguros Gerais;

▪ Presidente do Conselho de administração a APESC (Associação de poupança e empréstimo de SC);

▪ Diretor e membro do Conselho de Consultivo da Icatu Hartford Seguros Previdência e da Icatu Hartford Capitalização e membro do Conselho Consultivo do Grupo Icatu-Itaboraí Participações S/A;

▪ Membro do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização;

▪ Fundador do Top Club Turismo Organização e Previdência, em 1966, e que em 1970 foi transformado em Top Clube Bradesco, quando destacou-se, na década de 1980, como a maior apólice aberta de Seguro de Vida do mundo, com 1,6 milhão de segurados;

▪ Vice-presidente da ex-Fenaseg, atual Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Entre outras funções desempenhada na sociedade civil, podem ainda ser citadas a de presidente da Ericson do Brasil, no início da década de 1980, maior empresa de telecomunicações do país, mesmo período de seu mandato na vice-presidência do grupo Atlântica Boavista Seguros, e presidente do Conselho de Administração da Triunfo Máquinas e Sistemas Reprográficos.

Todavia, o dono da agenda mais importante do país não recebeu tamanha deferência à toa, sua rede de amizades<sup>155</sup> proporciono-lhe ocupar cargos de relevância na arena política:

---

<sup>154</sup> De acordo com João Elísio Ferraz de Campos, presidente do PFL-PR, "Mário Petrelli é tão polivalente que já chegou a ter concessão da Manchete no Paraná e do SBT em Santa Catarina, ao mesmo tempo em que presidia a seguradora do Roberto Marinho (Roma)." (MICHAEL,2000)

<sup>155</sup> Curiosamente, Mario Petrelli, nas diversas entrevistas acompanhadas durante essa pesquisa (ver nas referências), empregou as palavras “amigo” e “amicíssimo” com bastante frequência ao se referir a diversos nomes de personalidades locais, regionais e nacionais dos diversos campos de poder. Demonstrava com esta prática, na visão deste pesquisador, se posicionar em um local de dominância e de ascendência na relação, bem como ressaltar sua ampla influência.

- Presidente do Centro Estudantil do Colégio Estadual do Paraná, em 1951;
- Transitava na década de 1960 entre o PSD e a UDN. Depois do período militar passou pela diretoria do PDS e, em seguida, foi da dissidência que criou o PFL;
- Diretor da Companhia de Divulgação do Estado de Santa Catarina (Dicesc), no mandato governamental de Antônio Konder Reis (1975-1979);
- Integrante suplente do Diretório Municipal do partido Arena, biênio 1975-76;
- Membro do diretório estadual do PDS (1980-85) e do PFL;
- Em 1992, foi chefe de gabinete de Jorge Konder Bornhausen, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República (Collor);
- Um dos coordenadores financeiros da campanha de reeleição de FHC em 1988;
- Cogitado várias vezes para concorrer a cargos em eleições majoritárias nos estados PR e de SC;
- Em 2006, foi designado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), como suplente de João Elísio Ferraz de Campos<sup>156</sup>;
- Concorreu oficialmente somente uma vez, postulou ao cargo de senador pelo Paraná, conforme passagem descrita abaixo:

Mário Petrelli (M.P.) - Eu fiz uma incursão em uma eleição em que eu não devia ter feito. O meu oponente era o *meu maior amigo*, o José Richa. O Ney Braga *era um grande amigo meu*... Ele só trabalhou em atividade privada comigo, nunca aceitou trabalhar com mais ninguém. Em um determinado momento, o Ney disse para mim: “Você tem que concorrer ao Senado, você e o Túlio [Vargas, deputado federal]”. Eu disse: “Olha, eu não vou me meter em eleição de jeito nenhum...”.

Fernando Lattman Weltman (F.W.) - O senhor já começou com a eleição no Senado?!  
M.P. - E aí ganhamos, mas perdemos na sublegenda.

F.W. - Isso foi quando?

M.P. - 1978.

F.W. - O senhor foi por qual partido? O senhor foi pela Arena?

M.P. - Naquele tempo, a Arena.

F.W. - Era Arena? O José Richa era o quê?

M.P. - O José Richa era MDB. *Um dos maiores amigos da minha vida* e o filho apoiado por mim na prefeitura de Curitiba. [...]

F.W. - Foi a única vez que o senhor tentou?

M.P. - Única vez.

F.W. - Mas logo para o Senado?

M.P. - Foi um pedido do Ney: o Canet [Jaime Canet Junior] era o governador e o Ney ia assumir o governo. O João Elísio, que é o presidente da Federação, dizia para mim: “Você tem que fazer política”. E eu dizia: “Mas eu faço política”. E foi ele que acabou entrando [risos].

[...] o Ney me telefonou [...] “Dá um pulo aqui no Palácio. Primeiro, parabéns pelo aniversário”. Esses parabéns pelo aniversário é fato novo, vocês nunca ligam no

<sup>156</sup> É primo de Jaime Canet Jr (governador do Paraná entre 1975-1979), foi Vice-Governador, tendo acumulado o cargo de Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. – BADEP, foi Secretário de Estado das Finanças e Governador do Paraná entre 1986 e 1987.

aniversário, alguma coisa está acontecendo [risos]”. Cheguei ao Palácio. Estava havendo um problema de composição política e, devido à grande amizade que eu tinha com o Ney e com o Canet, eles me pediram para ser uma solução de conciliação. Eu sempre procurei, é uma característica minha, juntar as pessoas em vez de separá-las. A minha missão era fechar a chapa da Arena: o Túlio entrava pelo norte do Paraná e eu entrava pela capital (eu morava em Curitiba nos fins de semana).

Aí, eu liguei para o Braga – o Braga estava na Argentina – e disse: “Braga, me meteram numa fria”. Ele disse: “Poxa, garoto, você tinha me dito que não entrava de jeito nenhum, não sei o quê”. “Mas Braga, não tenho como dizer não, agora não vou largar a atividade, vou na realidade participar para resolver um [inaudível]”. Fui ao Richa e lhe disse: “Richa, sou candidato, mas não vou te atrapalhar, nossa amizade está acima de qualquer coisa”. E na realidade nós fizemos 210 mil votos mais do que a chapa do Richa. *Mas o Richa tinha uma sublegenda e levou a eleição.* (PETRELLI, 2007, p.10-11, grifos meus).

Mas qual seria a origem dessa vasta rede de “amizades”? Como transitava entre os diversos campos? De que forma seus capitais se transferiam?

Esses questionamentos podem ser respondidos de forma intempestiva - na estrutura da parentela que foi analisada em capítulo prévio. O *habitus*<sup>157</sup> de classe do “Dr. Mário”, suas relações de dominância e seus caracteres elitistas se originam de uma típica genealogia classificado por Raymundo Faoro<sup>158</sup> como oriunda de um estamento burocrático que se reproduziu no tempo e no espaço. Sua origem advém de uma clássica família tradicional, arcaica e dominante que por meio das relações de amizade e de laços consanguíneos criaram uma teia de poder sobrepostos que se apropria de estrato do Estado para si, como um negócio privado, criando rotinas de sustentação e de reprodução de capitais.

Mario José Gonzaga Petrelli é filho único do matrimônio entre Alice Guilhon Gonzaga Petrelli e Leonardo Petrelli. Foi casado duas vezes, a primeira esposa, já falecida, foi Dircéa Ribas Corrêa Petrelli, e, posteriormente, com Mônica Barusso Buffara Petrelli, em 2010. A genealogia do objeto desse item foi estruturada em cinco núcleos familiares para melhor entendimento haja vista a amplitude que tomou essa análise – as estruturas familiares de Leonardo Petrelli (Petrelli e Santos Neves); de Alice Petrelli (ramo avô materna - Gonzaga, Gomes de Sá; ramo avô materna – Guilhon, Brício e Pereira de Melo); de Mônica Buffara (Buffara, Kiryla e Starostik) e do casal Mário e Dircéa (Petrelli, Camargo, Ribas, Rocha Loures, Tancredo e Thomé) – figura 7

---

<sup>157</sup> As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (...) produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, 2003, p. 53).

<sup>158</sup> Ver obra *Os donos do poder* (op.cit.)

Ramo Leonardo Petrelli (pai) (figura 8) – engenheiro italiano que veio para o Brasil em 1902, morando inicialmente nos estados do Rio de Janeiro e Bahia, vindo a trabalhar nas obras do porto de Itajaí. Foi presidente da Companhia de Navegação da Bahia, Secretário de Obras do mesmo estado no governo de J. J. Seabra. Seu irmão, Joseph Petrelli, foi editor-chefe do jornal italiano *Corriere di Napoli* (impresso de grande tiragem), teve na família dois parentes que foram cardeais em Palermo. Sua primeira esposa, a carioca Atina Petrelli faleceu em 1930, deixando quatro filhos – um falecido ainda jovem com dez anos, Antônio, Lúcio (sem informações), a outra Santa Petrelli Neves<sup>159</sup>, esposa de Gilberto Santos Neves, filho de Graciano dos Santos Neves (deputado federal, vice-governador e governador do estado do Espírito Santo entre 1896 e 1909) que era filho de deputado federal da Bahia e sobrinho materno do Barão de Aimorés<sup>160</sup>. O primogênito, Armando Paschoal Petrelli, médico, professor da Faculdade de Medicina do Paraná, foi redator-chefe do jornal curitibano *A Tarde*, cujas partes societárias pertenciam ao seu pai (PETRELLI, 2019) e ao senador Antônio Jorge Machado Lima<sup>161</sup>, proprietário do jornal *Correio do Paraná*, em Londrina (PETRELLI, 2010), cafeicultor do norte paranaense, candidato derrotado a uma vaga na Câmara de Deputados nas eleições de 1950, grande aliado do político paranaense Moisés Lupion, diretor da Associação Rural do Paraná e diretor do Instituto Brasileiro do Café, durante o mandato presidencial de Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek. Nesse ínterim, sofreu denúncia de exercício ilegal da função,

[Armando Petrelli, diretor do IBC] é pessoa ligada ao comércio do café. Para poder exercer o cargo de diretor do Instituto Brasileiro do Café, s.excia. deixou a firma Feliciano Guimarães & Cia., apenas pró-forma, porque s. excia. continuou ligado àquele grupo. [...]. Aqui [no DOU, 13 de novembro de 1956] se pode ver que o grupo que constitui essa nova firma é o mesmo que constitui a Companhia Feliciano Guimarães e Armazéns Gerais, grupo ao qual é evidente a ligação do dr. Armando Petrelli. S Exa. tinha saído da Companhia Feliciano Guimarães e não pôde ficar sem construir uma sociedade com o mesmo grupo para explorar o ramo de pecuária e cultura do café. (CORREIO DA MANHÃ, 1958).

Armando casou-se com Julia Pedrosa Petrelli e teve duas filhas, Daisy Pedrosa Petrelli que se casou com Vasco Coelho Filho, um dos médico pioneiros na cirurgia plástica no Paraná, foi presidente do Departamento de Cirurgia Plástica da Associação Médica do

---

<sup>159</sup> Há divergência quanto ao nome da filha de Leonardo e Atina. Algumas fontes citam como Santa, todavia, em entrevista a Aroldo Murá (HAYGERT, 2018, p.314), Mario Petrelli declarou que sua meia-irmã se chamava Egidia.

<sup>160</sup> Integrante de família oligárquica tradicional marcante do município de São Mateus/Espírito Santo, latifundiário, escravocrata, major da Guarda Nacional, século XIX. (RUSSO, 2011).

<sup>161</sup> Filho de Vicente Machado - presidente do estado do Paraná (1893-1894;1904-1907)

Paraná e a segunda, Arlete Pedrosa Petrelli, casada com Dirceu Ribas Corrêa, General de Exército, ex-integrante do Alto Comando do Exército e irmão de Dircéa Corrêa Petrelli, primeira esposa de Mário Petrelli. Leonardo tinha grande amizade com a família Konder, relação essa que prosperou e marcou grande parte da trajetória da vida política e social de Mário.

Ramos Alice Guilhon Gonzaga Petrelli (mãe) (figura 9) – sua localização na árvore genealógica é importante na conjunção familiar para entendermos sua importância na transmissão de capitais e de poder advindos de seus ancestrais, detentores de predicados elitistas que auxiliaram na projeção de Mário José no contexto político nacional. Nasceu em 1899 e se casou com Leonardo em 1930, tendo Mário como filho único (1935). Foi chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda nos governos catarinenses de Adolfo Konder e Henrique Fontes e primeira mulher servidora pública no estado. Em função do seu pioneirismo, foi criada a medalha do Mérito Funcional com seu nome<sup>162</sup> por ocasião das comemorações do dia do servidor público. Para melhor entendermos as amizades, as ações, as decisões, as dinâmicas sociais e as interpretações de mundo do objeto de pesquisa Mário Petrelli, a ascendência familiar de Alice é importante para compreendermos o arranjo de poder familiar, a sobreposição de campos que ele se insere e a transmissão de capitais entre parentes e parentela. Além disso, é interessante para situarmos o lugar de importância da esposa, da mulher e do matrimônio nessa linha de continuidade e de manutenção de poder.

Os pais de Alice são o pernambucano Sálvio de Sá Gonzaga, juiz nas comarcas catarinenses de Itajaí, Brusque, Tijucas e São José; Procurador Geral em Santa Catarina; chefe de Polícia no governo Vidal Ramos (1910-1914) à época da guerra do Contestado e presidente do Tribunal de Justiça; e a maranhense Maria Glória Guilhon Gonzaga que tiveram mais cinco filhos, entre eles, Adhemar Guilhon Gonzaga, Promotor Público em Joinville.

Pelo ramo familiar paterno, Sálvio é filho de Agnelo José Gonzaga, juiz nas comarcas pernambucanas de Cabrobó e Ingazeira, Promotor Público em Boa Vista (PE), integrou o corpo militar dos Voluntários da Pátria na guerra do Paraguai e possuía a patente de segundo cadete da Guarda Nacional em função do seu pai ter sido alferes na mesma corporação, em Olinda/PE. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1866a,1866b). Seu avô materno, Alexandre Gomes de Sá, major da Guarda Nacional e vereador, é pai de Alexandre Gomes de

---

<sup>162</sup> Decreto publicado no mandato do governador catarinense Esperidião Amin, em 1999, a fim de “reconhecer as ações meritórias de servidores públicos que tenham ultrapassado a atuação tradicional de seus deveres funcionais; [...] e da necessidade de reconhecimento público de servidores que se destacam pelo zelo, dedicação e presteza na sua área de atuação e das causas de interesse público.” (SANTA CATARINA, 1999).

Sá Junior, tenente que serviu na 3ª Companhia do 48º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Cabrobó, advém de uma das maiores famílias (Gomes de Sá) do sertão pernambucano de Floresta, e tem vínculos familiares com o coronel do Exército João Gualberto Gomes de Sá Filho<sup>163</sup>, figura de destaque na história paranaense.

Pelo lado da avó materna, Henriqueta Brício Guilhon é parente de Marcos Antônio Brício, o segundo barão de Jaguarari, brigadeiro reformado do Exército, comandante supremo da Guarda Nacional do Pará, presidente do Conselho Administrativo do Arsenal de Guerra, deputado federal pela província do Ceará (1826-1829) e do Pará (1845-1847) e Diretor dos Índios<sup>164</sup>. Henriqueta era esposa do maranhense José Roberto de Viana Guilhon, juiz nas comarcas de São José e Florianópolis/SC, Promotor Público em São Luís do Maranhão e o primeiro presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (1891-1893). Tiveram três filhos: José Brício Guilhon (alto funcionário dos Correios e Telégrafos), Manoel Inácio Guilhon (capitão de Mar e Guerra da Marinha) e Henriqueta Brício Guilhon que se casou, em 1900, com o pernambucano de família tradicional Pedro Alexandrino Pereira de Mello, juiz de direito nas comarcas catarinenses de Brusque, Palhoça, Blumenau, Tijucas e São José; Procurador Interino de Santa Catarina. Da união de ambos, nasceu Ivo Guilhon Pereira de Mello, juiz das comarcas catarinenses de Curitibanos, São Bento do Sul, Porto União e Lages, prefeito nomeado em Porto União (novembro a dezembro de 1945), presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (1959-1963) e presidente do Tribunal de Justiça do mesmo estado. A ascendência consanguínea de Henriqueta (mãe) leva à família de Henrique Guilhon, ouvidor-mor e juiz da capitania do Maranhão. Entre 1794 e 1824 detinha 23% das propriedades e direitos dominiais rurais do Maranhão (segundo maior proprietário estadual), 33% das propriedades e direitos dominiais urbanos (terceiro maior) e a quarta maior fortuna líquida maranhense, entre 1800 e 1824 (MOTA, 2007). É interessante destacar também que o lado familiar de Alice Guilhon Gonzaga tinha grande afinidade e amizade como os Ramos (Vidal José de Oliveira Ramos Júnior e seus catorze filhos, entre eles os políticos Nereu, Hugo, Celso, Vidal e Joaquim

---

<sup>163</sup> Nasceu em Recife (PE), em 11 de outubro de 1874, e faleceu em Irani (PR) em 22 de outubro de 1912. Estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, formando-se em Engenharia Militar, Ciências Físicas e Matemática. Transferido para o Paraná participou dos trabalhos de implantação da linha telegráfica Curitiba - Foz do Iguaçu. Foi morto na batalha do Irani, Guerra do Contestado, em confronto com os seguidores do monge José Maria. Na ocasião era Comandante da Força Pública do Paraná.

<sup>164</sup> Casou-se com Joaquina Henriques da Silva Pombo, filha do desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo e tio de Maria Pombo Brício, casada com o barão de Marajó, José Coelho de Gama Abreu.

Ramos<sup>165</sup> e descendentes), grande rivais políticos dos Konder (amigos do ramo Petrelli). (PETRELLI, 2017).

Ramo Mônica Barusso Buffara Petrelli (segunda esposa) (figura 10) - Mônica é filha de amigos de longa data de Mário, a *socialite* curitibana Leila (Lelinha) de Jesus Barusso Buffara e Nelson Buffara, vereador, em Paranaguá/PR (1951-1968), e deputado estadual (1967-1986) e sobrinha de Miguel Buffara - Promotor Público na comarca paranaense de Morretes (1935-1938), deputado estadual (1955-1958) e deputado federal (1959-1966). Seguindo no ramo ascendente de Mônica - Fernando Behar Buffara (filho de Jacob Buffara), de acordo com Goulart (2016c), casou-se com Beatriz Braga Silva Pinto, neta da família tradicional do político Ney Braga e filha de Stela Maria Munhoz da Rocha Braga.

Sua irmã, Isabela Buffara Kiryla, casou-se com Claudio Virmond Kiryla, filho de Claudio Cordeiro Kiryla e de Daisy Gummy Virmond. Esse trabalhou inicialmente no ramo securitário com Mario Petrelli, pecuarista nas fazendas de seu sogro Campo Real, em Cândói<sup>166</sup> e em Abelardo Luz/SC, foi presidente da Confederação Brasileiro de Golfe Sênior, é genro de Annibal Virmond Jr, latifundiário e descendente direto da família tradicional e dominante do centro-oeste paranaense de Frederico Guilherme Virmond<sup>167</sup>. Claudio e Isabela são pais de Gustavo e Mariana Buffara Kiryla que se casou com William Starostik Filho, piloto de automobilismo e neto dos ex-proprietários do grupo Providência<sup>168</sup>, o casal Milan e Anita Starostik,

---

<sup>165</sup> “Nereu Ramos foi deputado federal em 1930, constituinte de 1934, governador e interventor em Santa Catarina respectivamente de 1935 a 1937 e de 1937 a 1945, constituinte de 1946, senador e vice-presidente da República de 1946 a 1951, novamente deputado federal de 1951 a 1955, mais uma vez senador em 1955, presidente da República de 1955 a 1956, ministro da Justiça de 1956 a 1957 e finalmente senador de 1957 a 1958; Joaquim Ramos foi deputado federal de 1947 a 1951; e Celso Ramos foi senador de 1955 a 1963 e também governador de Santa Catarina de 1961 a 1966. Entre seus sobrinhos tiveram atuação política Aristiliano Ramos, interventor em Santa Catarina de 1933 a 1935, Cândido de Oliveira Ramos, senador em 1935 e deputado federal de 1935 a 1937, e Saulo Ramos, deputado federal de 1951 a 1955 e senador entre 1955 e 1963”. (CPDOC, 2020b).

<sup>166</sup> Cf. “*Invasores das Fazendas Campo Real, em Cândói e Três Marias, em Manoel Ribas, deixam rastros de destruição*”, disponível Boletim Informativo nº 840, semana de 1 a 7 de novembro de 2004. Disponível em <http://www.faepp.com.br/boletim/bi840/encartebi840/encbi840.htm> (FAEP, 2004)

<sup>167</sup> Miniaturista, pintor, médico, zoólogo e cientista. Estudou Medicina em Berlim e lutou em Waterloo contra Napoleão Bonaparte. Estudou pintura e aos 27 anos veio para o Brasil, estabelecendo-se primeiramente no Rio de Janeiro. Fixou-se na cidade da Lapa, em 1833, onde exerceu as atividades de médico, farmacêutico, construtor, além de compositor e pintor. Foi o primeiro pintor a radicar-se no Paraná e a retratar o povo paranaense. (CARNEIRO; FERREIRA; CARNEIRO JR, 2014). Seu filho, Frederico Guilherme Virmond Jr, foi fazendeiro e deputado provincial e estadual (1882-1885; 1895-1896), bem como vice-presidente do Paraná (1905) e casou-se com Maria do Belém Mendes de Araújo, sobrinha da viscondessa de Tibagy e prima da viscondessa de Guarapuava. Seu neto Annibal Virmond, ex-prefeito de Guarapuava, foi casado com Nercinda Camargo, prima do ex-presidente da República Affonso Camargo. (VIRMOND, 1976).

<sup>168</sup> O fundo AIG Capital e a família Constantino, dona da companhia de aviação Gol, fecharam a compra do grupo Providência, em 2006. A transação foi avaliada em cerca de R\$ 1 bilhão. O grupo Providência tinha um grave problema sucessório: o único filho, William, que tinha funções executivas na companhia, morreu em 2005. Os três



maior fabricante brasileiro de não-tecido [...] (produto utilizados em fraldas descartáveis, carpetes, colchões) [...], setor industrial que movimenta cerca de CR\$900 milhões por ano [...]. Também atua no segmento de tubos e conexões de PVC e embalagens flexíveis (origem do grupo), teve receita líquida de R\$ 495,8 milhões em 2005, alta de 4% sobre o ano anterior. O lucro líquido foi de R\$ 103,8 milhões, 10% menor. Em 2005, a empresa conseguiu uma proeza invejável: zerou a dívida. (VALOR ECONÔMICO, 2006).

Mônica Buffara Petrelli tem dois filhos do primeiro casamento com Eduardo Ramos, Eduardo Buffara Ramos, advogado e funcionário do Tribunal de Justiça do Paraná (PETRELLI, 2019), e Manoela (Manu) Buffara, formada em Hotelaria e *Chef de Cuisine e Restaurateur* no Centro Europeu e no *Italian Culinary Institute for Foreigners*. Trabalhou nos Estados Unidos, Itália e Dinamarca. Passou por restaurantes internacionais consagrados. É proprietária de restaurante em Curitiba (“Manu”) e em Nova Iorque (“Ella”), “Eu [Manu Buffara] vou me dividir entre as duas casas, ficar um pouco lá e um pouco aqui. Serão dez dias em Nova York e 20 aqui, no Manu” (MANGANARO, 2019), e é detentora de diversos prêmios no ramo gastronômico.

Ramo Mário e Dircéa (casal) (figura 11) – casaram-se em 1957, Dircéa Ribas Corrêa Petrelli, curitibana, descendente de famílias tradicionais (Camargo, Rocha Loures, Ribas e Corrêa) da região central paranaense e de Santa Catarina. É irmã do general de Exército Dirceu Ribas Corrêa, casado com a esposa da sobrinha de Mário. A esposa<sup>169</sup> do paranaense, ex-governador, deputado federal, senador, prefeito e ministro de estado Ney Aminthas de Barros Braga, é prima de sua mãe, Haydée Ribas Corrêa. Faleceu em 2008, deixando cinco filhos: Luciana, Leonardo Mário José, Marcelo e Rosimar.

O mais velho dos filhos do casal, Luciana Corrêa Petrelli, fotógrafa, diretora do instituto RIC de Atitude Social e empresária, é mãe de Gaia Wilmer Petrelli (graduada em *Jazz Composition* pela *Berklee College of Music* e mestre pelo *New England Conservatory*, na mesma área; vive em Boston onde tem um octeto e uma *big band* que tocam seus trabalhos autorais), Lucas Petrelli Wilmer (arquiteto, foi diretor executivo da mostra Casa Cor Santa

---

netos não demonstram interesse pelo negócio. (VALOR ECONÔMICO, 2006). Em seguida, compra-se a empresa Isofilme e abre seu capital na Bovespa. Para entender os desdobramentos financeiros seguintes, ler matéria “Concorrente norte-americana compra Providência por R\$ 556 milhões”, do jornalista João Pedro Schonarth (2014).

<sup>169</sup> Não foi possível encontrar qual esposa de Ney Braga tinha vínculos familiares com Dircéa Petrelli, a do primeiro casamento, falecida em 1924 - Maria José Munhoz da Rocha, filha do ex-governador Caetano Munhoz da Rocha, ou Nice Camargo Riesemberg Braga, casados entre 1949 e 2000.

Catarina, mora na Nova Zelândia) e Ravi Paciornik Petrelli (advogado e sócio no escritório de advocacia Trajano Neto & Paciornik).

Leonardo Petrelli Neto – o segundo filho, é casado com a cantora e vice-presidente de Logística do Instituto TMO/Casa Malice, Karla Kersten Carvalho Petrelli, e tem dois filhos: Mario Petrelli Neto e Carlos Eduardo Petrelli, empresário, cofundador e sócio da empresa James Delivery<sup>170</sup>, sócio do Fresh Live Market (shopping inspirado nos mercados europeus, localizado em bairro nobre de Curitiba) e da Elektra Bikes (Curitiba). Leonardo é graduado em Comunicação pela *Grossmont College*, em San Diego – Califórnia e desempenha(ou) diversas funções no campo empresarial e midiático: é membro do conselho da Associação Comercial do Paraná (gestões 2010-2012, 2012-2014 e 2020-2022), ex-diretor-presidente da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - Seção Paraná (ADVB-PR), entre 1988-1990, atual diretor Regional Capital-Litoral (biênio 2020-2022) da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP e ex-presidente da mesma entidade em dois momentos (1988-1991; 1995-1997). Foi membro suplente da sociedade civil do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal<sup>171</sup> (2012-2014). É o presidente executivo do Grupo RIC, conglomerado que disputa o segundo lugar em audiência televisiva no estado do Paraná e também é fundador, e também é presidente do Conselho de Administração da empresa DTCOM, instituição paranaense pioneira e líder no mercado corporativo no Brasil na utilização integrada das tecnologias de TV por satélite (teleaulas) e da Internet (LMS), para ensino à distância.

Mário José Gonzaga Petrelli Filho é o terceiro filho do casal. Fruto do matrimônio inicial com Maria Inês (Gangan) Richter Paula, nasceram Maria Alice e Maria Luiza. Essa casou-se com José Guilherme de Paula Thomé, em 2018, na casa do político e executivo Eduardo Santos Lins (Pimpa). José é filho do dos dentistas separados, Clemilda Jesus Rodrigues de Paula Thomé e Geninho Thomé, antigos proprietários da Neodent (empresa curitibana fabricante de implantes dentários que foi vendida em 2015 a um grupo suíço por R\$ 1,2 bilhão).

---

<sup>170</sup> Criada em 2016, a *startup* de encomendas e entregas, sediada em Curitiba, se consolidou no mercado local e, no fim de 2018, foi comprada pelo Grupo Pão de Açúcar (GPA). Em 2019, a empresa tinha 20 funcionários e 800 entregadores ativos em Curitiba e em Balneário Camboriú. Após a compra feita pelo GPA, os sócios continuam à frente do James, eles têm status de diretores executivos no GPA e a sede segue em Curitiba. A expectativa de crescimento exponencial para os próximos anos é correspondente a uma expansão geográfica agressiva nas principais cidades onde o GPA atua. (MISSIAGGIA,2019).

<sup>171</sup> Participou da terceira composição, que estava desativado desde 2006. A CCS é “formada por 13 titulares e 13 suplentes e atua como órgão auxiliar do Congresso Nacional, conforme determina o artigo 224 da Constituição. Sua atribuição é elaborar estudos, pareceres e recomendações, entre outras solicitações dos parlamentares, sobre temas relacionados à comunicação e liberdade de expressão”. (AGÊNCIA SENADO, 2012).

Com a dissolução do negócio, Clemilda, José Guilherme e João Alfredo (outro filho) fundaram a DSS Holding<sup>172</sup> e Geninho, criou a Neoortho (fabricante de próteses e produtos para osteossíntese) com faturamento em 2018 de R\$ 55 milhões e meta de crescimento para R\$ 80 milhões) e se inseriu no mercado imobiliário (*Yatchhouse Residence Club*, empreendimento imobiliário de 80 andares em parceria com Lindomar Pasqualotto, proprietário da construtora e incorporadora Pasqualotto & GT, em Balneário Camboriú/SC). (COSTA, 2018). João Alfredo, em 2017, casou-se com Antonella Thá<sup>173</sup>, de família tradicional do mercado de construção e incorporação imobiliária, em um luxuoso evento com restrito número de convidados.

Mário foi presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros e faz investimentos na área imobiliária, inclusive em outros estados (PETRELLI, 2019). Casou-se novamente, agora com Ana Patrícia Tancredo Gonçalves, técnica judiciário – c13, lotada na assessoria de comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, sobrinha de Luiz Henrique Tancredo, jornalista político e procurador da Fazenda nomeado por Jorge Bornhausen (DOSSIÊ ZERO,92), e neta de Edésia Koerig Tancredo, sogra do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Gallotti. (PEREIRA,2018).

O quarto filho, Marcelo Corrêa Petrelli, casado atualmente com Judith Veran Bussolo Petrelli, tem dois filhos menores. É membro do Conselho Deliberativo da ADVB/SC; foi membro do Conselho da Associação Brasileira das Empresas de Rádio e TV - ABERT; ex-presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão – ACAERT, por três mandatos (1999-2000, 2001-2002, 2017-2019) e foi presidente do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de Santa Catarina - SERT (1998-2000). É coordenador do GSul – Grupo de entidades de Rádios e Televisões do Sul<sup>174</sup>, membro do Conselho Superior do Movimento Catarinense pela Excelência, do Conselho Consultivo Empresarial do Sapiens Parque e do

---

<sup>172</sup> Empresas subsidiárias do grupo que tem Clemilda como presidente do Conselho de Administração: Faculdade Instituto Latino-Americano de Pesquisa e Ensino Odontológico (Ilapeo), DSS Aroeira Empreendimentos e Incorporações, DSS Importação e Exportação Ltda. (comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios), Bee.O Empório, Ateliê Vintage (BESSA, 2017) e Neo Comunicação Design Ltda. (somente José Guilherme)

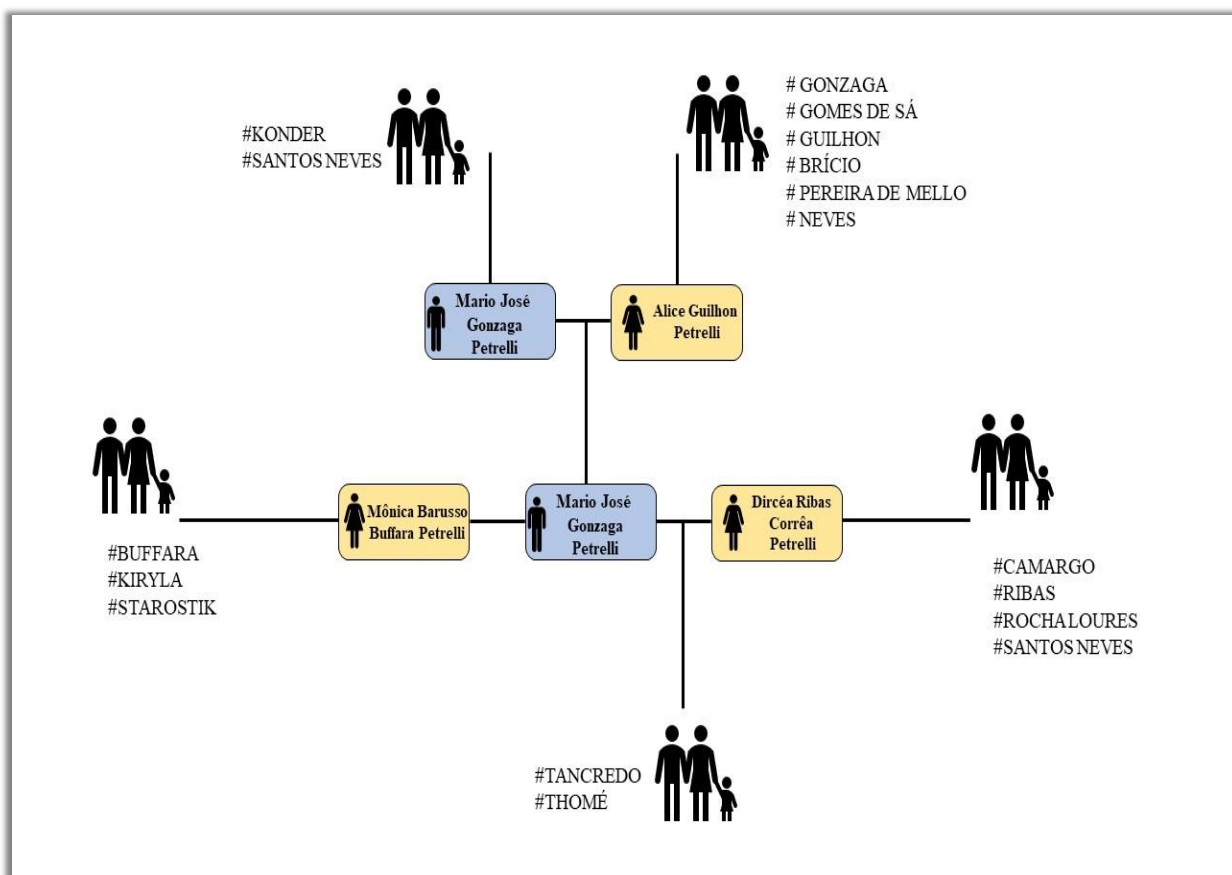
<sup>173</sup> Para aprofundar na genealogia e nos negócios da família Thá, ver artigo de Natália Granato (2016)

<sup>174</sup> As associações das emissoras de radiodifusão dos três estados do Sul, que compõem um coletivo de 921 emissoras de rádio e televisão (RS -333, PR- 310 e SC- 278) e atinge uma população de 29 milhões de habitantes, e os seus sindicatos patronais (SERT) criaram esse grupo, em 2018, a fim de promover e valorizar o potencial social, político e econômico do Sul, além de temas que possibilitem um maior equilíbrio na distribuição dos recursos federais. (SERT-SC, 2018).

Conselho Superior da ACIF. É o presidente executivo do Grupo ND (ex-Grupo RIC SC), maior conglomerado midiático de Santa Catarina.

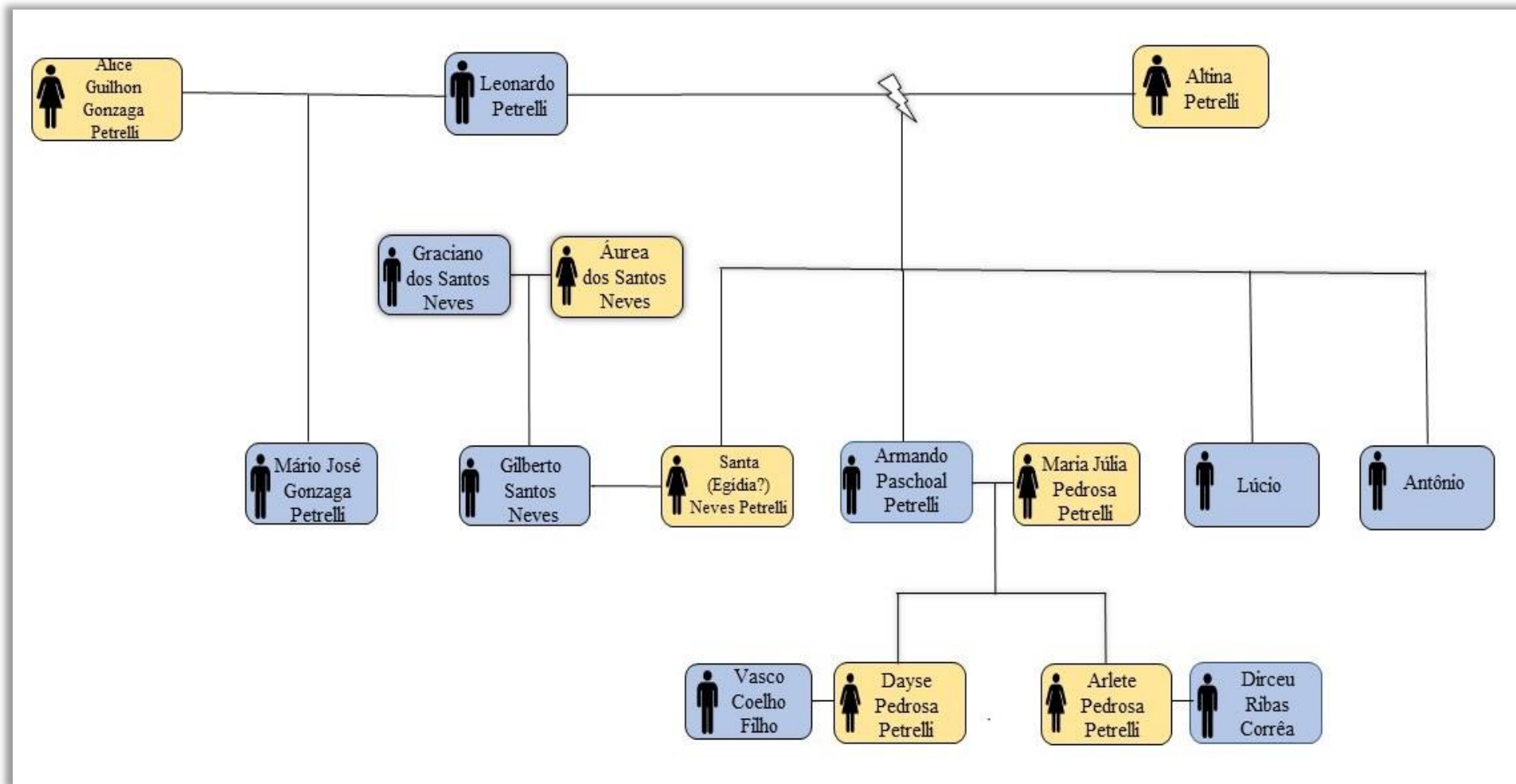
Por fim, a caçula do casal, Rosimar Petrelli Vieira, é casada com Andrei Nivaldo Vieira, empresário, vive mais reclusa no município catarinense de Governador Celso Ramos e tem uma filha recém-ingressa na fase adulta, Mariana Petrelli Vieira. Poucas informações referentes à Rosimar foram conseguidas.

FIGURA 7 – DERIVAÇÕES FAMÍLIAS DE MÁRIO PETRELLI



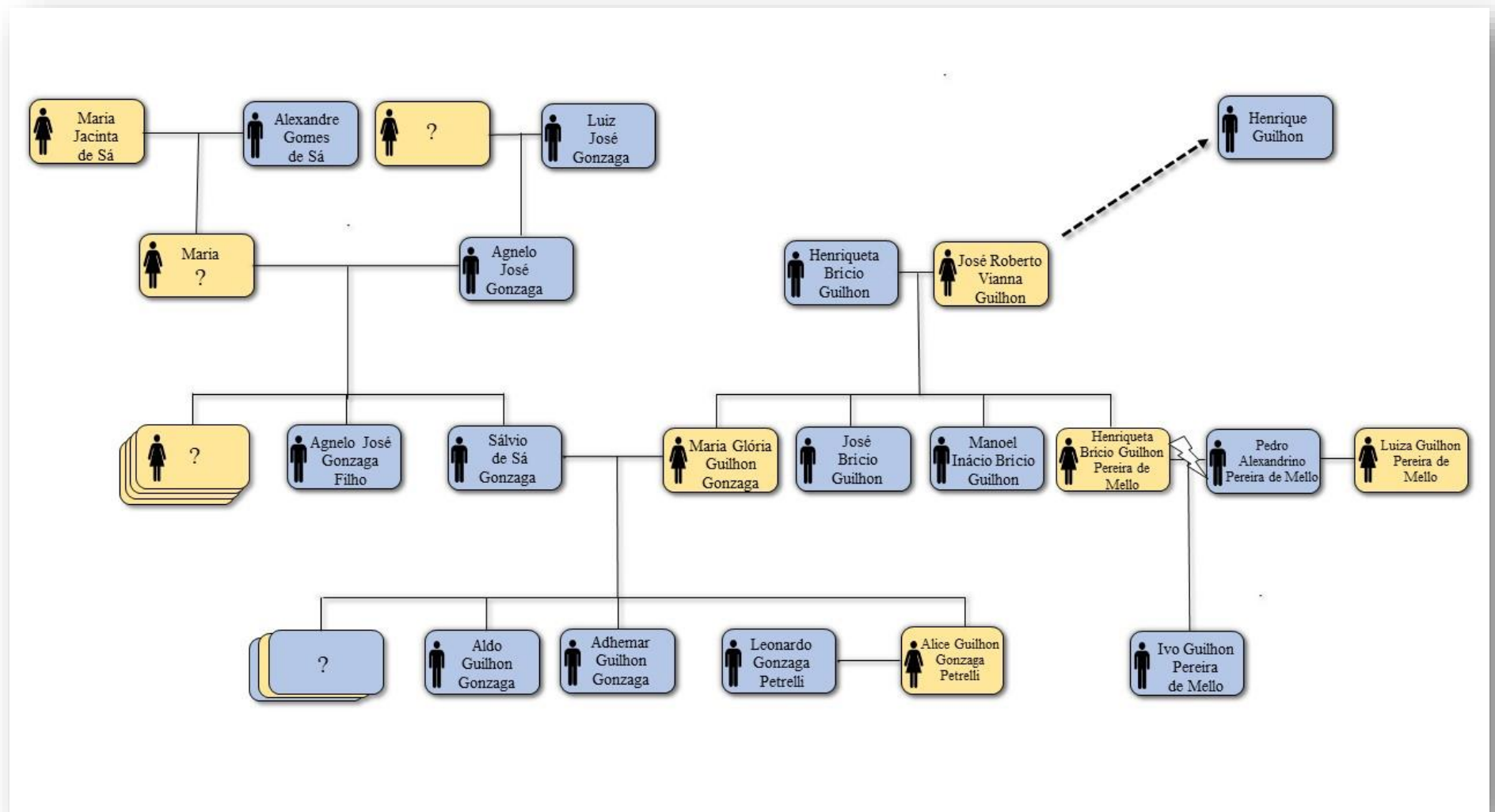
FONTE: autor (2020)

FIGURA 8 – GENEALOGIA RAMO FAMILIAL LEONARDO PETRELLI (PAI)



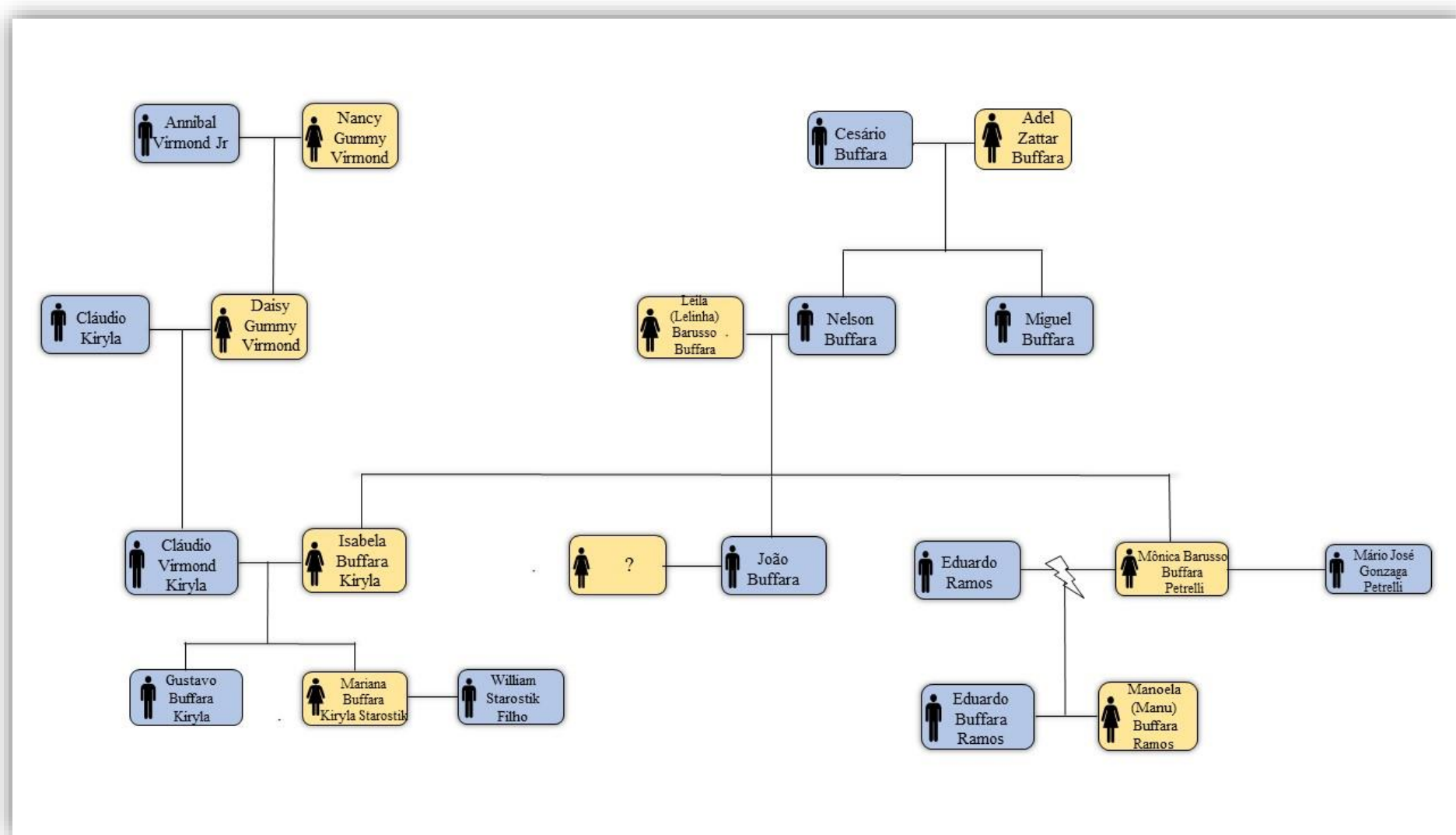
FONTE: autor (2020)

FIGURA 9 – GENEALOGIA RAMO FAMILIAL ALICE PETRELLI (MÃE)



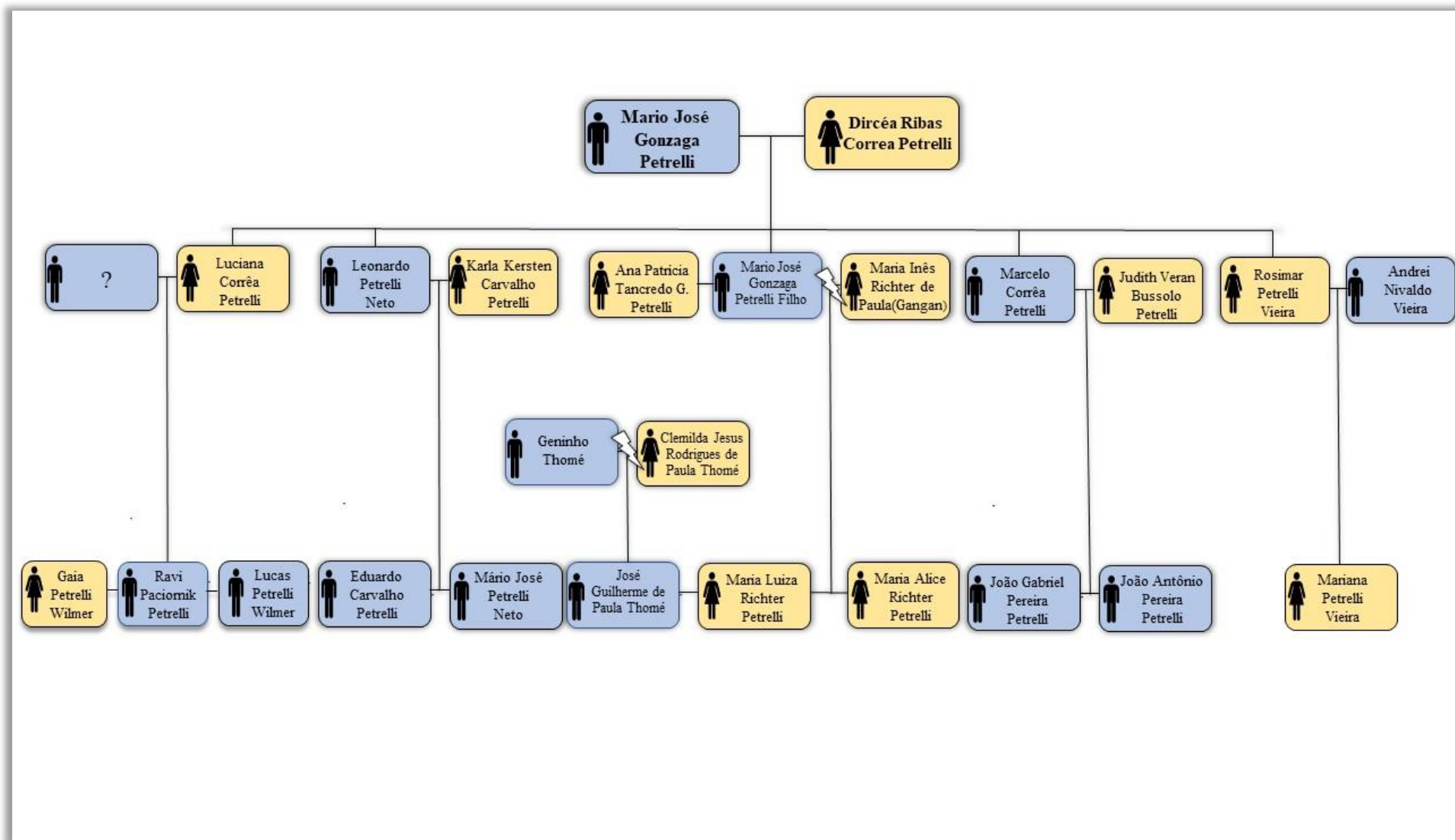
FONTE: autor (2020)

FIGURA 10 – GENEALOGIA RAMO FAMILIAL MÔNICA BUFFARA (SEGUNDA ESPOSA)



FONTE: o autor (2020)

FIGURA 11 – GENEALOGIA RAMO FAMILIAL MÁRIO E DIRCÉA (CASAL)



FONTE: autor (2020)



O núcleo familiar de Mário e Dircéa além de ser amplo, é caracterizado por destacada inserção no ramo empresarial, tendo o capital econômico dos filhos e descendentes investidos em empresas de atividades econômicas diversas (midiáticas, imobiliárias, comerciais). O ramo da comunicação tem parcela preponderante, 52%, (gráfico 16) na divisão dos investimentos e do faturamento, todavia outras atividades complementam e se sobrepõe à vertente midiática, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 26 – CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR DE MÁRIO JOSÉ E DIRCÉA PETRELLI<sup>175</sup>

Nome empresarial	Quadro de sócios e administradores	Capital social	Local e Atv eco
Rádio Jovem Pan	Leonardo Petrelli Neto	R\$ 830.000,00	Maringá
Rádio Jovem Pan	Eduardo Carvalho Petrelli Leonardo Petrelli Neto	R\$ 450.000,00	Cascavel
Rádio Universal	Andrei Nivaldo Vieira Rosimar Petrelli Vieira	não informado	Icara/SC
Rádio Universal	Andrei Nivaldo Vieira Rosimar Petrelli Vieira	não informado	Chapecó/SC
FM Som Das Cataratas Ltda..	Leonardo Petrelli Neto Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 100.000,00	Foz Iguaçu/PR
FM Som Das Cataratas Ltda..	Leonardo Petrelli Neto Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 100.000,00	Cascavel/PR
Rádio Top Ltda.	Marcello Corrêa Petrelli Leonardo Brandalise Kucinski Mariana Brandalise Destro Marilene Caregnato	R\$ 280.000,00	Caçador/SC
RIC Rede Independência de Comunicação (Rádio FM Independência Ltda.)	Leonardo Petrelli Neto Mario Jose G. Petrelli Luciana Corrêa Petrelli	R\$ 3.518.298,00	Curitiba/PR
RIC Rede Independência de Comunicação (Rádio FM Independência Ltda.)	Leonardo Petrelli Neto	R\$ 3.518.298,00	Ponta Grossa/PR
TV Independência Norte do Paraná Ltda..	-	não informado	Maringá/PR
TV Independência Norte do Paraná Ltda..	-	não informado	Londrina/PR
TV Independência Norte do Paraná Ltda..	Leonardo Petrelli Neto	R\$ 8.205.600,00	Cornélio Procópio/PR
TV Top Ltda.	Luciana Corrêa Petrelli Adilson Higino da Silva	R\$ 1.530.000,00	Blumenau/SC
TV Vale do Itajaí	Luciana Corrêa Petrelli Honorilton Gonçalves da Costa Adilson Higino da Silva	R\$ 800,00	Itajaí/SC
TV Cidade Dos Príncipes Ltda.	Marcello Corrêa Petrelli Leonardo Petrelli Neto Clodomiro dos Santos Matos Emerson Carlos de Oliveira	R\$ 2.624.000,00	Joinville/SC

<sup>175</sup> Estão incluídas apenas empresas que constem o sobrenome Petrelli em pelo menos um dos sócios/diretores (exceção à DTCOM Direct to Company S.A.)

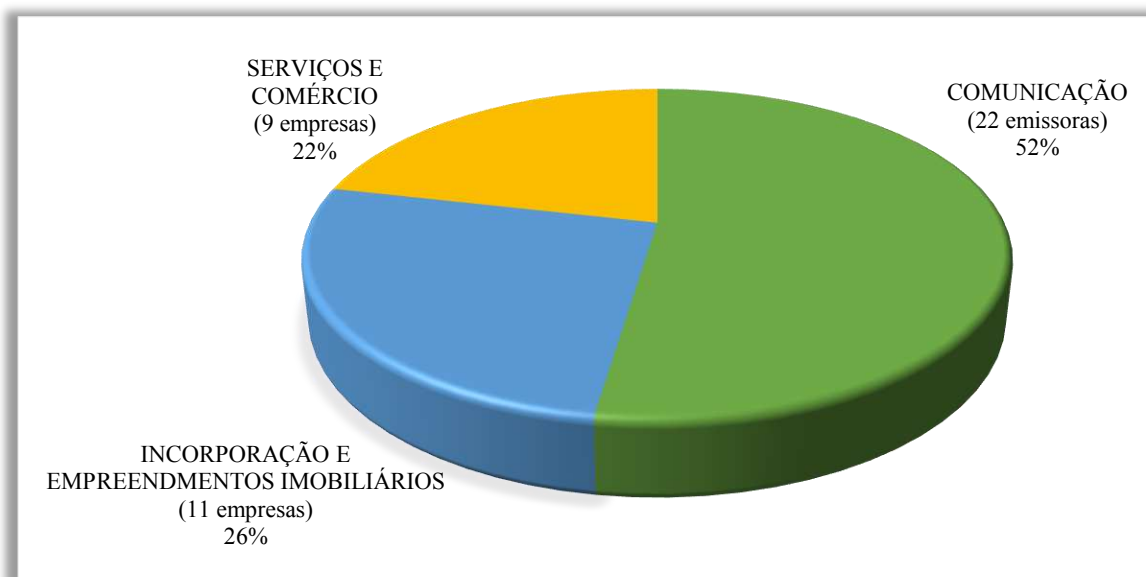
TV O Estado Florianópolis Ltda.	Marcello Corrêa Petrelli Mario Jose G. Petrelli Leonardo Petrelli Neto	R\$ 11.400.000,00	Florianópolis/SC
TV O Estado Florianópolis Ltda.	-	não informado	Chapecó/SC
TV Xanxerê Ltda.	Rosimar Petrelli Vieira Honorilton Gonçalves da Costa	R\$ 20.000,00	Xanxerê/SC
SSC Sistema Sul de Comunicação Ltda.	Leonardo Petrelli Neto Marcello Corrêa Petrelli Luciana Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Leonardo Petrelli Neto Rosimar Petrelli Vieira Karla Kersten C. Petrelli Leonardo Petrelli Neto	R\$ 1.643.740,00	Curitiba/PR
RIC Notícias Radiodifusão Ltda..	Karla Kersten C. Petrelli Leonardo Petrelli Neto	R\$ 100.000,00	Curitiba/PR
Notícias do Dia	Marcello Corrêa Petrelli TV Cidade Bauru Ltda.	R\$ 700.00,00	Florianópolis/SC
View Editores Ltda.	Leonardo Petrelli Neto Marcello Corrêa Petrelli Luciana Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Leonardo Petrelli Neto Rosimar Petrelli Vieira Karla Kersten C. Petrelli Leonardo Petrelli Neto	R\$ 1.820.500,00	Curitiba/PR Edição de livros
RIC Mais Paraná Ltda.	Leonardo Petrelli Neto	R\$ 1.160.000,00	Curitiba/PR Consultoria em tecnologia da informação
LPN Participações S.A.	Mario Jose G. Petrelli Leonardo Petrelli Neto	não informado	Holdings de instituições não-financeiras
Terra Nova Empreendimentos e Consultoria S. A	Leonardo Petrelli Neto Karla Kersten C. Petrelli	não informado	Incorporação de empreendimentos imobiliários
Guarazes Construção, Incorporação e Administração Ltda..	Luciana Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Leonardo Petrelli Neto Mario Jose G. Petrelli	R\$ 3.380.620,00	Florianópolis/SC. Aluguel de imóveis próprios
Plaza - Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Leonardo Petrelli Neto	R\$ 180.000,00	Florianópolis/SC. Incorporação de empreendimentos imobiliários e construção de edifícios
Lulemmar Incorporações e Administração Ltda.	Mario Jose G. Petrelli Filho Leonardo Petrelli Neto Rosimar Petrelli Vieira Eduardo Carvalho Petrelli Gaia Petrelli Wilmer Lucas Petrelli Wilmer Maria Alice Richter Petrelli Mariana Petrelli Vieira Ravi Petrelli Paciornik Maria Luiza Richter Petrelli Marcello Corrêa Petrelli Luciana Corrêa Petrelli	R\$ 5.751.800,00	Florianópolis/SC. Gestão e administração da propriedade imobiliária

Cabotec Ltda.	Leonardo Petrelli Neto	R\$ 1.000.000,00	São José dos Pinhais/PR. Operadoras de televisão por assinatura por cabo
DCP Administração e Incorporação Imobiliária Ltda.	Mario Jose G. Petrelli Filho Marcello Corrêa Petrelli Luciana Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Leonardo Petrelli Neto Mario Jose G. Petrelli	R\$ 20.000,00	Governador Celso Ramos /SC. Compra e venda de imóveis próprios
Dance Paradise Radiodifusão, Promoções e Eventos Ltda..	Leonardo Petrelli Neto Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 100.000,00	Curitiba/PR
Top Participações e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda..	Mario Jose G Petrelli Filho Marcello Corrêa Petrelli Luciana Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Leonardo Petrelli Neto	R\$ 500.000,00	Palmas/TO. Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
A.P.M. Participações e Empreendimentos Ltda..	Mario Jose G. Petrelli Filho Marcello Corrêa Petrelli Luciana Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Leonardo Petrelli Neto	R\$ 7.730.000,00	Curitiba/PR. Outras sociedades de participação, exceto holdings
Palmar Empreendimentos Imobiliários e Turísticos Ltda..	Mario Jose G. Petrelli Filho Marcello Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Luciana Corrêa Petrelli Leonardo Petrelli Neto Eliane Prolik Eloina Prolik Patrícia Prolik Schuchovski	não informado	Curitiba/PR. Incorporação de empreendimentos imobiliários
SCMais Internet Ltda..	Marcello Corrêa Petrelli Mario Jose G. Petrelli	R\$ 10.000,00	Florianópolis/SC
ND Produção e Locação Ltda..	Marcello Corrêa Petrelli Mario Jose G. Petrelli	R\$ 10.000,00	Florianópolis/SC
Elektra Bikes	Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 300.00,00	Curitiba/PR
James Delivery	Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 13.274.127,00	Curitiba/PR
Fresh Shopping	Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 300.00,00	Curitiba/PR
Palmas Parque Hotel	Marcello Corrêa Petrelli Rosimar Petrelli Vieira Luciana Corrêa Petrelli	não informado	Governador Celso Ramos/SC
Recanto da Armação Incorporadora Ltda.	Luciana Corrêa Petrelli Marcello Corrêa Petrelli Mario Jose G. Petrelli Leonardo Petrelli Neto Rosimar Petrelli Vieira	R\$ 2.950.000,00	Compra e venda de imóveis próprios Florianópolis/SC
Cicial Empreendimentos Imobiliários	Mario Jose Gonzaga Petrelli Filho José Scopetta Schietti Maria Schietti de Almeida Bruno Ellner de Giacomo Germana Ellner de Giacomo Sonoda	R\$ 5.000.000,00	Florianópolis
R.C.P. Produtos Médicos Ltda.	Ravi Petrelli Parcionik Claudio Parcionik	R\$ 1.000,00	. Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos.

			Bocaiuva do Sul/PR
Quetzalcoat Administração de Imóveis e Participações Societárias Ltda.	Ravi Petrelli Paciornik Claudio Paciornik	R\$ 63.333,00	Curitiba/PR
Gangan Loyola Comercio de Vestuário Ltda.	Maria Luiza Richter Petrelli Maria Inês Loyola Richter de Paula	não informado	Florianópolis/SC
Instituto RIC de Atitude Social	Mario Jose Gonzaga Petrelli	Sem fins lucrativos	Atividades de associações de defesa de direitos sociais Florianópolis/SC
Leji Investimentos Ltda.	Eduardo Carvalho Petrelli	R\$ 368.064,00	Outras sociedades de participação, exceto holdings Curitiba/PR
DTCOM Direct to Company SA	Embora não conste o nome de nenhum Petrelli, Leonardo é cofundador e presidente do Conselho de Administração por diversas vezes, inclusive em 2020	R\$ 48.471.298,5	empresa voltada para utilização integrada das teleaulas e da Internet para EAD Quatro Barras/PR
VALOR FINAL BENS OFICIALMENTE DECLARADOS		R\$ 129.629.776,50	

FONTE: Receita Federal/Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (out. 2020)

GRÁFICO 16 – DISTRIBUIÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO CAPITAL ECONÔMICO MÁRIO JOSÉ E DIRCÉA PETRELLI POR ATIVIDADE ECONÔMICA



FONTE: Receita Federal (2020)

Essa análise pormenorizada da genealogia de Mário Petrelli que permeia diversas famílias dominantes e tradicionais de elites latifundiárias nordestinas, advindas ainda do período monárquico, que trouxeram a velha cultura letrada para novos espaços de dominação na região Sul. A genealogia explica a importância da família consanguínea e a demonstra como um negócio que se projeta em várias áreas de atuação institucionais do Estado, transferindo capitais, ampliando poderes, sustentando a hereditariedade do estamento burocrático e, principalmente, consolidando o habitus de classe dominante e de todas suas idiossincrasias. É notório que a história de Mário se inicia em uma pré-história que antecede o seu nascimento, no qual é tecida uma trama de expectativas, fantasias e desejos dos ascendentes. Ele, mesmo antes de nascer, já recebera uma projeção da família e veio ao mundo inserido em uma história da qual é herdeiro e prisioneiro. (PEREIRA,2020,p.10).

A família Petrelli faz parte da realidade social e política brasileira na atualidade, formando redes estruturais de poder no campo legislativo, judiciário, empresarial e midiático, ou seja, nos arranjos do Estado gramsciano, visando à dominação e à direção dos aparelhos hegemônicos de poder por meio da renovação das gerações familiares.

No entanto, é na extensão do conceito familiar, entendida aqui como parentela, que a informalidade e a solidariedade, tanto em nível horizontal quanto vertical, ganham força. É nesse arranjo social flexível, multifuncional e de flacidez organizacional que conseguiremos empiricamente entender a cultura dos favores, do clientelismo e do patrimonialismo em diversas instâncias do Estado, formando uma rede social e política de mútuo interesses. O coronelismo eletrônico tem em sua formação basilar a família, no entanto passa a ganhar mais musculatura e a apresentar sua materialidade por meio das relações sistêmicas informais, sofisticadas, silentes e de protagonismo da parentela, mas nunca esquecendo que os arranjos eleitorais são recursos de troca nessa interlocução.

#### 5.1.1 “Seu Mário”, núcleo familiar e a relação de afeiçoados e compadrios

Não só das suas três preciosas agendas impressas, desorganizadas e malconservadas que carrega consigo nos bolsos ficou conhecido Mário Petrelli, “um dos três mais preciosos personagens do mundo político paranaense”. (HAYGERT, 2018,p. 305). A sua casa foi lócus de diversas reuniões políticas e partidárias, foi frequentada por renomados representantes da sociedade paranaense e catarinense, por diversos integrantes de médio e alto escalão do Estado, empresários de díspares ramos de atuação liberal, bem como postulantes a cargos públicos de

todas as instâncias. Grandes decisões políticas de vulto foram tomadas na sua residência (PEREIRA, 2005; CORRÊA, 2006, p.96; PETRELLI, 2013; MIRÓ, 2017), entre muitas, a candidatura de Beto Richa à prefeitura de Curitiba e ao governo do Paraná, filho do seu grande amigo José Richa (PETRELLI, 2019). O trânsito fluido de Mario José entre os meandros da política regional e nacional foi destacado previamente no seu histórico biográfico e familiar, pendulando entre ações institucionais formais de Estado a encontros casuais com a presença de amigos políticos, quer sejam adversários ou aliados<sup>176</sup>, regionais ou nacionais.

Buscar materialidades que comprovem o coronelismo eletrônico no Paraná, principalmente as relações de clientelismo e patrimonialismo envolvendo direta ou indiretamente Mário José, o patriarca, e seus dependentes consanguíneos é o mote desse trecho da pesquisa. Contudo, reitero a dificuldade de se encontrar provas materiais dessas incestuosas relações, quer seja por falta de transparência (omissão, incorreção ou incompletude) de dados, de emprego de prepostos, da frouxidão ou inexistência de órgãos de controle, do uso de ações não oficializadas e contabilizadas, da ocorrência de subjetividades interpretativas ou da simples impossibilidade de creditar exatidões plenas.

Mario José teve estreitas ligações com o presidente José Sarney que o tinha em alta estima “éramos grandes amigos [...] Eu, pessoalmente, tinha por ele uma grande estima e amizade e, com uma frequência quase diária, trocávamos ideias sobre a conjuntura e os caminhos que estavam sendo trilhados [...] pelo país” (TOPVIEW,2020,p.25). Ambos eram pedessistas, o patriarca foi diretor do Banco do Brasil durante o mandato do maranhense, mesma época da obtenção das outorgas de suas emissoras atuais de tv no estado do Paraná.

Fruto da amizade de longa data com a família de Jorge Bornhausen<sup>177</sup> (PFL/SC), seu sócio na TV Coligadas, mesmo partido de Sarney, foi nomeado chefe de gabinete quando o catarinense foi empossado Secretário Geral do Governo (embrião da atual Secretaria de Governo-SeGov) no mandato Fernando Collor de Mello (quando foi também “assessor” de seu governo), função essa de grande articulação na política nacional

Art. 2º [...] de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, especialmente, na coordenação da ação

---

<sup>176</sup> Cf. matéria “*Do quebra-cabeça político a um dominó de amigos*” - campeonato reuniu nomes de vários partidos, entre eles adversários ferrenhos. Mesmo sendo uma fuga do assunto do momento, papear sobre política foi inevitável. Jornal Município Dia a Dia, Brusque, 13 de fevereiro de 2006

<sup>177</sup> Governador de Santa Catarina, Senador, Ministro da Educação (governo Sarney, 86-87), embaixador em Portugal (primeiro mandato FHC), Secretário de Governo do Presidente República (92) e presidente nacional do PFL;

administrativa, no acompanhamento de *programas e políticas governamentais e no relacionamento com os Estados, Distrito Federal e Municípios* e na supervisão técnica das Secretarias da Presidência da República. (BRASIL, 1990, grifo meu).

Com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o relacionamento teve o mesmo viés de fisiologismo que de seus antecessores, Mário foi um dos arrecadadores financeiros da campanha para a reeleição de FHC, em 1998, cujo esquema financeiro priorizou fundos de pensão e empresas de seguro. Neste contexto, Petrelli ganhou destaque em razão de sua vivência, experiência e bom trânsito nesse ramo de negócios. Todavia Mario foi envolvido em denúncias por crime de falsidade ideológica<sup>178</sup>, foram R\$ 10,1 milhões não declarados ao Tribunal Superior Eleitoral:

Folha: O sr. tem conhecimento do caixa-dois da campanha [...]?  
Petrelli: [...] O caixa paralelo eu não conheço. Se houve ou não houve... Em toda eleição, eu duvido que não tenha alguém que deu extra. (GRAMACHO e MICHAEL,2000a).

Essa atividade pré-eleitoral tinha Eduardo Jorge Caldas Pereira (EJ)<sup>179</sup>, ex-secretário-geral da Presidência no primeiro governo de Fernando Henrique (95-99) e conhecido por “praticar tráfico de influência” (MASCHIO, 2000), como tesoureiro oficial no certame da reeleição. EJ foi associado, com participação de 10% no quadro societário que tem como integrantes Mário e Leonardo Petrelli, na empresa Direct to Company - DTCOM (FOLHA DE LONDRINA, 2000), instituição fundada no município de Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba, em 1999, de forma pioneira no país, voltada para o segmento de treinamento e de educação corporativa à distância, com um rol extenso de clientes de natureza pública e privada (figura 12)

---

<sup>178</sup> À época não havia tipificação legal que defina este crime. Quando se cometia, era enquadrado em artigo do Código Eleitoral sobre falsidade ideológica.

<sup>179</sup> “Era também encarregado de articular o apoio aos projetos de interesse do presidente no Congresso e, para tanto, possuía um mapa com todas as indicações para cargos no governo e indicadores de fidelidade dos parlamentares. Com esses dados, e a influência junto aos ministros para liberar verbas, foi um dos principais alvos de pedidos de políticos”. (CPDOC,2020d).

FIGURA 12 - PORTIFÓLIO CLIENTES DA EMPRESA DTCCOM



FONTE: Site DTCCOM (out. 2020)

O jornalista Wagner Oliveira (2000), em artigo da Folha de S.Paulo, traz versão contrária à sociedade da empresa, alegando que as ações de EJ, em junho de 2000, foram repassadas ao Grupo Umuarama, com um investimento de R\$ 2,28 milhões.

Nesse ponto, detectamos uma prática crescente e quase invisível à sociedade que é o investimento de políticos e grupos midiáticos em outros ramos da economia (construção civil, alimentação, aluguel de automóveis), nesse caso o da educação. A DTCCOM aparece como um



intermediário de forte vínculo nessa relação de clientelismo e patrimonialismo, entre agentes políticos, prepostos e mídia. A empresa de ensino à distância por meio de EJ forçou o Banco do Brasil a acertar contrato de longo prazo em um projeto de modernização da informática que pode chegar a US\$ 120 milhões, bem como fechar outro com um importante hotel de Brasília (HUMBERTO, 2000d; 2000e). A inclusão de cursos de pós-graduação na modalidade EAD foi implementada em outro cliente da DTCOM, a Faculdade IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília, cujo proprietário à época era Eda Souza, esposa de Edson Machado, chefe de gabinete de Paulo Renato, Ministro da Educação no governo FHC (1995-2003) (HUMBERTO, 2000f), em cuja gestão foram aprovados os cursos à distância.

Em setembro de 2000, o Ministério Público Federal recebeu denúncia de que a DTCOM “estava prestes a ganhar uma licitação pública de cartas marcadas para fornecer curso à distância para a Caixa Econômica Federal (FOLHA DE LONDRINA, 2000), cuja articulação estaria sendo feita por EJ.

No âmbito do estado do Paraná, Mário Petrelli conseguiu que sua empresa por cerca de R\$ 1 milhão (valores da concorrência não chegava a R\$ 200 mil) transmitisse o curso de formação de gestores públicos pefelistas, sua filiação partidária e cujo presidente nacional à época era seu amigo Jorge Bornhausen. Nas palavras do então senador Roberto Requião “uma empresazinha que prestava serviço ao PFL, meteu a mão no fundo partidário do PFL para um tal curso de formação de administradores. A empresa de Eduardo Jorge, [...] de Mário Petrelli, de Leonardo Petrelli [...] cobrou R\$ 798 mil do Partido”. (CONGRESSO NACIONAL, 2000, p.319). Nesse mesmo viés da nebulosa relação público-privada, o governo Jaime Lerner, em 2001, figura muito próxima de Mário Petrelli, repassou por volta de R\$ 1,1 milhão à Universidade do Professor para a contratação de serviços da DTCOM que seriam destinados ao projeto “Esporte na Escola”. Entretanto, o Tribunal de Contas da União condenou o executivo estadual a ressarcir os cofres públicos pois houve diversas irregularidades no processo licitatório. Contudo, em 2006, a instituição de ensino superior fechou e não foi reavisto o passivo da dívida.

Em 2011, no governo Beto Richa, filho do seu “amicíssimo” (palavras de Petrelli) José Richa e candidato que Mário Petrelli apoiou tanto para o executivo municipal quanto estadual, em decisões tomadas em seu domicílio, contratou os serviços dos proprietários do Grupo RIC para prover cursos remotos preparatórios para o ENEM voltados para cerca de quatro mil

egressos e presos e 1.450 funcionários do sistema prisional – programa “Educação Sem Distância”<sup>180</sup>.

Em 2020, em meio à pandemia do coronavírus, a RIC TV de propriedade ora exclusiva de Leonardo Petrelli (haja vista o falecimento do patriarca no início ainda da covid-19) foi contratada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), por meio de dispensa de licitação<sup>181</sup>, a fim de transmitir simultaneamente conteúdos escolares e educacionais (aula remota) aos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino durante o período de afastamento no combate à doença. O investimento foi orçado em R\$ 2.700.000,00 com vigência trimestral (PARANA,2020b) e termo aditivo com a extensão de mais um mês, incluindo mais 44 cidades que não recebiam o sinal da RIC TV, no valor adicional de R\$ 800.000,00 (PARANA, 2020b). Cabe ressaltar que não houve interesse de outras emissoras de televisão, sequer a TV Paraná Turismo, órgão do governo estadual.

Ainda se referindo à atualidade, com o prefeito da capital paranaense, Rafael Greca, as relações umbilicais de Petrelli sempre foram sempre muito presentes, quer com aliados nacionais ou locais, pois a política para Mário é “ arte de engolir sapo. É a arte de somar”. (PETRELLI, 2013,p.61). O curitibano Rafael Valdomiro Greca de Macedo, ex-deputado estadual e federal pelo PFL e atual prefeito de Curitiba (DEM), foi Ministro de Esportes e Turismo no governo FHC, pelo PFL (2000), teve Mário Petrelli como um dos seus grandes defensores para ocupar o cargo ministerial. No entanto, segundo Humberto (2000a), essa atitude se revestiu de predicados clientelistas haja vista que o empresário midiático estava viabilizando um importante complexo turístico no litoral catarinense (empreendimento de 800.000m<sup>2</sup> para imóveis residenciais, comerciais e de serviço - Palmas do Arvoredo). A relação de ambos se estende para as famílias que se conhecem há mais de sessenta anos, inclusive Mário era um dos grandes cooperadores do mandato vigente de Greca, contudo Gonzaga Petrelli negou o recebimento de favores públicos oficiais. (HUMBERTO, 2000b).

Dentre outros possíveis atores do sistema coronelismo eletrônico que constam dos critérios de identificação propostos no capítulo anterior que merecem ser citados são os integrantes do mercado da comunicação que conseguiram converter seu capital em votos necessários para ocupar uma cadeira no parlamento. Nesse contexto, a RIC TV teve entre seu

---

<sup>180</sup> Consta no Portal da Transparência do Governo do Paraná que, em 2011 – ano que foi aplicado o curso EAD, o único crédito destinado à DTCOM com rubrica designada para treinamento (valor de R\$ 1.750,000) foi estornado em virtude da não utilização de saldo. (PARANA, 2020a).

<sup>181</sup> Cf. Lei Federal 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

corpo de funcionários o apresentador Cobra Repórter (Devanil Reginaldo da Silva) que conduziu por quatro anos o programa *Balanço Geral – Londrina* (2010-2014), alcançando uma das maiores audiências regionais no estado do Paraná, e *Cobra Repórter na TV* (2015-2017), ambos na RIC TV. O comunicador, cujo município eleitoral é Londrina (mesma cidade da família Vieira-Richa) foi eleito pelo PSD para o quadriênio 2015-2018, apoiando a candidatura vitoriosa de reeleição de Beto ao governo. Fez parte da base de apoio e estiveram juntos em diversos eventos políticos, inclusive foi favorável ao fatídico pacote de ajuste fiscal<sup>182</sup> do governador "Se eu me posicionar na oposição, esse cara (governador) não me dá nada. Nem um papel de bala".(FOLHA DE LONDRINA, 2015). Na eleição seguinte se reelege com quase o dobro dos votos da campanha anterior, apoiando para a chefia do executivo estadual Ratinho Junior, radialista e filho do proprietário da Rede Massa.

Outro personagem da mídia que conseguiu converter sua popularidade na televisão para um assento na Assembleia Legislativa do Paraná durante três mandatos seguidos (2011-) foi Gilberto Ribeiro, apresentador por doze anos (2007-2019) do programa de grande audiência *Balanço Geral – Curitiba*, da RIC TV. Segundo denúncia do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, foi a readmissão, em 2011, de Gilberto Ribeiro (à época, PSB) para apresentar o programa *Balanço Geral*. Ele fazia parte da base do governo Beto Richa e era do mesmo partido do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci. "Há rumores de que a emissora prefere alguém ligado ao governo dentro da sua emissora, já que ano que vem [2012] tem eleição". (SINDIJOR,2009).

No entanto, o deputado-apresentador tinha um comportamento bastante interessante com relação aos governos Richa, mesmo fazendo campanha favorável na primeira eleição, chegando a participar de carreatas pela Região Metropolitana de Curitiba. Depois de eleitos, algumas vezes ao vivo, Gilberto criticava certas medidas tomadas pelo chefe do executivo, mas durante as votações em plenário na ALEP subvertia sua opinião dada em seu programa e votava favoravelmente ao governo, em uma clara ação fisiologista, haja vista que fazia parte do bloco governista (Entrevistado 3, 2020). Em outro momento na TV, Cida Borghetti, então vice-governadora, assumiu, em 2018, a titularidade do executivo por ocasião do afastamento de Beto para concorrer ao senado federal. Ao completar oitenta e dois dias de sua gestão como governadora foi ao programa de Gilberto, onde foi recebida com cordialidade, beijos na mão e

---

<sup>182</sup> Em 29 de abril de 2015, 31 deputados votaram pela aprovação do ajuste fiscal de Richa, que entre outras medidas tirava mais de R\$ 130 milhões por mês dos cofres da previdência para cobrir o rombo nas contas públicas do estado

no rosto, afagos e abraços, deixando a entrevistada à vontade para comentar sobre sua governança, sem lhe causar qualquer desconforto crítico. (BORGHETTI, 2018). Cida na eleição para governador, em 2018, foi apoiada por Beto (antes de sua prisão), amigo de Leonardo, filho de Mário, fundador da RIC TV.

Outro exemplo, em Curitiba, envolveu discussões envolvendo jornalismo e posicionamento político entre um integrante da RIC TV, Dary Junior, ex- chefe de reportagem que apresentou o Balanço Geral – Curitiba interinamente em algumas oportunidades. De acordo com SindiJor, a demissão de Dary pesou porque ele tinha “uma postura opinativa sobre questões do cotidiano, temas pontuais e que, muitas vezes, confrontavam a administração do município de Curitiba e do Governo do Estado“. No entanto, a demissão do jornalista não foi o motivado exclusivamente pelo seu posicionamento ante ao governo, segundo Entrevistado 2 (2020), ele acredita que a concorrência interna pela vaga de diretor de jornalismo foi o mote principal. No entanto, Entrevistado 2 (2020) declarou que Leonardo Petrelli é subserviente a qualquer governo que estiver no mandato. Com Richa não foi diferente, em 2011, época de grandes problemas na segurança pública, antes da entrevista do governador no estúdio da RIC TV, Leonardo ordenou ao entrevistador que não houvesse “pegadinhas” (Entrevistado 2,op.cit). Mesmo posicionamento parcial teve a emissora no ano de 2018, época em que Beto concorreu vitoriosamente à reeleição no executivo municipal e foi entrevistado. O mandatário local em conversa com Leonardo Petrelli, após o evento, criticou as perguntas que o foram direcionados e que não estavam no roteiro.

Outro caso envolvendo o jornalismo da RIC TV e o jogo político paranaense ocorreu durante o processo de cassação<sup>183</sup> do presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, João Cláudio Derosso. O imbróglio se arrastou entre julho de 2011 e junho de 2012 e teve como desfecho o afastamento e a subsequente cassação de mandato do parlamentar por meio de decisão do TRE/PR. No transcurso de todo processo de contraditório e do rito legal, Leonardo Petrelli orientou que o enquadramento noticioso relacionado ao indiciado fosse de crítica, a fim de colocar a emissora do dirigente em uma posição de relevância e respeito no campo midiático local. (Entrevistado 1, 2020).

---

<sup>183</sup> Derosso foi acusado de uma série de irregularidades em contratos de publicidade da Câmara, assinados quando estava na presidência. Investigação do Tribunal de Contas revelou gastos de mais de R\$ 30 milhões com publicidade entre 2006 e 2011. Entre as empresas contratadas estavam a Oficina da Notícia, de propriedade da jornalista Cláudia Queiroz, esposa do vereador. Ele também responde processo pela contratação de funcionários "fantasmas", de acordo com denúncia do Ministério Público do Paraná.

Durante o governo Beto, o ano de 2014 chamou a atenção. A atual deputada federal Joice Hasselmann (PSL/SP), jornalista e então âncora do telejornal matutino *Paraná no Ar*, da RIC TV Record foi afastada de suas funções na emissora face às suas reiteradas denúncias acerca de propinas existentes no governo Richa à época:

Eu [Joice] fui chamada para a reunião com o então presidente da RIC do Paraná, Leonardo Petrelli. Ele, com todas as letras, me disse que nesse ano “especial” [ano que Beto concorreria à reeleição] a RIC TV Record havia optado por outro tipo de jornalismo, mais “tranquilo”, ou seja, menos combativo, menos investigativo e que eu, nas palavras dele, era forte demais. Claro que eu, como colunista forte e independente nunca me encaixaria nesse tipo de jornalismo. Por tais razões fui afastada do ar, mesmo com meu contrato vigente. Perguntei claramente qual foi o acordo com a tropa de choque da política nativa já denunciada por essa colunista e que frequentemente tentava me pressionar através dos gestores pelo meu trabalho não só na TV como no meu blog e questionei quais denúncias influenciaram tal decisão editorial. (VIOLIN, 2014).

Em 29 de agosto de 2018, outro caso de arranjo de interesses midiáticos envolvendo a família Petrelli tornou-se pública, só que desta vez no Grupo ND, emissora NDTV Florianópolis. No programa Balanço Geral do meio-dia, durante o merchandising do apresentador, foi veiculado um vídeo de Luciano Hang, proprietário da rede de lojas de departamento Havan, um dos maiores patrocinadores da emissora. Nesta exibição, que seria teoricamente publicitária, o empresário anuncia seu apoio à candidatura de Jair Bolsonaro e faz um discurso ativista de cunho político-eleitoral, caracterizando campanha eleitoral antecipada. Segundo Entrevistado 1 (2020), Marcelo Petrelli sabia que o vídeo seria veiculado e assumira à época possíveis transtornos legais e desdobramentos políticos. A fim de minimizar as críticas recebidas, foi veiculada nota de esclarecimento sobre o vídeo na programação da rede NDTV que não teve a intenção de apoiar ou prejudicar a imagem de qualquer candidato, coligação ou partido político. (BALANÇO GERAL, 2018).

O então governador Roberto Requião (PMDB), em entrevista à Folha de S.Paulo no ano de 2008, emitiu mais uma de suas prosaicas declarações, nessa declarou que a mídia era paga e subsidiada pelo capital. (VALLE, 2008). Neste escopo declaratório que encontra verossimilhança e ressonância no sistema midiático brasileiro, a relação midiática de Leonardo Petrelli com a política local/nacional e com o capital econômico tem destacada sobreposição. Diversas passagens empíricas na emissora proporcionaram constatar esse traço de dependência institucional do capital financeiro com a pequena política gramsciana, da política de barganha,

de compromissos político-eleitorais, do enquadramento seletivo e parcial noticioso e da retribuição monetária por meios silentes de pagamento.

Um momento em que o sistema coronelismo eletrônico pode ser evidenciado, principalmente em relações de clientelismo e patrimonialismo, ocorreu durante a inauguração, em novembro de 2018, do Parque das Águas pela Prefeitura Municipal de Pinhais. A RIC TV acompanhou esse evento *in loco* e produziu matéria que foi ao ar em programa jornalístico de grande audiência da emissora. Coincidentemente, durante os intervalos comerciais desse telejornal, inserções comerciais sobre o município de Pinhais e a eficácia da chefia do poder local (que concorrerá reeleição em novembro de 2020) e da administração municipal foram veiculadas em uma forma dissimulada de pagamento pela matéria jornalística sobre a inauguração do parque municipal.

Durante a pandemia do novo coronavírus, segundo Entrevistado 4 (2020), a Assembleia Legislativa do Paraná ampliou os gastos de publicidade referentes às ações no combate à doença no estado paranaense e, paralelamente, por determinação da direção técnica da emissora, o enquadramento noticioso em questões referentes à ALEP deveria ser positivo. Comportamento semelhante teria que ser dado na matéria jornalística atinente à reforma no prédio da Assembleia, onde havia a previsão da construção de mais um elevador no local. Durante a argumentação ao vivo do âncora do telejornal quanto à real necessidade de se gastar verba pública nessa reforma, o jornalista recebeu orientações pelo ponto auricular de “pegar leve”, de ter “calma” nos questionamentos, além de ter sido repreendido pelo seu superior em razão do descontentamento de Leonardo Petrelli ao tomar ciência desse fato. Acrescente-se a esses casos de seletividade noticiosa o fato da grande perda de verbas publicitárias das emissoras durante a pandemia covid-19, chegando até 98% do faturamento. (Entrevistado 5, 2020).

Ainda no escopo de cifras publicitárias estatais, considero relevante e conexo o caso do agendamento jornalístico na entrevista, ocorrida em janeiro de 2016, protagonizada por Richa, no quadro *Oito em Ponto* do jornal matutino da RIC TV, apresentado por Denian Couto, ex-diretor da então TV E-Paraná. Durante a entrevista, segundo Galindo (2016), o rumo tomado pelo entrevistador nos questionamentos foi de parcialidade e de viés tendencioso em favor do mandante. Outro episódio neste viés de seletividade, ocorrera em outra entrevista, 28 de abril de 2015, um vazamento de áudio, um breve diálogo entre o mesmo jornalista e o governante: “– Cara, foi excelente” e Richa responde: “– Foi?”. (GALINDO, 2016). A condução de ambas as entrevistas atendeu o direcionamento e as peculiaridades tendenciosas de Leonardo Petrelli

em favor de uma projeção favorável do mandão estadual ante à opinião pública, versão corroborada por outro - Entrevistado 6 (2020). É importante ressaltar que, durante o governo Beto Richa, segundo Paraná (2020a), as emissoras de rádio e TV do Grupo RIC receberam oficialmente verbas estatais com rubricas destinadas à divulgação de propaganda institucional nas cifras<sup>184</sup> de R\$ 5, 8 milhões (2014), R\$ 13,9 milhões (2017) e R\$ 9,1 milhões (2018).


Outro episódio interessante e crível da pertinência do arranjo tripartite do coronelismo eletrônico no Paraná, mas que requer um amadurecimento de evidências materiais na triangulação sistêmica abaixo, ocorreu em 2014, e envolveu o então deputado federal André Vargas (PT/PR). À época, o parlamentar foi acusado e futuramente condenado<sup>185</sup> de participação em um esquema de corrupção que envolveu diversas instituições em contratos de serviços de publicidade não prestados, incluindo nesse rol a TV Independência dos Petrelli que contratou por R\$ 60.000,00 uma dessas empresas denunciadas (figuras 13 e 14), junto com a agência Borghi Lowe e a Caixa Econômica Federal, representada por Claur Luiz dos Santos, diretor de marketing da empresa pública entre os anos de 2007 e 2015. Face ao desgaste crescente da imagem público do parlamentar, Leonardo Petrelli, segundo Entrevistado 1 (2020), solicitou que o posicionamento jornalístico da RIC fosse de apoio a André no intuito de melhorar sua receptividade midiática. Contudo, o que torna esse episódio interessante é que a CEF consta no portfólio de clientes (figura 12) da DTCOM e tem um histórico prévio de relacionamento com os Petrelli, bem como o jornalista Claur Santos que foi funcionário integrante da redação da emissora na década de 1990, antes de ingressar naquela instituição bancária (Entrevistado 1, 2020).

---


<sup>184</sup> As verbas tiveram como órgãos pagadores: COPEL, SANEPAR, FUNSAÚDE, DETRAN, SECC, COMPAGÁS E FOMENTO PARANÁ

<sup>185</sup> Cf. sentença da Ação Penal nº 502312147.2015.4.04.7000/PR, do Ministério Público Federal.

FIGURA 13 – SUPOSIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO TV INDEPENDÊNCIA OPERAÇÃO LAVA JATO - 1



Ministério da Fazenda



Receita Federal

(05589859/000100).

Outras empresas que efetuaram pagamentos para as empresas “Limiar” e “LSI” (em função de emissões de Notas Fiscais destas), supostamente tomadoras de serviços, deixaram de esclarecer à fiscalização que tipos de serviços foram prestados, seja pela “Limiar”, seja pela “LSI”, nem ao menos apresentaram contratos. Nesta situação temos, entre outras, Leograf Gráfica e Editora Ltda; Coronário Editora Ltda; JBS S/A; MCR Produções de Propaganda Ltda; Gráfica Aquarela S/A; Stilgraf Artes Gráficas; MPV7 Comércio e Serviços e TV Independência.

A fiscalização da DRF/Londrina não logrou obter esclarecimentos junto ao sócio Leon Denis Vargas Ilario, apesar de intimado, sendo que outro sócio Milton Vargas atualmente estaria residindo nos EUA. Já a ex-sócia Simone Imamura prestou esclarecimentos à DRF Londrina informando não ter conhecimento algum sobre a empresa “LSI”. Localizado um ex-empregado da “LSI”, de nome Rodrigo Kazuo Yoshitani, o mesmo prestou depoimento à equipe de fiscalização informando que a “LSI” não tinha funcionários, que não conhecia nem nunca teve contato com clientes da “LSI”.

As diligências continuam sendo procedidas em outras empresas de razoável porte, mas ao que tudo indica a maioria das apurações resultará na conclusão de que “Limiar” e “LSI” receberam valores de diversas empresas, destacando as do ramo de produções de filmes, a pedido ou orientadas principalmente pela empresa de propaganda e marketing Borghi Lowe, **sem que tivessem de fato prestado qualquer serviço.**

Assim, era o que parcialmente podemos destacar de importante para instrução do procedimento investigatório em tela.



Respeitosamente,

ROBERTO LEONEL DE OLIVEIRA LIMA  
AFRFB MATRÍCULA 1313  
Chefe do Escritório de Pesquisa e Investigação na 9ª Região Fiscal

FONTE: Receita Federal (2020)



FIGURA 14 – SUPOSIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO TV INDEPENDÊNCIA OPERAÇÃO LAVA JATO - 2

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB Copes - Coordenação-Geral de Programação e Estudos		Data: 30/03/2015		
		Página: 4 de 91		
Dossiê  Integrado				
CNPJ: 10.874.328/0001-90				
Nome Empresarial: LIMAR CONSULTORIA E ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA				
		R\$ 270.809,80      R\$ 8.079,12      R\$ 0,00		
* O totalizador dos Rendimentos Brutos poderá apresentar valor maior do que o real se o contribuinte tiver retenção nos códigos : 1708, 3280, 3746, 3770, 4085, 4397, 4407, 4409, 5944, 5952, 5960, 5979, 5987, 6228, 6230, 6243 e 6256. Consulte o AJUDA deste aplicativo para detalhes.				
<b>Dirf Resumo - Ano Retencao 2010 - Ocorrências - 1708 IRRF - REMUNER SERV PRESTADOS POR PJ</b>				
CNPJ/CPF	Nome Declarante	*Rend.Bruto	Imp.Retido	Deduções
<b>Fundos/Clubes de Investimento</b>				
02.916.265/0001-60	JBS SA	R\$ 200.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00
05.589.859/0001-00	SAGAZ DIGITAL PRODUCOES DE VIDEOS E FILMES LTDA	R\$ 23.400,00	R\$ 351,00	R\$ 0,00
07.949.950/0001-06	ZULU FILMES LTDA	R\$ 64.019,00	R\$ 960,28	R\$ 0,00
08.107.984/0001-16	LUA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	R\$ 17.504,43	R\$ 262,57	R\$ 0,00
09.098.419/0001-00	GRAFICA SANTA MARTA LTDA	R\$ 28.669,80	R\$ 430,05	R\$ 0,00
09.126.176/0001-69	PROMOGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	R\$ 1.954,00	R\$ 29,31	R\$ 0,00
09.131.911/0001-22	LUIZ PORTELA PRODUCOES LTDA ME	R\$ 9.700,00	R\$ 145,50	R\$ 0,00
09.686.959/0001-05	FLAVIO MARC MANIPULACAO DIGITAL LTDA	R\$ 2.303,00	R\$ 34,54	R\$ 0,00
51.624.906/0001-18	ANTARES COMERCIO E SERVICOS LTDA.	R\$ 5.426,00	R\$ 81,39	R\$ 0,00
67.935.122/0001-40	STILGRAF ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	R\$ 17.180,00	R\$ 257,70	R\$ 0,00
68.153.956/0001-67	INK GERACAO E PRODUCAO DE CONTEUDOS LTDA	R\$ 4.710,00	R\$ 70,65	R\$ 0,00
73.291.817/0001-30	MPV7 COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 40.711,00	R\$ 610,66	R\$ 0,00
79.107.918/0001-94	TV INDEPENDENCIA S/A	R\$ 60.000,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
<b>Total:</b>		R\$ 475.577,23	R\$ 7.133,65	R\$ 0,00

FONTE: Receita Federal (2015)

Observando que a maioria dos casos acima descritos envolveram o emprego de verbas públicas destinadas ao serviços de publicidade, solicitei, via Lei de Acesso à Informação, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (instituição responsável pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República que controla essas verbas), em 1º de julho de 2020, informações referentes aos valores dos pagamentos efetuados pelo próprio ministério com publicidade oficial entre os anos de 2003 e 2019 para emissoras de TV do

Paraná (figura 15). Entretanto, deparei-me com ações protelatórias quanto à minha requisição de informações que foi protocolado no início de julho. Após sucessivas ações de encaminhamento e reencaminhamento entre o MCTIC e a SECOM, em 5 de outubro (96 dias após a data de protocolização do pedido), foi publicado a resposta de minha demanda – “procurar pelas informações na internet.”

Por fim, encerrando os estudos genealógicos e biográficos de Leonardo Petrelli, podemos graficamente demonstrar parte de sua rede de parentela e suas conexões com o Estado na figura 16.

FIGURA 15 – REQUERIMENTO VERBAS PÚBLICAS TVS ESTADO PARANÁ/ MCTIC

Teor			
<b>Fale aqui</b> Solicito informar valores dos pagamentos efetuados com publicidade oficial entre os anos de 2003 a 2019, pelo Ministério das Comunicações/ Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações, para emissoras de TV do estado Paraná e para a TV RECORD/SP			
<b>Anexos Originais</b> Não foram encontrados registros.			
Manifestação			
<b>Tipo de manifestação</b>	Acesso à Informação		
<b>Número</b>	01390.001736/2020-73		
<b>Esfera</b>	Federal		
<b>Órgão destinatário</b>	MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		
<b>Serviço</b>	-		
<b>Órgão de interesse</b>	-		
<b>Assunto</b>	Outros em Comunicações		
<b>Subassunto</b>			
<b>Tag</b>	-		
<b>Data de cadastro</b>	01/07/2020		
<b>Prazo de atendimento</b>	05/10/2020		
<b>Situação</b>	Concluída		
<b>Registrado por</b>	Cidadão		
<b>Modo de resposta</b>	Pelo sistema (com avisos por email)		
<b>Canal de entrada</b>	Internet		
01/07/2020 20:24	Cadastro	-	
02/07/2020 08:24	Análise	SIC	
02/07/2020 13:59	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para o órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
03/07/2020 18:07	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para o órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
24/07/2020 17:16	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para o órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
10/08/2020 19:59	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para o órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
13/08/2020 11:50	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para o órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
28/08/2020 09:10	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para o órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
28/08/2020 16:35	Encaminhamento	SIC	Manifestação reencaminhada do órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para o órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
15/09/2020 15:42	Encaminhamento	SIC	Manifestação 01390.001736/2020-73 encaminhada do órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para o órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

15/09/2020 15:42	Prorrogação	SIC	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria
15/09/2020 19:08	Encaminhamento	SIC	Manifestação 01390.001736/2020-73 encaminhada do órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para o órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
15/09/2020 19:08	Prorrogação	SIC	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria
15/09/2020 19:33	Encaminhamento	SIC	Manifestação 01390.001736/2020-73 encaminhada do órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para o órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
15/09/2020 19:33	Prorrogação	SIC	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria
15/09/2020 20:12	Encaminhamento	SIC	Manifestação 01390.001736/2020-73 encaminhada do órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para o órgão SECOM-PR – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
15/09/2020 20:12	Prorrogação	SIC	Reinício de prazo após encaminhamento da manifestação para outra Ouvidoria
21/09/2020 14:40	Migração de manifestações	SIC	Migração da manifestação para o órgão MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
05/10/2020 11:52	Cadastro	SIC	Alteração do assunto da manifestação
05/10/2020 11:52	Registro Resposta	SIC	Resposta Conclusiva

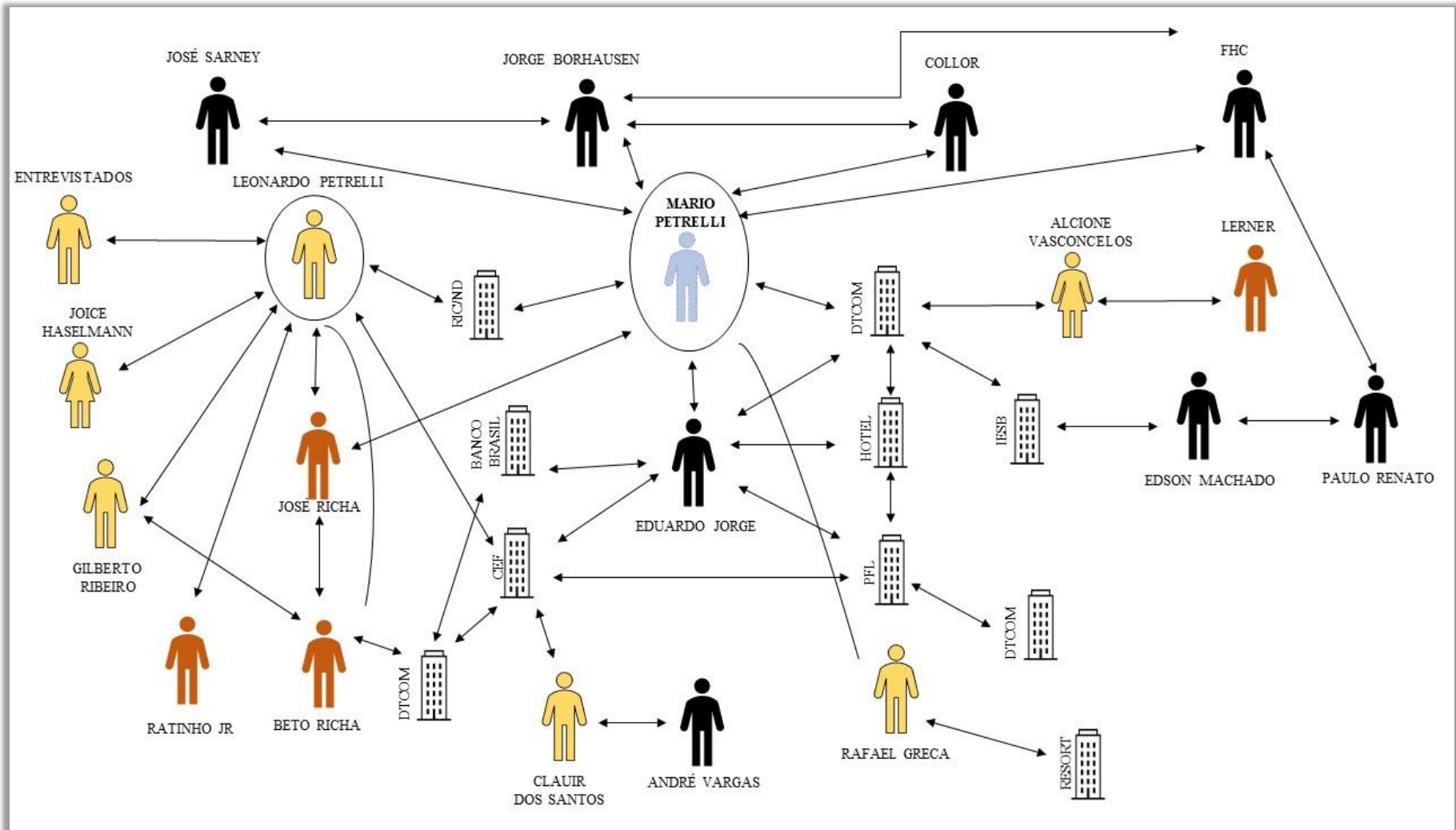
Respostas e históricos de ações 

**Respostas**

Publicação	Tipo	Respondente	Responsável	Decisão	Especificação da Decisão	Destinatário Recurso 1*	Prazo para percorrer
+ 05/10/2020 11:52	Resposta Conclusiva	Ricardo Luis Neves Cardoso	Secretaria de Publicidade e Promoção do Ministério das Comunicações	Acesso Concedido	Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na Internet ou em publicações existentes	Secretário de Publicidade e Promoção do Ministério das Comunicações.	15/10/2020

FONTE: Fala.BR (27 out. 2020)

FIGURA 16- ESTRATO DA REDE DE PARENTELA. INFLUÊNCIA E PODER DE MÁRIO PETRELLI



FONTE: autor

NOTA:  NACIONAL  REGIONAL  LOCAL

## 5.2 DE SIÃO AO BILHÃO - UMA ELITE SEM NOME E SOBRENOME

“Sou apaixonado por política” (RATINHO, 2018)

“Sempre fui político” (RATINHO, 2019)

“Carlinhos” nasceu, em 1956, em Águas de Lindoia/SP, município limítrofe com a divisa de Minas Gerais. Terceiro dos cinco filhos do humilde casal de agricultores Domingos e Maria. Foi criado até os quatro anos em Monte Sião (município mineiro), quando depois se muda com a família para o norte do Paraná no início do fluxo migratório interno do país, em busca de novas terras férteis para a cafeicultura.

Foi em Marumbi, na região da Serrinha, município cuja população não passava de cinco mil habitantes, que a família Massa se instalou em busca de melhores condições de vida. Domingos iniciou suas atividades laborais na lavoura de café no sistema meeiro, mas foi como servente de pedreiro que se consolidou. Carlos Massa inicia seus dons comerciais ainda aos oito anos quando vai trabalhar de engraxate, de palhaço e vender pirulito no circo. Começa a ficar conhecido, mas é no campo de futebol, em função da sua compleição física frágil e da sua agilidade, que recebeu a alcunha Ratinho de Valdomiro Sobrinho (atual prefeito de Mundo Novo/MS).

Mas é em Jandaia do Sul, município adjacente à Marumbi (cerca de 20km), com treze anos, que começa a trajetória comercial e política de Ratinho – não tinha a vocação para as coisas da terra - mas na cidade fez de tudo um pouco, foi: artista de teatro, carregador de marmitta, açougueiro, lavador de carro, engraxate, limpador de defunto, feirante, corretor de imóveis, vendedor de quadro, vendedor de churrasquinho em rodoviária, operador de raios-x, vendedor de livros . A veia de negociante, que sempre esteve presente, se iniciou ainda aos quatorze anos em função da experiência adquirida com o senhor Calil, habilidoso vendedor de roupas que tinha como clientela as mulheres do prostíbulo local. (RATINHO, 2019b).

“Eu sempre quis ser popular” (RATINHO,2016). Foi com essa mentalidade que, em Jandaia do Sul, acabou se tornando muito conhecido, a ponto de sua performance em vendas na feira de rua render-lhe um convite para trabalhar na rádio. Sua estreia na radiodifusão, aos dezessete anos, ocorreu pelo convite do radialista João Vrenna, no programa *Boca no*

*Trombone*, em curtas inserções na programação, na Rádio Guaicará<sup>186</sup>, município vizinho de Mandaguari, e depois seguiu para a Rádio Cidade Jandaia.

Em razão de sua popularidade crescente, credita-se também a essa “fama” o fato de ter sido radialista episódico, recebeu o convite do ex-prefeito Hermínio Vignoli (que viria a ser eleito de novo em 1976), para ser candidato à vereança<sup>187</sup> em sua cidade. Concorreu com vinte anos pelo partido ARENA e foi eleito com a terceira maior votação, 531 (quadro 27). O resultado teve controvérsia, “chegaram a me [Ratinho] acusar de ter distribuído vale-refeição em troca de votos. É uma puta mentira. Dava bala para a molecada e pinga para a peñosada [sic]. Ficava em frente das obras e quando o pessoal terminava o dia de trabalho a gente ficava conversando [...]”. (JUNQUEIRA, 1998,p.66).

QUADRO 27 – ELEIÇÃO MUNICIPAL JANDAIA DO SUL/ 1976

<b>VEREADOR ELEITO</b>	<b>VOTOS</b>	<b>PARTIDO</b>
José Rodrigues Borba	659	ARENA
Salvador Ruiz	587	ARENA
<i>Carlos Roberto Massa</i>	<i>531</i>	<i>ARENA</i>
Ernesto Bacarin <sup>188</sup>	452	ARENA
José Marques da Silva	381	ARENA
Gilson Medeiros de Melo	359	ARENA
José Faria de Moraes	334	ARENA
Orlando Cracco	273	ARENA
Eduardo Fulini	244	ARENA
Hermano Sonni	218	MDB
Jonas Morales Azolini	216	MDB
<b>PREFEITO ELEITO</b>	<b>VOTOS</b>	<b>PARTIDO</b>
Hermínio Vignoni	3.988	ARENA

FONTE: TRE/ PR

Entre 1977 e 1979, exerceu a função de primeiro-secretário e, em 1980, presidente da Câmara Municipal, sendo um aliado do prefeito eleito (Hermínio Vignoni), pessoa quem o convidou para concorrer no pleito. A popularidade como vereador, sobretudo nesta fase como

<sup>186</sup> A mesma rádio foi adquirida (70%) pelo próprio Ratinho, em 2018, por mais de R\$ 1 milhão (CORREIO DE NOTÍCIAS, 2018)

<sup>187</sup> Em algumas entrevistas, Carlos Massa ao se referir à vereança, comentou que “não ganhava nada como vereador”. (RATINHO, 2018b). É interessante destacar que somente a partir de Lei Complementar sancionada em 1975 (BRASIL, 1975), os vereadores tiveram direito à remuneração que variava de acordo com a população municipal (em Jandaia do Sul, um vereador poderia receber entre 3% e 15% da remuneração de um deputado estadual paranaense. No entanto, em 1960, o então prefeito de Jandaia do Sul, Luiz Antonio dos Santos, sancionou a Lei Municipal nº 215, concedendo um subsídio para os vereadores de 18 mil cruzeiros anuais e diárias de 300 cruzeiros por comparecimento a cada sessão. Contudo, de acordo com Lázaro Jr e Abrão (2018), não há informações oficiais sobre se foi realmente paga essa benesse e sua periodicidade.

<sup>188</sup> Padrinho de casamento do casal Ratinho e Solange, ocorrido em 1981.

radialista mais consolidado, continuava em alta e, em 1982, se reelegeu, dessa vez pelo PMDB, sendo o vice-líder em votos (quadro 28).

QUADRO 28 – ELEIÇÃO MUNICIPAL JANDAIA DO SUL/ 1982

VEREADOR ELEITO	VOTOS	PARTIDO
Milton José Pupio Filho	703	PMDB
Carlos Roberto Massa	560	PMDB
Fredi Teles da Silva	494	PMDB
João Maximiano	392	PMDB
Oswaldo Farinazzo	350	PMDB
Wilton Aparecido Pontara	319	PMDB
Jomas Morales Azolini	280	PMDB
Neri Simm	254	PMDB
Salvador Ruiz	233	PDS
Ramon Peres	215	PDS
Nelson Costenaro	204	PDS
PREFEITO ELEITO	VOTOS	PARTIDO
Perseu Pugliesi	3.173	PMDB

FONTE: TRE/PR

No entanto, no início de 1983 se licenciou e foi ocupar, por intermédio do deputado federal Borges da Silveira<sup>189</sup>, cargo de oficial-de-gabinete do Secretário de Cultura e Esporte do Paraná<sup>190</sup>, Fernando Ghignone, durante a gestão de José Richa (1983-1986), ficando nessa função até 1986, quando reassumiu seu cargo de vereador na sua cidade. Sua transferência para Curitiba se motivou por necessidades financeiras

como eu era oposição, em Jandaia, muitas portas se fecharam e começou a faltar o essencial em casa. Nosso filho [Ratinho] Júnior estava crescendo e minha mulher estava grávida (os gêmeos Gabriel e Rafael estavam a caminho. [...]) Pedi uma passagem para o prefeito, e como eu era adversário dele, acabou me arrumando mesmo, só para me ver livre daquele sujeito ‘curuca’ que eu era. (JUNQUEIRA, 1998, p.72-73).

Acrescenta-se aos motivos de sua ida para a capital, a sua curiosa demissão da rádio - o fato de ter mais destaque midiático que o próprio dono da rádio, Pinga Fogo de Oliveira. “Ele foi muito sincero [...] chegou até mim e falou: Ratinho vou ter que te mandar embora porque está recebendo mais cartas que eu e está ficando chato” (RATINHO, 2018a)

<sup>189</sup> Vice-prefeito de Pato Branco/PR (1976-1978); Deputado Federal/PR (1979-1983; 1983-1987; 1987-1991); Ministro Saúde (1987-1989).

<sup>190</sup> Como funcionário de gabinete ganhava em torno de um salário e meio e realizava a apresentação dos festivais que a secretaria organizava.



Na capital trabalhou também de maneira informal, mas em razão da sua experiência prévia na radiodifusão de sons, trabalhou no programa matutino *Hora do Trabuço*, na Rádio Nova, São José dos Pinhais (1984), *Programa Canário & Ratinho*, na Rádio Globo, em Curitiba (1985), *O Povo Reclama*, na Rádio Colombo, na capital (1986), essa em parceria com Carlos Simões<sup>191</sup> que prosseguiria para a Rádio Difusora (que pertencia ao grupo composto também pelas Rádios Ouro Verde e Caiobá, cujo sócio do conglomerado era João Elísio, vice-governador do Estado no mandato José Richa), último estágio até a televisão. Em uma forma de retribuição, Carlos Massa, quando comentava assuntos que tinha ligação com a educação e cultura ou com integrantes próximos ou do próprio governo, aplicava uma narrativa positiva com fisiologismo. (BUCHI, 2020).

Seu nome passa a ter grande projeção no ambiente curitibano, sua participação nas emissoras de rádio mais populares e de programação assistencialista e policial o cancelaram a concorrer a uma vaga na vereança da capital. O pleito de 1988 (quadro 29) teve como vencedor a chapa Jaime Lerner e Algacir Tulio (PDT) para a chefia e vice-chefia do Executivo e Ratinho como o terceiro postulante mais votado (7.266), perdendo apenas para os comunicadores Luiz Carlos Martins (PMDB) e Carlos Xavier (PMDB, seu ex-companheiro de Rádio Colombo).

QUADRO 29 - ELEIÇÃO MUNICIPAL CURITIBA/ 1988

VEREADOR ELEITO	VOTOS	PARTIDO
Luiz Carlos Martins	13.615	PMDB
Carlos Xavier Simões	12.048	PMDB
<i>Carlos Roberto Massa</i>	<i>7.266</i>	<i>PMDB</i>
Jorge Samek	5.923	PMDB
Nely Lidia Valente	5.391	PMDB
Mauro Rafael Moraes e Silva	5.197	PMDB
Lais Peretti Gurtensten	4.767	PMDB
Geraldo Bobato	4.714	PTB
Hidekazu Takayama	4.669	PMDB
Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)	4.441	PT
Silvio Miranda	4.235	PT
Jonatas Pirkiel	4.167	PMDB
Ailton Cardozo de Araújo	4.131	PMDB
Jairo Marcelino da Silva	3.866	PL
Luiz Ernesto Alves Pereira	3.818	PMDB
Jorge Luis Bernardi	3.754	PDT
Marcos Valente Isfer	3.586	PFL
José Gorski	3.510	PDT
Fabiano Braga Cortes Junior	3.497	PFL

<sup>191</sup> Vereador em Curitiba no mesmo mandato que Ratinho (1988-1992); deputado estadual (1991- 2009); seu mandato foi impugnado, em 2009 pelo TRE/PR, pois durante sua campanha de 2006, se utilizou do seu programa televisivo e divulgava a distribuição de bens e serviços. Este programa, de grande audiência na região da grande Curitiba, era utilizado para a divulgação e a promoção de clientelismo e assistencialismo eleitoral. Eram distribuídas cadeiras de rodas, óculos, inaladores e fraldas. No local, foram encontrados títulos eleitorais e cadastro das pessoas beneficiadas. (FREITAS, 2010).

Paulino Pastre	3.492	PDT
João Derosso	3.487	PL
Angelo Vanhoni	3.470	PT
Mario Celso Puglielli da Cunha	3.330	PMDB
Geraldo Yamada	3.315	PTB
Horácio Sobrinho	3.254	PL
José Aparecido Alves	3.241	PDT
Julio Hideo Ando	3.138	PFL
Aldemir Manfron	3.075	PTB
Cesar Seleme Kehrig	3.052	PL
Rosa Maria Chiamulera	2.770	PTB
Tito Zeglin	2.699	PTB
Jairo Cezar de Oliveira	1.807	PDT
Edson Muhmann	1.716	PDT

FONTE: TRE/PR

Na telinha, em 1989, o já vereador iniciou sua trajetória como repórter policial que durou seis anos no programa *Cadeia*, transmitido pela emissora OM (Grupo Organizações Martinez)<sup>192</sup>, renomeada, em 1993, CNT/Gazeta<sup>193</sup>, trabalhando ao lado e, depois, sucedendo<sup>194</sup> o apresentador Luiz Carlos Alborghetti<sup>195</sup>. Nesse ínterim, em 1990, candidatou-se vitoriosamente a cadeira de deputado federal pelo PRN, mesmo partido do dono de sua emissora que também era presidente regional do partido, José Carlos Martinez, e do candidato vencedor à presidência – Fernando Collor de Mello.

Sua passagem por Brasília foi considerada pelo próprio como “ a pior experiência da minha vida”. (RATINHO, 2019a). Segundo o comunicador (op.cit), apresentou vários projetos de lei, diferentemente do que consta nos relatórios da Câmara dos Deputados - o parlamentar enviou apenas três propostas de projeto de lei, durante seus quatro anos de mandato, além de

<sup>192</sup> Um contrato assinado em março de 1992 garantiu espaço nos horários da TV Gazeta paulista, ficando a programação a cargo da OM. Assim, entrou no ar a OM, a 1ª rede nacional formada fora do eixo Rio-São Paulo. A programação gerada de Curitiba era retransmitida por 10 emissoras dos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Brasília.

<sup>193</sup> A emissora trocou de nome em virtude do desgaste dos proprietários com escândalos políticos, inadimplência com funcionários e crise econômica. Em maio de 2000, CNT e Gazeta anunciaram a ruptura da parceria.

<sup>194</sup> Ratinho assumiu a bancada do programa em razão da transferência do apresentador-deputado (PRN) Luiz Carlos Alborghetti para a TV Independência que durante as eleições de 1994 traiu o derrotado José Carlos Martinez (diretor-presidente da emissora que veiculava o programa *Cadeia* - CNT) e fez campanha para Max Rosenmann (eleito) para a Câmara dos Deputados. (BUCHI,2020).

<sup>195</sup> Vereador em Londrina (1982-1986), Deputado Estadual (PR) por quatro mandatos consecutivos (1986-2002). Apresentador caricato do programa *Cadeia* que foi criado em 1976, na rádio Tabajara, de Londrina (PR). Em seguida, foi para a rádio Londrina. Depois foi convidado pela família Martinez (donos da CNT) para montar um programa de TV. Em 82, ingressa na TV com o mesmo programa que à época só tinha cinco minutos. Permaneceu por 15 anos na CNT.

uma emenda de plenário e um requerimento de informação<sup>196</sup>, todos arquivados. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Fez uso da palavra no Plenário apenas dezessete vezes durante o seu mandato, abordando os seguintes tópicos:

- Leitura da carta do ex-Deputado Federal José Carlos Martinez ao Presidente Fernando Collor sobre o entendimento nacional e a crise econômica por que passa o país (out./91);
- Exaltação à política econômica adotada pelo Governo Federal.(março/92);
- Denúncias formuladas pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima sobre irregularidades praticadas pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, na aplicação de recursos do FGTS (maio/92);
- Posicionamento contrário à criação do Estado de Iguazu (dez./92);
- Posicionamento desfavorável quanto à criação do Estado do Iguazu (mar./93);
- Conveniência de descentralização da Administração Federal (maio/93);
- Necessidade de maior descentralização administrativa no País. (jun./93);
- Defesa do reajuste mensal de salários (jul./93);
- Importância da agilização na apreciação do Projeto de Lei nº4.850,de1990, que versa sobre a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas (ago./93);
- Apelo ao Deputado Nelson Jobim, Relator do processo de Revisão Constitucional para aceitação da proposta de adoção do imposto único (fev./94);
- Necessidade de agilização do processo de votação da revisão constitucional (mar./94);
- Repúdio a declarações do ex-Deputado Afif Domingos no programa "Bom-Dia Brasil", da Rede Globo de Televisão, criticando a atuação dos Congressistas nos trabalhos revisionais. Possibilidade de reconsideração da renúncia ao mandato parlamentar por parte do Deputado Pinga Fogo de Oliveira (abr./94);
- Contestação ao pronunciamento do Deputado Paulo Delgado ao jornal Folha de S.Paulo sobre a renúncia do Deputado Pinga Fogo (abr./94);
- Atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição-ECAD (maio./94);
- Indicação do Senador José Eduardo de Andrade Vieira para o cargo de Ministro da Agricultura no Governo do Presidente eleito FHC (dez./94).

---

<sup>196</sup> Os três PL arquivados (1991,1992 e 1993) se referiam à mudança de horário de funcionamento dos bancos, à lei orgânica dos partidos políticos e à proibição de fabricação e comercialização de brinquedos que reproduzam armas de fogo.

Além disso se enquadrava no perfil baixo clero<sup>197</sup> da Câmara, não tinha poder decisório, não conseguia emplacar projetos e era tido como massa de manobra nas barganhas dos líderes partidários.

O SR.CARLOS ROBERTO MASSA - Sr.Presidente, Sra. e Srs.Deputados  
[...] Ouvimos tantos discursos bonitos aqui-e ficamos admirados de Deputados chamados de notáveis. Na Câmara existe uma grande diferença entre o Deputado comum e o Deputado notável. O Deputado notável pode falar de 15 a 20 minutos que ninguém o incomoda enquanto o Deputado comum, se falar por cinco minutos, é interrompido pela campainha. Lembro-me de que certa vez o Deputado João Teixeira mencionou esse fato e alguém o condenou. Mas essa é a grande verdade. Portanto, este Deputado comum, que fala neste momento, quer dizer que precisamos parar de fazer discursos muito bonitos e partir para a prática. [...]  
O SR.PRESIDENTE(Cardoso Alves)-Após o pronunciamento do Deputado notável Carlos Roberto Massa, tem a palavra o Deputado Walter Nory  
O Sr. Carlos Roberto Massa-Sr.Presidente, não estou no grupo dos notáveis, mas, sim, no grupo dos comuns. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993, p.11.530).

Ainda como deputado, o apresentador já renomado regionalmente, durante todo seu mandato, foi membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), uma das 20 comissões permanentes da Câmara dos Deputados, que é constituída por 42 (quarenta e dois) deputados titulares e igual número de suplentes que visa entre suas diversas atribuições regimentais a outorga e renovação da exploração de serviços de radiodifusão e a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão (ver capítulo dois). No entanto, todas suas possíveis decisões, proposições, participações em audiências e reuniões e relatorias de projetos e mensagens durante seu mandato parlamentar (1991-94) na Comissão não se encontram disponíveis para a pesquisa, pois “não foram localizados relatórios [anuais] do período 1985 a 1994 nos inventários arquivísticos da Comissão de Comunicação e Informática (até 1989) e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (após 1989)”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Já fora do parlamento, estreou na CNT, em 1996, o também popularesco *190 Urgente* que seguia o mesmo viés do programa anterior, no entanto era mais escrachado, popularesco, usava palavrões em demasia, batia o cacete na mesa de forma irascível, destruía o cenário, jogava sapato nos câmeras e quebrava aparelhos de telefone e fax como forma de interagir com as matérias de homicídios, tráfico de drogas, roubos e casos criminais também em São Paulo – chegou a dar sete pontos de audiência (cerca de 560 mil telespectadores).

---

<sup>197</sup> Segundo Ratinho, os deputados eram classificados “em várias classes: A, B , C ... eu cheguei a ser classe Z, aquele que não manda nada” (2011).

Ano seguinte, em razão da grande audiência do programa na capital paulista (cerca de três pontos), recebeu propostas, em São Paulo, das emissoras Bandeirantes, Record, Manchete e SBT. Optou pela primeira, assinou contrato, mas João Jorge Saad (presidente do Grupo), ao descobrir quem era o contratado, desfez o acordo. Logo em seguida, formalizou vínculo laboral com a Record, apresentou o *Ratinho Livre*, onde ficou um ano. No entanto,

O [bispo] Honorilton Gonçalves [diretor TV Record] estava implicando muito com o meu programa. Me repreendia, me ameaçava toda hora, dizia que ia me mandar embora toda hora. [...] Quer saber de uma coisa? Eu vou esperar a primeira oportunidade, quando alguém me convidar eu vou embora. E falei para ele [...] e o bispo disse: você pode ir a hora que você quiser.(RATINHO, 2018).

Além disso, Ratinho (2017) acrescentou a sua saída a pouca liberdade editorial que tinha na emissora. Assim, o SBT, em 1998, o contratou, após pagar uma multa rescisória de valores elevados que divergem nas cifras – para Lee (1999) foi de R\$ 14 milhões, diferentemente de Stycer (2018), 43 milhões (equivalente a R\$ 144 milhões nos valores corridos em 2018). Carlos Massa tinha um salário de R\$ 10 mil, na CNT, subiu para R\$ 120 mil, na antiga emissora, e passou a ganhar mensalmente R\$ 1,2 milhão, além de R\$ 9.850.000 a título de luvas, no novo canal.(SOLNIK, 1998).

Em novembro de 2007 adquiriu do ex-governador Paulo Pimentel, por cerca de R\$ 70 milhões (cifras advindas da venda de sua fazenda em Mato Grosso), as redes de TV integrantes de seu grupo de comunicações composta pelas emissoras TV Iguaçu (Curitiba, fundada em 1967), TV Tibagi (Apucarana), TV Naipi (Foz do Iguaçu) e TV Cidade (Londrina), retransmissoras do SBT, que serviram de base para a formação da Rede Massa de Televisão.

Meus [Paulo Pimentel] negócios não estavam bem. Meu faturamento havia caído bastante. Como eu não sou candidato a mais nada, o que eu vou fazer com televisão? Nada! Então, pensei em vender. Achei um bom comprador e vendi. Voltei ao ponto onde tudo começou: fiquei apenas com os dois jornais, O Estado e a Tribuna do Paraná. De televisão não sobrou nada, não tenho mais nada. Aliás, restou, como minha herança ao setor, o meu neto Daniel [Pimentel Slavieiro] na presidência da Abert. Isto só foi possível porque tenho bons relacionamentos, porque fui muito amigo do doutor Roberto Marinho. Por sinal, como eu ainda sou do João Roberto [Marinho]. Tanto que foram eles que puseram o meu neto lá. Porque, você sabe, quem põe o presidente da Abert é a Rede Globo. E o Daniel está no segundo mandato, foi reeleito. Fico feliz por ele.(COSTA, 2015,p.15).

Em agosto de 2012, a Rede Massa passou a contar com cinco emissoras afiliadas no Paraná: TV Iguaçu (Curitiba)<sup>198</sup>, TV Tibagi (Apucarana e Maringá)<sup>199</sup>, TV Cidade (Londrina), TV Naipi (Foz do Iguaçu e Cascavel)<sup>200</sup> e a recém TV Guará (Ponta Grossa e Francisco Beltrão)<sup>201</sup>, sendo a única rede a cobrir 100% dos 399 municípios paranaenses, e também a maior produtora de conteúdo local do estado, com 625 horas mensais de produção em HD, de acordo com o site do conglomerado.

Na radiodifusão sonora, o grupo Massa passou por um crescimento exponencial em número de emissoras de rádio. A primeira foi inaugurada em Curitiba, em 2006. Depois de quase sete anos, já uma rede com afiliadas em Maringá, Londrina, Foz, Telêmaco Borba e Paranaguá, surge a Massa FM Campinas, a primeira fora do estado paranaense. Em meados de 2018, a rede passou a ter 28 emissoras e, em 2020, quatorze anos após a primeira aquisição. O Grupo Massa detém em seu patrimônio 45 rádios distribuídas em nove estados da Federação (PR,SC,RS,SP,MG,ES,RO,MT e MS), formando uma rede nacional (figura 12). A compra mais recente foi a paulistana Estadão FM, cujo valor investido foi de quase R\$ 50 milhões (VOLPATO, 2019), mais uma aquisição para atingir a meta de ser a maior rede de rádio do país até o final de 2020. (RATINHO, 2019a).

Nos dias atuais, o Grupo Massa (figura 17) tem seu conglomerado formado pela Rede Massa/SBT que tem 5 emissoras geradoras de TV (Naipi, Iguaçu, Guará, Tibagi e Cidade) e 96 retransmissoras no Paraná (no final de 2018, foi tentada a compra da primeira emissora fora dos limites paranaenses - a TV Alterosa, do Grupo Diários Associados e afiliada ao SBT em Minas Gerais, sem sucesso); a Rede Massa FM com suas quarenta e cinco emissoras de rádio (14 no PR), entre franquias e proprietárias<sup>202</sup>; a produtora de eventos Massa Fun!<sup>203</sup> e o

---

<sup>198</sup> Inaugurada em 1967, pelo então governador do estado, Paulo Pimentel, iniciou suas operações com a exibição de atrações da TV Record (SP). Em 1981, se transformou em uma das primeiras afiliadas do SBT e retransmitia os programas da emissora de Silvio Santos juntamente com a TV Tibagi, Cidade e Naipi.

<sup>199</sup> Municípios da emissora e da produtora, respectivamente. É a filial que possui maior área de cobertura do estado, atingindo 174 municípios

<sup>200</sup> Cidades de localização da emissora e da sucursal. Primeira emissora de TV a se instalar em Foz Iguaçu, 1985.

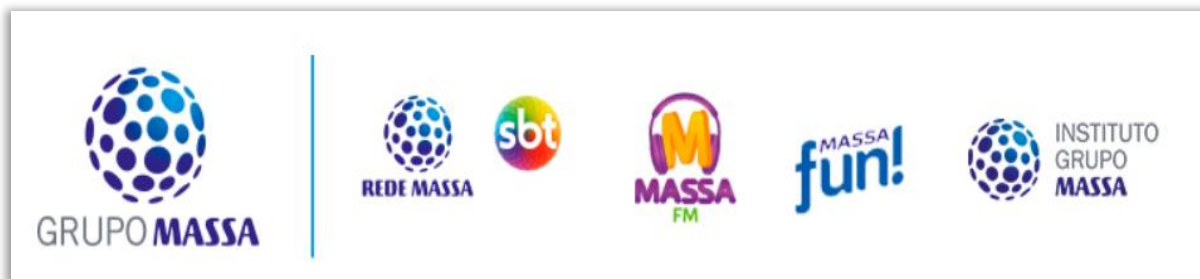
<sup>201</sup> Endereços da produtora e da emissora, respectivamente. É a mais recente do grupo, já nasceu fazendo parte do Grupo Massa e com o início de suas operações em agosto de 2012

<sup>202</sup> Em 2021, está prevista a inauguração da primeira afiliada no Nordeste, em São Luis do Maranhão.

<sup>203</sup> Cf. site do Grupo Massa, é o novo nome da já conhecida Massa Play, uma das maiores produtoras de eventos do sul do Brasil. A Massa Fun! realiza shows em teatros, stand ups, palestras, feiras, eventos corporativos, grandes festivais, além de um projeto inovador, o Minha Cidade é Massa, que leva artistas nacionais em shows de graça para a população das cidades.

Instituto Grupo Massa. Ver distribuição das empresas de radiodifusão da família Massa, no Paraná, na figura 18 e nos outros estados, na figura 19.

FIGURA 17 – EMPRESAS FORMADORAS DO GRUPO MASSA



FONTE: site Grupo Massa

FIGURA 18 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMISSORAS RÁDIO/TV/RTV DA REDE MASSA NO PARANÁ



FONTE: Lista de diretores/proprietários rádio/TV comerciais (MCTCI,2018c) e Sites Rede Massa




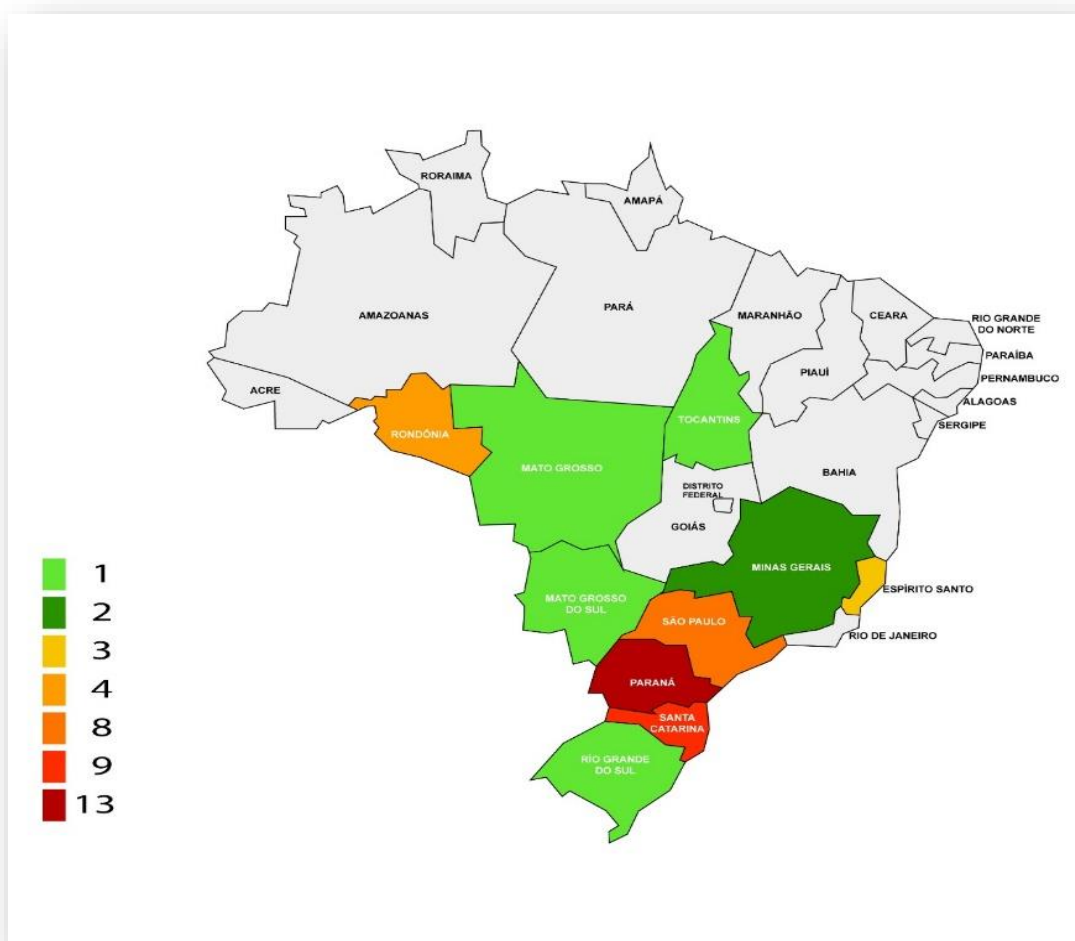
NOTA:  RÁDIO  RETRANSMISSORA  EMISSORA TV

FIGURA 19 – DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS EMISSORAS RÁDIO DA REDE MASSA NACIONALMENTE



FONTE: Adaptado site Rede Massa FM (nov. 2020)

Além da comunicação, o grupo é formado por empresas que atuam também nas áreas de agropecuária, administração, construção, comércio estofados, energia e licenciamento de marcas e administração de imóveis, e tem participação em diversos outros segmentos de negócios, quadro 30, (GRUPO MASSA, 2020), tem cerca de três mil funcionários e um capital próximo a um bilhão de reais. (RATINHO, 2018a).



QUADRO 30 – CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR CARLOS ROBERTO MASSA

Nome empresarial	Quadro de sócios e administradores	Capital social	Atv Eco/Local
Massa Motors Oficina Mecânica Ltda.	Carlos Roberto Massa Jaci Ara Alves Massa	R\$ 5.000,00	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores. Caxias do Sul/RS
Agropastoril RGM Ltda..	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa Carlos Roberto Massa	R\$ 250.000,00	Criação de bovinos para corte. Apucarana/PR
Agropastoril Café no Bule Ltda.	Não disponível	Não disponível	Compra e venda de imóveis próprios. Curitiba/PR
Agropastoril Café no Bule Ltda..	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa Carlos Roberto Massa Jr Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$35.848.384,00	Cultivo de soja e café Apucarana/PR
Agropecuária ACB Ltda.	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	R\$ 5.408.490,00.	Cultivo de soja e café Apucarana/PR
Agropecuária ACBPR Ltda..	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	Não divulgado	Alto Paraíso/PR
Massa Licenciamentos	Carlos Roberto Massa Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 70.000,00	Fabricação de outros produtos alimentícios. Campina Grande do Sul/PR
Massa & Massa Comunicação e Marcas Ltda..	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa Carlos Roberto massa Jr Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 89.100,00	Agenciamento de espaços para publicidade Campina Grande do Sul/PR
Portal Paraná News Ltda.	Solange Martinez Massa	R\$ 10.000,00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet Curitiba/PR
Inside Intermediação e Agenciamento de Serviços e Negócios Ltda.	Rafael Martinez Massa Gabriel Martinez Massa	R\$ 100.000,00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet Curitiba/PR
Massa & Massa Comunicação e Marcas Ltda.	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa Carlos Roberto Massa Jr Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 89.100,00	Agenciamento de espaços para publicidade. Campina Grande do Sul/PR
Rádio e Televisão Iguaçu	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	Não divulgado	Curitiba/PR
TV Naipi	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	Não divulgado	Foz do Iguaçu/PR
TV Guará.	Gabriel Martinez Massa	R\$ 10.000,00	Francisco Beltrão/PR
TV Guará.	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 30.000,00	Ponta Grossa/PR
TV Tibagi	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	Não divulgado	Apucarana/PR
Sistema Massa de Comunicação Ltda..	Não divulgado	Não divulgado	Paranaguá/PR

Sistema Massa de Comunicação Ltda.	Não divulgado	Não divulgado	Rolândia/PR
Sistema Massa de Comunicação Ltda.	Não divulgado	Não divulgado	Foz do Iguaçu/PR
Rádio Melodia FM	Gabriel Martinez Massa	R\$ 150.000,00	Ibiporã/PR
Rádio Eldorado do Paraná Ltda.	Não divulgado	R\$ 2.216.570,00	São José dos Pinhais/PR
Rádio Massa FM 97,7	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	R\$ 15.000,00	Campo Largo/PR
Rádio Guairacá.	Gabriel Martinez Massa	R\$ 8.500,00	Mandaguari/PR
Rádio Massa FM	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	R\$ 50.000,00.	Londrina/PR
Rádio Náutica FM Ltda.	Carlos Roberto Massa Gabriel Martinez Massa	R\$ 500.000,00.	Maringá/PR
Rádio Mais.	Carlos Roberto Massa Solange Martinez Massa	R\$ 2.216.570,00	São José dos Pinhais/PR
Total Empreendimentos e Participações Ltda.	Carlos Roberto Massa	R\$ 6.684.000,00	Holdings de instituições não-financeiras. Londrina/PR
Astral Esporte Clube.	Carlos Roberto Massa	Não divulgado	Curitiba/PR
RGM - Administração de Valores Ltda.	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 50.000.000,00	Holdings de instituições não-financeiras. São Paulo/SP
CRGM - Administração de Valores Ltda.	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa Carlos Roberto Massa	R\$ 20.000,00	Holdings de instituições não-financeiras. São Paulo/SP
B.L. Service Administradora de Serviços Ltda.	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 2.617.500,00	Guarda móveis. Curitiba/PR
B.L. Service Administradora de Serviços Ltda..	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	Não divulgado	Guarda móveis. Guarulhos/SP
Estação Litoral Investimentos Ltda..	Carlos Roberto Massa	R\$ 1.000.000,00	Aluguel de imóveis próprios. Paranaguá/PR
Radan Administração e Participação Ltda.	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 2.250.000,00	Incorporação de empreendimento imobiliário. Curitiba/PR
Gralha Azul, Empreendimentos e Participações Ltda.	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 200.000,00	Outras sociedades de participação. São Paulo/SP
GMM Construtora e Incorporadora Ltda.	Gabriel Martinez Massa	R\$ 10.000,00	Incorporação de empreendimentos imobiliários. Londrina/PR
Associação Massa do Bem	Solange Martinez Massa	Não divulgado	Serviços de assistência social sem alojamento. Curitiba/PR
Massa Fun!	Gabriel Martinez Massa Rafael Martinez Massa	R\$ 10.000,00	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. Curitiba/PR
Joy Billy Alimentação Ltda.	Gabriel Martinez Massa	R\$ 50.000,00	Restaurantes e similares.

			Osasco/SP
Xaropinho Sorvetes & Delícias.	Gabriel Martinez Massa	R\$ 10.000,00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros. Curitiba/PR
Black Bull Bar.	Rafael Martinez Massa	R\$ 50.000,00.	Ponta Grossa/PR
Empreendimento Residencial Cinque Terre.	Carlos Roberto Massa Jr	R\$ 7.311.021,00	Curitiba/PR
VALOR FINAL BENS OFICIALMENTE DECLARADOS		R\$ 111.270.745,000	

FONTE: Receita Federal/Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (2020)

Além disso, incluem-se no faturamento (em 2017 foi de R\$ 150 milhões) que não foram encontrados oficialmente no nome de Carlos Roberto e núcleo familiar, outras dezenas de emissoras de rádio afiliadas e próprias, latifúndios, empresas diversas<sup>204</sup>, a propriedade da rede hoteleira *Fast Sleep* (localizado em Guarulhos, Brasília e, futuramente, na Cidade do México) e a divulgação de produtos no seu programa (do qual é sócio e leva 50% do faturamento). O apresentador era

o nome [em 2014] que mais fez dinheiro na TV brasileira. Estima-se que entre o salário do SBT e a renda dos negócios, turbinados por milhares de hectares de terras no Paraná [entre as 13 escrituras, encontra-se a tradicional família Ubatuba, com seus 2.000 km<sup>2</sup> e 1.3 milhão de pés de café], Mato Grosso do Sul e Acre [floresta com 200 mil hectares de madeira], o montante chegue a R\$ 10 milhões mensais, capitalizados principalmente pelo Grupo Massa. (SILVA, 2014).

E qual o papel da família de Carlinhos no seu transcurso biográfico, empresarial e político? De que forma os capitais de seus antecessores contribuíram para a criação e a sustentação de seu habitus de classe?

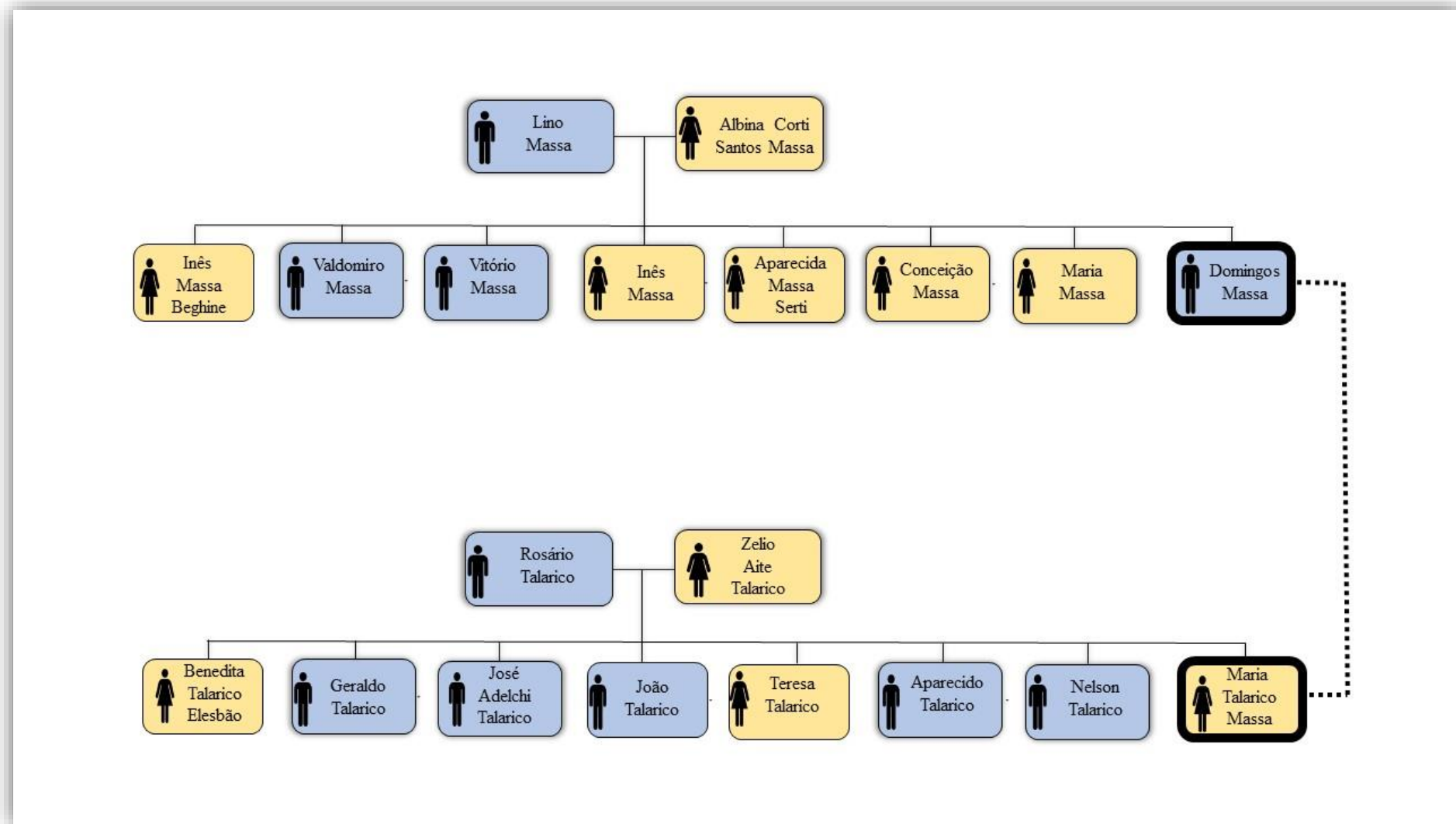
### 5.2.1 Ratinho e seus afins consanguíneos

O casal Domingos Massa e Maria Talarico Massa é oriundo de uma família extensa (figura 20). Ela é filha de imigrantes italianos que chegaram em 1895 e teve com Domingos cinco filhos – Zélia, Laércio, Carlos Roberto, Claudiney e Walter (figura 21). Da biografia dos ascendentes e descendentes, pouco foi obtido. Sabe-se que o filho Walter Massa faleceu ainda muito jovem, Ratinho tinha apenas dezoito anos, em razão de um câncer. Seu irmão mais novo Ney, tornou-se empresário da música nacional e proprietário da Ney Massa Produções, empresa

<sup>204</sup> Entre as marcas que são/foram do Grupo Massa encontram-se os vinhos Tallarico, a ração Foster, sardinha e atum 88, esponja de limpeza Pertuto, adoçante de stevia Lowçucar, cerveja Colônia e a rede de reparos residenciais Doutor Resolve, bem como o Park Shopping Boulevard (empreendimento em parceria com Michel Gelhon, situado em Curitiba, com previsão de inauguração em 2021).

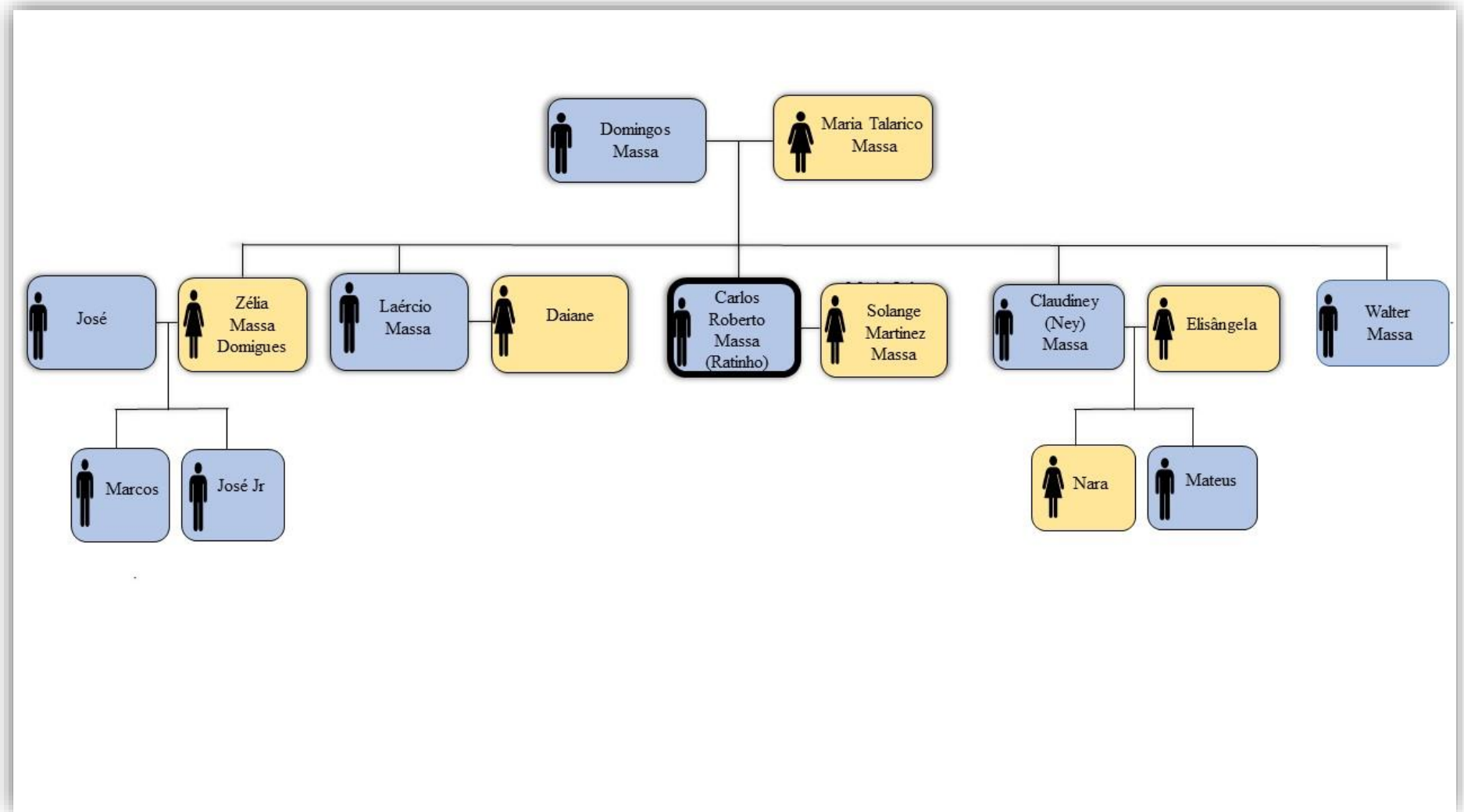
que há 21 anos produz shows no Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Em 2019, sofreu denúncias de usar o nome do seu sobrinho, governador Ratinho Júnior, para agendar shows. O empresário e equipes apresentam a prefeitos do interior “propostas para a organização de festas com shows de artistas sertanejos [...]. A estranha conversa envereda para perguntas sobre o tratamento que o município está recebendo e para insinuações de que podem influir para a resolução de eventuais pendências junto ao governo”. (CONTRAPONTO, 2019).

FIGURA 20 - GENEALOGIA DESCENDENTES AVÓS CARLOS MASSA



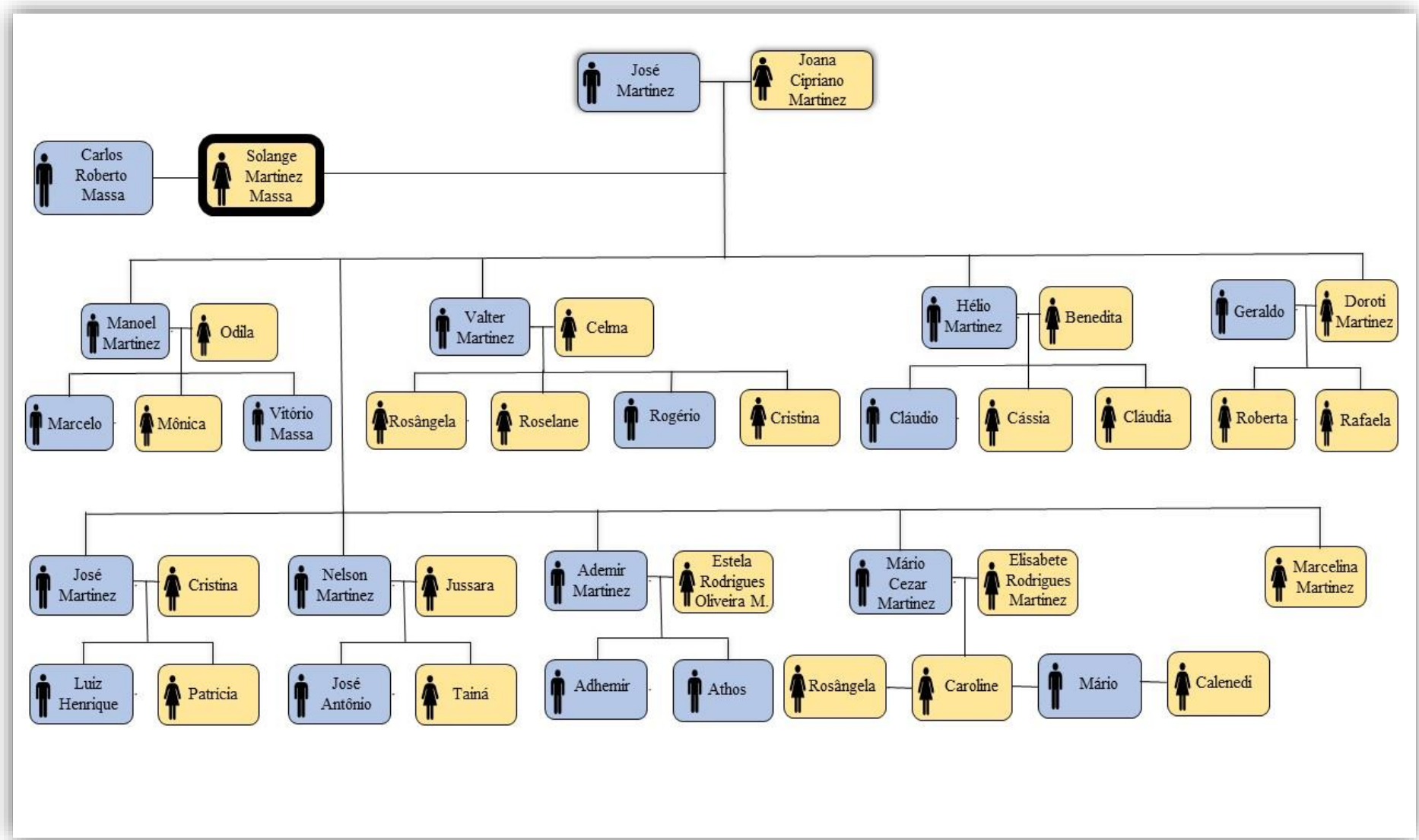
FONTE: autor (2020)

FIGURA 21 - GENEALOGIA DESCENDENTES PAIS CARLOS MASSA



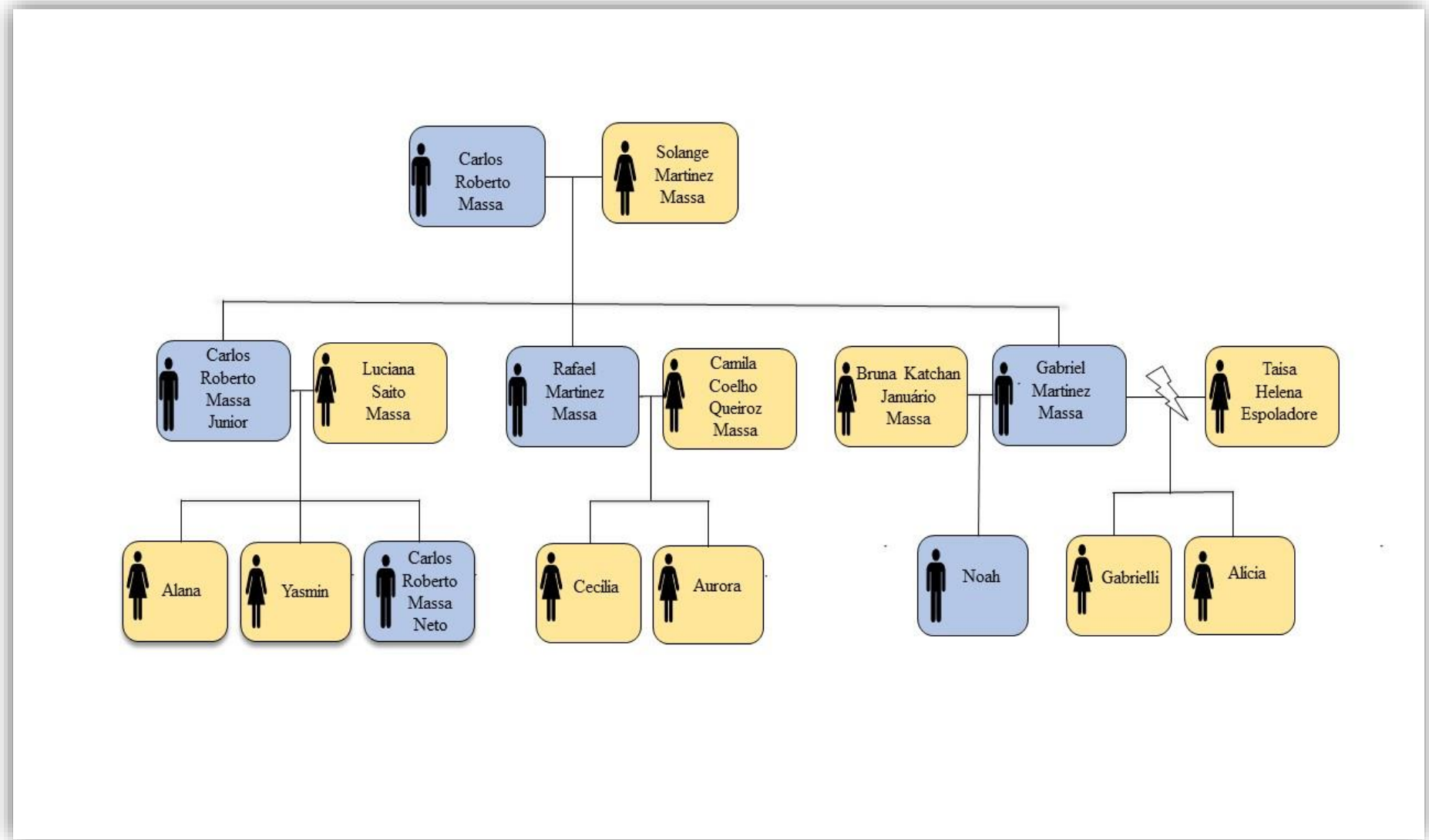
FONTE: autor (2020)

FIGURA 22 - GENEALOGIA DESCENDENTES PAIS SOLANGE MASSA



FONTE: autor (2020)

FIGURA 23 - GENEALOGIA NUCLEO FAMILIAR CARLOS E SOLANGE MASSA



FONTE: autor (2020)



Carlos Roberto Massa é casado com Solange Martinez Massa, desde 1981, cuja família é bem numerosa (figura 22), e tem três filhos: os gêmeos curitibanos Rafael e Gabriel, nascidos em 1985, e o primogênito, nascido em Jandaia do Sul, Carlos Roberto Massa Junior, em 1981 (figura 23).

Rafael Martinez Massa iniciou a sua carreira como apresentador no rádio. Na televisão desde 2012, começou à frente do programa semanal *As Melhores da Massa*. Hoje comanda o *Salada Mista*, no ar desde 2014, e estreou um novo programa em 2019, o *Bar da Madrugada*. Além de apresentador, Rafael também é acionista, integrante do Conselho Consultivo e diretor de Patrimônio da Rede Massa, além de ser sócio em diversos empreendimentos com o irmão, pai e mãe (quadro acima). É casado com Camila Coelho de Queiroz, uma dos cinco filhos (Camila, Evelin, Fabíola, Christian e Christie) de Félix Coelho Queiroz e Anália Procópio de Lima Queiróz, e tem duas filhas pequenas, Aurora e Cecília. A outra irmã de Camila, Evelyn Queiroz de Procópio, jornalista, ocupou, entre agosto e outubro de 2019, cargo em comissão (DAS-2) na Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e, desde a metade de outubro do mesmo ano, encontra-se realocada na Casa Civil (DAS-2), quase dobrando sua renda bruta. Ela é casada com Baltasar Blanco Mateos, jornalista, Assessor de Comunicação de Ratinho Jr, no Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (2015-2018), gabinete Vice-presidência ALEP (2018-2019) e, desde fevereiro de 2019, ocupa cargo comissionado de Assessor da presidência da CELEPAR, com aumento expressivo na sua remuneração bruta. Os outros irmãos de Camila – Fabíola Queiroz, é presidente da Associação Reinventa (entidade que presta apoio a pessoas portadoras de lesões encefálicas adquiridas); Christiano Queiroz, DJ e sócio da franquia, em Curitiba, da *Puzzle Room Escape Game*<sup>205</sup>; Christie Queiroz – quadrinista premiado, autor da marca de desenho *Cabeça Oca e Mariana* e diretor-presidente da empresa goiana CMQ Produções<sup>206</sup>.

Gabriel Martinez Massa foi, no início do século, agente FIFA (intermediava negociações de jogadores entre clubes de futebol) e sócio da GR2 Talentos e da Massa Sports, empresas especializadas em gerenciar a carreira de diversos atletas e profissionais do futebol. Foi também diretor da Massa Play, fazia a gestão das empresas e cuidava da parte estratégica dos negócios com foco no crescimento. Além de ser sócio em diversos empreendimentos com o irmão, pai e mãe (quadro acima), assumiu a presidência do Grupo Massa, em 2019 que tem

---

<sup>205</sup> Cf. <https://www.puzzleroom.com.br/cenarios-curitiba/>

<sup>206</sup> Detalhes das artes e dos produtos elaborados, ver em [www.lojinhadocabeça.com.br](http://www.lojinhadocabeça.com.br)

no quadro de funcionário seus primos Roberta França (Diretora Jurídica), Mario Cesar (Gerente Massa Fun), Ademir Martinez (Departamento de Patrimônio) e Tainá Martinez (Departamento Jornalismo). Foi casado com Taiza Helena Espolador, filha de Sueli Pedroso e o empresário Antônio Espolador Neto, com quem tem duas filhas – Gabrielle (12) e Alícia (9). Seu ex-sogro foi presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), entre 2014-2016, e da Associação Brasileira de Lojistas de Artefatos e Calçados (ABLAC). Atualmente é empresário do ramo calçadista, imobiliário e agropecuário. Gabriel casou-se novamente, em 2019, com Bruna Katchan Januário, em cerimônia realizada no suntuoso Castelo do Batel, e têm o pequeno Noah (1). Ela, vice-presidente do Instituto Grupo Massa, formada em Administração pela PUCPR, estudante de Psicologia, ex-sócia com o pai na empresa L.C. Restaurante e Choperia Ltda., em Mafra/SC. É filha de Sandra e Marcos Januário, proprietário do local de festas *London Club* e do *London Buffet Festas e Eventos*, em Mafra.

O primogênito, Carlos Roberto Massa Junior, é casado desde 2003 com Luciana Saito de Azevedo Massa, nascida na zona rural de Registro/SP, ex-proprietária de estabelecimento do ramo de pratas e bijuterias, um dos cinco filhos do casal Osvaldo de Azevedo e Luzia Saito de Azevedo que viveram da agricultura familiar, e juntos tem três filhos: Alana (17), Yasmin (13) e Carlos Roberto (8). Foi sonoplasta na emissora do pai, administrador do Grupo Massa e apresentador do programa *Microfone Aberto* na rádio Massa FM Curitiba por longo tempo; é sócio em diversos empreendimentos com o irmão, pai e mãe (quadro acima)

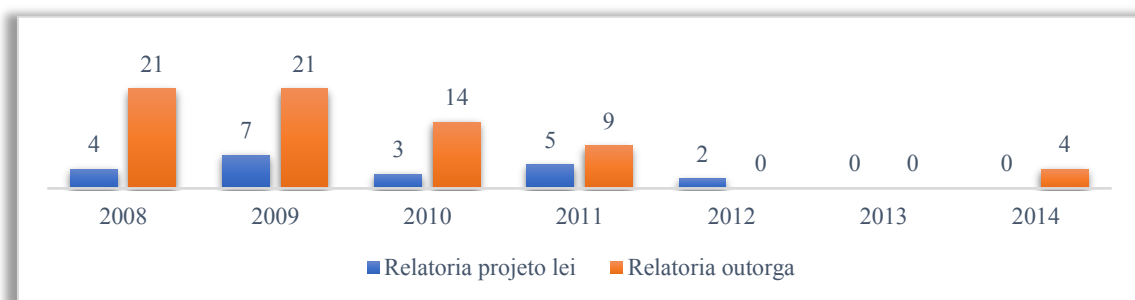
Ratinho Júnior frequentou instituições de ensino que não se incluíam no roteiro das famílias tradicionais curitibanas - cursou sua educação fundamental no colégio Tuiuti (1988-1992), em Curitiba, e no Colégio Unidade São José dos Pinhais, em São José dos Pinhais (1993-1995); o ensino médio, no Colégio Ideal, em São José (1996-1998) e graduou-se em Marketing e Propaganda, em 2004, na Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter), todas essas instituições de ensino eram periféricas à tradição dos estudantes da classe dominante tradicional curitibana.

Em sua trajetória política, já em 2002, aos 21 anos, elege-se deputado estadual, pelo PSB, com mais de 189 mil votos, a votação mais expressiva da história da Assembleia Legislativa do Paraná. Em 2006, na sua candidatura para deputado federal pelo PPS, obteve a segunda maior votação para a Câmara, com 205 mil votos, recebendo votos em 93% dos municípios do estado. Na sua reeleição para o parlamento, agora pelo PSC, em 2010, Ratinho

Junior teve a maior votação da história do Paraná, com quase 360 mil votos. Em 2012, sua primeira decepção, foi derrotado no pleito para prefeito de Curitiba, após ter vencido o primeiro turno.

Durante seu mandato parlamentar em Brasília, foi titular na CCTCI (2007-2014) e 1º vice-presidente (2008-2009), sendo relator em 69 propostas de outorgas (TVR)<sup>207</sup>, em todas foi favorável, e em 21 projetos de lei, também foi favorável pela aprovação em todas (gráfico abaixo):

GRÁFICO 17 - ATIVIDADES DE RELATORIA DEP. RATINHO JR NA CCTCI (2008-2014)



FONTE: Relatórios de atividades anuais CCTCI

No ano de 2014, foi eleito deputado estadual, desta vez, a candidatura mais votada no Brasil, com mais de 300 mil votos, montando uma bancada com doze parlamentares do partido, o que lhe credenciou a grande liderança política estadual. Durante o segundo mandato, licenciou-se para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Urbano no governo Beto Richa, onde permaneceu até se afastar para concorrer à chefia do executivo estadual.

Em 2018, elege-se como o segundo governador mais novo do estado paranaense, ao lado do seu vice, o empresário Darci Piana, com 59,99% dos votos válidos, derrotando a então governadora Cida Borghetti (PP), integrante do clã Barros, que obteve 15,53% dos votos, e João Arruda (MDB), sobrinho do conhecido e tradicional político Roberto Requião, que teve 13,19%, além de outros seis candidatos que disputaram o governo do estado. Durante sua campanha, dos 8,95 milhões recebidos como receita, 39% vieram do Diretório Estadual do

<sup>207</sup> TVR é o termo dado ao processo de radiodifusão que chega à Câmara oriundo do Ministério das Comunicações. O deputado da CCTCI não pode ser relator da TVR cuja área geográfica da outorga abranja seu estado pelo qual se elegeu. Assim, Ratinho relatou demandas de diversas Unidades da Federação, não sendo possível encontrar relações de interesse alheios à Comunicação.

PSD, 36% da família Massa e 25% de outros (sendo 8,9% de Wilson Picler - proprietário do Grupo Educacional Uninter).

Nota-se, nessa escassa revisão genealógica, que a família consanguínea de Ratinho foge aos arquétipos da classe dominante: de ascendentes dotados de capitais políticos e econômicos; de relações de poder envolvendo sobreposição de estruturas de estado, parentesco e a coisa privada; do posicionamento criterioso do casamento na teia familiar; da mulher e seus dotes na reprodução de poder familiar; da falta de complexidade de estrutura de parentesco da reprodução do *ethos* aristocrático; da transferência de capitais em diversos campos de poder e, sobretudo, de reprodução de um habitus de classe tradicional dominante.

A tentativa de mapear as relações familiares de Carlinhos proporcionou a este pesquisador uma incompletude de dados que deixa grande hiato relacionais consanguíneos em razão da falta de materialidade documental. Monte Sião, Águas de Lindóia, Marumbi e Jandaia do Sul, a trajetória familiar de Ratinho fez migrações para locais periféricos e longe dos lócus decisórios e das pessoas influentes. Seus parentes não contraíram matrimônio com mulheres possuidoras de capital econômico familiares ou status social destacado. O habitus de classes dos antecessores e do casal Carlos e Solange Massa não se sobrepõe, quiçá tangencia, as normas comportamentais, os locais de lazer, os hábitos gastronômicos, os espaços de acumulação de capital cognitivo como de outras famílias de destaque no Paraná<sup>208</sup>.

Desta forma, pode-se verificar que os Massa não têm predicados que os façam ser designados como classe dominante tradicional, contudo, segundo Ricardo Oliveira, “os que não apresentam antigas conexões com poderes tradicionais geralmente são representantes de novas fortunas em novas atividade econômicas”. (OLIVEIRA, 2000, p. 141). É o caso do casal Ratinho e Solange e seus filhos e noras. Eles, na visão deste autor, podem ser considerados outsiders. São protagonistas do campo político, empresarial e midiático paranaense e se destacam por terem ordenamento familiar desviante do arranjo tradição dominante e local. Howard Becker desenvolve e aprofunda sociologicamente essa interpretação do desvio, mas o descreve também em um escopo mais simples e essencialmente estatístico, definido como desviante “tudo que varia excessivamente com relação à média [...] como desvio qualquer coisa que difere do que é mais comum”. (2009, p.18).

---

<sup>208</sup> Ricardo Costa de Oliveira (2012) mapeou sessenta e duas famílias de poder no estado paranaense que perpassa pelas áreas políticas, jurídicas, cartorárias, desportivas, midiáticas, burocráticas, militares, entre outras.

Já nas relações políticas, a concepção de outsider pode encontrar analogia nas questões do além da normalidade, da conduta minoritária, da trajetória desviante. De acordo com André Marengo dos Santos, em seu artigo “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”, um outsider pode ser considerado uma pessoa recém-ingressa no campo político, indivíduo que conquistou “sua cadeira parlamentar sem a necessidade de percorrer todas as escalas da carreira e de um longo estágio no interior de organizações partidárias” (SANTOS, 1997), ou seja, não seguiu o rito de ingresso normal e tradicional dos seus semelhantes.

Sendo assim, como a família Massa conseguiu ser protagonista de arranjos entre o interesse privado e as estruturas públicas? Como pode ser considerada parte da elite paranaense sem ter capitais oriundos de família tradicional e dominante, ou nas palavras comumente ditas pelo próprio Carlos Roberto em seu programa de auditório, não tem DNA de elite. Até mesmo nas disputas eleitorais, a falta de um sobrenome tradicional foi motivo de discussões políticas, Gleisi Hoffmann, na campanha do conhecido candidato Gustavo Fruet<sup>209</sup> (adversário de Ratinho Jr à prefeitura), emitiu a declaração que “A mudança tem nome e sobrenome”, dando a ideia de que o eleitor curitibano, majoritariamente conservador, não elegeria um candidato “sem sobrenome”, sem histórico e sem tradição como Ratinho Jr. (CONTRAPONTO, 2018a). O ofendido, tempos depois, em um evento da campanha no município de Ponta Grossa, com microfone em punho, reforçou a ideia anterior de que realmente “não faço parte da elite política [tradicional].” (MARTINS, 2017b).

### 5.2.2 Novos arranjos da ninhada

Trazendo novamente à discussão a importante e pertinente tese de Ricardo Costa de Oliveira que “Família ainda importa”, esta pesquisa tenta novamente estender um pouco a articulação da família consanguínea e levá-la para uma relação mais informal, mais flexível, onde os laços afetivos e os de interesses mútuos se sobrepõem – a parentela de Katia Matoso (op. cit.) . Esse arranjo social é engrenagem interessante para entendermos as conjecturas de poder, a teia de capitais sobrepostos e a amplitude que esse vínculo pode alcançar. Essa relação de parentela ganha reforço no seu status de pertinência e importância na declaração do ex-

---

<sup>209</sup> Vereador de Curitiba (1997-1999); Deputado Federal (1999-2011; 2019-2023); Prefeito de Curitiba (2013-2016), filho de Maurício Fruet, jornalista nas Rádios Marumbi e Curitibana e na TV Paraense; Diretor do Diário da Tarde; Editor de esportes da seção paranaense do Jornal Última Hora; Secretário do Estado do Paraná; Vereador de Curitiba (1969-1970); Deputado Estadual (1971-1975; 1975-1979); Prefeito Curitiba (1983-1986).

presidente Lula - “Eu costumo dizer que um irmão nem sempre é um grande companheiro, mas que *um companheiro é sempre um grande irmão*”. (LULA, 2012, grifo meu) .

A hipótese de pertinência da parentela como instituição complementar ou extensiva à família e eixo estruturante do coronelismo eletrônico ganha contornos de importância também nos Massa, principalmente porque eles não têm na sua origem a família consanguínea como cimento social, como instrumento de transferência de capital ou como base de sustentação de poder.

As relações de parentela dos Massa (figura 14) começaram a ser formadas por meio de Carlos Massa e foram se sobrepondo a diversos capitais simbólicos. Um fator primordial que contribuiu para a projeção de Ratinho foi sua contratação como repórter/apresentador pela Rede OM, de propriedade da família Martinez (Oscar, José Carlos e Flávio). Oscar Martinez, filho do fazendeiro espanhol José Carlos, foi criador de gado no Pantanal mato-grossense e de porcos, gado de raça, café, mel e milho no Paraná; usineiro de açúcar em Elias Fausto/SP; proprietário da Colonizadora Norte do Paraná; fundador da cidade de Umuarama e da gleba Tupãssi (depois nominada Assis Chateaubriand, em homenagem ao pioneiro da televisão no país<sup>210</sup>; ação essa que iniciou uma relação de amizade entre ambos). Oscar foi casado com Joalice de Castro e tiveram três filhos Flávio, José Carlos e Maria; os dois primeiros sócios junto com o pai do Grupo OM, depois CNT (TV Paraná, Diário Paraná, TV Tropical, TV Corcovado e TV Carimã).

O primeiro é casado com Beatriz Carolina de Magalhães, filha do ex-juiz federal Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, ex-chefe de gabinete do Ministro da Justiça (1964), irmã de Luiz Rondon Filho, ex-tesoureiro PTB e vice-presidente corporativo da CEF (governo Dilma); vice-presidente de Relações Internacionais PTB; diretor da Rede OM desde a fundação, junto com pai e irmão, é o atual presidente Rede CNT.

José Carlos foi casado com Maria Beatriz Ferreira e juntos tiveram quatro filhos – Rodrigo, Oscar, Mônica e Priscila (o primeiro foi suplente de vereador de Curitiba e ex-Secretário Municipal do Esporte); foi deputado federal por quatro mandatos (1983-1987/PDS; 1987-1991/PMDB-PRN; 1999-2003/PTB; 2003) e integrou a CCTCI (1999-2003). Integrante do PDS, foi contra o *Movimento Diretas Já* e malufista nas eleições indireta de 1985, em razão

---

<sup>210</sup> A ideia inicial de nomear a cidade de Assis Chateaubriand foi de Davi Nasser, jornalista da revista *O Cruzeiro* e do jornal *Diários Associados*, que foi atendida por Oscar. No entanto, Assis queria que a cidade se chamasse Raposo Tavares, bandeirante paulista, mas foi convencido da homenagem em seu nome.

do indicado tê-lo prometido o cargo de Ministro das Comunicações caso vencesse as eleições presidenciais. (MAZZA, 1984); migrou para o PMDB, em 1985, mesmo partido de Sarney, pois “interesses muito grandes na área da Comunicação envolvendo dois canais de TV, estariam estimulando Martinez a virar peemedebista”. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1985); foi favorável à extensão temporal do mandato presidencial de Sarney para cinco anos, contradizendo sua opinião de outrora - “somos contra qualquer prorrogação de mandato dentro de um processo de abertura democrática. Ou ela é uma verdade jurada ou não tem sentido alguma”. (DIÁRIO DA TARDE, 1983); ingressou no recém-criado PRN (sendo inclusive presidente da legenda no estado) e foi um dos principais organizadores no Paraná da candidatura à presidência da República de Fernando Collor de Mello; foi candidato a governador do Paraná, em 1990, tendo perdido as eleições às vésperas da votação do segundo turno para seu adversário, Roberto Requião, que o denunciou de autoria de crimes<sup>211</sup>; Martinez foi acusado de comprar a TV Corcovado (RJ) com cheque-fantasma dado por PC Farias (tesoureiro de campanha de Collor), maneira de esquentar dinheiro de caixa 2; foi também denunciado do recebimento de verbas federais e estatais (estimadas em U\$ 1,5 milhão por mês), durante governo Collor; em 1999, chegou a presidência nacional do PTB; foi coordenador-geral, na fase inicial, de campanha de Ciro Gomes à presidência da República, em 2002, abandonando-a em virtude das acusações sofridas. Faleceu em 2003 em um desastre aérea no município paranaense de Guaratuba.

A relação laboral entre o repórter e apresentador da Rede OM e a família Martinez se expandiu para além dos números de audiência e dos muros da emissora, proporcionou arranjos políticos, além de criar um vínculo de amizade que dura até os dias presentes (RATINHO, 2018). Ratinho concorreu vitoriosamente a uma vaga no parlamento federal, em 1991, estando inscrito no mesmo partido de José Carlos e Collor (PRN), sendo inclusive cabo eleitoral<sup>212</sup> de Martinez no certame de 1998. O apresentador durante o processo de impeachment de Collor manteve-se fiel à Martinez e permaneceu no partido. No entanto, segundo Jornal do Commercio (1992), com o argumento de indecisão quanto ao impeachment, Carlos Massa integrou arranjos de clientelismos junto com seu conterrâneo, ex-chefe e radialista Pinga Fogo a fim de sustentar o então presidente no seu mandato. Municípios paranaenses vizinhos à Jandaia do Sul (Arapongas e Marialva) foram beneficiados individualmente com verbas (Cr\$ 232,4 milhões)

---

<sup>211</sup> Uma semana antes da votação, o programa eleitoral gratuito de Roberto Requião entrevistou João Ferreira, apresentado como Ferreirinha, que se identificou como matador de agricultores a serviço da família Martinez. A farsa foi desmascarada antes da posse, quando a Polícia Federal descobriu que Ferreirinha era, na verdade, o motorista Afrânio Luis Bandeira Costa. Esse factóide foi criado e confirmado pelo jornalista Fábio Campana, coordenador de Comunicação da campanha de Requião.

<sup>212</sup> Cf. depoimento no programa eleitoral em <https://www.youtube.com/watch?v=7mKKz96EHE8>

do Ministério da Ação Social para obras de apoio à habitação popular. Contudo, durante a votação do impeachment, Ratinho foi um dos 441 votos favoráveis à retirada do presidente.

Outro personagem que se insere na relações de parentela de Carlos Massa é o seu patrão e sócio Silvio Santos. Foi o dono do SBT que pagou multa rescisória milionária à TV Record para ter o apresentador na sua emissora. Nesse novo desafio, o comunicador teve aumento no seu salário de quase dez vezes. Essa majoração financeira, além das suas relações de parentela, mais a sua habilidade inerente em negociações contribuiu para que ele construísse o patrimônio que tem atualmente. Além disso, é inevitável mencionar Silvio Santos sem discorrer sobre seus arranjos de poder, sua popularidade e seus vínculos de influência intermediadas pelo seu capital midiático. O “dono do Baú” mantém alinhamento com diversos níveis decisórios, obviamente também com o executivo nacional desde o governo militar até o mandatário Bolsonaro, a ponto de instituir o programa dominical “Semana do Presidente”, que destacava atos do governo federal, em uma espécie de produção estatal, que durou até o mandato FHC<sup>213</sup>. Em 1988, face às ameaças de revisão de concessões radiofônicas por ACM, Silvio visitou Sarney em maio de 1985 e, de acordo com o jornalista Maurício Stycer, ao sair do Planalto, disse: "Eu já dei ordem aos jornalistas da minha empresa para nunca criticar, só elogiar o governo". (STYCER, 2019). No mesmo ano, questionado pela Folha de S.Paulo sobre como via o governo, respondeu: "Eu sou concessionário, um 'office boy' de luxo do governo. Faço aqui o que posso para ajudar o país e respeito o presidente, qualquer que seja o regime". (STYCER, op.cit).

Foi líder nas intenções de votos para presidente da República, durante a eleições de 1989, que tinham como concorrentes figuras de destaque no cenário político brasileiro (Paulo Maluf, Mario Covas, Lula, Leonel Brizola, Roberto Freire, Ulisses Guimarães, Afonso Camargo, Fernando Gabeira), mas teve sua candidatura impugnada às vésperas da eleição pelo TSE. Silvio foi dono do banco Panamericano que quebrou<sup>214</sup>, “deixando um rombo de R\$ 4,3 bilhões. Isso deveria lhe ter custado o patrimônio pessoal e empresarial, mas saiu ileso, sem desgaste no seu patrimônio. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez arranjos institucionais, caracterizando “um dos maiores escândalos financeiros do país”.(AZEVEDO, 2012). No entanto, em maio de 2012, um gesto de possível reciprocidade ocorreu durante o programa de Ratinho quando o ex- presidente Lula, acompanhado do seu candidato à prefeitura

---

<sup>213</sup> O programa seria retomado no segundo ano de mandato de Jair Bolsonaro, em 2020, mas Silvio Santos decidiu suspendê-lo, sem justificar a decisão.

<sup>214</sup> Cf. “*Ex-braço direito de Silvio Santos conta que governo queria aproximação com empresário*”, de Ferreira; Wiziack; Sciarreta (2012).



de São Paulo, Fernando Haddad, foi entrevistado<sup>215</sup> em um tom descontraído, cordial e afável, inclusive com aparição do cantor Zeca Pagodinho tomando cerveja e oferecendo um brinde ao ex-presidente, mas principalmente com questionamentos direcionados para respostas de interesse dos entrevistados e para alavancar a candidatura de Haddad. Nos primeiros instantes de programa, Lula contou que havia prometido a entrevista ao apresentador porque eram amigos pessoais: "Perguntam por que escolheu o Ratinho. Porque já comi rabada na casa dele e ele na Granja do Torto. Somos amigos. Amizade de longa data". (LULA, 2012)<sup>216</sup>. A relação de proximidade entre eles traz à tona episódios verossímeis de clientelismo e patrimonialismo, tal como ocorrido em 2004, quando foi divulgada acusação, negada com veemência por Ratinho<sup>217</sup>, do pagamento por parte do mandante federal a fim de um enquadramento favorável a seu respeito e a seu partido no programa de Carlos Massa:

cinco paus" (R\$ 5 milhões) do esquema operado por Marcos Valério para falar bem do PT em seu programa no SBT, em 2004. Segundo a revista [Veja], o dinheiro teria sido repassado a Ratinho pelo ex-deputado José Borba (PMDB-PR), que renunciou no ano passado após se ver acusado de ter recebido dinheiro do "mensalão".

A "Veja" traz trecho de uma gravação telefônica em que o advogado Roberto Bertholdo, que teria sido o principal assessor de Borba, afirma a um ex-sócio que 'o PT topou pagar 'cinco paus' para Ratinho falar "bem do PT até o final do ano [2004]. (CASTRO, 2006).

Outra informação que merece ser destacada é que a empresa midiática de Silvio Santos, que tem Ratinho como sócio no seu programa homônimo, recebeu R\$ 1,6 bilhão, entre 2003 e 2014, dos governos Lula e Dilma, com a finalidade de ser empregada em ações de publicidade estatal. (RODRIGUES, 2015a).

Com Bolsonaro a relação de ambos os apresentadores não foi diferente. Silvio Santos, durante a cerimônia do desfile de Sete de Setembro de 2019, na capital federal, esteve presente, de forma inédita, em posição de destaque ao lado do presidente no palanque, simbolizando tacitamente a parceria. Além disso, em junho de 2020, o deputado Fabio Faria (PSD/RN), genro

---

<sup>215</sup> O TRE de São Paulo decidiu multar os participantes da entrevista por propaganda eleitoral antecipada. Cada um deles teve que pagar a multa de R\$ 5 mil (GAZETA DO POVO, 2012). Ratinho acatou a decisão e pagou a multa, inclusive a de Lula, por este ter sido seu convidado

<sup>216</sup> A relação de amizade entre ambos sofreu uma grande ruptura após a declaração de Gleise Hoffmann durante as eleições municipais de 2012, ora mencionada.

<sup>217</sup> Na nota oficial, Ratinho tenta desqualificar a acusação de que recebeu dinheiro para falar bem do PT ao lembrar sua "postura crítica em relação à administração da ex-prefeita Marta Suplicy". Lembra também que, em 2004, entrevistou José Serra e Anthony Garotinho. (CASTRO, 2006).

de Silvio<sup>218</sup>, foi nomeado Ministro das Comunicações, entidade enquadrante da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, órgão que regula a destinação de verbas publicitárias para radiodifusão e demais veículos. Mais uma caso da importância da família/parentela na rede de poder político e na manutenção do *status quo* da classe dominante. Também não se pode esquecer das verbas publicitárias que tiveram um acréscimo considerável, durante o governo atual, as cifras recebidas pelo SBT passaram a ser da ordem de 41% do bolo total, ante os 24,8% do governo anterior. (JOÃO FILHO, 2020).

Assim como no governo Lula, o programa do apresentador e empresário Ratinho foi um dos mais procurados por Bolsonaro, em uma delas o apresentador fez questionamentos afáveis, elogiou por diversas vezes o presidente e seus ministros, bem como emitiu sua opinião pessoal sobre a reforma da Previdência que foi ao encontro do interesse presidencial: "As mudanças são claras e boas para o Brasil [...] Você acha que se a Previdência fosse ruim para o povo, eu estaria a favor?". (RATINHO, 2019c). Além do crescimento da audiência durante essas entrevistas, cifras publicitárias ingressam nas contas do SBT. O Governo Federal “desembolsou R\$ 268,5 mil para fazer merchandising e promover a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Previdência no Programa do Ratinho, exibido pelo SBT, entre os meses de fevereiro e março”. (REVISTA ÉPOCA apud PODER 360, 2019).

Na esteira da discussão do conceito, o capital financeiro se insere nessa relação, o empresário Luciano Hang é integrante fugaz nesse arranjo social que tem Carlos Massa no centro das atenções. Hang, nascido em Brusque/SC, é filho de ex- operários têxteis da Indústria Renaux que teve seu avô paterno como empregado também. Ingressa na mesma empresa de seus ascendentes, ocupando cargos de expedição e venda têxtil. Inicia seu primeiro investimento, em 1986, abrindo uma loja de tecidos e malhas na sua cidade natal. Mais à frente compra o espólio da falência da Indústria Renaux. Atualmente, a Rede Havan tem mais de dezesseis mil funcionários, se encontra em dezoito estados e tem 159 lojas, com previsão de alcançar 200 unidades, até 2022. Sua fortuna atual está avaliada em R\$ 19 bilhões, ocupando a sétima posição no país e o 514º lugar no mundo. (SPAUTZ, 2020). Luciano tem presença frequente na programação<sup>219</sup> do SBT que segundo o jornalista Daniel Castro, o empresário “deverá aumentar os investimentos na emissora dos atuais R\$ 45 milhões anuais para R\$ 80 milhões, valendo a partir de setembro. Se isso se concretizar, passará a ser o maior anunciante

---

<sup>218</sup> Para aprofundar na biografia de Silvio Santos, ver, em um viés mais laudatório focado nos pródigos, Silva (2000) e Stycer (2018), para uma abordagem mais crítica com relação ao seu posicionamento parcial com o Estado.

<sup>219</sup> Além de ter tido maior evidência midiática no Programa do Ratinho, Luciano Hang foi personagem presente nos programas de Celso Portioli, Silvio Santos, Danilo Gentili, Roberto Cabrini, Eliana e Raul Gil.

privado da rede de Silvio Santos”. (CASTRO, 2019). Os negócios do grupo são diversificados, além das lojas de departamentos, a Havan tem cinco pequenas centrais hidrelétricas, uma administradora de imóveis, um depósito de combustíveis, agência de viagens, agência de publicidade e participação em um hotel em Joinville (SC).

Ratinho é grande amigo de Luciano, participou da inauguração de algumas lojas (Vilhena/RO, Indaiatuba/SP e Passo Fundo/RS), viajou algumas vezes no mesmo avião particular do empresário e o entrevistou no seu programa algumas vezes. A entrevista entre ambos, ocorrida em 2019, no Programa do Ratinho, teve uma abordagem afável e descontraída, com direito a enviar beijo para a dona Regina (mãe de Hang), um viés ufanista, laudatório das suas empresas, de louvação ao presidente da República e de pressões favoráveis à reforma da Previdência, tendo o comentário do apresentador “não vai cair nessa conversa [de que a reforma é prejudicial aos trabalhadores]”. (RATINHO, 2019c). Hang ativista bolsonarista, se encontrou com o presidente da República algumas vezes, inclusive esteve, também, no desfile de Sete de Setembro de 2019, em Brasília. Em janeiro de 2020, quando a estátua da Havan da loja paulista de São Carlos se incendiou, o presidente vestindo camisa do time de futebol Clube Cascavel, patrocinado pela rede de lojas, foi às suas redes sociais prestar apoio ao empresário. Outro caso envolvendo a proximidade entre ambos, ocorreu por ocasião da crítica presidencial de um embargo burocrático e procrastinador feito pelo diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em obras de construção de uma loja Havan no Rio Grande do Sul. (GODOY e GALHARDO, 2020). No Paraná, durante o mandato Ratinho Junior, que recebeu R\$ 100 mil em doação para a campanha ao governo do estado, Hang foi diplomado Cidadão Honorário Paranaense e assistiu, em 2019, junto com o governador e filhos ao jogo final da Copa do Brasil (Atlético Paranaense e Internacional) no mesmo camarote.

Prosseguindo na importância da parentela na construção do poder simbólico dos Massa, é interessante focalizar agora uma importante família dominante e tradicional paranaense que permeia a teia de interesses de Carlinhos – os Pimentel. Paulo Pimentel<sup>220</sup>, secretário da Agricultura, governador do Paraná (1966-1971) mais jovem da história e deputado federal (1979-1983; 1987-1991); casado com Yvone Lunardelli, filha de João Lunardelli e neto de Ricardo Lunardelli, fundador da cidade de Porecatu e da Usina Central de açúcar e álcool do Paraná, grande latifundiário e empresário do ramo sucroalcooleiro; Paulo possui dois netos em

---

<sup>220</sup> Cf. biografia de Paulo Pimentel, ver SANT’ANA (2008) e GARRETT (2019)

posição de destaque na atual política paranaense: 1) Eduardo Pimentel Slavieiro<sup>221</sup>, empresário, ex-assessor do governador Beto Richa, na Casa Civil, ex-diretor CEASA-PR e atual vice-prefeito de Curitiba reeleito; 2) Daniel Pimentel Slavieiro – ex-diretor geral do SBT em Brasília, presidente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) (2006-2010;2012-2016), ex-diretor-executivo na Rede Massa e presidente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), no mandato Ratinho Jr, maior empresa estatal e a terceira em gastos com publicidade institucional<sup>222</sup> entre janeiro e setembro de 2019 – R\$ 6.379.222,49 (RIBEIRO, 2019), fechando o ano em R\$ 10.102.877,71, sendo que nas rádios foram gastos R\$ 2.993.206,05 e nas TV, R\$ 2.924.485,51. É importante também destacar que Ratinho iniciou seu império midiático comprando do Grupo Paulo Pimentel, em 2007, por cerca de R\$ 70 milhões, as TV Iguazu, TV Tibagi, TV Naipi e TV Cidade (uma das bases de sustentação da imagem política do ex-governante).

Outros agentes que dão vida à parentela e integram o sistema coronelismo eletrônico como protagonistas são os comunicadores da Rede Massa. Curiosamente, nos quadros da emissora, localizamos (até dez. 2020) diversos que foram ou estão em posição política de destaque: o apresentador do programa *Primeiro Impacto*, Gilberto Ribeiro (deputado estadual), o comentarista político Paulo Martins (deputado federal), o apresentador do *Tribuna da Massa*, Jocelito Canto (ex- deputado federal, ex-prefeito de Ponta Grossa e pai da deputada estadual Mabel Canto), o ex-apresentador Galo (deputado estadual), o ex-comentarista Ogier Buchi (candidatura a governador indeferida) e os irmão Sandro Alex (deputado federal) e Marcelo Rangel (prefeito de Ponta Grossa), ambos radialistas e filhos de Nilson de Oliveira, proprietário da Rádio Mundi e atual diretor da Rádio Massa Ponta Grossa (ex- Rádio Central que foi de sua propriedade). Essas conexões político-comunicacionais requerem maior aprofundamento analítico para entendermos de que forma esses personagens atuam em um viés mais amplo nas relações parentelares. Segundo Entrevistado 2 (2020), esse esquema é um grande jogo de interesses que visam um projeto maior de poder que perpassa a comunicação. Todavia na ótica do Entrevistado 5 (2020), esse arranjo com tantos políticos. tem estrutura curiosa, mas não crê na sua formação direcionada para esse fim. Ogier Buchi foi aliado de Ratinho Junior por longa data até a ruptura em 2018 por questões políticas. Quando ainda estava na bancada do jornal

---

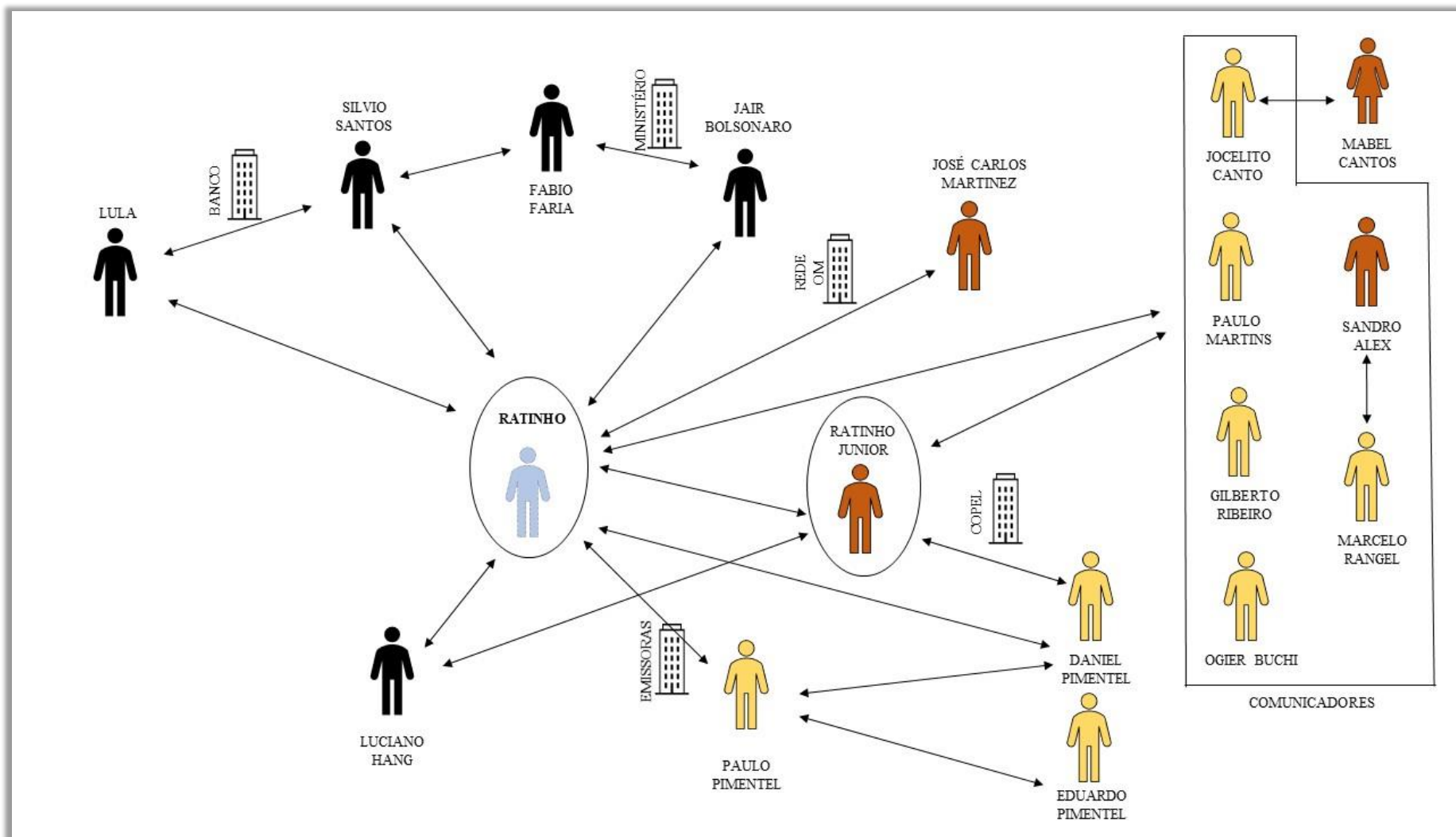
<sup>221</sup> Os Slavieiro também pertencem a uma genealogia extensa, tradicional e dominante no Paraná que se sobrepõem a diversas estruturas de poder. Para aprofundar, ver GOULART (2016b).

<sup>222</sup> Os gastos estão distribuídos em diversos serviços, entre eles - assessoramento de redes sociais, cinema, ilustração, internet, jornal, mídia alternativa, mídia exterior, outdoor, pesquisa, produção eletrônica, rádio, televisão, revista. Dados da Secretaria de Comunicação fornecidos pelo Portal da Transparência do Governo, entre jan. e dez. 2019).

matinal não criticava o seu ex-seguidor, era seu amigo, palavras de Buchi (2020). O deputado Paulo Martins, iniciou sua carreira jornalística na Rede Massa, fez bancada com Buchi no telejornal, é membro do PSC, partido de Ratinho Junior até 2016, e faz parte da base de sustentação política do governador. O deputado e radialista Sandro Alex é do mesmo partido do mandão estadual que o nomeou secretário de Infraestrutura e Logística. Seu irmão, também radialista da Rádio Mundi (cujo pai é dono e diretor da Massa FM) é o prefeito de Ponta Grossa e ambos constituem força de sustentação para Ratinho Junior. A deputada Mabel Canto, filha do radialista e funcionário da TV Guará (Rede Massa Ponta Grossa), Jocelito Canto, é do mesmo partido do governador.

O fato é que uma parentela com tantos apresentadores que se tornaram políticos e que trabalham na mesma emissora, cujo um dos “proprietários” é o atual governador do estado e outro um dos maiores comunicadores do país é um caso, no mínimo, pouco comum que requer um pesquisa exclusiva.

FIGURA 24 – ESTRATO DA REDE DE PARENTELA. INFLUÊNCIA E PODER DE CARLOS MASSA (RATINHO)



FONTE: autor

NOTA:  NACIONAL  REGIONAL  LOCAL

Casuísmos na divulgação da notícia têm suas origens em interesses pessoais. É o caso da adolescente que afirmou em entrevista ter sido assediada por um diretor de uma escola de um município de médio porte próximo à Curitiba, matéria essa que não foi divulgada pela TV Iguaçu, pois descobriu-se que o denunciado era chefe de escritório da campanha de Ratinho Jr nas eleições de 2014. Outro caso interessante, em 2015, envolveu uma matéria sobre o funcionamento de um cassino clandestino em Curitiba, cuja segurança era prestada por um policial militar fora do expediente. Sua divulgação foi cancelada na mesma emissora, pois o imóvel sede da casa de jogos estava registrada em nome de um dos sócios de um filho de Ratinho. (ENTREVISTADO 4, 2020).

A interferência política no noticiário local são recursos empregados pelos diretores dos veículos de comunicação para reforçar, coagir ou denigrir a administração municipal, utilizando enquadramento seletivos, deixando de lado a noticiabilidade do fato, mas evidenciando fisiologismos e alianças políticas. Este argumento encontra materialidade e veracidade na figura 25 (Entrevistado 2, 2020; Entrevistado 5, 2020), que é uma lista existente de forma apócrifa, sem identificação institucional e sem título na redação da TV Iguaçu que classifica os municípios das regiões metropolitana e litoral, Londrina e Foz do Iguaçu quanto à afinidade política do seus chefes do executivo com a Rede Massa. Sendo assim, baseado nesta ilustração, datada de maio de 2013, em Curitiba, o prefeito Maurício Fruet (candidato que venceu Ratinho Jr nas eleições municipais de 2012) não teria abordagem favorável de sua administração na programação jornalística da emissora. Mesmo tratamento teria o prefeito de Itaperuçu, Neneu José Artigas (PDT), mesmo partido de Fruet. No entanto, caso algum cidadão ligasse para a redação da TV Iguaçu, propondo uma pauta que possivelmente fosse destacar de forma exitosa a prefeitura de Araucária, a chance de ela ser produzida e divulgada seria bem maior, haja vista que na lista o município estaria bem cotado e avaliado (10). Já no município de Campo Largo (5), segundo a figura, a divulgação seria ainda mais parcial e feita “caso a caso” (os critérios dessa individualização não foram identificados). Por fim, embora esta lista seja de maio de 2013, “ela sempre existiu”. (ENTREVISTADO 5, 2020).

FIGURA 25 – LISTA DE AFINIDADE ENTRE OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS E ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA REDE MASSA/MAIO 2013

<b><u>REGIÃO METROPOLITANA</u></b>	
CURITIBA .....	0
FAZENDA RIO GRANDE .....	10
COLOMBO.....	10
PIRAQUARA .....	10
PINHAIS.....	10
CAMPO LARGO .....	5
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	10
ARAUCÁRIA .....	10
ALMIRANTE TAMANDARÉ.....	10
RIO BRANCO DO SUL.....	10
ITAPERUÇU.....	0
CAMPINA GRANDE DO SUL .....	0
QUATRO BARRAS .....	10
<b><u>LITORAL</u></b>	
MATINHOS .....	10
MORRETES .....	0
GUARATUBA .....	5
PONTAL DO PARANÁ .....	5
ANTONINA.....	10
<b><u>INTERIOR</u></b>	
LONDRINA .....	10
FOZ DO IGUAÇU.....	10
<b><u>PARÂMETROS</u></b>	
10 - AFINADÍSSIMO	
5 - AVALIAÇÃO CASO A CASO	
0 - SEM COMPROMISSO	

FONTE: Entrevistado 2 (2020)

Não foi possível encontrar nessa relação de clientelismo ou coerção entre a Rede Massa e as prefeituras da figura 23 qualquer tipo de critério que relacionasse enquadramento noticioso do município com qualquer outra relação comercial que envolvesse publicidade. Todavia, esse



vínculo tóxico é crível e passível de consolidação, haja vista exemplos que Elvira Lobato levantou em sua pesquisa, realizada na região Norte e Nordeste, que existem emissoras em que “a principal fonte de receita da TV são os contratos com a prefeitura e com a câmara para a divulgação de material institucional”. (LOBATO, op. cit., p.185). e outros governos municipais que sofreram perseguição em função do cancelamento do contrato de publicidade com a emissora. (LOBATO, 2017).

Outros exemplos de interferência no ciclo de produção da notícias ocorreram na programação jornalísticas da Rede Massa. Entrevistado 4 (2020), declarou que era rotina da emissora informar o nome das empresas que tinham alto número de reclamações por prestação de serviços deficientes no PROCON. No entanto, em 2014, a empresa Móveis Alianças foi uma das líderes de protestos, mas seu nome não constou do rol das reclamadas, pois a empresa era uma das principais anunciantes da emissora. Mesmo viés de seletividade ocorreu no caso de um funcionário da empresa do Plano Assistencial Funeral Vaticano, outra empresa patrocinadora, foi preso por tentativa de furto no interior de um supermercado de Curitiba e a matéria produzida a respeito desse delito não foi ao ar.

Os interesses políticos e financeiros são motivos importantes para entendermos o emprego da comunicação como forma de divulgação ou omissão de informações envolvendo protagonistas de um processo político-eleitoral, conforme testemunho da jornalista Marelli Martins, da emissora pontagrossense Rádio T<sup>223</sup>:

Na terceira-feira (19) [19 de maio de 2020] encerrei um ciclo de trabalho de seis anos na Rádio T. [...] Agora vamos para a parte difícil! Eu devo uma satisfação a todos os meus ouvintes sobre os motivos da minha saída. E não tem nada a ver com os reflexos do coronavírus, como vão dizer! É muito difícil ter quer contar, mas não posso me calar. Eu nunca me calei e não vou me calar agora!

Lamentavelmente a *diretoria da emissora optou pelo que todos fazem, escolheu o dinheiro público* que vem dos governos estadual, municipal e federal. O nosso dinheiro sendo utilizado para calar o jornalismo verdadeiro.[...]

Após insistir para que me informassem o motivo da minha saída, veio a resposta! Fui comunicada de que “*nesta rádio não pode mais bater nos governos, principalmente no governo estadual*”.

As rádios T e Lagoa Dourada (antiga Difusora) estão entupidas de verbas dos governos. E também estão cheias de conteúdo enlatado do governo estadual, o que não é jornalismo! Basta ligar o rádio e ouvir para confirmar!

Segundo a diretoria da emissora, “o meu trabalho deixou de ser interessante para a rádio porque *não pode mais bater no governo*”. Se eu continuasse lá, falando a verdade sobre determinados políticos, *a emissora perderia esse dinheiro*. [...]

Diferente de tantas outras vezes, a emissora cedeu às pressões. O dinheiro falou mais alto. Dinheiro do povo! Pra quem se diz o “imparcial”, ficou feio!”

---

<sup>223</sup> Rede paranaense de estações de rádio pertence a Márcio Martin. É encabeçada pela frequência 99,9 FM de Ponta Grossa e conta com filiais em Curitiba, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Campo Mourão e Paranavaí

Durante a conversa que culminou na minha saída, *fui lembrada das entrevistas que eu fazia com o ex-governador do Paraná, Beto Richa. Segundo a direção, “a rádio perdeu toda a publicidade do governo por conta do meu trabalho”*. E agora eles não querem que o mesmo aconteça! Pois mudou o governador, mas as atitudes são as mesmas [...]. (MARTINS, 2020, grifos meus).

Da mesma forma que na RIC TV, as verbas publicitárias são recursos importantíssimos nas relações que envolvem clientelismo e patrimonialismo no contexto do coronelismo eletrônico, a emissora, em troca de seu apoio midiático a favor de seus aliados pendulares ou contra os seus designados do momento, recebe aportes financeiros em tratativas sofisticadas e escamoteadas do público e de órgãos públicos.

A ruptura nesse relação de interesses pode causar perdas significativas para a emissora. No intuito de manter esse arranjo de interesses, a Rede Massa, em 2014, afastou, da bancada do telejornal matutino de grande audiência *Jornal da Massa*, os comentaristas Ogier Buchi e Paulo Martins (hoje deputado federal pelo PSC/PR) pois seus comentários eram muito críticos e desfavoráveis à presidente Dilma Rousseff, em ano de campanha para reeleição, segundo o site Notícias da TV/UOL:

Ogier Buchi e Paulo Eduardo Martins deixarão a partir de segunda-feira de integrar o *Jornal da Massa*, exibido entre 7h e 8h. No telejornal, eles participavam diariamente de um debate em que discutiam assuntos de esfera federal, como "escândalo da Petrobras" e o marco civil da Internet. Martins e Buchi se juntam a Ruth Bolognese, que já havia sido afastada do telejornal. O desligamento dos três comentaristas de direita ocorre 50 dias depois de o SBT de São Paulo, cabeça-de-rede, ter demitido três articulistas que também não sintonizavam com a esquerda: José Nêumane Pinto, Denise Campos de Toledo e Carlos Chagas [...]. (CASTRO, 2014).

A argumentação em questão foi corroborada por Entrevistado 5 (2020) que complementou a versão dizendo que o jornalista paranaense, então Ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Thomas Traumann, face à essas críticas, ameaçou cortar verbas publicitárias (estima-se cerca de vinte milhões de reais) oriundas da Caixa Econômica Federal destinadas à emissora de Ratinho, caso Paulo Martins e a apresentadora do SBT, Rachel Sheherazade, não fossem afastados (opção essa escolhida).

### 5.3 CHICO, QUE BELEZA DE FAMÍLIA E PARENTELA

Após o estudo de uma família desviante das tradições dominantes paranaenses, trago à tona outra parentela que se evidencia no escopo estadual com relações nacionais, tal como foram os Petrelli, inclusive com os predicados de consanguinidade, apadrinhamentos, capitais femininos, matrimônios como estratégias de perpetuação de poder, arranjos de interesse, mitigação da espuriedade do patrimonialismo, soterramento das relações entrecampos, bem como a interlocução da mídia nesse jogo pendular entre o poder público e privado.

Tomo como referência o curitibano Francisco Cunha Pererira Filho (vulgo “Chico Beleza”, alcunha adquirida quando jovem) para balizarmos o início analítico da trajetória biográfica, genealógica, financeira e midiática dessa extensa parentela, que tem/teve seus integrantes espalhados por diversas regiões do país - nordeste mineiro, região metropolitana de João Pessoa/PB, Campos Gerais e as capitais paulista e paranaense, haja vista que entendo que o magistrado é um elo importante entre os antecedentes históricos e a contemporaneidade dos descendentes mais recentes.

Começo essa análise com as palavras do ex-governador paranaense Paulo Pimentel por ocasião do falecimento do Dr. Francisco, em 2009<sup>224</sup>, “[...] foi um paranaense dos mais ilustres. Ferrenho lutador e defensor de nobres demandas do nosso Estado, usando papel e tinta como armas. Um especial amigo, que deixa seu nome gravado com tipologia garrafal na história do nosso povo” (PRON, 2009). Diferentemente de Leonardo Petrelli, Francisco foi um personagem de ações regionais voltadas exclusivamente para o seu estado de origem, morou integralmente na capital curitibana, seus negócios sempre estiveram no Paraná, seu ramo familiar tem fortes influências na região dos Campos Gerais (Lapa).

Por ocasião do seu falecimento, além das quase quatro mil pessoas que estiveram presentes e das quase oitenta coroas de flores entregues no velório ocorrido no prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, diversas personalidades de ampla representatividade paranaense compareceram ou se manifestaram remotamente sobre a trajetória vitoriosa de Francisco, entre alguns, o ex-governador Jaime Lerner, deputado federal Gustavo Fruet, ex-governador Emílio Gomes, ex-ministro Euclides Scalco, ex-secretário da Fazenda do Paraná, Maurício Schulmann, Jorge Samek, diretor da Itaipu Binacional, prefeito municipal de Curitiba,

---

<sup>224</sup> Utilizo o título de doutor porque assim seus funcionários e pessoas próximas (inclusive seu filho publicamente) o chamavam. Francisco faleceu aos 82 anos vítima de parada cardiorrespiratória, na noite de 18 de março, em Curitiba.

Beto Richa<sup>225</sup>, ex-ministros paranaenses Paulo Bernardo (Planejamento) e Reinhold Stephanes (Agricultura) e representantes de times de futebol da capital e da sociedade civil paranaense<sup>226</sup>.

Sua trajetória profissional, de forma inicial, pendulou entre a vida acadêmica e jurídica, ocupando os seguintes espaços de representação:

- presidência fundador do Diretório Central dos Estudantes e primeiro representante do corpo discente no Conselho Universitário da Universidade do Paraná;
- graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1949) e especializou-se em Direito Criminal, tendo como clientes algumas personalidades paranaenses, entre elas o ex-governador Moises Lupion, período que começou a ter notabilidade na capital paranaense;
  - Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná (1969);
  - Integrante do Conselho Regional e da Comissão de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná, bem como foi conselheiro federal (1991-1993);
  - Lecionou na Universidade do Paraná, nas cadeiras de Ciências das Finanças, Direito Internacional Privado e Previdência Social;
  - Foi integrante (1926-2009) da Academia Paranaense de Letras, cadeira 18 (atualmente ocupado pelo jornalista e escritor maringense Laurentino Gomes).

Sua inserção no campo da comunicação vem a acontecer a partir da segunda metade do século passado, quando, em 1962 comprou<sup>227</sup>, em sociedade com Edmundo Lemanski<sup>228</sup>, o jornal *Gazeta do Povo*<sup>229</sup> dos advogados, o paraibano Benjamin Lins e o alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva, que teve ainda até meados da década de 1950 o então governador Moises

---

<sup>225</sup> Segundo Beto, "dr. Francisco escreveu seu nome na nossa história com as tintas do idealismo e da correção de caráter. Foi uma sólida referência de equilíbrio, sabedoria e ponderação." (PORTAL IMPRENSA, 2009).

<sup>226</sup> Entre alguns, seleciono o Sindicato dos Jornalistas do Paraná que se manifestou, "em que pese a sua condição de patrão, o empresário costumava pautar sua relação com empregados com a mesma sinceridade com que realizava suas campanhas cívicas, a ponto de granjear dos subordinados sincera admiração." (SINDIJOR, 2009).

<sup>227</sup> Segundo filha de De Plácido e Silva, a ex-cronista da *Gazeta do Povo* Juril Carnasciali, em entrevista a Sandro Dalpícolo, seu pai recebeu várias propostas para vender o jornal, mas só venderia para quem ele confiasse e que continuasse a sua tradição. Um dos pretendentes foi o senador Souza Naves (PTB) que por questões políticas não foi fechado o negócio. "Para esse moço [Francisco], como se fosse meu filho, eu entrego de coração a direção da *Gazeta*." (DALPÍCOLO, p.2010, p.112).

<sup>228</sup> Segundo *Gazeta do Povo* (2009), Edmundo era o responsável pelo planejamento estratégico da empresa, sempre com o objetivo de antever problemas. "Minha [Lemanski] meta diária sempre foi pensar em como aumentar as vendas do jornal e torná-lo rentável." (GAZETA, op.cit.). Em 2015, o empresário vendeu sua parte (50% das ações) aos irmãos Guilherme e Ana Amélia Cunha Pereira por simbólico valor de R\$1 (PORTAL PARANÁ, 2019).

<sup>229</sup> O periódico foi lançado em 1919 e, em meados de 2000, tornou-se o primeiro jornal no Paraná e o segundo do Brasil a ser divulgado na internet (O RÁDIO PARANÁ, 2012). A plataforma midiática jornal era considerada "única fonte de informação segura para a pequena parcela leitora da população, fatalmente concentrada em Curitiba". (FERNANDES e DOS SANTOS, 2010)

Lupion como um dos sócios com 49% das ações. O jornal ocupava o terceiro lugar no ranking dos leitores paranaenses à época e um dos motivos da venda foi em razão do surgimento da TV em Curitiba, da falta de pagamento dos salários em dia, da redução de verbas publicitárias e da preferência do público pelo jornal carioca *Última Hora*, de Samuel Wainer.

Em 1962, na metade do ano, ao assumir a Gazeta do Povo, Francisco da Cunha Pereira Filho reuniu o pessoal e expôs um plano de ação. Anunciou o fim dos 'vales' e o início da era 'salários' e 'quinzenas'. Clóvis do Nascimento conta que tudo funcionou porque 'nós acreditamos nele e ele – o nosso diretor – acreditou em nós. Passamos a formar quase uma família' (GAZETA DO POVO, p.7, 1992)

Em meados de 1965, de acordo com Costa (2002), os sócios da *Gazeta do Povo*, sabendo da possibilidade de concessão de outorga para uma nova emissora de TV no Paraná (a terceira), decidiram participar da concorrência que tinha Paulo Pimentel, então proprietário do jornal *O Estado do Paraná* e secretário de Agricultura do governo Ney Braga (amigo e ex-aluno do presidente Castelo Branco). Todavia o processo de concessão seguiu um padrão de enviesamento e seletividade<sup>230</sup>, o que pode ser constatado de acordo com o comentário de funcionário do Ministério das Comunicações na hora que Francisco Cunha Pereira foi entregar os documentos para participar do certame:

“Que pena”, ele disse. O senhor sabe que isso aqui é baralho marcado. Não vai ser pra vocês. Foi o governador do Paraná que provocou o edital e aqui quem provoca o edital é quem ganha a concorrência. O funcionário tinha razão. A concessão saiu, mesmo, como ele previa, para o governador Paulo Pimentel<sup>231</sup> (DALPÍCOLO, op.cit., p. 92- 93).

A partir dessa tentativa, o jornalista Francisco começou a se projetar no campo midiático e iniciou a formação do seu vasto patrimônio empresarial, chegando ao atual grupo GRPCOM (figura 26). Com Edmundo Lemanski e Adolfo de Oliveira Franco, ex-governador (1955-1956), ex-senador (1963-1971) e ex-diretor-presidente do Banco Comercial do Paraná (que mais tarde deixaria a sociedade), em 1969, adquiriu a TV Paranaense, Canal 12, a primeira emissora do Paraná, inaugurada em 1960, do empresário Nagib Chede Abraão (personagem que será

---

230 A hipótese de que Ney Braga facilitou a concessão de outorga (que viria a ser a TV Iguaçu) junto a Castelo Branco tem versões contraditórias. Segundo Paulo Pimentel, “Do Ney Braga, não. Ele nunca pediu nada por mim. Ele não pedia para ninguém. [...] O general Ítalo Conti. Ele que me ajudou na [conquista da concessão da] Iguaçu. Ele era sócio da TV Iguaçu e eu comprei a parte dele”. Diferente versão emitiu Ney, “[...] aliás, com meu apoio e pedido junto ao presidente Castello Branco, sem que eu visse nisso apoio para que ele fosse governador.” (COSTA, 2002, p. 171-172).

231 Os primeiros acionistas da empresa comandada por Pimentel foram João Feder, Jayme Canet Júnior, Napoleão Braga Côrtes, Nacim Bacila Neto, Benedito Ribeiro e Ítalo Conti.

estudado em seguida), por dois milhões de cruzeiro novos (o que correspondia à época quase dezessete mil salários-mínimos). A transferência de propriedade (a primeira no país que envolveu transferência para outro grupo empresarial) foi motivada, segundo profissionais da época, “pela carência de uma administração mais profissional” (DALPÍCOLO, op.cit., p. 105), além de grande passivo reconhecido por Lemanski,

ele [Chede] se instalou na garagem do Nabor Folador. Devia para o Nabor, quando nós compramos, dois milhões. Isso era dinheiro para burro, naquela época. Além do aluguel, o Nabor emprestava dinheiro para ele. Nós tínhamos que pagar. (DALPÍCOLO, op.cit., p.106-107).

FIGURA 26 – FORMAÇÃO ATUAL DO GRUPO PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO



FONTE: Site GRPCOM (nov.2020)

Um dos funcionários fundadores da emissora, Renato Mazânek, reforça que os motivos da venda foram embasados em problemas de administração e questões financeiras em razão das elevadas cifras de comissões e juros pagas por Chede a agiotagens e nas compras de materiais técnicos inadequados e ineficientes, o que gradativamente dilapidaram o seu patrimônio comunicacional. “Comportamentos como esses geraram as muitas dificuldades enfrentadas pela TV Paranaense e toda descontinuidade administrativa pelo saudoso Dr. Nagibe. A derradeira solução, diante da fragmentação de recursos, acabou sendo a transferência da emissora [...]” (MAZÂNEK, 2004, p.124).

E na ótica do próprio Chede, a venda da emissora para Cunha Pereira, Lemanski e Oliveira se deveu por aspectos financeiros

[...] não era muito rentável, até trabalhamos algum tempo com prejuízo. [...]. [a nossa] era a melhor programação de televisão. E nos índices de pesquisa, o Canal 12 estava sempre em primeiro lugar. Depois, quando se fundou o Canal 4, que era do então governador Paulo Pimentel, ele nos tirou toda esta programação [da Record-SP]. Daí, então, se deu o crescimento de audiência do Canal 4 e o decréscimo do Canal 12. Eu achei que não tinha condições financeiras de aguentar o prejuízo que esta organização estava dando. Esta é a razão porque eu vendi [...]. Vendi para o Francisco, o Adolfinho Franco e o Lemanski. Mas permaneci com algumas ações durante um tempo. Aí, quando voltou a programação da Rede Globo para o Canal 12 [em 1976], foi uma das exigências da Rede Globo adquirir metade das ações. E, nesta ocasião, o que eu tinha eu liberei para o Francisco.(CHEDE, 1985).

Todavia, os problemas financeiros após a compra da TV Paranaense pelos três sócios continuaram ativos o que impediu a emissora de comprar equipamentos mais modernos com o intuito de substituir os em uso que geravam imagens precárias, cheias de sombra e chuviscos. Essas limitações técnicas foram de encontro ao padrão de qualidade que a Rede Globo estava buscando. Desta forma, em 1971, a emissora dos Marinheiros não renovou o contrato de cessão de programação para a TV Paranaense (que acertou em seguida com a TV Record/SP) e foram para a TV Iguaçu, do então governador Paulo Pimentel.

No entanto, divergências político-partidárias<sup>232</sup> com Paulo Pimentel fizeram com que o presidente Ernesto Geisel cumprisse a promessa direcionada ao ex-governador, em 1974, em uma reunião após a inauguração do Teatro Guaíra, na capital paranaense, “Paulo, perdemos a eleição no Paraná porque você não nos ajudou e, por isso, nós vamos liquidá-lo!” (GARRETT, 2019,p.182), pressionando a suspensão da programação da Rede Globo nas emissoras de seu desafeto que foi decidida em reunião, em Brasília, cujos participantes foram Roberto Marinho, Armando Falcão, ministro da Justiça, Euclides Quandt, ministro das Telecomunicações, e Ney Braga, Ministro da Educação .

Sendo assim, em 1976, a TV Paranaense voltou a ter relações comerciais com a Rede Globo, não apenas para retransmitir a sua grade de programação, mas para serem sócias. Este episódio foi decisivo para o crescimento empresarial e para a projeção de poder da família societária Cunha Pererira e Lemanski no estado. Nas palavras de Edmundo Lemanski, “quando nós pegamos a [programação da Rede] Globo, ficamos sócios deles, aí nossos problemas acabaram. Aí, sobrou dinheiro, sobrou tudo... O [nosso] sucesso é por causa dessa parceria, com certeza.” (DALPÍCOLO, 2010,p. 130).

---

<sup>232</sup> Para entender as origens e desdobramentos desse imbróglie político que envolveu o grupo midiático Paulo Pimentel e os chefes do executivo estadual e federal, ver PIMENTEL (1998), REBELO (2004), SANT’ANA (2008), COSTA (2015) e GARRETT (2019).

Adiante, a TV Cultura<sup>233</sup>, Canal 8, Maringá, em julho de 1978, sofreu alteração contratual e “admitiu como sócio, com quantidade maior de quotas, o empresário José Roberto Marinho, do Rio de Janeiro, integrante da Rede Globo de Televisão, da qual a TV Cultura passou a afiliada” (ROBLES, 2007, p. 216). No entanto, desde junho de 1974 – “antes, portanto, da inauguração oficial – os donos da *Gazeta do Povo* já eram sócios minoritários do Canal 8 de Maringá”. (COSTA, 2002, p.138). Iniciou-se assim, a formação da segunda rede regional televisiva no estado paranaense – Rede Paranaense de Televisão (RPTV).

De acordo com o jornalista Sandro Dalpícolo, em sua obra *Uma nova luz na sala – histórias da TV Paranaense*, os sócios Francisco e Edmundo tiveram facilidade em comprar a TV Cultura<sup>234</sup> em razão da proximidade entre os ex-proprietários, desde a inauguração da emissora maringaense, como pode ser observada nesse episódio prosaico:

[...]. Dr. Francisco havia ajudado os sócios da Cultura a resolver um problema grave. Samuel Silveira [o cotista majoritário original] havia comprado um transmissor no exterior, mas não tinha licença de importação para desembarcar a entrada do equipamento no Brasil. O transmissor acabou retido no Porto de Santos e apodreceu por lá mesmo. Como havia um prazo legal para que a emissora começasse a funcionar, as primeiras câmeras e o primeiro transmissor, que puseram o sinal da TV Cultura no ar, foram cedidos, por empréstimo pela TV Paranaense [...] (2010, p.132)

Em 1980, Francisco, Edmundo e Roberto Marinho adquiriram da família Martinez a TV Coroados<sup>235</sup> (atual RPC TV Londrina) em uma negociação pouco transparente onde os vendedores “foram pressionados pelo alto comando de Brasília, com o apoio do governador Ney Braga e outros políticos, para liberar a transferência da concessão da emissora aos sócios *Gazeta do Povo* e a Roberto Marinho.” (COSTA, 2015, p.301).

A expansão do conglomerado dos sócios seguiu ocorrendo. Na década de 1980, a Rádio Metropolitana foi comprada (1986), tornando-se um veículo do Sistema Globo de Rádio. Foi inaugurada somente em 1988 e passou a se chamar Inter 99 e atualmente 98FM. Em seguida, no mesmo ano, ocorreu a implantação da TV Cataratas, em Foz do Iguaçu, e a sucursal de Cascavel passou a fazer parte da regional de Foz do Iguaçu.

---

<sup>233</sup> Fundada em 1975 por um grupo de 25 empresários e profissionais liberais liderados por Samuel Silveira, experiente empresário da comunicação. Presentes na inauguração o prefeito Silvio Barros e o governador Jayme Canet Junior. Essa emissora não tinha ligação com a TV Cultura de São Paulo.

<sup>234</sup> Dois antigos acionistas, Dom Jaime Coelho e Samuel Silveira, permaneceram como sócios minoritários da emissora após a venda.

<sup>235</sup> Para entender a conturbada trajetória de vendas da TV Coroados, ver capítulo 4 do livro *Televisão e Política – uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985)*, de Osmani Costa (2015a), obra referência para interpretarmos a formação dos arranjos político-midiáticos paranaenses.



Na década de 90, foram compradas a TV Esplanada<sup>236</sup>, Canal 7, em Ponta Grossa (1993), do grupo empresarial liderado por Pedro Wosgrau, a TV Imagem, em Paranavaí (1997) e a TV Oeste, em Cascavel (1999) - antiga TV Carimã, Canal 10, da família Martinez, bem como o Jornal de Londrina (JL)<sup>237</sup> passou a integrar o conglomerado (1999).

No final dessa mesma década, ocorreu a intervenção da Globo nacional, trazendo profissionais de outras praças com seguida demissão do chefe de jornalismo Marcos Batista, em razão da omissão intencional do Grupo Paranaense em divulgar notícias referentes às denúncias de desvios de verbas públicas da prefeitura de Londrina, fato esse que já eram de conhecimento público e já vinham sendo divulgados por outros veículos de comunicação local e regional.

Nos anos 2000, foi lançada a marca corporativa RPC, mesma época que foram adquiridas a TV Guairacá, em Guarapuava (2000) e a Rádio Globo FM (2006) - atual Mundo Livre FM (estreou somente em 2008).

Em 2001, segundo Instituto GRPCOM (2020), com o intuito de desenvolver a cidadania corporativa por meio de ações sociais em prol do desenvolvimento da comunidade paranaense e a comunicação a serviço da sociedade, foi criado o Instituto GRPCOM - organização da sociedade civil de interesse público para atuar nas áreas de educação e cultura e fortalecer o terceiro setor. Atualmente é presidido por Guilherme Döring Cunha Pereira e coordenada nove projetos<sup>238</sup> junto à comunidade paranaense.

Ao término de 2003, a sede do Canal 12 foi transferida das instalações alugadas do Castelo do Batel, que eram ocupadas desde o início dos anos 1970, ex-domicílio particular do governador Lupion (a quem Dr. Francisco defendeu criminalmente em diversas ocasiões) para os estúdios atuais no bairro curitibano das Mercês.

Em 2004, Chico Beleza se afasta da redação em razão do tratamento de saúde e assume a direção para os filhos.

---

<sup>236</sup> Concessão assinada pelo presidente Castelo Branco (1966) em nome de um grupo presidido por Constâncio Mendes e Wallace Pina, amigos do então governador Ney Braga.

<sup>237</sup> Cf. tese de Fábio Silveira, *Os limites do jornalismo: a última batalha do Jornal de Londrina*, os motivos da venda do JL para o GRPCOM, nas palavras de Carla Nascimento, chefe de redação (2004-2012), “Eu lembro que a ideia deles era expandir, a Gazeta não tinha uma boa penetração no Norte do Paraná, não tinha circulação quase nenhuma aqui [Londrina], era muito caro manter a distribuição para poucos”. Existia também a disputa comercial com a Folha de Londrina, que vivia um período de expansão e chegou a montar uma redação em Curitiba e a circular na capital do Estado com o nome de Folha do Paraná. O JL fazia, então, parte de uma estratégia para lidar com um concorrente que estava em fase de crescimento. “[...] Eles queriam ter um jornal de Londrina aqui ancorando também que era uma forma... enquanto o JL brigava com a Folha, a Folha não ameaçaria” (SILVEIRA, 2020).

<sup>238</sup> Acessar site do Instituto a fim de conhecer os projetos *RPC Game, Ler e Pensar, Televisando, Se Liga, Impulso, Adote uma causa, Publicidade social, Atitude do bem e Programa de visitas*.

Os amigos e sócios Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski faleceram em 2009 e 2010, respectivamente, transferindo de direito a presidência e a direção das empresas para seus filhos (no caso de Francisco, Ana Amélia e Guilherme, e de Edmundo, Mariano).

Em 2010, ocorreu a alteração da marca de RPC para grupo para GRPCOM, os donos do *Grupo Gazeta do Povo* compraram a rádio Cultura FM de Maringá (hoje *Mundo Livre Maringá*), os jornais *Tribuna* e *O Estado do Paraná* e o portal de notícias *Paraná-Online* (os dois últimos foram compactados no primeiro), então pertencentes ao ex-governador Paulo Pimentel, além de lançarem o canal por assinatura *ÓTV*<sup>239</sup> (2011). A venda do jornal *O Estado do Paraná* foi apenas um capítulo do processo de extinção do grupo comunicacional que, segundo Paulo Pimentel, iniciou com a venda das emissoras em virtude do baixo fluxo de caixa das empresas, impedindo a modernização para a tecnologia digital. O periódico “estava com prejuízo de 500 mil reais/mês.” (GARRETT, p. 229, 2019).

Desde 1º de junho de 2017, o periódico *Gazeta do Povo* passou a ser digital com apenas uma edição impressa semanal, demitindo também de forma acumulada cerca de cem profissionais até o final de 2020.

Em novembro desse ano, alterou o regime laboral dos seus funcionários (exceto os departamentos de marketing e TI) para o teletrabalho (ação essa reforçada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2 identificada em Curitiba em março de 2020). Além disso, foi divulgado término da produção da edição impressa da Gazeta dedicada a temas. (RIBEIRO, 2020b).

Por fim, em razão do processo falimentar que o periódico vem passando em razão de uma “crise tão delicada”, os proprietários Guilherme e Ana gravaram um vídeo<sup>240</sup> institucional (Gazeta do Povo, 2020) no intuito de se defenderem de diversas críticas editoriais contrárias à postura do jornal, bem como reverter a “capacidade de financiamento [do periódico] que está se esgotando” face à redução do número de investidores e do volume pecuniário investido, da extinção do jornal e seus cadernos impressos (principalmente os *Classificados*) que em 1998 chegou a ter uma tiragem dominical recorde de 125 mil (Entrevistado 9) e do número baixo de leitores assinantes da atualidade (60 mil em 2020). Quadro este tão antagônico quando comparado ao divulgado em novembro de 2018, época das eleições presidenciais, quando “o jornal registrou 33,7 milhões de visitantes únicos em outubro de 2018, o que representa um

---

<sup>239</sup> O GRPCOM decidiu encerrar as transmissões da *ÓTV*, em dezembro de 2014, de forma repentina, por decisão de acionistas. (CAMPANA, 2014). A emissora, Canal 21 da NET, exibe atualmente apenas vídeos panorâmicos de pontos da cidade de Curitiba.

<sup>240</sup> Disponível em : <https://assinaturas.gazetadopovo.com.br/apoie-o-jornalismo/>

crescimento de 228% em relação ao mesmo período do ano anterior. O segundo lugar ficou para a Folha de S. Paulo, com 33 milhões de leitores.” (POZZOBON, 2018)

Ainda durante sua vivência no campo midiático transitou por entidades representantes da classe patronal, sendo o primeiro secretário da Associação Profissional das Empresas de Radiodifusão do Estado do Paraná (presidente - Adherbal Stresser, e tesoureiro - João Feder) (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965) e vice-presidente fundador da Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná (1979).

O grupo familiar dos Cunha Pereira é formado iminentemente por empresas que atuam na área da comunicação (quadro 31), haja vista que a maior parte da vida do Dr. Francisco e de seus filhos foi direcionado para esse nicho de mercado. Contudo observamos também o investimento financeiro na área imobiliária e no mercado automotivo, totalizando oficialmente quase R\$ 181.000.000 de capital financeiro acumulado:

QUADRO 31 – CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA

Nome empresarial	Quadro de sócios e administradores	Capital social	Local e Atv Eco
Centro de Extensão Universitária (ISE Business School)	Guilherme Döring da Cunha Pereira	-	São Paulo Educação superior - pós-graduação e extensão
Instituto GRPCOM	Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanki	-	Curitiba. Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Acta Gestão e Consultoria Ltda.	Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 2.000,00	Curitiba. Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
Convergência Participações S/A	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 24.301.652,92	Curitiba. Holdings de instituições não-financeiras
CPL Administração e Participações Ltda.	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Francisco Cunha Pereira Neto Cristina Maria Cunha Pereira	R\$ 21.764.013,40	Curitiba. Aluguel de imóveis próprios
RBV - Rede Brasileira de Veículos Ltda. (agência Kia Motors)	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 5.273.885,00	Curitiba. Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
RCPROMO Promoções e Eventos S.A.	Mariano Lemanki Guilherme Döring da Cunha Pereira	R\$ 1.399.587,08	Curitiba. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
RPC Mídia Ltda..	Mariano Lemanki Guilherme Döring da Cunha Pereira	R\$ 4.666.537,16	Curitiba. Programadoras

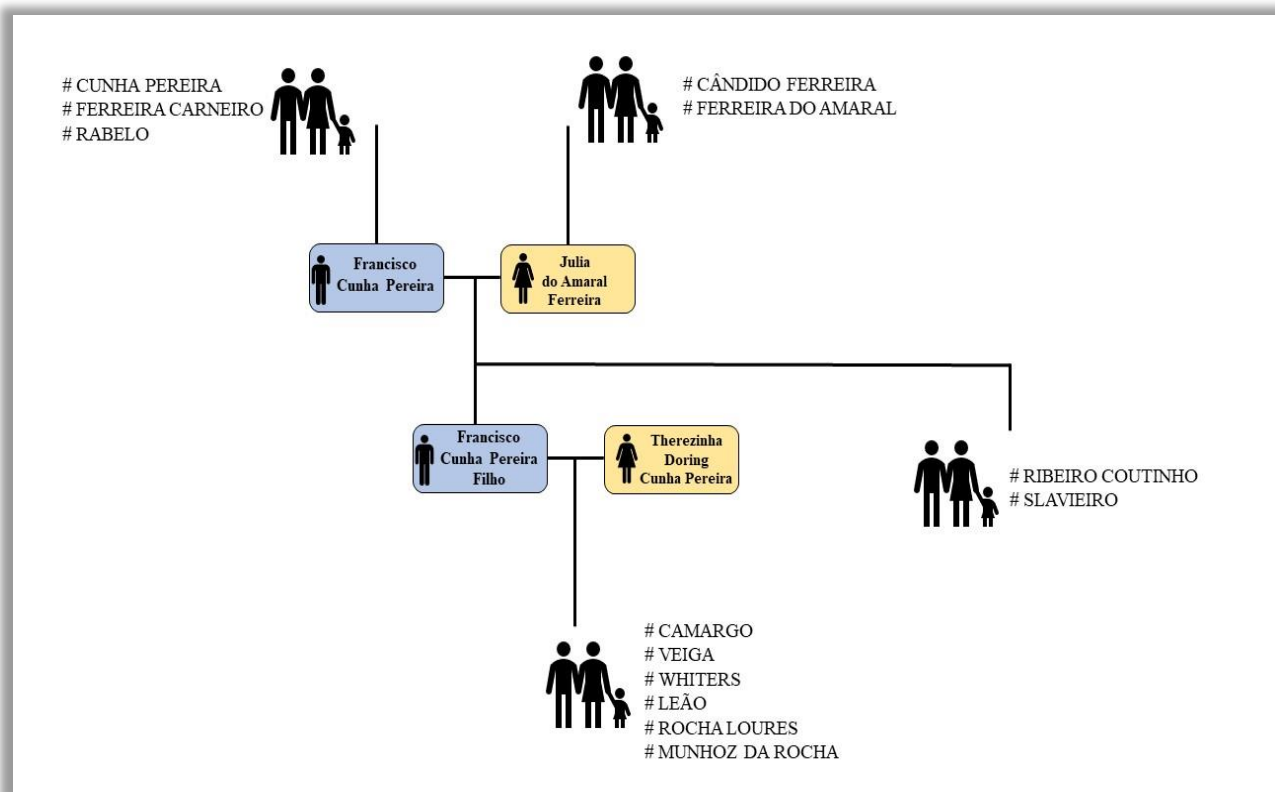
Vanguarda Participações Ltda.	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Cristina Maria Cunha Pereira Pedro Bernardo Camargo de Vega	R\$ 1.540.696,71	Curitiba. Holdings de instituições não-financeiras
LCP Imóveis Ltda.	Mariano Lemanki Guilherme Döring da Cunha Pereira	R\$ 11.903.642,00	Curitiba. Aluguel de imóveis próprios
FCP Participações Ltda.	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 63.817.373,00	Curitiba. Holdings de instituições não-financeiras
Itapema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 413.000,00	Curitiba. Aluguel de imóveis próprios
Toyota SULPAR Ltda.	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 10.616.797,00	Curitiba. Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
Empresa Diário da Tarde Ltda.	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 58.161,00	Curitiba. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
América Publicidade e Negócios Ltda.	Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanki	R\$ 393.436,17	Curitiba. Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
PBV - Representações, Eventos e Participações Ltda..	Cristina Maria Cunha Pereira Paulo Bernardo Camargo da Veiga	-	Londrina. Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanki	R\$ 848.494,02	Maringá. Atividades de rádio
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	Mariano Lemanki Guilherme Döring da Cunha Pereira	R\$ 2.095.182,72	Curitiba. Emissora
Paraná Mídia Participações S/A	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanki Maria Elsa de Almeida Passos	R\$ 29.074.091,19	Curitiba. Holdings de instituições não-financeiras
Sociedade Rádio Emissora Paranaense S. A	Ana Amélia Cunha Pereira Filizola Mariano Lemanki	-	Curitiba. Atividades de televisão aberta
Editora Gazeta do Povo S/A	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 1.597.495,29	Curitiba. Edição integrada à impressão de jornais diários
Editora O Estado do Paraná Sa	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 495.589,68	Curitiba. Edição integrada à impressão de jornais diários
Editora Jornal de Londrina S. A	Guilherme Döring da Cunha Pereira Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	R\$ 10.000,00	Londrina. Edição integrada à impressão de jornais diários
VALOR FINAL BENS OFICIALMENTE DECLARADOS		R\$ 180.271.634,34	

FONTE: Receita Federal/Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (2020)

O *habitus* de classe do Dr. Francisco tem evidentes similitudes com o Dr. Mário Petrelli que podem ser observadas durante alguns episódios de vida. Sua inserção no estamento burocrático tem pertencimento quando observamos as suas parcerias societárias, o local de formação, atuação e acumulação de capital acadêmico, os espaços e as posições ocupadas nas instituições de representação de classe, nas amizades consolidadas com personagens políticos e, inclusive, nos locais de lazer mais sofisticados e restritos aos “homens bons” curitibanos. Suas relações de dominância se originam de uma típica genealogia que advém de uma clássica família tradicional e dominante que por meio das relações de amizade, de interesses em comum e de laços consanguíneos criaram uma rede de poder esgarçada.

Francisco Cunha Pererira Filho é o primeiro de quatro filhos do casal Francisco Cunha Pereira e Julia (Julinda) do Amaral Ferreira, sobrenomes que trazem consigo extensa trajetória histórica que permeia alguns espaços de representação social e posições de destaque na sociedade paranaense e nacional. A genealogia de Dr. Francisco Filho, de forma análoga aos Petrelli em razão de suas várias ramificações, foi segmentada em quatro núcleos familiares para melhor entendimento e análise (figura 24) – as estruturas familiares do pai Francisco Cunha Pereira (que tangenciam com os Cunha Pereira, Rabelo e Ferreira Carneiro); da mãe Julinda (Cândido Ferreira e Ferreira do Amaral); dos descendentes dos pais Francisco e Julinda (Ribeiro Coutinho e Slavieiro) e do casal Dr. Francisco Filho e Terezinha (Döring, Camargo da Veiga e Filizola)

FIGURA 27 - DERIVAÇÕES FAMÍLIAS DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO



FONTE: autor (2020)

Ramo Francisco Cunha Pereira (pai) (figura 28) – Doutor Francisco Cunha Pereira nasceu em 1895, na cidade de Peçanha<sup>241</sup>, vale do Rio Doce, Minas Gerais. Foi declarado bacharel pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1918, e teve sua vida profissional voltado exclusivamente para a magistratura e docência, tendo desempenhado as funções de juiz municipal nas comarcas paranaenses de Clevelândia e São José dos Pinhais (1924); juiz Privativo de Menores (1924-47); desembargador (1947-66); presidente do Tribunal do Júri e do Juizado de Casamentos; vice-presidente (1949-52) e presidente do TRE/PR (1955-59), além de professor fundador e diretor da Faculdade de Direito de Curitiba (1952-77).

É o nono de quatorze filhos de Eufrásia Carlota de Vasconcelos Cunha e Simão da Cunha Pereira<sup>242</sup>. Esse, nascido em Serro, em 1863, foi farmacêutico, vereador do município de Peçanha/MG, deputado estadual (1891-1895), deputado federal (1894-1896) e senador por Minas Gerais (1903-1906). Seu avô paterno, Simão da Cunha Pereira Filho, médico, presidente da Assembleia Provincial no Império, filho de Simão Cunha Pereira, Escrivão do Senado (1798-

<sup>241</sup> Demerval José Pimenta, em sua obra *A Mata do Peçanha – sua história e sua gente*, dedicou-se a estudar a genealogia das famílias de Peçanha – região origem dos Cunha Pereira (PIMENTA, 1966)

<sup>242</sup> Jorge da Cunha Pereira Filho faz um rico e aprofundado levantamento genealógico das famílias de Simão Cunha Pereira, na obra *Dr Simão da Cunha Pereira & Família*. (PEREIRA FILHO, 1992)

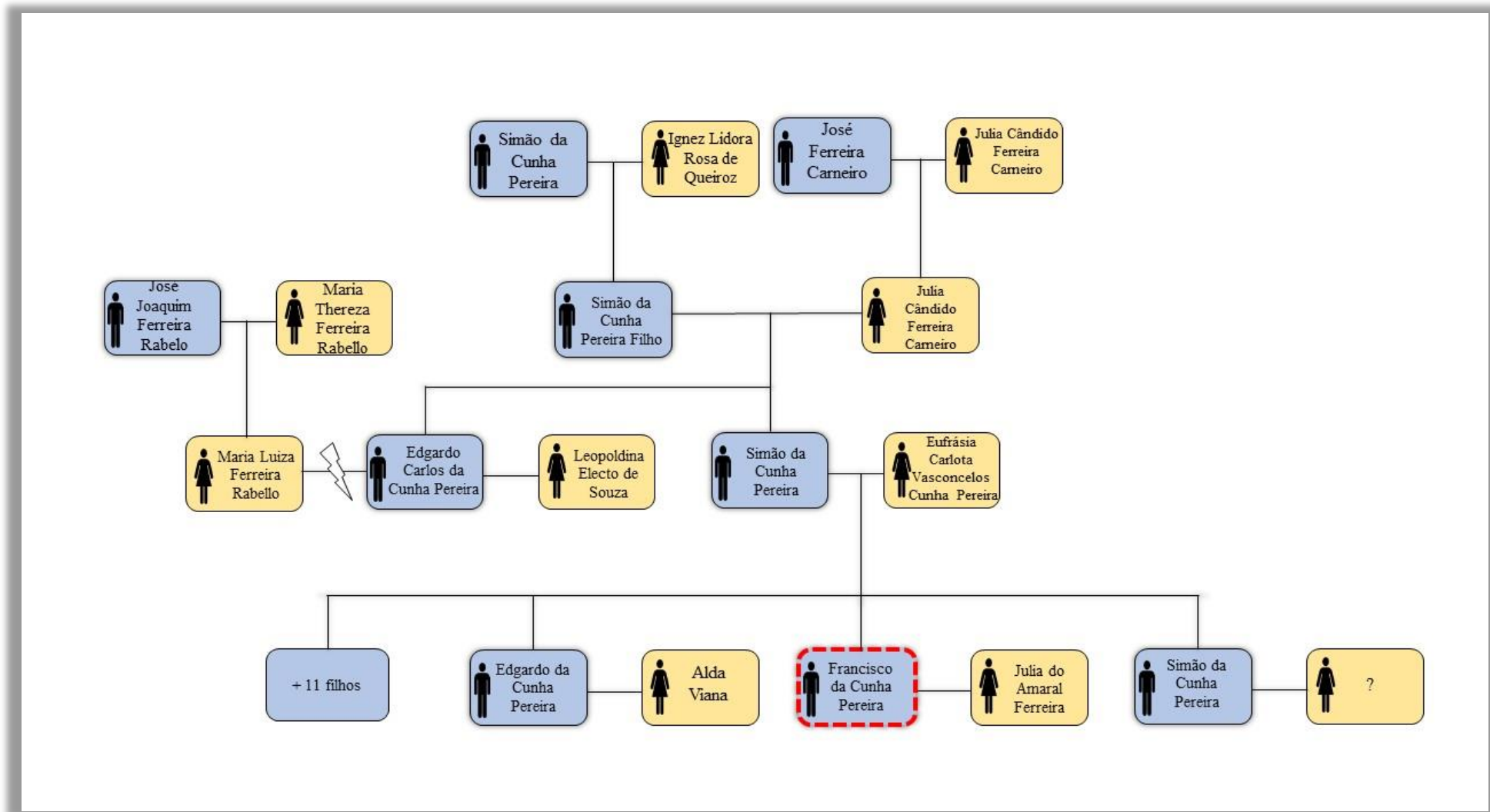
1800), comerciante, capitão de Milícia, proprietário de escravos e vereador da Câmara da Vila do Príncipe/MG (1837-1840), foi casado com a costureira Julia Cândida Ferreira Carneiro, cujo pai foi o Comendador José Ferreira Carneiro – comandante superior da Guarda Nacional, fazendeiro, permutador de ouro, vereador, deputado estadual (1838-1841) e deputado federal (1843-1844). Edgardo da Cunha Pereira, marido de Alda Viana, é um dos irmãos de Francisco Cunha Pereira(pai), foi delegado em Abaeté/MG, deputado estadual (1907-1918) e deputado federal (1918-1920). Outro irmão, Simão da Cunha Pereira, foi presidente da Câmara de Peçanha/MG (1912-1930), deputado federal (1933-1937) e senador da República (1923).

Na linha colateral do tio paterno de Francisco, Edgardo Carlos da Cunha Pereira<sup>243</sup>, segundo Peçanha (1966), foi juiz em diversas comarcas mineiras - São Miguel de Guanhões, Mar de Espanha, São Paulo de Muriaé, Peçanha e Diamantina e chefe de polícia de Minas Gerais. Foi casado, em primeiras núpcias, com a menor de treze anos Maria Luiza Ferreira Rabello (passou-se a chamar depois do casamento de Maria Luiza da Cunha Rabello), filha de José Joaquim Ferreira Rabello, Barão do Serro – promotor público em Serro, grande comerciante de diamantes, coronel da Guarda Nacional, deputado geral (1864-1870) e deputado federal (1891-1893) (CPDOC, 2020a), e posteriormente com a viúva Leopoldina Electo de Souza (Maria Luiza faleceu aos quinze anos de idade em razão de complicações pós-parto do segundo filho, Raul).

---

<sup>243</sup> Para aprofundar na biografia e genealogia de Edgardo, ver PEREIRA FILHO (2005).

FIGURA 28 - GENEALOGIA FRANCISCO CUNHA PEREIRA (pai)



FONTE: autor (2020)

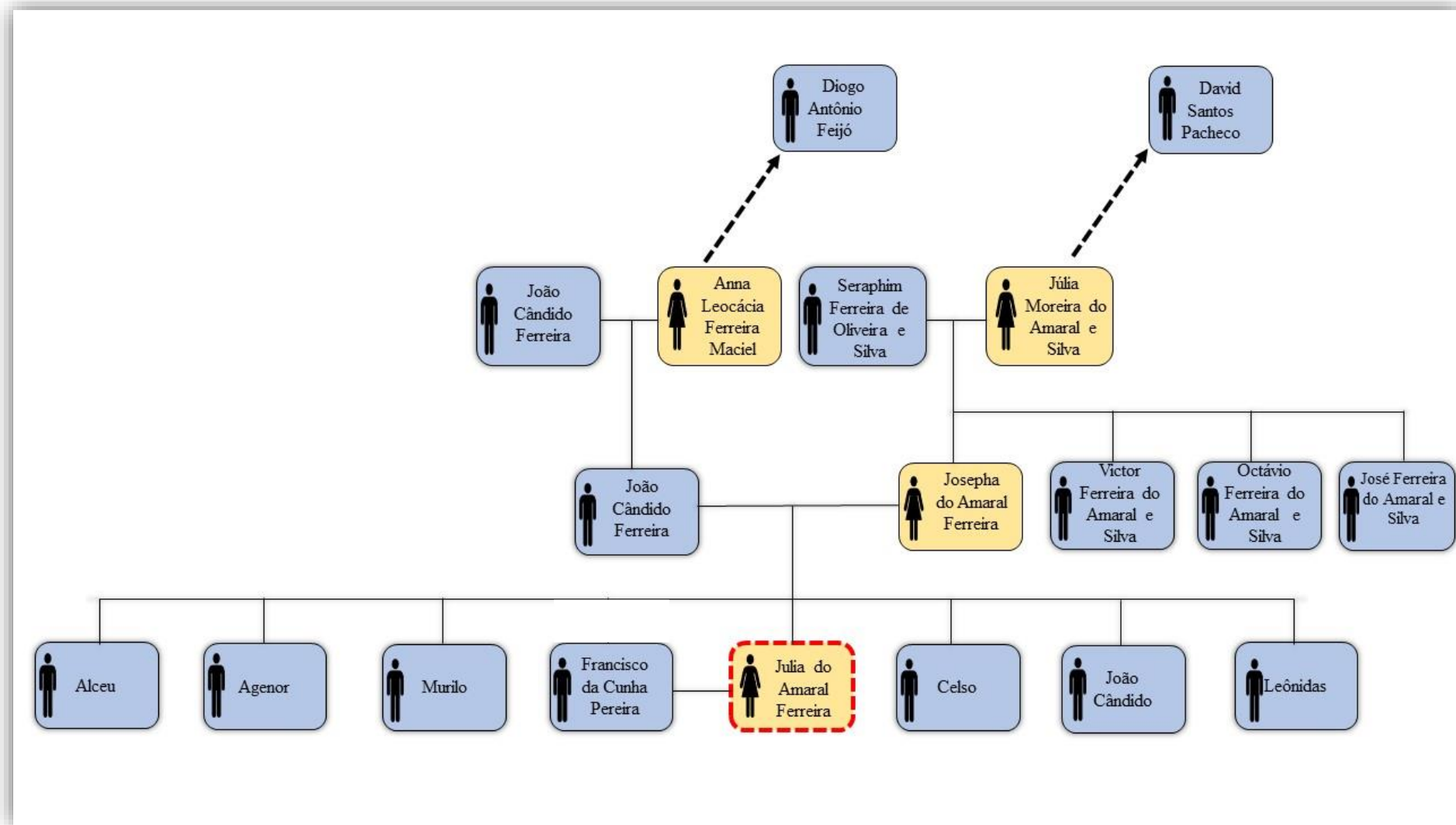


Ramo Julinda do Amaral Ferreira (mãe) (figura 29) – Julia (Julinda) do Amaral Ferreira, esposa de Francisco da Cunha Pereira, é filha gêmea de Celso e tem mais cinco irmãos dos pais João Cândido Ferreira e Josepha do Amaral Ferreira (um deles foi João Cândido Ferreira Filho – secretário de Agricultura do Paraná nos governos de transição de Clotário Portugal e Brasil Pinheiro Machado, em 1946). Seu pai foi médico titulado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1888), prefeito do município da Lapa (1892-1896) e chefe do serviço médico militar (1894) durante o episódio histórico do Cerco da Lapa<sup>244</sup>. Em seguida foi deputado estadual (1896), deputado federal (1901-1904), primeiro vice-presidente do Paraná (1904-1908) e, em 1907, com a morte do titular Vicente Machado, coube-lhe concluir o mandato governamental. Durante a titularidade no executivo e nos momentos que assumiu interinamente, angariou simpatia do então presidente da República Afonso Pena, chegando a assumir a presidência do Partido Republicano Federal (1907). Elegeu-se pelo voto direto ao mesmo cargo no executivo (out. 1907), renunciando em seguida por questões políticas – “por não haver lucta eleitoral por falta de contendor” (NEGRÃO, 1927, p.565). Foi membro da Academia Nacional de Medicina (chegando a ser diretor) e da Academia Paranaense de Letras (cadeira 25 – hoje ocupada por Paulo Vítola), e professor de clínica médica na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Sua avó por parte de pai (Anna Leocádia Ferreira Maciel) é parente do Regente Imperial Diogo Antônio Feijó e seu avô pelo mesmo ramo, capitão João Cândido Ferreira.

---

<sup>244</sup> O Cerco da Lapa (1894) foi um episódio histórico que se insere no contexto da Revolução Federalista, guerra civil ocorrida entre 1893 e 1895, iniciada no Rio Grande do Sul. O município da Lapa (distante 78Km de Curitiba) serviu de cerco de resistência por 26 dias, com 940 militares e civis, comandadas pelo coronel Gomes Carneiro, ante ao avanço das tropas federalistas (com cerca de 3.000 homens armados) para São Paulo e Rio de Janeiro. Esse retardamento proporcionou ao governo central tempo suficiente para a aquisição de uma esquadra, bem como para reorganizar, em São Paulo, das forças (cerca de 6.000 pessoas) para deter o avanço dos federalistas, contribuindo para a manutenção de marechal Floriano no poder e a sustentação da recente República.

FIGURA 29 - GENEALOGIA JÚLIA DO AMARAL FERREIRA (mãe)



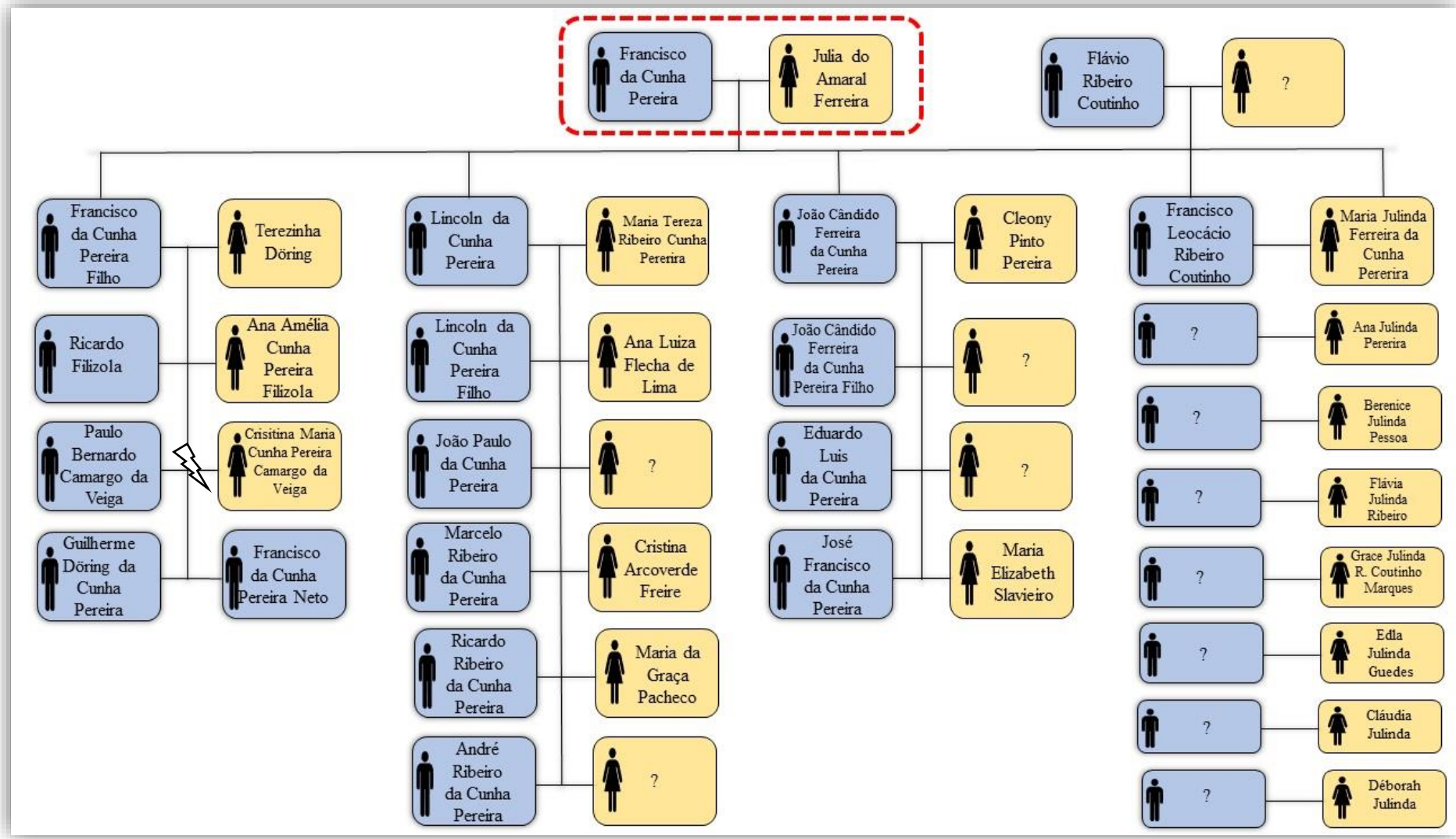
FONTE: autor (2020)

Sua mãe, Josepha, prima de seu pai, é filha do casal Julia Moreira do Amaral e Silva, integrante de família da elite agrária e exploradora dos campos de Palmas que tinha fortes relações de amizade com David Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais), com o coronel lapiano Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva. Dessa união surgiram Josepha e mais onze filhos, tendo com personalidades ilustres – 1) o lapiano Victor Ferreira do Amaral e Silva (médico titulado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1884, Intendente municipal de Curitiba, em 1890; médico-capitão da Guarda Nacional durante a Revolução Federalista; deputado da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná, em 1891; vice-presidente do Estado do Paraná (1900-1904); Diretor de Saúde Pública do Estado, deputado estadual (1892; 1906-1907), deputado federal (1906-1908) e primeiro reitor e cofundador da Universidade do Paraná ao lado de Nilo Cairo (1912). 2) o lapiano Octávio Ferreira do Amaral e Silva - Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, promotor de justiça em São Paulo, promotor público da Comarca curitibana, deputado para o Congresso Legislativo (1892), integrante do Batalhão Patriótico 23 de Novembro como tenente e ajudante de ordens do coronel Pires Ferreira na Revolução Federalista (1893-1895), Procurador Geral do Estado do Paraná (1900), Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública (1900) e professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e desembargador (1931-1937) (MPPR, 2020). 3) José Ferreira do Amaral e Silva - presidente da Câmara Municipal da Lapa, prefeito do mesmo município, deputado estadual (1902-1905;1908-1909), vice-governador (1904-1907) e governador (1907-1908), produtor de erva-mate, agricultor e pecuarista com extensas fazendas de gado bovino e suíno (ALEP,2020).

Ramo Francisco Cunha Pereira e Julinda do Amaral Ferreira (pais) (figura 30) – o casal teve quatro filhos na sequência: o primogênito Francisco da Cunha Pereira Filho, Lincoln da Cunha Pereira, João Cândido da Cunha Pererira e Maria Julinda Ferreira da Cunha Pererira.

Lincoln, falecido em 2020, foi bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, foi presidente/diretor de diversas entidades representantes de classe e de indústrias/empresas de comércio de capital privado, deputado estadual paranaense (1955-1963), secretário estadual do Trabalho e Assistência Social e presidente da Associação Comercial de São Paulo (1991-1995). Foi casado com Maria Tereza Ribeiro e teve cinco filhos, de acordo com Pereira (2016): Lincoln da Cunha Pereira Filho (vice-presidente da associação comercial de São Paulo e CEO UAB Motors), João Paulo (engenheiro com especialização nos Estados Unidos), Marcelo Ribeiro da Cunha Pereira, André Ribeiro da Cunha Pereira (piloto de corridas automobilísticas) e Ricardo Ribeiro da Cunha Pereira (diretor da Euro Import, concessionária de carros importados).

FIGURA 30- GENEALOGIA DESCENDENTES FRANCISCO CUNHA PEREIRA E JULIA DO AMARAL FERREIRA (PAIS)



FONTE: autor (2020)

O terceiro filho, João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, médico e docente da especialidade de endoscopia na Universidade Federal do Paraná, Hospital Evangélico e Pontífice Universidade Católica, foi vice-presidente em dois mandatos distintos e presidente do Conselho do Graciosa Country Club, chefe de gabinete do deputado e secretário do Trabalho João Neves e depois assumiu o secretariado, após a morte do parlamentar. Além disso, tornou-se Conselheiro Corregedor Geral (1996-1999) e presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (1990-1991) em um arranjo pitoresco e contumaz envolvendo relações de patrimonialismo, clientelismo e nepotismo entre estruturas de poder do Estado (Tribunal de Contas e judiciário) que pode ser observado nesse trecho de entrevista

meu pai [Francisco da Cunha Pereira] que era desembargador, dizia assim “meu filho eu não quero morrer sem te ver conselheiro do Tribunal de Contas”. Eu nem sabia o que era Tribunal de Contas [...] “hoje eu vou conversar com Leônidas de Oliveira” que é um conselheiro. Esse Leônidas de Oliveira era afilhado do meu avô e é muito amigo nosso. Então o meu papai foi lá e disse: “Olha, eu gostaria de saber o seguinte, quando é que você se aposenta porque eu tinha interesse nessa vaga para o João Cândido”. Ele respondeu: “Desembargador, eu tenho um ano como conselheiro ainda, mas a vaga é sua desde hoje.[risos] Era na época que João Elísio era o Governador. Daí eu fui falar com o João Elísio e ele disse assim “João Cândido, não tenho dúvida nenhuma, a vaga é sua, ele se aposenta e eu nomeio você [...] Essa vaga é do João Cândido”. [...] Quando Leônidas aposentou-se eu fui nomeado Conselho do Tribunal de Contas em 1986. (CUNHA PEREIRA, 2015).

Da união com Cleony Pinto Pereira, nasceram os filhos João Cândido da Cunha Pererira Filho, Eduardo Luiz da Cunha Pereira e José Francisco da Cunha Pereira, todos foram consultores técnicos do Tribunal de Contas do Estado (PEREIRA, 2016). Além disso, há parentes ou pessoas ligadas diretamente ao patriarca (Cleusa Juliato, Alexandre Juliato Pallu, Luciana de Fátima Nogueira Nascimento e Antônio Nunes Nogueira) que estão relacionados como servidores do TCE, embora somente alguns nomes constem da relação oficial do Tribunal disponível na internet (BOLOGNESE, 2007). O terceiro filho é casado com Maria Elizabeth Slavieiro e tem um filho, Alexandre Slavieiro da Cunha Pererira.

A caçula Maria Julinda Ferreira da Cunha Pereira casou-se com Francisco Leocácio Ribeiro Coutinho, industrial e usineiro nos municípios de Itabaiana e Santa Rita, pertencente a uma das famílias mais ricas e tradicionais do estado da Paraíba. Seu pai, Flávio Ribeiro Coutinho, foi médico, industrial e banqueiro. Presidiu a Associação Comercial da Paraíba e o Sindicato do Açúcar. Foi acionista do Banco Comércio e Indústria da Paraíba e proprietário da Usina Santa Rita. No campo político, foi deputado estadual (1924-1926; 1947), presidindo a Assembleia Legislativa em pleno Processo Constituinte estadual (1947). Além disso, foi vice-

governador, deputado federal (1930-1934), presidente da UDN paraibana (1945-1946; 1950 e 1953) e governador do mesmo estado (1956-1958) (MONTEIRO, 2016). Os tios de Francisco Leocácio, João Úrsulo Ribeiro Coutinho e Flaviano Ribeiro Coutinho foram também industriais latifundiários e donos de usinas de açúcar de renome na Paraíba, bem como seu pai Flávio (sogro de Maria Julinda), em razão de

estar vinculados em parte ao capital material e simbólico trazido para o casamento por suas esposas. João Ursulo casou-se com a filha de um dono de engenho de açúcar bem-sucedido e bem relacionado, da terra natal de seu pai em Pernambuco. Esse casamento trouxe-lhe capital para investir numa usina de açúcar, assim como conexões importantes com a indústria de açúcar regional. Flávio casou-se com a filha de sua irmã Deborah, conservando assim a riqueza da família, enquanto Flaviano obtinha capital social, assim como terras, de seu casamento com a bisneta de um antigo governador do estado, o Barão de Marau - um dos dois barões do estado durante o Império. (MATWYCHUCK, 1997, p.232-233).

Do casamento de Maria Julinda e Francisco nasceram sete mulheres – Cláudia Julinda Ribeiro Coutinho Wanderley, Ana Julinda Ribeiro Coutinho de Freitas, Berenice Julinda Ribeiro Coutinho de Mattos Pessoa, Flávia Julinda Ribeiro Coutinho Ummen de Almeida, Débora Julinda Ribeiro Coutinho Mariz Maia, Edla Julinda Ribeiro Coutinho Espínola Guedes e Grace Julinda Ribeiro Coutinho Marques

Ramo Francisco Cunha Pereira Filho e Terezinha Döring (casal) (já inserido na mesma Figura 30) A pontagrossense Terezinha Döring, filha de Gastão Guilherme e Ruth Döring, qualificada em diversas colunas sociais dos periódicos paranaenses da década de sessenta com uma das mais belas e elegantes mulheres de Curitiba, casou-se com Francisco, em 1963, no tradicional e elitizado Clube Curitibano e tiveram quatro filhos. O primogênito, Francisco da Cunha Pereira Neto, Francisquinho, estudou Física na Alemanha Oriental e ingressou no ostracismo após protagonizar um curioso e controverso caso familiar que ganhou repercussão no ano de 2000. Neto namorou por cinco anos a acadêmica da UFPR Valéria Colombo, tendo inclusive o casamento civil marcado, dia seis de maio de 2000, mas o evento não se consolidou. O impedimento deu-se em razão da intervenção dos familiares que retiraram Francisquinho do apartamento em que viva com a noiva, alegando que o noivo sofria um quadro de esquizofrenia que vinha se agravando nos meses anteriores. De acordo com o atestado expedido à época “Francisco necessita de tratamento residencial (no leito) com medicação psicotrópica para controle da agitação psicomotora, agressividade e descontrole de personalidade (distorção da realidade, delírio e onipotência)” (ISTO É, 2000). A narrativa figurada utilizada pelo periódico

durante a matéria faz analogia ao amor impossível do casal Romeu e Julieta e ao impedimento familiar desse enlace

O que aconteceu a seguir lembra a tragédia de Romeu e Julieta, impedidos de casar-se [SIC] pelas famílias Montecchio e Capuleto, que se engalinhavam em lutas de espada pelas ruas de Verona, na Itália medieval. O primogênito dos Cunha Pereira, ex-praticante de esgrima, empunhou um florete, enfrentou a família e pediu socorro à noiva. Valéria correu para dentro de um guarda-roupa. Escondida, chamou a polícia pelo celular. O espadachim foi espetado com uma injeção de tranquilizante e carregado numa maca até a ambulância. A polícia chegou meia hora depois e considerou o caso “problema familiar”. Desde então, a Julieta curitibana nunca mais teve notícias do seu Romeu. (ISTO É, 2000)

Mas em outros trechos, denúncias ao poder familiar dos Cunha Pereira ganhou destaque, “No mesmo dia [que Neto foi retirado de casa], Valéria foi à delegacia, mas ninguém quis registrar sua queixa. ‘A gente não pode fazer nada’”, desculpou-se um policial. Outro teria dito que ‘ninguém é louco de mexer com peixe grande’, referindo-se aos Cunha Pereira.” e, em outra passagem “a revista sugeriu que procurasse a polícia. Ela respondeu, categórica: ‘Já fiz isso, mas eles não vão fazer nada porque o Neto foi sequestrado pela própria família, que é poderosa.’ (ISTO É, op.cit.)

No entanto uma versão menos romantizada e embasada no porquê da intervenção familiar é defendida pelo Entrevistado 9 - com a venda da Globosat para a NET, Dr. Francisco recebera US\$ 16 milhões e dividiu de forma equânime entre os quatro filhos. Francisquinho, ao receber sua parcela, nesse momento não conhecia a estudante Valéria, foi à loja de carros importados Euro Import (agência Jardim Social), de propriedade à época de Atilano Ohms<sup>245</sup> (“Peteco”) querendo comprá-la. O empresário ligou para Francisco pai o alertando sobre a intenção do jovem. O jurista solicitou a protelação do negócio e incluiu um adendo legal nas condições de uso do dinheiro advindo da venda da Globosat – o filho só poderia gastá-lo depois de estar casado. A solução encontrada por Neto para receber sua parcela pecuniária foi encontrar uma mulher interessada em estabelecer esse vínculo condicionante que ocorreu mediante oferta pecuniária pessoal. Contrariada com a situação, às vésperas do casamento, a família ingressou no apartamento do casal e de posse de um atestado de internação retirou Neto e o interdito de casar-se, situação que permanece até a atualidade a despeito de pedidos de habeas corpus impetrados pela sua noiva alegando que Francisquinho se encontrava em cárcere privado/prisão domiciliar (TJ-PR, 2003).

---

<sup>245</sup> Atilano Ohms Sobrinho foi presidente da holding Inepar e, segundo Revista Exame, “foi um dos empresários mais ambiciosos do país nos anos 90” (BAUTZER, 2014).

O segundo filho do casal é Guilherme Döring da Cunha Pereira, solteiro, advogado, mestre e doutor pela Faculdade de Direito da USP, sócio junto com a irmã do jornal Gazeta do Povo e com Mariano Lemanski e a irmã do GRPCOM após a morte do pai, numerário<sup>246</sup> da Opus Dei, fez votos de castidade e pobreza, usa ternos e roupas simples e “vive numa residência comunitária da Opus Dei em Curitiba.” (MARTINS, R 2018b). É sócio do Centro de Extensão Universitária ISE Business School, na capital paulistana, que ministra um curso Master em Jornalismo, junto com o colunista, advogado e numerário Carlos Alberto de Franco, tendo a chancela acadêmica da Universidade de Navarra que pertence à mesma ordem e é tida “como a joia da coroa da Opus Dei.” (DINES<sup>247</sup>, 2005). O corpo docente da instituição de ensino brasileira, em meados do início do século, tinha onze professores fixos, sendo seis da Opus. (BRUM e RUBIM, 2006). Na Gazeta, Guilherme inclusive contratou intencionalmente dois jornalistas do mesmo ordenamento ultraconservador com a intenção de projetar o ideário religioso, tais como ações de conduta moral, discussões sobre virgindade e consumo de drogas no interior da redação (Entrevistado 9), chegando inclusive a ter interferência no trajeto de produção das notícias (temas eram abordados de forma tradicional e tinham prioridade, deixando assuntos de viés menos liberal à margem) (Entrevistado 11), posição reforçada a partir de meados da década de 2010 e consolidada no vídeo publicitário dos proprietários divulgado em dezembro de 2020 (GAZETA DO POVO, op.cit.). Guilherme foi rotulado invariavelmente como “o segundo homem da Opus Dei<sup>248</sup> na imprensa brasileira” (BLOG DO MOLINA, 2010), atrás do seu sócio Di Franco, jornalista do *Estado de S. Paulo*, sendo o expoente máximo no Brasil, o jurista Yves Gandra Martins.

Guilherme recebeu, em 2014, a Ordem do Pinheiro Classe Gran-Cruz, a mais alta honraria do estado paranaense, que lhe foi entregue pelo então governador Beto Richa, no Palácio Iguaçú, em função do seu destaque em sua área de atuação no âmbito estadual e sua

---

<sup>246</sup> Terminologia dada aos membros da Opus Dei que são celibatários e dedicam parte da vida às atividades apostólicas e de formação de fiéis.

<sup>247</sup> O jornalista Alberto Dines tem uma série de matérias críticas à Ordem, denunciando que a Opus Dei tomou conta da Associação Nacional de Jornais (ANJ), tomou conta da *Sociedad Interamericana de Prensa* (SIP) e montou junto com a Universidade de Navarra uma rede de consultorias internacionais.

<sup>248</sup> O assunto Opus Dei na imprensa paranaense e nacional requer um estudo aprofundado à parte em razão da importância da instituição religiosa de extremo e sua intercorrência nas narrativas e nos enquadramentos noticiosos. Diversas são as personalidades que ganharam projeção midiática em razão de sua filiação ao ordenamento religioso e a vinculação dessa ordem às instituições jornalísticas (por exemplo - O Estado de S.Paulo e Gazeta do Povo), trazendo desequilíbrio na agenda política local e nacional.



contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. Além disso é integrante do Conselho Consultivo e apoiador do terceiro setor na figura do Instituto SIVIS<sup>249</sup>.

A filha mais velha, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, é formada em Direito e Jornalismo pela UFPR, concluiu MBA pela Fundação Getúlio Vargas e mestrado em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra, na Espanha. Começou sua carreira profissional como repórter do caderno de Turismo da Gazeta do Povo e foi editora do Caderno G.

Em 1997 deixa a redação do impresso para atuar na área administrativa e com a morte do pai (em 2009) passou a ser coproprietária do Grupo GRPCOM junto com seu irmão Guilherme e com Mariano Lemanski (que vendeu sua parte da Gazeta para os dois em 2015). É integrante do Rotary Club e é casada com Ricardo Filizola, graduado em Engenharia Civil pela PUC PR (1988), MBA pela ISAE/FGV (1999), pós-graduado lato sensu em Gestão de Gastronomia e Eventos pela Universidade Positivo (2006), *Chef de Cuisine e Restaurateur* pelo Centro Europeu (2008) e, desde 2009, é chefe gestor de cozinha na *La Cocina* Serviços de Alimentação.

Com relação à caçula Cristina Maria da Cunha Pereira Camargo da Veiga foram obtidas poucas informações. Sabe-se que tem dois filhos, Pedro Bernardo Camargo da Veiga e Paulo Bernardo Camargo da Veiga Filho, com seu ex-marido, o empresário Paulo Bernardo Camargo da Veiga. Esse é diretor geral da PBV Representações, Eventos e Participações Ltda., empresa que criou o Centro de Exposição e Eventos de Londrina, em um terreno de 318 mil metros quadrados (avaliado, em 1998, em R\$ 673 mil) doado pela prefeitura da cidade por meio do projeto aprovado na Câmara de autoria de Renato Araújo (PPB), líder do prefeito Antonio Belinati (PDT) (COSTA, 1998), político londrinense que aparecerá novamente em outras relações de arranjos com os Cunha Pereira. Além disso,

o empreendimento ficou isento do IPTU e da taxa de coleta de lixo por dez anos. Neste mesmo período, o Centro de Eventos terá a redução da alíquota do ISS de 5% para 0,10%; além de ficar também isento das taxas de licença para execução da obra, de localização do empreendimento, e de renovação anual da licença para funcionamento. (COSTA, 2008.).

---

<sup>249</sup> Cf. site do Instituto SIVIS, é uma “organização sem fins lucrativos e apartidária que trabalha para encontrar os motivos por detrás dos desafios relacionados à democracia brasileira e para mobilizar a sociedade, visando à resolução desses impasses”.

Aprofundando na linha genealógica do ex-marido de Cristina Cunha Pereira, Paulo Bernardo Camargo da Veiga (figura 31), encontramos sobrenomes de “homens bons”, da elite paranaense. Na linha ascendente, nos deparamos com os pais, Maria Emy Camargo da Veiga e o engenheiro Bernardo Veiga. Reiterando a importância do posicionamento da mulher nas relações familiares de poder e a importância do matrimônio na transferência e manutenção de capitais, seguindo na linha consanguínea de Maria nos deparamos com o tradicional político Affonso Alves (seu pai Arnaldo foi filho do político) que foi deputado estadual (1896-1907; 1914-1915), vice-presidente e presidente do Paraná (1908-1912; 1916-1920), deputado federal (1921-1922), senador (1922-1928) e governador do estado (1928-1930). Prosseguindo mais um nível acima, verificamos que o pai de Affonso Camargo foi Pedro Alves da Rocha Loures, outro sobrenome de bastante tradição na história paranaense<sup>250</sup> que tem justaposição com a família dos Petrelli formando uma rede ainda mais esgarçada de nomes, sobrenomes e capitais interconexos, bem como nos fornece pressupostos para entendermos mais amiúde a formação do habitus de classe e de costumes tradicionais iminentes dos integrantes de ambas as famílias da elite.

Seguindo agora no ramo colateral dos Camargo, podemos observar que Maria Emy é sobrinha de Flora Camargo Munhoz da Rocha e de Eleonora Camargo Agapito da Veiga (seu pai Arnaldo é irmão de ambas). A primeira foi esposa de Bento Munhoz da Rocha Neto, deputado federal (1946-1951; 1959-1963), governador do Paraná (1951-1955) e ministro da Agricultura, e nora de Caetano Munhoz da Rocha, prefeito de Paranaguá (1908-1916), vice-governador paranaense (1916-1920), governador (1920-1928) e senador (1928-1930). Sua tia Eleonora foi casada com Dídimo Agapito da Veiga Filho, juiz municipal de São João da Barra (RJ), juiz de órfãos em Campos (RJ), juiz de direito em Nova Friburgo (RJ) e em Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde foi também chefe de polícia. Além disso, foi procurador fiscal e diretor do Tesouro Nacional, ministro (1893-1919) e presidente (1895-1917) do Tribunal de Contas da União.

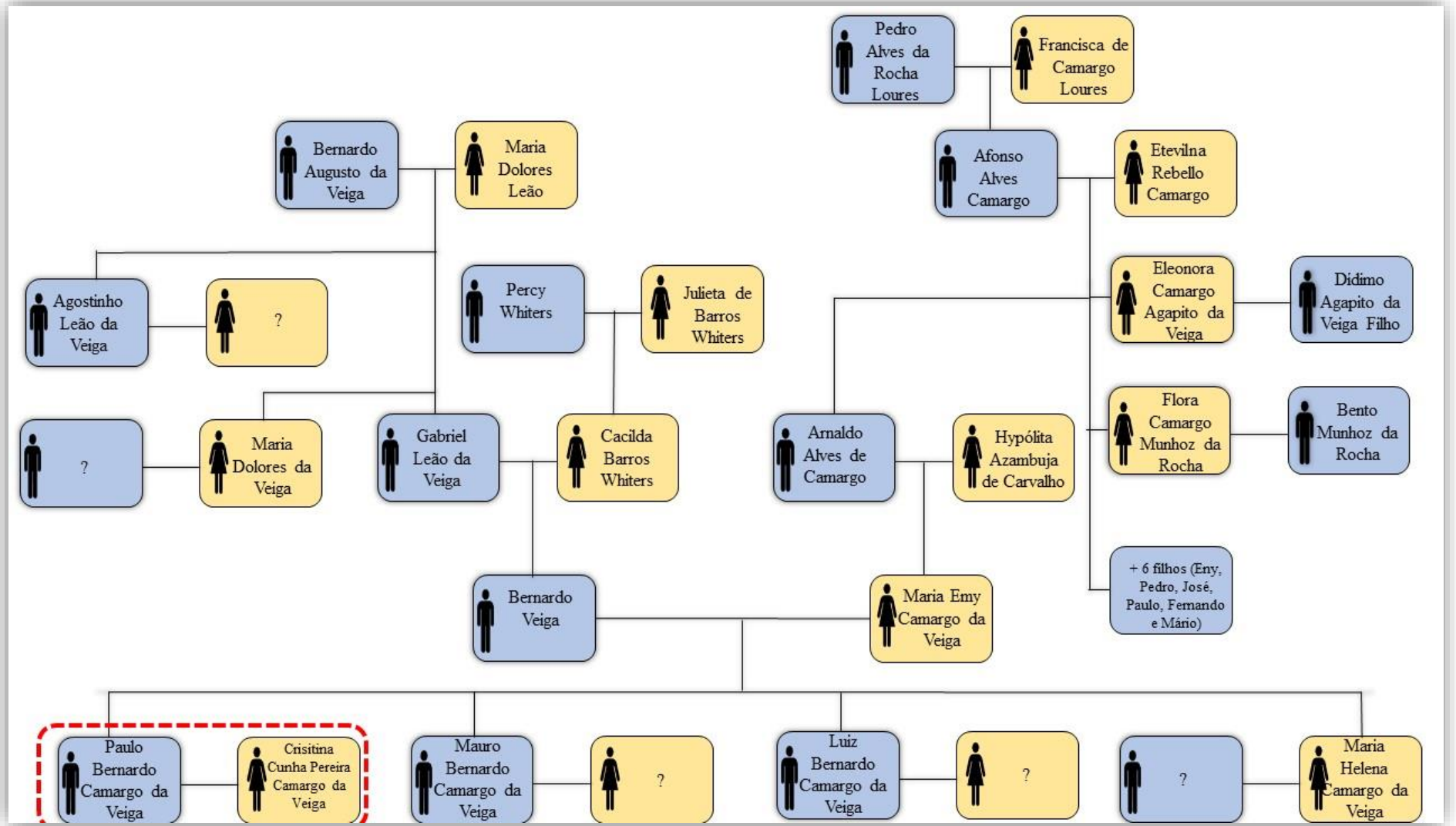
Passando para a linha de Bernardo Veiga, pai de Paulo Bernardo e ex-sogro de Cristina Cunha Pereira, nos deparamos com o seus genitores, Gabriel Leão da Veiga, integrante de família rica e tradicional do estado, cofundador da Rádio Clube Paranaense<sup>251</sup>, empresário do

---

<sup>250</sup> Para aprofundar na genealogia dos Rocha Loures, ver NEGRÃO (1927) e OLIVEIRA (2000, 2007)

<sup>251</sup> Em 27 de junho de 1924, na casa do seu meio-irmão, deputado estadual e ervateiro Francisco Fido Fontana, foi criada a Rádio Clube Paranaense (PRA-N), terceira do país (só havia no Brasil uma rádio na capital federal e outra em Recife) e a primeira a pioneira em teleteatro. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979)

FIGURA 31- GENEALOGIA PAULO BERNARDO CAMARGO DA VEIGA (genro)



FONTE: autor (2020)

ramo ervateiro (Fábricas Fontana S.A., hoje Mate Real), e Cacilda Barros Whitters, filha do coronel Percy Whitters, importador de farinha, empresário do ramo de carnes, vereador, prefeito interino de Curitiba (1920) e deputado estadual (1912-1913;1922-1923;1928-1929). Gabriel é irmão mais velho de Agostinho Bernardo Leão da Veiga, cofundador e presidente do Clube Athletico Paranaense, e filho de Maria Dolores Leão com o ervateiro mineiro Bernardo Augusto da Veiga. Esse foi advogado, jornalista, empresário, dono do jornal *Diário da Tarde*, cofundador junto com seu irmão do Graciosa Country Club (1927) e presidente da Sociedade Thalia (1938-1945).

### 5.3.1 – “DOUTOR” FRANCISCO E SUA FLACIDEZ SOCIAL

A genealogia e o curso entrecampos de Chico Beleza e família foram trazidos à tona em um viés mais detalhado, até porque pouco sobre o personagem tinha sido pesquisado e divulgado de forma midiática ou acadêmica, apenas restritos textos jornalísticos em forma de citação, em poucas obras históricas sobre a comunicação e sobre empresas do GRPCOM e em limitados trechos de discursos. Panorama distinto quando comparado com outros empresários renomados da mídia paranaense, tais como Paulo Pimentel, Mário Petrelli, Carlos Massa, José Carlos Martinez, Nagib Chede, João Milanez, entre outros. Essa insciência sobre a biografia de Francisco não se alinha com o seu tamanho e sua permeabilidade entre a sociedade civil e política paranaense, quer de forma manifesta ou nas entrelinhas do encoberto. Ele, como foi visto na sua trajetória pessoal e familiar anteriormente, “tinha relevância no Estado, ele recebia gente de todos os campos” (ENTREVISTADO 10, 2020), além disso, toda a matéria, antes de ser publicada no jornais do grupo, tinha que passar pelo seu aval<sup>252</sup> (ENTREVISTADOS 4, 9, 11 e 14, 2020; PASCHOAL, 2021). Sendo assim, sem muita ilação, a hipótese de ter havido seletividade de enquadramento e de apagamento noticioso com relação a personagens da política local e às instituições de Estado tende à comprovação, como veremos nos casos a seguir de favorecimento.

Como vimos nas discussões conceituais do coronelismo eletrônico, as relações de clientelismo e patrimonialismo, postas em prática e arranjadas pela família e sobretudo pela parentela, se materializam no binômio benefício eleitoral (por meio da campanha favorável ou

---

<sup>252</sup> Por ocasião das eleições estaduais de 2002, certame que Roberto Requião (figura de desagrado de Francisco) foi eleito governador, o volume de matérias avolumou-se a ponto de ter oito jornalistas para cobrir a editoria de Política e a inclusão de um “censor” para ajudar na filtragem das matérias, pois Dr. Francisco não daria conta em razão do excesso de material.(ENTREVISTADO 9, 2020).

contrária a candidatos indicados pelo poder local, materializado pelo voto) e benesses para as empresas midiáticas, materializadas de forma sofisticada, indireta e de difícil auditoria (recepção de verbas públicas com rubricas voltadas para publicidade, contratação de empresas do proprietário midiático para prestação de serviço público, cessão de funcionários públicos para o desempenho de atividades laborais nas emissoras beneficiadas até o recebimento do “vil metal” não contabilizado).

Anunciantes sempre foram e continuam sendo elos vitais para a manutenção da saúde financeira de uma empresa midiática em qualquer plataforma, o que não seria diferente com o GRPCOM na sua trajetória de vida. Nesse ínterim, era inviável divulgar qualquer notícia desfavorável cujos personagens fossem instituições como Condor, Unimed, Nissei, Boticário (ENTREVISTADO 11, 2020) ou até mesmo de imobiliárias em razão do volumoso caderno de Classificados do final da década de 1990.

A Associação dos Jornais Diários e Revistas do Estado do Paraná, instituição que tinha na sua composição os empresários Paulo Pimentel, Francisco Cunha Pereira, Roberto Barroso, Milanez, tinha forte influência regional. Por meio do seu presidente, o jornalista Abdo Kudri<sup>253</sup>, segundo Entrevistado 9 (2020) e Entrevistado 16 (2021), fazia forte pressão junto aos governos estaduais de Ney Braga, Álvaro Dias, José Richa, Roberto Requião e Jaime Lerner para aumentar os investimentos publicitários nos jornais associados (incluindo a Gazeta do Povo) em troca de enquadramento midiático favorável, ou o contrário. Cabe destacar que o periódico de Cunha Pereira, tido como um veículo historicamente alinhado com os governos (exceto segundo mandato de Requião) (ENTREVISTADO 16, 2021), foi um dos principais jornais de circulação na capital paranaense e tinha grande influência na formação da opinião pública local. Trazendo alguns números para exemplificar a importância da verba publicitária, para os jornais

Incluindo a Gazeta do Povo, as empresas do grupo de Ana Amélia e Guilherme Cunha Pereira faturaram mais de R\$ 60 milhões com publicidade, entre 2003 e 2014. [...] Entre os anos de 1995 e 2002, durante as gestões do ex-governador Jaime Lerner, as empresas da família Cunha Pereira receberam do governo estadual em ações de publicidade R\$ 78.043.284,00. (PARANA OESTE (2017)

---

<sup>253</sup> Foi jornalista, empresário e fundador do jornal Correio do Paraná e o do Diário Popular. Tinha forte relação com Francisco Cunha Pereira que segundo sua filha Ana Amélia “os dois amigos estavam em permanente contato.” (KOPPE, 2009). Para aprofundar sua biografia, ver a obra *Abdo Aref Kudri – 50 anos de jornalismo*, de Gilberto Namur, 2000.

Os deputados federais José Janene<sup>254</sup> e Max Rosenmann<sup>255</sup> estavam incluídos na lista daqueles que a Gazeta deveria tratar favoravelmente porque os parlamentares traziam verba publicitária para o periódico, bem como o deputado Luciano Pizzato que tinha um vínculo familiar com os Cunha Pereira. Outros nomes de políticos que surgiam de tempos em tempos para serem citados positivamente em troca de verbas eram Caíto Quintana, Hermas Brandão, Jaime Lerner e Nelson Justus. (ENTREVISTADO 9, 2020). Embora não esteja inserido nessas relações institucionais, mas interessante para ilustrar a sobreposição de campos em disputa e as práticas de patrimonialismo - o mesmo entrevistado recebeu propostas (uma em espécie e outra com o convite de cargo de assessor) de dois parlamentares estaduais para terem publicadas ações favoráveis.

Os esquecimentos e apagamentos noticiosos tendenciosos são tão importantes quanto às publicadas de forma parcial. Neste ínterim, segundo Entrevistado 11 (2020), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso era personagem de um “pacto de não agressão” feito de forma tácita segundo intenção do jornal. Da mesma forma, de acordo com o Entrevistado 9 (2020), a direção de redação dava instruções para não dar visibilidade ao então governador Roberto Requião que, coincidentemente, durante seu mandato retaliou e cortou verbas publicitárias ao periódico.

O influente deputado estadual de nove mandatos Aníbal Khoury<sup>256</sup>, “amigo de Francisco Cunha Pereira” (ENTREVISTADO 9, op.cit.), aparece em alguns casos empíricos de envolvimento com a Gazeta. Em 1994, os deputados estaduais de Santo Antônio das Platina, José Arthur Ritti e José Afonso Jr, envolveram-se em uma confusão. Ritti chutou o mais velho José Afonso Jr que estava caído no chão e perdeu a manga do paletó. Afonso Jr após apanhar foi até a garagem da ALEP e disparou cinco tiros na lataria da BMW branca de Ritti. Diversos jornais da capital deram a notícia, o Jornal do Estado com mais detalhes. Segundo Entrevistado 13 (2020), a direção da Gazeta do Povo, que até então não tinha veiculado o fato, ligou para Khoury no dia seguinte para comentar o ocorrido. De forma inexplicável, a RPC TV fez

---

<sup>254</sup> Deputado Federal por três mandatos consecutivos (1995-2007). Em 2007, o STF acolheu por unanimidade denúncias do parlamentar em ações de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha no caso Mensalão. Morreu em 2010.

<sup>255</sup> Deputado Federal por seis mandatos consecutivos (1987-2008), Diretor Geral da Casa Civil no governado José Richa, presidente do Instituto de Previdência do Estado e empresário do ramo joalheiro.

<sup>256</sup> Em trinta e dois anos de carreira política, foram nove mandatos, quatorze vezes primeiro secretário e cinco vezes presidente da ALEP. Segundo o relatório final da Comissão Estadual da Verdade, “foi acusado de ter praticado ilícitos como abuso de poder político e econômico, ‘tráfico de influência’, ‘corrupção’, ‘enriquecimento ilícito’ [...], apropriação fraudulenta e grilagem ‘de extensas áreas de terra no Paraná’”. (GALINDO, 2019).

referência às desavenças dos políticos apenas em uma nota no telejornal Bom Dia Paraná, oito dias após o ocorrido, por decisão da direção estadual de jornalismo.

Outro episódio que envolveram Aníbal e Francisco indiretamente foi o processo de criação sequencial de diversas cidades no estado paranaense (de 1960 a 1990), tais como Umuarama, Carambeí, Altônia, Fazenda Rio Grande, Doutor Ulysses e Pinhais. Essa prática khurista recorrente foi decisiva para a montagem da atual geopolítica estadual e para a manutenção e ampliação de seu poder

O ex-deputado estadual Aníbal Khury, falecido em 1999, teve papel decisivo para "montar" a atual geografia política paranaense. Ele desempenhou papel importante na articulação da criação de 88 municípios paranaenses, de acordo com a diretoria legislativa da Assembleia. Ou seja, 22% das 399 cidades paranaenses nasceram sob as bênçãos de Khury. [...] A maior parte dos municípios cuja criação teve o dedo de Khury (71) foram fundados na década de 60. Outros 12 foram emancipados na década de 1990. (DEDA, 2007)

Baseado nos comentários dos Entrevistados 9 e 11 (op.cit.), a Gazeta do Povo fez cobertura favorável à decisão política da criação desses municípios, omitindo as mazelas que surgiriam com essa prática que foi liderada pelo experiente parlamentar de influência e interferência na distribuição de verbas, nomeações, substituições, contratações, reformas e desmandos envolvendo patrimonialismo e clientelismo em relações público-privadas mútuas e espúrias entre a comunicação e a política. Produzir novos domicílios eleitorais curistas não foi a única medida para a perpetuação de Aníbal e de seus aliados, foi necessário ampliar publicamente que é essa decisão seria acertada e benéfica para a população emancipada. Cabe lembrar aqui que a RPC à época era o principal grupo midiático do estado, líder em audiência e tiragem de jornais, uma voz com grande hegemonia regional e vivente de uma realidade de redes sociais e vozes alternativas ainda incipientes.

Em um viés contraditório à seletividade ora mencionada, um dos poucos que consegui entre todos os entrevistados e que merece menção a fim de trazer o contraponto, é mister debater um acontecimento que marcou o jornalismo paranaense – a série Diários Secretos<sup>257</sup>. Esse episódio, é bom ressaltar, ocorreu em 2009, já sem Dr. Francisco à frente do conglomerado. Para o Entrevistado 12 (2020), diferentemente do que acredita o Entrevistado 11 (2020), todos

---

<sup>257</sup> Série de matérias publicadas inicialmente, no dia 15 de março de 2010, na TV e na Gazeta do Povo que denunciou esquemas de desvios de dinheiro público e contratação irregular de servidores na Assembleia Legislativa do Paraná, baseado nos diários oficiais entre janeiro de 2006 e março de 2009. A série em função de sua importância social, deu a equipe de jornalistas o Prêmio Esso de Jornalismo, em dezembro de 2010.

os fatos e personagens envolvidos no esquema de corrupção foram divulgados, mesmo após uma proposta de uma líder político de segurar a matéria para resolver as pendências, o que foi negada pela proprietária Ana Amélia. Este mesmo entrevistado assegurou que fez matéria sobre denúncias de crimes de uma grande empresa anunciante da Gazeta do Povo estava cometendo e que foi aprovada para publicação, mesmo após ligação do empresário para o jornal, bem como outras matérias sobre temas que não podiam se abordar negativamente.

Retornando ao escopo da interferência da notícia, analiso o caso que envolveu Antônio Casemiro Belinati e a Rede Paranaense. O político foi locutor da Rádio Londrina, apresentador da TV Coroados, vereador mais votado em 1968, deputado estadual (1971-1974;1983-1986; 1987-1990; 1995-1998), deputado federal (1975-1977) e único prefeito de Londrina por três mandatos (1977-1982; 1989-1992;1997-2000), venceu as eleições de 2000, mas teve o mandato cassado por infrações político-administrativas. Integrante de família dominante e tradicional do norte paranaense, “um dos políticos mais poderosos do Paraná e talvez o mais poderoso da história de Londrina” (SILVEIRA, 2004, p.11), é tio de Antônio Belinati, vereador, deputado federal, atual prefeito reeleito da cidade (2016-2019; 2020 -), e marido de Emília Belinati, deputada estadual (1991-1995), diretora da Sanepar (que substituiu seu filho na direção comercial, deputado estadual Antonio Carlos Belinati Filho) e vice-governadora nas gestões de Jaime Lerner (1995-2002).

Em 1998, durante o terceiro mandato de Belinati frente à Prefeitura de Londrina, foram vendidas 45% das ações da Sercomtel (empresa de telefonia municipal) à Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) por R\$ 186 milhões (quase o orçamento anual equivalente do município) mediante a assinatura do prefeito e do governador (de quem a esposa de Belinati, Emília, era vice). De acordo com o Ministério Público, todo o dinheiro da venda foi repassado para contratação de empresas, a partir de licitações fraudadas pela Autarquia do Meio Ambiente (AMA) e pela Companhia Municipal de Urbanização (Comurb). O destino desse dinheiro, ainda segundo as investigações do MP, teria sido o financiamento de campanha eleitoral como dos deputados José Janene e Antônio Belinati Filho e o enriquecimento do próprio prefeito e de seus familiares. Este episódio, tido como um dos maiores escândalos de corrupção em Londrina



que teve repercussão nacional, ficou conhecido como o caso “AMA- Comurb”<sup>258</sup> e Antônio foi cassado<sup>259</sup> em seguida, em junho de 2000.

Qual a relevância desse episódio para o contexto analítico dos Cunha Pereira? Inicialmente é interessante demarcar que Antônio Belinati, político de poder e de família tradicional, “era amigo pessoal do Dr. Francisco e visitava com frequência a casa [do empresário] e a redação em Curitiba” (ENTREVISTADO 9, op.cit.). Um exemplo da proximidade de ambos e da interferência de Francisco na publicação das notícias ocorreu em um sábado de dezembro de 1999, segundo Entrevistado 14 (2021), após o fechamento diário do Jornal de Londrina. A chefia de redação local recebeu uma ligação de Curitiba determinando que a matéria referente à pesquisa encomendada pela *Isto É* que demonstrava 89% de aprovação popular por Belinati deveria sair ainda na tiragem daquele dia. Determinação cumprida, inclusive sendo manchete do jornal.

O escândalo AMA-Comurb teve grande reverberação perante a opinião pública, surgindo inclusive movimentos organizados da sociedade civil (representantes de docentes universitários, da OAB, da Sociedade Rural, de associação de moradores, de sindicatos patronais e de trabalhadores, entre outros) a fim de combater a corrupção e defender a ética através da mobilização popular e a participação intensa do MP. Todavia, perante esse cenário de consternação popular ante ao executivo local, a Rede Paranaense de Televisão silenciou-se ou amenizou as diversas denúncias que vinham surgindo, diferente de outros veículos de comunicação que avançavam na pauta dos desvios municipais e davam luz aos fatos<sup>260</sup>.

O comportamento parcimonioso da Rede Paranaense perante as acusações que estavam sendo feitas em favor do prefeito foi criticado pelo jornalista Luciano Paschoal, à época apresentador e editor do jornal local da TV Coroados (emissora pertencente à Rede), em uma mensagem enviada, em 2000, pelo sistema de comunicação interna da empresa direcionada a

---

<sup>258</sup> Para aprofundar em detalhes nesse caso, ver a importante obra do jornalista Fábio Silveira, *Imprensa e política – o caso Belinati*. (SILVEIRA, 2004)

<sup>259</sup> A Câmara não o cassou por causa do escândalo AMA/Comurb mas pelos gastos excessivos com publicidade e promoção pessoal na inauguração do Pronto Atendimento Infantil, assim discriminados “1 – Confeção e expedição de convites para a inauguração do posto; 2 – Ação de telemarketing com gravação realizada pelo próprio prefeito; 3 – Utilização de outdoors 4 – Transporte de convidados para a inauguração; 5 – Ampla divulgação nos principais jornais impressos da cidade e do estado; 6 – Ampla divulgação nas emissoras de rádio e televisão; 7 – Divulgação através da revista Meio Ambiente/AMA, com foto e textos do prefeito. Os gastos aproximados foram de R\$400 mil reais”. (O LONDRINENSE, 2019).

<sup>260</sup> “As rádios CBN e Tabajara [...] foram dos poucos veículos de comunicação que acompanharam e divulgaram as investigações do Ministério Público desde o começo. Além de cortar as verbas publicitárias das duas emissoras, que pertencem aos mesmos sócios, a prefeitura também tentou retomar uma pequena área cedida pela Companhia Municipal de Habitação de Londrina – Cohab – às emissoras, para a instalação das suas antenas de transmissão.” (SILVEIRA, 2004, p.137).

todos editores de Curitiba e outras praças, dá o tom de como o conglomerado midiático se postava frente ao caso<sup>261</sup>

Desde que terminou a segunda edição de ontem [últimos dias de março de 2000, dia exato não se recorda], os telefones da TV Coroados recebem a indignação da população diante da omissão da Rede Paranaense com a roubalheira que se instalou na cidade. As pessoas ligam nos chamando de covardes, vendidos, porta-vozes da corrupção, cúmplices dos crimes que toda a imprensa de Londrina vem publicando nos últimos meses. Vocês, lideranças do Departamento de Jornalismo precisam ficar sabendo do que se passa. As pessoas nos abordam na rua perguntando quanto eu ganho para mentir, se meu nome e dos meus companheiros de redação estão na lista de propinas da prefeitura.

Como profissional, eu compreendo que temos limites quando o assunto é o interesse econômico da empresa onde trabalho. Mas como jornalista acho que esses limites foram ultrapassados. Pior do que omitir é mentir. O que fizemos ontem foi vergonhoso. Não sou eu que chequei a esta conclusão, e sim o telespectador. A credibilidade da Rede Paranaense está sendo destruída. A população de Londrina não precisa do nosso noticiário para ficar bem-informada. Mas esta mesma população deposita, há anos, confiança no que colocamos no ar. Hoje, andando pelo centro e atendendo telefonemas nada educados, percebo isso”. (PASCHOAL, 2021).

O jornalista acrescenta ainda alguns pontos interessantes nesse assunto - as matérias produzidas pela TV Coroados referente ao caso eram editadas e enviadas para Curitiba que vetava ou reeditava favoravelmente ao mandante londrinense e que essa prática “era de conhecimento de Francisco Cunha Pereira”, pois ele quem ditava o que seria pautado no telejornal matinal e naturalmente o material passaria por ele para análise.

Depois de muitas críticas, o grupo midiático não teve como sustentar sua postura inerte perante essas denúncias da terceira gestão Belinati e iniciou a divulgação noticiosa da crise somente no dia da cassação do prefeito pela Câmara de Vereadores. No entanto, esse posição de silenciamento frente aos graves fatos que vinham ocorrendo em Londrina motivou o envio de um dossiê (incluindo a mensagem acima) ao departamento de jornalismo da Rede Globo, no Rio de Janeiro, pelo Sindicato de Jornalistas do Paraná que fez com que a Rede Paranaense sofresse em 2000 uma intervenção da Rede Globo de Televisão, afastando e substituindo seu diretor de jornalismo, Marcos Batista, inicialmente pela jornalista Jô Mazzarolo e, vinte dias depois, por Levi Soares.

---

<sup>261</sup> A mensagem foi enviada na véspera das férias do jornalista que, com seu regresso, foi demitido pela emissora em razão do texto.

Interessante salientar uma relação familiar de Marcos Batista, ele é casado com Rita de Cássia Baptista, à época assessora de Emília Belinati, vice-governadora, esposa de Antônio Belinati, prefeito de Londrina, amigo de Francisco Cunha Pereira, patrão de Batista.

Terminado esse episódio típico de associação do emprego de patrimonialismo e clientelismo, de acordo com o jornalista Fábio Silveira “ainda que sem números ou dados empíricos, com base em informações dos bastidores da imprensa, é que a Prefeitura de Londrina movimentava, durante o período Belinati, grandes volumes de verbas publicitárias, os quais representavam uma parcela nada desprezível do mercado, principalmente através da Sercomtel, a empresa de telefonia municipal.” (SILVEIRA, 2004, p.166).

Prosseguindo em outros casos, as relações de jornalistas de empresas de comunicação com órgãos de Estado eram comuns no Paraná. Vários profissionais tinham dupla jornada de trabalho, meio turno nas redações e outro nas assessorias institucionais (havia também jornalistas que se enquadravam na categoria “fantasma” na administração pública). Durante as décadas de 1970 e 1980, segundo Entrevistado 9 (op.cit.), profissionais da imprensa trabalhavam no governo, Sanepar, Copel, Assembleia Legislativa, Câmara dos Vereadores, Tribunal de Contas, Sistema S e era recorrente que jornalistas da Gazeta do Povo preenchessem esses cargos, bem como eram frequentemente assessores da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e da Associação Comercial do Paraná (ACP).

Além da dupla jornada (que não era ilegal, mas gerava um conflito ético entre a notícia e a fonte), outra prática ocorrida com jornalistas da Gazeta do Povo envolvia José Carlos Gomes de Carvalho (“Carvalhinho”)<sup>262</sup>. Nas suas gestões à frente da FIEP, todos os assessores de imprensa foram da Gazeta, além disso tinha uma “parceria”. Ele era proprietário de uma concessionária de automóveis em Curitiba que durou a metade da década de 1980 e a de 1990 inteira. “O Carvalhinho dava tudo para a imprensa. [Mas] o esquema é que vinham carros de lançamento das fábricas zero quilômetro para fazer teste drive e alguns jornalistas ficavam um mês para ‘fazer matéria’ sobre o carro.” (ENTREVISTADO 9, op.cit.). Esse “gracejo” era estendido para redações de outros jornais curitibanos, era uma ação comum naqueles anos.

---

<sup>262</sup> Foi presidente da FIEP, do Grupo Empresarial Gomes Carvalho e da Holding Rocar que congrega empresas dos setores automotivo, comunicação, informática, financeiro, agroflorestral, agropastoril, logística e indústria do plástico. Teve assento nos conselhos da ACP, na ACSP, na FIESP e na Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores (ABRAVE). Em suas atividades políticas foi eleito Senador Suplente (2003 - 2011), ex-presidente do Partido da Frente Liberal no Paraná, senador da República (1987-1995), secretário estadual da Indústria e Comércio (1987-1989), vice-prefeito e prefeito em exercício de Curitiba (1993-1997) e secretário de estado do Emprego e Relações do Trabalho (1999-2001).

Outra prática que ocorria com jornalistas da Gazeta, de acordo com Entrevistado 9 (op.cit.) e Entrevistado 15 (2021), envolvia a proposta de matéria mediante retorno pecuniário. Políticos, prefeituras e empresas enviavam envelope com sugestão de pauta junto com cheque anexo ou apenas um cheque com forma de agradecimento pela publicação da matéria.

O que tem em comum a dupla jornada laboral e a benesse automotiva de Carvalhinho, além de terem ocorrido na redação do mesmo jornal<sup>263</sup>? Por que discorrer sobre esses tópicos se não constam do escopo *lato* da pesquisa? A resposta é simples, Dr. Francisco tinha conhecimento dessas duas práticas que favoreciam seus funcionários. Segundo diversos entrevistados, ele era uma pessoa formal, tradicional, receptiva, bem quista e de preocupação com o bem-estar de todos a sua volta. Se a benesse trazia uma condição melhor para o jornalista, se iria acrescentar, isso era positivo. Além disso, Francisco realizava empréstimos para funcionários demandantes, realocava-os de posição em casos mais específicos ao invés de demitir, preocupava-se com a família alheia e pagava seus servidores acima da média de outros jornais. Esse comportamento de Cunha Pereira tem proximidade com o perfil de um coronel no seu sistema, ou seja, ocorria uma relação de compromisso, uma troca de favores, laços de credibilidade e uma certa fidelização entre o patrão e o empregado. As vantagens sociais e econômicas recebidas pelos profissionais da mídia eram retribuídas ao empregador em forma de consentimento nas interferências de conteúdo, de enquadramento e de publicação da notícia pelo patrão. À medida que as benesses foram diminuindo no transcurso temporal, o mesmo ocorria com a convivência do empregado perante a intervenção patronal.

Último caso de envolvimento a ser analisado dos Cunha Pereira com o Estado transcorreu entre 2001/2002, durante a CPI da Telefonia<sup>264</sup> da Assembleia Legislativa, cujo presidente foi o deputado estadual Tony Garcia<sup>265</sup> (1999 -2002). O então parlamentar, segundo Entrevistado 13 (2020), sugeriu uma pauta que segundo ele teria repercussão nacional. Seria a prova de que o Palácio Iguazu (sede do governo estadual) mantinha um sistema de arapongagem que grampeava conversas do poder legislativo, judiciário, do próprio Executivo e da imprensa. A fim de testar a validade desse arranjo ora em curso, o político divulgou um trecho de diálogo

---

<sup>263</sup> Com relação ao terceiro item (envelope com cheque), não foi possível achar evidências da anuência de Dr. Francisco, somente de alguns chefes.

<sup>264</sup>Essa comissão visava investigar irregularidades em contas emitidas pelas operadoras de telefonia fixa e móvel, mas acabou apurando denúncias de grampos telefônicos na sede do Executivo. A continuidade da CPI foi barrada pela Justiça e, numa segunda tentativa, os deputados apuraram indícios de irregularidades no HSBC.

<sup>265</sup> Ex-genro de Ney Braga, foi também candidato derrotado a prefeito de Curitiba e ao Senado. Chegou a ser preso em 2004 pela Polícia Federal, acusado de gestão fraudulenta do Consórcio Garibaldi. Sua delação, em 2018, fomentou a *Operação Rádio Patrulha* e deu base para um inquérito que autorizou a prisão do ex-governador Beto Richa, esposa, irmão mais doze pessoas.

entre dois proprietários de jornais que se referia indiretamente à figura de Francisco Cunha Pereira: “– Sabe aquela história dos R\$ 5 milhões do Belinati que tá na conta do filho doido [referindo-se ao filho mais velho de Francisco]”? E logo após divulgar o áudio, Tony Garcia complementou: “De onde vem isso, tem muito mais” (ENTREVISTADO 13, 2020).

### 5.3.2 – A SOCIEDADE E SEUS INTEGRANTES “ANÔNIMOS”

O estudo dos Cunha Pereira como havia comentado na introdução do item anterior carece de material biográfico de Francisco e familiares. Inclui-se a nessa omissão também raras menções e a inexistência de pesquisa sobre seu sócio no empreendimento midiático, Edmundo Lemanski, e sua tradicional família. Trazer à luz essa parentela de Dr. Francisco pode nos ajudar a compreender mais alguns arranjos nesse sistema de interesses que os Cunha Pereira protagonizam, além da composição de seu habitus de classe.

Edmundo Lemanski, descendente de família polonesa, foi bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, local onde conheceu seu sócio Francisco e percorreu diversas funções de administração do capital financeiro e securitário, de espaços de representação patronal e de locais de convívio social da elite curitibana, bem como nas empresas midiáticas já mencionadas:

- Alto funcionário do Instituto de Resseguros do Brasil (delegacia Porto Alegre);
- Diretor da Companhia Comercial de Seguros Gerais;
- Diretor-gerente do Banco Comercial do Paraná (Bancial);
- Conselheiro Fiscal da Companhia Universal de Armazéns Gerais;
- Presidente do Sindicato dos Bancos do Paraná e Santa Catarina (1963);
- Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização;
- Diretor da Nova América Cia de Seguros Gerais;
- Diretor da Associação Comercial do Paraná;
- Diretor Social do Jockey Clube.

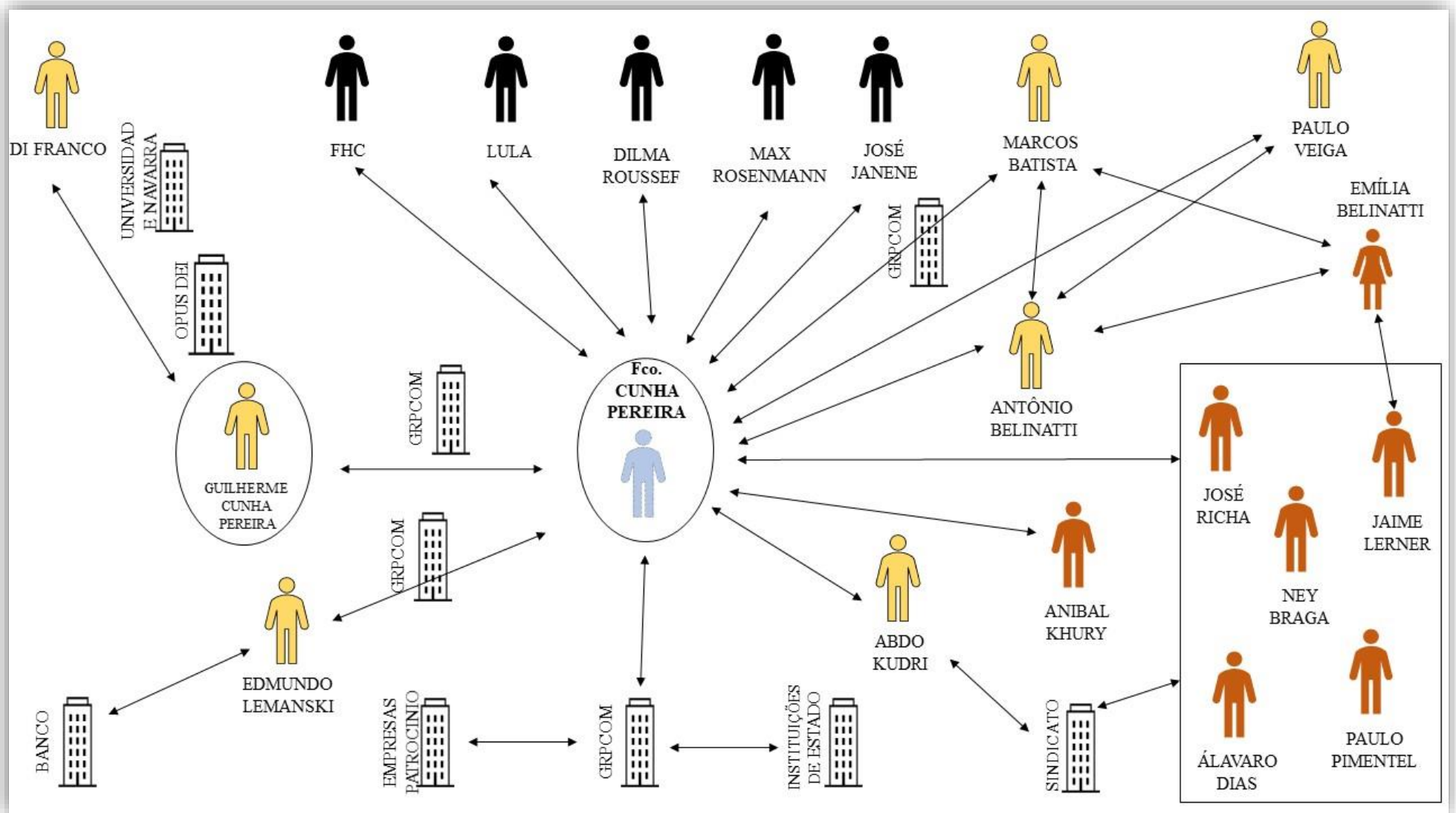
Foi casado pela primeira vez com Ana Lúcia Papa Lemanski (“Anete”), filha do banqueiro Rafael Papa e Adalgisa com quem não teve dependentes. Contraí matrimônio novamente com sua então secretária, Maria Elza de Almeida Passos, com quem teve quatro filhos: Marco Antônio Broglio Lemanski, empresário e sócio da produtora Caradeboi Arte e Esportes e de dois pubs localizados na França (pelo menos até 2015); Maurício Broglio Lemanski, empresário em diversos ramos; Mariano Lemanski, empresário, agropecuarista,

proprietário de haras, criador de cavalos da raça crioula, casado com a professora de Yoga/Educadora de Bem Estar e DJ Bibba Pacheco; e a mais nova, Elizabeth Lemanski, casada com Rafael Nerone, sócia junto com os irmãos de diversos empreendimentos, entre eles os renomados criadouros Cabanhas São Rafael, Paraíso Belle e Butiá.

Na linha ascendente, Edmundo é filho do gaúcho Ladislau e de Sophia que tiveram também outros dois descendentes, Joana e Henrique Lemanski. Esse foi advogado, redator do jornal Tribuna do Paraná e empresário. Casou-se com Marinês Ambrósio Balro e tiveram três filhos. Henrique foi protagonista do assassinato de sua esposa, ocorrido em outubro de 1977, evento esse que teve repercussão quase que diária na imprensa curitibana, provocando um grande apelo da opinião pública local e que teve diversas revira voltas na condução e no aparecimento de novas provas e personagens e de diferentes versões do ocorrido. À época foi posto em dúvida a participação de outras pessoas no crime, bem como um possível interesse de Henrique na obtenção de valores pecuniários em razão da dissolução do matrimônio. A participação de Edmundo na trama supostamente foi motivada por questões monetárias e a especulação de interferência do desembargador Francisco Cunha Pereira (pai) nas questões jurídicas em favor dos Lemanski foram questões discutidas pelo público em geral, mas que nunca teve qualquer evidência confirmada.

Finalizando a família Cunha Pereira, pode-se verificar a trajetória por ela percorrida, os personagens por ela agregada, seus espaços de poder, as relações de compromisso em diversos níveis, a relevância dos matrimônios como estratégia de manutenção de autoridade, os laços espúrios desprovidos de distinção entre o privado e o público e, além de tudo, a esgarçada parentela dos Cunha Pereira que migra por diversos espaços de poder que podem ser observadas no gráfico de relações de influência abaixo, típicos do coronelismo eletrônico (figura 32).

FIGURA 32 – ESTRATO DA REDE DE PARENTELA. INFLUÊNCIA E PODER DE FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO



FONTE: autor (2020)

NOTA: NACIONAL REGIONAL LOCAL

## 5.4 – OS DOCES BANDEIRANTES: A CASTA DA CANA

Começo esse estudo familiar com uma certeza (uma das poucas que tive durante essa tese), pesquisar sobre os Meneghel<sup>266</sup> foi uma atividade que careceu de “apoio informal”, os dados e as informações foram diminutas, as associações incestuosas garimpadas de outrora não foram tão ajustadas. Essa limitação eu imputo à distância entre o município de Bandeirantes e o local sede deste pesquisador, à falta de fontes seguras que se propusessem a trazer luz sobre relações espúrias entre a política e a mídia, à falta de documentos históricos da cidade, ao desconhecimento de pessoas do local que poderiam corroborar ou complementar informações prévias, ao impedimento ao acesso à bibliotecas em razão da pandemia Sars-CoV-2 (inclusive na cidade de Bandeirantes) e aos poucos veículos de radiodifusão bandeirantense e circunvizinhos. Entretanto, mantive o planejado e insisti no estudo dessa família do norte pioneiro, principalmente pela escassez de estudos genealógicos feitos até então e pelas características que seu protagonista tinha bem evidente – o arquétipo tradicional e rudimentar de um coronel estilo senso comum (oscilando em parâmetros tipo mandão, afável, briguento, defensor do seu povo, isolado em pequenos municípios, controlador social, recrutador de voto e dissociado do sistema que o circunscreve).

Os Meneghel do estudo nasceram na cidade paulista de Piracicaba, mas é no município de Bandeirantes que se fixaram em virtude do comércio sucroalcooleiro, do agronegócio e da pecuária, tendo também colonizado a cidade de Nova Bandeirantes, em Mato Grosso. A cidade paranaense, situada perto da divisa norte com São Paulo (figura 33), tem uma população próxima a 32.000 habitantes (de acordo com o censo do IBGE de 2010), com 24.881 eleitores aptos, localizada a 420 km de Curitiba e limítrofe as cidades de Itambaracá, Andirá, Santa Mariana, Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina.

E nesse território que o “comendador” Luis Meneghel junto com sua esposa Maria Luiza Berto Meneghel se estabeleceram. Ele, piracicabano, nível escolar fundamental incompleto, ajudante ainda criança do seu pai em um engenho rudimentar, que mais tarde o compraria com a anuência dos irmãos, escolheu a recém-criada Bandeirantes para sediar uma usina e fixar residência, muito por influência do seu cunhado Domenico Zambom (casado com sua irmã Maria Meneghel), empresário influente da cidade. “O pai dos pobres” foi fundador e diretor-

---

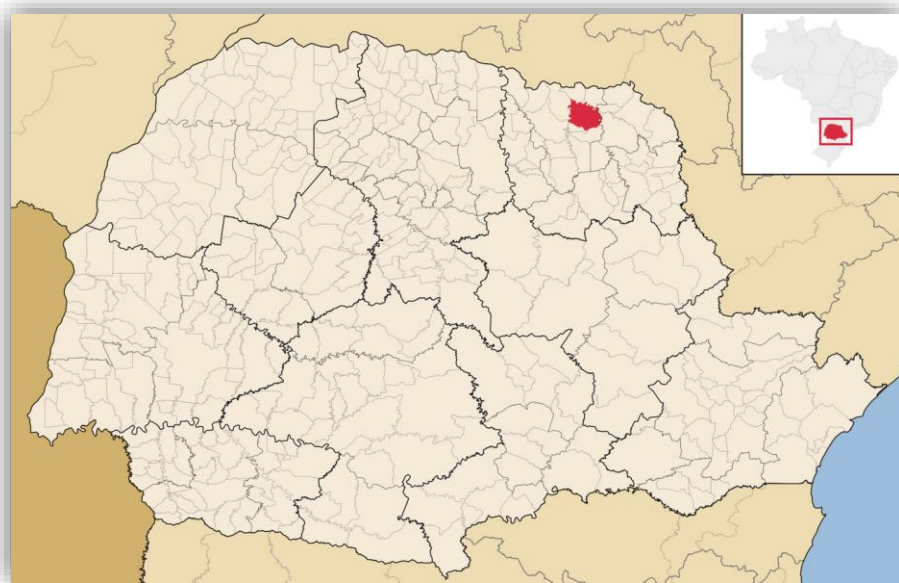
<sup>266</sup> Agradeço a Walter Oliveira, bandeirantense, cartorário aposentado, funcionário da Usiban (1959-1962) que aos 89 anos de idade, de forma muito gentil e solícita, contribuiu para o mapeamento genealógico da extensa família Meneghel e compartilhou informações biográfica de alguns integrantes.



presidente da Usina de Açúcar e Álcool Bandeirantes S.A.<sup>267</sup> (Usiban) (1943-1978), sendo sucedido pelo seu filho Serafim (1979-2003) que passou a direção para o irmão Daniel, esse dividindo as tarefas administrativas com sobrinhos. Além disso, foi vereador por três mandatos, presidente da Câmara de Vereadores e prefeito de Bandeirantes por duas vezes (1951-1955; 1969-1973); presidente do diretório PSD no município e membro do Conselho Fiscal Copel, além de ter sido fundador e criador da Faculdade de Agronomia Luis Meneghel, incorporada, em jul. 2016, pela Universidade Estadual Norte do Paraná (UENP) que tem um campus em homenagem ao pioneiro.

Em 1960, na cidade de Piracicaba, após jantarem [Walter Oliveira e Luiz Meneghel] em um restaurante, transitavam pela cidade e ao passarem em frente à Esalq (Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz – Campus da USP) disse ao patrão: “Escola importante essa, comendador, que olhando-o, na sua maneira simples e calma falou: *vou fazer uma dessa lá* (referindo-se à cidade de Bandeirantes)” e decorridos menos de 10 anos daquela noite, em 1969, a *Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel* iniciou suas atividades educacionais, nobre mister que perdura até os dias de hoje” (OLIVEIRA, W., 2021)

FIGURA 33 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES



FONTE: Google Maps (2021)

<sup>267</sup> As margens da BR-369, segundo dados de Usiban (2012), possui 30.000 hectares (300km<sup>2</sup>) de canavial, distribuídos em Bandeirantes e mais sete municípios limítrofes, com uma área construída de 247.000 m<sup>2</sup>, uma capacidade de colher, em cada safra anual, cerca de 2.080 milhões de toneladas de cana de açúcar e de produzir 1.340 milhão de toneladas de açúcar e 119 milhões de litros de álcool. Em época de safra empregam-se 5.000 funcionários e 1.500 na entressafra. Em 2020, foi encerrada a 79ª safra anual ininterrupta de cana de açúcar. É a usina de açúcar e álcool em funcionamento “mais antiga sob o comando da mesma família; maior empregadora de toda a região, chegando a ter cinco mil postos de trabalho por ano (atualmente, a média é mil e trezentos)” (OLIVEIRA, W., 2021)

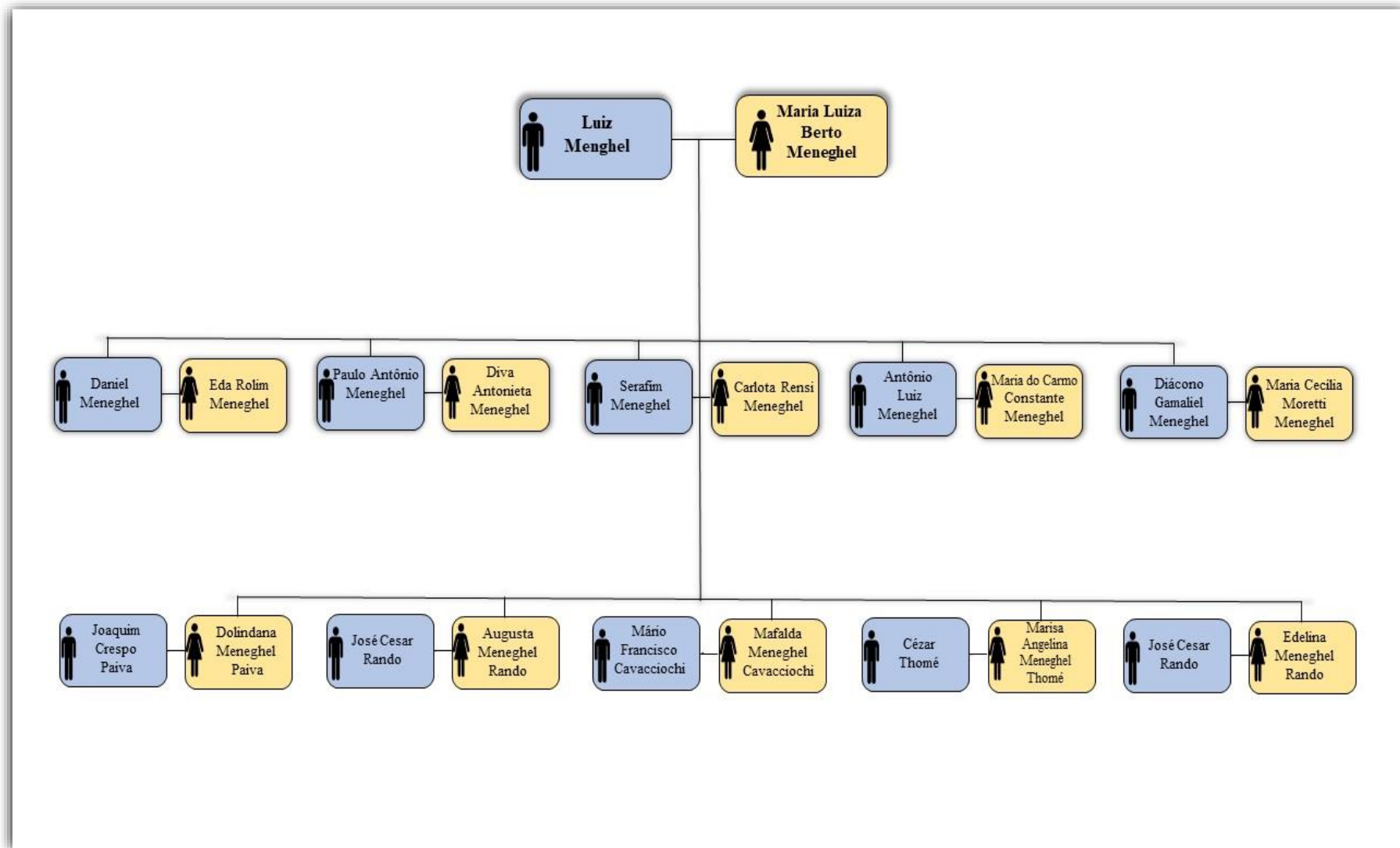
“Comendador” Luiz Meneghel<sup>268</sup>, fundador da Usina Tamanduá (localizada entre o distrito de Santa Terezinha de Piracicaba e Charqueada, em São Paulo), é o primeiro de cinco filhos (João, Maria, Angelo e José) do casal Angelina Junco Meneghel e Paolo Meneghel. Esse, filho dos italianos Andrea Meneghel e Luigia Meneghel, oriundos da região de Friulli/Venezia, que chegaram ao Brasil em 1888 pelo porto de Santos e tiveram mais seis filhos (Giovani, Pietro, Giovana, Angelo, Giuseppe e Santo).

Luiz Meneghel e Maria tiveram dez filhos - Daniel Meneghel, Paulo Antônio Meneghel, Serafim Meneghel, Antônio Luiz Meneghel, Diácono Gamaliel Meneghel, Marisa Angelina Meneghel Thomé, Augusta Meneghel Rando, Mafalda Cavacciochi, Dolindana Meneghel Paiva e Edelina Meneghel Rando (figura 34). Com exceção do bandeirantense Antônio, os demais nasceram em Piracicaba.

---

<sup>268</sup> Segue transcrição de passagem vitalícia de Luiz Meneghel, “aos 10 anos de idade já trabalhava na capina de cana-de-açúcar plantada num pequeno sítio onde o avô [Andrea] instalara um rudimentar engenho de cachaça (1910) [...]. Luiz, que trabalhava na companhia de um tio, ao ouvir às 11 horas o apito de uma usina de açúcar da região, dizia ao tio: ‘quando eu crescer, vou ter uma usina minha’, ao que o tio, enérgico, replicava: ‘para de falar bobagem e *vamo capiná*’. Passa o tempo e nos anos 1940, já no Paraná, ele trouxe o velho tio para visitar a cidade de Bandeirantes, levou-o à Usina e lhe apontando a chaminé desta lhe disse: ‘tá aí tio, a minha usina, aquela de que eu lhe falava quando era criança’” (OLIVEIRA, W., 2021, grifo do autor)

FIGURA 34 – FILHOS DO CASAL LUIZ E MARIA LUIZA MENEGHEL



FONTE: autor (2021)

Do casamento com Eda Furlani Rolim Meneghel, proprietária desde 1978 da pedreira Bandeirantes, nasceram a) Maria Thereza; b) Daniel Meneghel Jr, sócio da cerealista Danser, casado com Silvana Regina Sartori Meneghel, e c) Adriana Rolim Meneghel Gusmão de Paiva Neto, esposa de Antonio Augusto Gusmão de Paiva Neto. Esse é empresário do ramo varejista de combustível, atacadista de cigarros, de comércio de confecções e aquicultura. Seu avô, o paulista Antônio de Paiva Junior, foi proprietário de 1.250 alqueires (se for paulista, equivale a 30,25 km<sup>2</sup>) que foram loteadas junto com as terras do coronel Francisco Moreira de Costa, surgindo a Companhia de Colonização de Terras Paiva & Moreira. Em seguida novas glebas foram sendo adquiridas, novos loteamentos surgindo, a estrutura melhorando. Sendo assim, Paiva e Costa foram nominados “os verdadeiros fundadores de [a cidade de] Cornélio Procópio<sup>269</sup> e Santa Mariana”. (SILVEIRA BRASIL, 2014, p.70-71). Antônio e Adriana têm um casal de filhos, Daniela Diva Meneghel de Paiva Neto e Gabriel Alan Meneghel de Paiva Neto (diretor da Cooaqui, cooperativa de comércio atacadista de pescados e frutos do mar, sediada em Andirá/PR).

Filho 2 - Antonio Luiz Meneghel, “Bodinho”, foi o fundador e presidente do Lions Clube Bandeirantes Iara; presidente do Conselho de Administração da Usiban; fundador e primeiro presidente do União Bandeirantes F.C. e provedor da Santa Casa de Bandeirantes. Foi casado com Maria do Carmo Constante Meneghel com quem tem quatro filhos: a) Antonio Luiz Meneghel Junior, fazendeiro, é marido de Michele Camargo Pinheiro Meneghel e pai de três meninos; b) Humberto Meneghel, funcionário da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) e dono de empresa de comércio atacadista agrícola, é casado com Carla Eugênio Fermio Meneghel e tem duas filhas – Maria Eduarda e Maria Luiza; c) Karolina Meneghel, fonoaudióloga, é casada com o advogado Alessandro Magno Martins, ex-funcionário do TCE PR e suposto participante de um esquema de desvio de dinheiro e corrupção na Saúde em Londrina, desvendado pela Operação Antissepsia; d) Flávia Meneghel Assunção é casada com Paulo Sérgio Assunção, proprietário da PA Consultoria Agrônômica em Tangará da Serra/MT, e tem dois filhos menores de idade.

Filho 3 - Paulo Antônio Meneghel, “Paulinho”, casado com Diva Antonieta Rensi Meneghel com quem teve quatro filhos: a) Paulo Antônio Meneghel Filho, agrônomo, criador de cavalos quarto de milha, proprietário da haras PAM, casado com Maria Luiza Papa Meneghel; b) Luis Gustavo Meneghel, ex-prefeito de Bandeirantes (1997-2000), marido da

---

<sup>269</sup> A partir de 1935, Cornélio Procópio foi distrito judiciário de Bandeirantes, tornando-se emancipado em 1938.

empresária Claudiane Penteado Meneghel, pai de Isabela e Bruno, c) Maria das Graças e d) Maria Luiza Meneghel Silveira Mello (casada com Celso Silveira Mello). Paulinho foi o primeiro presidente do time de futebol Bandeirantes, fundado em 1964; criador de cavalos quarto de milha, presidente da Auto Importadora e Exportadora PAM S/A. e ex-provedor da Santa Casa de Bandeirantes (antes do mandato de Carlota). Junto com os filhos, hoje, desenvolve agropecuária em Bandeirantes, São Jerônimo da Serra e Cascavel/PR.

Filho 4 - Diácono Gamaliel Meneghel, “Gama”, fazendeiro, ex-presidente do Cascavel Esporte Clube, perseguido pela fama de violento, foi acusado de homicídio qualificado praticado no dia 22 de abril de 1986, “ – que aconteceu foi lamentável. Não foi nada premeditado, foi uma infelicidade, não sei mais o que dizer” (MENEGHEL, 1984,p.17). Casado com Maria Cecília Moretti Meneghel, de família de agricultores, tiveram três homens e uma mulher: a) Alessandro Meneghel, pecuarista, ex-presidente da Sociedade Rural do Oeste, casado com Joelma Siqueira Cunha Meneghel, filha de fazendeiro. É réu confesso no assassinato, ocorrido em 2012, do agente federal Alexandre Drummond Barbosa, em frente a uma casa noturna, no centro de Cascavel. Ainda em 2007, foi personagem do episódio de um tiroteio com vigilantes da fazenda experimental da multinacional suíça Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR) que matou o sem-terra Valmir Mota de Oliveira.

“Por ser presidente da sociedade ruralista, Meneghel é acusado, por militantes sem-terra, de ter ordenado o ataque - ele nega. ‘Meu pai [Gamaliel Meneghel], um homem honesto, chegou aqui na década de 1970, e abriu todo esse campo’, diz Meneghel, enquanto dirige uma camionete Mitsubishi L200 de R\$ 90 mil e aponta para a sua fazenda de 5.000 hectares [50 km<sup>2</sup>], onde planta feijão, milho e trigo e colhe rendimento de cerca de R\$ 1,2 milhão anuais”.(MAGALHÃES, 2007)

O casal teve os filhos Alessandro Meneghel Jr que é casado com Aline Gurcaz Ferreira Meneghel, empresária, coordenadora de Pesquisa e Extensão FAG, integrante de família tradicional e dominante de Cascavel com trânsito nos campos midiático, universitário, econômico e político nos níveis estadual e federal<sup>270</sup>, e Pamela Cunha Meneghel de Campos,

---

<sup>270</sup> Acir Marcos Gurgacz foi prefeito de Ji-Paraná (2001-2002) é atualmente é senador (2009-), empresário do ramo de transporte rodoviário e urbano, de grupo midiático (Sistema Gurcaz de Comunicações) e educacional (Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG, em Cascavel). Seu pai, Assis Gurgacz, fundou a empresa rodoviária Eucatur, atual reitor da FAG e primeiro suplente do seu filho. Seu tio Airton Pedro Gurgacz foi vice-governador de Rondônia (2011-2014) e atualmente é deputado estadual (2015-). Segundo Castilho (2019), Acir declarou um patrimônio de R\$ 11,3 milhões em 2018. Entre os bens, duas aeronaves, sociedade da mulher no Diário da Amazônia, um relógio Rolex de R\$ 22 mil, uma empresa de transporte no Paraguai, um trio elétrico, sociedade em várias empresas. Além disso é dono de 30.500 hectares (305km<sup>2</sup>) de terras no município de Envira, no sul do Amazonas, na divisa com o Acre. Seu pai é dono de um patrimônio de R\$ 86 milhões.

casada com Vanderlei Campos Jr – ex-chefe regional da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Paraná (2010-2012); consultor técnico na Fazenda Samara onde prestava assistência técnica especializada em produção de grãos, planejamento e acompanhamento das fases de plantio (2011-) e diretor comercial da Confiagro, empresa voltada para assistência técnica e venda de insumos para as cidades do Oeste do Paraná. O segundo filho é João Henrique Meneghel, empresário do agronegócio, que foi casado com Deise D’Agostini Meneghel com quem teve os filhos Aline e João Henrique Meneghel. O terceiro descendente do casal Cecília e Gama é Marcos Meneghel, atual superintendente da Usiban, foi casado com Silviane Maria Szatkowski e juntos tiveram Jéssica Meneghel. Por fim tiveram uma única filha chamada Valéria.

Filho 5 – Marisa Angelina Meneghel Thomé foi casada com Moacyr Thomé e tiveram dois filhos – Flávio Meneghel Thomé e Renata Meneghel Thomé Fioravanti. O primeiro casou-se com Maria Helena Rizkallah Thomé, parente de Alfredo Rizkallah – presidente por três vezes da Bolsa de Valores de São Paulo e que foi réu em um processo que envolveu manipulação no mercado de ações, em 1997, tiveram dois filhos (Felipe e Henrique) e são proprietários da fazenda cafeeira Santa Izabel, em Espírito Santo do Pinhal/SP. Renata e seu marido Flávio Fioravanti Jr são produtores rurais no município paulista de Olímpio e tem três filhos – Maria Eugênia Fioravanti, Flavio Fioravanti Neto e a arquiteta, design de interiores Ana Cecília Fioravanti.

A análise genealógica dos filhos seguintes (coincidência ou não, das mulheres) foi mais discreta e mais superficial haja vista a obtenção reduzida de informações mais substanciais.

Filho 6 – Mafalda Meneghel Cavacciochi casou-se com Maria Francisco Cavacciochi e tiveram Rossana Margot Cavacciochi Corrêa e Laura Maria Meneghel Cavacciochi, ambas morando com a família em Curitiba. A primeira contraiu matrimônio com Lélis Antônio Corrêa Filho e tiveram Lélis Neto, Mario Francesco e a médica veterinária Anna Mony que se casou, em 2016, com o dentista Ricardo Botter Nickel. Consta como bens da família a Fazenda 4E, em Arapoti/PR. Laura Maria é mãe de Nicole Cavacciochi de Moraes e é casada com José Antônio de Moraes, são donos da loja Zollem, especializada em ouro e diamantes (situação cadastral inapta e por ora fechada).

Filho 7 – Dolindana Meneghel Paiva, cômjuge Joaquim Crespo Paiva. O casal teve os filhos Joaquim Luiz Meneghel Paiva, o cirurgião pediátrico Reinaldo Meneghel Paiva que é casado com Maria Helena Pazini Paiva, a “profeta” Marlena Pazini), e Armando Meneghel

Paiva – advogado, presidente do Rotary Bandeirantes, Assessor de Diretoria da Usiban – casado com Irma Alves Braga Mariotti Meneghel.

Filho 8 – Edelina Meneghel Rando foi casada com José Cesar Rando e tiveram Luiz Vicente, José Paulo, Rui Mauro e João César.

Filho 9 – Augusta Meneghel Rando casou-se com o seu cunhado José César Rando, após o falecimento de sua irmã Edelina, e tiveram Eduardo Meneghel Rando e André Meneghel Rando (casado com Jeane Marta Pucca Meneghel Rando)

#### 5.4.1 O filho da camisa nº 10

Na verdade é o 4º mais velho, mas o décimo e último filho a ser citado. Ele é o protagonista desta família, pelo menos nessa tese, Serafim Meneghel<sup>271</sup>. Piracicabano, nascido em 1932, formado em Contabilidade, foi casado com Carlota Rensi Meneghel, “Tigrão”, “coronel”, presidiu por trinta anos a Usina Açúcar e Alcool Bandeirantes S.A. (1979-2003), criada pelo seu pai. Foi também diretor-delegado do Clube de Caçadores do Paraná; fundador e ex-presidente do time de futebol Bandeirantes F.C., “uma das coisas boas da minha vida”(MENEGHEL, 2013).

Sua esposa Carlota Rensi é irmã de Diva, ex-esposa de Paulo Antônio Meneghel, e de Celina Rensi, ex-esposa de Nilton De Sordi, piracicabano, jogador de futebol, integrou a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1958 e treinou o Bandeirantes F.C. por algumas ocasiões. Celina Rensi e De Sordi são os pais de Nilton De Sordi Junior, “Juba”, atual vice-prefeito de Bandeirantes (2021-) e ex- prefeito (2001-2004). A viúva do “coronel” foi provedora da Santa Casa de Misericórdia por vinte e quatro anos seguidos (1996- 2020), fundou a Fundação Serafim Meneghel junto com seu marido a fim de atuar na educação e no desenvolvimentos das crianças e adolescentes; é sócia da *Rádio Yara FM*, ex-proprietária do *Jornal Líder*; é pessoa muito influente na sociedade bandeirantense e nos municípios adjacentes, personalidade forte, bem como tem predicados de uma boa oradora, inclusive em palanques pedindo votos a candidatos políticos (Beto Richa, Cida Borgheti/2014. Foi agraciada com o título de Cidadã Honorária do Paraná.

Tigrão foi um folclórico dirigente do futebol paranaense, que utilizava o simbólico apetrecho do chapéu de palha do tacanho tradicional coronel do agreste, protagonizou casos e

---

<sup>271</sup> Morreu em um domingo, dia 22 nov. 2020, aos 88 anos, no hospital Albert Einstein, em São Paulo, em decorrência de causas naturais.

causos de truculência envolvendo o seu querido time de futebol, União Bandeirantes Futebol Clube, cinco vezes vice-campeão paranaense, que existiu entre 1964 e 2006:

o União perdia por 1 a 0 e deixava a decisão do título, quando os jogadores do Coritiba perceberam uma fumaceira daquelas em direção ao campo. Serafim havia mandado tocar fogo no canavial ao lado do estádio. O jogo terminou por pura boa vontade de Sua Senhoria, o árbitro Eraldo Palmerini.

Outra: irritado com a arbitragem de Alceu Conerado, Meneghel invadiu o campo e deu um tiro na bola. Logicamente, ela furou, mas pediram outra bola e a partida terminou com a derrota do União<sup>272</sup>.

Mais uma: nas semifinais do Campeonato Paranaense de 1973 – a final acabou sendo em Bandeirantes mesmo com o tri [campeonato] do Coritiba – Meneghel vociferava contra tudo ao lado do campo, no banco do União. De repente, a bola saiu pela lateral e o dirigente atirou o seu chapéu de palha sobre a bola. O ala direito Orlando, do Coxa, simplesmente deixou a bola de lado e chutou o chapéu do cartola para Oberdan que, com classe, passou para Hidalgo que, educadamente, chutou em direção a Meneghel. (CARNEIRO NETO, 2020)

Serafim foi proprietário, junto com seu filho Luiz, da Estância 3M, em Marilândia do Sul, criatório paranaense de raças nobres de gado, além de outras atividades do agronegócio e pecuária com filhos e sobrinhos em Joinville/SC, Apucarana, Andirá, Leopólis, Cornélio Procópio, Santa Mariana, Itambaracá, Cambará/PR, Nova Alvorada e Sonora/MS, Itiquira e Brilhante/MT

Tem história com o Sistema Brasileiro do Agronegócio, entidade de propriedade de Cláudio Godoy que reúne as emissoras Canal do Boi e Agro Canal. Foi o primeiro pecuarista a apostar no formato de vendas em leilões televisionados ainda na década de 1990, sendo o primeiro comprador de gado pelo meio eletrônico do Canal do Boi, emissora pioneira nessa transação no país. No dia de seu falecimento, os créditos do programa o qualificava como “o baluarte da história da emissora” (CANAL DO BOI, 2020), sendo um dos pilares de sustentação e consolidação da emissora.

O núcleo familiar de Serafim Meneghel é tomado pelos negócios, a maior parte pelos agronegócios (quadro 32). Dediquei aprofundamento no levantamento dos negócios e bens e

---

<sup>272</sup> Complementado esse caso, que para alguns, inclusive Serafim, não passou de um caso, segue com detalhes: O juiz Gustavo Turra só conseguiu entender o exato significado desse nome ao apitar um pênalti contra o União. O time jogava em casa, contra o Primavera. Aos 45 minutos do segundo tempo, o jogo empatado, houve uma confusão na área e o juiz marcou falta. Esbaforido, com suas botas de cano alto, Serafim Meneghel entrou em campo aos berros e de revólver em punho. “O que você marcou, seu safado?”, gritou. “Marquei pênalti”, arriscou o trêmulo juiz. Serafim então apontou o 38 para a bola e a mandou pelos ares com um tiro certeiro. “O que foi mesmo que você marcou?”, insistiu. Prudentemente, o árbitro mudou de ideia: “Marquei falta técnica contra o Primavera”.(CASTILHO, 2018).



das redes familiares e parentais de Serafim porque ele é o protagonista deste item de pesquisa, como havia mencionado acima, porque é o mais conhecido fora do eixo norte pioneiro paranaense e, principalmente, porque é o único dos dez filhos que detém capital midiático, compartilhado com sua cônjuge Carlota.

QUADRO 32 – CAPITAL ECONÔMICO DECLARADO DO NÚCLEO FAMILIAR DE SERAFIM MENEGHEL

Nome empresarial	Quadro de sócios e administradores	Capital social	Local e atv eco
Contik Empreendimentos Imobiliários Ltda..	Serafim Meneghel Thyrso Ferraz de Camargo Neto Thiago Ferraz de Camargo Vittoria Meneghel Ferraz de Camargo Van den Berg	1.891.500,00	São Paulo, empreendimentos imobiliários
Luxplast	Serafim Meneghel	Não informado	Colombo. Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
Líder Participações Societárias Ltda..	Roberta Setti Meneghel Serafim Meneghel	10.000,00	Cambará. Holdings de instituições não-financeiras
Ingá Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda..	Vittoria Meneghel Ferraz de Camargo Van den Berg Thyrso Ferraz de Camargo neto Thiago Ferraz de Camargo	90.000,00	Andirá. Loteamento de imóveis próprios
SCTV Empreendimentos Comerciais Ltda..	Vittoria Meneghel Ferraz de Camargo van den Berg Thyrso Ferraz de Camargo neto Carlota Rensi Meneghel	320.000,00	Cambará. Holdings de instituições não financeiras
Faraona Participações Ltda..	Vittoria Meneghel Ferraz de Camargo Van den Berg Thyrso Ferraz de Camargo Neto Thiago Ferraz de Camargo	9.000,00	Cambará. Holdings de instituições não financeiras
ONE Participações Ltda..	Vittoria Meneghel Ferraz de Camargo van den Berg Thyrso Ferraz de Camargo Neto Thiago Ferraz de Camargo	9.000,00	Cambará. Holdings de instituições não-financeiras
Gente Comércio de Alimentos Ltda..	Thiago Ferraz de Camargo	Não informado	Jundiá. Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
CIAO Comércio de Acessórios para Celulares Ltda..	Luiz Meneghel Thiago Ferraz de Camargo	60.000,00	Cambará. Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
CGS Embalagens Plásticas Industria e Comercio Ltda..	Thyrso Ferraz de Camargo Neto	200.000,00	Campina Grande do Sul Fabricação de embalagens de material plástico
3M Participações Ltda..	Luiz Meneghel Neto Carlota Rensi Meneghel	11.376.000,00	Cambará.

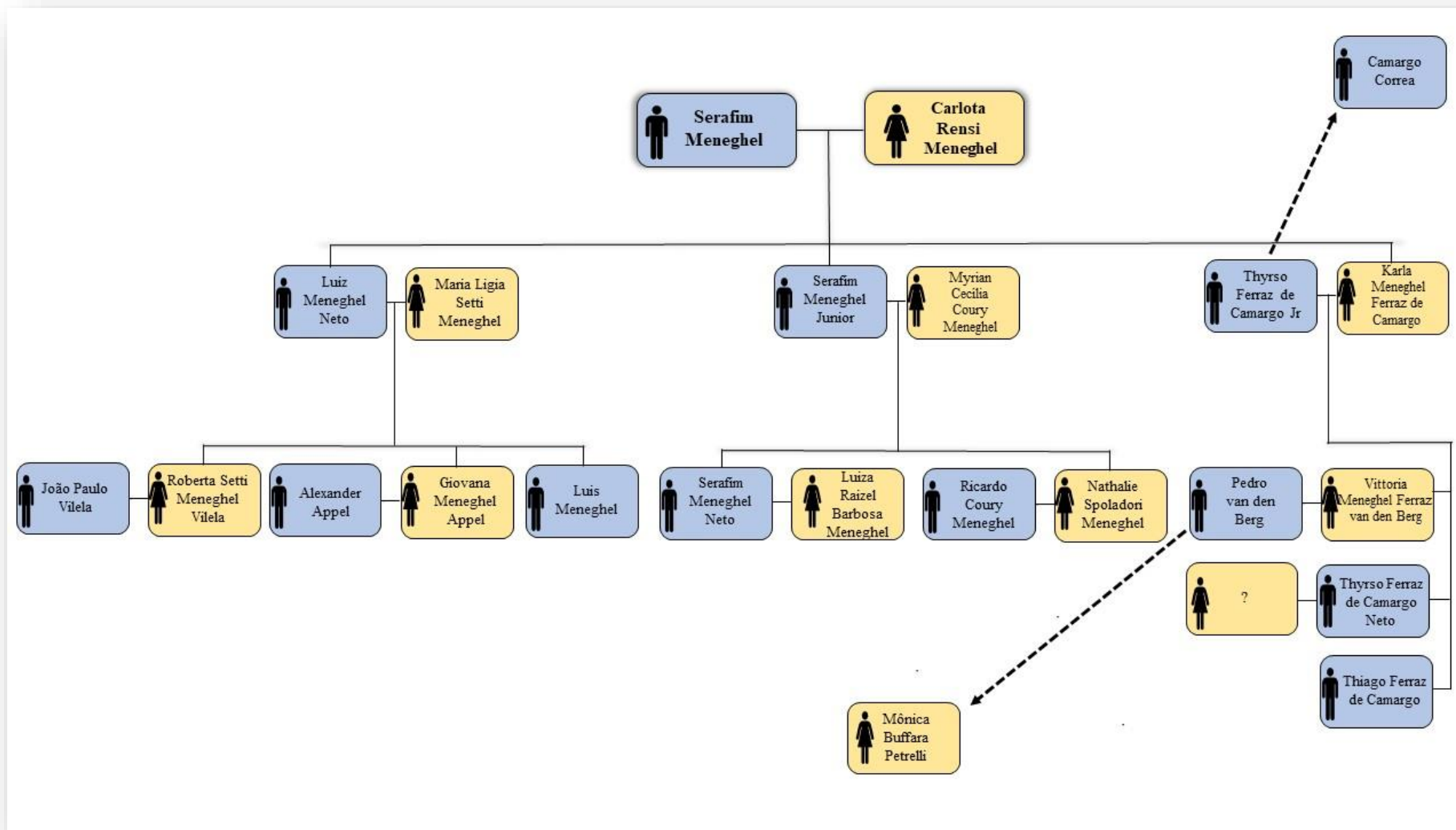
	Vittoria Meneghel Ferraz de Camargo van den Berg Thyrso Ferraz de Camargo Neto Thiago Ferraz de Camargo		Criação de bovinos para corte
Radio Yara Ltda..	Carlota Rensi Meneghel Serafim Meneghel Junior	300.000,00	Bandeirantes. Atividades de rádio
Agropecuária Santa Catarina Ltda..	Carlota Rensi Meneghel	2.421.000,00	Joinville Atividades de apoio à pecuária
Museu Brasileiro da Escultura e Ecologia – MUBE	Karla Meneghel	Não informado	São Paulo. Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos
Carmosina Indústria, Importação e Exportação de Bebidas Ltda..	Thyrso Ferraz de Camargo Neto	6.914.748,00	Caxias do Sul. Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas
L. M. Participações Ltda..	Luiz Meneghel Neto Maria Ligia Setti Meneghel	30.000,00	Londrina. Outras sociedades de participação, exceto holdings
Sementes Paraná Ltda..	Luiz Meneghel Neto	42.304,00	Mauá da Serra. Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas,
SL Administração e Participações Ltda..	Luiz Meneghel Neto	5.034.996,00	Mauá da Serra. Holdings de instituições não financeiras
RGL Administradora de Bens Ltda..	Luiz Meneghel Neto Roberta Setti Meneghel Giovanna Meneghel Appel	10.000,00	Londrina Holdings de instituições não financeiras
SL Central Energética Ltda..	Luiz Meneghel Neto	500.000,00	Mauá da Serra Geração de energia elétrica
SL Nordeste Cereais e Alimentos Ltda..	Luiz Meneghel Neto	10.000,00	Recife. Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
Meneghel Participações Ltda..	Luiz Meneghel Neto	Não informado	Mauá da Serra. Compra e venda de imóveis próprios
SL Cereais e Alimentos Ltda..	Luiz Meneghel Neto	5.000.000,00	Mauá da Serra. Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal
GSM Assessoria e Consultoria em Comercio Exterior Ltda..	Giovanna Meneghel Appel Maria Ligia Setti Meneghel	5.000,00	Londrina. Atividades de consultoria em gestão empresarial
Toscana Alimentos Ltda..	Maria Ligia Setti Meneghel	Não informado	Mauá da Serra. Fabricação de outros produtos alimentícios
Fluxo Agropecuária e Participações Ltda..	Serafim Meneghel Neto Ricardo Coury Meneghel	100.000,00	Bandeirantes. Atividades de apoio à pecuária

SMSR Participações Ltda..	Serafim Meneghel Neto Ricardo Coury Meneghel	10.000,00	Cambará. Holdings de instituições não financeiras
VALOR FINAL BENS OFICIALMENTE DECLARADOS		R\$ 32.452.048,00	

FONTE: Receita Federal/Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (2021)

A estrutura da célula *mater* de Tigrão e Carlota tem por base seus três filhos (figura 35):

FIGURA 35 – NÚCLEO FAMILIAR DO CASAL SERAFIM E CARLOTA MENEGHEL



FONTE: autor (2021)

1) Luiz Meneghel Neto, pecuarista que “comanda um grupo familiar com 400 km<sup>2</sup> em lavouras e pecuária nos Estados do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul. Criador de *limousin* (gado europeu), nelore de elite e gado comercial, [...] possui um plantel de 30 mil cabeças nos três Estados” (MASCHIO, 2005). Foi presidente da Sociedade Rural do Paraná; proprietário, junto com seu pai, da Estância 3M, em Marilândia do Sul, criatório paranaense de raças nobres de gado; dono da empresa Sementes Mauá, em Mauá da Serra/PR - responsável pela produção de sementes de soja e trigo; diretor geral da Extra Bioenergia; dono de empresa SL Alimentos, maior empresa brasileira dedicada à produção, industrialização e processamento de aveia, considerada um dos maiores moinhos de aveia e cereais de inverno da América Latina (distribui para grandes corporações - Nestle, Yoki, Quaker). Nas eleições municipais de 1996, em Londrina, foi anunciado como vice-prefeito na chapa de Belinati à prefeitura, mas cedeu seu lugar a Alex Canziani, cuja filha é amiga da filha de Luiz Neto (Roberta), depois que o PTB se aliou ao primeiro. Foi nomeado secretário da Agricultura do governo Belinati (1997) e presidente da Associação Paranaense de Produtores de Sementes e Mudas - Apasem (2005).

É casado com Maria Ligia Setti Meneghel, parente do ex-deputado Hélio Setti<sup>273</sup>, com quem tem três filhos: a consultora de moda Giovanna Setti Meneghel Appel, presente em diversas colunas sociais e de moda, casada com o empresário Alexander Appel em uma cerimônia realizada no castelo do Douro, em Portugal; Luiz Meneghel; e Roberta Setti Meneghel Vilela – diretora administrativo-financeiro da SL Alimentos e vice-presidente da Sociedade Rural do Paraná. É casada com o produtor agropecuário Paulo Roberto de Oliveira Vilela Filho, ex- diretor internacional e atual conselheiro da Sociedade Rural do Paraná; convidado, mas em seguida impedido, para ocupar o cargo de gerente de agronegócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), no governo Jair Bolsonaro, em 2019.

Durante sua candidatura a deputado federal pelo PSL (mesmo partido de Bolsonaro), em 2018, teve a presença em Cascavel do então candidato a vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, como cabo eleitoral. A vinda do militar para o oeste paranaense para o evento de lançamento da campanha de Paulinho causou polêmica, pois a aeronave que o

---

<sup>273</sup> Advogado, procurador do Ministério Público de Contas do Paraná, promotor da comarca de Jacarezinho e deputado por dois mandatos sucessivos (1951-1954; 1955-11958. Foi casado com a sobrinha do irmão de Mário Petrelli, e foi referência “na minha vida pela sua posição política como deputado. Passei a me relacionar muito com o mundo político do Paraná e com ele” (PETRELLI, 2019).

trouxe era do pai de seu sogro, Serafim, gerando uma possível omissão de gastos eleitorais na prestação de contas da campanha dos passageiros no Tribunal Superior Eleitoral.

2) Serafim Meneghel Junior, diretor da Uniban e da Danser Cerealista, é marido de Myrian Cecília Coury Meneghel e tem dois filhos - Serafim Meneghel Neto, diretor da SL Alimentos, que se casou com a médica dermatologista Luisa Raizer Barbosa Meneghel em uma cerimônia de luxo assim descrita pelo jornal Folha de Londrina:

O entardecer de um dia ensolarado, a natureza exuberante e a noite de lua cheia encantaram os convidados que circularam à vontade nos vários lounges distribuídos pela casa e áreas externas. A noiva, das mais belas da temporada, chegou em uma carruagem do século passado, usando vestido em gazar de seda pura off-white com detalhes em moulage, confeccionado por Aluisio Ferraz. Um véu em tule rendado com mais de cem anos, preso a um coque desestruturado, finalizava a produção de Carlinhos Vasconcelos. Hortênsias, lavandas, vasos e sousplats em tons de azul davam um toque provençal à decoração. (NASSIF, 2009)

O segundo filho é Ricardo Coury Meneghel, engenheiro agrônomo, empresário do agronegócio, competidor da modalidade laço em campeonatos de cavalos da raça Quarto de Milha e casado com a nutricionista Nathalie Spoladori Gonçalves Meneghel, em um eventos no mesmo nível dos noivos anteriores:

A fazenda Jaborandi, um dos redutos da família Meneghel em Bandeirantes, foi cenário perfeito para a troca de alianças [...]. Pouco mais de duzentos convidados se dividiram entre as salas de estar e jantar, e à beira da piscina, ambientes adornados por Bento Pieroli com flores do campo brancas. Um caminho de gipsófilas serpenteava a casa, formando uma nave até o altar, onde Padre Antônio abençoou os noivos. Nathalie recebeu elogios entusiasmados por sua beleza com o modelo em chantung de seda assinado por Osman Saucedo e produção do hairstylist Vânio Bitencourt (MACARINI, 2008)

3) Karla Meneghel Ferraz de Camargo, pecuarista, empresária, fundadora da galeria Camargo Vilaça (1992-), em São Paulo, é casada com Thyrso Ferraz de Camargo Jr<sup>274</sup>, empresário, pecuarista, conselheiro fiscal do Instituto Cultura Contemporânea e sobrinho do sócio da construtora Camargo Corrêa<sup>275</sup> (DOLCE, 2020). Seu pai foi sócio-diretor da Camargo

---

<sup>274</sup> Cf. BROTERO (2001) e LIMA (2006), a origem da família Ferraz Camargo tem origem com José Ferraz de Campos e Maria da Anunciação Camargo que tiveram o coronel José Ferraz de Camargo, nascido em Itu/SP e falecido em Piracicaba. Foi membro do Partido Liberal e exerceu muitos cargos oficiais, razão de sua nomeação a tenente-coronel da Guarda Nacional e depois coronel reformado, no período republicano. Casou-se com quatro mulheres e com elas teve quarenta e cinco filhos entre vivos e mortos.

<sup>275</sup> A Construtora Camargo Corrêa, ao longo de seus 80 anos de atuação executou mais de 500 grandes obras de infraestrutura, nas áreas de energia, saneamento, mineração, óleo e gás, portos, aeroportos, rodovias, sistemas de transportes e construções industriais, no Brasil e no exterior. Em 2015, os dirigentes da empresa foram condenados,

Correa; foi diretor-presidente da Jaú S.A. Construtora e Incorporadora; diretor-presidente do Veículos e Máquinas Agrícolas Platinense “VEMPLA S/A” e proprietário de terras no estado do Acre. Thyurso pai foi casado com Yolanda e moraram no bairro de luxo Jardim Europa, em São Paulo, em um palacete cópia do Palácio de Versalhes. Thyurso Jr. e Karla são donos de vastas propriedades rurais, como exemplo uma fazenda na Chapada dos Guimarães/MT com 25km<sup>2</sup> que foi, em 1985, objeto de ação de desapropriação indireta pois, segundo Nery (1985), “os índios Bakairi tomaram de assalto a fazenda dos autores [Thyurso, Karla e Renato Camargo]”; em Andirá/PR, são donos de 83.000m<sup>2</sup> destinados ao loteamento, terras no município de Sonoma (MS) - Fazenda Nossa Sra. Aparecida com 13,36 km<sup>2</sup>, entre outras.

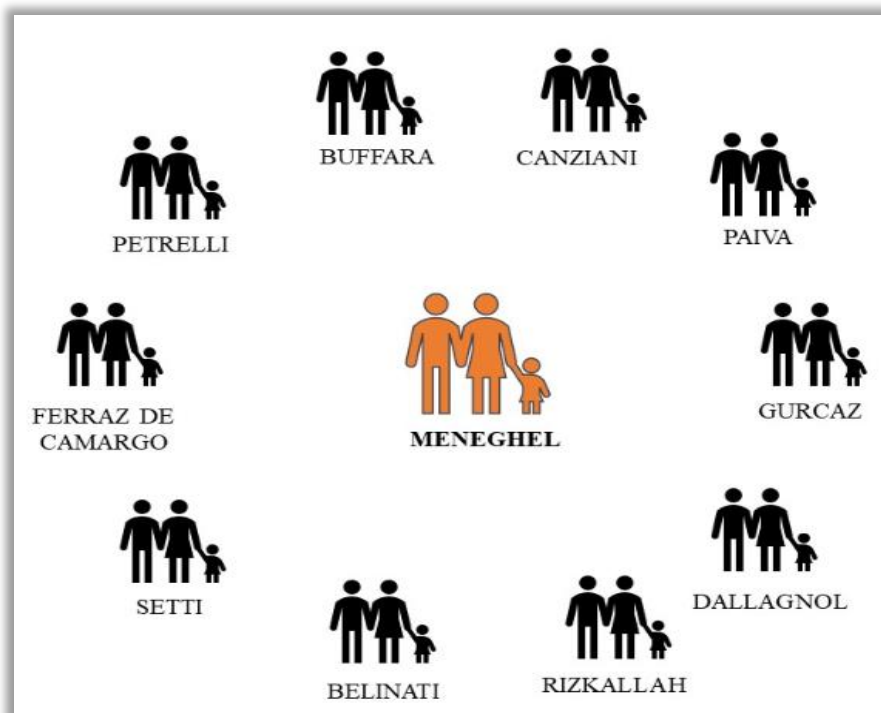
O casal tem os filhos Thyurso Neto, Thiago e Vitória Meneghel Ferraz de Camargo van den Berg. Essa é casada com Pedro Henrique Buffara van den Berg, sócio e diretor de investimentos da Catauí Investimentos (importante *player* do ramo imobiliário, com atuação em diversas obras, incorporações e shopping centers), sobrinho de Mônica Buffara, segunda esposa de Mario Petrelli)

Resumidamente, podemos observar que a longa genealogia dos Meneghel e a parentela que se formou em função dos diversos sobrenomes de destaque que cruzaram a trajetória de vida da família do “comendador” Luiz Meneghel (figura 36) vão se sobrepor ao capital econômico em restritos ramos de mercado, perpassando por empreendimentos imobiliários, alimentação, pecuária, energia e, principalmente, o agronegócio. A maior parte deles tem a terra como a principal fonte de exploração comercial.

---

em 1ª instância, por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e atuação em organização criminosa referentes a superfaturamento e pagamento de propina para obtenção de contratos de obras da Petrobras.

FIGURA 36 – DERIVAÇÕES FAMÍLIAS DOS MENEGHEL



FONTE: autor (2021)

#### 5.4.2 “A Rádio apaixonada por você”<sup>276</sup>

Próximo etapa será a análise midiática da família Meneghel, ou sendo mais objetivo, do ex-casal Serafim e Carlota, únicos que detinham capital midiático (Rádio *Yara FM*), até a morte de Tigrão que transferiu o espólio para o filho Serafim Junior.

O panorama da radiodifusão em Bandeirantes se restringe às rádios *Cabiúna FM* e *Yara FM*, que têm cobertura nos município limítrofes e em grande faixa do norte pioneiro. Existe também no município o jornal *Folha do Norte Paranaense* (impresso fundado em 2008, bissemanal com tiragem de dois mil exemplares que circula, além de Bandeirantes, em Itambaracá, Andirá, Santa Amélia, Santa Mariana e Cornélio Procópio.)

A Rádio Yara tem em sua direção Lucimara Paduan, pessoa de confiança de Carlota, braço da igreja católica na emissora, proprietária da Horeb Artigos Religiosos e Presentes (único anunciante na página da rádio na internet), esposa do diácono Valdecir Lucimara Paduan. Segundo Entrevistado 17 (2021), o segmento religioso era um dos maiores compradores de espaço na programação e um dos grandes patrocinadores.

<sup>276</sup> Slogan da rádio



A rádio tem grande influência na opinião pública local, os postulantes ao cargo de executivo local devem estar alinhados com o ideário manifesto pelos Meneghel da emissora. Dentro das grandes limitações já manifestas durante a pesquisa dessa família, principalmente no contexto comunicacional, pude detectar uma prática evitada de espuriedade típica do sistema de interesses mútuos do coronelismo eletrônico envolvendo a família do “Coronel”. Segundo Entrevistado 17 (op.cit), enquanto era funcionário da rádio, fazia serviços de assessoria de imprensa para o prefeito municipal, entre 2011 e 2013, a pedido da própria emissora e também já foi escalado várias vezes para ir à Câmara a fim de acompanhar as sessões e de divulgar enviesadamente e de forma laudatória ações discutidas em plenárias por alguns vereadores, em uma clara forma de manipulação noticiosa.

Outra prática ilegal pode ser identificada também em outra emissora, no município vizinho de Itamaracá, onde, desde 2009, “três ou quatro funcionários da Rádio Comunitária Vanessa FM, inclusive o diretor, são funcionários contratados pela mesma prefeitura municipal” (ENTREVISTADO 17, op.cit), contrariando as normas de que rádios comunitárias não podem ser subordinadas de qualquer maneira a outra entidade ou vinculada a qualquer governo, sem contar o uso de verba pública na contratação de recursos humanos em atividades diversas à administração municipal.

A manipulação noticiosa foi também uma prática existente na *Rádio Yara*, como casos empíricos podem ser citados os casos de apagamento das denúncias que chegavam, entre 2011 e 2013, sobre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Itamaracá que se tornavam inexistente após ligações telefônicas da elite local feitas para a direção da emissora.

A relação entre a Rádio Yara (cuja diretoria é da família Meneghel), a prefeitura (que tem forte vínculo com os Meneghel (o atual vice-prefeito - que já foi prefeito - é parente dos Meneghel) e a Usiban (da família Meneghel - maior arrecadador, maior contratante de funcionários na cidade, espaço de massa eleitoral e maior capital econômico) tem fortes indícios de haver arranjos de patrimonialismo e clientelismo que carecem de mais pesquisas futuras.

## 5.5 NAGIB CHEDE E A ORIGEM DOS RUDIMENTOS SISTÊMICO

Finalizando o périplo genealógico e biográfico das cinco famílias que este pesquisador se propôs a analisar, eis que nos debruçaremos agora sobre a família Chede. Inicialmente é importante fazermos duas observações prévias para darmos prosseguimento na análise da trajetória do protagonista dessa família, Nagib Chede Abraão. É relevante destacar que seu sobrenome é Abraão e Nagib Chede, prenome composto. Todavia, tanto ele quanto seus irmãos, são reconhecidos por Chede, mencionando o sobrenome apenas em documentos oficiais. Essa opção pode causar algumas associações errôneas dos (Chede) Abraão com a família de sobrenome Chede que vive no Paraná e em Santa Catarina (como por exemplo Dieb João Chede, Felipe Chede). A segunda observação é que a despeito do recorte temporal desta tese ser a partir de 1985, derivo neste quesito e analiso a trajetória de Nagib, personagem vivente exclusivamente fora desse recorte de tempo, mas que tem valor considerável de pioneirismo para o campo midiático paranaense e suas articulações com outros campos de poder, bem como a exposição de práticas rudimentares do coronelismo eletrônico (clientelismo e patrimonialismo) nesse espaço.

### 5.5. 1 A gênese de novos capitais

O casal libanês Chede Abraão e Rosa Daher Abraão veio para o Brasil em razão da presença de uma irmã de Abraão que já morava no país e que era casada com Jorge Barbosa, uma das mais ricas famílias de Paranaguá no início do século passado. O casal foi estabelecer residência no município de Palmeira<sup>277</sup>, em 1903, por intermediação do influente egípcio Nacim Bacila<sup>278</sup>, um dos “donos da cidade, mandava até na estrada de ferro.” (CHEDE, 1993). O patriarca era muito próximo da família libanesa Jafet, fundadora da paulistana Rua 25 de Março (1890), criadora do Hospital Sírio-Libanês (1921) e proprietária de onze usinas têxteis e siderúrgicas. Abraão foi um comerciante atacadista e distribuidor de tecidos para todo o estado

---

<sup>277</sup> Município localizado na região dos Campos Gerais, em torno de 85 km de Curitiba, com população estimada, segundo o censo do IBGE de 2010, de 33.757 habitantes. A cidade faz limite com Ponta Grossa, Campo Largo, Porto Amazonas, Lapa, São João do Triunfo, Balsa Nova e Teixeira Soares. No município, em 1890, foi instalada a Colônia Cecília, primeira comuna experimental baseada nas premissas do anarquismo no Brasil.

<sup>278</sup> Imigra para o Brasil na segunda metade da década de 1890, se estabelecendo em Mococa, São Paulo. Chega em Palmeira, entre 1893 e 1895, onde veio a se tornar um grande e rico comerciante de madeira, erva-mate, pecuária bovina, azeitonas, glebas de terra, terrenos urbanos e casas. Fundador do cinema em Palmeira, foi proprietário de terras em Palmeira, Guarapuava, Ponta Grossa e Campo Largo. (SAHD, 2007). Alguns integrantes dessa família ingressaram na vida política: Gabriel Bacila, prefeito de Palmeira (1935-1936); Solange Vera Bacila Acras, presidente da Câmara Legislativa Municipal em 1997; e Álvaro Bacila, vice-prefeito (2005-2008).

paranaense. Junto com Rosa tiveram seis filhos - João, Nagibe, Dahir, Tuffy, Nasila e Syria (figura 37)

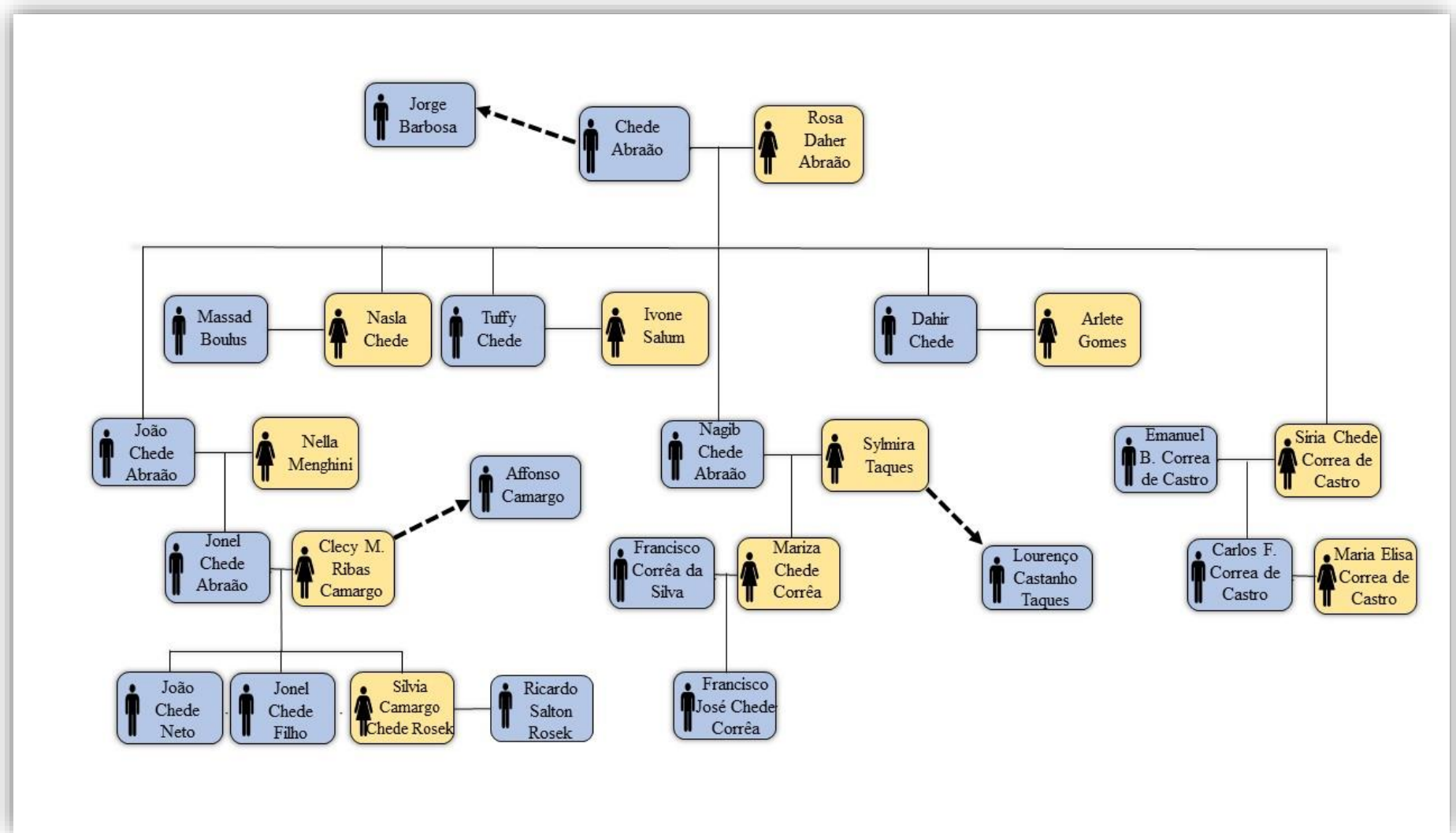
João Chede Abraão foi casado com Nella Menghini e juntos tiveram Jonel Chede. Nella é filha do comerciante imigrante italiano Rizieri Menghini e de Hermenegilda Menghini que tiveram mais seis filhos (Oscar, Romualdo, Nardo, Nello, Suzana e Antenor). João foi comerciante renomado e sócio da empresa Chede e Cia; presidente do Ypiranga Futebol Clube, time de futebol da sua cidade natal e prefeito de Palmeira, durante todo o mandato de seu amigo e padrinho político do interventor Manoel Ribas. A proximidade entre ambos pode ser exemplificada em diversas passagens, entre elas o episódio em que o capitão Catão Menna Barreto tentou depor João por meio de uma força armada das funções de prefeito ora empossado. Em resposta ao militar, Manoel Ribas envia-lhe um telegrama com o seguinte enérgico despacho:

Aconselho, em resposta ao vosso telegrama, a dedicar vossa atenção ao trabalho, não perturbando a tranquilidade e não tomando o tempo de quem cumpre com o seu dever. Recomendo ao Chefe de Polícia toda severidade com quaisquer elementos que persistam em suas ideias nocivas, em alarmar a população desse município. As pessoas que assinaram o telegrama supra serão responsáveis por qualquer alteração que chegue ao meu conhecimento. (O DIA, p.8, 1933).

João Chede foi também vereador e deputado estadual por dois mandatos (1947-1954), sendo que no primeiro certame, que teve o amigo Lupion vencedor ao cargo de governador, foi eleito o candidato mais votado (3.265) e o banqueiro Avelino Vieira, amigo da família, o quarto. Neste mandato, também foi nomeado presidente da Assembleia durante a Constituinte de 1947. Mais à frente, em 1970, foi indicado para ser conselheiro efetivo da Paranatur, Secretaria Estadual de Turismo.

O filho Jonel nasceu em Palmeira, foi graduado em engenharia química, especialista em siderurgia, gerente técnico da usina São José (pertencente à família Jafet), professor da Universidade Federal do Paraná, diretor do Clube Atlético Ferroviário, empresário do ramo hoteleiro e de varejo de combustíveis, presidente da Associação Comercial do Paraná (1998-2000), presidente do Movimento Pró-Paraná (2009-2015) e conselheiro do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), da Associação Brasileira de Investidores Minoritários do Grupo Bamerindus e do Centro de Convenções de Curitiba. Casou-se com Clecy Maria Ribas Camargo Chede, em 1963, tendo Frederico Jafet como padrinho. Da união

FIGURA 37 – GENEALOGIA DE CHEDE ABRAÃO (PAI DE NAGIB CHEDE)



FONTE: autor (2021)

nasceram João Chede Neto (empresário), Jonel Chede Filho (casado com Adriane Zelinski Chede) e Silvia Amélia de Camargo Chede Salton Rosek (casado com Ricardo Salton Rosek, gerente do Departamento de Gestão Tecnológica do Instituto Lactec, instituição que seu sogro é conselheiro).

Sua esposa Clecy, membro das tradicionais famílias Ribas e Camargo, é filha de Amélia Correia Camargo e Antenor Ribas Camargo, esse primo de Affonso Alves de Camargo, presidente do Paraná (1916-1920), que é filho de Pedro Alves da Rocha Loures e Francisca de Camargo e avô de Affonso Alves de Camargo Neto, deputado federal (1995-2011), senador (1979-1995), vice-governador (1964-1965), ministro dos Transportes (1985-1986) e das Comunicações (1991). O ramo familiar Camargo em razão de sua tradição histórica e amplitude numérica perpassa por outros nomes da sociedade paranaense, onde se encontram Heliantho Guimarães Camargo (desembargador e presidente TJ-PR), pai de Cresus Coutinho de Camargo (serventuário da Justiça, titular de cartório) e Clayton Coutinho de Camargo (desembargador e presidente TJ-PR) e avô de Fábio Camargo (vereador, deputado estadual, conselheiro e presidente do TCE-PR). Além disso, incluem-se mais remotamente alguns nomes: Francisco Solano Alves Camargo (coronel latifundiário de Guarapuava e irmão de Affonso Camargo), o padre convertido José Antonio de Camargo e Araújo<sup>279</sup> (tio paterno de Clecy e parente próximo de Heliantho), deputado provincial por dezoito anos, vereador por onze e presidente da Câmara da Vila de Palmeira, irmão do grande proprietário rural e comandante da Guarda Nacional em

---

<sup>279</sup> O padre José Camargo foi protagonista de um caso curioso e talvez inédito de reversão ao mundo secular, chegando a se assemelhar a um conto de folhetim que transcrevo em parte o texto de Luiz Romaguera Netto. “Em 1918, nasceu na Freguesia da Vila Nova da Palmeira [...]. Já era moço, quando seu irmão mais velho, Antônio de Sá Camargo (mais tarde Visconde de Guarapuava) propôs a seus pais que fosse enviado a São Paulo para estudar, de vez que todos os outros não tiveram essa oportunidade, sendo que ele demonstrava pendores pela vida eclesiástica. Os anos se passaram e, finalmente, em 8 de dezembro de 1848, assume a Paróquia da Freguesia o padre Camargo, coroando de êxito todas as expectativas da família, que queria ver o filho e irmão à frente da igreja. A alegria foi imensa! A vida corria normalmente, quando, um belo domingo, ao officiar a santa missa, notou linda menina moça, desconhecida de todos da cidade [...]. A menina moça despertou dentro dele o desejo, acendendo a paixão. Assim, soube, desde a primeira vez que a viu, que o amor tinha lhe tocado, mexido com o seu mais íntimo sentimento. Gertrudes (esse era o seu nome), com o coração batendo apressadamente, dirigiu-se ao confessorário, sem saber exatamente o que fazer. Daí para frente, contam que o confessorário, ficou sendo o ponto de encontro dos dois. Foi assim que conheceu a intenção dos pais dela em realizar o seu casamento com um dos rapazes da Colônia de São Leopoldo — RS, filho de amigos e companheiros desde a viagem da Alemanha para o Brasil. Como ela não queria isto, tinha vindo com um tio e dois de seus irmãos para a 5a Província de São Paulo. O noivo, não se conformando, veio atrás da prometida para oficializar o enlace. Alguns dias antes do casamento, ela foi ao confessorário, onde declarou o seu amor pelo padre. Combinaram então a fuga para viverem juntos. Ele vacilou... e, na hora H, celebrou o casamento de Gertrudes com o outro, iniciando-se uma grande festa com um baile. José Antônio com o coração partido e vendo a tristeza da noiva, ao sair lhe confidenciou que, quando todos estivessem entretidos com o baile, viria lhe buscar. À noite, montado em seu cavalo, aproxima-se da casa. Lá estava Gertrudes a lhe esperar. Dando-lhe a mão, ajuda-a a montar em sua garupa e, cobrindo-lhe com uma longa capa, partem a galope afastando-se da casa, ao encontro de seus destinos. Esta história — que parece irreal - aconteceu no ano de 1849 na Freguesia da Palmeira e foi o início de uma grande parte da família Camargo no Paraná”. (ROMAGUERA NETTO, 2014).

Guarapuava, Antônio de Sá Camargo (visconde de Guarapuava), coronel chefe da Guarda Nacional no Paraná, que é neto dos fundadores de Palmeira e genro do barão e da viscondessa de Tibagi, Querubina Marcondes de Sá). É interessante destacar que Dircéa Ribas Petrelli (primeira esposa de Mario Petrelli) tem vínculos já analisados com as famílias Ribas e Camargo, bem como Paulo Bernardo Camargo da Veiga (ex-genro de Francisco da Cunha Pereira Filho).

Com relação aos outros filhos, a obtenção de dados mais apurados foram exíguos - Tuffy Chede foi casado com Ivone Salum Chede; Dahir Chede, médico em São Pulo, foi casado com Arlete Gomes Chede; Nasla Chede foi casada com Massad Boulus<sup>280</sup> e Syria Chede Correa de Castro, tida como a grande dama da filantropia paranaense, foi casada com Emmanuel Bittencourt Correa de Castro, superintendente de alto escalão do Banco do Brasil, e tiveram Carlos Fernando Correa de Castro – advogado formado pela UFPR (1960), advogou para o Banco do Estado do Paraná; professor titular de Direito Civil e diretor da Faculdade de Direito da PUC-PR; presidente do Instituto dos Advogados do Paraná (1983-1985); juiz do TRE-PR por quatro mandatos e presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-PR.

#### 5.5. 2 “Toma lá dá cá” e a TV no Paraná – o início dos arranjos da política de comunicações

O último filho de Chede e Rosa a ser estudado é o protagonista da genealogia Chede, Nagibe Chede Abraão – nascido em Palmeira, formou-se em Direito pela Universidade do Paraná, turma de 1935, ingressou na OAB (nº de registro 209) e trabalhou inicialmente com corretagem de seguros e direito tributário por doze anos. Foi descrito à época como “um homem, com uma fortuna laboralmente construída, através de suas empresas específicas, e sendo uma das mais elevadas expressões das *classes conservadoras paranaenses*.” (A DIVULGAÇÃO, p. 17, 1961, grifo meu). Foi casado com Sylmira Taques Chede, descendente da tradicional família Taques<sup>281</sup>, com que teve Mariza Chede Correia. Essa é casada com o advogado Francisco José Correia da Silva, filho do renomado advogado gaúcho José Correia da Silva com Jurema Lopes Correia da Silva.

---

<sup>280</sup> Foram encontradas somente as seguintes informações sobre Mossad, “Michael Boulos, the son of Lebanese business tycoon Massad Boulos, grew up in Nigeria, where his father runs Boulos Enterprises and SCOA Nigeria, a multi-billion-dollar conglomerate that trades in vehicles, equipment, retail and construction.” (ARAB NEWS, 2019). No entanto não pude validar ser o mesmo.

<sup>281</sup> Seus pais foram o coronel Veterinário Sylvio Ribeiro Taques e Almira Barth Taques. Família tradicional que atravessou toda a historiografia brasileira desde o período colonial com o bandeirante Lourenço Castanho Taques, perpassando por Pedro Taques de Almeida Pais Leme, tetraneto de Brás Cubas, o coronel, prefeito de Tibagi e deputado estadual José Borges Taques Filho, entre outros mais. Ver Negrão (1946, v.5)

A trajetória de vida de Nagibe teve aderência entre os campos jurídico e midiático, tendo esse mais projeção e pioneirismo, todavia essa sobreposição o fez adquirir capitais que o permitiu transitar entre diversos espaços de decisão e ampliar seus laços sociais e vice-versa.

Logo após concluir o curso de graduação, foi nomeado para o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário (1935-1946) por intermédio do seu amigo e interventor do Paraná Manoel Ribas<sup>282</sup> que requereu exitosamente ao Ministro da Educação do governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema.

Em 1935 quando eu me formei e em seguida me casei, era muito amigo do interventor daquela época, falecido Manoel Ribas. Um dia ela me chamou, “você casou e precisa ter um emprego fixo, veja aí o que você quer”. Eu saí à procura e me informaram que a Inspetoria Federal de Ensino Secundário do Colégio Marista estava vaga, eu não me lembro bem o ex-titular que saiu. Aí eu voltei lá e disse, “Seu Ribas, tem uma vaga assim, assim, assim., isso depende exclusivamente da nomeação do Presidente da República através do Ministério da Educação”. Ele imediatamente fez um telegrama ao Ministro da Educação [...] e não demorou quinze dias para o Getúlio me nomear para a função.” (CHEDE, 1985).

Sua vida midiática teve seu epílogo ainda nos bancos universitários, no jornal estudantil *O Combate*. No entanto, sua trajetória na comunicação comercial se iniciou em 1948 quando fundou a Sociedade Rádio Emissora Paranaense Ltda., em São José dos Pinhais, município vizinho a Curitiba, a quarta<sup>283</sup> emissora do estado, com o apoio do deputado federal e amigo Lauro Lopes<sup>284</sup> que intermediou junto ao governo federal essa concessão. Anos seguintes, o estúdio da emissora foi transferido para a capital paranaense.

Em razão do término da gestão do interventor, Chede foi um dos coordenadores da campanha sucessória de seu amigo de longa data Moises Lupion (um dos seus clientes quando advogava) na vaga de Ribas, atitude esperada face às ajudas por ele recebido e pela relação de proximidade entre ambos, bem como seu irmão João Chede foi o deputado estadual mais votado, tornando-se em seguida líder do governo e presidente da Assembleia.

---

<sup>282</sup> “Maneco Facão”, filho do Comendador Augusto Lustoza de Andrade Ribas e de Maria Conceição Branco de Carvalho, foi eleito prefeito de Santa Maria/RS (1928-1932), época que Getúlio Vargas era governador do Rio Grande do Sul. Durante o período getulino na presidência permaneceu durante quatorze anos à frente do governo paranaense como interventor nos períodos de 1932 a 1934 e de 1937 a 1945 e como governador entre 1935 e 1937, tornando-se até o hoje o governante de mandato mais longínquo.

<sup>283</sup> Atrás das Rádios Clube, Guairacá e a Marumby na sequência.

<sup>284</sup> Promotor Público nos municípios catarinenses de Ouro Verde e Canoinhas e Curitiba; Curador de Órfãos, Ausentes e Interditos em Curitiba; Chefe de Polícia do Paraná (1930-1934); Deputado Federal entre 1935-1939, tendo também renunciado ao mandato na legislatura 1951-1955 para assumir o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, em out.1954, chegando a ser vice-presidente da Corte.

A troca de favores entre os protagonistas desses fatos acima narrados encontrou de forma pioneira reverberação no interior do campo midiático, inclusive em capítulos ainda iniciais da história da radiodifusão no estado paranaense. Abaixo segue um trecho de uma entrevista com Nagib que comenta a cessão da coisa pública em forma de benesse privada por ocasião da exitosa campanha eleitoral de seu amigo Lupion, em 1947:

Ele [Lupion] foi muito correto comigo. Eu o ajudei muito na campanha dele. Inclusive através do meu irmão [João Chede, que tinha prestígio político]. Eu me lembro [...] que logo que o Tribunal [Regional Eleitoral] anunciou a vitória dele, a primeira pessoa que ele chamou fui eu e dissera: “- Nagibe, é a primeira pessoa que estou chamando para saber o que você quer, certo? O que você quer do meu governo?” Eu disse, “só vou te pedir uma coisa, que você faça meu irmão presidente da Assembleia [Legislativa do Paraná]” (risos), que foi inegavelmente o deputado mais votado. E ele fez. Ele foi o presidente da Assembleia. Foi a única coisa que pedi [...].(CHEDE, 1993).

Em seguida, foi convidado pelo governador para concorrer a uma vaga no Tribunal de Justiça. Ele seria escolhido entre os nomes de uma possível lista tríplice. No entanto, declinou porque era proprietário de emissora, sendo substituído pelo seu amigo Lauro Lopes.

Outro diálogo curioso de viés de patrimonialismo marcante e decisivo na trajetória de Chede na estrutura do Estado, ocorreu ainda em 1947, quando foi nomeado juiz auditor do recém-criado Tribunal de Contas do Estado (TCE), permanecendo na instituição até sua aposentadoria, em 1964:

Eu me lembro uma ocasião, era aniversário de Dona Ermínia [esposa de Lupion], Moises chamou minha falecida esposa e disse: “- Olha Dona Sylmira, eu quero dizer para a senhora, eu não sou ingrato, eu tenho oferecido tanta coisa para seu marido e ele não tem querido”. E ela disse: “- Olha, governador, no dia que tiver uma vaga no Tribunal de Contas ele aceita”. E aconteceu isso... (risos). *Não pedimos mais coisa nenhuma.*[...] Eu estava no Hotel Esplanada em São Paulo e recebi um telegrama dele: “Acabo de te nomear juiz do Tribunal de Contas”. *Você vê a correção dele!*. (CHEDE, 1993, grifos meus).

Em razão da sua nomeação no TCE, Nagibe passou a ser impedido legalmente de ser sócio ou acionista de empresas de radiodifusão. A solução encontrada foi transferir as suas empresas para o nome de sua esposa Sylmira Chede.

Em um gesto contraditório ao dispositivo jurídico que impede um agente público ter vínculos formais com empresas de comunicação, em 1962, cofundou a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV que tem entre seu escopo legal a defesa dos interesses ”das



emissoras de radiodifusão, suas prerrogativas como executoras de serviços de interesse público [...]; postular a adoção de medidas legais e judiciais de proteção e *amparo aos interesses morais e materiais da radiodifusão*”.(ABERT, 2020, grifo meu).

Estima-se que essa atitude de escamoteamento tomada por Chede, ora sendo um integrante do Estado “preocupado” com o cumprimento legal ora legislando em interesse próprio e da categoria patronal, pode ter sido o primeiro emprego de prepostos, vulgo “laranjas” no campo midiático paranaense que viria a se tornar uma prática colabada às políticas de comunicação e ao seu indissociável sistema do coronelismo eletrônico.

Em 1954, o presidente Café Filho veio a Curitiba para a inauguração da sede do governo paranaense. Na solenidade Nagibe Chede entregou ao presidente uma lembrança da visita. Na sequência pediu a liberação de uma onda curta para sua emissora Rádio Paranaense. Pouco tempo depois a nova concessão transmitiria também para todo o país. (JAMUR JUNIOR, 2004).

Em 1955, foi inaugurada mais uma emissora de sons, a Rádio Curitiba, ampliando seu grupo (Organizações Nagib Chede) para duas emissoras com quatro frequências diferentes - nas faixas de onda curta (Paranaense), onda média (2, Paranaense e Curitiba) e frequência modulada (Paranaense). O conglomerado passou a ter grande repercussão na capital, tanto que no episódio sobre a votação do aumento do funcionalismo público estadual ocorrido, em julho de 1959, na Assembleia Legislativa, a emissora cobriu *in loco* das 14h às 22h o certame e obteve uma audiência perto dos 90%. (CORREIO DO PARANÁ, p. 4, 1959).

Em razão novamente da sua amizade com o governador Moisés Lupion, pertencente ao grupo político de outro amigo seu, Manoel Ribas, conseguiu que o primeiro marcasse com Juscelino Kubitschek uma audiência no Palácio Guanabara, em 1959, para requerer a primeira concessão de televisão do estado e da região Sul e a quarta do país. Pedido esse que foi aceito de imediato pelo mandante federal e operacionalizado<sup>285</sup> pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio, outro amigo de Nagib de longa data.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> Em dezembro de 1959 foi assinado o decreto presidencial outorgando a concessão da TV Paranaense. No mesmo mês foi assinado e publicado o contrato entre o Ministério de Viação e Obras e a emissora que foi registrado em 5 jan. 1960 no TCU. A Comissão Técnica de Rádio (CTR) aprovou as condições técnicas do local e dos equipamentos por meio do Parecer nº 286, 12 maio 1960 e finalmente a Portaria Ministerial de Viação e Obras Públicas nº 100, de 19 de maio, homologou o parecer da CTR e autorizou o início das transmissões. (A DIVULGAÇÃO, p.17, 1960). Todo processo não durou seis meses.

<sup>286</sup> Futuramente em 1961, o então senador JK receberia o título de Cidadão Honorário pela Câmara Municipal de Curitiba. Nesta ocasião, Juscelino visitaria Nagib Chede e concederia uma entrevista exclusiva ao Canal 12. O jornal A Divulgação assim descreveu o comportamento do dono da emissora: “ O dr. Nagibe Chede, diga-se de passagem sempre se manifestou amigo e admirador do ex-presidente da República, de quem sempre recebeu

Essa prática pioneira de interferência presidencial no processo de concessão de emissora no Paraná e de moeda de troca no jogo de barganha política (característica tradicional e precursora do coronelismo eletrônico) durou até 1988, quando a decisão passou a ser dividida com o Congresso Nacional.

Quando ficou confirmado que a TV Paraná (Canal 6), dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, entraria no ar em dezembro daquele ano, Nagibe decidiu antecipar a inauguração do Canal 12 para 30 de outubro de 1960, de forma improvisada e sobretudo pioneira. A operacionalização da TV Paranaense requereu aporte financeiro que Chede não tinha, sendo necessário vender a Rádio Curitiba e ainda pedir empréstimo bancário ao seu amigo Avelino Vieira, presidente do Banco Comercial do Paraná (instituição depois incorporada pelo Bamerindus).

No mesmo ano da estreia da TV, foi eleito presidente do Graciosa Country Club (1960-1961), espaço de lazer da elite tradicional curitibana e de fonte noticiosa das principais colunas sociais dos periódicos locais.

Após sua aposentadoria no TCE, retornou ao campo midiático formalmente, restabelecendo como acionista de direito as suas emissoras, além de ter sido eleito primeiro secretário do Sindicato das Empresas de Radiodifusão do estado do Paraná (1964- 1966), sendo suplente no mandato seguinte.

Em 1969, vendeu de forma majoritária a TV Paranaense para Francisco Cunha Pereira, Edmundo Lemanski e Adolfo de Oliveira Franco, por dois milhões de cruzeiro novos (o que correspondia à época quase dezessete mil salários-mínimos), em razão de dificuldades financeiras e carência de programação. Após a negociação, Chede conseguiu junto ao Ministério das Comunicações que as concessões das três frequências migrassem da Rádio Paranaense para a Rádio Universo que foi vendida para o pastor Davi Miranda, da Igreja Pentecostal Deus é Amor, em novembro de 1982.

Nagib e João foram, de fato, os personagens da família (Chede) Abraão de maior destaque estadual e de poder simbólico, a ponto dos seus nomes estarem materializados em diversos espaços públicos, em uma forma de dominação simbólica:

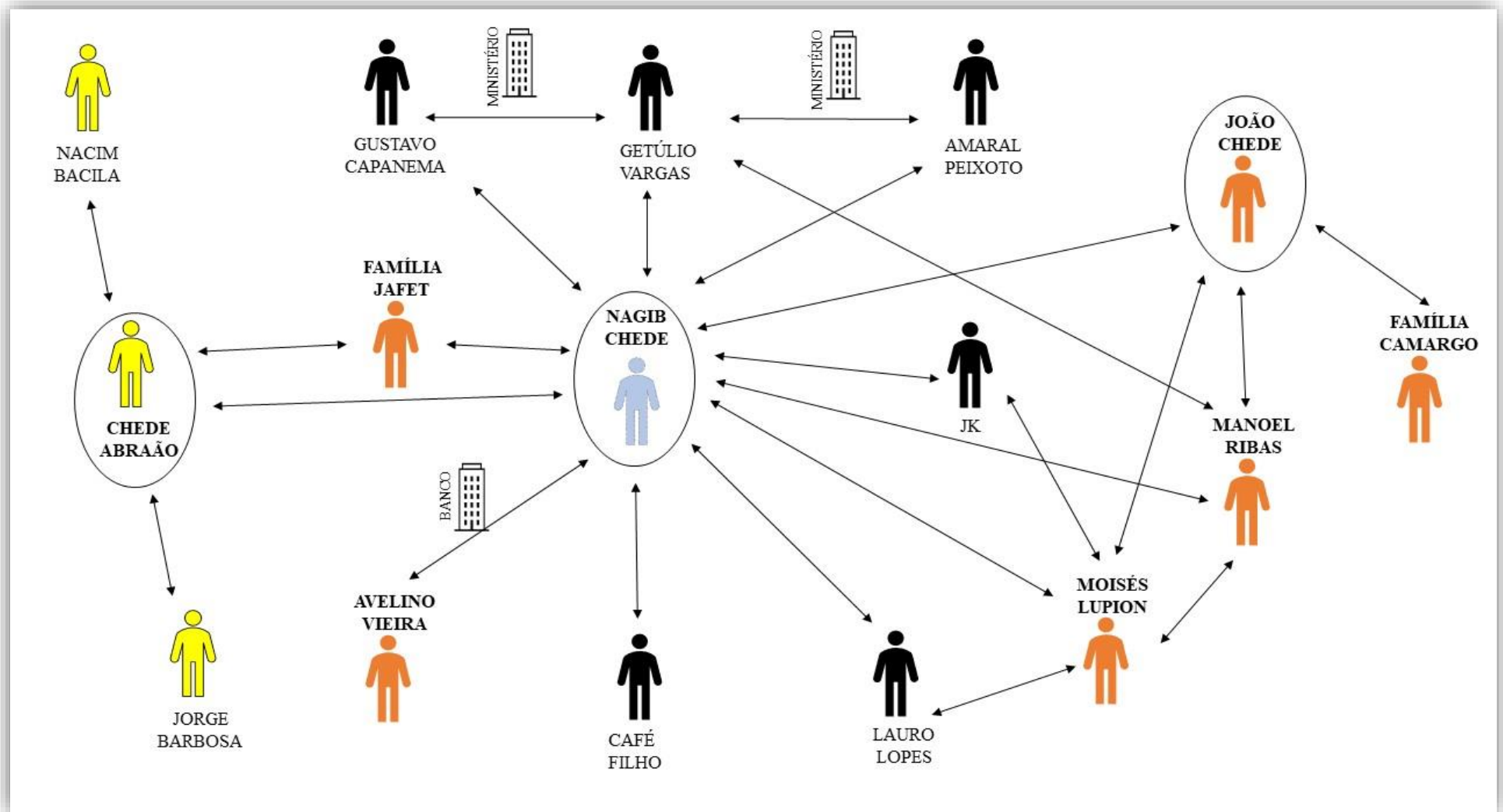
---

inequívocas demonstrações de apreço e solidariedade, no transcurso de seu benemérito governo [...]” (A DIVULGAÇÃO, p. 19, 1961).

- Rodovia deputado João Chede (PR-151), entre Ponta Grossa e Palmeira;
- Estádio João Chede, em Palmeira;
- Rua João Chede, em Curitiba;
- Praça João Chede, em Porto Amazonas;
- Prédio João Chede (sede da Parantur), em Curitiba;
- Escola Rural Municipal João Chede (desativada), em Mandirituba;
- Prédio do Fórum Eleitoral Nagib Chede, em Palmeira;
- Jardimete Nagib Chede Abraão, em Curitiba.
- Edifício Chede, em Curitiba

Concluindo essa família, que se destaca pelo pioneirismo midiático mas que de forma paradoxal tem pouco enfoque nas pesquisas sociológicas e até mesmo comunicacional, é interessante, aos moldes dos itens anteriores, demonstrar de que forma a parentela e seu arranjo flexível são importantes na formação da rede de interesses e de sobreposição de capitais (figura 38)

FIGURA 38 – ESTRATO DA REDE DE PARENTELA, INFLUÊNCIA E PODER DE NAGIB CHEDE



FONTE: autor (2021)

NOTA: NACIONAL REGIONAL LOCAL

Por fim, finalizo essa pesquisa sobre o coronelismo eletrônico e a inserção das cinco famílias nesse arranjo sistêmico, demonstrando como seus atores parentais e famílias se distribuem de acordo com os diversos capitais que adquiriram, bem como a notável e evidente sobreposição de campos e de recursos de legitimação de poder (quadro 33).

QUADRO 33 – RESUMO DOS CAPITAIS FAMILIAIS E PARENTAIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

ESPAÇOS DE PODER	PETRELLI	MASSA	CUNHA PEREIRA	CHEDE	MENEGHEL
Vereador	★	★❤	★❤	❤	★❤
Deputado Estadual	★	★❤	★❤	★❤	★
Deputado Federal	★	★❤	★❤	★	★
Senador	★	★	★❤	★	★
Secretário Municipal	-	★	❤	-	❤
Secretário Estadual	★❤	★❤	★❤	❤	★
Prefeito/Vice-prefeito	★❤	★	★❤	★	❤
Governador/Vice	★	★❤	★❤	★	★
Ministro de Estado	★	-	★❤	★	-
Presidente da República	★	★	★	★	-
TCE/TCU/TRE	❤	-	★❤	★	-
Magistratura/TJ/STJ/STF	★❤	-	★❤	★	-
Cartório	-	-	-	★	-
Diretoria de Sindicato	❤	-	★❤	❤	❤
Diretoria de Banco	❤	-	★	★	-
Diretoria de Clube Social	-	-	★❤	❤	❤
Diretoria de Associação	❤	★	★	★❤	❤
Diretoria de Clube/Federação Esportiva	★	-	★	❤	★❤
Diretoria de Companhia de Seguros	❤	-	-	-	-
Diretoria Estudantil	❤	-	❤	❤	-
Docência Universitária	❤	-	❤	❤	★
Reitoria	-	-	❤	-	❤
Diretoria Instituição Classe	❤	-	❤	-	❤
Militar Exército/Guarda Nacional	★❤	-	❤	★	-
Religioso	❤	-	★❤	-	★

FONTE: autor (2021)

★ Parentela

❤ Família consanguínea

NOTA: o símbolo representa que houve uma ou mais pessoas da família consanguínea ou da parentela (amigo próximo, primo distante, afilhado político, padrinho político) que estava(m) inserido(s) nesse espaço de poder. Alguns nomes repetiram (e seu correlato símbolo também) porque ocuparam várias funções

Desta forma, podemos observar cinco famílias detentoras de diversos capitais, entre eles o midiático. Cinco famílias selecionadas prioritariamente pela sua trajetória na comunicação. No entanto, ao final dessa pesquisa pudemos verificar que Petrelli, Cunha Pereira e Chede têm marcas de similitude, a prosopografia dessas parentelas transitaram pelos mesmos locais de decisão e de poder, por postos de dominância e seus locais periféricos, pelas mesmas instituições de ensino e de lazer, forjando um marca que pode ser projetada para o locus estadual. Os Massa considero estar em uma posição de transição, Ratinho pai é um outsider, mas após seu ingresso no cotidiano dos Martinez e na política federal, além da trajetória de sucesso político de seu filho, projeto seu ingresso na categoria nova elite em breve, basta ver os passos dos filhos e netos ao encontro do habitus de classe dominante. Já os Meneghel (os de Bandeirantes), são uma família que mais tem proximidade como os coronéis do agreste nordestino, têm força regional e para além do estado paranaense em algumas cidades no Centro-Oeste, detentora de grande fortuna, protagonista no ramo da pecuária e do agronegócio, são latifundiários que se localizam na elite regional, mas lá se restringem. Frequentam os locais da classe dominante municipal, tem influência na política local, na rádio e no cotidiano social (Usiban é uma empresa contratante de grandes efetivos), mas a genealogia não encontra tantas sobreposições de poder com o Estado, como nas três primeiras famílias.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coronelismo eletrônico é um fenômeno sistêmico rico e plural que abarca diversos campos do saber, envolvente e demandante de mais discussões e de estudos regionais. Ultrapassa a interpretação errônea da simples introjeção ao campo comunicacional, de forma abrupta e descontextualizada. Ele é uma adaptação, uma ressignificação às novas maneiras de produzir consenso e hegemonia, tendo os meios de comunicação como um dos entes nesse jogo de tensões econômicas, sociais e políticas. Carrega consigo traços pontuais e indelévels da obra de Victor Nunes Leal e de sua estrutura de arranjos pré-varguistas. O coronelismo original é datado em seu tempo original, não o extrapola, mas se dilata em ressignificação, em novas gramáticas e novos contextos, tornando-se um novo conceito, tendo em vista que se insere em um novo campo, em um novo modelo, em outra época e com agentes e contextos sociais díspares ao seminal.

O homônimo eletrônico é característica marcante do sistema da radiodifusão nacional e encontra seu sustento existencial desde o período da redemocratização no país e no estado paranaense, época essa que foi um ponto de inflexão entre o tradicional clientelismo (cenário no qual o patrão é o Estado e o cliente é o mercado; e que a relação de poder era verticalizada e assimétrica, tendendo bem mais para o primeiro) e um “novo” clientelismo no qual as relações de poder nas tratativas tenderam a ser “mais horizontais” e mais equilibradas. O marco histórico dessa nova relação ocorreu quando o político radiodifusor Antônio Carlos Magalhães, pessoa de relacionamento privilegiado com Tancredo Neves, recém-eleito presidente da República, e de grande proximidade com o empresário midiático Roberto Marinho, dono da Rede Globo, foi indicado para ser o ministro das Comunicações. Dessa nova relação informal se iniciou um grande jogo político tendo as concessões de radiodifusão a principal moeda de barganha política em favor de interesses eleitorais.

Essas relações de conluio político-midiático se expandiram nacionalmente e fizeram surgir no campo comunicacional grandes redes de rádio e tv que ficariam de posse de poucas famílias e que viriam a aumentar o número de emissoras afiliadas e o grau de cobertura de sua programação. O mercado midiático paranaense replicou majoritariamente o contexto nacional, vindo a surgir um quadro de oligopolização, concentração de poder em um nível entre moderada e alto e limitações polifônicas, o que pode ser validado pioneiramente por meio de mensurações utilizando técnicas da microeconomia (HHI, CR e MOCDI).

As relações de clientelismo e patrimonialismo do coronelismo eletrônico sobrepostas à deontologia jornalística e às práticas espúrias envolvendo agentes dos campos midiático e político puderam ser observadas em diversos casos empíricos de forma silente, recorrente e semelhante entre as cinco famílias selecionadas como corpus da pesquisa.

Trouxe para além do escopo analítico inicial do coronelismo eletrônico (as suas características estruturais da circunscrição temporal e as relações de clientelismo e patrimonialismo) a contribuição da utilização da família e da parentela como lógicas para manutenção do status e sustentação do poder de agentes pertencentes a espaços diversos de disputas e em alinhamento com a estrutura de Estado, em um quadro de simbiose e dependência.

Neste contexto, corroboro com o aforismo de Ricardo Oliveira - família importa! É engrenagem da trama política, ela faz parte da estratégia de ingresso e de manutenção no campo político. Política é um negócio de família e em família. Essa organização social, responsável pela manutenção da desigualdade social, vai se adequando aos novos arranjos políticos, vai se aproximando das novas práxis a fim de expandir seu poder, atravessa várias instâncias de Estado e se mistura na diversidade de capital, poder e conexões. Família e parentela explicam não só fenômenos social, mas as interconexões de poder com o Estado e, por conseguinte, com a política (e principalmente a pequena política gramsciana).

Entender a família passa pelo seu estudo biográfico e genealógico, pois essa metodologia está inserida em uma estrutura de poder e de política em longo prazo, contribuindo para o não esquecimento e para a manutenção da memória coletiva da práxis da parentela e da família dominante. Possui uma importante característica de solidariedade tanto para os chefes quanto para os seus componentes, tendo em vista que as famílias conjugais e as extensas em números, a despeito da independência econômica e da autossuficiência, tinham uma proteção econômica amparando possíveis negócios inviáveis feitos pelos seus integrantes, além de ser um grande canal de transmissão de aspectos culturais e de identidades

Da mesma forma, a parentela ganha seu protagonismo nesse sistema eletrônico pois extrapola as simples ligações consanguíneas e os restritos núcleos familiares e vai encontrar vínculos resistentes e de confiança em relações de interesses nos amigos de infância, nos afilhados religiosos ou seculares, nos parentes distantes, nos companheiros de viagem, nos padrinhos políticos e naqueles que convivem rotineiramente, montando assim uma estrutura flácida dotada de interesses pessoais e muitas vezes de tramas espúrias. Essa rede de poder e de interesses muitas das vezes se articulam na prática por meio de ações, experiências acumuladas,



posições relativas no local de pertencimento e comportamentos autônomos e intuitivos pelos seus agentes no campo, criando um tipo de habitus de estamento de classe dominante, envolvendo o interesse privado do parentesco e as estruturas públicas

A inserção da parentela como um dos fatores estruturantes ao coronelismo eletrônico contribui de forma relevante na construção do caminho epistemológico desse conceito, permite um avanço discreto, porém acredito que as relações parentais são recursos preciosos para compreendermos a eficiência, o escamoteamento e a dinâmica das relações sobrepostas de clientelismo e patrimonialismo ora analisadas. Parentela é peça essencial na reprodução sistêmica do coronelismo eletrônico, é um dos eixos basilares de sua sustentação.

Por fim, o coronelismo eletrônico é um conceito, uma realidade vivente no estado paranaense, que nos fornece recursos metodológicos alternativos, por meio da genealogia, da biografia e do método de identificação do sistema proposto pelo autor, mapear, traçar conexões e entender os motivos desses vínculos públicos-privados entre o Estado, mídia, família e parentela em querelas nada rastaqueras.

## REFERÊNCIAS

- ABERT. Associação das Emissoras de Rádio e TV. **Missão**, 2020. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/quemsomosnew/diretoria/missaoabert.html>. Acessado em: 18 jan. 2021.
- ABRAMO, C. **Compra de votos nas eleições de 2006: corrupção e desempenho administrativo**. São Paulo: IBOPE, 2007.
- ABREU, C. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- A DIVULGAÇÃO. **TV Paranaense – Canal 12, da Emissora, uma pujante realidade**. A Divulgação, nº 146, p.16, maio 1960.
- \_\_\_\_\_. **Nagibe Chede: pioneirismo na radiofonia paranaense**. A Divulgação, nº 156, p.17, mar.1961.
- \_\_\_\_\_. **Juscelino Kubitschek na TV Canal 12**. A Divulgação, nº 165, p.24, dez.1961.
- AGÊNCIA SENADO. **Novos integrantes do Conselho de Comunicação Social tomam posse no dia 8 de agosto**. Disponível em: [encurtador.com.br/agkFZ](http://encurtador.com.br/agkFZ)>. Acessado em: 7 jun. 2020.
- AIRES, J. **O coronelismo eletrônico e a mídia regional | Ver TV | TV Brasil | Notícias**, 24 mar. 2016. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/post/o-coronelismo-eletronico-e-a-midia-regional>>. Acessado em: 30 out. 2018
- AIRES, J.; SANTOS, S. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. 1a edição ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2017.
- ALBUQUERQUE, A.; PINTO, P. O inferno são os outros: mídia, clientelismo e corrupção. **Revista FAMECOS**, v. 21, n. 2, p. 541–562, 10 set. 2014.
- ALEP. **Assembleia Legislativa do Paraná - José Ferreira do Amaral**, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/jose-ferreira-do-amaral>>. Acesso em: 22 nov. 2020
- ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no poder local. **IPEA: Textos para discussão**, p. 1–39, 2012
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ALVES, A. Clientelismo eleitoral e coronelismo político: estudo de um pequeno município paranaense. In: CODATO, A.; SANTOS, F. (Eds.). **Partido e eleições no Paraná**. Comemorativa: 60 anos. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral, 2006. p. 147–169.
- AMORIM, P. **O quarto poder: uma outra história**. 1a ed. São Paulo: Hedra, 2015.
- ANCINE. **TV Aberta – Informe Anual 2016 (01/01/2016 a 31/12/2016)**, 2017. Disponível em: <[https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe\\_tvaberta\\_2016.pdf](https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ANDRADE, E. **Democracia, orçamento participativo e democracia: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre – RS e Blumenau – SC**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas)—Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005.

A NOITE. **Remetido ao Tribunal de Segurança**. A Noite, 6. set. 1940, p.3. Disponível em: [encurtador.com.br/huY27](http://encurtador.com.br/huY27). Acesso em: 18 fev.2021

ANTONELLI, D. **Cidades “caçulas” ainda dependem da União** | Gazeta do Povo, 2016. Disponível em: < [encurtador.com.br/jrQT3](http://encurtador.com.br/jrQT3)>. Acesso em: 17 out. 2018.

ARAÚJO, B. A transferência de outorgas de radiodifusão e a comercialização de tempo de programação. **Revista de Direito Administrativo**, v. 268, p. 249–292, 2015.

ARAB NEWS. **Tiffany Trump poses with Lebanese boyfriend**. Arab News, 2019. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/1431716/art-culture>. Acesso em: 24 jan. 2021.

ARRUDA, R.; TEIXEIRA, H. **Richa o político**. Curitiba: Independente, 2010.

ATKINSON, M.; MANCUSO, M. Edicts and etiquette: Regulation conflict of interest in Congress and the House of Commons. **Corruption and Reform, An International Journal**, v. 7, p. 1–18, 1992.

AVELINO FILHO, J. **Estudo aponta que clientelismo pode melhorar certas políticas públicas - e piorar outras**. Terra, 2018 Disponível em: < [encurtador.com.br/vyD67](http://encurtador.com.br/vyD67) >. Acesso em: 25 fev. 2020.

AZEVEDO, R. No Ratinho, Lula rói a Lei Eleitoral, os fatos, as instituições, o decoro, o bom senso... É o passado que insiste em não passar; é a rabada privada paga com a rabada pública! **Veja**, 1 jun. 2012.

BADDIKIAN, B. **The new media monopoly**. Boston: Beacon Press, 2004.

BAHIA, L. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BALANÇO GERAL. **Esclarecimento sobre o vídeo do empresário Luciano Hang**. Joinville NDTV, 1 set. 2018. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/nota-de-esclarecimento/>>. Acesso em: 18 jul. 2020

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia e Política**, n. 21, p. 83–108, 2003.

BARBOSA, B. **Bia Barbosa fala sobre o coronelismo eletrônico** | Ver TV | TV Brasil | Notícias, 11 dez. 2015. Disponível em: <[encurtador.com.br/dfvCU](http://encurtador.com.br/dfvCU)>. Acesso em: 30 out. 2018

BARRA DO BUGRES, TV E CONTRATO, 2011. Disponível em: <<https://www.rdnews.com.br/curtinhas/barra-do-bugres-tv-e-contrato/46261>>. Acesso em: 9 maio. 2019

BARROS, C. **Radiodifusão e telecomunicações: o paradoxo da desvinculação normativa no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2010.

BARROS, J. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História [online]**, v. 71, p. 255–184, 2017.

BAUTZER, T. **Ascensão, queda e mais queda**. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/ascensao-queda-e-mais-queda/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERGAMO, M. Os donos do Brasil. **Folha de S.Paulo**, p. E2, 16 mar. 2005.

BERTEAUX, D. **Destinos Pessoais e Estrutura de Classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BERTICELI, C. **“Durante 50 anos, Mário Petrelli trabalhou pelo Brasil”, José Sarney lamenta a morte do fundador do Grupo RIC**. Disponível em: <encurtador.com.br/nLOZ3/>. Acesso em: 13 maio. 2020.

BESSA, R. **Clemilda Thomé é a empresária que todos querem ter por perto**. Reinaldo Bessa | Gazeta do Povo, 8 out. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/bqvyV>. Acesso em: 23 maio 2020

BIAL, P. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BLOG DO MOLINA. **A Opus Dei e a imprensa brasileira**, 22 mar. 2010. Disponível em: <http://molinacuritiba.blogspot.com/2010/03/opus-dei-e-imprensa-brasileira.html>. Acesso em: 26 dez. 2020

BLONDEL, J. **As condições da vida política no estado do Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOLOGNESE, R. **A Grande Família do Tribunal de Contas**. Folha de Londrina, 16 fev. 2007. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ruth-bolognese-593431.html>. Acesso em: 3 out. 2020

BONNER, W. **TV Globo divulga nota sobre menção de Bolsonaro a propaganda oficial em entrevista ao Jornal Nacional**. Disponível em: encurtador.com.br/cuvL1. Acesso em: 6 nov. 2018.

BOPPRÉ, M. **Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881-1889)**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Administração, 1989.

BORGHETTI, C. **Cida Borghetti**. Página pessoal do Facebook, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1054727894679332>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

BRANT, J. **Políticas Nacionais de Radiodifusão (1985-2001) e Espaço Público**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. 18 de agosto de 1831. **Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e milícias**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. **Nova organização da Guarda Nacional do Império**.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891**.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de

Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. . 1988.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Câmara dos Deputados, 1989. Disponível em: [encurtador.com.br/csBLM](http://encurtador.com.br/csBLM). Acesso em 12 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Código Eleitoral**, 2002b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino**.

\_\_\_\_\_. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADF) 379/DF**. Comportamento estatal violador de preceitos fundamentais. Titulares de mandato eletivo como sócios ou associados de pessoas jurídicas prestadoras de serviço de radiodifusão. Interferência na liberdade de expressão e no direito à informação. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Presidência da República, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Relator: Gilmar Mendes, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.117. **Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações**, 1962.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 52.795. **Aprova o regulamento dos serviços de radiodifusão**, 1963.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 236. **Complementa e modifica a Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962**, de 1967.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975. **Estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de vereadores**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ementa Constitucional nº 8**, de 15 de agosto de 1995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997. **Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8**, de 1997.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 36**. 2002a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc36.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc36.htm)>. Acesso em: 6 ago. 2019c.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.813. **Lei do Conflito de Interesses**, 16 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº7 - SECOM-PR**, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº13.423. **Dispõe sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão e dá outras providências**, 2017 a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº9.138. **Altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983**, 22 ago. 2017 b.

BRIGATTO, G. **Compra de publicidade avança 3% no Brasil em 2017**. Valor, 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5317327/compra-de-publicidade-avanca-3-no-brasil-em-2017>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRINKERHOFF, D.; GOLDSMITH, A. Clientelism, Patrimonialism and Democratic Governance: An Overview and Framework for Assessment and Programming. **ABT Associates Inc.**, 2002.

BRITO, G. **Para democratizar a mídia é preciso haver mudanças estruturais**. Rede Brasil Atual, 2014. Disponível em: <[encurtador.com.br/aeHF5/](http://encurtador.com.br/aeHF5/)>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRITTOS, V. **Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada**. Caderno IHU ideias. v. 9, p. 26, 2003.

BRUM, E.; RUBIM, D. **Entrevista com Carlos Alberto Di Franco, um dos numerários mais influentes e bem relacionados do Opus Dei**. Revista Época, 2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT1106784-1664-9,00.html>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

BROTERO, F. **A descendência do coronel José Ferraz de Camargo**. Revista ASBRAP, nº8, 2001. Disponível em: [encurtador.com.br](http://encurtador.com.br). Acessado em: 22 fev. 2021.

BUCHI, O. **Entrevista concedida por Ogier Buchi**. Curitiba, 10 jul. 2020.

BURSZTYM, M. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

CABRAL, E. Mídia Concentrada no Brasil: até quando? **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 4 jan. 2017.

CALDAS, G. **O latifúndio do ar – mídia e poder na nova República (1985-1989)**. São Paulo: Cátedra Unesco – Metodista, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ata da 81ª sessão da 3ª sessão legislativa da 49ª legislatura**: Diário do Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 3 jun. 1993. Disponível em: <[imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03JUN1993.pdf#page=56](http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03JUN1993.pdf#page=56)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Audiência Pública**. Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. 5 ago. 2014. <https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1269964.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatórios anuais**. 2019 Disponível em: [encurtador.com.br/pAFK8](http://encurtador.com.br/pAFK8)>. Acesso em: 6 jul. 2019. Acesso em: 7 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de proposições do deputado Carlos Roberto Massa**. Brasília: Câmara dos Deputados, 9 jul. 2020. Disponível em: <[>.](https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecific=true&filtros=[{)

CAMMACK, P. O “Coronelismo” e o “Compromisso Coronelista”: Uma Crítica. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte: UFMG, n. 5, p. 1–20, 1979.

CAMPANA, F. **GRPCom encerra ÓTV**. Fábio Campana, 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.fabiocampana.com.br/2014/12/grpcom-encerra-otv/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CAMPANTE, R. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados [online]**, v. 46, n. 1, p. 153–193, 2003.

CANAL DO BOI. **Morre primeiro comprador de gado do Canal do Boi, Serafim Meneghel**. Canal do Boi, 2020. Disponível em: [encurtador.com.br/cnAL8](http://encurtador.com.br/cnAL8). Acessado em: 21 fev. 2021

CANAPI AGORA. **Blog Canapi Agora**, 7 nov. 2017. Disponível em: <http://canapiagora.blogspot.com/2017/11/o-coronelismo-ainda-reina.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

CANÊDO, L. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 55–75, 2011.

CARAZZAI, E. **Auditores acusados de corrupção doaram à campanha de Richa - 23/05/2015 - Poder**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1632787-auditores-acusados-de-corrupcao-doaram-a-campanha-de-richa.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CARDOSO, F.; HOLANDA, S.; CARDOSO, F. **Estrutura de poder e econômica: 1889 - 1930**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, v.8, 2006.

CARNEIRO NETO, A. **Meneghel foi grande empresário, bom pai de família e esportista de mau comportamento**. Um dois esportes, 22 nov. 2020. [encurtador.com.br/rsADF](http://encurtador.com.br/rsADF). Acessado em 19 fev. 2021

CARNEIRO, C.; FERREIRA, M. L.; CARNEIRO JR, R. **Personagens da história do Paraná : acervo do Museu paranaense**. Curitiba: Museu Paranaense, 2014.

CARONE, E. Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 85–92, 1971.

\_\_\_\_\_. **A República Velha. Instituições e Classes sociais**. São Paulo: DIEFFEL, 1975.

CARVALHO, J. **Coronelismo**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Forense Universitária, 1984.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, p. 229–250, 1997.

\_\_\_\_\_. **Corrupção - José Murilo de Carvalho - Entrevista** - Canal Futura, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rnWnK8alEcA>>. Acesso em: 12 jan. 2020

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 26a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

CARVALHO, J.; SILVA, E. Entre enxada e o voto. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 2, n. 1, p. 23–28, 1987.

CASTILHO, A. Usineiro que bancou voo de Mourão tem histórico ligado à ditadura; vice foi apoiar o genro dele, ruralista. **De olho nos ruralistas**, 21 nov. 2018. [encurtador.com.br/fhrzU](http://encurtador.com.br/fhrzU). Acessado em 18 fev. 2021

CASTRO, D. Ratinho nega venda de apoio ao PT. **Folha de S.Paulo**, 7 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **TV de Ratinho afasta comentaristas que falavam mal de Dilma Rousseff.** Notícias da TV, 28 mar. 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/AFJ57>. Acesso em: 28 jul. 2020

\_\_\_\_\_. **Por que o dono da Havan aparece tanto no SBT? Acordo milionário explica.** Notícias da TV/UOL, 20 ago. 2019. Disponível em: [encurtador.com.br/bJZ24](http://encurtador.com.br/bJZ24)>. Acesso em: 14 ago. 2020

CASTRO, J. **Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2017,** CETIC.BR, 2018. Disponível em: [encurtador.com.br/gARS7](http://encurtador.com.br/gARS7)>. Acesso em: 21 out. 2018

CHAGAS, H. **Comunicação do Governo Federal: Mídia Regional.** In: AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS A PUBLICIDADE DO GOVERNO FEDERAL, GOVERNOS ESTADUAIS E PREFEITURAS MUNICIPAIS. Brasília, 2011. Disponível em: <[encurtador.com.br/gzEF9](http://encurtador.com.br/gzEF9). Acesso em: 6 nov. 2018

CHAUL, N. et al. **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.** Goiânia: Kelps, 1998.

CHEDE, N. **Entrevista de Nagibe Chede ao jornalista Aramis Milarch.** Tabloide Digital, 1985. Disponível em: <https://www.millarch.org/audio/nagib-chede>. Acesso em: 19 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Nagibe Chede Abrahão - Memória Viva,** 1993. Disponível em: <<http://memoriasparana.com.br/nagib-chede-1993/>>. Acesso em: 17 jan. 2020

CHILCOTE, R. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste.** São Paulo: TAQ/Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

CITADINI, A. R. Diário Comércio e Indústria. **Municípios inviáveis e controle do déficit público,** 24 nov. 1998.

COELHO, J. **Nota de Repúdio.** ABERT, 2008. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/26485-nota-de-repudio>>. Acesso em: 28 maio 2019.

CONGRESSO NACIONAL. Anais do Senado Federal, 1º ago. 2000, Sec. atas da 89ª a 92ª sessão, p. 319.

CONTRAPONTO. **Meu nome é Carlos; Carlos Ratinho Jr.** Contraponto, 15 ago. 2015. Disponível em: <<https://contraponto.jor.br/meu-nome-e-carlos-sobrenome-ratinho-jr/>>. Acesso em: 1º jul. 2020

\_\_\_\_\_. **Sem nome, sem sobrenome e popular.** Contraponto, 2018a. Disponível em: <<https://contraponto.jor.br/sem-nome-sem-sobrenome-e-popular/>>. Acesso em: 29 nov. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Amigas para sempre.** Contraponto, 2018b. Disponível em: <<https://contraponto.jor.br/amigas-para-sempre/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Governador se irrita e desautoriza parentes.** Contraponto, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://contraponto.jor.br/24748-2/>>. Acesso em: 8 jul. 2020.



CORNILS, P. **O obscuro controle sobre a mídia no Brasil**. Outras Palavras, 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/brasil/obscuro-controle-sobre-as-midias-no-brasil/>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

CORRALO, G. O poder municipal na federação brasileira: reflexão sobre a autonomia municipal e o federalismo. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 1, 19 ago. 2015.

CORRÊA, A. **A frente liberal e a democracia no Brasil (1984-1985)**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 2006.

\_\_\_\_\_. **BBC Brasil - Notícias - Por que a maioria dos municípios brasileiros não se sustenta?** BBC Brasil, 2012. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120912\\_brasil\\_gestao\\_fiscal\\_ac.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120912_brasil_gestao_fiscal_ac.shtml)>. Acesso em: 17 out. 2018.

CORRÊA, V. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1889-1943**. Campo Grande: UFMS, 2006.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Convidado. **Correio de Notícias**, p. 2, 20 abr. 1985.

\_\_\_\_\_. **Grupo Massa compra Rádio Guairacá**. Correio de Notícias, 11 dez. 2018. Disponível em: <<https://correiodenoticias.net/2018/12/11/grupo-massa-compra-radio-guairaca/>>. Acesso em: 6 jul. 2020

CORREIO DO AMANHÃ. **Diretor do IBC pelo Paraná ligado ao comércio do café**, p. 16, 17 abr. 1958.

CORREIO DO PARANÁ. **Com a cobertura da votação do funcionalismo público estadual, as rádios Curitiba e Emissora Paranaense conseguiram 90% da audiência em Curitiba**. Correio do Paraná, p. 4, 8 jun. 1959.

COSENTINO, F. Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, J.; GOUVEIA, M. (Eds.). **O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 536–545, 2015.

COSTA, C. **Por que (e como) agências de publicidade se envolvem em escândalos de corrupção no Brasil?** BBC Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37558551>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

COSTA, O. **Aprovada doação de área para Centro de Eventos**. Folha de Londrina, 1998. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/aprovada-doacao-de-area-para-centro-de-eventos-80346.html>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **A televisão e o palácio: concessões e desenvolvimento das emissoras e redes televisivas no Paraná (1954-1985)**. Tese (Doutorado em História) - Assis: Universidade Estadual Paulista, 2002.

\_\_\_\_\_. **Televisão e política: uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985)**. Londrina: Eduel, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Paulo Pimentel: construção e fim do primeiro grande grupo de comunicação do Sul do Brasil**. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. **Anais**. In: ALCAR 2015. Porta Alegre: UFRGS, 2015b. Disponível em: [encurtador.com.br/nIJV2](http://encurtador.com.br/nIJV2) Acesso em: 12 jul. 2020

COSTA, L. **Arraial e coronel: dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.

COSTA, R. O que falta a Geninho Thomé. **Topview**, ano 17, n. 212, p. 94–96, jul. 2018.

- CPDOC. **João Carlos Martinez**. FGV, 2019. (Nota técnica).
- \_\_\_\_\_. **José Joaquim Ferreira Rabelo**. FGV, 2020a. (Nota técnica).
- \_\_\_\_\_. **Vidal Ramos**. Rio de Janeiro: FGV, 2020b. (Nota técnica).
- \_\_\_\_\_. **Joaquim dos Santos Filho**. FGV, 2020c. (Nota técnica).
- \_\_\_\_\_. **Eduardo Jorge Caldas Pereira**. FGV, 2020d. (Nota técnica).
- CREDENCIO, J. Russomano opera rádio sem autorização. **Folha S.Paulo**, p. A10, 10 ago. 2012.
- CRUZ, D. **Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1996.
- CUNHA PEREIRA, J. **Memórias Paraná - Depoimento de João Candido Ferreira Cunha Pereira**, Canal Memórias Paraná, 2015. Disponível em: [encurtador.com.br/pKNV3](http://encurtador.com.br/pKNV3)>. Acesso em: 2 nov. 2020
- DALPÍCOLO, S. **Uma nova luz na sala – Histórias da TV Paranaense**. Curitiba: Arowak, 2010.
- D'ÁVILA FILHO, P. **Democracia, clientelismo e cidadania: a experiência do orçamento participativo no modelo de gestão pública da cidade de Porto Alegre**. Tese (Doutorado) em Ciências Políticas - Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- DA SILVA, A. **Curso de Direito Constitucional**. Malheiros: Positivo, 2009.
- DEDA, R. **Aníbal Khury criou 88 cidades do estado**. Gazeta do Povo, 2007. Disponível em: [encurtador.com.br/hDLMV](http://encurtador.com.br/hDLMV)>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- DELARBRE, R. Muchos medios en pocas manos: concentración televisiva y democracia en América Latina. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. 1, p. 17–51, 2010.
- DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023**. Brasília: DIAP, 2018.
- DIÁRIO DA TARDE. **Martínez é contra prorrogar mandato**, 24 fev. 1983.
- DIÁRIO DE PARANÁ. **A história do Rádio**. 30 set. 1979.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Governo da Província**. p. 1, 20 jan. 1866a.
- \_\_\_\_\_. **Governo da Província**. p. 1, 23 fev. 1866b.
- DIÁRIO DO PARANÁ. **Mandatários da vontade popular do Paraná na Assembleia Legislativa**. p. 4, 29 mar. 1965.
- \_\_\_\_\_. **Fundada a Associação das Empresas Jornalísticas**, 9 jan. 1965.
- \_\_\_\_\_. **Grupo Segurador Pátria elege nova diretoria**. p. 5, 16 dez. 1971.
- DIAS, W. Clientelismo no Poder Legislativo. **Assembleia de Minas: o poder do cidadão**, 2010. Disponível em: [encurtador.com.br/wPWX1](http://encurtador.com.br/wPWX1) >. Acesso em: 2 abr. 2019
- DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Dicionário etimológico online**, 2020. <https://www.dicionarioetimologico.com.br/coronel/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

DICK, M. **dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1997.

DINES, A. **Os códigos da Opus Dei**. Observatório da Imprensa, 2005. Disponível em: <encurtador.com.br/amvxF>. Acesso em: 26 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo Eletrônico**- Observatório da Imprensa, 10 dez. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RhXSnkW630g>. Acesso em: 30 out. 2018.

DOLCE, J. Fazenda de ex-governador de Rondônia está sobre um sítio arqueológico indígena. **Amazônia: notícia e informação**, 10 mar. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/agHU3. Acessado em: 20 fev. 2021

DOMINGUES, J. Patrimonialismo e neopatrimonialismo. In: Avritzer et al. **Corrupção. Ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DOMINGUES, R. **Setor rural lamenta a morte do folclórico Serafim Meneghel, de Bandeirantes**. Agronovas, 25 nov. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/efAG1. Acessado em 22 fev. 2021

DOMINGUES-DA-SILVA, J. **Como medir concentração e diversidade de mídia? Noam Index como alternativa para se pensar em políticas de comunicação**. In: XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Foz do Iguaçu - PR, 2014. Disponível em: encurtador.com.br/dtCT3. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. O oligopólio na TV: uma contribuição empírica para o debate normativo Brasil-Argentina. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 166–178, 2016.

\_\_\_\_\_. **O que dizem os números: a relação entre mídia e democracia a partir de técnicas de mensuração de concentração de mercado**. In: COMPOLÍTICA 7. Porto Alegre-RS, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/DTW38. Acesso em 4 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Estrutura de mercado de mídia e democracia: medindo concentração de mercado de TV em perspectiva comparada Brasil-Argentina. In: BALDESSAR, M. J.; MONJE, D. (Eds.). **Diálogos Latino-Americanos: comunicação e democracia em tempos de convergência**, p. 83–106, 2018.

DÓRIA, F. **Os herdeiro do poder**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 1ª reimpressão, 2009.

DOSSIÊ ZERO. Como se faz um governador. **Dossiê Zero**, p. 19, 25 set. 1992.

ELSTER, J. **The cement of society: a study of social order**. New York: Cambridge University Press, 1989.

ENTREVISTADO 1. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 17 jul. 2020.

ENTREVISTADO 2. **Entrevistado anônima concedida ao pesquisador**, 2 jul. 2020.

ENTREVISTADO 3. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 15 mar. 2020.

ENTREVISTADO 4. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 22 jul. 2020.

ENTREVISTADO 5. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 22 jul. 2020.

ENTREVISTADO 6. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 10 mar. 2020.

ENTREVISTADO 9. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 17 dez. 2020.

ENTREVISTADO 10. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 17 dez. 2020.

ENTREVISTADO 11. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 18 dez. 2020.

ENTREVISTADO 12. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 18 dez. 2020.

ENTREVISTADO 13. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 19 dez. 2020.

ENTREVISTADO 14. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 4 jan. 2021.

ENTREVISTADO 15. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 6 jan. 2021.

ENTREVISTADO 16. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 6 jan. 2021.

ENTREVISTADO 17. **Entrevista anônima concedida ao pesquisador**, 16 fev. 2021.

ESTADO DE S. PAULO. **Martínez: deputado quer esclarecimento**. 29 abr. 1979.

FABRINI, F.; WIZIACK, J. **Gasto do governo federal com publicidade cresce, e Record supera Globo**. Folha S. Paulo, 2020a. Disponível em: <encurtador.com.br/itOVW>. Acesso em: 15 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Empresa de Wajngarten ganhou aditivo da Igreja Universal logo após ele assumir Secom**. Folha S. Paulo, 2020b. Disponível em: <encurtador.com.br/cgsE1>. Acesso em: 23 fev. 2020.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAEP. **Invasores das Fazendas Campo Real, em Candói e Três Marias, em Manoel Ribas, deixam rastros de destruição**. Sistema FAEP, 2004. Disponível em: <encurtador.com.br/mAPYZ>. Acesso em: 21 maio. 2020.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3a. ed. rev. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FARIAS, F. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista Brasileira de Sociologia Política**, n. 15, p. 49–66, 2000.

FÉLIX, L. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERNANDES, B. **ACM dá concessões de rádio a seus “amigos” na Bahia**. F. S.Paulo, 1988. Disponível< <encurtador.com.br/csHO5>. Acesso em: 3 nov. 2018.

FERNANDES, J.; SANTOS, M. **Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do povo**. 1a. ed. Curitiba: Gazeta do Povo, 2010.

FERREIRA, F.; WIZIACK, J.; SCIARRETA, T. **Caixa queria acordo porque Silvio Santos era dono de TV**. Folha de S. Paulo, 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/30589-caixa-queria-acordo-porque-silvio-santos-era-dono-de-tv.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FIGUEIREDO. **Aliados têm 80% das verbas de anúncios da Casa Rosada**. O Globo, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/aliados-tem-80-das-verbas-de-anuncios-da-casa-rosada-7643179>. Acesso em: 7 nov. 2018.

FOLHA DE LONDRINA. Família Petrelli mantém silêncio sobre assunto. **Folha de Londrina**, 14 nov. 2000.

\_\_\_\_\_. Opinião do leitor- Ofídio sincero. **Folha de Londrina**, 1º maio 2015.

FONTES, G. **Quem são os aliados de Beto Richa que também foram presos**. Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/quem-sao-os-aliados-de-beto-richa-que-tambem-foram-presos-c89tcenftk2qv4w4q9squ8114/>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FORTES JR, A. O maior negócio do rádio. **Correio de Notícias**, p. 8, 28 jun. 1985.

FREITAS, R. TSE mantém cassação de Carlos Simões. **Folha de Londrina**, 26 maio 2010.

FREY, J. **Cinco grupos concentram 83% da verba de publicidade do governo do Paraná em 2015** **Livre.jor**, 26 ago. 2015. Disponível em: <<http://livre.jor.br/cinco-grupos-concentram-83-da-verba-de-publicidade-do-governo-do-parana-em-2015/>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GALINDO, R. Ex-diretor de tevê estatal faz entrevista com Richa. Veja quais foram as perguntas. **Gazeta do Povo**, 8 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Vinte anos sem o “buraco negro” da política paranaense**. Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/vinte-anos-sem-o-buraco-negro-da-politica-paranaense/>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

GALLO, F.; BRAMATI, D. **Gastão fez emendas para feudo eleitoral - Política – Estadão**, 2011. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,gastao-fez-emendas-para-feudo-eleitoral,773358>>. Acesso em: 18 out. 2018.

GARCEL, F. **Richa usou empresa e imóveis para lavar dinheiro de propina - Paraná Portal**, 25 jan. 2019.

GARRETT, C. **Vim, vi, venci**. Curitiba: Arte & Letra, 2019.

GAY, R. Rethinking clientelism: demands, discourses and practices in contemporary brazil. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe / European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 65, p. 7–24, 1998.

\_\_\_\_\_. The even more difficult transition from Clientelism to Citizenship: lesson from Brazil. **Working Paper Series**, nov. 1998.

GAZETA DO POVO. edição comemorativa de 73 anos. **Gazeta do Povo**, p. 7, 2 fev. 1992.

\_\_\_\_\_. Francisco Cunha Pereira e Edmundo Lemanski compram a Gazeta. **Gazeta do Povo**, 3 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Justiça Eleitoral multa Lula, Haddad, Ratinho e SBT. **Gazeta do Povo**, 26 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Não Vamos Calar: Apoie a Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://assinaturas.gazetadopovo.com.br/apoie-o-jornalismo/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

GENEALL, P. DE G. **Casamento Almeida Braga-Collor de Mello**. Site Geneall, 2007. Disponível em: <<https://geneall.net/pt/forum/147957/casamento-almeida-braga-collor-de-mello/>>. Acesso em: 13 maio. 2020.

GODOI, G. **Comunicações no Brasil: da Confusão Legal à Necessidade de Regular**. In: IV ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM. Porto Alegre, 2004.

GODOY, M.; GALHARDO, R. **MPF vai analisar interferência no Iphan que beneficiou Hang**. Portal Terra, 25 maio 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/tGO24>. Acesso em: 15 ago. 2020

GOLDSTOCK, R. Organized Crime and Corruption. **Corruption and Reform, An International Journal**, v. 7, n. 2, p. 137–145, 1992.

GOULART, M. **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná, 1889-1930**. Curitiba: Paço Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. O poder local e o coronelismo no Paraná. **Revista do Núcleo de Estudos Paranaense/UFPR**, v. 1, n. 1, p. 15–39, 2016a.

\_\_\_\_\_. Família Slavieiro: uma história de grandes conquistas. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 2, n. 2, p. 720–735, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Assembleia Legislativa do Paraná: perfil parlamentar e relações de parentesco (1935-1962)**. 213 f. Pesquisa relativa ao Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016c.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo e o poder local no Paraná (1880-1930)**. Curitiba: autora, 2018.

GOVERNO. **Governo concentra verba de publicidade em 20 sites**. Site Conjur, 2013; Disponível em: <encurtador.com.br/nFIXZ>. Acesso em: 6 nov. 2018.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do Séc. XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAMACHO, W.; MICHAEL, A. Esquema de EJ ajudou a levantar fundos para a campanha de FHC. **Folha S.Paulo**, 13 nov. 2000a.

\_\_\_\_\_. Arrecadador de FHC diz que todos têm caixa-dois. **Folha S.Paulo**, 14 nov. 2000b.

GRANATO, N. **A relação entre empresa e família no Paraná: caso da família Thá**. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), v.2, n.2, p.41-57, 2016.

GRAZINAO, L. Patron-Client Relationship in Southern Italy. **European Journal of Political Research**, v. 1, n. 1, p. 3–34, 1973.

GRILL, I. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese (Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

GRUPO MASSA. **Grupo Massa**. Linked in Grupo Massa. Disponível em:<encurtador.com.br/rAM28. Acesso em: 13 jul. 2020.

GUIMARÃES, T. **Estudo aponta que clientelismo pode melhorar certas políticas públicas - e piorar outras**. BBC Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40438137>. Acesso em: 25 fev. 2020.

HADDAD, F. **Vivi na pele o que aprendi nos livros**. Revista Piauí, 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

HAYGERT, A. **Vozes do Paraná: retrato de paranaenses**. Curitiba: Editora Esplendor, v.10, 2018.

\_\_\_\_\_. **Mário Petrelli, dono da agenda mais preciosa do Brasil.** Diário Indústria & Comércio, 2018. Disponível em: <<http://www.diarioinduscom.com/mario-petrelli-dono-da-agenda-mais-preciosa-do-brasil/>>. Acesso em: 26 out. 2018

HERZ, D. **Governo Sarney: 527 outorgas em menos de três anos de governo.** FENAJ, 1988. <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/FENAJ/Governo+Sarney+527+Outorgas+em+Menos+de+Tres+Anos+de+Governo.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **A renúncia a uma política de telecomunicações, em nome da telefonia e da radiodifusão.** GT Políticas Públicas de Comunicação. **Anais In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DAS COMUNICAÇÃO.** Santos, 1997.

HICKEN, A. Clientelism. **Annual Review of Political Science**, v. 14, n. 1, p. 289–310, 2011.

HUMBERTO, C. Mão que lava outra. **Tribuna da Imprensa**, p. 7, 28 jan. 2000a.

\_\_\_\_\_. Palmas do Arvoredo. **Tribuna da Imprensa**, p. 7, 4 fev. 2000b.

\_\_\_\_\_. Artilharia pesada. **Tribuna da Imprensa**, p. 7, 4 ago. 2000d.

\_\_\_\_\_. EJ to Direct. **Jornal do Comércio**, p. 5, 7 ago. 2000e.

\_\_\_\_\_. Esquema PR em ação. **Tribuna da Imprensa**, p. 7, 27 nov. 2000f.

IBGE. **Anuário Estatístico**, 1946.

INSTITUTO GRPCOM. **Sobre o Instituto GRPCOM.** Instituto GRPCOM, 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://institutogrpcom.org.br/sobre/>>. Acesso em: 2 dez. 2020

ISTO É. **Cadê Romeu?** ISTOÉ Independente, 10 jun. 2000. Disponível em: <[https://istoe.com.br/38868\\_CADE\\_ROMEU/](https://istoe.com.br/38868_CADE_ROMEU/)>. Acesso em: 8 dez. 2020.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX.** Salvador: EDUFBA, 2002.

JANOTTI, M. **O coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

JOÃO FILHO. **Bolsonaro se diz perseguido pela imprensa. Mas Band, SBT, Record e Rede TV estão ao seu lado.** The Intercept Brasil, 23 fev. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/02/23/imprensa-bolsonaro-band-sbt-record-rede-tv/>> Acesso em: 2 out. 2020

JORNAL DO BRASIL. Brizola quer assinar o acordo. **Jornal do Brasil**, p. 21, 24 abr. 1985.

\_\_\_\_\_. **Sarney promove festival de concessões de rádio e TV**, p. 14, 2 out. 1988.

JORNAL DO COMMERCIO. Fiúza distribui recursos. **Jornal do Commercio**, p. 3, 16 set. 1992.

JUNQUEIRA, B. **Ratinho: coisa de louco! : a história empolgante e divertida de um brasileiro que saiu da roça para se tornar um grande sucesso da televisão.** Porto Alegre: L & PM Editores, 1998.

JUNQUEIRA, M. **Justificativa e anteprojeto de lei de terras.** São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais Ltda., 1942.

KAUFMAN, R. Corporatism, Clientelism, and Partisan Conflict: A Study of Seven Latin American Countries. In: MALLOY, J. M. (Ed.). **Authoritarianism and Corporatism in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.

KERBAUY, M. T. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

KITSCHOLT, H.; WILKINSON, S. **Patrons, clients, and policies: patterns of democratic accountability and political competition**. New York: Cambridge University Press, 2007.

KOLBACH, K. **Políticos são donos de 15% das rádios no PR**. Gazeta do Povo, 2011. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/politicos-sao-donos-de-15-das-radios-no-pr-4yblfkq2j71gis2l4g8qals26/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo, SP: Nobel, 1999.

KOPPE, J. **Paraná em luto por Abdo Kudri**. Gazeta do Povo, 2009. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-em-luto-por-abdo-kudri-bs204etaqv33nrsce2hlsoc3y/>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

JANDAIA DO SUL. **Lei Municipal nº 215, de 19 fev. 1960**. Fixa os subsídios anuais dos senhores vereadores, cria uma diária pelo comparecimento às sessões e toma outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/j/jandaia-do-sul/lei-ordinaria/1960/22/215/lei-ordinaria-n-215-1960>. Acesso em: 16 jan. 2021.

LAIBIDA, L. **Raposas e Outsiders no Futebol Paranaense: Um estudo sobre as relações de poder e genealogia**. Tese (Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, 2016.

LÁZARO JUNIOR, J. **Gasto do governo do Paraná com propaganda em 2017 é o maior da década**. Livre.jor, 3 jun. 2018. Disponível em: <<http://livre.jor.br/gasto-do-governo-do-parana-com-propaganda-em-2017-e-o-maior-da-decada/>>. Acesso em: 4 maio. 2019.

\_\_\_\_\_. **Custou R\$ 804 milhões a propaganda da gestão Beto Richa no Paraná**. Livre. Jor, 2019. Disponível em: <<http://livre.jor.br/custou-r-804-milhoes-a-propaganda-da-gestao-beto-richa-no-parana/>>. Acesso em: 4 maio. 2019.

LÁZARO JUNIOR, J; ABRÃO, C. **Desempregado ou não, Ratinho foi vereador em Jandaia do Sul**. Truco nos Estados, 2018. [www.apublica.org/truco2018/2018/10/05/desempregado-ou-nao-ratinho-foi-vereador-em-jandaia-do-sul-de-1977-a-1984/](http://www.apublica.org/truco2018/2018/10/05/desempregado-ou-nao-ratinho-foi-vereador-em-jandaia-do-sul-de-1977-a-1984/). Acesso em: 16 jan. 2021.

LEAL, V. O Coronelismo e o Coronelismo de cada um. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 11–14, 1980.

\_\_\_\_\_. **Discurso Cândido Mendes**. Instituto Victor Nunes Leal, 1980b. Disponível em: [http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso\\_candido\\_mendes\\_1980.pdf](http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso_candido_mendes_1980.pdf). Acessado em: 17 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Ministro Victor Nunes Leal quando recebeu o título de Professor Emérito da Universidade de Brasília**. Instituto Victor Nunes Leal, 28 jun. 1984. Disponível em: [http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso\\_prof\\_emerito\\_unb\\_1984.pdf](http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso_prof_emerito_unb_1984.pdf). Acessado em: 17 fev. 2021

\_\_\_\_\_. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1949] 2012.



LEE, A. SBT paga R\$ 14 mi à Record por Ratinho. **Folha S.Paulo**, 1999. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1809199904.htm>>. Acesso em: 18 set. 2018.

LENARDÃO, E. **Crítica à ideia do “caráter patrimonialista” do Estado brasileiro: redução do poder oligárquico regional**. Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. **Anais**. In: XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIENCIAS HUMANAS. Paraná, Brasil: Editora Edgard Blücher, set. 2016. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/23661>>. Acesso em: 12 jan. 2020

LIMA, C. **Os mecenas de Piracicaba**. Revista ASBRAP, nº12, 2006. Disponível em: [encurtador.com.br/houNV](http://encurtador.com.br/houNV). Acessado em: 22 fev. 2021

LIMA, R. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4. ed. Brasília: ESAF, 1988.

LIMA, V. Sete teses sobre política e mídia no Brasil. **Revista USP**, n. 161, p. 48–57, 2004.

\_\_\_\_\_. **As bases do novo coronelismo eletrônico**. Observatório da Imprensa, 8 ago. 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/as-bases-do-novo-coronelismo-eletronico/>>. Acesso em: 29 out. 2018

\_\_\_\_\_. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. 1a. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. As “brechas” legais do coronelismo eletrônico. **Revista Aurora**, v. 1, n. 1, p. 113–126, 2007.

\_\_\_\_\_. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. **Revista Ausp**, p. 26–33, 2008.

\_\_\_\_\_. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Fundação Perseu de Abramo, 2012.

LIMA, V.; LOPES, C. **O coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004) Observatório da Imprensa**, 26 jun. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

LINS, W. **O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. Salvador: Progresso, 1960.

LOBATO, E. **Folha de S.Paulo - Política marca história das telecomunicações**. Folha S. Paulo, 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/03/brasil/14.html>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Qualidade e regulação na TV brasileira** | Ver TV | TV Brasil | Notícias, 3 dez. 2016. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/reedicao-qualidade-e-regulacao>>. Acesso em: 30 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Antenas da floresta: a saga das tvs da Amazônia**. Rio de Janeiro-RJ: Objetiva, 2017.

LOURENÇO FILHO, M. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

LULA, L. **Programa do Ratinho**, SBT TV, 31 maio 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hskLVRXnuts&t=18s>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

LUZÓN, J. El clientelismo político: história de un concepto multidisciplinar. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 105, p. 73–96, 1999.

MACARINI, V. Sociedade. **Folha de Londrina**, 14 out. 2008. Disponível em: [encurtador.com.br/p0789](http://encurtador.com.br/p0789). Acessado em: 22 fev. 2021.

MAGALHÃES, J. **Poder Municipal: paradigmas para o Estado Constitucional**. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1997.

MAGALHÃES, J. Conflito no Paraná expõe trajetórias de vida opostas. **Folha de S.Paulo**, 28 out. 2007. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2810200717.htm>. Acessado em: 18 fev. 2021

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MALINOWSKI, B. **Les argonautes du Pacifique Occidental**. Pris: Payot, 1922.

MALUCELLI, J. **Morre Mário Petrelli, presidente do Grupo RIC**. Paraná Portal, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/opiniaosintonia-fina/morre-mario-petrelli-presidente-do-grupo-ric/>. Acesso em: 6 maio. 2020.

MANGANARO, M. **Chef maringense abre restaurante em Nova York**. GMC Online, 2019. Disponível em: <https://gmconline.com.br/gastronomia/gastronomia/chef-maringense-abre-restaurante-em-nova-york/>. Acesso em: 22 maio. 2020.

MARTIN, M. Capital simbólico. In: CATANI, A. et al (Ed.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, p.398, 2017.

MARTINS FILHO, A. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 2, p. 175–197, 1984.

MARTINS, M. **Esclarecimentos sobre minha saída da rádio: verba dos governos (dinheiro público) falou mais alto lá**. Mareli Martins - Jornalismo Político, 21 maio 2020. Disponível em: [encurtador.com.br/ejky](http://encurtador.com.br/ejky). Acesso em: 10 jun. 2020.

MARTINS, R. A revolta dos ratos. **Revista Piauí**, 2017a. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-revolta-dos-ratos/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. De pai para filho. **Revista Piauí**, 13 dez. 2017b.

\_\_\_\_\_. **Entrevista Mário Petrelli - Parte 3 - Comunicação e Política**, 2018a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=54mSEoFdTGg>. Acesso em: 2 maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **A guinada à direita da Gazeta do Povo**. Gazeta do Povo, 2018b. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>. Acesso em: 26 dez. 2020b.

MASCHIO, J. EJ ocupou lugar de Motta, diz ex-ministro. **Folha de S.Paulo**, 5 ago. 2000.

\_\_\_\_\_. Pecuarista quer união continental contra a aftosa. **Folha de S.Paulo**, 30 out. 2005. Disponível em: [encurtador.com.br/hlrO8](http://encurtador.com.br/hlrO8). Acessado em: 20 fev. 2021

MASTRINI, G.; BECERRA, M. (EDS.). **Periodistas y magnates: estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina**. Buenos Aires: Instituto Prensa y Sociedad : Prometeo Libros, 2006.

\_\_\_\_\_. **Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de los medios en la América latina del siglo XXI**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009a.

\_\_\_\_\_. El antiperonismo como factor clave de los inicios de la televisión privada argentina. In: **Mucho ruido, pocas leyes: economía y políticas de comunicación en la Argentina (1920-2007)**. 2 ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009b.

\_\_\_\_\_. Structure, Concentration and Changes of the Media System in the Southern Cone of Latin America. **Comunicar - Scientific Journal of Media Library**, v. XVIII, n. 36, p. 51–59, 2011.

MATTOSO, K. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Currupio, 1988.

MATWYCHUCK, M. Estratégias de casamento, história de mulheres e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 8, p. 211–247, 1997.

MAUSS, M. **Essai sur le Don**. In: **Sociologie et Anthropologie**. 7a ed. Paris: PUF, 1925.

MAZÂNEK, R. **Ao vivo e sem cores: o nascimento da televisão do Paraná. O testemunho de uma história**. Curitiba: Guiatur Editora Ltda., 2004.

MAZZA, L. Maluf, a esperança. **Correio de Notícias**, p. 4, 24 jul. 1984.

MCTIC. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Radiodifusão Educativa**, 2018a. <encurtador.com.br/cfnN0>. Acesso em: 26 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Espaço do Radiodifusor**, 2018. <encurtador.com.br/ipGN8>. Acesso em: 1 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pedido informação concessões rádio e tv no Paraná**, 22 maio 2020. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=kl/J0HXQwi8=>>>. Acesso em: 22 maio. 2020

MENEGHEL, G. Homicídio: julgamento de Meneghel marcado para o dia 31 deste mês. **Nosso Tempo**, nº 120, 25 maio a 1ª jun. 1984. Disponível em: [encurtador.com.br/adptA](http://encurtador.com.br/adptA) . Acesso em: 19 fev. 2021

MENEGHEL, S. **Serafim Meneghel conta as histórias e lendas do União**. Gazeta do Povo, 2013. [www.gazetadopovo.com.br/videos/serafim-Meneghel-counta-as-historias-e-lendas-do-uniao/](http://www.gazetadopovo.com.br/videos/serafim-Meneghel-counta-as-historias-e-lendas-do-uniao/). Acesso em: 10 fev. 2021

MERÊA, P. **A solução tradicional da colonização do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, v.3, 1924.

MICHAEL, A. Ex-membro do TSE defende FHC em caso do caixa-dois. **Folha online**, 2000.

MIELKE, A. **Donos de rádio e TV formarão bancada de pelo menos 26 parlamentares no novo Congresso**. Congresso em Foco, 31 jan. 2019. Disponível em: <[encurtador.com.br/clmvJ](http://encurtador.com.br/clmvJ)>. Acesso em: 25 fev. 2020

MIGNOZZETTI, U.; CEPALUNI, G. When Does Clientelism Pay Off? Legislature Size and Welfare with Evidence from Brazil. **25th World Congress of Political Science**, p. 1–35, 2018.

MILAGRE, J. **ConJur - É possível legislar sobre TV Digital por decreto?** Site Conjur, 2007. em: <[https://www.conjur.com.br/2007-nov-19/possivel\\_legislar\\_tv\\_digital\\_decreto](https://www.conjur.com.br/2007-nov-19/possivel_legislar_tv_digital_decreto)>. Acesso em: 6 ago. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública nº 0022869-77.2014.403.6100.**: Corréus: CTV Comunicações e Produções Ltda., CNT Rio Ltda., CNT Bahia Produções Ltda., Rádio e Televisão OM Ltda., TV Carioba Comunicações Ltda., TV Corcovado S/A e Televisão Carimã Ltda. e Igreja Universal do Reino de Deus. São Paulo, 2014. Disponível em: <[encurtador.com.br/asWZ8](http://encurtador.com.br/asWZ8)>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MIRÓ, P. **Sessão solene em comemoração aos 30 anos do Grupo RIC.** Curitiba, 4 dez. 2017. Disponível em: <<https://youtube/O3SmCbH3hU4>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

MISSIAGGIA, M. **Por dentro do delivery que encantou o Pão de Açúcar.** Diário do Comércio, 2019. Disponível em: <<https://dcomercio.com.br/categoria/inovacao/por-dentro-do-delivery-que-encantou-o-pao-de-acucar>>. Acesso em: 22 maio. 2020.

MOM. Media Ownership Monitor. **Transparência.** Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/transparencia/>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

MONTEIRO, J. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015).** Paraíba: Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

MONTORO, E. **O Município na Constituição Brasileira.** São Paulo: Universidade Católica, 1975.

MORAIS, E. **Amigo de viagens de Beto Richa é preso na 3ª fase da Operação Quadro Negro** | Blog do Esmael, 16 set. 2017. Disponível em: <[encurtador.com.br/bimJP/](http://encurtador.com.br/bimJP/)>. Acesso em: 15 fev. 2020

MOSCO, V. **The political economy of communication: rethinking and renewal.** London: Sage, 1996.

MOSER, S.; WURMEISTER, F. **Maioria das cidades do PR depende de recursos externos para sobreviver** | Gazeta do Povo, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/maioria-das-cidades-do-pr-depende-de-recursos-externos-para-sobreviver-2aeypvjk80dt1w3jbm2rbo18u/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MOTA, A. **A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão.** Tese (História) Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7245>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

MOTTER, P. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, v. 1, p. 89–115, 1994a.

\_\_\_\_\_. **A batalha invisível na constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Ciência Política, Universidade de Brasília, 1994b.

- MOURA, I. **Raio X da ilegalidade: políticos donos da mídia no Brasil | Observatório do Direito à Comunicação**. Intervozes, 2015. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29753>>. Acesso em: 1 nov. 2018.
- MPPR. **Ministério Público do Paraná**, nov. 2020. Disponível em: <<https://memorial.mppr.mp.br/pagina-94.html>>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- MULLER, M. **Ainda o século do clientelismo no Brasil? Uma análise de condicionantes demográficas, socioeconômicas e culturais**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178178>. Acesso em: 9 out. 2018.
- MUNICÍPIO DIA-A-DIA. Do quebra-cabeça político a um dominó de amigos. **Município Dia-a-Dia**, p. 3, 13 fev. 2006.
- MUNO, W. Conceptualizing and measuring clientelism. **GIGA: Hamburgo**, 2010.
- NALDI, M. **Coronelismo e poder local. Franca: 1850-1889**. Franca: Unesp, 1992.
- NAMUR, G. **Abdo Aref Kudri - 50 anos de jornalismo**. Curitiba: Maxgráfica, 2000.
- NASSIF, T. **Folha de Londrina**. Folha Gente, 17 out. 2009. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/blogs/Thiago-nassif/Thiago-nassif-697240.html>. Acessado em: 20 fev. 2021
- NEGRÃO, F. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, v.2, 1927.
- \_\_\_\_\_. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, v.5, 1946.
- NERY, R. **Petição destinado à Justiça Federal da Vara Cível da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso**. Autores – Thyrso Ferraz de Camargo Jr, Karla Meneghel Ferraz de Camargo e Renato Ferraz de Camargo. Mato Grosso, 1985. Disponível em: [encurtador.com.br/lnGU5](http://encurtador.com.br/lnGU5). Acessado em 21 fev. 2021.
- NOAM, E. Are the american media becoming more concentrated? In: RICE, R. (Ed.). **Media Ownership: research and regulation**. Cresskill, NJ: Hampton Press, p. 145–158, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Media ownership and concentration in America**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.
- NOGUEIRA, V. **Desregulamentação e perspectivas para o Setor de Radiodifusão**. In: CONGRESSO ABRATEL DE COMUNICAÇÃO. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.abratel.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Vanda-Nogueira-Abratel.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- NUNES, F. **gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2003.
- O RÁDIO DO PARANÁ. **Francisco Cunha Pereiro Filho**, 26 out. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uhEIIvQjtOg>>. Acesso em: 8 nov. 2020.
- OLIVEIRA, D. **Estado e Mercado: Telecomunicações no Brasil**. Curitiba: Prephacio, 1991.
- OLIVEIRA, G. **Indicadores de concorrência: Documentos de Trabalho**. Brasil: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2014.
- OLIVEIRA, J. Manchete em Toledo. **Correio de Notícias**, 1989.

OLIVEIRA, R. **O Silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado) em Sociologia—Campinas: UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA E AL, R. C. DE (Ed.). **A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, p. 15–29, 2004.

\_\_\_\_\_. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, v. 18, p. 150–169, 2007.

\_\_\_\_\_. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

\_\_\_\_\_. Política, direito judiciário e tradição familiar. In: OLIVEIRA et al (Ed.). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, p. 333–354, 2015.

\_\_\_\_\_. Sem mulheres não há nepotismo. “Chechez la femme” e principalmente “cherchez la famille”. Mulheres, famílias e genealogias emergentes. In: OLIVEIRA et al (Ed.). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. 2 ed. Curitiba: Urbi et Orbi, p. 13–34, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Autores Paranaenses - Ricardo Costa de Oliveira**, 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hHTrjn5LnqU>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Rádio Camélia/NESEF - Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira**, 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=zDX4V\\_aMZd4](https://www.youtube.com/watch?v=zDX4V_aMZd4)>. Acesso em: 26 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ricardo Costa de Oliveira**. Página pessoal do Facebook, 2019a Disponível em: <<https://www.facebook.com/ricardo.costadeoliveira.5>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ricardo Costa de Oliveira**. Página pessoal do Facebook, 2019b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ricardo.costadeoliveira.5>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. et al. Prosopografia familiar da Operação “Lava Jato” e do ministério Temer. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 3, p. 1-28, 2017.

OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, V.; SANTOS, A. Beneficiários ou reféns? o patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 950–966, dez. 2011.

OLIVEIRA, W. **Entrevista cedida a esse pesquisador**. 24 fev. 2021.

OLIVEIRA VIANNA, F. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.

OLIVEIRA, W. Empresa diz que ações de EJ foram repassadas. **Folha S.Paulo**, 30 jul. 2000.

O LONDRINENSE. **10 escândalos políticos que envergonharam Londrina**. Portal O Londrinense, 2019. Disponível em: <http://olondrinense.com.br/10-escandalos-politicos-que-envergonharam-londrina-e-voce-achando-que-a-pilantragem-e-nova>. Acesso em: 9 dez. 2020.

OMOBOWALE, A. Clientelism and Social Structure: An Analysis of Patronage in Yoruba Social Thought. **Africa Spectrum**, v. 43, n. 2, p. 203–224, 2008.

O DIA. **Enérgica resposta do interventor**. O Dia, p.8, 13 jan. 1933.

PANG, E. **Coronelismo e oligarquias: 1889-1934 – A Bahia na primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PANKE, L. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências** – 1. ed. – Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016.

PARANÁ. **Constituição política do Estado do Paraná**, 1892.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Estado do Paraná**, 1927.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Estado do Paraná**, 1989.

\_\_\_\_\_. **Estado perde um lutador, diz Lula**. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1749>. Acesso em: 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Notícias do Estado do Paraná, 2011a. **Governo lança programa de educação à distância para presos e servidores de presídios**, 11 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Governo lança programa de educação a distância para presos e servidores de presídios**. Agência do Estado de Notícias, 2011b. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=65528>. Acesso em: 15 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Despesas | Gastos Públicos | Consulta por Credor | Portal da Transparência**, 2020a [http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pages/despesas/consultaCredor/exibir\\_extrato.jsf?windowId=3aa](http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pages/despesas/consultaCredor/exibir_extrato.jsf?windowId=3aa). Acesso em: 18 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Atendimento SIGO 69116**, 2020b. Acesso em: 3 jul. 2020

\_\_\_\_\_. **Richa participa da homenagem da Assembleia a Mário Petrelli**. Agência do Estado de Notícias, 2013. <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=76594>. Acesso em: 7 maio. 2020.

PARANA OESTE. **Sem dinheiro do Petrolão, Gazeta do Povo diminui edição impressa e aposta em blogs**. Site Paraná Oeste, 2017. Disponível em: <https://www.paranaoeste.com.br/editoriais/empresas/item/1042-gazeta-do-povo-diminui-edi%C3%A7%C3%A3o-impressa-e-aposta-em-blogs.html>. Acesso em: 26 dez. 2020.

PARETO, V. **Traité de Sociologie Générale**. Paris: Payot, 1933.

PASCHOAL, L. **Entrevista concedida por Luciano Paschoal ao pesquisador**. Curitiba, 7 jan. 2021.

PASE, H.; MULLER, M.; MORAES, J. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. **Pensamento Plural**, n. 10, p. 181–199, 2012.

PAULINO NETO, F. Opostos se completam no Icatu. **Folha S.Paulo**, p. 2, 21 ago. 1994.

PAUPÉRIO, A. **O Município e o seu Regime Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

PENA, F. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEÑA, L. **Associações de rádio e TV repudiam perseguição política ao GMC**. CBN Maringá, 2018. Disponível em: <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/associacoes-de>

radio-e-tv-repudiam-perseguiçao-politica-sofrida-pelo-grupo-maringa-de-comunicacao>. Acesso em: 28 maio 2019.

PEREIRA, C.; RENNO, L. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. **Electoral Studies**, v. 22, p. 425–448, 2003.

PEREIRA, F. Breve genealogia da família Cunha Pereira. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, v. 2, n. 2, p. 72–80, 2016.

\_\_\_\_\_. Traços genealógicos nas denúncias de corrupção no segundo governo Beto Richa (2014-2018). **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 1, p. 331–360, 2018.

PEREIRA FILHO, J. **Dr. Simão da Cunha Pereira & Família**, 1992. Acesso em: 22 nov. 2020

\_\_\_\_\_. **Edgardo Carlos da Cunha Pereira**, 2005. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/jorgecpf/EdgardoC.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020

PEREIRA, M. Energia. **O Município**, 11 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Morre aos 103 anos professora Edésia Tancredo**. NSC Total, 2018. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/moacir-pereira/morre-aos-103-anos-professora-edesia-tancredo>>. Acesso em: 23 maio. 2020b.

PERERIRA, F. **Classes dominantes do Paraná contemporâneo: famílias, poder e riqueza**. Curitiba: Ebook - Edições Núcleo de Estudos Paranaenses, 2020. Disponível em: <https://book.cc/book/5473309/9645aa>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PETRELLI, M. **Depoimentos Mario José Gonzaga Petrelli**. FUNENSEG, 2007. <https://cnseg.org.br/noticias/depoimentos-em-homenagem.html>. Acesso em: 12 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Burrice querer ser o primeiro [falando da disputa com a RBS] sem poder ser**, 19 jun. 2010. Disponível em: <<https://diarinho.com.br/noticias/entrevistao/%c2%93burrice-querer-ser-o-primeiro-falando-da-disputa-com-a-rbs-sem-poder-ser%c2%94/>>. Acesso em: 4 maio 2020

\_\_\_\_\_. **Record News Sabatina Petrelli**. Caros Ouvintes, 2012. Disponível em: <<http://www3.carosouvintes.org.br/search/petrelli/>>. Acesso em: 5 maio 2020.

\_\_\_\_\_. O conciliador. **Grupo RIC - 25 anos**, set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Grupo RIC 30 anos: entrevista com Mário Gonzaga Petrelli, presidente emérito do Grupo RIC**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V3GjBp8B5nk>>. Acesso em: 5 maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **Mário José Gonzaga Petrelli**. Memórias do Paraná, 2019. Disponível em: <<http://memoriasparana.com.br/mario-jose-gonzaga-petrelli-2019-jornalismo-florianopolis-santa-catarina/>>. Acesso em: 5 maio. 2020.

PIATTONI, S. **Clientelism, Interests and Democratic Representation: The European Experience in Historical and Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PIERANTI, O. Reconvergindo a convergência: quando legislação e tecnologia se reencontram. **Dossiê Lei Geral de Comunicações. Estudos de Sociologia**, v. 12, p. 105–119, 2008.



PILATO, M. Mário José Gonzaga Petrelli: fez história na comunicação do Sul do país. **Gazeta do Povo**, 3 maio 2020.

PIMENTA, D. **A Mata do Peçanha - sua história e sua gente**. Belo Horizonte: Oficina da Imprensa Oficial, 1966.

PINTO, P. **Brasil e as suas mídias regionais: estudos sobre as regiões Norte e Sul**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

PIRES, M. Autonomia municipal no Estado brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, n. 142, p. 143–166, 1999.

PITT-RIVERS, J. **The people of the Sierra**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018.

PODER 360. **Governo Federal pagou R\$ 268,5 mil a Ratinho por merchandising da Previdência**. Poder 360, 5 jun. 2019. Disponível em: <[encurtador.com.br/eKNQX](http://encurtador.com.br/eKNQX)>. Acesso em: 13 ago. 2020.

POLITO, R. **Balanço Geral SC especial sobre a morte de Mário Petrelli, fundador do Grupo ND/RIC**. Florianópolis ND TV, 23 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QcprYA0kbMM>>. Acesso em: 6 maio 2020.

PORTAL CANTU. **Virmond - Justiça bloqueia bens de prefeito e secretário de Viação e Obras**. Portal Cantu, 2019. Disponível em: <<https://portalcantu.com.br/news/virmond/justica-bloqueia-bens-de-prefeito-e-secretario-de-viacao-e-obras>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

PORTAL IMPRENSA. **Morre Cunha Pereira, diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação**. Portal Imprensa, 19 mar. 2009. Disponível em: <[https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/24571/morre+cunha+pereira+diretor+presidente+da+rede+paranaense+de+comunicacao](https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/24571/morre+cunha+pereira+diretor+presidente+da+rede+paranaense+de+comunicacao)>. Acesso em: 12 nov. 2009

PORTAL PARANÁ. **303 ações trabalhistas na Justiça podem levar Gazeta do Povo a prejuízo de R\$ 100 milhões**. Portal Paraná, 18 maio 2019. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/geral/303-acoes-trabalhistas-na-justica-podem-levar-gazeta-do-povo-a-prejuizo-de-r-100-milhoes/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

POZZOBON, B. **Gazeta do Povo foi o jornal mais lido do país no mês das eleições**. *Gazeta do Povo*, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/gazeta-do-povo-foi-o-jornal-mais-lido-do-pais-no-mes-das-eleicoes-5yiwf8ipzr51ek3ygoecwunyb/>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

PRADO JUNIOR, T.; CARDOSO, M; IACOMINI JR, F; VAZ, A. O imaginário da polarização política no pré e pós-impeachment de Dilma Rousseff: vestígios de cotidianidades inscritas em um curta-metragem brasileiro. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v.21, n.2. 2019.

PRON, M. Morre Francisco Cunha Pereira Filho, presidente da RPC. **Tribuna do Paraná**, 19 mar. 2009.

QUEIROZ, M. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus - Edusp, 1965.

\_\_\_\_\_. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, F. ET AL (Ed.). **O Brasil republicano: estrutura do poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, p. 172–212, 2006.

RAMOS, M. Uma nova legislação para as comunicações brasileiras e o paradoxo da radiodifusão. **Tendências XXI -Associação Portuguesa para o desenvolvimento das Comunicações**, p. 172–182, 1997.

\_\_\_\_\_. **Às margens da estrada do futuro: Comunicações, políticas e tecnologia**. Brasília: Coleção FAC - Editorial Eletrônica, 2000.

RATINHO. “Entre Nós” | **TV Estadão Online | Notícias da TV**, 2016. Disponível em: <[encurtador.com.br/hwFI5](http://encurtador.com.br/hwFI5)>. Acesso em: 29 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Provocações - TV Cultura**, 25 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dARPSdOckUc>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ping-pong com Bonfá**, 18 out. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OE5QpUrduEA>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ratinho fala sobre sucesso de Silvio Santos**. Giro com William Corrêa, 23 jan. 2018a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x4ycBjyli0o>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Ratinho**. Poder em foco, 9 set. 2018b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=653UO2boCbg&t=1207s>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conta Pra Gente Ratinho**. Programa Conta Pra Gente, 2019a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nU254Zt-zsw>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Dois dedos de Prosa com Luciano Hang**. Programa do Ratinho, 19 abr. 2019b. <<https://www.youtube.com/watch?v=KSrr8xXpVyU&list=PL876wWb59vXRVPFMqUY9m8n5Gkxu4Q1oI&index=7>>. Acesso em: 14 ago. 2020

\_\_\_\_\_. **2 dedos de Prosa com Jair Bolsonaro** | Programa do Ratinho, 4 jun. 2019c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TWq-BuJUfW4>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **50 anos da TV Tibagi - a paixão de Ratinho pela Comunicação**. **Cidade Entrevista**, 30 jul. 2019d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4TW05X2tdr8>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

REBELO, V. **Ney Braga - a política como arte**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

RECORD TV. **Comercial Record - Midia Kit -Atlas de Cobertura**. São Paulo, SP: Record TV, 2020. Disponível em: [encurtador.com.br/rSWX8](http://encurtador.com.br/rSWX8). Acesso em: 2 out. 2020.

RÊGO, A. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: Girafa, 2008.

RESENDE, M. Medidas de Concentração Industrial: uma resenha. **Revista Análise Econômica - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**, v. 21 e 22, 1994. file:///C:/Users/TEMP~1.DES/AppData/Local/Temp/10488-34240-1-PB.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

RIBEIRO, A. **Prefeitura gastou R\$ 1,5 milhão para divulgar aniversário de Curitiba**. Livre.jor, 19 maio 2019a. Disponível em: <<http://livre.jor.br/prefeitura-gastou-r-15-milhao-para-divulgar-aniversario-de-curitiba/>>. Acesso em: 4 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Governo do Paraná gastou R\$ 155 mil por dia em publicidade no primeiro semestre.** *Livre.jor*, 9 ago. 2019b. Disponível em: <<http://livre.jor.br/governo-do-parana-gastou-r-155-mil-por-dia-em-publicidade-no-primeiro-semester/>>. Acesso em: 4 set. 2019.

RIBEIRO, P. Morre Mário Petrelli, presidente do Grupo RIC. **Paraná Portal**, 22 abr. 2020a.

\_\_\_\_\_. Gazeta fecha revista semanal e trabalhará em home office. **Paraná Portal**, 5 set. 2020b.

RICHA, B. **Beto Richa - Publicações**. Página pessoal do Facebook, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BetoRichaOficial/posts/10156225513263800>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

RITTER, M. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: Conselho Federal de Cultura, 1980.

ROBLES, O. **A igreja que brotou da mata – Os 50 anos da Diocese de Maringá**. Maringá: Dental Press Editora, 2007.

RODRIGUES, A. **Ex-chefe de gabinete de Beto Richa é preso por suspeita de corrupção**. EBC Brasil, 2018. Disponível em: <[encurtador.com.br/cs169](http://encurtador.com.br/cs169)>. Acesso em: 16 fev. 2020.

RODRIGUES, F. **TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no Planalto**. *Folha de S. Paulo*, 2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1649933-tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto.shtml>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Agências na Lava Jato tiveram R\$ 969 mi de publicidade nos anos Dilma**. UOL, 2015b. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/30/agencias-na-lava-jato-tiveram-r-969-mi-de-publicidade-nos-anos-dilma/>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

RUSSO, M. **A escravidão em São Mateus: economia e demografia (1848-1888)**. Tese (História) - Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

ROMAGUERA NETTO, L. **Histórias do Paraná – o padre Camargo**. 300 e tantas histórias do Paraná, 9 jul. 2014. Disponível em: <http://historias-parana.blogspot.com/2014/07/hist-do-paran-o-padre-camargo.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SAES, D. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2001.

SAHD, F. **Patriarca e coronel Nacim Bacila: história familiar através de uma biografia (1878-1948)**. Monografia (História) – Universidade Federal do Paraná, 2007.

SAMPAIO, M. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Salvador: Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, 2009.

SÁNCHEZ-TABERNERO, A. La competencia entre las televisiones públicas y privadas. **Telos**, 2005. Disponível em: [encurtador.com.br/gqGRV/](http://encurtador.com.br/gqGRV/). Acesso: 12 jan. 2021.

SANDER, L. 50% dos brasileiros toleram nepotismo, aponta pesquisa. **Folha de S. Paulo**, p. A7, 5 nov. 2008.

SANFELICE, V. **Determinantes do voto para deputado federal relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral**. Dissertação (Economia). Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6927>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SANTA CATARINA. Decreto nº 333, de 29 jun. 1999. **Cria a medalha do Mérito Funcional “Alice Guilhon Gonzaga Petrelli”**.

SANT’ANA, H. **Paulo Pimentel, momentos decisivos**. 1a ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2008.

SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, p. 87–101, 1997.

SANTOS F., Corrupção eleitoral no Paraná: um estudo de caso das eleições municipais de 1996. In: CODATO, A.; SANTOS, F. (Eds.). **Partido e eleições no Paraná**. Edição Comemorativa: 60 anos do Tribunal Regional Eleitoral. Curitiba: TRE, p. 187–217, 2006.

SANTOS, R. **Mídia e democracia e coronelismo eletrônico: homens de mídia e política eleitoral em Ribeirão Preto**. Doutorado (Sociologia). São Paulo: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2005.

\_\_\_\_\_. **Da tribuna ao estúdio: vícios na política de concessão de radiodifusão**. Anais da 1º da Ulepuc - Brasil Economia Política da Comunicação: interfaces sociais e acadêmicas do Brasil. **Anais**. Niterói, 2006.

SANTOS, S. **O que é coronelismo: no passado e em suas novas versões**. Nexo Jornal, 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2018/08/05/O-que-%C3%A9-coronelismo-no-passado-e-em-suas-novas-vers%C3%B5es>. Acesso em: 26 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo eletrônico**. In: AULA PÓS-GRADUAÇÃO. UFRJ, 2019.

\_\_\_\_\_. **Uma convergência divergente: a centralidade da TV aberta no setor audiovisual brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2004.

\_\_\_\_\_. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 7, 2006.

\_\_\_\_\_. Relações incestuosas: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais. In: **Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiência**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. v. 1, p. 121–142.

\_\_\_\_\_. Os prazos de validade dos coronelismos:: a circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional como herança conceitual do coronelismo ao coronelismo eletrônico. In: **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 1, p. 223–241, 2008a.

\_\_\_\_\_. Os prazos de validade do coronelismo: transição no coronelismo e no coronelismo eletrônico. In: SARAIVA, E.; MARTINS, P.; PIERANTI, O. (Eds.). **Democracia e regulação dos meios de massa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 223–241, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo Eletrônico** (C. Marcondes Filho, Ed.). Dicionário da Comunicação: 2009.

\_\_\_\_\_. **Debate “Coronelismo Eletrônico, Eleições de Democracia”**. Semana Nacional de Luta pela Democratização da Mídia., 17 out. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dSI0q63of3E>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **UFPI recebe a exposição Coronelismo Eletrônico** UFPI, 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Vb7hdJbu-M>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Como o coronelismo eletrônico opera em nosso país** | Ver TV | TV Brasil | Notícias, 24 mar. 2016b. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/post/como-o-coronelismo-eletronico-opera-em-nosso-pais>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SANTOS, S; CAPPARELLI, S. **Coronéis eletrônicos, voto e censura prospectiva**. Revista Cultura Vozes, v.96, p.14-24, 2002.

\_\_\_\_\_. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um conceito. In: BRITTOS, V.; BOLANO, S. (Eds.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, p. 77–101, 2005.

SARTORI, G. Da sociologia à sociologia política. In: LIPSET, S. (Ed.). **Políticas e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SCHWARCZ, L. **No Brasil, quem roubo pouco é ladrão, quem rouba muito vira barão**. Canal pessoal Youtube, 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=YuvutEdDbGA>. Acesso em 15 jun. 2020.

SCHONARTH, J. **Concorrente norte-americana compra Providência por R\$ 556 milhões**. Gazeta do Povo, 2014. Disponível em: [encurtador.com.br/ahoS6](http://encurtador.com.br/ahoS6). Acesso em: 22 maio. 2020.

SCOTT, B. The Political Economy of Capitalism. **Harvard Business School Working Paper**, n. 07-037, 1 dez. 2006. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/07-037.pdf>. Acesso em: 12 jul.2019.

SCOTT, J. Patron-client politics and political change in southeast Asia. **American Political Science Review**, n. 660, p. 91–113, 1972.

SECOM. Secretaria Especial da Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**.

\_\_\_\_\_. **Dilma cortou R\$ 591,5 milhões do gasto com propaganda federal em 2015**. UOL, 2016b. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/05/06/dilma-cortou-r-5915-milhoes-do-gasto-com-propaganda-federal-em-2015/>>. Acesso em: 25 out. 2018b.

SEIBEL, E. **Cultura política e a questão da debilidade institucional**. Katálysis, Florianópolis: UFSC, n.5, p.23-32, jul./dez., 2001.

SEIBEL, E.; OLIVEIRA, H. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, n. 39, p. 135–145, 2006.

SEIXAS, B. **Maioria dos municípios são dependentes de repasses do Estado e da União**. Gazeta do Povo, 2016. Disponível em: [encurtador.com.br/lrtIY](http://encurtador.com.br/lrtIY)>. Acesso em: 18 out. 2018.

SELL, C. **As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao modelo institucional**. In: X CONGRESSO ABCP. Belo Horizonte - MG, 2016. Acesso em: 7 jan. 2020.

SEREJO, T. **Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano**. Niterói: UFF, 1979.

SERT/SC. Sindicato das Empresas de Rádio e TV de Santa Catarina. **Entidades da Radiodifusão de SC, RS e PR lançam o GSul em Brasília**. SERT/SC, 11 abr. 2018. Disponível em: [encurtador.com.br/fmqU4](http://encurtador.com.br/fmqU4)Acesso em: 23 maio 2020.

SILVA, A. **A fantástica história de Silvio Santos**. 5a. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2000.

SILVA, G. **Uma Discussão acerca das Regras Eleitorais do Sistema Político Brasileiro e dos Incentivos ao Comportamento Parlamentar**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo), São Paulo: FGV, 2009. Disponível em: [encurtador.com.br/dMX68](http://encurtador.com.br/dMX68). Acesso em: 24 ago. 2018

\_\_\_\_\_. O Reinado do Rato. **Rolling Stones**, 18 dez. 2014.

SILVA, S.; MOURA, T.; CAMPOS, F. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. **Topoi - Rio de Janeiro**, v. 16, n. 30, p. 234–259, 2015.

SILVEIRA, F. **Os limites do jornalismo: a última batalha do Jornal de Londrina**. Tese (Comunicação). Bauru: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192700>. Acesso em 3 jan. 2021.

SILVEIRA BRASIL, A. **Cornélio Procópio: das origens e da emancipação do município**. Jacarezinho: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2 ed, 2014. Disponível em: [encurtador.com.br/eqS34](http://encurtador.com.br/eqS34). Acesso em: 5 fev. 2021.

SINDIJOR. **Morre o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho**. Sindicato dos Jornalistas do Paraná, 19 mar. 2009. Disponível em: <<http://sindijorpr.org.br/noticias/2988/morre-o-jornalista-francisco-cunha-pereira-filho>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SOBRINHO, B. Prefácio da 2ª edição. In: LEAL, V. (Ed.). **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 37–42, 2012.

SODRÉ, A.; ALVES, M. Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria-Geral da União. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 414–433, 2010.

SOLNIK, A. Nadando em dinheiro. **Manchete**, n. 2.422, p. 104, 5 set. 1998.

SOUSA, B. **Burguesia Radiodifusora no Brasil: propriedade privada e direção da produção cultural**. Tese (Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade federal de Pernambuco, 2013. <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11837/1/Tese-Marinoni-vers%c3%a3o%20digital.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SPAUTZ, D. **Luciano Hang sobe 14 posições na lista dos bilionários da Forbes**. NSC Total, 27 maio 2020. Disponível em: <[encurtador.com.br/hyIV8](http://encurtador.com.br/hyIV8)>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SPECK, B. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública, Campinas**, v. 6, n. 1, p. 148–169, 2003.

STADNIK, C. **a hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso - PUC/RS: Curso de Jornalismo - FAMECOS, 1991.

STEVANIM, L.; SANTOS, S. Porteira, radiodifusão, universidade etc. os “negócios” do coronelismo eletrônico em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, v. 1, n. 2, 30 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. A Economia Política do Coronelismo Eletrônico: categorização dos líderes políticos proprietários de radiodifusão em Minas Gerais. In: CARVALHO, J.; MAGNONI, A.; PASSOS, M. (Eds.). **Economia Política da Comunicação: digitalização e sociedade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 92–109, 2013.

STOKES, S. **Political Clientelism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, jun. 2011.

STYCER, M. **Topa tudo por dinheiro: as muitas faces do empresário Silvio Santos**. São Paulo Todavia, 2018.

\_\_\_\_\_. **De Médici a Bolsonaro, Silvio fez afagos a todos os presidentes desde 1970**. Maurício Stycer/UOL, 3 maio 2019. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer/2019/05/03/de-medici-a-bolsonaro-silvio-fez-afagos-a-todos-os-presidentes-desde-1970/>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SYRJAMAKI, S. **Sins of a Historian – perspectives to the problem of the Anachronism**. Oslo: University of Tampere, 2011.

TAYLOR-ROBINSON, M. The Difficult Road from Caudillismo to Democracy: The Impact of Clientelism in Honduras. In: HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (Eds.). **Informal institutions and democracy: lessons from Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 106-124, 2006.

TELAROLLI, R. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

TEÓFILO, R. **A Sedição do Juazeiro**. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2014.

THIAGO, R. **Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

THOMPSON, J.; THOMPSON, V. Achieving optimal fines for political bribery: a suggested political reform. **Public Choice**, v. 77, n. 4, p. 773–791, 1993.

TJ-PR. Tribunal de Justiça do Paraná. **Habeas Corpus 2037669. Alegação de ocorrência de cárcere privado**. Relator Roberto de Vicente. Data do julgamento: 15 ago. 2002. Data de publicação: 7 fev. 2003.

TOPVIEW. Topview. **Viva a vida!**, n. Especial em homenagem a Mário José Gonzaga Petrelli, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão 1314/2011** - Segunda Câmara. Relator: André Luís de Carvalho. Tomada de Contas. Especial. Convênio. Execução Parcial do Objeto Pactuado. Não aplicação do valor total da contrapartida. Citação. Revelia. Acolhimento da defesa de dois responsáveis. Exclusão de responsabilidade. Contas irregulares. Débito. Multa. 1º mar. 2011.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Tribuna da Imprensa. **Bancário critica nomeação no BB**, p. 8, 24 abr. 1985.

TROCA DE CANAL. Troca de canal. **Revista Veja**, p. 67, mar. 1972.

USIBAN. **RM3 Filmes – Usiban**. Youtube, abr. 2012. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=bp-J6PouhPo](http://www.youtube.com/watch?v=bp-J6PouhPo). Acessado em: 9 fev.2021

VALENTE, J. **Capital estrangeiro na comunicação**. Observatório da Imprensa, 14 out. 2008. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/capital-estrangeiro-na-comunicacao/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VALOR ECONÔMICO. **AIG e donos da Gol compram Providência** - Valor Online, 30 nov. 2006 <https://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2006/10/30/ult1913u59726.jhtm>. Acesso em: 22 maio. 2020.

VIEIRA, J. **A cadeia velha**. Memória da Câmara dos Deputados. Brasília: Senado Federal, 1980.

VILAÇA, M.; ALBUQUERQUE, R. **Coronel. Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

VIOLIN, T. **Joice Hasselmann sai da RIC-Record por denunciar governo Beto Richa**. Blog do Tarso, 11 fev. 2014. Disponível em: <https://blogdotarso.com/2014/02/11/joice-hasselmann-sai-da-ric-record-por-denunciar-governo-beto-richa/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

VIRMOND, N. **Genealogia de Frederico Guilherme Virmond**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.

VOITCH, G. **80% dos municípios do PR são altamente dependentes da União** | Gazeta do Povo, 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/80-dos-municipios-do-pr-sao-altamente-dependentes-da-uniao-b1lsvgao4y7e5xc787o8itutq/>. Acesso em: 18 out. 2018.

VOLPATO, L. Ratinho compra a rádio Estadão FM e agora quer transformar emissora na principal da Rede Massa. **Folha de S.Paulo**, 24 jun. 2019.

WAINER, S. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

WIZIACK, J. **Mercado clandestino de canais de TV reúne empresários, políticos e igrejas**. FSP, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/mercado-clandestino-de-canais-de-tv-reune-empresarios-politicos-e-igrejas.shtml>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ZAPANI, A. **Coronelismo eletrônico e media opening: em busca de evidências e associações**. Exposição oral apresentado em 8ª Compolítica. FAC - UnB -Brasília, 2019. Disponível em: [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT7/gt7\\_Zapani.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT7/gt7_Zapani.pdf). Acesso em 15 jan. 2021.

ZAPANI, A.; PIERONE, G. **Coronelismo eletrônico: a concentração do poder midiático nacional e no Paraná. Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. v. 1, n. 11, p. 241, 29 jun. 2016.



## ANEXO 1 – ESTRATO BIOGRÁFICO E GENEALÓGICO DE VICTOR NUNES LEAL

Durante essa tese foi empregado a biografia e a genealogia como recursos metodológicos para analisar o coronelismo eletrônico no Paraná, bem como ajudaram a entender a família e a parentela, eixos estruturantes do conceito em questão. Todavia, a base de interpretação do sistema do coronelismo eletrônico se baliza em alguns aspectos e características do coronelismo tradicional do jornalista e jurista Victor Nunes Leal.

Sendo assim, nada mais justo que fazermos uma breve análise da biografia e genealogia do pioneiro desse tão caro importante autor para essa pesquisa. Quem foi? De onde veio? Quais capitais acumulou e converteu? Quem foi sua família e o que a parentela lhe proporcionou?

Victor Nunes Leal, assim foi chamado, prenome, nome do meio e sobrenome. Não havia formas de tratamento alternativas, tais como “Seu Vitor”, “Seu Nunes”, “Dr. Leal”, a formalidade jurídica prevaleceu no transcurso da sua vida. Nasceu no distrito de Alvorada<sup>287</sup>, município de Carangola, zona da mata mineira, em novembro de 1914. Filho do casal Nascimento Nunes Leal e Angelina de Oliveira Leal.

Seu pai era um português influente, fazendeiro, comerciante e portador de uma das mais importantes comendas de Minas Gerais – a Grande Medalha da Inconfidência. Victor é o terceiro de onze filhos, entre os identificados: 1) Paulo Nunes Leal, formou-se na Escola Militar do Realengo, em 1937; como tenente comandou um pelotão do 9º. Batalhão de Engenharia integrante da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial; assessor de transportes da Comissão do Vale do São Francisco; foi nomeado governador por duas vezes do território federal de Guaporé, hoje estado de Rondônia (1954-1955; 1958-1962); chefiou a Comissão Especial de Obras nº. 9, sediada em Manaus (1956-1957); foi superintendente da Estrada de Ferro Leopoldina (1964-1966); deputado federal por dois mandatos (1967-1971; 1975-1979); secretário de Transportes do Rio Grande do Sul (1971-1975); ocupou a 6ª Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S. A., (1979-1984) e foi presidente do Armazéns Gerais da Rede Ferroviária Federal, no Rio de Janeiro (1984-1986); 2) Nely Leal dos Santos, professora, e 3) Sylvio Nunes Leal, advogado.

---

<sup>287</sup> Há relatos (não comprovados) que o palácio residencial em Brasília se chamou Alvorada em razão da admiração de JK por VNL, sua terra natal.

Victor concluiu os estudos fundamental e médio na sua terra natal, onde fundou a Revista *O Estudantil*, ainda no ensino ginasial.

Deixou as fazendas de café da família e veio morar no Rio de Janeiro de favor na casa do compadre e amigo de seu pai, Pedro Baptista Martins, jurista mineiro reconhecido, principal redator do Código de Processo Civil (1939), que tinha um escritório, onde Victor, desde o primeiro ano acadêmico, trabalhou como office boy e datilógrafo, além de ter ajudado na redação do projeto do CPC.

Enquanto estudante universitário na capital federal, trabalhou em diversos veículos, sendo o primeiro emprego no *O Jornal*, que Chateaubriand acabara de reabrir. Em seguida labutou no *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Diário de Santos* (como correspondente na capital) e *Rádio Tupi*. Depois de formado foi redator no *O Diário Forense* e encarregado de assuntos jurídicos em *O Observador Econômico e Financeiro*, bem como dirigiu a *Agência Meridional*, órgão de notícias da rede jornalística de Assis Chateaubriand.

Obteve o título de bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), em 1936.

Foi chamado a servir como oficial no gabinete do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1939, por intermédio de Olympio Guilherme, sendo nomeado, no ano seguinte, Diretor do Serviço de Documentação, órgão então criado.

“Capanema abriu as portas do magistério, mudando, inesperadamente, o curso da minha vida.” (LEAL, 1985, p.4). Ele o nomeou professor interino de Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Ademais, em 1943, defendeu sua tese em concurso para a cátedra titular da vaga que ocupava interinamente, intitulada *O Município e o Regime Representativo no Brasil – Contribuição ao estudo do coronelismo*. Obra essa fundante para a interpretação do conceito do coronelismo que foi publicada em livro com o título comercial de *Coronelismo, enxada e voto*, em 1948, tendo outras edições e reimpressões em 1975, 1976, 1986, 1993 e 2012 (a mais recente).

Foi professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1955. Em seguida, exerceu diversas funções públicas: Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal por oito meses (1956), cujo chefe imediato era Nereu Ramos que tinha acabado de deixar a presidência da República – “[ele] depositava muita confiança na minha atuação e me prestigiava de todos os modos” (LEAL, 1984, p;10); Chefia da Casa Civil da Presidência da República, em

substituição ao escritor Álvaro Lins (1956-1959), no período presidencial de Juscelino Kubitschek. “[...] fui sendo incumbido, progressivamente do controle das nomeações para o funcionalismo [...] o que trazia a Casa Civil permanentemente abarrotada de pretendentes e padrinhos.”(LEAL, 1986, p.11). Após o afastamento de Victor da Casa Civil,

“[JK] insistiu em que eu aceitasse uma embaixada [...]. Como eu recusasse, delicadamente, [...] ele me designou para uma curta missão diplomática [...] fui para o Chile, chefiando a delegação brasileira junto à IV Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos da [OEA]”. No meu regresso, o Presidente convidou-me para almoçar e me ofereceu uma das vagas que se abriria no Supremo Tribunal Federal, quando a capital se transferisse para Brasília.” (LEAL, 1986, p.12)

Antes de assumir essa vaga que ainda abriria no STF, foi nomeado na Procuradoria Jurídica junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (fev. a out. de 1960) e na Consultoria Geral da República (out. a dez. de 1960). Além disso, foi o primeiro presidente do Instituto de Ciências Sociais, criado em agosto de 1959, e depois transformado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Em dezembro de 1960, foi nomeado pelo seu amigo Juscelino Kubitschek ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Francisco de Paula Rocha Lagôa.

Em 1966 foi designado para compor o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre 1966 e 1969 exerceu o cargo de vice-presidência da egrégia corte, sendo aposentado compulsoriamente em janeiro de 1969, baseado no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, não tendo sido preenchida a vaga em face do Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, que reduziu de 16 para 11 o número de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em razão do seu afastamento impositivo da corte federal, retomou à advocacia, ingressando em escritórios sediados no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília em sociedade com colegas juristas renomados nacionalmente.

Em novembro de 1976 tornou-se membro da Academia Mineira de Letras. Foi sócio do Instituto dos Advogados de Brasília, do Instituto dos Advogados Brasileiros e da Associação dos Advogados de São Paulo, e membro do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Foi também advogado da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em Brasília.

Faleceu em 17 de maio de 1985, no Rio de Janeiro, em razão de complicações cirúrgicas advindas de problema vesicular aos setenta e um anos de idade. O Supremo Tribunal Federal, em 2001, deliberou homenageá-lo, atribuindo à biblioteca da egrégia corte o nome de *Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal*.

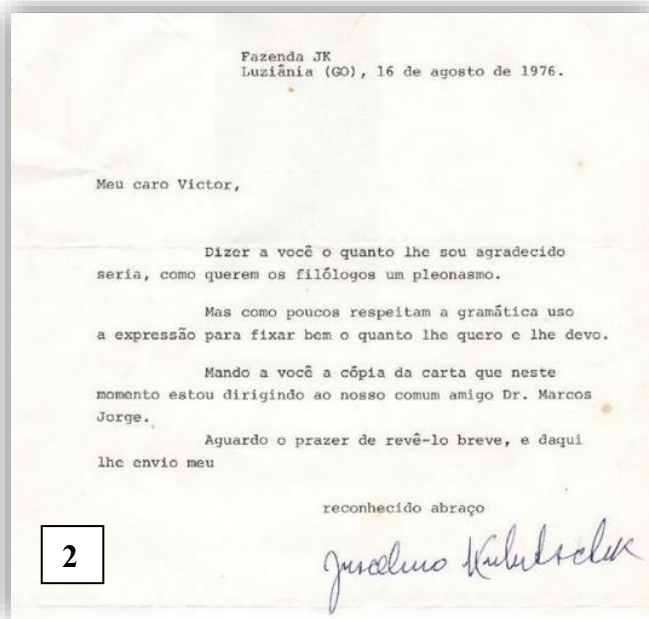
Mais recentemente, foi criado o Instituto Victor Nunes Leal (IVNL), em 2019, a fim de promover o conhecimento jurídico no Brasil, inspirado na valiosa contribuição legada pelo jurista. É uma entidade civil de direito privado, com caráter técnico-científico e cultural, sem fins lucrativos, tendo atuação em todo o território nacional. Sua atividade científica e de pesquisa abrange as áreas do Direito, Filosofia, Sociologia e Política, destinando-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições jurídicas, políticas, sociais e culturais brasileiras.

No seu transcurso da vida privada, casou-se, em 1942, com professora de piano, formada pela Escola Nacional de Música, Julimar Malta Torres, com quem teve a filha única Maria Cristina Nunes Leal. Julimar é filha de Júlio Cecílio Torres e Malvina Maria Malta Torres. Júlio foi acusado (e inocentando em seguida) com mais setenta e duas pessoas integrantes da Direção Nacional do “Bureau Político” e do “Partido Comunista do Brasil” em inquérito instalado pela Polícia Civil do Distrito Federal baseado

“em um longo relatório, contendo um estudo sociológico sobre a doutrina comunista nos tempos atuais, à luz das modernas tendências do direito penal e do direito constitucional, o histórico da atividade do PCB e a análise da atuação de cada dos seus elementos [...] Consta do inquérito ainda a apreensão de mais de 20.000 espécies de publicações de propaganda subversiva editadas pelo Partido Comunista Brasileiro, milhares de obras de doutrinas comunistas e apologia revolucionária, além de numeroso aparelho de impressão, como sejam máquinas de escrever, mimeógrafo e duas tipografias completas que funcionavam clandestinamente para a impressão do PCB.” (A NOITE, 1940.p.3).

Em 1980, casou-se novamente com a escriturária concursada Gilda Tibau e Nunes Leal, filha de Mario Nunes da Costa Tibau, cirurgião dentista e primeiro tesoureiro do Sindicato dos Odontologistas (1945), e de Odete Araújo Tibau.

## FOTOS NUNES LEAL



- FOTO 1 Casamento de sua filha Maria Cristina  
FOTO 2 Correspondência entre JK e Victor  
FOTO 3 Harry Stone (empresário), Julimar (primeira esposa) e Victor, no Cine Palácio/RJ.  
FOTO 4 Victor (esquerda) em conversa enquanto ministro da Casa Civil de JK

## ANEXO 2 - CORONÉIS DO PARANÁ

MUNICÍPIO	CORONEL	ATIVIDADE/ OCUPAÇÃO	PREF/ VEREADOR	DEPUTADO ESTADUAL
Antonina	Theóphilo Soares Gomes	Industrial; Chefe da Comissão de Colonização do Paraná; delegado do Ministério da Guerra; escritor	prefeito	1891; 1904-1905; 1924-1925; 1929-1930
Araucária	Pedro Nolasco Pizzato	Madeireiro; juiz municipal	1924-1928	-
Bocaiúva	Giordano Dias Almeida Baptista	-	1916-1920 (prefeito)	-
Campina Grande	Feliciano Ribeiro	Ervateiro; Diretor CEF/PR	1924-1930	-
Campo Largo	Cezar de Almeida Torres	Farmacêutico; Cel Guarda Nacional	1916-1925	1910-1911; 1914-1929
Castro	Antônio Rolim de Moura	Guarda Nacional; juiz distrital	1916-1920; 1924-1928 (prefeito)	-
	Major Vespasiano Carneiro de Mello	Guarda Nacional; comerciante; fazendeiro	Treze anos	1930-1931
	Olegário Rodrigues de Macedo	Comerciante	vereador	1878-1879 1904-1907; 1910-1915
Cerro Azul	José dos Santos Ribas	Tabelião de notas; ervateiro	-	1910-1911; 1926-1927
Clevelândia	Piragibe de Araújo (filho)	Médico; delegado de higiene	1924-1928	-
	Pedro Maciel	Fazendeiro; Guarda Nacional; juiz de paz; agente fiscal	-	1891-1893
Colombo	José Leal Fontoura	Tabelião de notas; Pres. Comissão de Alistamento Militar; Presidente Comissão Eleitoral; Ajudante Procurador República; inspetor escolar;	1913-1916 (prefeito)	1920-1921
Curitiba	Brazilino Moura	Negociante; administrador Correios	1892-1902 (vereador)	1902-1911
Piraquara	Antônio Meireles Sobrinho	Ervateiro; proprietário empresa energia elétrica; madeireiro; Dir. Associação Comercial PR	1912-1916 (Campina Grande)	-
Entre Rios	Lysandro Alves de Araújo	Fazendeiro; ervateiro; madeireiro	1924-1928	1920-1921; 1924-1929
Guarapuava	Frederico Guilherme de Souza Virmond	Pecuarista	-	1896-1897

	Frederico Ernesto Virmond	Fazendeiro	1908-1912	1904-1905; 1907-1909
	Francisco Solano Alves de Camargo	Fazendeiro	1914 (pref. Subst.) 1916-1920; 1924-1928 (vereador)	-
Guaratuba	Manoel Leocácio da Costa	Proprietário de terras; dono de engenho; juiz distrital	1908-1912 (vereador) 1912-1916 (prefeito)	-
Imbituva	Silvério Miranda	Ervateiro; coletor de impostos	1916-1916 (vereador)	1924-1925
	Benedito Pereti	Exportador de erva-mate	1906-1907; 1926-1930	-
	Rodrigo Nery dos Santos	Ervateiro	1908-1912	1894-1895; 1912-1913
Ipiranga	João Ribeiro de Freitas	Negociante; inspetor escolar	1908-1916; 1920-1928 (prefeito)	-
Irati	Paulo dos Santos Xisto	Comerciante; agente fiscal do estado	1920-1924 (prefeito)	-
	Emílio Baptista Gomes	Madeireiro	1907-1908 (prefeito)	-
	Francisco de Paula Pires	Atacadista; exportador de erva-mate	1912-1916 (prefeito)	-
Jacarezinho	Joaquim Severo Baptista	Fazendeiro; pres. Junta eleitoral; Cel Guarda Nacional	1908-1912 (prefeito)	-
Jaguariaiva	Eurides da Cunha	Advogado; pecuarista	1912-1920 (prefeito) 1928-1930 (prefeito Curitiba)	1895; 1897- 1901; 1914-1919
	Capistrano Cunha	Fazendeiro	1920-1928 (prefeito)	1928-1929
	José da Silva Ribas	Fazendeiro	-	-
Lapa	Eduardo dos Santos Lima	Médico; comerciante	1917-1928 (prefeito)	-
	João da Silva Sampaio	Produtor de erva-mate; agricultor; pecuarista	-	1910-1911; 1916- 1919; 1922-1929
	José Ferreira do Amaral e Silva	Ervateiro	-	1902-1905; 1908-1909
Morretes	Rômulo José Pereira	Delegado de polícia	1908-1925 (vereador)	1916-1917
	Arsênio Gonçalves Cordeiro	Ervateiro	1900-1904 (prefeito)	1893-1896
Palmas	Domingos Soares	Fazendeiro	1912- 1916; 1924- 1928	1910-1915; 1918-1919
	Manoel Inácio de Araújo Pimpão	Cel Guarda Nacional; pecuarista; juiz de paz	-	1908-1909

Palmeira	Domingo Teodorico de Freitas	Subcomissário de polícia; comerciante; ervateiro	1912-1916	1924-1925; 1929-1930
	Roberto Glasser	Fazendeiro; comerciante; Cel Guarda Nacional	-	1930
	Otoni Maciel	Fazendeiro; promotor público	-	1892;1897-1901; 1914-1915
Paranaguá	Gonçalves Lobo	Escrivão; comerciante	1912-1916 (vereador) 1916-1924 (prefeito)	1918-1921
	Polycarpo José Pinheiro	Empresário	1900-1912 (vereador)	-
	Manoel Hermógenes Vidal	Fazendeiro; negociante	1930 (vereador)	-
Pirai do Sul	Ernesto Marcondes Carneiro	Cel Guarda Nacional; delegado polícia; fazendeiro; juiz de paz	1924-1923 (prefeito)	1922-1923
	Pedro Rolim de Moura	Fazendeiro	1912-1916 (vereador) 1916-1924 (prefeito)	-
Ponta Grossa	Brasílio Ribas	Fazendeiro; negociante industrial	Vereador (1908-1917; 1924-1928) Prefeito (1916-1917;1920-1924)	
	José Pedro S. Carvalho	Comerciante	Vereador (1883)	1910-1911; 1922-1923
	Victor Antônio Baptista	Comerciante	Vereador (1917-1924) prefeito (1924-1928)	-
	Elyseu de Campos Mello	Madeireiro	Vereador (1924-1928) prefeito (1924-1928)	1908-1909; 1912-1915; 1918-1919; 1924-1925
Prudentópolis	José Dursky	Ervateiro	(Prefeito Prudentópolis) 1906-1908;1912-1916 (Pref. Irati) 1928-1930	-
Rio Negro	Nicolau Bley	Cel Guarda Nacional; proprietário de cervejaria	Colonizou Rio Negro	-
	Felipe Kirchner	Cel Guarda Nacional; engenheiro; agrimensor; dono de companhia de navegação	Vereador (1916-1920) Prefeito (1921-1924)	-



São João do Triunfo	Manoel Ferreira de Andrade	Fazendeiro; ervateiro; madeireiro	Prefeito (1920-1928; 1937-1940)	-
	Agostinho Ribeiro de Macedo Filho	Industrial ervateiro; subdelegado de polícia; fiel do Tesouro do Estado; inspetor municipal	-	-
	Carlos José de Oliveira Souza	Proprietário de terras; suplente de juiz; subdelegado de polícia	Vereador (1876-1880)	
São José dos Pinhais	João José Massaneiro	Ervateiro; negociante	1908-1916 (vereador Curitiba) 1920-1924 (vereador S. José)	1924-1925
São Mateus	João Gabriel Martins	Produtor e comerciante de erva-mate; Cel Guarda Nacional	Vereador (1920-1924) prefeito (1924-1928)	1918-1919
	Tertuliano de Almeida Faria	Fazendeiro	Vereador (1916-1924)	-
	Luciano Stencil	Militar; comerciante	Vereador (1908-1912) Prefeito (1912-1916)	-
	Joaquim Luis Gomes dos Santos	Fazendeiro; Cel Guarda Nacional	Prefeito (1916-1917)	1912-1913
São Pedro Mallet	Admar de Sá	Atacadista de Secos e Molhados	1924-1928 1946 (interventor)	-
	José Pompeu	Industrial; dono de engenho de erva-mate	Primeiro prefeito; Prefeito substituto União Vitória (1919-1922); prefeito de Mallet (1922-1926; 1946)	-
Tamandaré	Theóphilo Cabral	Subdelegado de polícia; negociante	1924-1928	1924-1925
	João Cândido de Oliveira	Fazendeiro	1912-1916 (prefeito)	1912-1913
Tibagi	Joaquim Floriano do Espírito Santo	Agrimensor; comissário de terras	Prefeito (1905-1907)	1900-1901
	José Borges de Almeida Taques	Fazendeiro; Cel	Prefeito (1900-1904)	1897-1899
	Leopoldo Leonel de Sá Mercer	Farmacêutico; inspetor escolar; comissário de terras	vereador (1908-1912; 1920-1924)	1927-1928

			Prefeito (1924-1930; 1939-1941; 1947-1951)	
União da Vitória	Amazonas de Araújo Marcondes	Fazendeiro; empresário; Cel Guarda Nacional	1908-1928	1888-1889; 1891-1892; 1910-1911; 1914-1915; 1918-1919; 1922-1923
Rebouças	Major Antônio Sobrinho	Fazendeiro; industrial; madeireiro; subcomissionário de polícia	1930-1935 (prefeito)	-
	Lourenço Mourão	Fazendeiro; empresário	Vereador Campo Largo	-
Rio Branco	Carlos Pioli	Delegado; comerciante; industrial. Agente fiscal	-	1916-1917; 1924-1925; 1928-1929
Teixeira Soares	João Ribeiro de Macedo	Comerciante; industrial de erva-mate; delegado intendente em Campo Largo (1930); Pres. ACP (1901-1902); fundador Jornal Comércio PR	Vereador (1901) Prefeito Campo Largo (1892)	-
	João Ribeiro de Macedo	Comerciante; industrial de erva-mate	Vereador Entre Rios (1908) Pres. Câmara Vereadores Teixeira Soares (1922)	-
	João Negrão Jr	Madeireiro; negociante	Primeiro prefeito (1917)	-

FONTE: adaptado de GOULART (2018)

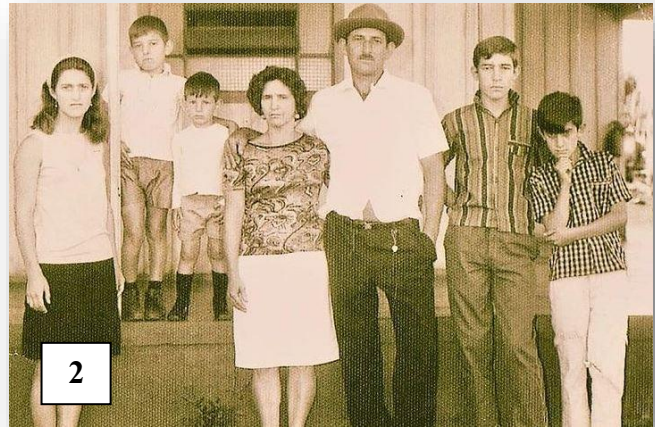
### ANEXO 3 – FOTOS FAMÍLIA PETRELLI



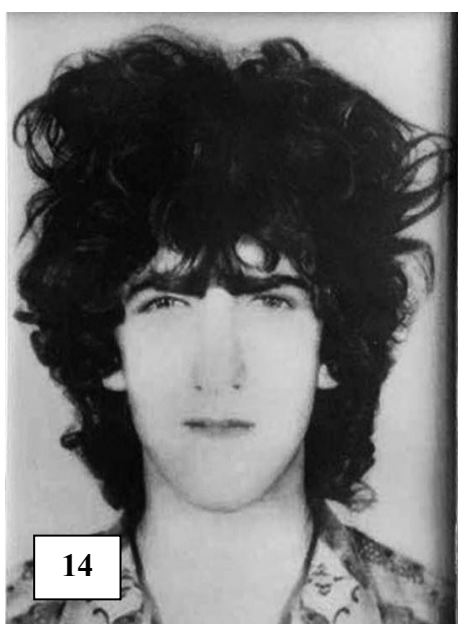


- FOTO 1 Jorge (2º à esquerda) e Paulo (4º) Konder Bornhausen, Marcello Petrelli (6º), o casal Mônica Buffara e Mário Petrelli (anfitriões).
- FOTO 2 Marcelo Petrelli, Luciano Hang, Mario e Leonardo na Havan matriz
- FOTO 3 Família com Dircéa Petrelli (3ª à esquerda)
- FOTO 4 Eduardo Pimentel (vice-prefeito Curitiba), Darci Piana (vice-governador PR) e Mário Petrelli, em 2019
- FOTO 5 Inauguração TV Chapecó, 1982, ministro Rômulo Furtado, Jorge Bornhausen e Mário Petrelli
- FOTO 6 No Senado: Mário, Jorge Bornhausen e José Sarney
- FOTO 7 Alice Guilhon Petrelli (mãe de Mário Petrelli)
- FOTO 8 Casais Moro e Petrelli em evento Black Tie da Revista TopView, em 2018
- FOTO 9 Em pé- à esquerda - Luciana, Gaia, Judith, Marcelo, Mário, Mônica, Leonardo, Karla, Ana e Mário José. Agachados: não identificado, Rosimar, Andrei e Mariana

## ANEXO 4 – FOTOS FAMÍLIA MASSA







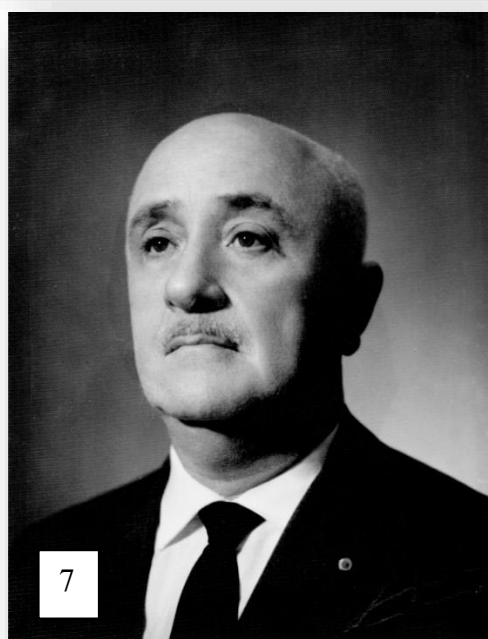
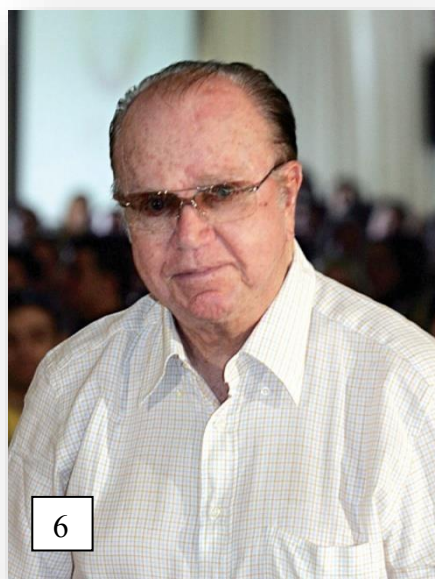
- FOTO 1 Ratinho aluno em Marumbi, em 1965
- FOTO 2 Pais e irmãos de Ratinho (ultimo à direita)
- FOTO 3 Ratinho no dia do casamento com Solange (à direita)
- FOTO 4 Ratinho contracenando em peça de teatro
- FOTO 5 Rara aparição de Ratinho sem bigode
- FOTO 6 Pedindo voto p/ José Carlos Martinez candidato a deputado fed., em 1998
- FOTO 7 Lula, Gleise Hoffman e Ratinho em jantar na sua casa em Curitiba
- FOTO 8 Em entrevista com Jair Bolsonaro no seu programa
- FOTO 9 Filhos, netos, esposa e noras
- FOTO 10 Irmã Zélia, Ratinho, mãe Maria e irmão Nei
- FOTO 11 Netos
- FOTO 12 Na 1ª campanha do filho para governador, em 2018
- FOTO 13 Em Vilhena/ES, inaugurando uma filial Havan, 2018, com Luciano Hang
- FOTO 14 Foto quando vereador em Jandaia do Sul
- FOTO 15 Foto oficial como deputado federal

FONTE: redes sociais de Ratinho

ANEXO 5 – FOTOS FAMÍLIA CUNHA PEREIRA



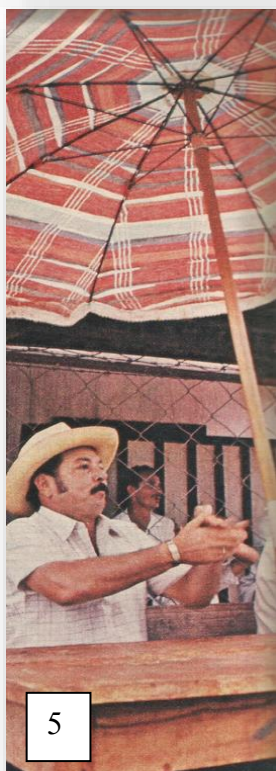
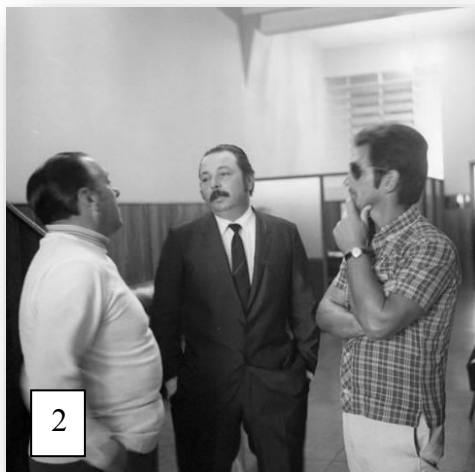




- FOTO 1 Geração: Francisco Cunha Pereira (ao centro), Francisco Cunha Pereira Neto e Francisco Cunha Pererira Filho  
FOTO 2 Chico Beleza  
FOTO 3 Casal Francisco e Terezinha Döring  
FOTO 4 Irmãos Guilherme e Ana Amélia Cunha Pereira  
FOTO 5 Com o então candidato à presidência Lula na redação da Gazeta, 2002  
FOTO 6 Edmundo Lemanski, sócio DE Francisco na Gazeta do Povo e na TV  
FOTO 7 Victor Ferreira do Amaral – irmão de avó de Chico Beleza (Josepha)  
FOTO 8 Júlia Cândida Ferreira Carneiro – bisavó por parte do pai de Chico

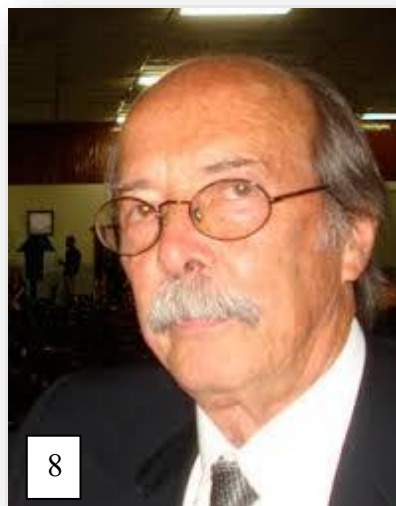
FONTES: Gazeta do Povo, redes sociais, Lions Club PR

ANEXO 6 - FOTOS FAMÍLIA MENEGHEL





7



8



9

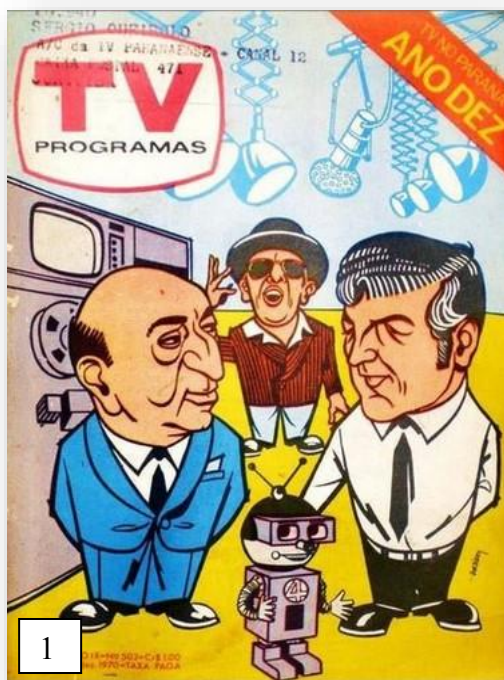


10

- FOTO 1 Prefeito Luiz Meneghel, 1969
- FOTO 2 À esquerda: Filpo Nuñez, técnico do Coritiba, Serafim Meneghel e De Sordi, em 1970
- FOTO 3 Evangelino e Serafim Meneghel
- FOTO 4 Carlota Rensi Meneghel e Celso Silva, prefeito de Bandeirantes
- FOTO 5 Tigrão em jogo do União Bandeirantes
- FOTO 6 Núcleo familiar do casal Serafim e Carlota
- FOTO 7 À esquerda, Thyrso Camargo Neto, Hamilton Lowe, Thiago Camargo e o avô Serafim Meneghel
- FOTO 8 Daniel Meneghel
- FOTO 9 Escritório da Coban, gleba Bandeirantes, em MT
- FOTO 10 Usiban

FONTES: GRPCOM, Revista Placar, Isto É, Rádio Cabiúna, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Usiban

## ANEXO 7 - FOTOS FAMÍLIA CHEDE





- FOTO 1 Caricatura de Nagibe na capa da revista TV Programas, em 1970  
FOTO 2 Capa TV Programas na época do lançamento do VT, em 1980  
FOTO 3 Nagibe em discurso de estreia da TV Paranaense, em 1960  
FOTO 4 Vilma Saboia, Judiosa Chede e João Chede, em 1988  
FOTO 5 Deputado Estadual João Chede  
FOTO 6 À esquerda: Síria Chede Correa e Castro, Yara Gazal e Jocely Duarte, em 1984, na Sociedade União Juventus